

TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XVII — FASC. 1-4

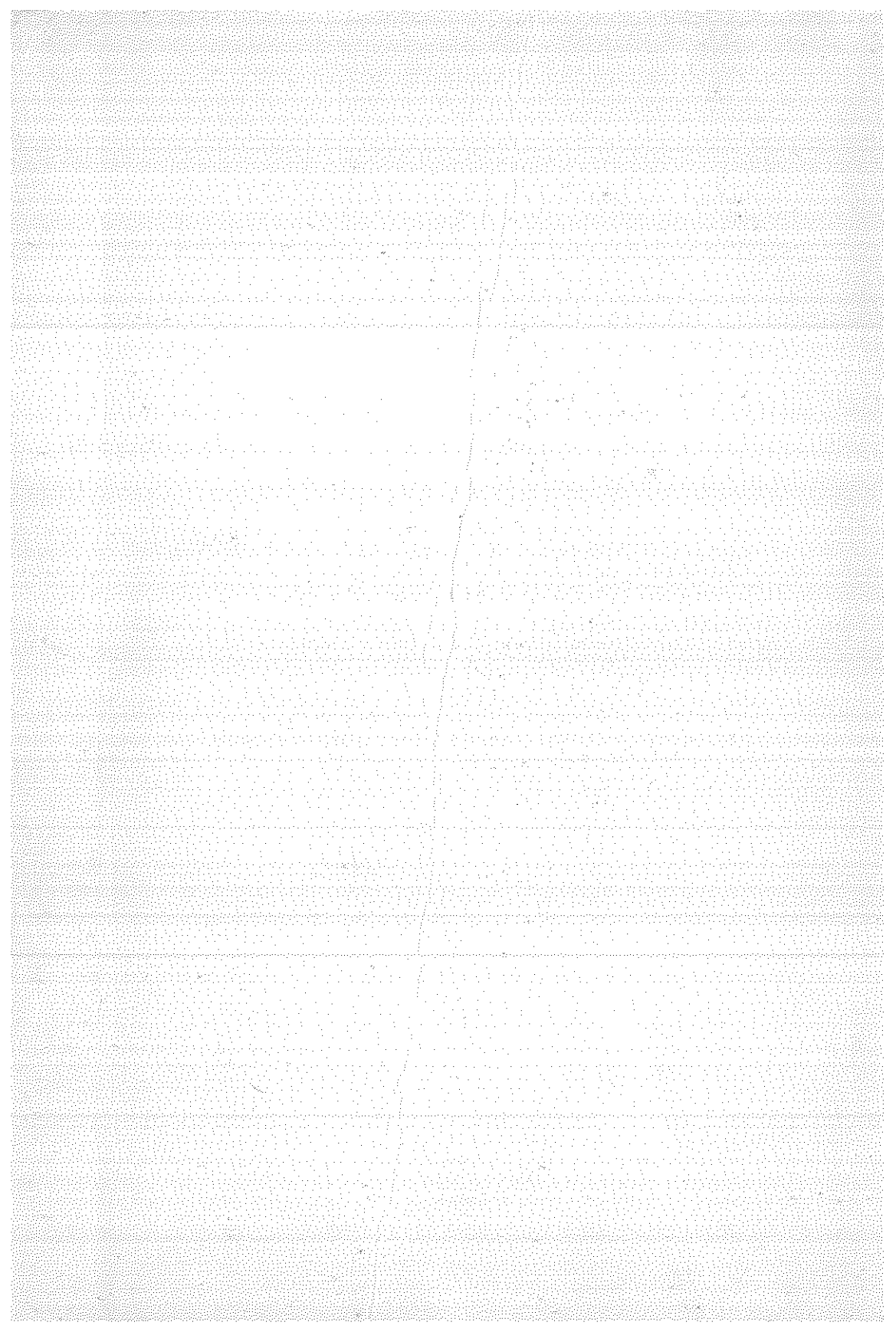
(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)

VOLUME DE HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR MENDES CORRÊA



PORTO — 1959

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências



Trabalhos de Antropologia e Etnologia



1961-1962

Atlandes Larrea

VOLUME DE HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR MENDES CORRÊA



TRABALHOS

DE

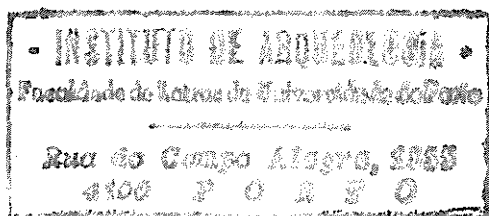
Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E
ETNOLOGIA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOLUME XVII

(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

17. ABR. 1983



PORTO

Sede da Soc. e do Centro: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Professor A. A. Mendes Corrêa

POR

HERNANI MONTEIRO

Era justo que se quisesse significar ao Prof. MENDES CORRÊA o nosso apreço, agradecimento e simpatia, quando, atingindo o limite de idade, se afastasse, por determinação da lei, do serviço docente oficial. E também era justo que lhe entregássemos — a ele que tem passado a vida nas lides do ensino e da investigação, animando os novos na carreira docente e no trabalho científico original — um volume impresso, constituído por artigos enviados, como belo presente de aniversário, por colegas, discípulos e admiradores não só nacionais, mas também estrangeiros, que muitos conta pelo mundo fora.

E era justo, igualmente, que esse livro jubilar fosse um número especial da revista por ele fundada em 1919 para servir de órgão da *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, também de sua criação no ano anterior. Dela ocupou o lugar de primeiro presidente o Prof. LUÍS VIEGAS, nosso saudoso mestre de Anatomia, pois MENDES CORRÊA frequentava o último ano do curso de Medicina quando eu entrei para o primeiro, ainda no antigo edifício da velha Escola, para nós dois de tanta saudade.

Bem sei e todos nós sabemos que MENDES CORRÊA, dotado de excepcionais qualidades de inteligência e de trabalho, escrevendo com elegante clareza e falando com eloquente vibração, afável e acolhedor, de convívio educado e de simpática presença, foi solicitado para o desempenho de vários cargos extra-universitários. E lembra logo citar o de Presidente da Câmara Municipal do Porto (1936), durante cujo mandato conseguiu instalar o Arquivo Histórico da Cidade no torreão medieval que se admira junto à Sé, no belo Terreiro de D. Afonso Henriques, e donde tantos trabalhos têm saído e surgido várias exposições curiosas, e a alta situação que ocupou de deputado à Assembleia Nacional (1945 a 1956), sempre pronto, nos seus discursos e intervenções, a pugnar pelos interesses da Ciência e da Cultura, sem esque-

cer a valorização, nestes sectores, das nossas províncias ultramarinas. Todavia, o nosso admirado Colega há-de ficar nas páginas dos anais da Universidade portuguesa, e nomeadamente nos da Universidade portuense, como antropólogo, etnógrafo e pré-historiador. Foram os numerosos e valiosos trabalhos publicados nestes domínios ⁽¹⁾ que deram ao seu nome reputação internacional, levaram as Universidades de Lião, Mompilher e Witwatersrand (Johannesburg) a doutorá-lo *honoris-causa*, lhe concederam ingresso em Academias, Sociedades e Institutos de Portugal, Espanha, Brasil, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Áustria, e tornaram apreciada a sua participação em congressos e reuniões científicas em diferentes cidades da Europa, da América e da África.

No ano passado, aproveitaram os seus admiradores e amigos a circunstância de haver recebido o título de sócio honorário do «Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland», de Londres, para lhe prestarem sentida homenagem — verdadeira consagração, tal o brilho e altura que atingiu — nas salas da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que MENDES CORRÊA, desde há anos, é presidente. Foram as suas qualidades e os seus serviços à Nação e à Ciência enaltecidos por ilustres oradores e as suas publicações (à roda de trezentas) reunidas numa expressiva exposição biobibliográfica ⁽²⁾.

No entanto, os lugares que tem ocupado ou ocupa, as honras que tem recebido, muitas missões delicadas de que o encarregaram são, afinal, a floração brilhante da semente que no Porto, sua cidade natal, com exuberância germinou.

Diplomado em Medicina pela Escola portuense, abandonou o exercício da profissão, em que, mercê das suas múltiplas faculdades, rapidamente se distinguiria, e, desprezando interesses materiais tão cobiçados, votou-se por completo ao trabalho docente e de investigação, entre nós, desgraçadamente, muito mal recompensado. Sofrendo, sem dúvida, a influência dos briosos académicos que em 1888 criaram a Sociedade de Carlos Ribeiro e, depois, seguindo o exemplo dos homens que fundaram em 1889 a monumental revista «Portugália» — RICARDO SEVERO e ROCHA PEIXOTO, com a colaboração de FONSECA CARDOSO e, mais tarde, JOSÉ FORTES —, o Dr. MENDES CORRÊA, com comunicativo entusiasmo, entregou-se aos estudos de Antropologia,

⁽¹⁾ Bibliografia do Professor MENDES CORRÊA (1909-1942). Coligida por R. DE SERPA PINTO e continuada por HUGO DE MAGALHÃES. Porto, 1942.

⁽²⁾ Vid. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Abril-Junho de 1957.

Etnologia e Arqueologia (1), organizando na Faculdade de Ciências os respectivos Museu e Laboratório, fundando a nossa Sociedade e dando-lhe uma revista para publicação das comunicações apresentadas e criando e dirigindo, também, o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Os volumes dos «Trabalhos» da nossa Sociedade são já em número de quinze.

A orientação que presidiu aos estudos de MENDES CORRÊA levou-o, como ele próprio referiu no discurso de agradecimento da homenagem prestada no ano findo, a ocupar-se do Homem e das raças humanas, actuais e antigas (especialmente os Portugueses) nos aspectos físico e psico-cultural, em si e nas suas relações com os meios geográfico e social. Sempre o mais possível objectivo, empregou e recomendou técnicas e métodos aconselháveis, os estatísticos, os antropométricos, os descritivos, os bioquímicos, os psicotécnicos, tradições, textos, escavações...

É que a Antropologia, em seu entender, se liga à Biologia Geral, à Zoologia, à Anatomia, à Fisiologia, à Bioquímica, à Medicina, à Psicologia, à Sociologia, à Arte, à História, à Arqueologia, à Estatística, à Geografia, a múltiplas e variadas disciplinas.

É que, numa palavra, se trata do estudo do Homem, «que para MONTAIGNE não era apenas a *mais frágil e calamitosa das criaturas, a mais estranhamente contraditória, a mais orgulhosa*, mas também um ser *maravilhosamente vão, diverso e ondulante*». Polimorfo e vário, comentou MENDES CORRÊA.

E daqui resultou a variedade dos temas por ele versados, directamente dependentes da variedade de aspectos da própria natureza humana.

Com íntimo prazer registo a colaboração, que MENDES CORRÊA julgou «fecunda e leal», dada sempre pelo Instituto de Anatomia, criado pelo saudoso Prof. J. A. PIRES DE LIMA, ao Instituto e à Sociedade de Antropologia. E aproveito a ocasião para agradecer o auxílio prestado por MENDES CORRÊA e seus colaboradores ao pessoal docente de Anatomia e aos alunos da nossa Faculdade de Medicina que no seu Instituto elaboraram, total ou parcialmente, as respectivas dissertações finais de curso sobre assuntos antropológicos. Esta atitude de compreensão e de útil solidariedade, ainda hoje, felizmente, se mantém.

Recordo, com o louvor que merece, o esforço meritório e inteli-

(1) A. A. MENDES CORRÊA — Os estudos de Antropologia na Academia Politécnica do Porto. In «O ensino na Academia Politécnica», Porto, 1937.

gente despendido na organização e funcionamento do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica e IV Sessão Internacional de Antropologia que em 1930 trouxeram ao Porto, onde parte dos trabalhos decorreram, grande número de notáveis figuras europeias da especialidade, e bem assim lembro o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, reunido com tanto êxito nesta cidade em 1934, por motivo da magnífica Exposição Colonial Portuguesa no edifício e jardins do Palácio de Cristal.

É consoladora esta visão retrospectiva, dando-nos a certeza do valor do trabalho e mostrando-nos o fruto do estudo sério e perseverante.

Compreende-se que os velhos, cansados de lutar pela vida fora e vendo desfeitas muitas ilusões, percam o entusiasmo inicial e se deixem vencer pelo desalento. Não assim, graças a Deus, no caso de MENDES CORRÊA. Faz agora precisamente um ano que, num momento delicado e solene, mais uma vez ele afirmou a sua convicção de ser fundamental para o prestígio e para o progresso do nosso País a valorização das gerações novas no campo da cultura superior, da técnica e da investigação científica. E, apesar de conhecer, por experiência própria e alheia, tantas dificuldades que surgem, proclamava, de novo, a necessidade de termos legiões de jovens investigadores nos mais variados domínios. E, congratulando-se com tudo quanto se havia feito neste sentido, entendia necessário prosseguir e mesmo intensificar a tarefa.

Seja este entusiasmo contagioso e façamos nossa a alentadora esperança de vermos em Portugal bem dotados os centros de estudo e facilitada a missão dos investigadores!

É com a maior satisfação que dedicamos ao Prof. MENDES CORRÊA este volume dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», transformado, graças à valiosa colaboração de seus colegas e amigos, nacionais e estrangeiros, num magnífico livro jubilar ⁽¹⁾.

Porto, 4 de Abril de 1958.

(¹) Em 6-5-1951 foi entregue ao Instituto de Antropologia, pelos membros da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, um busto do Prof. MENDES CORRÊA, obra do escultor PINTO DO COURO (Vid. Homenagem ao Prof. Dr. MENDES CORRÊA, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XIII, fasc. 1 e 2).

Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal

PAR

ABBÉ H. BREUIL

I — LA PEBBLE CULTURE A MAGOITO

Utilisant l'un des rares jours de ce mois (18 Février 1957) où, le vent ayant brusquement cessé et le soleil s'étant, en l'honneur de la Reine Elisabeth II, remis à briller, cela était matériellement possible, M. MAXIME VAULTIER a bien voulu, l'après-midi, me conduire, après 15 ans, à la haute plage à petits galets très colorés et éolisés formant une mince couche très peu épaisse et peu dense, d'une altitude de 80 m.

Les pierres taillées en sont devenues plus rares qu'à notre première visite en 1941-42; je sais que M. ZBYSZEWSKI la considérait comme épuisée. Néanmoins j'ai reconnu le site et, au long de 2 heures de recherche pied à pied, j'ai pu en recueillir une douzaine d'échantillons satisfaisants, nettement taillés de main d'homme, très fortement ferrétisés et éolisés pour la plupart (fig. 1-2).

Mais j'ai aussi observé un fait que j'avais déjà remarqués en 1941-42, que beaucoup ont également été fracturés avant et après taille, par des phénomènes thermiques intenses qui manquent partout ailleurs sur les plages plus anciennes, (pliocène à gros éléments non ferrétisés, et autres plages moins élevées des mêmes lieux à galets plus abondants). La cause thermique en est le feu, antérieur à l'action éolienne et, le plus souvent, à la taille; d'autres, plus rares fois, postérieures, à la seconde, mais plus souvent, antérieures.

J'en conclus que, comme je l'avais déjà remarqué et écrit pour des périodes postérieures, le feu a joué un rôle presque régulier de première attaque de ces galets, dont le volume, peu considérable ici, fait une vraie difficulté pour les soumettre à la percussion. On aurait pu recourir à la taille bipolaire, mais on ne l'a pas fait. La plupart du

temps, les galets ont été d'abord chauffés, et fracturés au feu, en un bout, si leur volume et leur forme allongée le permettaient, sur une face et à un bord latéral, s'ils étaient ovales courts; tantôt in s'est contenté de cette fracture, et tantôt on a, à partir du bord de celle-ci, pratiqué des tailles normales mécaniques peu poussées. Ensuite seulement l'éolisation et la ferrétisation se sont produites.

Tels sont les caractères de la technique de Magoito, niveau sicilien de 90 m. — l'un des sites les plus anciens connus en Europe, et auquel je ne puis comparer que celui, assez élevé également, de Darmsdean (région d'Ipswich), reconnu par REID MOIR dans une carrière de galets marins très roulés, au sommet d'un coteau, et où les galets de silex taillés abondent.

Je l'ai visité avec lui à diverses reprises et n'ai pu expliquer leur présence, accompagnée de nombreuses traces d'éclatement et rubéfaction dues au feu et par des agents naturels.

II — LE GUINCHO

On se souvient peut-être que, dans nos recherches sur le littoral de la région entre Lisbonne et la Serra de Sintra, M. MAXIME VAULTIER nous avait souvent conduits, M. ZBYSZEWSKI et moi-même, au Guincho, entre Estoril, le Trouville portugais, et la dite Serra, où une route en corniche suit le bord supérieur de l'escarpement assez rapide des plages surélevées. Là, en 1941-42, cette route neuve avait été coupée par un apport dunaire très important l'ayant interrompue et ayant découvert, la longeant en contre-bas, d'assez vastes surfaces de roche basaltique fortement polie de larges facettes d'usure éolienne intense, et, déposés en léger contre-bas, de nombreux «Drei-Kanters», ou petits cailloux facettés par la même cause éolienne en pleine activité actuelle, semblait-il, de sorte que, lorsque M. GUILLIEN publia, en France, la théorie sur l'âge glaciaire général de ces cailloux facettés, il me parut que le Guincho ne nécessitait pas, pour ce phénomène, de remonter aussi loin. Ayant su, par M. VAULTIER, que d'importants travaux de voirie avaient, depuis, rétabli la route, je le sollicitai de faire une nouvelle excursion entre ce point et, d'autre part, un ravin creusé par un ruisseau tombant perpendiculairement au littoral, entamant profondément les formations des plages quaternaires étagées. Ce fut à l'occasion d'un jour ensoleillé (10 Février 1947) que M. VAULTIER voulut bien m'y conduire quelques heures.

Je rappellerai que le ravin présent, dès son pied, une très basse terrasse qu'il remaniee aujourd'hui, très riche en débris d'amphores et de tuiles romaines. Nous avons donc exploré le versant Sud de ce ravin, et trouvé les lieux favorables à l'examen des niveaux *in situ*, d'origine partiellement éolienne, s'étageant sur ce versant. Les conditions, grâce aux très récents travaux de la route, étaient favorables à un nouvel examen de la stratigraphie de ces dunes et du cailloutis éolien qui s'y intercale. Il est désormais très visible que

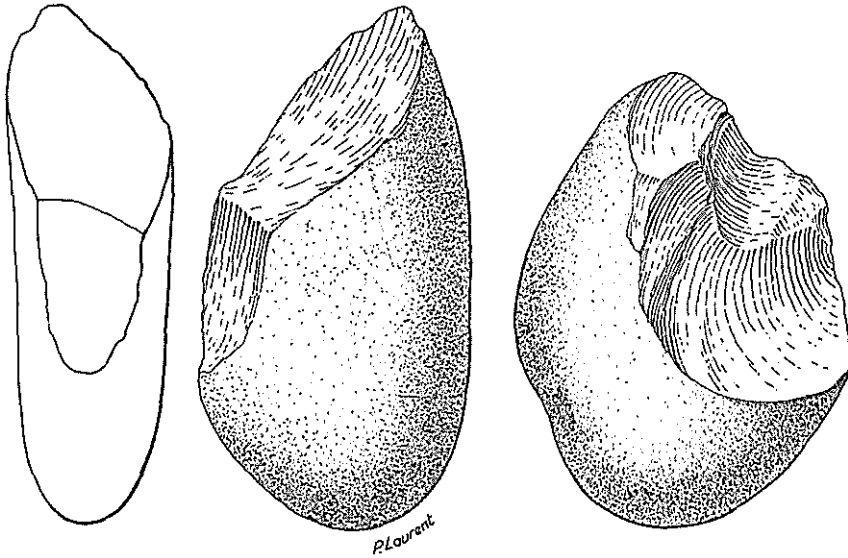


Fig. 1 — Galets de quartzite taillés de la plage sicilienne de Magoito — Réduits d'une tiers. Musée de l'Homme — Paris

les surfaces rocheuses, fortement usées par le vent sur de vastes étendues, sont recouvertes par deux dunes différentes. Les couches plongent, depuis la route, vers la mer, en surfaces inclinées à 45°, vers la plage émergée de 30-40 m (Tyrrhénienne); à partir du pied de ces roches profondément éolisées, s'épand sur le plateau en arrière de la dite plage, un mince cailloutis sub-horizontale, de médiocre et petit calibre, présentant les nombreux fragments anguleux éolisés, que nous avons remarqués dès 1942; outre les débris basaltiques, ils comprennent de rares éclats de taille de quartzite à plan de frappe uni et M. M. VAULTIER y avait recueilli précédemment une moitié de fiface acheuléen final (de caractère Micoquienne) également éolisé. Toutes ces pièces sont en surface d'un niveau rubéfié peu épais, témoignant

de conditions climatiques interglaciaires, auquel se superposent deux dunes nettement différentes. De la concordance, en ce point, des données archéologiques et géologiques, on doit conclure que le cailloutis éolisé, situé sur la base rubéfiée de la plage de 40 m, permet de reporter la couche rouge à la fin de l'interglaciaire Mindel-Riss ou Tyrrhénien, de sorte que le cailloutis éolisé, sous-jacent à la 1^{ère} et plus ancienne dune, est du début du Würm, indication qui vient corroborer et non contredire (comme je l'avais pensé d'abord) les assertions de M. GUILLIEN.

La couche rouge, superposée sans doute à un Riss et celui-ci sous-jacent reposant, lui-même sur la plage tyrrhénienne.

18 Février 1958.

Canção da vida breve

POR

LUÍS DA CAMARA CASCUDO

Professor de Etnografia Geral na Faculdade de Filosofia e de Direito Internacional Público
na Faculdade de Direito, Universidade do Rio Grande do Norte, do Natal, RN, Brasil

Ao pôr do sol, na hora doce da luz tépida, o quintal se cobriu de neve. Uma neve branca, aperolada, com longos de azul e nácar, descendo em ondas sucessivas e frementes, numa agitação que enchia de sussurrante música imperceptível os galhos oscilantes e as coisas imóveis. Tijolos, telhas, a face do tanque humilde, a pirâmide residencial, os tufos das samambaias, as folhas dos crótons e dos tinhorões, o triste capim atapetador, as roseiras floridas no abandono, recobriram-se de um manto trémulo e subtilmente sonoro de asas inquietas.

Eram as Efeméridas.

A aragem lenta da tarde arrastando-as da lagoa, atirava-as como nuvens palpitantes de confetis para a melancolia dos quintais despo-voados. Tudo se transformou sob aquela grandeza feita de mínimos, oceano sem fim onde se viam as gotas que o constituíam. Uma como cantiga silenciosa e perceptível tremulava no ar, fazendo-o colorido e palpável pelas miríades e miríades de Efeméridas volteando, tontas e leves, na ânsia do amor e da morte na tarde vagarosa de verão. Vive-ram em metamorfoses da larva aquática ao animal adulto vinte mudanças de pele, três de forma, em trinta e seis meses de mutação. Agora, com dois pares de asas reticuladas, o corpo de um centímetro prolongando-se em três fios delicados e impalpáveis, atravessam o espaço num bailado deslumbrado de emancipação e de sacrifício.

Todos estes anos de preparação orgânica convergiam para o destino de fazê-las nascer no mesmo dia para que tivessem o esplendor de uma única iniciação colectiva.

Este é o dia da maravilha do voo, ostentação sumptuosa de cores claras, cintilantes e luminosas, nas derradeiras claridades do crepúsculo.

É sua festa única, primeira e final, experiência e despedida da força impulsionadora das asas e do sexo. Durante três anos foram criadas para viver uma hora frenética, impaciente, imortal. Uma hora de intensidade total como nenhuma outra espécie. Toda a tentação da Natureza generosa sacode-lhes o corpo num desejo que deve ser satisfeito em minutos. Desejo de movimento com as asas de seda transparente. Fome de amor para a vibração do sexo ainda virgem de contacto.

Não se alimentarão. Não têm boca nem aparelho intestinal. Não levarão da terra senão as lembranças do voo espiralado e da junção fulminante.

Sua massa impalpável e sem conta cairá sobre as águas da lagoa num lençol de metros e metros e numa elevação de centímetros, cevando, fartando todos os peixes. Os quintais vizinhos estão mudados em jardins suspensos e ondulantes, naquela palpitação que enche os telhados, escorrega pelos beirais, juncando o solo de prata que estremece. Para qualquer direcção o olhar avista somente o turbilhão de asas minúsculas esvoaçando sua dança de alegria mortal.

Milhões de casais revolteiam nas núpcias luminosas e trágicas. As fêmeas fecundadas deporão na água o ovo brilhante e pequenino como uma jóia, para viver três anos e sonhar a participação naquele espectáculo tempestuoso de júbilo e de dor instantâneos.

E todos desaparecerão, esgotados, evaporada a essência vital nos diminutos corpos de seda reluzente.

Que mudança nos hábitos do canto do muro! Todos os animais deixaram suas tocas. Os pássaros prolongaram o expediente das caçadas. Os insectos e batráquios anteciparam os horários da colheita vivente. Mandíbulas e bicos fartam-se naquele pasto inesgotável e fácil. As Efeméridas voam ao rés do chão, tentando os apetites. Na altura dos ninhos outras colunas densas pirueteiam, sedutoras.

O ar fica cheio de asas, somente asas sem corpos, flutuando como destroços do mundo desaparecido e veloz. E vêm descendo como pétalas brancas, lentas, bem lentas, para enfeitar o chão.

Toda a região teve a visita da multidão estranha. Os ventos da noite levaram para longe os cadáveres alados que desafiavam a gravidade. Ainda pela manhã a luz mostrará uma outra asa pairando indecisa no alto, inacreditável, ténue, melancólico vestígio da prodigiosa aventura...

Não raro nem comum é o vento nordeste sacudir uma onda interminável de borboletas alaranjadas, com laivos de açafraão nas asas impacientes. O grosso da expedição passa mais alto, por cima das árvores,

dando uma breve sombra fugidia de sua multidão. Miríades pousam em descanso fortuito que a fome animal muda definitivamente a estada. Diz-se apenas *enxame de borboletas* mas é o «paná-paná», a migração em massa, miraculosa caudal vida que alaga o quintal como numa ruptura de porta d'água. São como uma vaga de asas trêmulas, oscilando em cadência ou ficando paradas, a prumo sobre o corpo, expondo as cores atraentes numa amostra curta de beleza emigrante. Árvores, telhas, recantos, desaparecem sob as camadas vivas que ficam, num frenesi, voejando rasteiras, subindo em perpendicular e caindo nas verticais como se faltasse alento substancial para a jornada maravilhosa.

GABRIEL SOARES DE SOUZA viu-as (1587) cobrindo dez léguas de lonjura entre a cidade do Salvador à outra banda da baía num dia inteiro de desfile. HENRY WALTER BATES olhou-as, de sol a sol, perto de Óbidos, em dois dias de trânsito incessante. Detiveram, com sua massa palpitante, o navio em que viajava TEÓFILO DE ANDRADE no rio Paraná, em ciclo de desova que lhes custava a vida.

Vo do norte para o sul e não deixam no recinto do quintal nem uma relíquia de sua futura descendência. Trata-se de migração misteriosa, para fins de acomodo vital, fugindo a algum inimigo invencível e novo. Não são comuns nem raras. Afogam com o volume exuberante as fomes das espécies famintas. Durante horas atravessam os terrenos, abatendo-se aos milhares, perdendo-se no capim curto, entre as pedras, nas barrocas lacustres, imóveis nos montes de folhas secas que o vento amontoou. São as patrulhas exaustas, as colunas trpegas, extenuadas, pousando para sacrificar-se no descanso que significa possibilidade de morte. As guas da lagoa próxima e do pequeno tanque desaparecem sob suas asas de cores pálidas, levemente agitadas por um sopro de vida.

Os animais, vorazes e atrevidos nos primeiros momentos, recuam diante daquela caa que se tornou agressiva na passividade e desprestigiada pela esmagadora abundância. O chão parece vestido de asas de ouro-claro e açafrão. Bruscamente retomam o voo lerdo, batendo muito as asas, tentando acompanhar o estado-maior distanciado no céu crepuscular. Vão ficando pelo caminho, perdendo a formação regular, abatendo-se nas curvas, desgarradas e fracas, semeando no percurso da viagem rasto de corpos e asas despedaçadas.

Na manhã seguinte e no correr do dia, inesperadamente reaparece uma borboleta aturdida de sol, retardatária, em voo desesperado e último ao rés do campo, despedindo-se da vida breve.  uma sur-

presa vê-la erguer-se dos recantos ignorados e mostrar um instante, como cavaleiro perdido em campo inimigo e cruel, as cores heróicas de sua falange desaparecida.

Os que habitam o canto do muro bem sabem destas vidas intensas e luminosamente passageiras. Apenas homens de estudo conhecem outras existências que a limitação do volume tornou invisíveis para os interesses comuns da terra. Jamais figurarão nos livros de imaginação, romances ou poemas, porque não apareceram ao alcance dos olhos criadores de romancistas e de poetas. No comum dos volumes estão indicados nos vagos *etc.* generalizadores. São quase animalculos, revelados pelas réstias de sol, tornados sensíveis quando próximos, passeando num rebordo de folha ou subindo, laboriosamente, por um grão de areia. Voando, soltos, libertos, em pleno ar, são invisíveis. São impalpáveis. Parecem grãos microscópicos de uma semente que estremece sob nossos dedos rústicos. Têm uma história, uma fisiologia, uma vida organizada, costumes, idiossincrasias, prazeres, vícios, paixão, lutas, amores. Têm um lar, uma fêmea, filhos, épocas de paixão, ciúmes, zonas ecológicas em que vivem, migrações, viagens e, quem sabe lá, heróis famosos, memórias de façanhas, de jornadas valentes através de mundos terríveis, talvez do tronco da mangueira ao primeiro tijolo da pirâmide. Conhecem animais monstruosos como escorpiões e aranhas, numa sensação semelhante à nossa deparando dinossauros em vez de elefantes e plessiossauros no canto dos lagartos familiares. Devem sentir dor, sono, cansaço, raiva, ódio, fome. Devem ter amigos, desafectos, antipatias, companheiros, aliados, cúmplices. Nunca os podemos ver, a olhos nus, como realmente são. Obras-primas de delicadeza organizada, de precisão fisiológica, de exactidão funcional, têm raríssimos amigos entre os homens e nunca mereceram, numa página exclusiva, o registo indispensável da sua biografia sedutora.

Todo este esplendor vive horas, dias, semanas, meses apenas. Sem eles várias espécies pereceriam e na falta destas uma cadeia inteira de utilidades relativas ao Homem deixaria de existir. Aquela partícula vibrante que se debate, como uma poeira que é o seu grupo, num raio de sol, é o alimento que, de grau em grau, atinge o Rei da Criação numa dependência de necessidade preciosa.

Há nele substâncias químicas indispensáveis a outras vidas superiores e escravas da sua existência. Sua presença invisível é tão poderosa como um ácido para os mistérios da fermentação, de uma base, de um sal. Ele representa na sua humildade um elo infalível na seriação vital.

Estes bandos de libélulas lembram os velhos monoplanos do meu tempo de menino. Monoplano de Bleriot que atravessou o canal da Mancha, o «Demoiselle» de Santos Dumont. As duas asas extensas garantem aos olhos profanos uma base de sustentação absoluta. Os dois grandes olhos salientes são faróis. Apenas voam com as patas pendentes, sem recolher o trem de aterrissagem. Não têm deslocação silenciosa e sim atritam como simulando o pequeno motor. Nada têm de decorativas e sim figuram como aviões de caça aos insectos, colhendo-os no ar e indo devorá-los num galho, como faria um gavião astuto. Mas é um encanto quando descem num voo picado à superfície do tanque e tocam-na de passagem, como provando a estabilidade incomparável do aparelho. Não foram beber água. Aquele salto vertical foi uma manobra de caça. Agarrou com as mandíbulas de aço fino um besourinho que corria e que nenhum olho humano jamais há-de ver sem um cristal aumentador.

Mesmo no tanque há uma ou outra mancha lívida, lembrando longinquamente umas gotas de óleo, tornando mais densa e visível a superfície. São apenas os planctos. Ali estão micro-animais e vegetais responsáveis pela fauna aquática. Com eles a ictiofauna será garantidamente normal. São quase imperceptíveis mas representam mundos de vidas diversas, diferenciadas morfológicamente, com uma variedade de aspectos que passa do imponente ao ridículo. Este plancto serve para provar a providente natureza. No tanque não há peixe algum. Se houver, quando houver, não desaparecerá por falta de almoço. Creio que Dica, a aranha d'água, não é freguesa destes planctos. Aí tomam banho as aves, especialmente o Bem-ti-Vi que chega às vezes a molhar-se inteiramente, não podendo voar e ficando, meio desconfiado, a enxugar-se andando, para lá e para cá, à sombra dos tinhorões.

A impressão de que o quintal está vazio é uma mentira dos sentidos. Piolhos, pulgas, cupins, mosquitos, moscas, derramam-se por todos os recantos. Na casca das árvores, como se tivessem atirado punhados de farinha parda ou esverdeada, sugam a seiva os Afídeos que se dão ao luxo da procriação com vinte dias de nascidos. Exsudam um líquido adocicado que as formigas vêm lamber pressurosas. Estes pulgões são as vacas leiteiras das formigas, *Aphis formicarum vacca*, dizia LINEU.

Há besouros pequeníssimos, coloridos deliciosamente, com um ritmo vistoso e sugestivo que espera dar exemplo aos tecidos destinados às mulheres. Dificilmente os posso ver. Estão sempre apressados em mis-

sões que devem ser importantes. Cabem dez deles na ponta do meu dedo. Miniaturas incomparáveis, de acabamento miraculoso, só aos técnicos oferecem as alegrias visuais de sua contemplação.

Na mancha húmida ao redor do tanque, perto da casa do grande sapo, a luz occídua clareia um bailado torvelinhante de mosquitos de platina. Vão até uns três metros de altura na mesma intensidade de inacabável arabesco do Alhambra e descem, impecáveis, certos, infalíveis, até o chão. Horas dura a exibição desta movimentação febril e lúdica. Lembram as Efeméridas múltiplas e radiosas, *epi*, durante, *himéra*, dia, vivendo num dia a existência mutante e obscura de larva e ninfa.

É também uma ostentação amorosa, um baile de núpcias, uma conquista sexual pelo irrequieto dinamismo do volteio ascendente e descendente, convite que envolve o contúbio e termina na morte delirante, no ar, à luz, ao impulso espiralado da festa de todos os sentidos.

Mas, como qualquer festa, é júbilo passageiro, alegria rápida, fulgor veloz, sonho fugaz. Mais algumas horas e todos os bailarinos estarão mortos. Mas o quintal não se despovoará. Outra multidão retomará o ritmo do baile instantâneo, vivendo o momento álaçre e sonoro das núpcias entre lampejos de sol e cantigas de vento.

Todos os anos, olhados pelas folhas e pelas flores, banhados na luz do crepúsculo, mirados pelas primeiras estrelas, os insectos, vestidos de seda e prata, bailarão para amar, perpetuar-se e desaparecer...

À flor da terra, debaixo dela, quantidades desmesuradas de vidas lutam e passam com tarefas miríficas de fecundação. Cada espécie visível corresponderá aos centos das que jamais veremos normalmente, colónias de bactérias em guerras com outras, multidões de parasitos, surpresas de simbioses, animais misteriosos, formas indecisas, funções confusas mas possuindo destino, caminho, finalidade.

Milhares de minhocas, vermes, larvas, procuram sobreviver e resistir. Todo um universo estuante, impetuoso, com a impiedade, violência, tempestade da defesa vital, debate-se nos limites deste canto de muro, humilde, pobre, silencioso, deserto.

E todas estas vidas escoam rápidas, num minuto de tempo mas deixaram continuidade, sequência, perpetuidade.

Não sòmente as rosas sabem viver, em beleza, o espaço de uma manhã...

AUS DEM ANTHROPOLOGISCHEN INSTITUT DER UNIVERSITÄT MÜNCHEN

Direktor: Prof. Dr. Dr. K. SALLER

Aspekte der modernen Anthropologie

VON

K. SALLER

Dr. phil. et med.

o. ö. Professor für Anthropologie und Humangenetik an der
Universität München

Jede Wissenschaft ist ein Ausdruck ihrer Zeit. Sie kann nur das geben, was die Zeit zulässt, sei es mit den Methoden, die sie entwickelt, sei es mit den allgemeinen Lebensbedingungen, in denen sie sich vollzieht und von denen sie abhängt, sei es schliesslich mit den besonderen Fragestellungen, welche eine Zeit und der allgemeine Stand ihres Wissens aufgeben. Für die Anthropologie als die Lehre vom Menschen, seiner Naturgeschichte, Naturgegenwart und Naturzukunft, hat unsere Zeit besondere Bedingungen und Aufgaben geschaffen.

Die naturwissenschaftliche Anthropologie war bisher eine abendländische Anthropologie. In den Ländern des Abendlandes wurden ihre besonderen Methoden entwickelt, an dem Massstab des abendländischen Menschen wurde alles gemessen. Die «Norm» war die des abendländischen Menschen. Die Krankheiten, die an der Norm sich vollzogen, wurden auf den abendländischen Menschen bezogen. Alle anatomischen, physiologischen, psychologischen Daten sind die des Europäers bzw. des Weissen und sie sind für die ganze Menschheit verbindlich gemacht worden. Die Anthropologie fremder Rassen war früher eine Raritätensammlung, der Besuch fremder Länder und Rassen eine Sensation, die Expedition in andere Gebiete ein Wagnis, das mindestens eine Unmenge Zeit kostete, vielfach aber auch Gesundheit und Leben. Man denke an die Zeit der Entdeckung Amerikas durch Kolumbus und all die Nebenumstände, die diese Entdeckung begleitet haben. Später

wurde die Lage relativ leichter, blieb aber innerhin schwierig genug. Das Wissen, das wir auf diese Weise erlangt haben, war gewaltig.

Heute hat sich die Zeit und haben sich ihre Bedingungen gewandelt. Das gilt nicht nur für die Methoden, in denen wir mit Radioisotopen, mit Elektronenmikroskopen, mit Tonfilmapparaturen und immer weiter entwickelten physikalischen Möglichkeiten und chemischen Stoffen, zuletzt mit Elektronengehirnen arbeiten und das Getriebe des Lebens, allen Lebens und auch das des Menschen, immer weiter zu analysieren vermögen, um aus solchen Analysen auch immer weiterreichende Synthesen, praktische Schlussfolgerungen und Ratschläge für den Ausbau in die Zukunft aufzubauen. Es gilt noch viel mehr gerade für die Anthropologie und mit ihr auch für die Medizin hinsichtlich der allgemeinen Bedingungen. In einer Zeit, in der das Düsenflugzeug den Forscher in 12 Stunden von Prag nach Peking bringen kann und der Besuch Australiens, Innerafrikas oder der Malayischen Inselwelt eine Angelegenheit nicht mehr von Jahren oder Wochen, sondern schlimmstenfalls von ein paar Tagen ist, in der man mit dem Hubschrauber praktisch beinahe überall landen und in der man ausserdem entweder für Englisch oder für Russisch als Weltsprachen so gut wie überall Dolmetscher findet, in einer solchen Zeit sind entsprechende Unternehmungen kaum ein Risiko und keinesfalls ein schwerwiegender Entschluss mehr.

Dazu kommt etwas anderes in den Ländern selbst, die uns bisher fremd waren. Der Kolonialismus geht zu Ende. Die Herrschaft des Abendlandes über die Welt zerbröckelt. Die fremden Rassen und Völker nehmen ihr Schicksal in die eigene Hand. Der Weisse ist nicht mehr ihr Herr, höchstens noch ihr Berater und auch diese Rolle wird in absehbarer Zeit ausgespielt sein. Das gilt auch für Anthropologie und Medizin. Die bisher abendländische Anthropologie wird zu einer wahrhaft internationalen Wissenschaft werden und macht sich, von den im Abendland erarbeiteten Grundlagen aus, auch in den Ländern selbständig, die bisher Kolonien waren oder eine naturwissenschaftliche Kultur im abendländischen Sinn nicht gekannt haben. Schon ist das Primat der Forschung auf diesem Gebiet für viele Fragen aus Europa auf Amerika, speziell auf die USA übergegangen. Die Souveränität, mit der dort Vorläufer der alten Welt oder auch zeitgenössische Forschungen aus den europäischen Ländern ignoriert und weitgehend Monologe geführt werden, ist für den Europäer vielfach überraschend, freilich nicht nur in begrüssenswertem Sinn, sondern zugleich als ein Hinweis auf die Gefahren, die einer ernsthaften Forschung über den

Menschen aus dieser Entwicklung drohen. Aber die Entwicklung ist zwangsläufig. Auch Amerika ist eben keine Kolonie mehr wie früher. Es ist eigenständig geworden. Andere Völker, die sich heute aus dem Kolonialismus erheben, werden es ebenfalls werden. Wollen wir hoffen, dass neuerstehende Selbständigkeiten nicht in allzu weitem Ausmass — dem überholten abendländischen Beispiel folgend — zugleich Selbstherrlichkeiten werden, so dass die Entwicklung nicht zum Zerfall führt, sondern zu einem engeren Zusammenschluss der eigenständig gewordenen Partner in Freiheit um der gemeinsamen Sache, d. h. um des Menschen willen. Der Gewinn, der sich aus einer solchen Entwicklung für die Anthropologie ergeben wird, ist heute noch gar nicht abzusehen. Er ist ungeheuer, gerade für die Erkenntnis «des Menschen», der ja als solcher in unserem Leben nur eine Abstraktion ist und sich tatsächlich in Rassen oder Individualitäten verwirklicht. Aber auch die Gefahren müssen rechtzeitig erkannt und vermieden werden. Sie ergeben sich mit den Gewinnen.

Bisher war die Norm und der Massstab für die Anthropologie des naturwissenschaftlichen Zeitalters der Weisse. Warum eigentlich? Nicht aus sachlichen Gründen, die in ihm selbst gelegen wären, sondern einfach deshalb, weil seine Kultur die Naturwissenschaften (in weitestem Sinn und einschliesslich der Psychologie) entwickelten. Amerika hatte zuletzt die reichsten Mittel zur naturwissenschaftlichen Forschung, es blieb verschont von zwei Weltkriegen, wenn es an ihnen auch teilnahm, und es konnte darum die europäische Forschung allein durch seine materiellen Möglichkeiten überflügeln. Der Fortschritt der Forschung ist ja gerade heute nicht mehr allein in den anregenden Gedanken gelegen, sondern mehr noch in den materiellen Möglichkeiten, solchen Gedanken zu folgen und sie zu verwirklichen. Heute, wo die alten Kolonialvölker und ehemals fremde Rassen erwachen, verlagern sich die Gewichte noch weiter bzw. sie kommen zu einer Verteilung, in der nicht mehr das Abendland mit all seinen Erkenntnissen das Schwergewicht hat. Ich denke zumal an das neue China, an Indien und an Japan; aber auch in Afrika kommt eine eigenständige Forschung in Gang. Eine Unzahl von Fragen tut sich damit auf. Dass die Morphologie der fremden Rassen eine andere ist als die unsere, das wissen wir aus der Raritätensammlung der letzten Jahrzehnte und des letzten Jahrhunderts einigermaßen. Wenigstens für die äusseren Formen gilt das. Auch die Blutforschung ist relativ weit fortgeschritten. Aber schon für die innere Morphologie in ihrer Gesamtheit liegen erst noch dürftige Befunde vor. Über die Muskelvarietäten etwa oder die Ge-

hirngestaltung in Furchen und Windungen und in der Ausprägung der einzelnen Areale sind erst unzureichende Anfänge bekannt. Vollends eine anthropologische vergleichende Physiologie und Psychologie, auch Konstitutionsfragen stecken noch in den allerersten Kinderschuhen oder nicht einmal in diesen. Was wissen wir über die Gestaltung der verschiedenen Rassenformen oder Individualbildungen etwa durch die Ernährung, gar durch einen Wechsel in ihr, oder durch klimatische Bedingungen und dergleichen? Der ganze komplexe Begriff des Nahrungseinflusses auf die Gestaltung der Endformen oder des Wachstums zu diesen Endformen ist noch kaum analysiert bei anderen als bei den weissen Rassen. Ist der Stoffwechsel bei den verschiedenen Rassen überhaupt der gleiche? Vermag der Darm bei ihnen allen das gleiche zu resorbieren, verarbeitet die Leber überall das gleiche und in gleicher Weise, scheidet die Niere überall aus wie bei den Weissen, ist die Arbeit der Zelle von den einfachen Nahrungsbestandteilen bis hin zu den Fermenten im Zellstoffwechsel überall und dabei in den verschiedenen Organen dieselbe? Was bedeutet das Klima, was bedeuten im weitesten Sinn kosmische Einflüsse für die Ausgestaltung des Menschen und seiner Rassen? Wir wissen von chemischen Klimaeinflüssen, etwa dem Jodgehalt der Umwelt, für das Bild der Konstitution. Wir wissen auch generell von der Umsetzung physikalischer Einwirkungen in den Chemismus des Organismus, etwa die Übersetzung des Ultraviolettlichts in den Vitaminstoffwechsel. Wir kennen ebenso grundsätzlich die mutationsauslösende Wirkung von Strahlungen aus dem Weltall. Aber wir wissen um all dies doch nur in sehr allgemeinen Zügen und aus dem Beispiel eben des Weissen. Alle Einzelheiten auch für andere Rassen sind erst noch zu erarbeiten. Die Vererbung ist ebenfalls in diese Fragestellung einzubeziehen. Wir wissen um bestimmte Vererbungsregeln für menschliche Merkmale, grösstenteils solche krankhafter Abartungen. Wir wissen aber auch um die Verschiedenheit von Erbgängen für scheinbar dasselbe Merkmal in verschiedenen Familien. Wie verhalten sich die Erbgänge bei den verschiedenen Rassen? Für alle individuellen Entwicklungen, auch in die Entwicklung der Rassen, die aus Erbanlagen hervorgehen, wird die Umwelt in den Entwicklungsgang einbezogen und die Entwicklung ist davon abhängig, von den frühesten Phasen der menschlichen Formwerdung ab bis zu dem Endbild des scheinbar Erwachsenen. Die Umwelten sind für alle Rassen und Menschen verschieden. Welche Regeln sich in dieser Hinsicht bei verschiedenen Rassen, in verschiedenen sozialen Umwelten, für die verschiedenen Erbgänge, in dem

ganzen Zivilisationswerden bei den fremden Völkern, in ihrer ursprünglichen Gestalt und in den Veränderungen all dieser Dinge während der letzten Jahre ergeben, das ist eine erst noch zu bearbeitende Frage. Für die Psyche schliesslich, das menschlichste Kennzeichen des Menschen, sind die Dinge noch kaum zu übersehen. Es gibt keinen Einheitsmenschen, keine Einheitsmorphologie und Einheitsphysiologie, vollends keine Einheitspsychologie für den Menschen. Der europäische Mensch kann gerade hier in keiner Hinsicht als Massstab gesetzt werden, obwohl er es, zumal in gewissen dann politisch hervortretenden Exemplaren, nur allzu gern tut. Die europäischen Bedingungen sind inzwischen ganz besondere und z. T. sehr ursprungsfern geworden. Man stelle sich einen Vortrag vor über die Tiefenpsychologie unseres Kulturkreises, etwa über FREUDSche Probleme, vor Chinesen, selbst vor den heutigen Sowjetrussen gehalten: Er würde einfach nicht verstanden werden, weil diese Völker diese Probleme nicht, vielleicht noch nicht und dementsprechend auch kein Organ dafür haben. Es kann in diesem Zusammenhang sogar als eine dankenswerte Aufgabe gerade einer internationalen Zusammenarbeit in der Anthropologie bezeichnet werden, rechtzeitig dafür Sorge zu tragen und alle Möglichkeiten dazu einzusetzen, dass anderen Völkern eine Tiefenpsychologie à la FREUD bereits in den Voraussetzungen erspart wird; der Weg der europäischen Zivilisation, der diese Art von Psychologie notwendig gemacht hat, ist nicht erfreulich gewesen und anderen Völkern auf ihrem Weg zur Zivilisation nicht zu wünschen.

Im allgemeinen wird ausserhalb des Abendlandes und damit der Weg der Anthropologie überhaupt so gehen wie ihn bei uns die Anthropologie ging: Vom Studium der äusseren Form, ihrer Vorgeschichte und Geschichte, aus zur Physiologie, um die Formenunterschiede zu erklären, und zuletzt zur Psychologie, die sich unter Umständen noch spezifischer für die verschiedenen Rassen in Besonderheiten ergibt als Morphologie und Physiologie. Schliesslich wird jede Rasse ihre eigene Konstitutionslehre aufbauen; auch die Individuen sind durch die Rassen in ihren Konstitutionen verschieden. Die Schlussfolgerungen einer praktischen Anthropologie müssen für jedes Land besonders abgeleitet werden, je nach den besonderen Bedingungen, die dieses Land bietet. Die Bedingungen des gemeinsamen Menschseins freilich werden in allen Verschiedenheiten der Rassen und Völker gemeinsam und vielfach auch gleich sein; sie müssen als solche ebenfalls erforscht und erkannt werden. Eine einzige Menschlichkeit schliesslich muss und wird die

Menschheit verbinden und es wird unsere Aufgabe als Anthropologen sein, dazu die Grundlagen zu schaffen, jeder auf seine Weise.

Das ist das, was dann offenbar auch andere Wissensgebiete, als Grundlage für weitere Schlussfolgerungen, von der modernen Anthropologie erwarten. Der Mensch und die Menschlichkeit sind zuletzt nicht nur Selbstzweck. Mit ihnen werden vielfach weitere Zwecke verbunden. Das sind technische Weiterentwicklung, gesellschaftlicher Fortschritt, religiöse Transzendenz u. dgl. TOYNBEE hat angesichts der Entartungen in der Anwendung von Erkenntnissen aus der Atomforschung kürzlich der Enttäuschung vieler Kreise über derartige technische Errungenschaften mit der Frage «Wie stehen wir zur Religion?» Ausdruck gegeben: «Wenn die Welt ihren Kredit von der Technik und von der Experimentalwissenschaft, diesem Lebensblut der Technik, zurückzieht, wo soll dann dieses flüssige geistige Kapital neu investiert werden? Vielleicht kann nur der in jüngster Zeit erfolgte Aufstieg der Wissenschaft vom Menschen einen Hinweis geben. Wenn die nicht mit dem Menschen sich befassende Wissenschaft jetzt ihre zeitweilige Forschungsfreiheit verlieren und daher wieder in eine Periode der Finsternis verfallen würde, so werden sich Interesse und Energie vielleicht auf die Wissenschaft vom Menschen konzentrieren. Und wenn dann der Menscheng Geist die Grenzen des wissenschaftlichen Studiums menschlicher Dinge erreicht hat, so mag diese läuternde geistige Erfahrung wieder einen Weg zur Religion eröffnen, einen neuen Zugang, der, wenn auch bescheidener, geistlich verheissungsvoller sein wird». Auch die moderne Anthropologie kann keine Religion geben (was manche von ihr verlangen). Aber sie kann und sie soll die Grenzen aufzeigen, die dem Menschen — und jeder Religion gesetzt sind.

ZUSAMMENFASSUNG

Technische Möglichkeiten, der Zerfall des Kolonialismus, das Erstarken der farbigen Völker und die selbständige Entwicklung der Länder schaffen heute für die Anthropologie ganz andere Möglichkeiten und Notwendigkeiten als in den Jahren, in denen die europäische Wissenschaft führend war. Der Begriff der Menschlichkeit und der Menschlichkeit muß der gemeinsame Begriff sein, der die verschiedenen Länderanthropologien vor unfruchtbarem Zerfall bewahrt. Im übrigen können die Selbständigkeiten in der Entwicklung der verschiedenen Anthropologien einander anregen und gerade in ihrer Eigenständigkeit durch eine angewandte Anthropologie den verschiedenen Gegebenheiten besonders gerecht werden.

Table for the general shape of the negroes' hair

BY

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

Prof. of Anthropology of the University of Oporto
Head of the Anthropological Mission of Moçambique

My dissertation for the competition for the post of «Professor Extraordinário» dealt with descriptive features in Anthropology ⁽¹⁾.

My large contact with the negroes in the Six Campaigns of the Moçambique Anthropological Mission ⁽²⁾ led me to study very tho-

(¹) SANTOS JÚNIOR, *Tabelas de apreciação de alguns caracteres em Antropologia*, Porto, 1948, 43 pages and 33 figs.

This work was published in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XI, Fasc. 3-4, Porto, 1948, pages 213-261, 16 figs.

Later on I presented to the «Premier Congrès International d'Anthropologie Differentielle», held at Royaumont in September 1950, a work which I entitled *Précisions apportées à quelques caractères descriptifs en Anthropologie*, in *Revue de Morpho-Physiologie Humaine*, 4.^e année, Bimestrel 1951, Fasc. II, Paris 1951, pages 50-65, 16 figs.

(²) The Moçambique Anthropological Mission was created by Dr. FRANCISCO VIEIRA MACHADO. This distinguished Minister of the Colonies, appointed me head of the aforesaid Mission, a post which I have had the honour to occupy since 1936.

The Mission carried out Six Campaigns of country works in Moçambique, namely: 1936, 1939, 1945, 1946, 1948 and 1955.

Within the possibilities granted to us, my devoted collaborators and I have tried to study the complex and important problem of the Anthropology (in a wide sense) of Moçambique Negroes. Since I have mentioned them, let me now express my particular affection for the natives of our East Africa Province. As I said before and will repeat now, the more I know them the more I appreciate their numerous qualities and forgive their usually slight defects, as a rule, easy to correct.

I gave a summary of the activities of the Mission in the article *Antropologia de Moçambique*, published in the special number of the news-paper *Diário da Manhã*, celebrating the voyage of His Excellency the President of the Republic to the Overseas Province of Moçambique, Lisbon, September 1956, 31 pages, 2 figs.

roughly the descriptive features of the natives of Moçambique, for the judgement of which I made use of the classical tables published in the treaties of Anthropology (1).

Such tables proved undoubtedly insufficient for the estimation of the several descriptive features studied then, such as: the shape of the hair, the general form of the face or facial contour, the bridge, tip and septum of the nose, the shape of the nostrils and the outline of the lips.

Such insufficiency was for the first time presented by me in a brief critical analysis in my book *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique* (2).

In the several campaigns of the Moçambique Anthropological Mission, especially in those of the years 1945, 1946, 1948 and 1955, I went on working according to those tables, some of them already partly altered by me.

Whenever a case turned up which I could not fit into the types or standards of the table, I would take a note of it. It might be just a sporadic case, a merely accidental variation. In this case its anthropological meaning was not worth appearing in a standard table.

When the case outside the table appeared with a certain frequency we had to make its schematic drawing and include it beside the available table.

So I always did.

Hence arise the modified tables I published in my dissertation for the competition for «Professor Extraordinário», mentioned before.

In the 1948 and 1955 campaigns I carried on my minute study of the descriptive features. I corrected some ideas and confirmed opinions.

Thus, when observing and recording some facial features, I met with some difficulties on using or applying the respective tables.

Owing to the great importance of the descriptive features for the setting up of the different racial groups, it is undoubtedly convenient to fit the standard tables of each feature to the needs of a perfect observation.

The difficulties that turn up when trying to establish an accurate

(1) The tables used by us were those published in the excellent treaty, R. MARTIN, *Lehrbuch der Anthropologie*, 2nd. edition, Jena, 1928, 3 vol., 1816 pages.

(2) SANTOS JÚNIOR, *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do distrito de Tete*, Porto, 1944, 416 pages, 204 figs. and 12 tab. hors texte.

adjustment and systematization of the respective models or types of each table are well known.

This however is no reason to give up the progressive improvement of the standard tables.

Aiming at a logical simplification it seems convenient, at least for some features, to arrange tables of limited use, together with and besides the general ones. I think it quite convenient to plan the arrangement of tables to apply not to every race indistinctly but to certain race groups. We should arrange tables for the analysis of certain features only in the negro races, and others for the same features in the white ones. That is to say: in a table for the study of the outline of the negroes' lips, which are usually more or less thick and very often associated to a prognathism more or less obvious, it is of no moment to include the schemes or characteristic types of the thin-lipped orthognathous white races.

The same may be said for any other features, namely for the shape of the hair, with which we shall deal here in a special way.

*
* *

The importance of hair as a racial feature is obvious and irrefutable. It is so great that both the colour and shape of the hair deserve the qualification of characteristics.

Deniker, as is well known, in his classification of races, established the first six differential groups, considering essentially the shape and the colour of the hair.

Group I, characterized by «Spiral hair. Camerina» englobes Bushmen, Negritos, Negroes and Melanesians.

To study the shape of the hair we had Martin table, copied in fig. 1, in which schemes of smooth, wavy, curly and spiral hair are to be found.

It was this table we used for our work in Africa.

I found out spiral or wooly hair types clearly distinct from those in the table, of which I took due note.

As it well known, the aspect of the negroes' hair varies somewhat according to its length, its being dry or wet, and even to the manner it is combed and the frequency of this combing. Moreover we can

speak of the many ingredients, more or less greasy, with which negroes of many regions smear their heads, not to mention the layers of clay applied to their hair in different forms, namely in oblong berries which, once dry, make up a hard clay cap-like protection (1).

Of course in such cases it is impossible to determine the shape and arrangement of the hair, agglutinated and covered with dry clay.

But even when the woolly hair is not smeared and we can see it in its natural condition we are not always able to appreciate it.

Frequently there appear some negroes who, on the top of their heads, show a continuous woolly aspect (H or I in the table of fig. 1) and on their temporo-parietal regions, more or less isolated tufts of hair (K or L in the table) sometimes almost like typical pepper seeds.

This variety of aspects is partly connected with the length of the hair, and, to a certain extent, depends upon the manner the hair has been cut. In such cases we could choose the criterium of predominance. So, when the configuration of the woolly hair on the temporal, parietal and occipital regions stretches up to the top of the head in such a way that, though we can see a pilose cluster of a different shape there, yet covering only a rather small area, the type of hair to note would be the one on the lateral regions.

Great difficulties sometimes arise.

When the difference between the sides and the top of the head is quite obvious, the best way is to record both aspects.

Anyway a table with the standard types of the configuration of the negroes' woolly hair must be available.

During the 6 campaigns carried out in Africa by the Anthropological Mission, I have the honour to lead, I could see and observe many a thousand of negroes' heads.

As a result of these observations I have drawn up a diagram for the study and analysis of the shape of hair which can perhaps be used for the melanodermic races.

(1) FERNANDO MOUTA, *Etnografia Angolana (Subsidios), África Ocidental (Malange e Luanda)*, Lisboa, 1933, 10 pictures. 40 pictures. In this excellent catalogue, published for the First Colonial Exhibition held in Oporto, in 1934, one may see some photos of woolly hair shaped with clay.

This woolly hair, the author says on page 6, is first divided into thin tresses which are then made thicker, one by one, by means of a red clay paste prepared with «tucula», extracted from the plant «*Pterocarpus tinctoricus Welw*». Finally, the whole thing looks like a bunch of oblong grapes.

These types appear in fig. 2.

The first two schemas, A and B, stand for a type of hair I sometimes met with, sporadically in this one or that one tribe and most

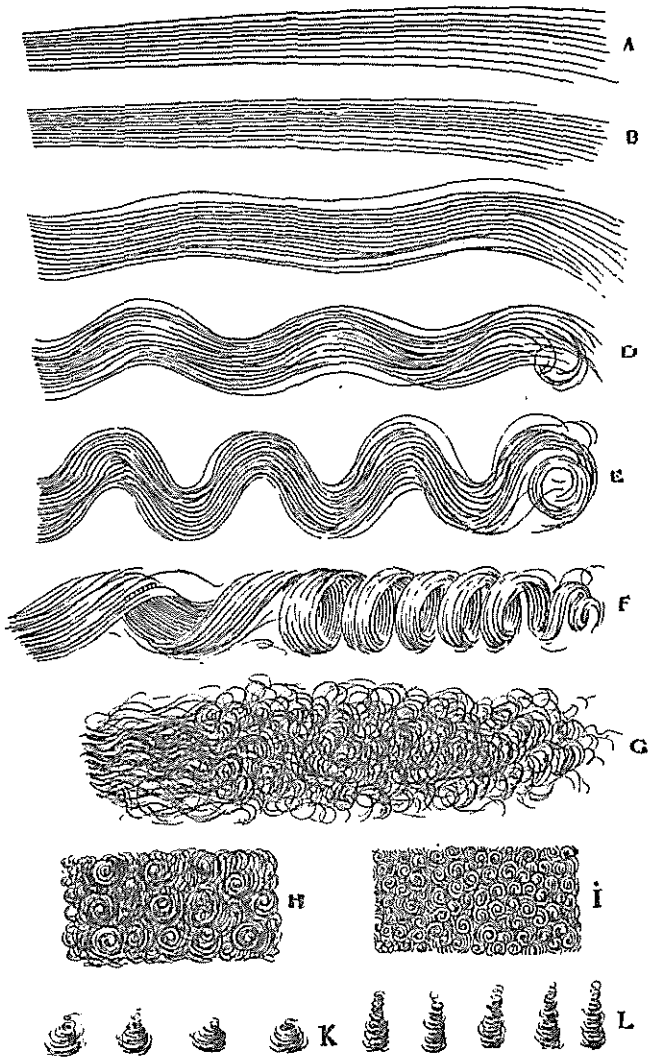
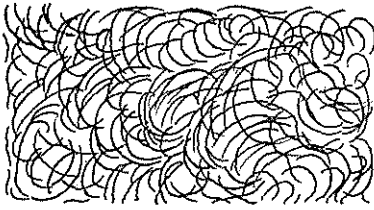


Fig. 1 — Table for the general shape of the hair (Martin).

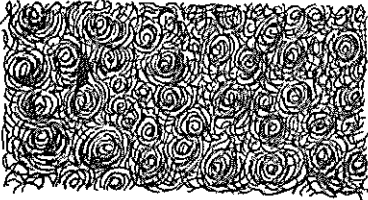
frequently among some individuals belonging to the Antumbas (Angónia, district of Tete) and Pimbés (on the Zambeze bank, Chicó, district of Tete) tribes. Quite frequently even among the Antumbas.



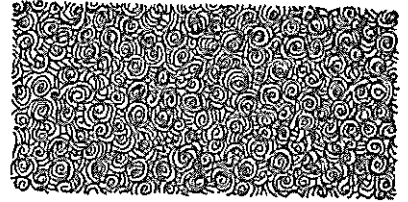
A



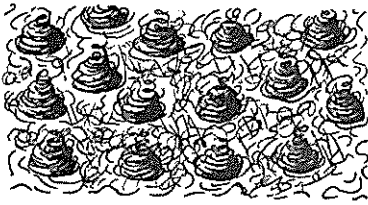
B



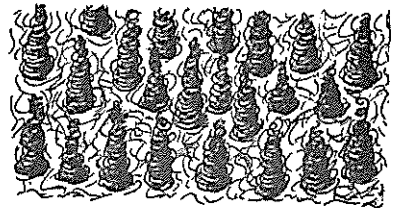
C



D



E



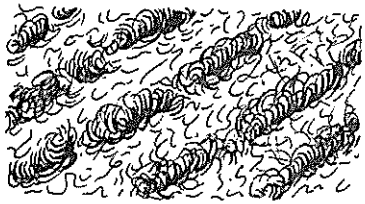
F



G



H



I



J

Fig. 2 — Table of the author for the general shape of the negroes' hair. A — *Eurycamptotrichous*; B — *Stenocamptotrichous*; C — *Euryeritocomous*; D — *Steneriocomous*; E — *Chamælophocomous*; F — *Hypsolophocomous*; G — *Diulotrichous*; H — *Synulotrichous*; I — *Orthulotrichous*; J — *Dictiulotrichous*.

The hairs, tending to curl up in a helical line, yet describe only a curve without getting so far as to wind round one another. The curling may be large, schema A, or shorter, schema B. In either case the hair of this type is smooth to the touch.

It is the type I named «camptotrichous» from the Greek «kamptós», curved, and *thrix*, *trikhós*, hair (¹).

I don't know how far it is convenient to keep the *camptotrichous* types (*eurycamptotrichous* and *stenocamptotrichous*), A and B, or to turn them into one only. Further observations will decide this point.

Schemas C and D are just reproductions of the similar ones in Martin table.

It is the unbrokenly fleecy or *eriacomi* type which appears in two grades, one curling in large spirals and the other in narrow ones. We can name the first type, of large spirals, *euryeriacomous*, from the Greek *euryis*, broad, wide, and *kóme*, hair; the second type, of narrow spirals, we can name it *steneriacomous* (fig. 3) from the Greek *stenós*, narrow (²).

Types E and F are also reproductions of two types in Martin table, marked by tufts or isolated glomeruli. They constitute two grades of the *lophocomi* type, of which the pepper-seeds type is a small tufted variety.

After Dr. INEZ LOURO's opinion, type E may be called *chamaelophocomous*, from the Greek *chamai*, on the ground, level, dwarf, plus *lóphos*, crest, tuft, and *kóme*, hair; type F, *hypsolophocomous*, from the Greek *hypsos*, height, (meaning high, long and thin). In the opinion of the above mentioned and distinguished philologist, the pepper-seed type may be called *microlophocomous*.

(¹) I am most obliged to the distinguished Professor and philologist Dr. FRANCISCO TORRINHA for having, when consulted by me about this matter, helped me to create the four words «*camptotrichous*», «*diplotrichous*», «*synulotrichous*» and «*orthulotrichous*», I pay homage to the memory of this cherished erudite friend of mine.

(²) I am most obliged to Dr. JOSÉ INEZ LOURO, a greatly distinguished researcher of the «Centro de Estudos Filológicos do Instituto de Alta Cultura» for the creation of these and other vocables mentioned further on.

The vast knowledge of Dr. INEZ LOURO, who for many years has been studying the Greek language about which he has published some momentous works, was widely proved by the readiness with which he answered when consulted by me over the necessity of naming certain types of the negroes' hair.

Here I pay my respects to him and my most sincere thanks.

Schema G is the one I call *diulotrichous*, from the Greek *dí(a)*, division, plus *oulos*, tuft, and *thrix*, *trikhós*, hair. It may remind us of the *lophocomi* type, but we must notice that the tufts are inclined or bent downwards. The hairs gather spontaneously in tufts or glomeruli somewhat voluminous, isolated and bent down.

They grow in an islet-like way, each islet made up of one single oblong glomerulus.

In schema H the hair grows also in small islets, kept apart from one another, as in the case aforementioned, by spaces covered with some short and slightly curled hair. Here, however, each islet is caused by the gathering together of some glomeruli, each one of them much smaller than the tufts or glomeruli of the previous type, and, as a rule, with converging axes. I shall call this type *synulotrichous*, from the Greek, *syn*, together, plus *oulos* and *thrix*, *trikhós*.

In schema I the glomeruli or tufts may remind us of the *diulotrichous* but its disposition is now in more or less straight rows or lines. We could name this type *euthyulotrichous*, from the Greek *euthys*, straight, or *orthulotrichous* (fig. 4 and 6) from the Greek *orthós*, which also means straight.

After Dr. FRANCISCO TORRINHA, who was a distinguished professor at the Arts Faculty of Oport University, a remarkable lexicographer and creator of these two vocables, we must prefer the second one, its root *orthós* being more current.

The last type in the table, which we call *dictiulotrichous*, from the Greek *diktyon*, net, more, *oulos*, more *thrix*, *trikhós*, is composed of closely intertwined tufts making up cords, now straight now curved, occasionally linked up by expansion or diverticles (fig. 7 and 8). The mass of the cords ranging irregularly forms a network of dissimilar mesh. The spaces between the cords have scanty hair and take the shape of an irregular mosaic.

*

* *

I have found specimens of all these types among the thousands of negroes of Moçambique examined by me.

As I go on studying Moçambique tribes, I will, in the section of descriptive features, give an account of the percentages found in them for each type of this table.

It is not always an easy task to classify the arrangement and dis-

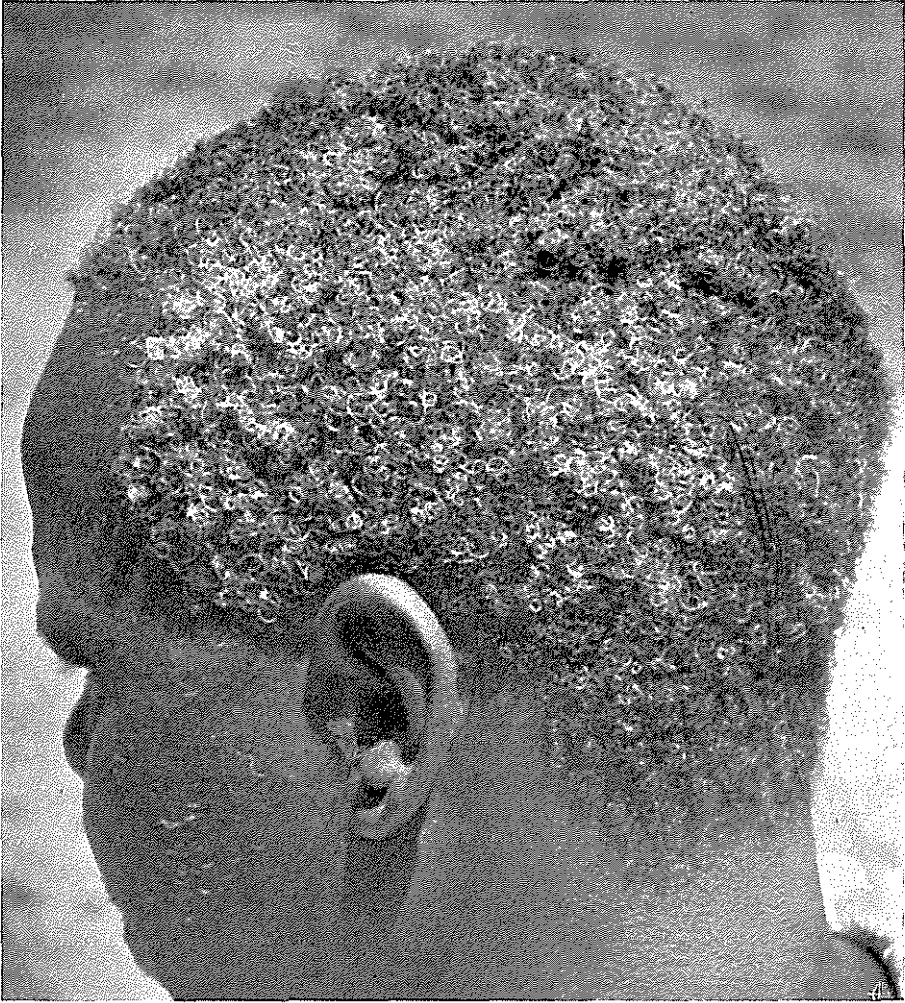


Foto Santos Júnior

Fig. 3 — Hair of a negro from Moçambique of the unbrokenly fleecy or *eriacomi* type. As the curling is narrow, narrow spirals, we name this type *steneriocomous*.

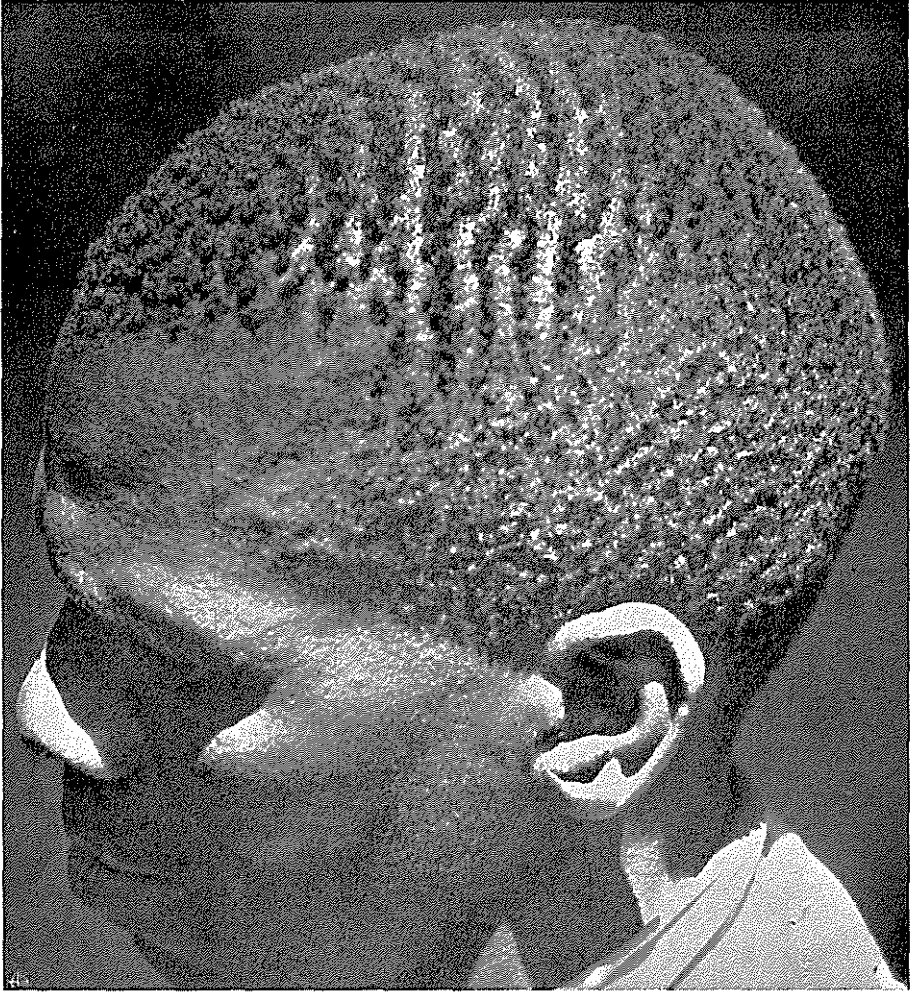


Foto Santos Júnior

Fig. 4 — Head of a negro from Moçambique showing woolly hair of the *orthotrichous* type.

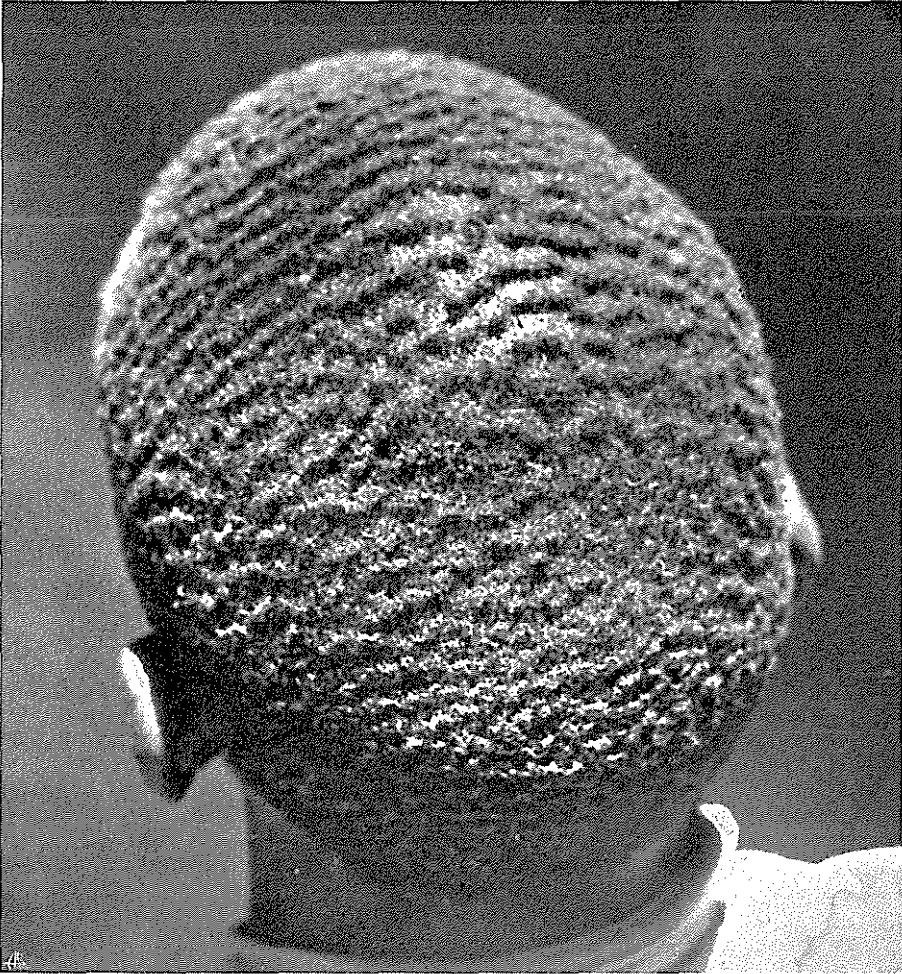


Foto Santos Júnior

Fig. 5 — A photo of the head of the negro in the previous picture clearly showing the *orthulotrichous* type, well marked specially on the fore half.

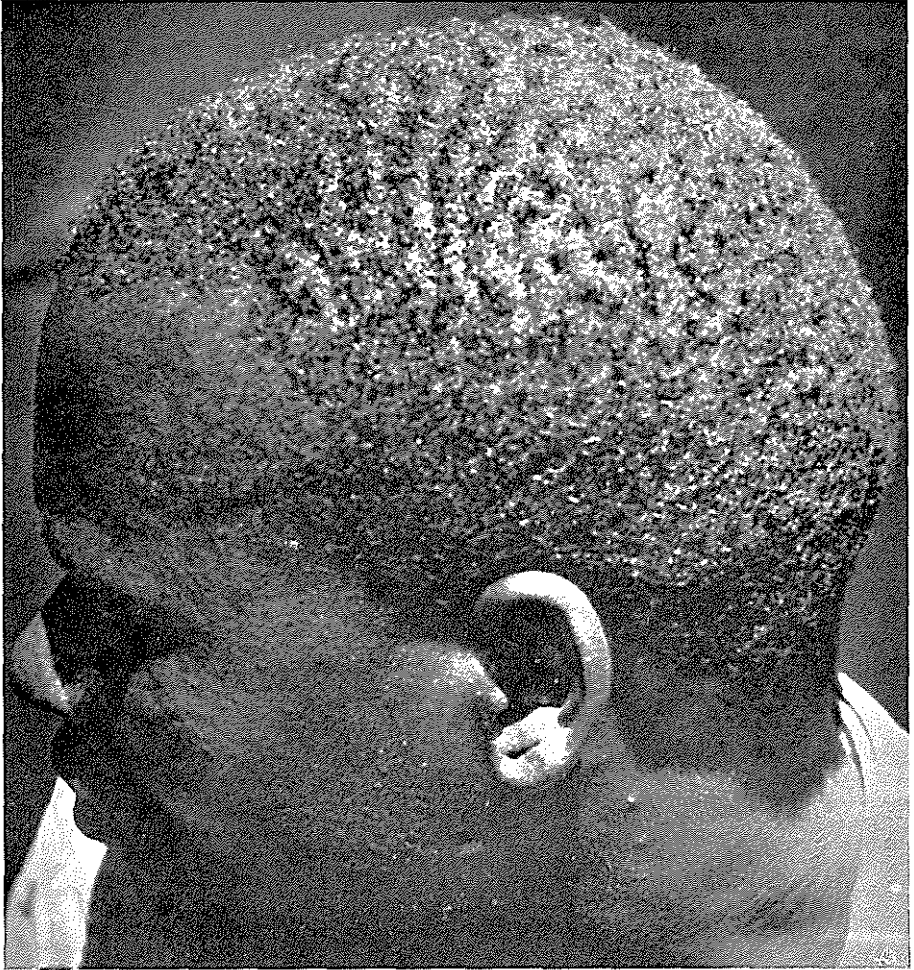


Foto Santos Júnior

Fig. 6 — On this head there is, say, association of two types, which is often found. On the parietal bump the hair grows in isolated tufts (*eriacomi*) with a tendency to form rows here and there. On the fore half of the head the *orthulotrichous* disposition is quite clear.

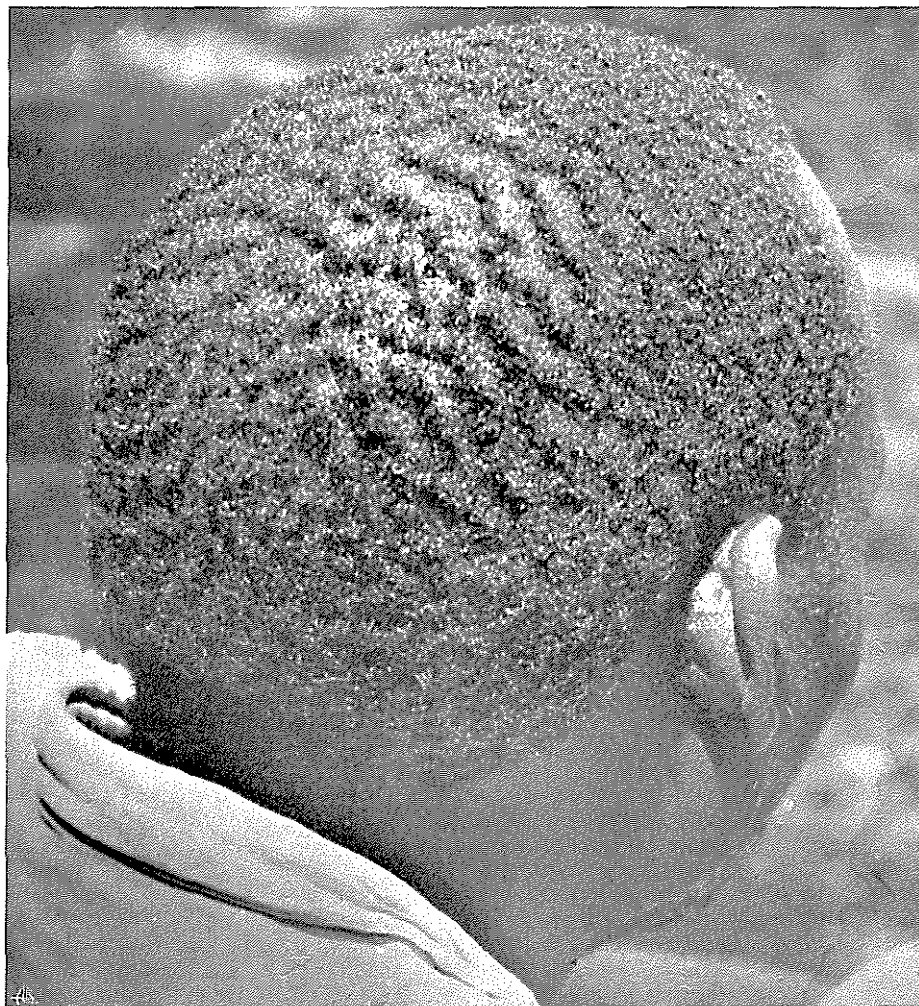


Foto Santos Júnior

Fig. 7 — Woolly hair of a negro from Moçambique made up of wavy cords or cords in zigzags linked here and there by expansions or diverticles. It is the type I name *dictulotrichous* from the Greek *dikty(on)*, net, plus *oulos*, tuft, plus *thrix*, *trikhós*, hair.

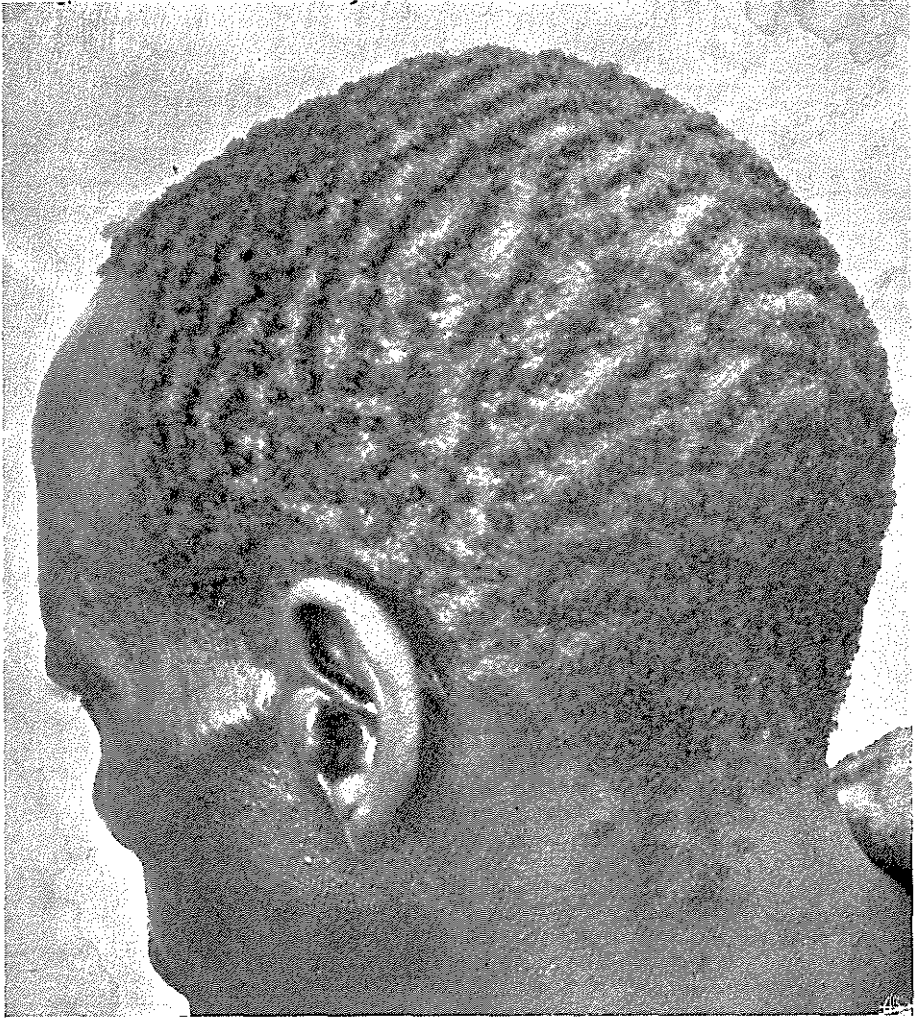


Foto Santos Júnior

Fig. 8 — Another case of woolly hair of the *dictiulotrinous* type like the one in the previous picture. In this case small tufts or glomeruli appear along the cords here and there.

tribution of the tufts in a head of wooly hair within the standard types of table now issued by us, v. g. MARTIN table.

But we must remember that in such tables one must avoid an excessive splitting up of standards.

One problem to study will be the one concerning the genetics of these types of wooly hair.

How far are they transmitted by heredity?

Another aspect worth studying, in my opinion, is the number of hairs per a certain area, as well as the manner of their insertion in the scalp.

These two elements, together with the index of the hair section, may perhaps explain the morphological diversity of the negroes' hair, which we were able to observe in the six campaigns of the Moçambique Anthropological Mission.

Instituto de Antropologia da Universidade do Porto
31 de Janeiro de 1958

Sur un nouvel alphabet ouest-africain d'origine bété (région de Daloa, Côte d'Ivoire)

PAR

TH. MONOD

La naissance d'un nouvel alphabet est toujours un phénomène intéressant; elle l'est plus encore quand tous les renseignements désirables sont connus sur l'origine du système, et fournis par l'inventeur lui-même.

Après le vaï, le mendé et le toma ⁽¹⁾, c'est encore l'Afrique de l'Ouest qui voit apparaître, en 1956, un alphabet, créé celui-ci dans l'ouest de la Côte d'Ivoire.

L'inventeur est un jeune fonctionnaire du village de Zeprigüé (Subdivision de Daloa, Cercle de Daloa), M. FRÉDÉRIC BRULY-BOUABRÉ. Le point de départ de son travail d'élaboration semble avoir été l'existence, à Gbekola, de pierres particulières ⁽²⁾. Ces pierres «présentent toutes formes et toutes les figures géométriques. Et beaucoup de ces pierres ont surtout la forme d'une «croix». Elles portent parfois des dessins animés. Elles sont de deux aspects: aspect noir et aspect rouge. Elles sont luisantes avec de tout petits points qui étincellent et font penser à l'or».

Ces pierres semblent donc «trop expressives et trop significatives pour la seule cause d'une comptabilité 1, 2, 3, 4, etc» ⁽³⁾; avec «sa

(1) J. JOFFRE: A New West African Alphabet used by the Toma, *French Guinea and Liberia Man, London*, XLIII, n.° 83-102, sept.-oct. 1943, p. 112. — TH. MONOD: Appendice à l'article précédent, *ibidem*. — J. JOFFRE: Sur un nouvel alphabet ouest-africain, le Toma (frontière franco-libérienne), *Bull. Inst. Fr. Afr. Noire*, 7, 1945 [1949], p. 160-179, 8 fig.

(2) Cristaux de staurotide (J.-L. TOURNIER, *in litt.* 8-1-958).

(3) Certains avaient supposé qu'il s'agissait d'une «monnaie préhistorique».



forme, ses lignes, ses faces, ses dessins», chaque pierre exige «une sérieuse description signifiant beaucoup de choses pour le vrai initié».

Serait-ce une «écriture», voire une écriture «préhistorique»? M. BRULY-BOUABRÉ accepte l'hypothèse d'autant plus aisément qu'un jeu des enfants bété utilise de petits cailloux ou des palmistes disposés en figures de formes variées et qu'il s'agit de parvenir à compter sans reprendre haleine, tout en prononçant un texte mystérieux, «incompréhensible et charmant» et auquel les objets à compter paraissent servir de support. S'il s'agit bien d'une «écriture en signes de pierres», ou d'une «écriture en pierres», ne pouvait-on être tenté d'affecter à chaque objet une valeur phonétique?

C'est ici le point important, et singulier, de la démarche intellectuelle de l'inventeur: celui-ci constate, d'une part, l'existence de cailloux si différenciés, si chargés de signatures qu'on peut leur imaginer un rôle symbolique et la valeur d'une «écriture», d'autre part celle d'une récitation que viennent «sous-tendre» les objets sériés qui appuient son aspect rythmique.

Il est parti d'une hypothèse, car il ne sait rien de la signification réelle des cailloux de Gbekola, et les objets des rangées du jeu d'enfants ne sont pas, individuellement, et de façon permanente, des mots ni des sons. Mais il va, partant de cette hypothèse, tenter résolument de l'incarner. C'est le geste décisif dont découlera tout le reste, et l'acte créateur saisi à son origine même, dans sa foncière originalité.

Une pierre est baptisée d'un nom: «Gbeuly», mais il apparaît vite nécessaire de passer à la syllabe, et deux pierres sont nommées l'une «gbeu», l'autre «ly»; on avait dès lors 4 syllabes possibles avec 2 signes: «gbeu», «ly», «gbeuly», «lygbeu». Mais «gbeu» signifie, en bété, «hache», et «ly», «lance». «Sur ce, je passai de la composition des noms avec les pierres au dessin des outils. Et d'un trait de plume je jetai sur un bout de papier volant ces deux petits dessins

  ». Cela faisait «gbeu»-«ly», et, en inter-

vertissant les signes   , «ly»-«gbeu».

Dès lors, le labeur de l'inventeur, long, patient, secret et difficile, consiste à imaginer pour chaque monosyllabe de la langue bété ⁽¹⁾ un

(1) Dans quelques cas, on a eu recours à un mot français,

petit dessin qui allait «signifier» la syllabe correspondante et, par conséquent, permettre, en partant du dessin, de retrouver le son signifié «Partout j'étais au travail, au bureau, sur le chemin de la maison, sur celui du retour, au travail, au cours de mes repas, pendant les heures de repos, en promenade, dans les pauses de mes discours, dans mon lit, dans ma respiration, dans mon sommeil, car il y a dans ce travail des signes que j'ai même rêvés. Je travaillais comme un poète cherchant des rimes difficiles».

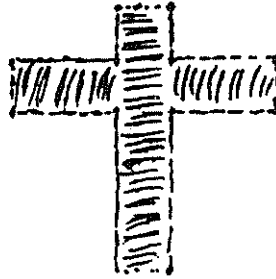
Pour faciliter l'établissement de son catalogue, qui compte 365 à 370 signes, M. BRULY-BOUABRÉ a suivi un syllabaire français, mais a bien vite découvert que la phonétique du français ne coïncidait que très partiellement avec celle du bété, d'où la nécessité de créer aussi des signes pour tous les sons spéciaux au bété.

Puis il faut résoudre les problèmes de la nasalisation (3 signes diacritiques spéciaux, suscrits, pour \bar{a} , \bar{i} , \bar{o}), de certaines syllabes à terminaison consonantique (un signe, souscrit, prolonge la syllabe d'un r terminal), des chuintantes, toutes obtenues par un signe unique, suscrit, modifiant les syllabes en $s \rightarrow \check{s}$ et $z \rightarrow \check{z}$: «tout mot portant ce signe se prononce comme si l'on avait une poignée de riz très chaud dans la bouche et que, la bouche ouverte, l'on souffle fortement dans le riz pour le refroidir au salut de son palais, mais on prononce ce mot sans arrêter le souffle salutaire; ainsi *sa* serait prononcé *cha*». Il y aura, seule concession à l'alphabétisme, mais toujours représentées (sauf pour \hat{e} et \acute{e}) par des signes ayant un sens en bété, six voyelles. Et enfin des signes divers, «trait de séparation» destiné à empêcher, dans le cas de signes doubles (très fréquents), la confusion avec le redoublement d'un signe simple, signe augmentant «la sonorité du mot sur lequel il est placé», signe provoquant «pour le mot sur lequel il est placé une brusque aspiration», signe représentant «tout mot prononcé, bouche fermée, dans les poumons», signes de proximité ou d'éloignement (dans l'espace), signes de ponctuation (interrogation, pause).

M. BRULY-BOUABRÉ a bien voulu rédiger deux cahiers (1) exposant le détail de son système, son origine, son objet. Cette note préliminaire n'étant destinée qu'à signaler un nouvel alphabet africain, il suffira de donner ici, à titre d'exemple, le taux-titre du cahier n.° 1

(1) N.° 1, 19 p., 22-23 octobre 1957 et n.° 2, 92 p., 19-26 novembre 1957, complétés par une lettre du 16-1-1958, 15 p.

(fig. 1), deux pages-spécimens du syllabaire (cahier n.º 1, p. 10 et 13, fig. 2-3) et une page spécimen de texte bété (cahier n.º 1 p. 5, fig. 4).



« K N O »

 111
 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9
 — 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

« Langue vernaculaire bété. »
 A Maître Momod de l'IFAN.
 Dakar.

Fig. 1 — Fac-similé de la page 2 du cahier n.º 1.

L'alphabet de M. BRULY-BOUABRÉ, si nouveau soit-il, n'est plus déjà le secret de son inventeur: «Plusieurs personnes du village ont

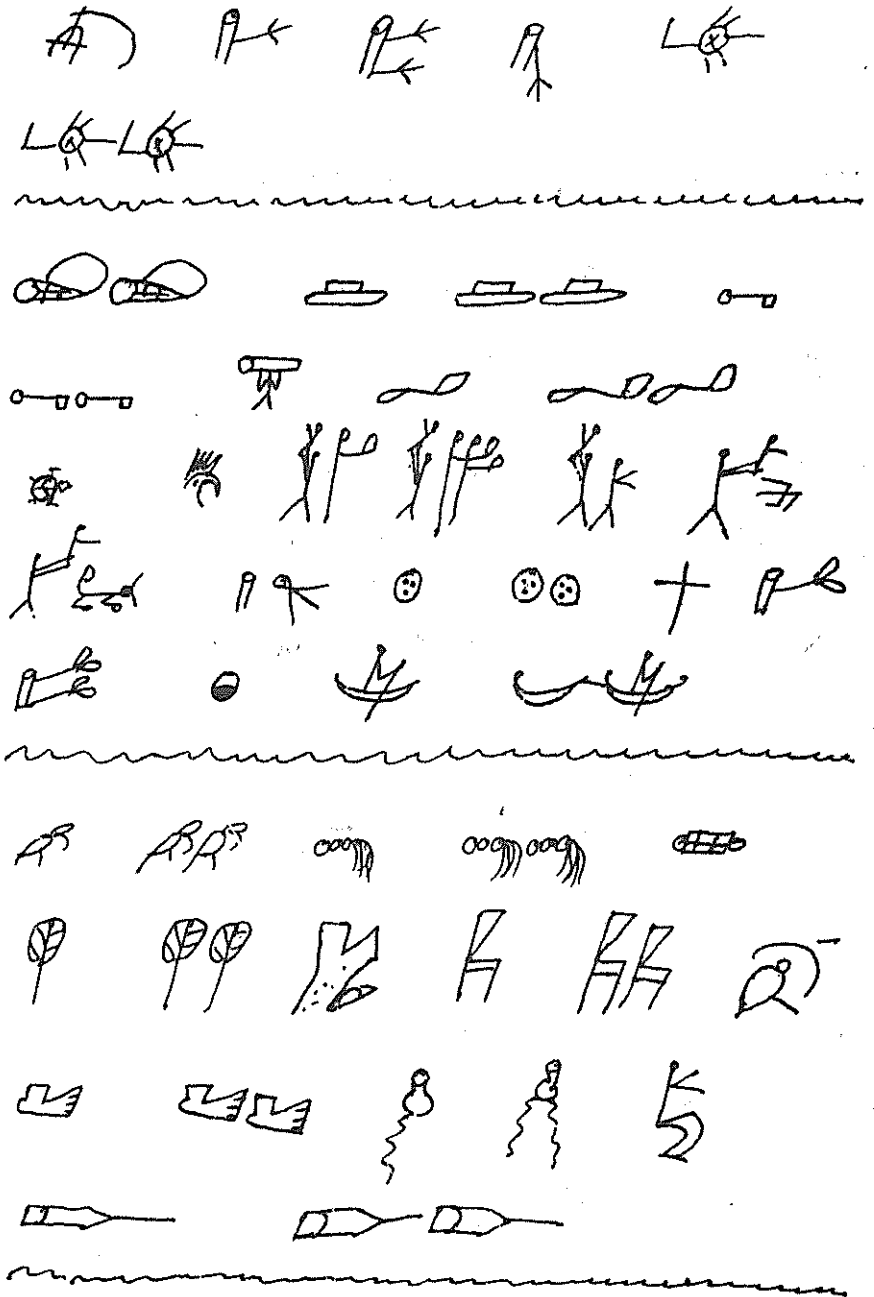


Fig. 3 — Fac-similé de la page 10 du cahier n.º 1 : fragment du syllabaire.

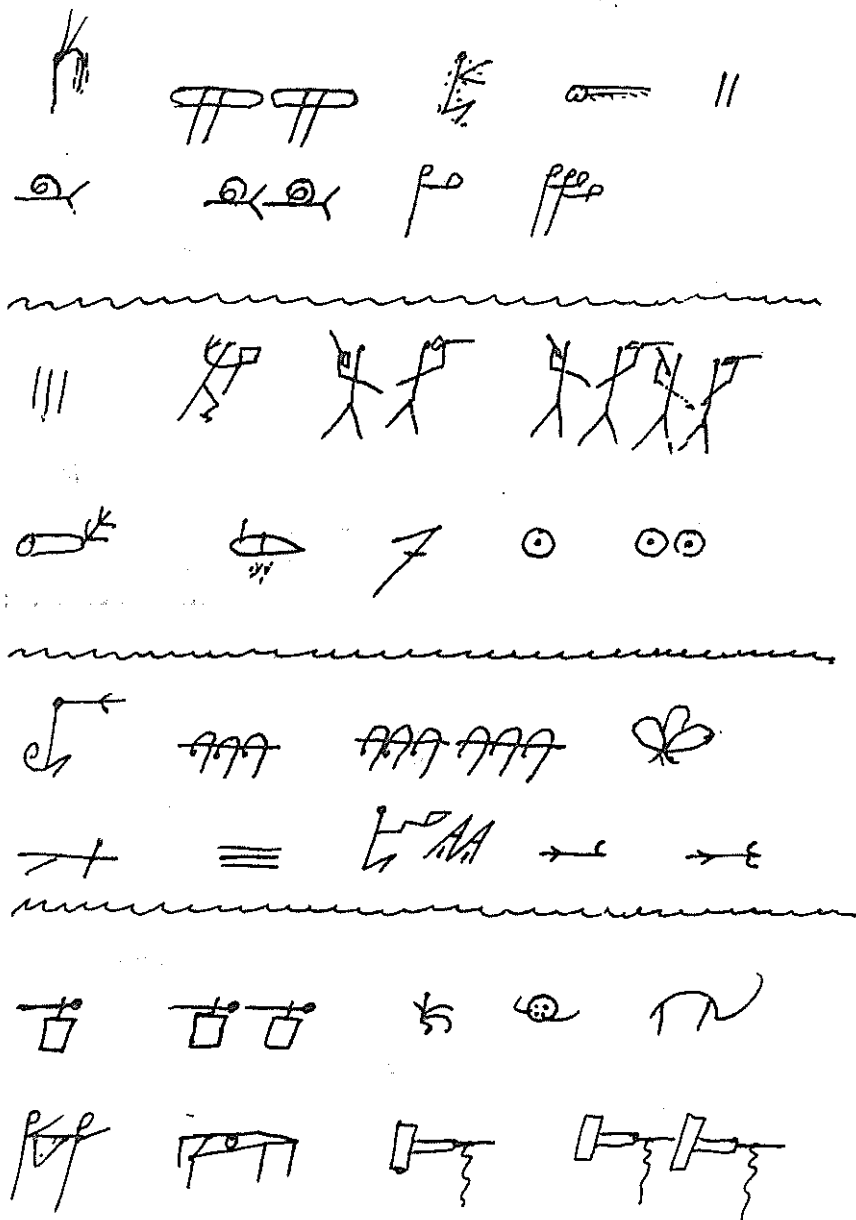


Fig. 4 — Fac-similé de la page 13 du cahier n.º 1: fragment du syllabaire.

appris cette écriture, et j'en ai même vu des signes peints sur les murs d'une case. Tout le village semble en tous cas très intéressé par cette tentative». (J.-L. TOURNIER, *in litt.* 8-1-1958).

Il reste à évoquer l'objet même de la tentative de M. BRULY-BOUABRÉ. Quel a été son but? La connaissance du nouvel alphabet doit permettre aisément au bété d'écrire et de lire sa langue maternelle; elle peut servir à transcrire d'autres langues, et M. BRULY-BOUABRÉ donne des exemples de textes français écrits en caractères syllabiques bété: «Quant à l'usage pratique, nous savions que, dans nos recherches, nous avions un but préféré à atteindre. Ce but était de réaliser une méthode tout facile pouvant aider la masse ignorante de la communauté bétée à apprendre à lire dans un minimum de temps. Le plus grand mal était pour nous que la plus grande masse humaine ne savait point lire et de ce fait, les ténèbres étaient grandes sur terre. Tout humaniste a pitié de voir que son frère ne savait point lire...»

L'auteur insiste sur le fait qu'il s'est efforcé de choisir des signes simples, représentant des objets usuels, des choses familières. Il ne considère d'ailleurs nullement son système comme définitif et sans défauts. A l'usage, «bons et mauvais côtés» se révéleront et il sera possible de perfectionner systématiquement, patiemment, l'alphabet nouveau-né qui «a encore grandement besoin de tout soin paternel».

On ne saurait être plus raisonnable, et l'on suivra avec intérêt et sympathie l'ingénieuse tentative de M. BRULY-BOUABRÉ, preuve nouvelle, en tout cas, des facultés inventives de certains Noirs de l'Ouest africain ⁽¹⁾.

SUMMARY

After the *vai*, the *mende* and the *toma* alphabets, a new one has been recently invented, in 1956, by Mr. F. BRULY-BOUABRÉ, for the *bete* language (western Ivory Coast). The full history of the alphabet is known from its author himself and provides an interesting example of an invention stimulated by observation (a child's game) and hypothesis (the Gbekola stones *may* have been a kind of scripture). The system is nearly purely syllabic (with 365-370 different signes), the shape of each sign meant to reproduce the meaning of a corresponding monosyllabic *bete* word. The present note is just preliminary, the whole system will be published elsewhere.

(¹) Il ne s'agit ici que d'une note préliminaire; tous les détails désirables sur l'alphabet de M. BRULY-BOUABRÉ ont été publiés, avec la reproduction *in extenso* des signes dans le *Bulletin de l'Ifan*, série B, Sciences humaines, T. xx, n.^o 3-4, juillet-octobre 1958, pp. 432-553.

L'Anthropologie américaine et le diffusionisme de P. Laviosa Zambotti

PAR

JUAN COMAS

Université Nationale du Mexique

La professeur de palethnologie de l'Université de Milan, est l'auteur d'un livre que nous avons eu l'occasion de connaître il y a très peu de temps dans sa version française de 1949 ⁽¹⁾.

Elle nous dit de son ouvrage: «c'est la première tentative que soit faite pour démontrer le monogénisme de la civilisation agricole universelle en se servant d'une méthode historique bien définie» (p. 7); et dans la Préface nous lisons que «il s'agit d'un essai d'explication vigoureux et très bien articulé, à partir d'un seul centre de diffusion, de toutes les formes de cultures, si bien celles de la préhistoire, de la protohistoire, et de l'histoire ancienne, que celles des peuples «primitifs» qui vivent encore de nos jours au niveau ethnographique» (p. 1).

Le fait qu'une décade se soit écoulée depuis sa publication initiale et que d'autre part les écoles ethnologiques diffusionnistes et anti-diffusionnistes ont été analysées et discutées à satiété, sans que toutefois un accord ait été établi entre les partisans extrémistes de l'une et de l'autre théorie, serait un prétexte suffisant pour ne pas nous occuper de ce livre, si nous n'avions une raison spéciale de le faire, à savoir: l'attitude de l'auteur, vis à vis des anthropologues américains et l'opinion qu'en bloc elle nous accorde.

Examinons à titre d'exemple, parmi beaucoup d'autres, quatre cas prouvant que LAVIOSA ZAMBOTTI soutient des affirmations erronnées, qui manquent de comprobatation et même sont ouvertement contradic-

⁽¹⁾ *Origini e diffusione della civiltà.* — 1947. — Traduction française: *Les origines et la diffusion de la civilisation.* Payot, editeur. Paris, 1949. — 460 p. Toutes les citations se réfèrent à l'édition française.

toires, enlevant de ce fait une grande valeur à sa conception culturelle diffusionniste monogéniste.

1) Se référant au processus évolutif humain, elle nous dit: «C'est vers la fin du Tertiaire que ceux-ci [les singes anthropomorphes] paraissent sur notre planète» (p. 82). L'erreur est évident, si par fin du tertiaire nous entendons sa dernière période, c'est à dire, le pliocène; dans n'importe quel ouvrage de paléontologie il est aisé de lire que plusieurs familles et genres d'anthropomorphes fossiles existaient depuis des époques antérieures de plusieurs millions d'années; par exemple: le Propithecus de l'oligocène; le Pliopithecus, le Dryopithecus, le Limnopithecus, le Sivapithecus, le Proconsul, depuis le miocène, etc. (1).

«Au début du pléistocène la forme humaine révèle des caractéristiques qui ne la distinguent pas absolument des singes anthropomorphes. Le Pithécanthrope de Java en semble une preuve par la calotte cranienne et la dentition que nous en possédons» (p. 84).

Nous ne concevons pas comment une telle affirmation peut se faire. Du point de vue «humaine» ou «préhumaine», la différence ostéologique du pithécanthrope par rapport aux singes anthropomorphes est évidente; il suffit de rappeler ici la capacité moyenne des quatre calottes craniennes de pithécanthrope (et non une) connues déjà en 1945, pour rejeter cette soi-disante égalité absolue de caractères à laquelle on fait allusion (2).

2) Traitant le problème de l'influence du milieu, nous trouvons les affirmations suivantes: «La forêt tropicale... provoque des phénomènes de nanisme. Nommons les Vedda de l'Inde ou les Pygmées d'Afrique tropicale»... «Le crâne large et court (brachycéphalie)... semble représenter, lui aussi, un phénomène de convergence déterminée par l'analogie du milieu plutôt que la caractéristique d'un groupe racial déterminé», «...à notre avis l'action stimulante du milieu est un facteur déterminant dont il faut, en tout cas, tenir compte»... «parmi les phénomènes liés au milieu tropical, citons... le nez large à dos concave (platyrhinie)» (pp. 31-32).

(1) BOULE, M. — *Les Fossiles*. Paris, 1935; pp. 804-807. WEINERT, H. — *L'homme préhistorique. Des préhumains aux races actuelles*. Paris, 1939; pp. 30-46. MONTANDON, G. — *L'homme préhistorique et les préhumains*. Paris, 1943; pp. 291-317. Nous nous référons uniquement à des publications antérieures à 1945, considérant que LAVIOSA ZAMBOTTI publia son livre en 1947.

(2) WEIDENREICH, F. — *The Puzzle of Pithecanthropus. Science and Scientists in the Netherlands Indies*, pp. 380-90. — New York, 1945.

Nous ne croyons pas qu'il existe des faits pouvant soutenir pareille croyance; bien au contraire. Comment expliquer alors, par le simple déterminisme géographique, la convivence en Afrique tropical, de ces pygmées de petite taille, avec des groupes de nègres de taille moyenne, sinon haute? C'est un fait bien connu que les negrilles africains forment des îlots au milieu d'un habitat nègre. Et que penser de la taille des Nambiquara et Carajá (mesurant 162 cm et 168 cm) tribus qui habitent la forêt tropicale brésilienne?

Si c'est l'action stimulante du milieu qui règle la forme du crâne, la convivence en un même habitat équatorial de brachycéphales (pygmées) et dolicocephales (nègres) serait aussi inexplicable et nous pourrions citer encore bien d'autres exemples.

Quant à l'indice nasal, le même argument reste valable. Quel serait, par exemple, l'explication possible de l'hyperplatyrhinie (indice allant jusqu'à 102.0) des boschimans qui habitent dans des régions clairement éloignées du milieu tropical, tel le désert de Kalahari, parallèle 25 de l'hémisphère sud? Ou encore la variété des valeurs de l'indice nasal allant de la leptorhinie à la platyrhinie, de diverses tribus qui habitent la zone tropicale américaine?

Non pas que nous voulions nier l'influence du milieu, dans son sens plus large, en ce qui concerne la conformation somatique humaine; nous avons à ce sujet clairement établi notre point de vue au moment opportun ⁽¹⁾. Mais le déterminisme du à l'influence du milieu, tel que le présente LAVIOSA ZAMBOTTI est du pur lamarckisme; aucun biologiste et moins encore anthropologue ne peut aujourd'hui l'accepter, étant données les observations et expériences dont on dispose.

3) En ce qui concerne le peuplement de l'Amérique, l'auteur admet que l'élément le plus archaïque est représenté par les crânes de Punin et Lagoa Santa avec des «traits typiquement australoïdes» et «même une variété mélanésienne» (p. 122), ajoutant à la page suivante: «nous ignorons encore la porte d'entrée empruntée par ce substrat archaïque».

C'est à dire que pour LAVIOSA ZAMBOTTI le peuplement du Nouveau-Monde se fit par divers groupes humains, thèse contraire à celle de HRDLICKA qui croyait uniquement à des immigrations mongoloïdes arrivées par le Détroit de Behring. N'empêche que notre auteur n'hésite pas à recourir au témoignage du créateur de l'*American Homotype*,

(1) COMAS, JUAN — *Manual de Antropologia Física*, México, 1957, pp. 85-91 et 155-61.

pour nous dire qu'elle adopte son point de vue «d'après lequel aucune découverte préhistorique ne remonterait plus haut que le néolithique» (p. 123).

Nous comprenons fort bien le désir d'accumuler des témoignages essayant de prouver que le peuplement de l'Amérique est un fait relativement récent, car seulement de cette façon sa thèse de diffusionisme monogéniste trouve un ajustement chronologique; il y aurait autrement un décalage inexplicable.

Mais ce qui nous paraît inadmissible est: a) qu'un livre publié en 1947 s'appuie sur le témoignage de HRDLICKA, vieux de 30 années, oubliant ou méconnaissant toutes les recherches faites et publications parues durant trois décades sur un sujet aussi passionnant; b) qu'en plus l'auteur ne transcrit pas la véritable opinion de HRDLICKA à ce sujet, ce dernier disant: «All this leads to the strong presumption that the beginning of migration into America did not take place before the time of the European neolithic period, which, reduce to years, would be somewhere between ten thousand years ago and the dawn of the historic period in the Old World» (1).

Il est évident que pour l'anthropologue de Washington une antiquité de 10.000 ans, concernant l'arrivée des premiers mongoloïdes en Amérique était possible. Mais il semble plus prudent à LAVIOSA ZAMBOTTI de supprimer la citation complète, évitant ainsi une contradiction évidente avec ce qu'elle nous avait dit auparavant au sujet des chasseurs de rennes et de bisons des régions asiatiques arctiques et subarctiques qui se sont ouverts «à travers la Sibérie du nord-est, un chemin vers l'Amérique. Une fois sur le continent américain, c'est-à-dire, à notre avis pas avant le second millénaire avant J. C....» (p. 38). Autrement dit elle donne plus ou moins l'an 2.000 avant J. C. comme début de l'émigration des mongoloïdes d'Asie vers l'Amérique.

L'examen le plus sommaire des investigations faites jusqu'en 1945 et avancées par la paléontologie et l'archéologie américaines, donne, même en considérant les calculs les plus pessimistes des dates incontestables, prouvant l'existence de l'homme en Amérique du Nord, plus ou moins 10.000 ans avant J. C. (2).

(1) HRDLICKA, A. — The Genesis of the American Indian. *Proceedings of the Nineteenth International Congress of Americanists, held at Washington, december, 1915*; pp. 559-68. — Washington, 1917 (La citation se trouve p. 566).

(2) MARTINEZ DEL RIO, P. — *Los Orígenes americanos*, México, 1943; pp. 170-218.

Les découvertes postérieures et les nouvelles techniques de déterminations chronologiques, surtout celle du C_{14} , non seulement ont confirmé cette date, mais ont reculé encore plus le moment de l'apparition de l'homme en Amérique, tant septentrionale que méridionale.

4) Voyons maintenant les données qu'adopte notre auteur pour expliquer, par le seul mécanisme diffusioniste, la présence de la culture agricole en Amérique:

«Centres créateurs et moteurs *primaires* donnant naissance à des centres *derivés*»... «Ces centres *secondaires* sont, naturellement, plus récents que les centres *primaires* dont ils sont issus et ils peuvent à leur tour être à l'origine des centres moteurs *tertiaires* dotés de caractères chronologiques plus récents que les *secondaires* et à fortiori que les *primaires*» (p. 27).

Le Proche-Orient voit surgir la civilisation agricole «dans les régions baignées par le Nil et par l'Euphrate». Le centre babylonien-élamite s'étendra «peu à peu vers le Beloutchistan, l'Hindoustan et les territoires transcaspiens». Depuis l'Asie centro-meridional le courant agricole parvient «sans doute par le bassin du Tarim, jusqu'en Chine et donne naissance sur l'Hoang-Ho à un autre foyer dérivé de culture; centre agricole très important et constituera l'épicentre de rayonnement de tous les territoires de l'Extrême-Orient, du Pacifique et des Amériques» (pp. 40-41).

La civilisation agricole du centre primaire élamo-babylonienne fleurit dans la première moitié du IV^e millénaire avant J. C. (pp. 50 et 176).

«Le passage d'une culture, de son épicentre primaire à un épicentre secondaire, implique donc un temps considérable» (p. 53). Idée énoncée plusieurs fois: «Il est évident qu'un cycle culturel demande du temps — un temps énorme lorsque sa diffusion est œcuménique — pour prendre possession des aires où nous le trouvons successivement installé» (p. 73); «...les centres de la plus lointaine périphérie, ont fait leur apparition, le plus souvent, alors que les épicentres de genèse étaient déçus depuis des millénaires» (p. 74); «...encore une fois, c'est dans les aires marginales extrêmes que le flux d'expansion parvient en dernier lieu, parfois même avec un très grand retard» (p. 77).

«Nous avons retenu, comme centres primaires de la genèse de la civilisation agricole, les cultures d'Obeid-Eridu de Babylonie, Elam et Mesopotamie» (p. 201).

La culture d'Anau, dans la région de Merv (Turkmenistan), et celle de l'Indus «pourraient retarder d'un millénaire, sinon plus, sur la

culture babylonienne-élamique» (p. 209). Ceci la situerait à peu près vers le milieu du III^e millénaire, soit 2,500 a. J. C.

«Le fleuve jaune ou Hoang-Ho est appelé à nouer autour de lui tout le système culturel de l'Extrême-Orient asiatique fondé sur l'agriculture» (p. 265).

Parlant de la chronologie de cette civilisation de Hoang-Ho on nous dit: «la première civilisation agricole n'a pas pu y fleurir beaucoup avant la première moitié du second millénaire avant J. C.» (p. 282). Donnée confirmée à la p. 315 où l'on peut lire que «les ferments de la culture agricole arrivent en Chine entre 2000 et 1500 avant J. C.».

D'autre part, depuis l'Inde le courant agricole rencontre «dans l'Indochine une voie largement ouverte à son expansion»; et «la région d'au delà du Gange et plus proprement la Birmanie, constitue le terrain naturel de rencontre des deux courants agricoles: celui qui provient de la Chine (Hoang-Ho) et celui qui arrive par l'Inde continentale» (p. 315).

La plus ancienne culture agricole indochinoise est celle de Somrong-Sen (Cambodge), dérivation périphérique de celle de l'Hoang-Ho, «établie en Indochine avec un retard de plusieurs siècles sur son centre de genèse chinois» (p. 325), «probablement autour de 1000 avant J. C.» (p. 334).

«La plus ancienne civilisation agricole indonésienne doit être regardée comme une dérivation directe de la civilisation indochinoise» (p. 338).

C'est ici que nous découvrons une sérieuse contradiction dans la chronologie établie par LAVIOSA ZAMBOTTI pour expliquer la diffusion de l'agriculture depuis le centre primaire babylonien-élamite jusqu'aux régions marginales, passant par les centres secondaires et tertiaires. En effet, ayant supposé que l'agriculture indonésienne est une dérivation de l'indochinoise et ayant fixé l'antiquité de celle-ci — comme nous venons de l'indiquer — quelques 1.000 années avant J. C., il n'est pas admissible qu'elle arriva au centre indonésien vers la fin du II^e millénaire (p. 338), étant donné que le principe de base du système diffusioniste de LAVIOSA ZAMBOTTI est, nous le répétons, que: «un cycle culturel demande du temps — un temps énorme lorsque sa diffusion est océanique — pour prendre possession des aires où nous le trouvons successivement installé» (p. 73). Mais continuons plus avant: «la culture agricole mélanésienne» tire son origine de «la plus ancienne culture agricole chinoise de l'Hoang-Ho et surtout de la culture indochinoise de Somrong-Sen» (p. 342), mais également de celle de l'Indonesie

(p. 345); et ajoute quant à la chronologie «la civilisation agricole mélanésienne est très récente et en tout cas pas antérieure à la datation approximative que nous avons proposée pour la civilisation indo-chinoise de Somrong-Sen qu'elle suppose» (p. 345).

Une fois de plus l'auteur oublie dans ces paragraphes son principal argument diffusionniste, étant donné que pour le maintenir d'accord avec ce qu'elle a plusieurs fois répété (pp. 53, 73, 74, 77), l'étape agricole en Mélanésie a dû apparaître plus tard, pour le moins quelques siècles après celle d'Indonésie et il en est de même en ce qui concerne Somrong-Sen (Indochine). Quant au début de l'agriculture en Amérique, elle affirme qu'il n'y a pas «l'ombre d'un doute sur la dépendance culturelle du milieu amazonien décrit par rapport au milieu insulaire du Pacifique et particulièrement au milieu néomatriarcal indonésien-mélanésien»... «La culture agricole indonésienne-mélanésienne de l'Amazonie a dû être apportée par des noyaux des navigateurs de souche mongoloïde qui ont traversé le Pacifique» (p. 348). «L'établissement de la culture amazonienne en Amérique est sûrement postérieur à la formation de la culture mélanésienne, de même que celle-ci est postérieure à la culture indonésienne et indo-chinoise». Et bien qu'elle confesse «il serait risqué de proposer des dates», le fait est qu'elle les propose: «...tout ce vast mouvement périphérique à travers le Pacifique ne saurait remonter au delà du plus ancien âge méditerranéen du fer et qu'il peut être plus ou moins synchrone et postérieur à 1000 av. J. C.» (p. 349).

Nous voyons nettement la confusion et la contradiction chronologique dans laquelle tombe LAVIOSA ZAMBOTTI à partir du centre tertiaire de Somrong-Sen (Indochine), en soutenant, d'une part que les cultures agricoles d'Indochine, Indonésie, Mélanésie et Amazonie apparaissent dans cet ordre et dérivent les unes des autres, et en même temps leur assigne à toutes une antiquité d'environ 1.000 ans avant J. C.

Il est évident que lorsqu'en 1945-46 la docteur LAVIOSA ZAMBOTTI écrivait son livre, elle méconnaissait ou ignorait consciemment, une énorme série de travaux, résultat de recherches sur le terrain, qui pour l'Amérique étaient déjà en contradiction avec sa thèse imaginaire, voulant que l'agriculture du Nouveau-Monde soit un produit exclusif d'un processus diffusionniste originaire du Proche-Orient asiatique, avec des étapes intermédiaires en Perse, Chine, Indochine, Indonésie et Mélanésie, jusqu'à arriver à la région amazonienne; tout cela ayant eu lieu entre 3.500 et 1.000 ans avant J. C.

Les études, entre beaucoup d'autres, de O. F. COOK (1937), J. H.

KEMPTON (1936), E. D. MERRILL (1933), H. J. SPINDEN (1928), N. I. VAVILOV (1931), P. WEATHERWAX (1936) avaient déjà démontré, bien avant 1945, que l'agriculture était un élément culturel autochtone de l'Amérique qui eut ses origines entre 4000 et 2500 ans avant J. C. ⁽¹⁾; vraisemblablement la première date est exagérée, mais les investigations postérieures concernant la détermination chronologique à base du C₁₄ donnèrent des dates indiscutables «montrant qu'il faut assigner une antiquité minimum de 3.000 ans avant J. C. aux débuts de l'agriculture sur ce continent» ⁽²⁾.

Est arrivé le moment d'éclaircir ce qui a été dit au début: le motif qui justifie ce bref essai critique, est le concept, bien peu favorable que LAVIOSA ZAMBOTTI a des anthropologues américains. À savoir:

«Les civilisations aristocratiques du Mexique et du Pérou, connues respectivement sous le nom de civilisations des Mayas, des Aztèques et des Incas, ne représentent plus le déconcertant mystère archéologique et anthropologique qui a fait délirer tant de chercheurs passionnés, il y a quelques dizaines d'années. — L'étude des civilisations précolombiennes a atteint aujourd'hui, en Amérique, un stade de progrès notable. À part l'opposition où s'entête la science américaine, malgré les preuves incontestables en sens contraire, aux courants venus du Pacifique et son hostilité à reconnaître l'influence médiate de la Méditerranée orientale et du Proche-Orient sur le développement des civilisations aristocratiques amérindiennes. *Cette mentalité des savants américains tient, d'après nous, à leur manque de rapports directs avec le monde classique et préclassique méditerranéen et à un isolationisme assez naturel chez l'habitant du Nouveau Monde*» (p. 411).

Cela nous semble d'une légèreté totalement injustifiable que la distinguée professeur de l'Université de Milan, attribue le supposé anti-diffusionisme des anthropologues américains à leur «isolationisme» et à la méconnaissance des cultures méditerranéennes, du monde classique et préclassique. Je rejette également cette opposition outrancière, cette hostilité dont elle nous accuse en bloc, «malgré les preuves incontestables», à reconnaître l'influence médiate de la méditerranée orientale dans la culture précolombienne.

⁽¹⁾ MARTINEZ DEL RIO, P. — *Los Orígenes Americanos*. México, 1943; pp. 259-71.

⁽²⁾ ARMILLAS, PEDRO — *Cronología y periodificación de la historia de la América Precolombina*. *Cahiers d'Histoire Mondiale*, vol. III, N.º 2, pp. 463-503. — Neuchâtel, 1956.

Nous venons donc de voir, que la docteur LAVIOSA ZAMBOTTI, vraisemblablement à cause même de son « isolement » ou parce qu'elle méconnaissait les travaux les plus récents, non seulement concernant les cultures d'Amérique mais aussi d'autres sujets par elle cités dans son livre, établit sa thèse se basant sur des arguments non pas toujours en accord avec la réalité.

Je ne pense pas que des positions extrêmes du diffusionisme et de convergence, afin d'expliquer l'origine des cultures du Nouveau Monde, aient sur notre Continent et dans l'actualité, de vrais représentants, mais personne ne songerait à nier ou rejeter totalement l'une ou l'autre.

C'est, que les faits démontrent que les éléments, les complexes et les traits culturels peuvent — et c'est ce qui se passe en réalité — se transmettre par les deux procédés, c'est à dire, que dans certains cas ils se doivent au diffusionisme et dans bien d'autres il s'agit d'inventions ou de découvertes indépendantes et convergentes.

Pour terminer nous citerons quelques lignes du Prof. R. BIASUTTI qui confirment notre point de vue a ce sujet: « I fenomeni di convergenza sono pure innegabili; noi, che li abbiamo invocati piu volte per giustificare la distribuzione attuale di certi caratteri fisici dell'uomo, non potremmo certamente rifiutarli per i souoi prodotti culturali » (1).

México, decembre 1957.

SUMMARY

In this article Dr. J. COMAS reviews and examines four points presented in the work of Dr. LAVIOSA ZAMBOTTI, published in 1947 (French edition 1949): namely, hominid evolution; the total and decisive influence of geographic determinism in human somatology; the chronology of the peopling of America; and the thesis of monogenistic diffusionism as an explanation of the presence of agriculture in the New World since 1,000 B. C., proceeding from the Near East, where it began some 3,500 years B.C. In reviewing the four points listed here and chosen merely as an example, the author offers demonstrative arguments and proofs that Dr. LAVIOSA ZAMBOTTI makes clearly erroneous affirmations, without any basis in actual observation or experimentation.

Dr. COMAS chose to review this work of LAVIOSA ZAMBOTTI, although published over ten years ago, in order to refute the tone and manner in which the professor of the University of Milan expresses herself with regard to her American colleagues.

In an effort to justify the strong opposition displayed by American anthropologists to her diffusionist thesis, Dr. LAVIOSA ZAMBOTTI says, and we quote:

(1) *Le Razze e i Popoli della Terra*, volume primo, p. 700. — Torino, 1953.

«In our opinion, this mentality of the learned Americans is due to lack of direct contacts with the classic and pre-classic Mediterranean world, and to an isolationism, sufficiently understandable in inhabitants of the New World».

JUAN COMAS expresses surprise at such an absurd and unjustified generalization, which is totally misleading. Apparently in the opinion of the eminent professor of the University of Milan, American anthropologists are benighted, isolated beings, lacking any knowledge of what occurs outside of their own boundaries; even though it comes within their own field.

Antropo-hybridologie générale

Croisements hétéro-ethniques

PAR

ALBERTO CARLOS GERMANO DA SILVA CORRÊA

En ce que concerne l'anthropo-mixie inter- raciale, il y a à considérer deux types d'expériences de croisements: celui qui s'est réalisé expérimentalement et celui qui s'est effectué de tous les temps, non comme une expérience anthropologique préconçue, mais comme un événement social, c'est-à-dire sans être artificielle, mais en ayant presque la valeur d'une expérience panmixique.

Comme exemples du premier type, je ne connais en grand échelle, que les expériences gamologiques inter-ethniques, destinées à croiser des races différentes, d'Alexandre Magne, en Perse, et d'Afonso d'Albuquerque dans l'Inde.

Alexandre le grand, roi de Grèce et de Macédoine, ensuit à ses victoires écrasantes sur les armées de Darius, roi de Perse, conçut un projet grandiose de créer un empire solide peuplé par un peuple issu du métissage héléno-iranien.

Il maria d'autorité, après la défaite du souverain persain, vers 322 av. J. C. dix mille de ses compagnons d'armes appartenant à tous les grades militaires, avec dix mille femmes persanes, en vue d'obtenir un résultat psychologique favorable à ses vues politiques et économiques.

Voici les événements qui ont précédé l'accomplissement de ce fait, le premier et le plus remarquable dans l'histoire hybridologique du monde.

Darius, le puissant roi de la Perse, avait fui, l'automne 333 A. C., donnant le signal de la déroute, laissant sa mère et ses enfants aux mains d'Alexandre, qui les traita généreusement.

C'est à Arbèles que fut livrée la bataille décisive de cette longue

guerre médique, non loin de l'antique Ninive; la victoire ouvrirait au roi des Grecs la route de Babylone.

Tant la Grèce comme la Macédoine, unifiées dès le règne de Philippe, père d'Alexandre, le grand, déjà épuisées en hommes et en ressources, ne pouvaient plus fournir au grand conquérant hellène ni des soldats, ni des ressources, dont il avait besoin, c'est-à-dire que son pays loin de lui offrir des ressources pour de nouvelles acquisitions, n'était pas en état de lui fournir des garnisons suffisantes pour maintenir et garder celles déjà faites.

Déposant donc tout préjugé national ou ethnique, Alexandre qui dépassait ainsi de très loin tous les grands conquérants de l'antiquité et contemporains, résolu à faire aimer la conquête et à se faire aimer des peuples vaincus.

Comme il prétendait, en moyen d'un large entremêlement ethnique, à fonder un grand empire eurasiatique, il chercha à rapprocher et unifier les races vaincues, pensée qui suffirait, tout seule, à lui assurer le surnom de *grand*.

Loin de traiter les grecs en maître et les Perses en esclaves, il ne laissait pas aux premiers que le commandement des garnisons et les principaux emplois dans les pays occupés, en même temps qu'il proposait à l'administration civile des hommes du pays; c'étaient le plus souvent ceux-là même qui exerçaient déjà ces fonctions, ou ceux qu'appelait le vœu public.

D'après Alexandre le grand c'était la culture grecque aidée par la fusion ethnique qui rendrait invincible l'empire des Hellènes, entrevoyant une civilisation supérieure au moyen de la fraternité eurasiatique.

Il désirait que l'Orient et l'Occident se mêlassent au moyen des mariages, car dans sa pensée, n'agissait plus d'assurer la domination des Hellènes sur les peuples moins avancés auxquels, d'après lui, les grecs devaient servir de guides.

Et pour mettre en pratique ostensiblement ce projet grandiose, à Susa, un acte solennel et symbolique révéla au monde sa pensée profonde et son généreux désir de fonder en un seul peuple d'égaux, les Hellènes, les Macédoniens, les Perses et les autres peuples encore arriérés dans la voie de la civilisation.

On sait comment, en un même jour, il fit épouser à chacun des ses illustres compagnons d'armes une princesse de l'aristocratie persane.

Il fit célébrer, avec la plus grande splendeur, des noces magnifiques pour lui-même et pour les principaux grecs et macédoniens, auxquels s'unirent dix mille jeunes filles des premières familles persanes.

Et Alexandre, lui-même, comme j'ai dit, déjà mari de Roxane, un prince Bactrien, il épousa Statira, fille aînée de Darius, s'intégrant ainsi dans la tradition achéménide.

Et, pour montrer le prix qu'il attachait à cet exemple, il dota lui-même les fiancées, et fit de riches présents aux dix mille Grecs et Macédoniens qui, en ce même jour, épousèrent des dames asiatiques.

En cette circonstance, indépendamment de dots magnifiques et d'une coupe d'or pour chacun, on construisit 92 chambres à coucher, et une salle à manger avec cent tables.

Les coussins pour servir de sièges étaient recouverts chacun d'un tapis nuptial, de la valeur de dix mille francs environ: on peut juger par là de celui du souverain. Tout convié pouvait inviter ses amis à la table. A l'entour de la salle du festin royal mangeaient l'armée, les marins et les ambassadeurs.

L'édifice, dont la cour intérieure, avait près d'une mille de largeur, était tendu d'étoffes précieuses et de tissus de coton blanc, écarlate et pourpre d'une finesse rare et couverts de toute espèce d'animaux brodés en or; le lit royal s'élevait sur des colonnes de 20 coudées de hauteur ornées d'argent, d'or et de pierres précieuses.

Les fêtes durèrent cinq jours, employés à boire, à écouter le son des instruments musicaux et à se livrer à la joie.

Ce fut la une folle profusion si l'on envisage que le roi était macédonien; mais ce fut une conception habile, si l'on songe à son désir de faire oublier aux Perses qu'ils avaient changé de dynastie, et de confondre, dans une allégresse commune, le peuple conquis et les conquérants.

Plus de deux cents mille talents furent consacrés à payer les dettes des soldats, et les grands chefs reçurent quelques centaines de couronnes d'or.

C'est que dans sa pensée d'un super-homme, il ne s'agit d'assurer la domination par la force brute et tyrannique, dont la durée a été toujours chancelante et éphémère. Il fallait créer des liens de solidarité athéniques et culturels entre les Européens et les Asiatiques en plaçant les deux sur le même rang.

C'est cette sage politique d'accord et d'entremêlement racial, dont les fêtes nuptiales de Susa sont le symbole, qu'il essaie d'appliquer avec intelligence dans les mesures qu'il eut le temps de prendre pour l'organisation de son empire.

Malheureusement, pour la Science et pour son but humanitaire, sa

mort précoce évanouit le plus beau rêve que jamais un grand meneur d'hommes a eu dans sa vie.

Mais, malgré cet échec, Alexandre le grand doit être aussi considéré comme le plus savant expérimentateur dans le champ d'Anthropologie hybridologique, comme l'est considéré dans les champs de bataille.

Ce fut sans doute un bon métissage, parce que parmi les Macédoniens et les Persanes il y a une certaine ressemblance en parenté ethnique.

Mais les résultats de cette magnifique expérience anthropo-hybridologique ont été assurément nuls, non seulement à cause de la mort prématuré du grand roi grec, mais aussi en vue des naturelles et fatales réintégrations de ses produits, au sein des groupements ethniques d'où ils sont issus, dûs surtout aux bouleversements si fréquentes aux Balkans, en Asie Mineure et dans l'Iran jusqu'au premier siècle de l'Ere Chrétienne.

Mais Alexandre, le plus grand parmi les conquérants et meneurs d'hommes, ne se contenta, ni se restreignit à une seule expérience panmixique.

Il rêvait la fusion complète entre les groupes ethniques de race blanche peuplant l'Europe et l'Asie Caucasique, et l'hellénisation du Proche-Orient et de l'Inde.

Et pour réaliser cette entreprise d'une si formidable envergure à la tête d'une forte armée, il franchit l'Indus et, après avoir pris possession de Taxila, il batit l'armée du rajah Porus.

Il reçut ensuite à cette éclatante victoire gagnée sur une armée beaucoup plus nombreuse des hommages de la plupart des souverains hindous du NW de l'Hindoustan.

Des affaires urgents l'empêchèrent de poursuivre dans la conquête de presque toute l'Inde septentrionale et le forcèrent à revenir en Europe, où ne reussi pas à en arriver, car la mort le surprit en Babylone.

Mais pour continuer son œuvre gigantesque de rapprochement gréco-indien et de l'hellénisation de l'Orient il laissa, sous le commandement de l'un de ses plus illustres compagnons d'armes, le général Seleucos, des troupes nécessaires à la défense et au maintien des places-fortes et des terres occupées par lui.

Mais si Seleucos — qui, malgré sa bravoure et la sagesse de son esprit —, ne possédait pas l'esprit martial ni l'extraordinaire tact diplomatique de son génial empereur, ne put pas compléter ni conclure sa cyclopique entreprise — a réussi, cependant, à réaliser une partie de son

project, celle qui concernait l'hellénisation culturelle et l'entremêlement racial, qui contribua beaucoup pour l'avancement et le rapprochement des relations commerciales et politiques entre l'Inde et la Grèce pré-romaine d'abord, et Byzance ensuite.

Ce furent les milliers de soldats hellènes de l'armée de Seleucos qui se marièrent avec les femmes indiennes, qui donnèrent à la formation de nombreux noyaux populationnels gréco-indiens.

L'exemple fut donné par Seleucos lui-même en donnant la main de l'une de ses filles du jeune rajah Chandragupta, qui avant cet'événement nuptial, était en guerre avec lui.

La presque totalité des officiers grecs de l'armée de Seleucos se convertirent les dames nobles de la cour de Chandragupta, qui était à l'époque le plus puissant souverain de l'Inde.

«Une fusion ethnique eurasiennne très importante — écrivent les Drs. HUARDET et VU-VAN-QUANG —, fut faite par Alexandre le Grand lorsqu'il implanta dans l'Inde des milliers de colons grecs et fonda des monarchies hellénisées qui durèrent 300 ans. Ethniquement l'armée d'Alexandre contenait une minorité de grecs véritables et une majorité de Macédoniens hellénisés».

Outre l'invasion d'Alexandre le grand d'autres infiltrations helléniques continuèrent dans l'Inde pendant longtemps, au point que durant quelques siècles de l'Ere Chrétienne plusieurs princes indiens étaient d'origine grecque, parmi lesquels on compta le rajah Ménandro du Punjab, dont l'état était si vaste qui s'étendait dès Lahore jusqu'à l'île de Diu.

Ce fut, comme l'on a une expérience anthrophybridologique à longue échéance et beaucoup plus pratique et utilitaire qui prena l'action dans le NW de l'Hindoustan.

Je passe maintenant à parler de l'autre compars de Alexandre le grand, qui est le portugais Afonso de Albuquerque le terrible, que en compétence le continuateur de l'expérience anthropo-hybridologique du grand roi de la Grèce et de Macédonie.

Il est vrai que les Portugais entre 1510 e 1515 réalisèrent deux mil mariages luso-indiens.

De cet façon dit l'Histoire ,et ainsi deviennent évidentes leurs caractéristiques somatiques: leur peau plus blanche que de les autres Indiens vivent autour de Goa et de Damão, leurs traits physiologiques nettement caucasiens et plus corrects que ceux des dits de leur voisinage, les pourcentages des groupes sanguins plus proches que entre les populations ibériques, et aussi meilleur adaptabilité au idéal chré-

tien et au *modus-vivendi* occidental, voilà tels sont les signes indicatifs de ce phénomène ethnologique.

Tout cela montre nettement que dans les veines de plusieurs habitants de l'Inde Portugaise, surtout catholiques circule une grande dose de sang portugais.

Afonso de Albuquerque la première chose qu'il réalisa après les opérations militaires pour la conquête deux fois de Goa, dans son administration, fut la question des mariages mixtes.

Le point capital de son administration fut la création d'une race mixte qui a été promue par les mariages des portugaises avec les *mouras alvas e de bom parecer*, c'est-à-dire, mahométanes blanches et bien faites.

Le Senat de Goa, en diverses époques a proposé aux vice-rois, et demanda aux rois de Portugal la promulgation des lois pour effectuer les liaisons matrimoniales entre les Portugais et les Indiennes.

Entre ces nombreuses pétitions devonna célèbre celle de Janvier 1642, résolue favorablement par les lettres royales de 31-3-1644 et de 8-2-1650.

Cette dernière a été dirigé au vice-roi comte de Aveiras, afin de devenir possible les mariages des portugais avec les filles de bramanes et chatriàs chrétiens.

Au mois de Mars 1672 le Prince Régent par sa lettre de 10-3-1672 donna des ordres au vice-roi comte de Lavradio pour la réalisation de cette politique nuptiale dans les termes suivants:

«En désirant honorer et favoriser les naturels de l'Inde et de faire le même aux Portugais de se marier avec les filles des bramanes et d'autres castes nobles de l'Inde».

Quelque temps après, le 27 Juin 1684, le vice-roi comte d'Alvor donna publicité à l'alvará suivant:

«En ayant les rois de Portugal donné aux différentes époques les divers ordres pour les femmes de terre se marier avec les hommes blancs et Portugais: J'ordonne que les femmes de terre se marièrent effectivement avec les hommes blancs et Portugais, ce qui ne se deviendra noté, ni étrange, au contraire pourront servir les charges, les offices et les postes militaires dans lesquels par les dépêches ils auraient lieu».

Dans la carte royale de 9-1-1779 comunique le vice-roi comte de Ericeira au roi, que les Portugais se mariaient avec fréquence avec les filles de bramanes et de chatriàs.

Il y a plus encore. Si le courant nuptial ne souffre point des interruptions appréciables durant les premières 215 années, dans le siècle XVIII, cette tendance nuptiale entre les Portugais et les Indiennes

prenna plus grand volume, surtout dans les gouvernements des vice-rois, les marquis de Lourçal, Alorna et Tavora.

Durant ces gouvernements vinrent de Portugal les plus gros groupes de troupes, destinés à faire le vengéance des troupes maharattas par la perte que nous subimes de Baçaim, et de proceder à l'occupation ds Nouvelles Conquêtes.

Seulement le marquis d'Alorna apporta avec lui une armée à peu près de six mille hommes. Tout cela se passa au courant du siècle XVIII, occupant le dernier et l'avant dernier quarts du même siècle.

Ces vice-rois et les autres qui suivirent dans la gouvernation de cet État, donnèrent le courage à cette politique nuptiale.

Cela est rigoureusement historique et confirmé par les données anthropométriques et hématologiques.

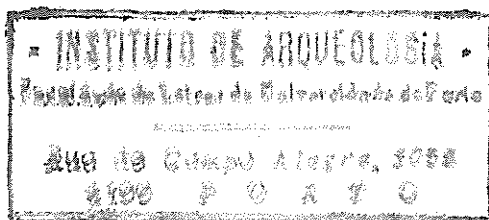
Voilà la raison d'être de ce parenté ethnique et de cette affinité luso-indienne.

À côté de la consanguinité, on doit aussi considérer, en haut degré, la solidarité religieuse, qui s'amalgama les Portugais et les Indiens catholiques dans un groupement spirituel homogène compact et prompt à défendre le patrimoine religieux comun, en ayant pour le siège la Vieille-Goa, la Rome de l'Orient, d'où irradiia la lumière de l'Évangile pour tout l'Orient, encore plein de paganisme, la ville d'irradiation, d'où sorta une œuvre missionnaire grandieuse et excelse comme rares.

Il y a eu la consubstantialité entre cet l'incomparable prosetisme catholique dans la personnalité de l'un des plus grands apôtres du Christianisme, Saint François Xavier, considéré comme Saint Patrone et Défenseur de Goa, dès 1689, dont le corps absolument incorrupt, mis dans une tombe d'argent incrustée de pierres précieuses, et l'object de la plus grand vénération de tous les chrétiens et de plusieurs non chrétiens, qui viennent à l'adorer avec foi et ferveur.

Finalement, il ne doit pas être étrangère aussi édifiant mouvement civique de coopération du peuple portugais, dans le moment dange-reuse que est à passer cet État, le fait d'avoir été Portugal la Nation qui intégra Goa dans l'orbite de la civilisation occidentale.

Lisboa, le 12 Février 1958.



Zur Kenntnis der Eingeborenen von Bougainville

VON

OTTO SCHLAGINHAUFEN, Zürich

(Mit einer Kartenskizze)

Meine Reisen und Aufenthalte in der melanesischen Südsee (November 1907 bis Ende 1909) betrafen vor allem Neu-Irland und Neuguinea. Am Anfang aber bot sich mir Gelegenheit, eine Fahrt in das Gebiet der *Salomons-Inseln* zu unternehmen. Sie ging am Morgen des 9. November 1907 aus von der am Ostende Neu-Britanniens gelegenen Insel Matupi und brachte mich am Abend des 11. November an meinen Bestimmungsort *Kieta*. Es ist dies eine damals neugegründete Station in der südlichen Hälfte der Ostküste der Insel *Bougainville*. Sie liegt an einer kleinen Bucht, die durch die unmittelbar vorgelagerte Insel Popoko geschützt ist. Dank der Hilfe des Stationsleiters Döllinger war es nun zum ersten Mal möglich, Eingeborene von Bougainville mit exakten anthropologischen Methoden zu untersuchen. Die im Folgenden bearbeiteten Beobachtungen erstrecken sich auf 28 Männer, von denen 22 den *Nasioi*, einem am Nordosthang des Kronprinzengebirges wohnenden Bergstamm, angehörten und sich auf die Dörfer Mauroa, Siworoto, Pisiki, Boi und Notana verteilten, während die 6 übrigen Leute Küstenbewohner, Torau aus Toboroi und Popoko, waren.

In der folgenden Liste sind die einlässlicher untersuchten Leute, die ich als erwachsene Männer ansehen durfte, mit Namen, sowie nach Wohnort und Stammeszugehörigkeit aufgeführt.

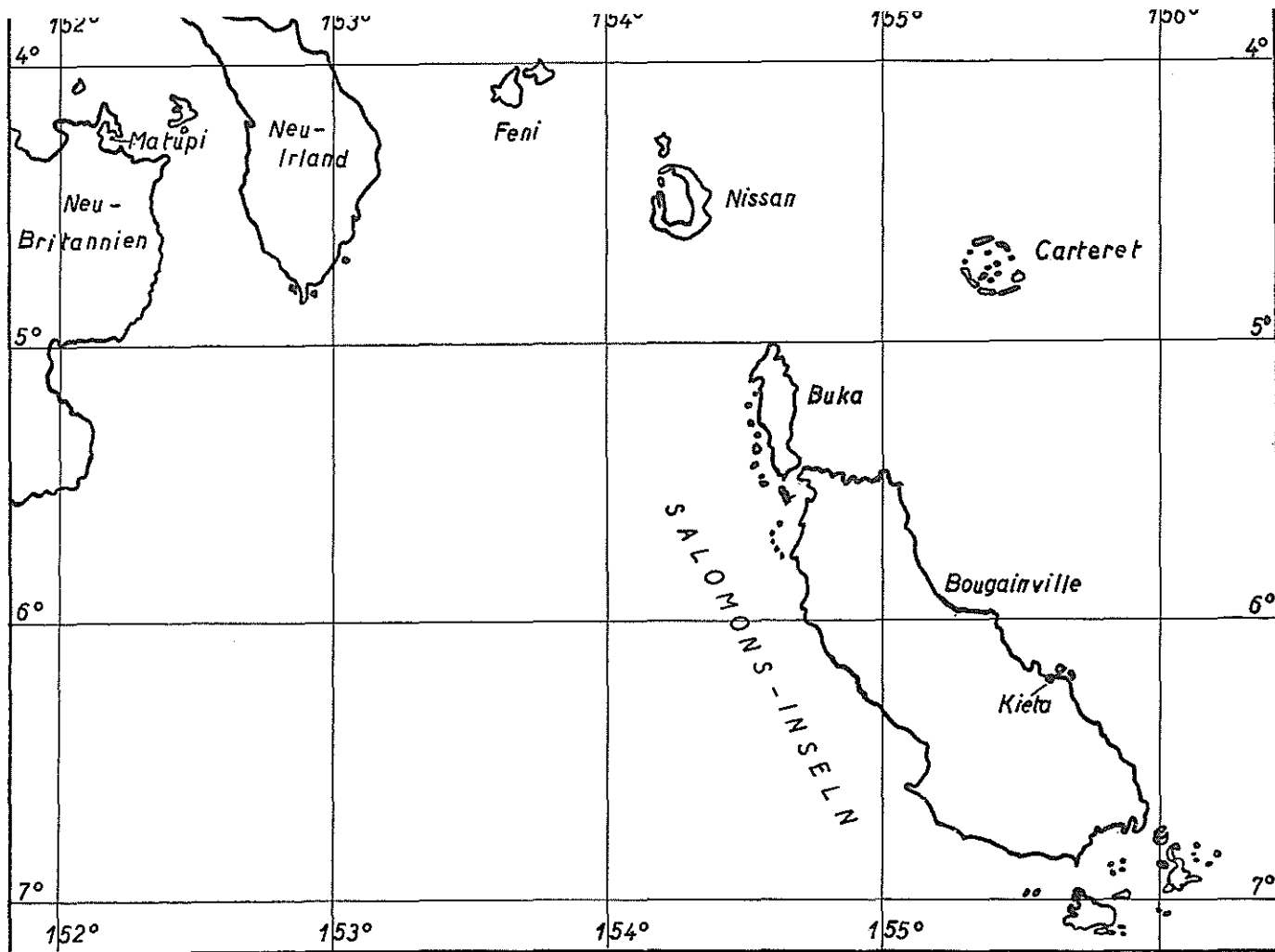
Je nach den äussern Umständen, unter denen ich arbeiten konnte, erfolgten die Untersuchungen verschieden ausführlich. Für 12 Männer füllte ich das MARTINSche Beobachtungsblatt nahezu vollständig aus, während ich bei den andern Beschränkungen eintreten lassen musste.

Die Zahl von 28 Untersuchten mag gering erscheinen und dies umso mehr, als einige Jahre später ERNST FRIZZI (1912) eine grössere Zahl von Eingeborenen messen konnte. Doch sind von den Ergebnissen seiner Untersuchungen nur die Frequenzkurven der Körpergrösse und des Längenbreiten-Index des Kopfes publiziert, während meine Untersuchungen über zahlreiche Merkmale der Eingeborenen Auskunft geben.

Eine Gliederung des Materials in zwei Gruppen wurde nur für die Körpergrösse und den Index cephalicus vorgenommen. Im übrigen wurde es als Einheit behandelt.

Verzeichnis der untersuchten Männer aus der Umgebung von Kieta

No.	Name	Ort	Stamm	Ort & Zeit der Beobachtung
1.	Uruwiri	Mauroa	Nasioi	Kieta, 13. Nov. 1907
2.	Bakai	Toboroi	»	» 14. » »
3.	Bageda	Mauroa	»	» 14. » »
4.	Kano	»	»	» 12. » »
5.	Kada	»	»	» 12. » »
6.	Java	»	»	» 13. » »
7.	Deoma	»	»	» 14. » »
8.	Piri	Toboroi	Torau	» 14. » »
9.	Kore	»	»	» 14. » »
10.	Páue	?	»	» 13. » »
11.	«Moses»	Toboroi	»	» 12. » »
12.	Naubane	»	»	» 12. » »
13.	Ririo	Popoko	Strandbew.	» 14. » »
14.	Kompa	Siworoto	Nasioi	» 18. » »
15.	Japa	Pisiki	»	» 18. » »
16.	Tawon	Siworoto	»	» 18. » »
17.	Bade	Boi	»	» 18. » »
18.	Nomane	»	»	» 18. » »
19.	Tokar	Siworoto	»	» 18. » »
20.	Kabaue	»	»	» 18. » »
21.	Lakare	Boi	»	» 18. » »
22.	Bakoro	»	»	» 18. » »
23.	Erumai	Siworoto	»	» 18. » »
24.	Kanauga	»	»	» 18. » »
25.	Amenoi	Notana	»	» 18. » »
26.	Aziol	Siworoto	»	» 18. » »
27.	Mutu	Boi	»	» 18. » »
28.	Dana	»	»	» 18. » »



Die Inseln Bougainville in ihrer Lage zu Neuirland und Neubritannien. Masstab ca. 1 : 2/850/000

Die Körpergrösse der 28 Individuen umfassenden Gesamtgruppe schwankt von 146.6 bis 174.7 cm und weist ein Mittel von 158.57 cm auf. Sowohl diese Ziffer als auch die Masszahlen der Hälfte der Untersuchten fallen in die Kategorie «Klein» und 8 in die Kategorie «Untermittelgross» der MARTINSCHEN Einteilung. Den Kategorien «Sehr klein» und «Uebermittelgross» ordnen sich je zwei Individuen zu und den Kategorien «Mittelgross» und «Gross» gehört nur je 1 Individuum an. Ich habe bei früherer Gelegenheit (1953) festgestellt, dass in den bis jetzt untersuchten Gruppen Melanesiens die Kategorien der Kleinen und Untermittelgrossen den überwiegenden Teil ausmachen. Diesem Verhalten entsprechen auch die Leute von Kieta. Gliedert man das Material in die beiden, allerdings sehr ungleich grossen, geographischen Gruppen, erhält man für die 22 Nasioi einen Durchschnitt von 157.27 und für die 6 Torau einen solchen von 162.46 cm. Es trifft somit auch für die Region von Kieta das Verhalten zu, das ich für Neuguinea und den Bismarck-Archipel festgestellt habe: Die Körpergrösse nimmt von der Küste nach dem Binnenland ab. Der Küstenstamm besitzt eine höhere Statur als der hinter ihm wohnende Bergstamm (SCHLAGINHAUFEN 1914 a und b).

FRIZZI (1912) gibt für seine Nasioi keinen Mittelwert an, sagt aber: «Die Körpergrösse um 160 cm herum muss als die bevorzugteste für das männliche Geschlecht angesprochen werden». GUPPY (1887, 103) erhielt bei seinen Messungen an den Eingeborenen von Bougainville Straits (incl. Choiseul Bay) einen Mittelwert von 163.3 cm und an denjenigen von St. Christoval und Nachbarinseln einen solchen von 161.39 cm.

OLIVER und HOWELLS (1957) fanden bei den Siuai 160.69 und bei den Nagovisi 158.66 cm.

Die Spannweite der Arme beträgt im Durchschnitt für die ganze Gruppe 167.07, für die Nasioi 165.0 und für die Torau 173.29 cm. Relativ zur Körperlänge lauten die entsprechenden Ziffern: Ganze Gruppe 105.26, Nasioi 104.93, Torau 156.45. Der letzteren Zahl nahe liegt GUPPYS (1887, 109) Mittelwert der Salomons-Insulaner: 106.7.

Die Werte der nun folgenden metrischen Merkmale stelle ich neben die Mittelzahlen, die sich aus meinen Messungen an den Eingeborenen *Neuirlands* und der vorgelagerten Inseln ergeben haben. Dieser Zusammenstellung lässt sich leicht entnehmen, wie unsere Leute von Kieta sich im Vergleich zu der wichtigen melanesischen Gruppe der Neuirländer verhalten, sodass der begleitende Text sich kurz fassen lässt (Tabelle).

	Kiefa				Neuirland
	n	M	V ₁	V _n	M
<i>Absolute Masse des Körpers</i>					
Körpergrösse	28	1585.7	1466	1747	1610.3
Spannweite der Arme	28	1670.7	1521	1856	1712.0
Absolute Rumpflänge	12	505.4	463	563	502.4
Höhe des rechten Akromion	18	1324.0	1241	1434	1325.8
» » Symphysision	18	815.2	747	886	812.4
» » Sternale	12	1317.0	1230	1449	1316.9
» » Nabels	12	965.8	907	1050	958.5
» » vordern obern Darmbeinstachels	18	907.0	840	999	899.4
Breite zw. den Akromien	18	354.2	320	399	363.7
» » » Darmbeinkämmen	12	258.1	234	290	264.0
» » » Darmbeinstach.	17	211.7	191	228	217.1
Brustumf. b. Inspiration	12	846.7	777	920	867.6
» » Expiration	12	818.8	744	905	827.0
Kleinster Umfang oberhalb der Hüfte.	12	736.0	655	840	713.3
Länge der obern Extremität	19	741.5	679	789	742.1
» » Hand	12	185.2	161	216	184.3
» » Untern Extremität	18	862.2	790	950	865.1
» des belasteten Fusses	11	255.4	238	277	254.6
<i>Relative Werte des Körpers</i>					
Rel. Spannweite der Arme	28	105.2	101.3	109.0	106.0
» Rumpflänge	12	31.5	29.1	33.0	31.4
» Höhe des Akromion	18	82.6	81.1	84.7	82.6
» » » Symphysision	18	50.8	49.2	53.0	50.7
» » » Sternale	12	82.2	81.0	83.4	82.0
» » » Nabels	12	60.3	58.8	62.2	60.0
» » » vord. obern Darmbeinstachels	18	56.6	55.3	58.9	56.1
» Akromienbreite	18	22.0	20.4	23.8	22.5
» Cristalbreite	12	16.0	15.2	17.2	16.3
» Spinalbreite.	17	13.1	12.0	14.4	13.5
» Brustumfang b. Inspir.	12	52.8	50.2	56.0	54.6
» » » Exspir.	12	51.2	48.1	54.0	52.0
» Umfang oberh. d. Hüfte	12	46.0	41.9	50.7	44.8
» Länge d. obern Extremit.	19	45.7	44.2	51.0	46.3
» » » Hand	12	11.6	10.3	13.3	11.5
» » » untern Extremit.	18	53.4	52.2	55.7	53.9
» » des belast. Fusses	11	16.1	15.4	17.1	16.0
<i>Absolute Masse des Kopfes</i>					
Grösste Kopflänge	18	191.1	183	201	187.7
» Kopfbreite	18	140.8	131	152	147.1

	Kleto				Neutrland
	n	M	V ₁	V _n	M
<i>Absolute Masse des Kopfes</i>					
Kleinste Stirnbreite	18	101.1	96	109	101.1
Breite ü. d. Gehörgängen	18	122.1	116	130	125.1
Jochbogenbreite	18	136.2	126	146	138.0
Unterkieferwinkelbreite.	18	100.6	92	109	102.7
Breite zw. d. innern Augenw.	18	32.9	26	41	31.3
» » » äussern Augenw.	18	92.6	87	101	89.8
» der Nase	18	44.4	40	51	43.3
» » Mundspalte	18	54.4	50	64	54.5
Physiognom. Länge d. Ohres	17	63.9	55	71	62.4
» Breite » »	18	33.6	28	37	33.5
Morpholog. Länge d. Ohres	18	41.0	35	47	41.1
» Breite » »	18	52.9	41	61	50.7
Ohrhöhe des Kopfes	18	127.9	119	138	124.3
Physiognom. Gesichtshöhe	18	191.0	174	210	186.8
Morphologische Gesichtshöhe.	18	115.4	101	131	113.9
Phys. Obergesichtshöhe	18	73.6	61	89	72.5
Morphol. Obergesichtshöhe	18	65.8	51	77	65.1
Höhe der Nase	18	49.6	39	60	48.9
Tiefe » »	18	19.7	17	22	19.4
Höhe d. Schleimhautlippen	18	18.6	13	23	18.1
Horizontalumfang d. Kopfes	11	553.6	525	598	548.4
Sagittalumfang d. Kopfes	11	365.1	343	390	361.7
Transversalumfang d. Kopfes	11	355.4	334	415	339.9
<i>Indices des Kopfes</i>					
Relat. Horizontalumfang des Kopfes	11	34.9	31.4	37.0	34.2
Längenbreiten — Ind. d. Kopfes	18	73.7	67.5	79.9	78.4
Längenhöhen — Ind. » »	18	66.6	61.3	70.4	66.3
Breitenhöhen — Ind. » »	18	90.5	85.6	97.0	84.8
Transv. Kephalo-facial — Ind.	18	96.9	85.7	106.6	93.9
Physiognom. Gesichts — Index	18	140.0	121.9	153.5	135.3
Morpholog. » »	18	84.5	70.6	92.9	82.4
» Obergesichts — Ind.	18	48.6	35.6	63.1	47.2
Augendistanz — Index	18	35.5	29.9	40.6	34.8
Nasen — Index	18	90.3	76.8	125.6	89.0
Tiefen-Breiten — Ind d. Nase	18	44.6	36.7	53.7	44.5
Physiognomischer Ohr — Index	17	52.8	47.8	58.9	53.7
Morphologischer » »	18	129.3	114.6	145.1	123.8
Index der Schleimhautlippen	18	35.7	24.5	44.2	33.2

Hinsichtlich der Körperproportionen ist festzustellen, dass die absolute *Rumpflänge* bei den Kietaleuten etwas grösser ist als bei den Eingeborenen von Neuirland; doch fällt der Unterschied beim relativen Mass dahin. Die Breitenmasse des Rumpfes sind in Kieta geringer als in Neuirland, was auch noch in den relativen Massen zum Ausdruck kommt. Grundsätzlich ist dasselbe auch von der Länge der Extremitäten zu sagen.

Die Masse des *Kopfes* verhalten sich verschieden. Während die grösste Kopflänge der Kietaner über diejenige der Neuirländer hinausgeht, ist die grösste Kopfbreite wesentlich geringer. Daraus resultiert denn auch eine erhebliche Differenz im Längenbreiten-Index des Kopfes. Bei den Männern von Kieta beträgt er im Durchschnitt 73.7 und bei den Neuirländern 78.4. Einem ausgesprochen dolichocephalen steht ein ausgesprochen mesokephaler Index gegenüber. Die Individualzahlen von Kieta bewegen sich von 67.5 bis 79.9 und ordnen sich in die Kategorien so ein, dass 5 auf die Hyperdolichocephalen, 9 auf die Dolichocephalen und 4 auf die Mesokephalen entfallen. Scheidet man Nasioi und Torau voneinander, so erhält man für die ersteren durchschnittlich 73.06 und für die letzteren 74.95. Die beiden Gruppen unterscheiden sich somit um nahezu zwei Einheiten. Als Durchschnittswerte der absoluten Masszahlen teilen OLIVER und HOWELLS (1957) mit: Kopflänge der Siuai 189,36, der Nagovisi 186,18 mm; Kopfbreite der Siuai 142,57, der Nagovisi 143,00 mm. Da ich in der Arbeit der beiden Autoren keine Angabe über den Längen-Breiten-Index finden konnte, habe ich ihn aus den Mittelzahlen berechnet. Er beläuft sich für die Siuai auf 75,1 und für die Nagovisi auf 76,9. Bei den Nagovisi liegt der Index somit um 1,8 Einheiten mehr in der Richtung der Brachykephalie.

Da die Kietaner sich auch in der Ohrhöhe des Kopfes über die Neuirländer erheben, resultiert für beide Gruppen nahezu der gleiche hypsikephale Längenhöhen-Index, während der Breitenhöhen-Index in Kieta als typisch akrokephal beträchtlich höher liegt als in Neuirland, wo er etwa der Grenze zwischen Metriokephalie und Akrokephalie entspricht.

Für den Morphologischen GesichtsindeX der Männer von Kieta berechnet sich eine mesoprosopie Mittelzahl von 84.5. Doch vermag sie uns kein Bild vom typischen Verhalten zu geben; denn die Variabilität ist gross, und es erweisen sich 3 Individuen als hypereuryprosop, 6 als euryprosop, 3 als mesoprosop und 6 als leptoprosop, wobei die Hälfte der letzteren hart an der Grenze zur Hyperleptoprosopie liegt.

Da das Gesicht der Neuirländer absolut breiter und niedriger als dasjenige der Kietaner ist, rückt der neuirländische Index in die Kategorie der Euryprosopen. OLIVER und HOWELLS (1957) haben bei ihren Gruppen die Ganzgesichtshöhe und die Obergesichtshöhe gemessen. Die erstere beträgt bei den Siuai 112,60, bei den Nagovisi 110,83 mm und ist somit in beiden Gruppen etwas höher als bei den Kietanern. Auffallend ist der Unterschied zwischen den beiden Gruppen hinsichtlich der Obergesichtshöhe, (von der allerdings nicht angegeben ist, nach welcher Technik sie genommen wurde). Sie misst bei den Siuai durchschnittlich 70,30 und bei den Nagovisi 66,83 mm.

Auch im Nasen-Index von Kieta ist die Streuung beträchtlich. Von den 18 Untersuchten sind 7 mesorrhin, 9 chamaerrhin und 2 hyperchamaerrhin. Doch ist die Indexklasse 90, der die Mittelzahl 90.3 angehört, individuell ebenso wenig vertreten wie die beiden Nachbarklassen 89 und 91.

In dem für die Erfassung der Form der Nase so wichtigen Tiefen-Breiten-Index stimmen die Kietaner (44.6) mit den Neuirländern fast genau überein, halten sich aber tiefer als die Admiraltäts-Insulaner (46.6) und die kleinwüchsigen Eingeborenen des Torricelligebirges in Neuguinea (45.3); sie besitzen eine flachere Nase.

Der *Index der Schleimhautlippen*, in dem ihre Höhe zur Breite der Mundspalte in Beziehung gesetzt wird, variiert bei den Kietanern von 24,5 bis 44,2. Sein Mittelwert von 35,7 erhebt sich über denjenigen der Neuirländer von 33,2. Doch erreicht er bei neuirländischen Einzelgruppen etwa ähnliche Höhe, z.B. in Muliama mit 35,17.

Um die *Hautfarbe* zu bestimmen, benützte ich von LUSCHANS Farbenskala. Nur für drei Beobachtungen verwendete ich die Skala, die P. & F. SARASIN in ihrem Weddawerk (1892-93, Atlas) aufstellten, R. MARTINS Beobachtungsblatt folgend habe ich bei 19 Individuen an 11 verschiedenen Körperstellen Farbenbestimmungen, d. h. im ganzen ihrer 209, vorgenommen. Sieht man vom Handteller ab, der in der Pigmentierung wesentlich hinter der übrigen Körperoberfläche zurücksteht, so bewegen sich die Farbtöne zwischen den Nummern 24 und 35. Die stärkeren Frequenzen beschränken sich jedoch auf die Nummern 29 bis 34. Am häufigsten, d. h. 95 mal resp. in 45.5 %, fand sich Nr. 29, die zur Kategorie «reinbraun» gehört, 36 mal d. h. hin 17.2 % No. 30 und 14 mal d. h. in 6.7 % Nr. 29/30. Die Nummern 34 und 29/34, die in je 10 Fällen notiert wurden, sind schon zu den «schwarzbraunen» zu rechnen. Die häufigst beobachtete Nr. 29 zeigt auch an den einzelnen Körperstellen die grösste Frequenz; nur

am Brustbein wird sie von Nr. 30 übertroffen, und an Stirne und Wange fehlt sie ganz, um von Nr. 30 ersetzt zu werden.

Es verbietet sich, hier auf das gegenseitige Verhalten der 11 Körperstellen am einzelnen Individuum einzutreten. Hervorgehoben sei, dass die Stirne oder Stirne und Wange bei 12 Männern höhere Nummern aufweisen als die übrigen Körperstellen. Bei einem einzigen Individuum verhält es sich umgekehrt, indem Stirne und Wange Nr. 27, die übrigen Stellen — von Handteller und Unterlippe abgesehen — No. 29 besitzen. In die Untersuchungen über die Hautfarbe wurden auch die *Schleimhautlippen* einbezogen. An der Oberlippe variieren die Farbtöne von 26 bis 34, wobei an 16 Individuen je Nr. 29 und ferner an je einem Nr. 26, Nr. 27 und Nr. 34 zu beobachten waren. Als etwas komplizierter erwies sich die Untersuchung an einem Teil der Probanden hinsichtlich der Unterlippe. An dieser lässt sich bei acht Männern inbezug auf die Farbe eine obere (mehr mundhöhlenwärts gelegene) und eine untere (mehr in die Integumentallippe übergehende) Zone unterscheiden. In diesen Fällen besitzt die obere Zone in der Regel eine hellere Farbe als die untere, welche sich mehr der allgemeinen Hautfärbung angleicht. Dreimal waren die Nummern 26 (oben) und 29 (unten), zweimal die Nummern 26 und 27, und je einmal die Nummern 25 und 29, 24 und 27 kombiniert. Ob die einmal notierte Kombination 27 und 25, welche im Gegensatz zu den anderen Fällen steht, der tatsächlichen Beobachtung entspricht, oder ob sie auf einem Schreibfehler beruht und 25 (oben) und 27 (unten) heissen sollte, ist ungewiss. Die elf übrigen Individuen liessen die Zweizonen-Färbung nicht erkennen; sie zeigten mit einer Ausnahme, welcher die Farbe Nr. 34 zukam, durchwegs Nr. 29. Es ergibt sich somit, dass auch die Schleimhautlippen braune und keine ins Rot gehende Farbnuancen besitzen.

Wenden wir uns noch dem *Handteller* zu, so finden wir in der überwiegenden Zahl der Fälle Farbtöne, die zwischen den Nummern 5 und 6, d. h. zwischen gelblich und hellbräunlich schwanken. Nur zwei tendieren nach der braunen Reihe; ihnen sind die Farbnuancen 22/5 und 20 eigen.

Eine andere Region, die sich ebenfalls, wenn auch in der Regel nicht so stark wie der Handteller, abseits von dem Variationsgebiet der besprochenen Kopf- und Körperstellen hält, ist die *Achselhöhle*. Bei 18 von den 19 Untersuchten liegen die Farben von Nr. 17 bis Nr. 25; nur bei einem entspricht sie Nr. 6.

Die *Farbe der Iris* wurde mit Hilfe von MARTINS Augenfarbentafel

bestimmt. Es kamen die Farben No. 1/2 bis 4 zur Beobachtung, d. h. nur Farbtöne, welche den Nuancen schwarzbraun, dunkelbraun und braun entsprechen. Am häufigsten, d. h. bei 9 Individuen resp. in 47.4 % fand sich Nr. 2 und am zweithäufigsten, d. h. bei 4 Individuen resp. in 21 % Nr. 2-3. Scheiden wir Nasioi und Torau voneinander, so vereinigen sich bei den ersteren zwei Drittel der Fälle auf Nr. 2 und 8.3 % auf Nr. 2/3, bei den letztern 14.3 % auf Nr. 2 und 42.8 % auf Nr. 2/3. Während bei den Nasioi das Schwergewicht auf Nr. 2 liegt, kommt bei den Torau eine Tendenz zu etwas weniger dunkeln Nuancen zum Ausdruck; nur bei ihnen gehen Beobachtungen über Nr. 3 hinaus.

Die *Sclera* besitzt bei allen Individuen mit einer Ausnahme einen gelblichen Ton; bei dem einzigen von der Insel Popoko stammenden Mann ist er bläulich. In allen Fällen aber ist die *Sclera* von bräunlichem Geäder durchzogen.

Ich nahm in Kieta von den Eingeborenen *Haarproben*, die heute noch für Untersuchungen verwendet werden können. Gleichwohl habe ich an den Eingeborenen selbst Beobachtungen hinsichtlich der Haare vorgenommen und zwar gemäss dem anthropologischen Beobachtungsblatte von R. MARTIN. Es war dies gegeben, da zur Zeit meines Aufenthalts auf Bougainville die später allgemein benützten Tafeln noch nicht bestanden.

Bei der Bestimmung der *Haarfarbe* kamen von den zehn in MARTINS Blatt enthaltenen Kategorien nur die ersten drei und ihre Zwischenfarben zur Anwendung, und zwar hauptsächlich a) reinschwarz. Dieser Farbton kam am Haupthaar von 17 Untersuchten in 11 Fällen zur Beobachtung. Fünf Individuen wiesen den Farbton b) braunschwarz und eines die Zwischenfarbe a/b auf. Für die Barthaare notierte ich in 18 von 19 Fällen a und in einem a/b. Die 16 Fälle, in denen Körperhaare untersucht wurden, verteilen sich mit 15 auf a und 1 auf b. Von 18 Individuen waren hinsichtlich der Schamhaare elf a, fünf b und je eines c und a/c zuzuweisen. Es ergibt sich somit, dass in allen vier Regionen die reinschwarze Farbe vorherrscht. Bei 13 von 19 Männern ist angemerkt, dass die Haare des Vorderarms sich durch bräunlichen Schimmer auszeichnen.

Die Untersuchung der *Haarform* habe ich in zweifacher Weise vorgenommen. Erstens, indem ich am lebenden Eingeborenen die allgemeine Form gemäss dem MARTINSchen Messblatt bestimmte, zweitens, indem ich an der Haarprobe den Krümmungsradius des Haarschaftes mass. Die erste Art der Untersuchung ergab, dass

ausschliesslich die Formen «dicht kraus» und «locker kraus» zur Beobachtung kamen. Auf dem Haupte tritt die dicht krause Form doppelt so häufig auf als die locker krause. Umgekehrt ist im Bart-, Körper- und Schamhaar fast nur die locker krause Form vertreten. Für einen einzigen Mann wurde locker kraus mit leichter Neigung zu «lockig» notiert, was allerdings in der Haarprobe nicht zum Ausdruck kommt.

Die Feststellung des *Krümmungsradius* des Haarschaftes geschah mit Hilfe einer Zeiss-Messlupe, wie sie zur Formbestimmung der Fingerleisten verwendet wird. Der Krümmungsradius variiert bei ein und derselben Haarprobe meist sehr stark, sodass es nicht leicht ist, ein für das betreffende Individuum typisches Haar zu finden. In der folgenden Tabelle sind die Ergebnisse meiner an den Haarproben vorgenommenen Messungen zusammengestellt und daneben die Zahlen, die ich früher an den Eingeborenen der mikronesischen Inselgruppe Kapingamarangi erhielt (1929, 266).

Im Krümmungsradius heben sich die Leute von Kieta scharf von den Eingeborenen von Kapingamarangi ab, sodass eine Beeinflussung von mikronesisch-polynesischer Seite kaum in Frage kommen kann.

Krümmungsradius des Haarschafts in mm.

Herkunft der Haare	n	M	V ₁	V _n
Kieta Haupthaare	24	2.01	1.0	3.0
» Achselhaare	12	2.66	2.0	3.5
Kapingamarangi Haupthaare . . .	27	10.00	5.0	17.0

ZUSAMMENFASSUNG

Im November 1907 führte ich im Südostgebiet Kieta der Salomonsinsel Bougainville an männlichen Eingeborenen anthropologische Untersuchungen durch. Der Bergstamm der Nasioi bleibt mit einer Körperhöhe von 157.27 cm unter dem Küstenstamm der Torau (162.46 cm). An der Gesamtgruppe wurden zahlreiche metrische Merkmale des Köpers und des Kopfes, ferner die Hautfarbe, die Farbe der Augen, die Haarfarbe und Haarform festgestellt. Die metrischen Merkmale der Leute von Kieta wurden zum Vergleich neben die entsprechenden Merkmale der von mir untersuchten Eingeborenen Neu-Irlands gestellt. Sowohl dieser Vergleich als auch die Untersuchung der descriptiven Merkmale ergab, dass die Eingeborenen von Südost-Bougainville sich körperlich als typische Melanesier präsentieren, GUPPY (1887, 103) unterscheidet zwei Typen von Salomons-Insulanern: 1. einen grössern, robustern,

dunklern und mehr brachykephalen, 2. einen kleinern, weniger kräftigen, helleren und mehr dolichocephalen. Unsere Leute von Kieta, namentlich die Nasioi, sind dem letztgenannten Typus ähnlich.

RÉSUMÉ

En novembre 1907, je procédais à des examens anthropologiques sur les indigènes masculins du territoire sud-est de Bougainville-Kieta dans les îles Salomon. La tribu montagnarde des Nasioi, dont la taille est de 157,27 cm, mesure 5,19 cm de moins que la tribu côtière des Torau (162,46 cm). Sur l'ensemble de ce groupe ont été relevées diverses caractéristiques métriques du corps et de la tête ainsi que celles de la couleur de la peau et des yeux, la teinte et la forme des cheveux. Les caractéristiques métriques des gens de Kieta ont été comparées aux caractéristiques correspondantes des indigènes de la Nouvelle-Irlande examinés par moi. Aussi bien de cette comparaison que de l'examen des caractéristiques descriptives, il ressort que les indigènes du sud-est de Bougainville sont essentiellement du type mélanésien. GUPPY (1887, 103) distingue deux types d'insulaires des îles Salomon: 1) un type plus grand, plus robuste, plus foncé et plus brachycéphale, 2) un type plus petit, moins robuste, plus claire et plus dolichocéphale. Nos hommes de Kieta, surtout les Nasioi, ressemblent au dernier type mentionné.

SUMMARY

In November 1907, I performed anthropological examinations on male natives in the Kieta South East area of the Bougainville Island of the Solomons. The mountain tribe of the Nasioi, with a body height of 157.27 cm, is less tall than the coastal tribe of the Torau (162.46 cm). Numerous measurements of the body and head, the colour of the skin and eyes, and the colour and form of the hair were recorded for the whole group. The measurements of the people of Kieta were compared with those of the natives of New Ireland whom I had previously examined. Both this comparison and the examination of the descriptive features revealed that the natives of South East Bougainville are typical Melanesians in respect of build. GUPPY (1887, 103) distinguishes between two types of Solomon islanders: 1) a larger, more robust, darker and more brachycephalic type, and 2) a smaller, less sturdy, fairer and more dolichocephalic type. The people of Kieta, notably the Nasioi, resemble the latter.

LITERATUR-VERZEICHNIS

- FRIZZI, ERNST. 1912 — Kurze Vorbemerkungen über meine Reise in Bougainville und Buka. Korresp.-Blatt d. Dtsch. Ges. f. Anthropologie, 43. Jg., S. 101-105.
- GUPPY, H. B. 1887 — The Solomon Islands and their natives. London: Swan Sonnenschein, Lowrey and Co.
- MARTIN, RUDOLF. 1928 — Lehrbuch der Anthropologie in systematischer Darstellung. 3 Bände, zweite, vermehrte Aufl., Jena, Gustav Fischer.

- OLIVER, DOUGLAS L. 1949 — Studies in the anthropology of Bougainville, Solomon Islands. Papers Peabody Museum, vol. 29, part 1-4.
- OLIVER, DOUGLAS L. and HOWELLS, W. W. 1957 — Micro-Evolution: Cultural Elements in Physical Variation. *American Anthropologist*, vol. 59, Nr. 6, pp. 965-978.
- SCHLAGINHAUFEN, OTTO. 1908 — Bericht über eine Orientierungsreise nach Kieta auf Bougainville. *Ztschr. f. Ethnol.*, Bd. 40, S. 85-86.
- 1914 — Ueber die Pygmäenfrage in Neuguinea. 1 Karte. In: Universität Zürich, Festgabe z. Einweihung der Neubauten, 18. April 1914, Phil. Fak II. Sekt. S. 181-201. Schulthess & Co., Zürich.
- 1914 — Pygmäen in Melanesien. *Arch. Suisses d'Anthrop. gén.*, t. 1, pp. 37-42.
- 1929 — Zur Anthropologie der mikronesischen Inselgruppe Kapingamangi (Greenwich-Inseln). *Arch. Julius Klaus-Stiftung*, Bd. 4, S. 219-287.
- 1953 — Die Variabilität, geographische Verteilung und Stellung der Körpergrösse der Eingeborenen Neuirlands. *Geographica Helvetica*, Bd. 8, S. 18-28.

A presença de Portugal na Amazónia

POR

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Os portugueses, na sua obra de ampliação da fronteira que se estendia ao longo da costa leste-oeste do Brasil norte, ao defrontarem-se com o Amazonas, no delta, encontraram-no em estado de natureza, inclusive no que diz respeito aos seus ocupantes.

A natureza pareceu-lhes a mais opulenta de quantas haviam, até então, descoberto e possuído. Os cronistas desses dias iniciais são unânimes na confissão do extasiamento ante o que lhes surgia aos olhos. E, no entanto, já em outras partes de seu opulento e vasto ultramar, quantos mundos de selvas e de águas copiosas não se lhes deparara. Nenhum, é certo, apresentava, porém, a opulência, a majestade, a grandeza, a extensão daquelas terras humedecidas pela bacia hidrográfica do Amazonas.

No tocante aos que a ocupavam, compunham a mesma multidão primitiva, a que já estavam habituados, no contacto e na intensidade por que com eles conviviam no nordeste e na área sul do Brasil. Não lhes constituíam, portanto, uma surpresa. O que lhes parecera, no primeiro momento, especial, novo, era a quantidade. Verdadeiras multidões, que, pelos anos adiante, religiosos e civis que os despreveram, à medida que penetravam a região, indicavam por centenas de milhares, num exagero evidente, mas que reflectia a imensidade de gente nativa que se espalhava nos aldeamentos, montados ao longo da calha central do rio principal e de seus afluentes maiores e menores.

Terra e homem, portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas fórmulas de vida como vinham fazendo em outras partes dos espaços que revelaram à Europa. Seria isso possível? A experiência que possuíam dos espaços tropicais seria suficiente? Os contactos havidos na África, no Brasil, no Oriente, com povos e natureza física exó-

tica não lhes assegurariam os títulos essenciais para êxito seguro e certo?

O ambiente amazónico era diferente. Exigia uma tenacidade, uma decisão, um comportamento todo especial. Pioneiros concorrentes, representados por ingleses e holandeses estavam tentando vencê-lo, pelas feitorias e estabelecimentos militares, seduzidos pela matéria-prima, abundante e de fácil colheita, que transportavam para a Europa. Aquela empreitada, evidentemente, não valia como uma experiência preciosa? A presença daqueles estrangeiros tinha menos de vinte anos, quando os portugueses levantaram o fortim do Presépio (1616) e deram princípio à façanha da conquista da Amazónia. Não se contava, pois, um tempo bastante expressivo que permitisse avaliar dos resultados da empresa estranha. Postos fora pelos portugueses, que não lhes admitiram a permanência, o esforço por dominar a Amazónia e triunfar sobre a natureza e as suas multidões primitivas ia ser tarefa de portugueses. Em face, no entanto, daquelas condições peculiares ao meio, esse esforço alcançaria sucesso? A resposta seria uma resposta objectiva?

JORGE DIAS e MENDES CORRÊA, ao estudarem, para o Primeiro Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que reuniu em Washington, em 1950, «os elementos fundamentais da cultura portuguesa» e «a cultura portuguesa na África e no Oriente», tiveram ocasião de assinalar os aspectos que particularizaram a expansão portuguesa e permitiram a formação de um mundo estranho, poderoso e fisicamente grande como o mundo luso-tropical, que mestre GILBERTO FREYRE propôs em seus estudos de sociologia regional e ainda agora, nas páginas da *Revista de História da América* (N.º 43. México, 1953) indicou, no particular do Brasil, nos seus mais visíveis exemplos.

Escreveu JORGE DIAS: «O português adapta-se a climas, a profissões, a culturas, a idiomas e a gentes de maneira verdadeiramente excepcional»... «A capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O português assimilou adaptando-se».

MENDES CORRÊA assinalou: «A expansão portuguesa assentou numa tríplice preocupação, que não exclui outras, e em que não é sempre fácil encontrar o aspecto verdadeiramente dominante: a de proselitismo religioso e assimilação, tanto quanto possível, das populações aos padrões nacionais; e da segurança e fortalecimento da acção desenvolvida pelo esforço militar e naval; e da utilização económica dos recursos dos países distantes. O sacerdote, o soldado (ou o marinheiro)

e o mercador simbolizam os agentes pessoais dessas actividades convergentes para um resultado colectivo da expansão luso-cristã».

Realmente assim foi e é. E completando-se na constatação do que representa essa poderosa manifestação de capacidade para viver em contacto com outras gentes e outras terras, em particular as dos trópicos, e no como ela se processa, os dois eminentes antropólogos assinalaram os aspectos mais ponderáveis da explicação para o êxito na expansão que os portugueses realizaram triunfando nos trópicos.

MENDES CORRÊA, detendo-se, porém, no que foi a expansão pela África e pelo Oriente, registrou um sem número de factos provados que asseguram, à sua tese vitoriosa, o lastro que lhe garante a solidez necessária. E enumerou que os portugueses levantaram: fortalezas, que lhes garantissem segurança militar; igrejas, que significassem a espiritualidade de seus propósitos; feitorias, para o tráfico de mercadores da empresa mercantil que os levava aos descobrimentos.

Fortalezas, igrejas e feitorias, significando a soberania, multiplicaram-se: nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra económica; nos usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, vestuário, alimentação, que constituíram outras faces desse imenso legado português que, num inventário rápido, o antropólogo que homenageamos hoje, apresentou num estudo verdadeiramente emocionante.

Esses factos são encontráveis igualmente no Brasil, onde eles não se perderam, como sucedeu no Oriente, que passou a outras mãos. E são indicativos do êxito do processo de que se valeram os portugueses na sua obra admirável de criar novas áreas de vida para o Ocidente, de cuja civilização eram as vozes e a energia em dinâmica actuação além-mar.

Mas, no período colonial, Brasil e Amazónia constituíam porções distintas, do ponto de vista da organização político-administrativa. Nenhuma ligação havia entre as duas partes do ultramar sul-americano. Essa divisão político-administrativa resultara aliás, da evidência da existência de duas partes sensivelmente distantes entre si, distantes no físico e no cultural. Amazónia e Brasil eram partes distintas do mundo tropical sul-americano sob soberania portuguesa. Os processos,

as técnicas, em consequência, teriam sido os mesmos nas duas áreas? E no caso afirmativo, os resultados teriam sido idênticos?

No decorrer de dois séculos, os portugueses se mantiveram na Amazónia, que não estranharam senão na surpresa física que ela lhes causou, usando aquelas mesmas técnicas, mostrando-se os mesmos homens, com as mesmas aptidões. Adaptando-se às condições locais, nas suas diferenças e peculiaridades, integrando-se no meio físico, criaram padrões de vida, realizaram tipos de economia e formaram uma sociedade perfeitamente integrada na paisagem agressiva, que pretenderam domesticar.

Em mais de um trabalho, como «A Política de Portugal no vale Amazónico» e «Aspectos económicos da dominação lusitana na Amazônia», tivemos ocasião de indicar muitos dos variados aspectos do que foi essa acção. Ninguém, todavia, como ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, principalmente no «Diário da Viagem Filosófica» que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, soube reunir tão vasto material para análises sociográficas e antropológicas da presença portuguesa, face à multidão nativa e às características do mundo físico da Amazônia, não sendo de esquecer-se, também, a contribuição do jesuíta JOÃO DANIEL, no seu ainda inédito «Tesouro descoberto no rio máximo das Amazonas». Material que revela o êxito alcançado, os insucessos registrados, os altos e baixos, portanto. Altos e baixos, porque, na Amazônia, além do quadro físico agreste, de floresta e águas espantosamente ricas e abundantes, a multidão indígena, constituindo o fundamental, no tocante ao fundo humano, ponderava expressivamente, impondo-se em tudo. Tropeçava-se no índio por todos os cantos. Era ele a inteligência essencial para identificar as espécies da floresta e das águas, como para dirigir as expedições, vencer os obstáculos naturais, servir nas tarefas industriais do Estado, nos quefazeres domésticos, contribuir na estruturação da sociedade mestiça que se foi organizando.

Enfrentando-o, os portugueses ora venceram, ora tiveram de ceder. Foram os altos e baixos da aventura. Ceder, aceitando, identificando-se, amoldando-se, adaptando-se àqueles imperativos da cultura indígena, que ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA e JOÃO DANIEL propuseram nos conflitos com a cultura que os portugueses representavam e procuravam introduzir. Nesse conflito de cultura apresentando, assim, o mesmo admirável comportamento.

Do exame que se faça de todo o imenso documentário colectado pelos viajantes, pelos naturalistas, pelos geógrafos, pelos etnólogos, pelos

cientistas sociais ou meros observadores imediatistas, a conclusão é a de que aqueles elementos estruturais da cultura portuguesa na sua exteriorização além-mar, apontados por JORGE DIAS e MENDES CORRÊA, funcionaram perfeitamente na Amazónia.

Ainda há pouco, aliás, um antropólogo norte-americano, CHARLES WAGLAY, em livro interessantíssimo, «An Amazon Town», traduzido na Colecção Brasileira sob a denominação de «Uma Comunidade Amazónica», confirmou, através de suas observações de campo, o poder, a penetração profunda de Portugal na Amazónia. Assinalando a importância das culturas indígenas na caracterização actual da região, que lhe pareceu, e nisso está certo, marcada incisivamente por elas, nem por isso deixou de constatar que «quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do Vale Amazónico era principalmente constituída por mestiços e o modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português, apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazónia e pelas culturas aborígenas que lá se encontraram. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente europeia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazónia e pelas culturas nativas da região». A cultura europeia a que se refere, evidentemente era a portuguesa. E as instituições que a representavam seriam, como fez ver depois, ao longo do livro, aquelas instituições de natureza política, social, económica e espiritual, nos seus aspectos mais decididamente trazidos do Ocidente pelos portugueses. A língua, por exemplo, não seria uma prova eloquente?

Na Amazónia, os portugueses repetiram a aventura do Brasil, da África e do Oriente, levantando igrejas, fortalezas, hospitais, feitorias, residências, construindo centros urbanos, semeando, colhendo, criando espécies vegetais e animais, descobrindo o espaço e as suas riquezas e a ele amoldando-se, numa vivência magnífica. Espaço que representa cerca de $\frac{2}{3}$ do Brasil de hoje! Vejamos, todavia, num rápido registro de factos, apenas registro, para exemplificar, as fortalezas, as igrejas e os centros urbanos. As fortalezas ou estabelecimentos fortificados foram: Gurupá, Desterro, Araguay, S. Pedro Nolasco, Nossa Senhora das Neves da Barra, Macapá, Curiahú, São José, Santo António, Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça, Ilha dos Periquitos, Bragança, Santarém, Óbidos, São José do Rio Negro, Barcelos, São Gabriel das Cachoeiras, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira.

As igrejas levantadas em Belém, Bragança, Cintra, Vila Nova del

Rey, Colares, Conde, Beja, Chaves, Porto de Moz, Pombal, Veiros, Souzel, Arrayolos, Penha Longa, Benfica, Barcarena, Vilar, Ponta de Pedras, Mondim, Condeixa, Rebordelo, Azevedo, Cametá, Baião, Vilarinho do Monte, Espozende, Almeirim, Boim, Vila Franca, Pinhel, Óbidos, Faro, S. Francisco Xavier de Turiassú, Serzedelo, Peria, São Bento do Capim, Santarém Novo, Carrazedo, Cajari, Penacova, Maza-gão, Vila Vistoza, Aveiro, Monte Alegre, Santarém, Ourém, Bragança, Gurupá, Juriti, Outeiro, Airão, Alvaraens, Alvelos, Barcelos, Lugar da Barra (hoje Manaus), Borba, Canumá, Vila Nova da Rainha, Silves, Serpa, Maués, Ega, Fonte Boa, Imaripú, São Paulo de Olivença, São João do Príncipe, São João do Crato, Santa Izabel, São Joaquim, São Gabriel, Tomar, Tabatinga, Carvoeiro, Lamalonga, Moreira, Poia-res, Nogueira, Marabitanas.

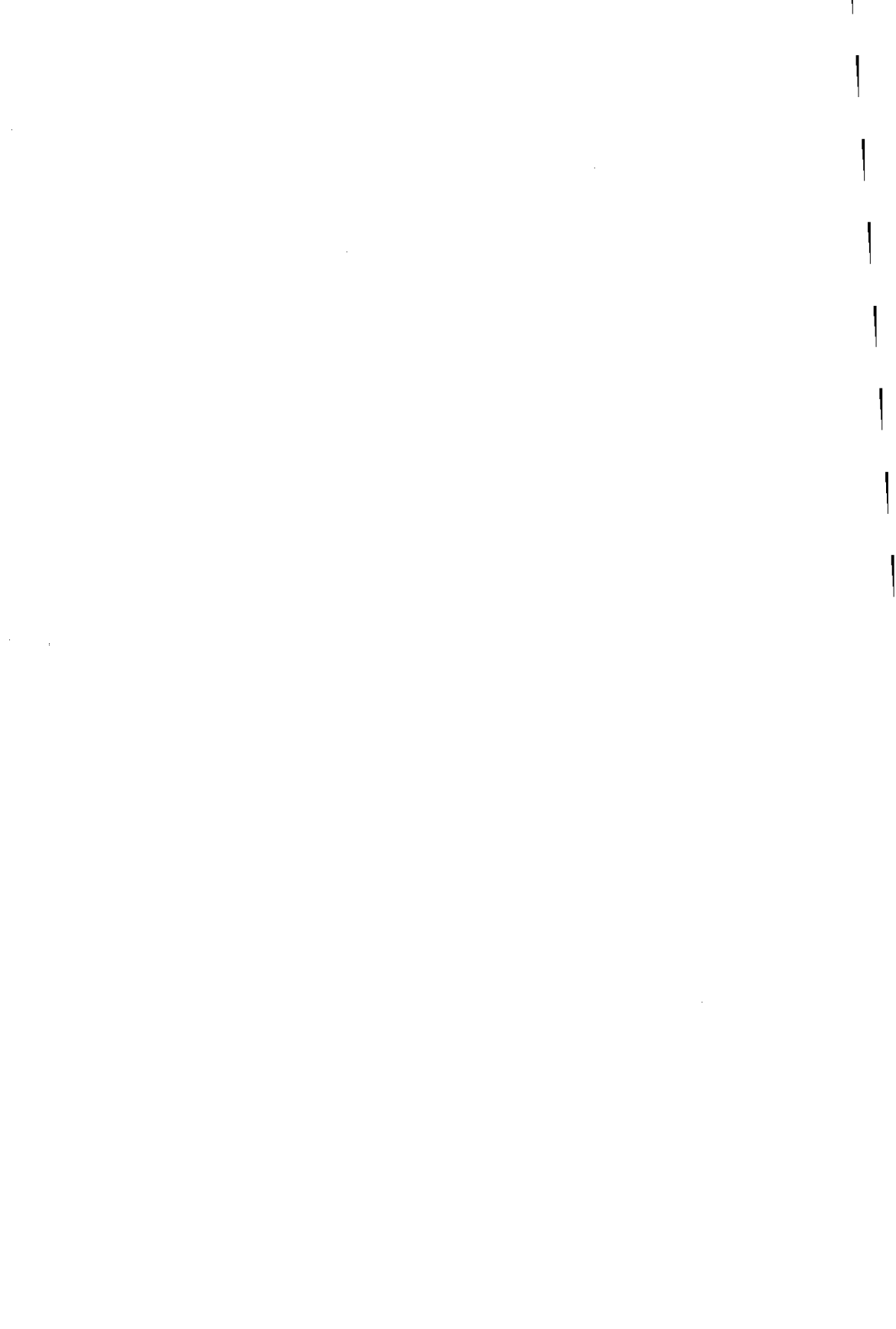
Muitos desses templos, é de assinalar-se, apresentando sumptuosidade, como, em Belém, a Catedral, e as igrejas do Carmo, Santo Alexandre, Santo António, Santana, Mercês. E em Monte Alegre, a respectiva Matriz. Todos os monumentos architectónicos que a Directoria do Património Histórico e Artístico do Brasil já inscreveu em seu livro de tombo como obras de arte que enriquecem o património cultural do país.

Os núcleos urbanos eram justamente aqueles onde se haviam erigido aquelas igrejas. Estabelecidos pelos Religiosos das várias Ordens que trabalhavam na Amazónia (Companhia de Jesus, Franciscanos da Provincia de Santo António, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Beira e Minho, Franciscanos da Piedade), graduados na condição de vila ou povoados quando Pombal promoveu a política de dispensa da cooperação da Igreja — ou resultando de fundações realizadas pelas autoridades civis e militares, constituem, ainda nos dias actuais, o fundamento urbano demográfico da região, como raiz de sua rede municipal.

É conveniente não esquecer que todo o esforço português na Amazónia foi realizado por pequenos grupos vindos do Reino. Jamais ocorreu a imigração quantitativa, que se verificou com relação a Minas Gerais. Tentei um inventário preliminar, faz alguns anos, num ensaio sobre «Casas, Soldados e Degregados na Colonização da Amazónia», que revelou a exiguidade da contribuição numérica dos emigrantes portugueses entre 1616 e 1823, quando ocorreu a incorporação ao Império Brasileiro nascente. Contribuição minguada que eles souberam suprir na mestiçagem que promoveram com a mulher da terra e lhes asseguraria a plenitude do sucesso obtido.

A presença portuguesa na Amazónia, no decorrer de dois séculos,

foi, pois, uma presença em que aqueles elementos estruturais de sua cultura, na sua expansão além-mar, como dissemos atrás, não perderam significação. Antes, revelaram-se em perfeito funcionamento, numa esplêndida contribuição para a obra de integração no quadro unificado do Império. A Amazónia era mundo tropical. Os portugueses, povo para os trópicos, nela souberam instalar-se sem desistências comprometedoras e com êxitos visíveis.



Les impératifs de la politique indigène en Afrique noire

PAR

J. VANHOVE

Inspecteur Royal des Colonies
Professeur à la Faculté de Droit de l'Université de Liège
Membre correspondant de la Société de Géographie de Lisbonne

*Si le respect de l'homme est fondé
dans le cœur des hommes, les hommes
finiront bien par fonder en retour le
système politique, économique et social
qui consacrera ce respect.*

A. DE SAINT-EXUPÉRY

La colonisation, impliquant occupation administrative, mise en valeur du sol et du sous-sol, œuvre missionnaire, a transformé profondément la structure des sociétés négro-africaines et le mode de vie des indigènes.

Les noirs pouvant désormais s'éloigner de leur village sans crainte d'être massacrés ou réduits en esclavage par un clan rival, se sont engagés dans les entreprises privées ou ont pris du service dans l'administration. C'est ainsi que les cadres coutumiers ont commencé à se disloquer. Cette désagrégation, en s'accélégrant sans cesse, s'opère à présent à un rythme tellement précipité que l'équilibre social et parfois démographique des populations est sérieusement compromis.

En effet, les indigènes qui, en nombre grandissant, ont quitté leur champ, souvent sans esprit de retour, pour venir travailler dans les villes, les plantations ou les mines abandonnent aussi — sans transition — la vie clanique, de nature statique, dominée par les croyances magico-religieuses et basée sur une solidarité et un collectivisme minutieusement régis au nom de la coutume par le patriarche, chef, juge et prêtre, pour adopter par la force des choses un genre d'existence tout différent, où l'homme est asservi par la machine, et les séductions souvent perni-

cieuses de la grande ville, où l'irrationnel n'a plus de place et où règne un individualisme parfois anarchique.

Dans les milieux ruraux progressivement désertés par les éléments jeunes et actifs, les chefs essaient, sans grand succès, d'arrêter cette hémorragie, car leur attachement souvent buté à l'ordre ancien s'entache de pas mal d'abus qui découragent les efforts d'ascension économique et sociale des plus dynamiques de leurs sujets.

Les sociétés négro-africaines connaissent donc une adultération profonde et étendue qui les ébranle jusque dans leurs fondements et qui préoccupe de plus en plus les autorités locales légitimement inquiètes de ces exodes massifs, du drame de la terre qui meurt, de la constitution de ces fourmilières humaines dans les centres urbains. Tout autant que le corps social auquel il appartient, chaque individu, homme ou femme, est remué dans tout son être par cet ébranlement profond et la crise est particulièrement grave chez ces jeunes gens à qui l'école a ouvert les portes du savoir, qui lisent, que la radio met à l'écoute du monde, qui discutent entre eux les problèmes qui les préoccupent et qui confient leurs angoisses et leurs revendications à la presse créée pour eux par le Gouvernement, voire aux journaux qu'ils lancent par leurs propres moyens.

Ces évolués à des degrés divers ont dépassé le stade de l'admiration sans réserve de l'européen. Leur esprit est critique, de manière systématique souvent, et les acquis de la civilisation occidentale ne trouvent pas grâce devant eux. Ce dont ils souffrent plus ou moins confusément, c'est de ne pouvoir apaiser leur soif de questions auprès des blancs: éducateurs ou chefs de service, qui, d'après eux, devraient jouer le rôle d'un père dont les enfants grandissent et qui, à cette époque difficile, doit rester protecteur sans étouffer le désir de voler de ses propres ailes qui possède tous les jeunes gens du monde. Malheureusement, les missionnaires, les professeurs, les fonctionnaires, les contremaîtres, etc... tous débordés, ne disposent pas du temps voulu pour dispenser à ces jeunes les conseils d'ordre moral ou intellectuel susceptibles de les éclairer sur leur orientation future et de fournir une solution pratique à leurs problèmes. Enervés par le climat tropical et accablés par des tâches trop lourdes, ils manquent aussi parfois de la patience dont il faut user à l'égard de ces êtres écartelés entre les manières occidentales de penser et d'agir et les concepts ataviques des Bantous.

Trop souvent déçus dans leurs tentatives de s'épancher auprès de ceux qu'ils croyaient pouvoir considérer à la fois comme des chefs et

comme des guides, les évolués se replient alors sur eux-mêmes, le visage fermé et en ruminant leur rancœur.

Cette situation est grave, car le fossé qui se creuse ainsi entre les blancs et ceux qui par la force des choses seront demain des éléments moteurs du pays risque de compromettre le maintien et le développement de la collaboration entre blancs et noirs sur une base de confiance réciproque, alors que les attaques des milieux anticolonialistes, le réveil conquérant de l'Islam, les infiltrations soviétiques, l'agitation menée par les mouvements politico-religieux tels que le Kibanguisme ou le Kitawala constituent déjà des problèmes lourds de préoccupations pour les pays ayant des responsabilités en Afrique.

*

En Afrique noire, nous sommes à présent au carrefour. Les années qui vont suivre décideront de l'éviction de l'autorité européenne ou de son maintien. Pour que dure la présence blanche en Afrique centrale avec les incontestables bienfaits qu'elle a apportés aux populations noires: paix publique et privée, action médicale, enseignement et éducation, travail et emploi, œuvres missionnaires et philanthropiques, il importe à notre avis que nous fassions un examen de conscience. Certes, la mise en valeur du continent noir n'est plus synonyme d'exploitation de l'homme par l'homme. Les sociétés privées sont de plus en plus conscientes de leurs devoirs sociaux vis-à-vis de leur main d'œuvre indigène aussi bien que de leurs employés blancs. Mais l'action des pays européens en Afrique a-t-elle été assez soucieuse de pénétrer l'âme noire si différente de la nôtre dans ses réactions et ses aspirations?

Les intellectuels négro-africains ont été bouleversés en lisant le livre fameux du R. P. TEMPELS: «La philosophie bantoue» qui suscita, lorsqu'il parut il y a quelques années, des mouvements en sens divers dans les milieux coloniaux, mais qui, depuis lors, a fait largement sa trouée et fut abondamment cité par les orateurs africains qui participèrent en 1956 au Congrès des littérateurs et des artistes africains à Paris.

Ceux-ci se reconnaissaient dans ce portrait que faisait d'eux un missionnaire Franciscain, à l'âme noblement apostolique qui, après de longues méditations, avait cru de son devoir de livrer ce poignant témoignage.

Un autre message, que personne ne pourrait mettre en cause cette fois, est celui que lançait, en 1943, en pleine tourmente, le Gouverneur

Général EBOUÉ, responsable des destinées de l'Afrique Equatoriale française, en écrivant une plaquette mince de format mais lourde de sens: «Une nouvelle politique indigène en A. E. F.». Il définissait celle-ci comme étant le système destiné à assurer le progrès matériel en suivant les méthodes européennes et le mieux être social en s'appuyant sur les principes dignes de respect qui sont à la base de la société négro-africaine.

Les principes énoncés par EBOUÉ gardent toute leur valeur en 1958 et combien cette formule est sage qui entend faire bénéficier largement les noirs des acquis de la science et de la technique modernes tout en répudiant aussi bien la discrimination raciale que l'assimilation massive et inconsidérée.

Cette formule généreuse et réaliste à la fois nous paraît la seule capable de promouvoir une entente durable entre blancs et noirs, car elle fournira à ceux-ci la possibilité d'élever leur niveau de vie au sein de l'association jusqu'à rejoindre celui de leur partenaire blanc, tout en n'en faisant pas des désaxés, des déracinés sur leur propre sol.

Mais, diront peut-être certains, n'est-il pas utopique, en vue de construire cette solide association afro-européenne, de compter sur l'apport culturel des Africains? La civilisation de gens qui n'ont laissé ni monuments ni documents écrits, dont les techniques artisanales n'ont jamais progressé peut-elle être considérée comme valable? Peut-on oublier les vices fonciers de l'organisation coutumière, avec l'arbitraire et la vénalité des chefs, la cruauté des sanctions judiciaires, le collectivisme négateur de toute ascension individuelle, l'odieuse exploitation des faibles — la femme et les esclaves — l'hostilité systématique à l'égard des étrangers au clan, les maléfices des sorciers, les crimes rituels des sociétés secrètes?

Il est certain que les sociétés négro-africaines ne connaissent pas une vie idyllique comme se l'imaginaient, au siècle des lumières, les apologistes du «bon sauvage». Toutefois, ces populations possèdent des principes d'organisation politique et morale qui, en dehors des errements condamnables que nous avons rappelés et qui sont d'ailleurs battus en brèche par l'autorité européenne, ressemblent de très près à ceux de la «Cité antique». Aussi sommes-nous d'avis que les politiques indigènes qui tiennent compte de cet ensemble de normes pour élaborer la législation applicable aux populations noires agissent avec sagesse, car elles donnent ainsi aux Africains, comme le disait SOLON, «non pas les lois les meilleures, mais les meilleures qu'ils peuvent supporter».

Il est des blancs que leur expérience coloniale amène à concéder que les institutions patriarcales des noirs, leur morale basée essentiellement sur le culte des ancêtres, ne sont pas synonymes de barbarie totale, que les Africains font preuve de qualités: courage physique, générosité, dévouement, absence de cupidité, joie de vivre, etc..., qui s'entremêlent à des défauts tels que le manque de constance dans l'effort, le mensonge et la dissimulation, l'ingratitude, la tendance à s'approprier le bien d'autrui, etc..., mais ils se refusent à admettre qu'ils puissent sortir du cadre de leur vie traditionnelle et des techniques que les blancs leur ont enseignées pour accéder à un plan supérieur d'activités intellectuelles.

S'il est exact d'affirmer que les Africains ont congénitalement peu de goût pour les idées abstraites et le raisonnement, il est cependant évident que les universitaires noirs se meuvent à l'aise dans les spéculations philosophiques où leur étonnante mémoire ne les aide en rien. D'autre part, l'imposante littérature ethnographique est faite de notations recueillies par les chercheurs auprès d'autochtones qui ne sont pas toujours des chefs ou des notables, mais souvent des hommes du commun et qui cependant livrent avec précision aux enquêteurs des renseignements les plus divers portant sur le droit coutumier, la morale, les traditions historiques ou légendaires du groupement, etc... tout cela conservé par la seule voie orale, de génération en génération.

D'autre part, les milliers de jeunes gens sortis des écoles de toutes sortes se voient de plus en plus confier des tâches de responsabilité, qu'il s'agisse de manier les machines à calculer ou les appareils de signalisation ferroviaire, de manœuvrer des ponts roulants ou des bennes excavatrices, de procéder à des examens microscopiques ou de pratiquer des greffes végétales délicates, de collaborer de plus en plus étroitement aux divers services de l'administration. Cette réceptivité et cette adaptation à des tâches aussi diverses témoignent incontestablement d'une réelle et vive intelligence.

La langue est l'expression du génie d'un peuple. Or, la grammaire des langues négro-africaines est d'une rare complexité; par association d'idées et dérivations rigoureusement logiques, elles ont créé des substantifs et des verbes qui composent un vocabulaire d'une très grande richesse. Quant à la littérature noire, quasi exclusivement orale et populaire jusque maintenant, on y trouve surtout des chants épiques, magnifiant les héros légendaires, ainsi que des proverbes et des fables, que n'importe quel noir de la masse cite avec un partait à-propos.

Enfin, il convient de souligner avec quelle ferveur justifiée les

musées et les collections privées d'Europe et d'Amérique ⁽¹⁾ mettent en valeur les belles pièces de l'art négro-africain qui s'affirme dans le domaine de la sculpture ou des arts mineurs: fer forgé, poterie, tissage, pendant que l'attention des amateurs se porte à présent sur les manifestations d'un art africain contemporain qui a ajouté aux formes traditionnelles la peinture de chevalet où s'affirme le sens décoratif très sûr des jeunes artistes qui traduisent leur libre inspiration ou qui suivent l'enseignement des écoles d'art créées à leur intention.

De ce faisceau de lumière que nous avons projeté çà et là sur la culture négro-africaine, avec le dessein de mettre en évidence la part positive qu'elle peut prendre dans l'œuvre de colonisation, il ressort qu'il importe au préalable, pour utiliser au mieux ces acquis de la race noire, de les bien connaître. C'est là l'objet de l'ethnographie et de l'ethnologie. Mais ces sciences humaines ne peuvent plus se fixer comme fin d'étudier les sociétés négro-africaines au titre de l'érudition pure, mais bien de nous montrer les avatars qu'elles ont subis sous l'influence de la présence européenne en signalant les adultérations qui ont entamé leur culture, de façon mortelle ou du moins dangereuse, et en relevant les indices et les chances de survie. Ainsi, les recherches ethnographiques et ethnologiques apporteront une collaboration précieuse aux fonctionnaires territoriaux, aux magistrats, aux missionnaires, aux travailleurs sociaux, aux agents des sociétés et, en général, à tous ceux à qui il appartient de diriger l'évolution de la société noire en s'efforçant de mettre en harmonieuse symbiose les cultures européenne et indigène. Cette «communion» comme l'appelle ALIOUNE DIOP, représentant du Sénégal au Conseil de la République, «ne peut être ni l'assimilation pure et simple où le noir serait plus absorbé qu'associé, ni la simple résurrection d'un passé, qui conduirait à maintenir le noir, pour des motifs de pittoresque et de sentimentalité, dans une condition diminuée. La vraie solution est médiane — il s'agit de rapprocher le noir de l'Européen sans qu'il perde pour cela son originalité propre».

Mais ces patientes et minutieuses investigations de la science ethnographique ne sont-elles pas vaines et les structures des sociétés négro-africaines n'ont-elles pas été trop transformées par l'action simultanée de l'occupation administrative, de la mise en valeur du pays et de l'œuvre d'évangélisation pour pouvoir être consolidées et restaurées de manière vraiment efficace?

(1) Sans oublier cet admirable Musée africain de Dundo qui magnifie avec tant d'intelligence et de goût les divers aspects de l'art Kioko.

A cette question inquiète, que se posent pas mal de bons esprits, nous répondrons que successivement, les Africains ont subi la crise du premier contact, fait de méfiance ou même d'hostilité; cédant ensuite à un désir d'imiter aveuglément l'européen, dont la supériorité leur paraissait écrasante, ils ont failli rejeter toutes leurs traditions; à présent, et cela suivant un processus qui s'est déjà vérifié aussi bien en Asie qu'en Amérique indienne, ils reprennent de plus en plus fortement conscience de leur «négritude».

Aussi, les responsables civils et religieux de nos frères africains se doivent-ils de suivre avec un intérêt compréhensif cette résurrection culturelle qui répond à des aspirations profondes, en la soutenant et en l'intégrant dans l'œuvre coloniale pour le plus grand profit des deux groupes humains en présence.

*

Nos principes de liberté et de propriété individuelle peuvent parfaitement se concilier avec les principes de l'organisation coutumière. C'est ainsi que les paysannats indigènes, levier puissant de l'amélioration des techniques et du rendement de l'agriculture traditionnelle et au delà de toute la vie indigène en milieu rural, ont connu le succès dans les régions où ils ont été appuyés de l'autorité des chefs, et là où leur action se prolonge dans celle de coopératives qui s'inspirent de la solidarité clanique et qui achètent les produits aux meilleures conditions du marché. De plus, parmi les quelques bâtiments d'utilité générale indispensables à la vie du paysannat: école, dispensaire, foyer social, un local spécial, jouant en quelque sorte le rôle du «hangar à palabres» de jadis, permet d'abriter les réunions au cours desquelles se débattent les problèmes d'intérêt commun, qu'ils soient économiques ou sociaux; en même temps, l'occasion est offerte aux fonctionnaires territoriaux, en s'inspirant des assemblées claniques et tribales, de préparer les masses rurales à participer à la vie publique et de faire entendre leur voix par cooptations successives jusque dans les plus hauts conseils.

Les milieux détribalisés qui se sont constitués sur le pourtour des villes européennes et dans les centres industriels, mais qui sont cependant loin pour la cause d'être coulés dans le monde européen, connaissent une fermentation juridique intense d'où par degrés surgit un droit coutumier original, qui emprunte sa substance aux vieilles traditions comme aux situations nées de la colonisation. C'est ainsi que les principes du patriarcat qui affirment davantage les droits de la famille

naturelle s'y imposent à ceux du matriarcat, tandis que les termes des obligations et des contrats sont puisés en partie dans le droit européen mais surtout dans les coutumiers africains. En ce qui concerne le statut personnel des habitants, les formules varient: certains pays colonisateurs prévoient l'attribution aux autochtones de qualité d'un statut qui les assimile aux européens, d'autres prévoient en plus une sorte d'«habeas corpus» — la carte de mérite civique — qui confère à un plus grand nombre l'essentiel de nos libertés et franchises et qui permet aussi de trouver parmi cette masse les administrateurs autochtones des cités extra-coutumières et de les bien former à la gestion des intérêts municipaux. Au titre de représentants de leurs quartiers, de leurs communes, ceux-ci se retrouvent dans les conseils supérieurs où ils siègent à côté des représentants des classes paysannes.

Les milieux missionnaires sont de leur côté invités à méditer sur la nécessité d'adapter le message évangélique à la mentalité des populations d'Afrique comme des autres continents.

L'Encyclique du Pape Pie XII, du 2 juin 1951, consacrée au progrès des missions, insistait avec force sur la nécessité pour le missionnaire de posséder une connaissance approfondie de la langue indigène et de témoigner un grand respect de tout ce qui est bon dans la civilisation et les mœurs des différents peuples, si primitifs soient-ils. Parallèlement, les missions, en suivant la ligne tracée à l'art missionnaire il y a longtemps déjà, par Monseigneur Constantini, Secrétaire de la Propagande, multiplient les adaptations de motifs indigènes aux objets liturgiques: chasubles et vases sacrés ainsi qu'à l'ornementation murale des églises, qui ont une influence particulièrement heureuse sur le clergé et les fidèles indigènes.

*

Il nous faut à présent conclure:

Nous avons envisagé de démontrer qu'il serait vain et même dangereux de proposer, voire d'imposer aux Africains sans réserves nos concepts, nos institutions, nos canons esthétiques.

En africanisant notre politique, en faisant largement confiance aux noirs et en appelant de plus en plus des éléments africains de valeur à des postes de responsabilité dans le secteur public aussi bien que privé, nous ne devons pas redouter de précipiter notre éviction de l'Afrique, mais au contraire, nous y renouvellerons le «miracle de l'unité», ainsi que l'on a si justement qualifié l'admirable exemple que nous

donne le Brésil. Devenu une Nation au terme d'une croissance normale et harmonieuse, il s'est souvenu qu'il avait été comblé de bienfaits matériels et surtout abreuvé de chaude générosité humaine par les fils de la Lusitanie; aussi, loin de rompre les liens qui l'avaient attaché durant des siècles à la Métropole, il les a solidement renforcés et ainsi, il a élargi considérablement l'aire de rayonnement du Portugal dans le monde.

Bruxelles, janvier 1958.

O costume norma jurídica nas parcerias rurais: agrícolas e pecuárias

Evolução histórica: ordenações, código civil

POR

JAIME LOPES DIAS

TERMOS E DEFINIÇÕES

Se bem que as leis atribuam por vezes ao costume força reguladora de relações contratuais entre os homens, em poucos casos esta verdade será mais evidente do que no capítulo das parçarias, ainda hoje usadas e praticadas, em larga escala, entre as nossas gentes do campo (1).

Podendo revestir natureza comercial e civil, nenhum dos Códigos respectivos as definem. Quanto à origem, se bem que não caiba fazer-lhes aqui a história, direi que tais contratos já eram conhecidos e praticados entre os romanos, como o foram depois nos países latinos que daquele Império herdaram e copiaram muitas normas reguladoras do seu viver e da sua administração.

Em Portugal surgem eles com a própria nacionalidade como se deduz da carta de privilégios que o nosso primeiro Rei concedeu ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1184: «*Concedemos que os parceiros dos sobreditos Cónegos que trabalharam com seus bois, nas suas herdades...*» (2).

Nas ordenações Afonsinas, Filipinas e Manuelinas foram eles regulados em títulos especiais, tendo o nosso Código Civil ali ido beber as suas principais disposições, que assim se situam e podem

(1) Com seus aspectos especiais, existe na Ilha da Madeira uma curiosíssima e importante forma de parçaria que PEDRO PITA estudou e revelou em interessante e exaustiva comunicação à Academia das Ciências, sob o título «*O contrato de colonia na Ilha da Madeira*».

(2) DR. L. CUNHA GONÇALVES — Tratado de Direito Civil, vol. VII, Pág. 356.

resumir-se: Livro II — Capítulo II — Secção VI — da *Parçaria Rural* que se desdobra em duas subsecções:

«Da *parçaria agrícola*» e «da *parçaria pecuária*», uma referente a culturas e outra a criação de animais.

«Há *parçaria agrícola*» (Art. 1.299.º) quando alguma pessoa dá a outrem algum prédio rústico, para ser cultivado por quem o recebe, mediante o pagamento de uma quota de frutos, do modo que entre si acordarem» (1).

«Há *parçaria pecuária*» (Art. 1.304.º) quando uma, ou mais pessoas, entregam a outra, ou outras pessoas, certos animais, ou certo número deles, para os criarem, pensarem e vigiarem, com o ajuste de repartirem entre si os lucros futuros em certa proporção».

As *parçarias rurais* são contratos *sui generis*, que não se confundem com as sociedades agrícolas nem com os arrendamentos, e giram em volta de quotas de frutos e de lucros variáveis. As sociedades agrícolas são sociedades de lucros, e o arrendamento motivo de renda certa, independentemente da produção.

O que principalmente importa afirmar neste capítulo que estamos a escrever é que os contratos de parçarias não precisam ser reduzidos a escrito, e, como no principio dissemos, o nosso Código Civil admite que eles possam revestir formas diversas consoante o *uso das terras*. Diz ele assim: «As condições deste contrato serão reguladas a aprazimento dos interessados; mas na falta de acordo, observar-se-á o *costume geral da terra...*» (Art. 1.305.º). «O parceiro que deixar o prédio sem cultura, ou não o cultivar conforme o convencionado, ou, pelo menos, *na forma do costume*, será responsável pelas perdas e danos» (Art. 1.302.º).

«A parçaria durará pelo tempo convencionado, e, na falta de convenção, por todo o tempo que, conforme o *uso geral da terra*, costumarem durar tais parçarias». (Art. 1.313.º).

São dignos de nota alguns termos usados pelo Código Civil, pelo que, e, para melhor compreensão deste capítulo da vida rural, vamos fazer-lhes referência.

Cultivador — o parceiro que cultiva.

Herdade — sinónimo de propriedade. É termo exemplificativo e não taxativo, colhido nas Ordenações.

(1) Sobre a parceria agrícola na provincia de Cabo Verde regula o dec. n.º 2.637, de 21 de Setembro de 1918.

Lavrador — o parceiro que cultiva. O mesmo que *cultivador*.

Parçaria — A ortografia oficial deu, durante muito tempo, à palavra *parceria* a forma de *parçaria* que já era usada nas Ordenações.

Parceiro — O que cultiva ou trata. Sinónimo de *lavrador, cultivador, pensador e parceiro pensador*.

Parceiro pensador — O que sustenta os animais. Sinónimo de *parceiro industrial e sócio pensador*.

Parceiro industrial — O mesmo que *parceiro pensador, sócio pensador*.

Paróquia — O mesmo que *freguesia*.

Pensador — O mesmo que *parceiro pensador, parceiro industrial, sócio pensador*.

Proprietário — O dono do prédio motivo da parçaria.

Sócio pensador — O mesmo que *parceiro pensador, parceiro industrial*.

AS PARÇARIAS RURAIS NA PROVÍNCIA DA BEIRA BAIXA

As gentes da minha província praticam ainda hoje correntemente as duas espécies de parçarias: agrícola e pecuária. Nos concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Sertã, as *parçarias agrícolas* abrangem a cultura dos cereais: trigo, centeio, milho e batata, assumindo os respectivos contratos as seguintes modalidades:

Na cultura do *trigo*: ao terço e ao quarto; no cultivo do *centeio*: ao quarto; na do *milho* e das *batatas*: a meias, ao terço e ao quarto!

As *parçarias pecuárias* praticam-se igualmente nos concelhos referidos, tendo como objectivo a criação ou engorda de gado vacum, ovino, porcino, caprino e de galinhas. Pelo que respeita à espécie porcina, abrange três formas diferentes: a) de bacorinhos tirados do leite; b) já descriados; c) de porcas criadeiras.

Os contratos de parçaria agrícola e pecuária, qualquer que seja a percentagem nos lucros, são designados por *terças* e *meias*.

F. deu o milho de *terças* e os porcos ou as vacas de *meias*, etc., embora a divisão de cereal, ou dos lucros, seja inferior ou superior à terça parte ou à metade.

Os parceiros das duas modalidades: agrícola e pecuária, chamam-se comumente *terceiros* e *meeiros*.

Falemos em pormenores de algumas das principais parçarias.

PARÇARIAS AGRÍCOLAS

NA CULTURA DO TRIGO

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) — Ao terço em terras produtivas (terras baixas):

O proprietário dá a terra e a semente e tem direito a $\frac{1}{3}$ do grão colhido, e $\frac{1}{3}$ da palha.

Ao parceiro que lavra, decrua, destravessa, semeia, ceifa, monda e malha, e põe os adubos e os nitratos, pertencem-lhe $\frac{2}{3}$ do grão e $\frac{2}{3}$ da palha.

Ao quarto em terras pouco produtivas (de encosta):

O proprietário entra com a terra e pertence-lhe $\frac{1}{4}$ do grão colhido e $\frac{1}{4}$ da palha.

O parceiro entra com a semente e põe todos os trabalhos: lavra, monda, ceifa e malha, e põe os adubos e os nitratos. Tem $\frac{3}{4}$ do grão e $\frac{3}{4}$ da palha.

Em Idanha-a-Nova

O proprietário dá a terra e metade da semente, e o agricultor o cultivo, a apanha e metade da semente.

O cereal e as palhas são a meias.

Em Penamacor

A apanha é feita a meias, tendo o proprietário direito às palhas.

NA CULTURA DO CENTEIO

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) — A parceria é sempre ao quarto.

O proprietário entra com a terra e tem $\frac{1}{4}$ do grão e $\frac{1}{4}$ da palha.

O parceiro entra com a semente e põe os trabalhos de lavra, monda, ceifa e malha, e os adubos. Tem $\frac{3}{4}$ do grão e $\frac{3}{4}$ da palha. O centeio não leva nitrato. «Não o merece», diz o povo.

NA CULTURA DO MILHO

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) — A meias.

O proprietário dá a terra e o meeiro o trabalho: lavra, sacha, rega, colhe e malha.

A semente é posta, em partes iguais, pelos 2 meeiros.

O milho e a palha são divididos, também em partes iguais, pelo proprietário da terra e pelo cultivador.

Ao terço.

O proprietário dá a terra e a semente, e semeia o milho, e o parceiro dá o trabalho: sacha, rega, colhe e malha. Pertencem ao proprietário $\frac{2}{3}$ do grão e toda a palha, e ao parceiro $\frac{1}{3}$ do grão.

Ao quarto.

A parçaria é ao quarto em terras estrumadas pelo proprietário.

Condições: as mesmas da parçaria ao terço, recebendo o parceiro apenas $\frac{1}{4}$ do grão.

NA CULTURA DAS BATATAS

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) — De meias.

O proprietário entra com a terra e a semente.

O tratador põe o estrume e executa todos os trabalhos: cava da terra, sementeira, sacha, rega e arranque.

Os meeiros pagam em partes iguais os nitratos e os insecticidas.

Os meeiros (proprietário e tratador) têm partes iguais na colheita.

De terças.

O proprietário entra com a terra, semente, estrume, nitrato e insecticidas.

O tratador executa todos os trabalhos necessários, a começar pela cava da terra e sua preparação para a sementeira. O proprietário tem duas partes da colheita, e o tratador uma.

Ao quarto.

O proprietário entra com a terra, semente, estrume, nitrato e insecticidas, e faz a sementeira. O tratador executa todos os trabalhos a seguir à sementeira. O proprietário tem 3 partes na colheita e o tratador uma.

PARÇARIAS PECUÁRIAS

DE GADO VACUM

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor).

O capitalista compra o gado.

O meeiro sustenta-o e, se é de trabalho, este pertence-lhe exclusivamente.

Quando os 2 meeiros resolvem vender o gado, o comprador tira para si o dinheiro que despendeu com a compra, e o restante, o ganho, é dividido em partes iguais.

Não há limite de tempo entre a compra e a venda.

Regula-se por mútuo acordo.

Em Sertã.

As parçarias, como os arrendamentos, são raros na Comarca da Sertã (concelhos de Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei).

As poucas que se realizam obedecem às seguintes regras:

DE BOIS

Comprados, de preferência com poucas carnes, pelos meeiros, um sustenta-os e aproveita-lhes o trabalho por certo tempo (8 a 15 dias), findo o qual passam, para o mesmo fim, à posse do outro parceiro.

Em regra, terminada a sementeira e a engorda, os bois são vendidos e o produto da venda dividido em partes iguais pelos meeiros.

Em Idanha-a-Nova.

As *meias* do gado vacum obedecem às normas das dos porcos, e duram um ou mais anos.

DE GADO OVINO

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor)

O proprietário entra com as ovelhas e o pastor guarda-as e sustenta-as.

Crias, leite e lã pertencem aos 2 meeiros em partes iguais, e os estrumes ao pastor.

As peles dos animais que morrem pertencem ao proprietário.

As *meias* vigoram de S. Pedro a S. Pedro.

Se nesta data se desfazem as *meias*, o proprietário entrega-se do gado que havia confiado ao pastor, e de metade das crias.

Em Idanha-a-Nova.

As *meias de ovelhas* fazem-se dando-as ou comprando-as o proprietário, sustentando-as o meeiro e dividindo ambos, em partes iguais, a lã e a criação. Leite e queijos pertencem exclusivamente ao meeiro que as sustenta.

DE OVELHAS E DE CABRAS

Em Sertã.

Um dos parceiros dá o dinheiro para a compra do gado e o outro sustenta-o. O primeiro recebe, em cada ano, metade da criação e da lã, e o segundo o leite e o estrume. A partilha da criação e da lã é feita em partes iguais pelos dois meeiros, pelo São João.

Quando resolvem vender os animais, o lucro, se o há, é dividido em partes iguais.

DE GADO CAPRINO

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor)

O proprietário entra com as cabras e o pastor (meeiro) guarda-as e sustenta-as.

Crias e leite são pertença dos 2 meeiros em partes iguais. Os estrumes pertencem todos ao pastor meeiro.

As *meias* vigoram de S. Pedro a S. Pedro e, se alguma cabra morre, a pele pertence ao proprietário.

DE PORCOS

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor)

Podem verificar-se duas hipóteses:

a) *Tratar-se de um só porco.*

O capitalista compra-o e o meeiro sustenta-o.

Se o porco é vendido dentro de 6 meses, o comprador tira para si a metade do dinheiro que despendeu, e o restante é dividido entre os dois meeiros em partes iguais.

Se o animal é vendido ao fim de um ano, o produto da venda é dividido em partes iguais.

Desta maneira, o comprador nada tira para si, como compensação.

b) *Tratar-se de dois ou mais porcos.*

Se forem vendidos antes dos seis meses, o que muito raramente acontece, procede-se como se se tratasse de um só porco, mas se forem vendidos no fim de 6 meses, o produto da venda é dividido em partes iguais pelos meeiros. Se no fim daquele tempo resolvem não os vender, fica cada um com seu porco (se forem 2). Se um dos porcos tiver mais valor que o outro, o meeiro que ficar com o de menor valor é indemnizado da importância correspondente à diferença.

As *meias* de 2 ou mais porcos são sempre desfeitas no fim de 6 meses, porque o tratador nada lucraria em continuar a sustentá-los mais tempo.

DE PORCOS DESTINADOS À CEVA OU ENGORDA

Efectuada a compra, o tratador entrega-se do porco ou porcos, e encarrega-se do seu sustento, mas 3 meses antes da matança o sustento corre por conta dos 2 meeiros. Morto o animal, a carne é dividida em partes iguais.

Em Idanha-a-Nova.

A parçaria, ou *meias* de porcos, faz-se pelas duas formas seguintes:

a) *Quando tirados do leite.* O meeiro sustenta-os durante sete ou nove meses, conforme a combinação. No fim deste tempo são avaliados, tendo o meeiro direito de escolher para si metade dos animais, e o senhorio de receber os demais e a diferença de valor que se verificar entre os que recebe e os que o meeiro escolheu.

b) *Já «descriados».*

A parceria dura sete ou nove meses, conforme a combinação.

Os porcos são avaliados no começo e no fim do contrato, cabendo nesta altura ao senhorio o valor atribuído aos porcos pela primeira avaliação e metade da diferença verificada, e ao meeiro a outra metade da mais valia. O meeiro tem ainda o direito de escolher para si o melhor ou melhores porcos pelo preço da avaliação.

Nas meias de porcas criadeiras, avaliadas no começo do contrato, a importância da venda dos bacorinhos que criam é dividida em partes iguais entre o senhorio e o meeiro. Se resolvem vender a porca, o senhorio recebe a importância da avaliação, dividindo com o meeiro, em partes iguais, a mais valia.

DE GALINHAS

Em Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor)

Um dos meeiros dá os ovos e o outro a galinha. Os ovos são, em regra, chocados em casa do dono da galinha. O sustento desta cabe, desde o primeiro dia do choco, em partes iguais, aos 2 meeiros.

Os pintos são divididos entre os meeiros, em partes iguais, logo que atingem 3 semanas.

Geralmente deitam 13 ovos, porque é convicção corrente que este número é o mais acertado para uma boa nascença e criação.

Aqui dou por findo este capítulo da vida rural, aparentemente de pouca valia, mas de alto interesse para os pequenos lavradores, cultivadores e criadores. Nas parcerias encontram, uns e outros, apreciável factor de equilíbrio para a sua economia doméstica. Mas, ainda mais: assentando, como elas assentam, sem documento escrito, no respeito pela palavra dada, a sua continuação será garantia de que não se ausentaram do campo a cooperação, a honestidade e a confiança mútuas.

Ambiente natural e história

(Dinamismo Cultural)

POR

A. JORGE DIAS

Um aspecto fundamental, no estudo das sociedades humanas, a tomar em consideração, é o ambiente natural. Não se pode compreender a cultura de um determinado grupo humano sem conhecer o quadro natural em que o grupo se move.

Os exageros de muitos autores do passado ⁽¹⁾, que pretendiam explicar de maneira simplista e bastante exclusiva diferentes aspectos das culturas, como produto da natureza, lançaram o descrédito sobre a causalidade geográfica. Mas se uma ciência evada de tendências finalistas, ou submetida a uma rígida concepção determinista não resiste à crítica dos tempos modernos, também não é menos certo que a natureza desempenha um papel extremamente importante na maneira como se processa a adaptação de cada sociedade ao ambiente natural em que se fixou.

Evidentemente que procurar explicar as formas de cultura pela Geografia seria acreditar que o homem responde mecânicamente aos estímulos naturais, e que cada resposta seria sempre a mais adequada às circunstâncias ambientais. Daqui resultaria um determinismo que o estudo dos factos nega.

A natureza não determina nunca as acções humanas; simplesmente as condiciona. No diálogo permanente que o homem mantém com o ambiente em que vive e se move, todas as respostas são possíveis, desde as mais inteligentes às mais absurdas. Simplesmente, enquanto que as inteligentes triunfam, as absurdas não conseguem sobreviver. Todavia, entre os dois extremos há toda uma gama de respostas possíveis, e

(1) FRIEDRICH RATZEL e a sua discípula ELLEN SEMPLE são dois exemplos desta corrente determinista.

sobrevivem muitas que, não sendo as mais próprias, são, contudo, dotadas de condições de vida suficientes para se manterem ⁽¹⁾.

A natureza condiciona sobretudo no sentido de limitar a cultura e não no de a promover. Em todas as culturas humanas são incomparavelmente mais numerosos os elementos recebidos através dos contactos com outras populações do que aqueles inventados dentro da própria cultura. Portanto, com o decorrer dos milénios, este rio de cultura que vai fluindo permanentemente através de todos os povos da Terra, em proporções variáveis, põe à disposição de muitos grupos humanos elementos inventados em regiões com certas características naturais que não se repetem em toda a parte. O aproveitamento desses elementos é que é fortemente condicionado — embora não exclusivamente — pelas condições naturais de cada povo. Por um lado, o aproveitamento, por outro lado, a sua melhor adaptação às condições locais.

De facto, de que serve a uma população conhecer, digamos, a cultura do arroz, se se encontra numa região extremamente seca, ou demasiado fria? De que serve conhecer as técnicas da pesca numa região onde não exista peixe? É evidente que nestes casos o ambiente exerce uma acção limitadora destas formas de cultura.

Contudo, há regiões dotadas de condições para se explorar a pesca, como zonas da costa oriental africana, onde certas populações aí fixadas não pescam nem comem peixe ⁽²⁾. Outro exemplo curioso, apresentado por alguns autores, é o caso da Córsega que, sendo uma ilha, é habitada por uma população que se dedica de preferência à agricultura e ao pastoreio, com desprezo pela pesca.

Ao considerar os factores naturais condicionadores de cultura, convém fazê-lo de maneira adequada e não reduzir tudo simplesmente a um factor único. São vários os elementos naturais que entram em jogo; uns mais directos como: clima, relevo, solo; outros menos directos como: reino vegetal, reino animal, subsolo, isolamento, etc.

É evidente que o homem não se adapta só passivamente, como

⁽¹⁾ Por exemplo, os Onas do extremo sul da América, vivendo num clima muito severo, não encontraram neste aspecto a resposta adequada às condições ambientais, pois não souberam nunca confeccionar vestuário com as peles dos guanacos que caçavam, e limitavam-se a envolver-se nelas. (Ver: MARTIN GUSINDE, «Die Selk'nam; vom Leben und Denken eines Jägervolkes auf der Grossen Feuerlandinsel», Möding bei Wien, 1931).

⁽²⁾ Estes indígenas provêm de uma região do interior do continente, razão por que não criaram o hábito de comer peixe. O que no seu passado era uma consequência do ambiente, é hoje uma tradição absurda.

qualquer animal. Ele caracteriza-se precisamente pela capacidade de se aproveitar das forças da natureza e de as pôr ao seu serviço; é sobretudo, um agente activo, modelador do ambiente. Porém, a sua capacidade de adaptar a natureza às suas necessidades não é sempre a mesma. Varia muito conforme o desenvolvimento técnico das diferentes sociedades humanas.

Nas sociedades de economia simples, sem excedentes, o baixo nível técnico impede os homens de dominar as forças naturais. Eles são obrigados a adaptarem-se mais do que a adaptar. Dá-se então a especialização da adaptação que em certos casos, como, por exemplo, nos esquimós, se pode considerar extremamente perfeita ⁽¹⁾.

Nestes casos a adaptação pode ser a resposta mais inteligente às condições ambientais, como se deu com os Esquimós, ou pode ser uma das muitas possíveis. Os Tasmânicos, por exemplo, viviam ainda, nos princípios do século XIX, em plena Idade da Pedra ⁽²⁾. De posse de uma economia colectora simples, levavam uma existência errante e dominavam uma técnica extremamente rudimentar. Contudo, a ilha que lhes servia de pátria tinha um clima excelente, abundância de águas, plantas e animais e boa terra, se bem que de relevo montanhoso. Portanto, a sua adaptação não foi imposta pelas condições ambientais, mas a consequência de uma técnica pouco evoluída.

Todavia, se se perguntar por que razão os Tasmânicos não possuíam mais conhecimentos técnicos que lhes permitissem aproveitar melhor as riquezas naturais, a resposta terá ainda de se ir buscar ao condicionalismo geográfico. De facto, o grande isolamento em que os Tasmânicos se encontravam, desde tempos muito remotos, impediram-nos de beneficiar do permanente intercâmbio de invenções que, em grau variável, se está sempre a operar entre as sociedades humanas ⁽³⁾. Um povo entregue a si próprio tem uma capacidade de progresso muito inferior à daqueles que estão em excelentes condições de relação.

O isolamento é, portanto, um factor natural mas menos directo,

(1) JEAN GABUS, *Vie et Coutumes des Esquimaux Caribous*. Librairie Payot, Lausanne, 1944.

(2) A técnica lítica utilizada por eles coloca-os no Paleolítico inferior. (Ver: E. B. TYLOR, *On the Tasmanians as Representatives of Palaeolithic Man*, in *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. XXIII, Londres, 1894).

(3) Os Tasmânicos nem o *boomerang* conheciam, apesar de ser uma arma característica dos seus vizinhos Australianos.

visto que actua só em certas circunstâncias. No caso da Tasmânia, o enorme progresso dos transportes marítimos e aéreos veio modificar inteiramente a situação dos seus actuais habitantes. Mas esses progressos da técnica moderna que afectaram tão profundamente a situação desta ilha são a consequência do activo intercâmbio de invenções culturais durante milénios e envolvendo a colaboração das numerosas populações que habitam a Ásia, a África do Norte e a Europa.

Daqui temos de concluir que os factores geográficos não devem ser considerados de maneira absoluta, mas em função do grau de evolução das técnicas de que cada povo dispõe. Só estabelecendo uma relação entre ambiente e cultura, segundo um conceito dinâmico desta, será possível compreender o papel que o ambiente natural desempenha.

As sociedades que dispõem de técnicas muito rudimentares, com menor capacidade de transformar a natureza e de a adaptar às suas necessidades, vivem sob a sua directa dependência. A economia, a alimentação, o vestuário, os abrigos, as armas, enfim, todo o equipamento material de que dispõem estes povos, traz a marca indelével do enquadramento geográfico em que a sua vida decorre. Nas sociedades muito evoluídas e senhoras de uma técnica adiantada, já é muito menos evidente, ou praticamente nula, a marca do ambiente natural. As indústrias transformadoras das matérias-primas e a facilidade dos transportes fazem circular em áreas enormes produtos naturais das mais variadas origens, ou produtos manufacturados que em nada revelam a sua procedência.

Contudo, há regiões da Terra que oferecem aos homens imensas possibilidades, e outras que são profundamente madrastras. As primeiras permitem que através dos tempos se vão dando inúmeras transformações culturais; as segundas limitam imenso a capacidade de evolução.

Regiões subdesérticas ou desérticas exerceram sempre uma acção condicionadora de actividades. Não se pode dizer que os Bochimanes vivem numa fase de economia colectora, porque ainda não conhecem outras mais rendosas, mas sim que as condições naturais lhes não facilitam melhor aproveitamento da natureza. O mesmo se pode dizer dos Esquimós, habitantes da tundra, que também encontraram a maneira mais perfeita de adaptação às condições do ambiente.

Portanto, quando vemos populações viverem da caça, da pesca e da colheita de vegetais, como Bochimanes, Tasmânios, Esquimós e alguns índios das pradarias da América, não podemos considerá-los da mesma maneira. Enquanto que Bochimanes e Esquimós foram obriga-

dos a adaptar-se a um condicionalismo bastante rígido, os restantes só souberam aproveitar daquela maneira riquezas naturais que hoje outras populações exploram de maneira totalmente diferente.

Nas culturas primitivas, o condicionalismo natural está mais patente, salta mais aos olhos do observador, porque se traduz nas suas actividades quotidianas e em todo o seu equipamento material. Todavia, o papel que aquele desempenha nas grandes civilizações e na evolução da cultura em geral não é menor, embora se oculte sob formas de uma causalidade mais complexa. Só uma análise extremamente fina, posta ao serviço de um conhecimento muito vasto da História das Civilizações e da Etnologia, permite surpreender essa causalidade profunda e subtil.

Toda a história humana tem sido um permanente diálogo entre o homem e a natureza; diálogo em que o segundo interlocutor foi de início a figura proeminente, passando com o decorrer da história ao papel subalterno de dominada. A natureza deu ao homem todas as pedras de um xadrez complicado e as regras do jogo; depois, coube-lhe a ele ir aperfeiçoando as jogadas. Essas pedras são muitas e estão espalhadas por toda a Terra. As grandes jogadas só serão possíveis quando a humanidade dispuser das pedras todas.

As pequenas sociedades, fechadas em si mesmas, só poderão jogar um jogo muito limitado e imperfeito; mas, quando forem chamadas a jogar um jogo universal, então as combinações atingirão proporções insuspeitadas.

De facto, se analisarmos num relance a posição actual do jogo, em confronto com a que tinha há um milénio, vemos já o seguinte: na América, uma grande civilização industrial, baseada em princípios mecânicos que têm como pressuposto a roda — há meio milénio não se conhecia a roda na América; na América não se devia ter podido utilizar a roda por falta de animais de tiro — ; hoje, os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguay exportam carne de vaca para a Europa. A batata é hoje um dos alimentos mais correntes em toda a Europa — há meio milénio não se conhecia. E, como isto, centenas e centenas de produtos vegetais, de animais e de invenções que circulam de terra para terra e vão enriquecendo o património da humanidade. Se tudo isto se deve à actividade e ao engenho do homem, também não é menos verdade que ele foi nesse empenho ajudado, ou temporariamente impedido, pelas condições naturais. Já vimos que os Tasmânicos deviam o seu atraso ao isolamento — na época em que ocuparam a ilha estavam numa fase muito primitiva de cultura. Mas se os Tasmânicos ocuparam

a ilha é porque em épocas muito remotas se deviam ter aproveitado de correntes marítimas ou ventos dominantes para aportar a uma terra tão distante. À famosa viagem do etnólogo norueguês HEYERDAHL através do Pacífico na jangada «Kon Tiki», veio demonstrar a existência da navegação em jangadas e o aproveitamento de correntes por populações pré-históricas ⁽¹⁾. O processo de difusão de cultura começou já em épocas remotíssimas e essa própria difusão está relacionada com o condicionalismo natural.

Não se pode dizer que um determinado ambiente é, em absoluto, mais favorável ou menos favorável ao homem. Como atrás dissemos, as condições que o ambiente oferece são função do tipo de cultura. Pode dizer-se que para cada tipo de cultura existe um ambiente óptimo, mas com a evolução da cultura o ambiente que foi no passado óptimo pode não o ser hoje e vice-versa.

No tempo de Péricles, a Grécia podia considerar-se uma região que reunia condições ótimas para o desenvolvimento da cultura grega. O clima temperado quente, sem grandes rigores, mas estimulante, era favorável a uma civilização pobre em recursos técnicos. O seu relevo estabelecia compartimentações onde se desenvolveram formas de cultura semelhantes mas diversas, permitindo intercâmbio de invenções e o benéfico conflito de padrões de comportamento diferentes. A sua costa recortada e os arquipélagos próximos facilitavam a navegação, aumentavam a compartimentalidade cultural e abriram pela navegação enormes perspectivas de contactos culturais com civilizações mais velhas.

O solo montanhoso e pouco fértil era suficiente para permitir uma agricultura e criação de gados capaz de alimentar uma população pouco densa.

Um sistema social que se baseava numa massa trabalhadora servil e numa elite intelectual e guerreira permitia que a desigual distribuição dos produtos da agricultura, pastoreio e pesca, desse à classe dominante um bem-estar favorável ao grande desenvolvimento de criação no campo das artes, das ciências e das letras, que atingiram um grau talvez nunca igualado em toda a história da humanidade.

Nessa mesma época, as planícies agrestes, amplas e escassamente habitadas da Europa média e setentrional eram adversas às popula-

⁽¹⁾ HEYERDAHL não pretendia propriamente provar que os primitivos tivessem navegado em jangadas, mas sim a possibilidade de habitantes da costa do Peru terem povoado as ilhas do sul da Polinésia, arrastados por correntes marítimas. Ver: THOR HEYERDAHL, «Kon Tiki».

ções que nelas habitavam. Os rigores do clima esmagavam uma humanidade de fracos recursos técnicos e que, pela baixa densidade, vivia isolada em grupos pouco numerosos nas clareiras de espessas florestas. O clima, o revestimento florestal que isolava os grupos em compartimentos estanques e a ausência de vizinhos próximos de quem recebessem uma influência decisiva eram tudo factores desfavoráveis ao desenvolvimento daquelas culturas.

Hoje, porém, com os imensos recursos técnicos e industriais baseados na exploração de jazigos minerais e de grandes fontes de energia, o que antigamente era ambiente hostil tornou-se óptimo, e o que era óptimo tornou-se pouco capaz de satisfazer às necessidades de uma civilização moderna.

As grandes planícies da Europa média, outrora cobertas de grandes florestas, cederam o lugar a excelentes terras de cultura, capazes de alimentar enormes densidades humanas. Os rigores do clima foram vencidos pelas modernas habitações de janelas duplas e aquecimento central. O frio que antigamente esmagava o homem é hoje um excelente estimulante da actividade.

O desenvolvimento das técnicas agrárias e do conforto deu lugar ao rápido crescimento da população que, preenchendo os espaços vazios, acabou por estabelecer francos contactos com todas as culturas periféricas, recebendo delas os benefícios de múltiplas invenções.

A planície que, enquanto vazia, exerce uma acção isoladora, estabelecendo como que o vácuo à volta dos grupos humanos dispersos, depois de cheia, presta-se à construção de magníficas vias de acesso, intensificando as relações.

A riqueza do subsolo veio permitir um grande desenvolvimento industrial que não só aumentou a riqueza e o bem-estar, como deu poderio político e militar e estendeu as relações a longínquas regiões do Globo, estabelecendo grandes pontes terrestres, marítimas e aéreas.

Sem a grande riqueza agrícola e mineira, não seria possível manter um alto nível na escala da civilização moderna. Por isso, a Grécia, exactamente com o ambiente do tempo de Péricles ⁽¹⁾, é um país de agricultura pobre, incapaz de alimentar uma grande densidade humana e não tem recursos mineiros que a coloquem na situação de desenvolver grandes indústrias. Por outro lado, a força de ânimo que advém da consciência de ter prestígio político e de ser respeitado no campo mili-

(1) É possível que tenha havido diferenças climáticas, mas parece que não foram essenciais.

tar é um elemento importantíssimo de progresso, o qual falta hoje inteiramente a um país que aos olhos de muitos não passa de um museu de glórias passadas. É o mais grave é que os turistas que visitam hoje a Grécia, provenientes desses países industriais, incapazes de compreenderem que as mudanças de fortuna se devem aos azares da História, e não são sempre a consequência das virtudes ou dos vícios dos povos, olham para os gregos com aquele ar protector de comiseração próprio do pobre de espírito favorecido pela sorte (1).

Insistimos, portanto, no princípio de que não se pode compreender inteiramente o significado do ambiente se não o associarmos ao elemento tempo. A cultura vista só num determinado momento, isto é, sincrónicamente, só permite estabelecer um certo número de relações ambiente-cultura sem valor universal. A análise diacrónica da cultura enriquece-a com a dimensão em profundidade, dando uma visão muito mais perfeita da realidade cultural.

Não podemos fazer aqui uma explanação das relações entre ambiente e cultura através da história, porque isso ultrapassaria os limites deste artigo. Limitamo-nos a dar um relance do problema.

Pode dizer-se que há três fases fundamentais na vida da humanidade. A fase inicial é uma fase de expansão. Dispondo de conhecimentos elementares para enfrentar a natureza e obter dela o sustento quotidiano, o homem necessitava de áreas enormes, onde encontrasse frutos, raízes e animais que lhe permitissem matar a fome. Vivendo em pequenos grupos, pois um tipo de economia colectora não consente na formação de grandes sociedades humanas, eram obrigados a deslocar-se continuamente em busca de novos territórios que lhes fornecessem alimentos, visto que depressa se esgotavam os recursos naquelles em que algum tempo paravam. Durante este período imenso, em que o homem errou, vagabundo, pela superfície da Terra, a sua vida foi extremamente precária e sujeita a enormes mudanças de clima e de condições naturais. Foi a grande luta do homem contra a natureza, com instrumentos e armas de pedra lascada e de outros materiais mais simples de trabalhar, como a madeira, o osso e o marfim.

Aproximadamente 10.000 anos A. C., opera-se uma tremenda revolução técnica que vem mudar consideravelmente a vida do homem: é a descoberta da agricultura. Este período, chamado Neolítico, pelo

(1) Naturalmente que isto só diz respeito à grande massa de turistas e não aos poucos, para quem a Grécia ainda hoje é um santuário, onde se entra de chapéu na mão.

uso de instrumentos líticos, que acompanha a utilização da cerâmica e o cultivo de algumas espécies vegetais, representa o início de uma nova fase que contribui para acelerar o progresso e humanizar o homem. À primeira fase expansionista, de isolamento e de diferenciação, opõe-se esta em que sobressai a relação, a fusão e a tendência para a universalidade.

Os excedentes alimentares que resultam de técnicas agrárias que a pouco e pouco se vão aperfeiçoando, permitem que se constituam grupos humanos mais numerosos, e que dentro de cada sociedade se comece a estabelecer a especialização do trabalho.

A abundância de certos produtos nuns lugares e a carência deles noutros dá origem a permutas que com o tempo se transformam em mercados regulares e transacções comerciais entre uns lugares e outros. O intercâmbio de mercadorias é acompanhado de intercâmbio de ideias, e o progresso torna-se uniformemente acelerado. A rede de relações que uns grupos estabelecem com outros é cada vez mais ampla e a consequência é que, da simples agricultura de enxada e da criação de gado, resulta uma técnica agrícola superior com a descoberta do arado e a utilização da força animal para as lavouras e outros benefícios consequentes da combinação da agricultura com a criação de animais.

A sedentarização começa a dar-se definitivamente e, nalguns lugares mais favorecidos, a densidade humana é enorme.

Em seis mil anos a humanidade tinha feito um progresso espantoso. Da utilização da pedra passou à dos metais: cobre, bronze e ferro.

Os progressos materiais são acompanhados de grande complexidade social e com esta também se desenvolveram aspectos negativos da natureza humana, como a excessiva ambição de riqueza e de poder que necessariamente conduziam à escravidão e à guerra. Começa a grande luta do homem contra o homem. Aqueles que possuíam novas fontes de riqueza e de poder impunham a vizinhos mais fracos a sua hegemonia. Outros, movidos por uma ancestralidade nómada, lançavam-se em grandes expedições através de continentes, como, por exemplo, os povos indo-europeus, que do Oriente chegaram às costas ocidentais da Europa. Entre estes, os Celtas, senhores da técnica do ferro, que lhes dava superioridade económica e militar, vieram até à nossa Península e fundiram-se com o substrato autóctone ibérico.

Na primeira fase da evolução humana, no chamado Paleolítico, os grupos espalhados pelas várias regiões da Terra iam-se adaptando às condições ambientais o melhor que podiam e, se uns eram mais hábeis, e outros encontravam regiões mais favoráveis, a sua vida decorria mais

farta e mais feliz, mas sem afectar, na sua essência, o tipo fundamental de economia comum a todos, que era a caça e a colecta.

Porém, a descoberta da agricultura, que tudo leva a crer se tivesse dado em vários lugares da Terra e em épocas diferentes, é bem de crer que estivesse relacionada com lugares mais favoráveis à agricultura. Pelo menos, muitos lugares da Terra ficariam excluídos pelas poucas condições que oferecem para a economia agrícola. Mas a margem de probabilidades é enorme, visto que são imensas as regiões onde é possível a prática da agricultura. O mesmo se dá com a criação de gados, pois há muitas terras com aptidões pastoris, embora nem todas tivessem animais domesticáveis.

Todavia, a agricultura superior, onde aquela aparece combinada com a criação de gados que permite a utilização do arado, ou uma agricultura tão rendosa por condições naturais invulgares, ou pelo uso de culturas de regadio, não se podia dar inicialmente em muitos lugares do Globo. Foi preciso que um conjunto de circunstâncias felizes reunisse as condições óptimas para tal tipo de economia: terras de aluvião férteis, junto de rios sujeitos a cheias periódicas, de clima temperado quente, onde não houvesse invernos muito rigorosos e com regiões próximas propícias à vida pastoril. Reuniam estas condições, ou algumas delas, regiões do sul da China, o vale do Hindus, a Mesopotâmia, o Egipto, regiões da América Central e outras terras americanas próximas, em idênticas condições.

Pode dizer-se que são estas as terras que ofereciam as condições óptimas para este tipo de economia e é também nelas que nós vamos encontrar as primeiras civilizações de tipo agrícola superior. O arado parece ter surgido na Mesopotâmia na Idade do Bronze, uns 3.500 anos A. C., e a sua invenção e utilização devem-se à combinação da cultura das terras fundas com a criação de gados de povos ganadeiros vizinhos.

A abundância de excedentes permite a formação de sociedades altamente estratificadas. No vértice da pirâmide social erguem-se poderosos monarcas, às vezes monarcas teocráticos, endeusados pelo seu incomensurável poder e riqueza. A grande massa humana, liberta dos trabalhos da produção alimentar, desvia-se para a produção de artigos supérfluos e para actividades desinteressadas. A aristocracia e as classes poderosas, cada vez mais ávidas de luxo e impelidas pelo desejo de rivalizar, estendem os seus tentáculos a regiões distantes, em expedições guerreiras de domínio, de conquista ou predatórias. Certos povos, como os Fenícios, especializaram-se na navegação e no comér-

cio. Produtos ambicionados: ouro, cobre e estanho, pedras preciosas, marfim, peles raras, são objecto de grandes viagens por mar e por terra.

Surgem, então, países de colonização em lugares distantes. Fundam-se cidades e estados coloniais, entre os quais sobressai Cartago, fundada pelos Fenícios.

Estes movimentos de exploração, colonização e intercâmbio de mercadorias vão difundindo por regiões menos favorecidas inúmeros elementos culturais. Ao longo das costas ocidentais europeias, os viajantes do Mediterrâneo vão espalhando cultura.

Finalmente, surge a cultura grega de que atrás falámos, que, aproveitando os imensos benefícios de culturas mais antigas, realiza aquilo que se chama o milagre grego. Apareceu, de facto, pela primeira vez na história da humanidade, um tipo de pensamento filosófico que despreza as explicações míticas e procura uma causalidade real baseada na reflexão crítica e na observação da natureza. Este tipo de pensamento abre perspectivas novas às sociedades humanas e é através dele que a civilização europeia atinge o seu apogeu, por um domínio cada vez mais perfeito das forças da natureza, mercê do pensamento científico e da sua aplicação prática às necessidades do homem, através da técnica moderna.

A Grécia expande-se, funda colónias, entre as quais a Magna Grécia no sul da Península Itálica, e finalmente é ela própria dominada e incluída dentro de um novo estado — Roma.

O Império Romano, que tanto recebeu da Grécia, mesmo durante o período de dominação, perde em altitude o que ganha em extensão. Não atingiu nunca a elevação da cultura grega no campo da criação do espírito, mas levou os rudimentos da civilização grega a áreas muito maiores. Roma consegue fundar um grande império mercê da sua vocação para organizar, administrar e codificar. Abre estradas, impõe princípios gerais administrativos às regiões bárbaras que vai conquistando, impõe um idioma comum, impõe uma legislação comum e, aos poucos, os benefícios de uma civilização superior vão-se difundindo. A penetração romana não se faz de maneira perfeitamente homogénea em todas as províncias do seu, então, vasto império. Só nas regiões mais propícias à difusão da sua cultura, por maior afinidade ambiental ⁽¹⁾ com a pátria de origem, é que se instala a verdadeira civilização romana.

(¹) Sobre a importância do factor afinidade ambiental, ver JORGE DIAS, «Os arados portugueses e as suas prováveis origens», separata do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1948, págs. 79-85.

Nas regiões mais inóspitas e menos afins, Roma limita-se a exercer uma acção administrativa, mas não tem uma influência cultural profunda (1).

Por sua vez, os limites do Império Romano são em parte a barreira da hostilidade de culturas muito diversas de populações que habitam regiões sem afinidade com o mundo Mediterrâneo.

Os longos contactos entre o Mundo Romano e as populações germânicas vão fornecendo a estas inúmeros elementos culturais que, adaptados às condições de vida diferentes do seu ambiente, acabam por colocá-las na posição de lutar com vantagem contra um inimigo imensamente enfraquecido pela corrupção que resultou do amor desmedido do poder, das riquezas e dos vícios.

Todos estes sucessos históricos estão, como vemos, condicionados aos factores naturais. Não foi arbitrariamente que a difusão se foi fazendo a partir de umas regiões e só chega a outras mais tarde, para não falar nos surtos da civilização que se explicam pelos encontros e fusões de populações diversas, como se deu na Grécia e, mais tarde, em Roma.

Com a invasão dos bárbaros, o Império Romano sucumbe e das suas ruínas surge uma coisa nova que vai dar origem à Europa Moderna. Esses diferentes estados medievais, enriquecidos pela fusão de sangues novos e de diferentes elementos culturais, trazem consigo um perigoso elemento de atomização, pelo choque de inúmeras personalidades guerreiras senhoras de pequenos estados feudais, sem força de coesão suficiente para se aglutinarem. Os interesses individuais e os costumes bárbaros e cruéis que podiam ter arrastado a grandes excessos, foram milagrosamente salvos da anarquia pelo Cristianismo (2).

A grande mensagem de Cristo vem suavizar os costumes, ao mesmo tempo que impõe um ideal de unificação humana sob o símbolo da Cruz (3). A conversão dos povos germânicos ao Cristianismo contribui para maior consciência da comunhão de interesses e da fraternidade dos homens.

(1) São imensas as regiões montanhosas de clima agreste do Norte e Noroeste da Península Ibérica, onde se mantêm traços culturais anteriores à dominação romana até nossos dias. Ver: JORGE DIAS, «Vilarinho da Furna», Porto, 1948 e «Rio de Onor», Porto, 1953.

(2) Na Europa ainda se faziam sacrifícios humanos nos fins do século II e princípios do I A. C., segundo as notícias que nos deixou JÚLIO CÉSAR, referindo-se aos Celtas da Gália.

(3) O Sacro Império Romano.

Uma análise rápida da evolução da cultura europeia mostra como a ordem cronológica de certos factos não se afasta dos princípios expostos. O Renascimento clássico dá-se primeiro na Itália, o que não admira, visto ter sido aí um dos centros da antiguidade clássica. Depois, o período do apogeu literário e artístico passa a Portugal e a Espanha. O *Siglo de Oro* espanhol é o século XVII. Essa grande culminância intelectual é acompanhada por outras manifestações de poderio político e militar. Portugal teve no século XVI a maior armada do Mundo e a infantaria espanhola do século XVII era considerada invencível. Porém, no século XVIII, o apogeu literário, artístico, político e militar tinha passado para a França; é o reinado de Luís XIV, o Rei Sol. Mas, no século XIX, vê-se de repente crescer a Alemanha. É a época da unificação política de uma nação que chegou a estar dividida em cerca de 400 estados independentes. Os grandes clássicos alemães, Goethe e Schiller, só aparecem nessa época, que inicia uma grande actividade intelectual no campo das letras, da música, do pensamento e da ciência. A Alemanha que no século XVIII tinha sido facilmente invadida por Napoleão, acaba por se tornar agora uma nação de grande poderio militar e ambição política. Finalmente, a Rússia, que no século XVIII tinha uma pequena elite ocidentalizada, mas era em grande parte uma nação com populações nómadas e bárbaras, começa nos fins do século XIX a surgir no mundo da criação intelectual com os seus poetas, como Pouchkin, e romancistas, músicos e bailarinos da mais elevada classe. A revolução bolchevista veio interromper esta evolução e hoje só temos como manifestações do progresso o aspecto negativo, que é o grande poderio militar e político e o desenvolvimento industrial que o serve.

Vê-se como a marcha se fez de regiões mais compartimentadas, de âmbito mais reduzido e de clima mais favorável, onde o aumento populacional pôde mais cedo preencher os pequenos espaços vazios, estabelecendo contactos fáceis entre todos os indivíduos da nação, e só mais tarde atingiu as grandes regiões planas e abertas, onde a pequena densidade humana formava zonas de rarefacção que eram como que barreiras a impedir a unificação total da nação. Por isso, a unificação política tardia da Alemanha e ainda mais tardia da Rússia.

Está claro que nesta visão sumária não se tomam em conta outros factores muito importantes, como abundância de matérias-primas, fertilidade do solo, etc., e aspectos históricos que vêm favorecer ou dificultar a difusão de certos aspectos culturais.

Devemos ainda chamar a atenção para um facto curioso e que

está na mesma linha de ideias. Depois que a Europa atingiu o seu apogeu sob a forma de nacionalismos egocêntricos e de regionalismos separatistas, vê-se, de repente, esboçar um movimento de unidade europeia que tem como ideal a defesa de uma cultura comum, a cultura ocidental, e como símbolo, a cruz de Cristo, que deu a essa mesma cultura um cunho inteiramente novo e único na História da Humanidade. Todas as diferenças de línguas e de dialectos, de tipos de vida, e de seitas religiosas, que durante tanto tempo pareciam barreiras intransponíveis, tendem a desaparecer perante a ameaça de um perigo comum, porque as diferenças são mais aparentes do que reais, quando postas em confronto com diferenças fundamentais. Praticamente, todos os povos europeus falam línguas que provêm de um tronco comum, o indo-europeu; as diferenças de cultura são afinal variantes da mesma cultura e as diferentes seitas religiosas são também confissões que adoram o mesmo Deus, aceitam a mesma moral cristã e possuem o mesmo livro sagrado — os Evangelhos. Realiza-se, afinal, a velha aspiração do Sacro Império Romano, não pela imposição de um estado, mas pela livre vontade de todos que nessa aliança ideal vêm a sua sobrevivência pessoal e a de valores que se habituaram a respeitar acima de tudo.

Unha urna cerâmica e unha lanza de bronce

POR

F. L. CUEVILLAS

Saindo de Ourense e camiñando 14 kilómetros, primeiro pol-a estrada de Santiago e deseguida pol-a estrada de Lugo, entrase no concello de Vilamarin pol-a fregresia de San Vicente de Reádegos que ten unha eirexa parroquial de construción recente, asentada moi perto da beira dereita da estrada e no fondo da encosta do monte de Santa Adegá, de mais de 600 metros de altitude, que é dende logo o lugar mais elevado do borde dun penichan que remata pol-o norte na fonda cortadura por onde decorren as augas do Miño.

Dende a cima do monte ollase por iste lado un paisaxe de cotos con vexetación de ribeira, con fartura de piñeiros e de viñas, e pol-o outro lado mirase o amplo val de Vilamarin cruzado pol-o curso alto do río Barbantiño e pechado no fondo pol-a masa da serra da Martiñá.

O monte de Santa Adegá ten forma cónica e no seu cume erguese un castro de mediano tamaño, 78 metros de norte a sul e 75 de este a oeste, cinguido por un parapeto que chega pol-a parte interior a medir 5 metros de alto e que pol-a exterior prolongase nun terrapren de 12 correndo ó seu pé un foso provido de escarpa e contraescarpa. Iste foso na parte do oeste separase do terrapren 28 metros facendo un a xeito de antecastro.

Cando iste castro foi catalogado alá pol-o ano de 1926 non se poido apreciar na superficie da área cercada ningún vestixio da existencia de casarellas de pedra, mais conven advertir a iste respecto, que todo aquil terreo está formado por estratos cristaiños, e os cachotes tabulares son moito menos visibeles que os grosos anacos de pedra de gra que acusan a súa presenza con mais craridade o mesmo formando paredes que soltos pol-o chao dos castros.

Hai unhos doce ou trece anos os veciños de Reádegos seguindo un movemento daquela moi xeneralizado nas nosas aldeias, emprinciaron a desabregar o recinto do castro co obxecto de adicalo a sementear centeos, e é realizar ista laboura afondouse na terra cousa de trinta centímetros aparecendo algunhas pezas arqueolóxicas e entre elas unha vasixa de tamaño mais ben pequeno, e unha punta de lanza de bronce que foron parar ás mans do abade da fregresia D. Manuel Bermello ó que debemos o seu coñecimento e algunhas noticias encol do seu xacemento.

Apareceu a vasixa, asegún informes dos que a atoparon, nunha especie de pequeno nicho aberto no fondo dunha parede, que iñoramos a que cras de construción podía pertencer. Alcontrouse coberta por unha laxa de pedra esquistosa e chea por compreto de cinsas.

Ista circunstancia de estar coberta a boca do pucheiro por unha laxa de pedra, e a mesma forma de iste e ainda o estar chea de cinsas, fai matinar na existencia dun enterramento por incineración pois é sabido que nas necropoles celtas da meseta e tamen nas sepulturas de Cataluña moitas urnas cinerarias en vez de estar cobertas por outra peza cerámica estano sinxelamente por unha pedra mais ou menos tabular, e por outra parte as referidas urnas non gardan mais que cinsas, sin gardar co-elas ningun fragmento de osos.

É indudable que a incineración era o único rito funerario empregado pol-os nosos castrexos, mais os restos que se obtiñan da cremação acobillabanse, non en necropoles, se non no interior ou no exterior das casas e en recipientes de forma moi variable. O mais corrente habia ser un burato aberto no chan e coberto por unha pedra, que acochaba ás cinsas unhas veces soias e outras metidas nunha vasixa cunha pedra na boca a xeito de tapadeira. Unha urna dista especie asoellouse nunha das primeiras campañas de excavación da citania de Santa Trega. Moi frecuente tamen era a apertura de fochas circulares nas penedas, nas que sin axuar de ningunha caste colocabanse os restos incinerados, sendo o millor exemplo diste tipo de enterramento os atopados por José Maria Luengo no castro de Meirás, constituído por un grupo de vinte fochas cheas de cinsas e de testos de vasos, crebados ó parecer intencionadamente. Fochas semellantes ás de Meirás, descubrironse, isoladas ou formando pequenos grupos, na Cidade Velha de Santa Luzia, en San Cibrán das Lás e en Céltigos. Casos en que a urna funeraria alcontrouse, como en Santa Adega dentro dunhas a modo de pequenas cistas cadrangulares, feitas con delgadas laxas son a que se achou no castro de Morgade tapada por

certo cunha lousa que tiña esculpido un sino estelar, e como as que se descubriron no antecastro de Coaña e nos castros de Felgosa e Vilar dos Cotos. Outro tipo de enterramento conseguíase abrindo as fochas en grandes pedras soltas como as que se atoparon nos castros de Coaña, Pencia y La Escrita, os tres nas Asturias occidentaes, e tamen no castro galego de Cameixa, e por último outras urnas alcontraronse dentro dunhos pozos dun ou de dous pisos e revestidos de pequenos cachotes. Istes pequenos puzos sinalaronse tres no castro de Terroso e o outro no emprazamento dun poboado forte que existiu en Santiago de Compostela e cuia superficie acadaba deica a eirexa de Santa Maria Salomé perto da coal desatuouse o mencionado puzo.

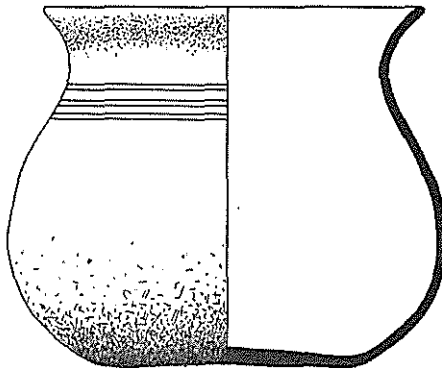


Fig. 1

O vaso cinerario do castro de Santa Adegá está traballado á man cun barro pardo anegrazado, bastante fino, con algunhas incrusións de pequenas laminas de mica e ningunha de cuarzo. As paredes, moi ben alisadas, acadan algo mais de dous milímetros no borde e estan perfectamente alisadas. A forma pode apreciarse na figura 1; mide de alto 84 milímetros, a boca acada de diámetro 90 milímetros e o fondo, que e plano, 70 milímetros. O borde presentase cunha revira que comenza nunha linea angular, e por baixo dil, na curva da iniciación da panza aparecen catro sulcos anchos, obtidos cun punzon que remataba, de seguro, nun corte curvo semellante ó dunha goiva.

A outra peza de intrés arqueolóxico atopada ó desabregar o recinto do castro de Santa Adegá é unha punta de lanza de bronce, que os seus achadores, veciños de San Vicente de Readegos, ofreceron ó seu parroco D. Manuel Bermello, quen tivo a amabilidade de facilitarnos, o mesmo ista lanza que o vaso de que denantes falamos

pra que poíderamos dalos a coñecer, tendos no noso poder tempo de abondo pra ensaminalos e estudalos.

As lanzas con punta de bronce aparecen enumeradas na relación das armas dos galecos feita por ESTRABON ⁽¹⁾ e por DIODORO ⁽²⁾ e istas noticias literarias foron confirmadas por achádegos dos que deseguida nos ocuparemos.

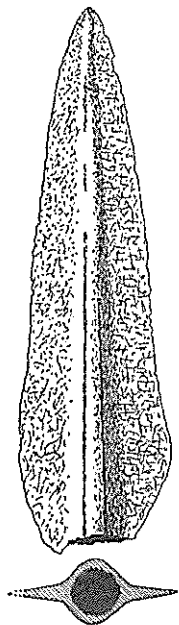


Fig. 2

Mide de longo a punta atopada no castro de Santa Adegá 14 centímetros e 4 de ancho maisimo. O alvado está crebado na súa porción inferior mais a asta entraba por dentro da folla 6 centímetros. Ista folla ten unha crista forte, ancha que apresenta na cima dúas liñas paralelas trazadas na forma en que se ve na figura 2, ofrecendo en conxunto un tipo estreito e alongado, con certa semellanza co mais longo dos tres de Abelenda publicados por LUIS MONTEAGUDO e ca que formaba parte do depósito de Ribas de Sil que está no Museo Arqueolóxico Nacional de Madrid.

O mesmo o de Abelenda que o de Ribas de Sil son sen dubida

⁽¹⁾ *Geografía*, III, 3, 7.

⁽²⁾ *Biblioteca* — V, 34.

dos derradeiros tempos do Bronce, e pol-as circunstancias do seu achadego no leito de correntes de auga, semellan ter caraiter de ofrenda e pertencer ó chamado pobo da espada que nos seus movementos de invasión seguían o curso dos rios, ós que rendía un culto que se sinala pol-a aparición de depositos de armas no fondo dos leitos, ou nas suas beiras actuaes cobertas outrora pol-as augas.

Lanzas de bronce que compre considerar como posteriores as do pobo da espada son a atopada no castro trasmontano de Picote, no castro asturiano de Coaña e nunha estación galaico-romana do estuario da Ulla, mais istes tres exemplares non presentan esaita semellanza co de Santa Adegá, imitándose en troques de maneira considerable cos que apareceron no deposito de Covapodre, en Hio, en compañía de machados de talón e de tubo.

De todo o dito tirase que as puntas de lanza dos derradeiros tempos do Bronce seguiron en uso, o mesmo no tipo de folla ancha que no de folla estreita, deica mas alá dos anos findeiros da cultura castrexa, mais compre que nos preguntemos cal foi a causa de que iste fenomeno de perduranza se produxera. E pra responder a ista pregunta compre que nos fixemos en que namentras nos castros e nas necropoles da Meseta as armas todas son totalmente de ferro, no noso circo cultural rexistranse espadas de antenas compretamente de bronce como as de Couboeira e Villalba e a das cercanias de Becerreá e outras que teñen a folla de ferro conservan o puño de bronce como as de Riotorto, comarca de Ortigueira e as da citania de Santa Trega, sendo ben fixarnos asimismo en que unha lanza da croa de Zoñán de tipo craramente hallstático está fundida en bronce.

Esta preferencia pola referida aleación debe espricarse samente pol-a grande abundancia de ela que se observa na idade a que deu nome, e sobre todo na sua fase findeira, circunstancia que faría que os castrexos seguiran apegados á vella industria e abandoaran a esprotación do ferro e dos seus xacementos pese á fartura con que se presentan na nosa terra.

BIBLIOGRAFIA

- JOSÉ VILLA-AMIL Y CASTRO — *Productos de la metalurgia gallega en tiempos remotos*.
 B. C. M. Orense, tomo III, numero 53 e seguinte.
 A. A. MENDEZ CORREA — *Os povos primitivos da Lusitania*.
 Seminario de E. Galegos — *Catalogo de Castros Galegos. Val de Vilamarin, fase I*.

- A. LÓPEZ FERREIRO — *Historia de la Iglesia Compostelana*, tomo 1.
- FEDERICO MACIÑEIRA — *Los castros prehistóricos del norte de Galicia*. 1934.
- LUIS MONTEAGUDO — *Galicia Legendaria y Arqueológica. Problemas de las «Ciudades asolagadas»*. 1957.
- JOAQUIN LORENZO FERNANDEZ — *El monumento protohistórico de Aguas Santas y los ritos funerarios de los castros*. 1948.

Sobre la expansión de la cultura portuguesa

POR

JULIO CARO BAROJA

I

A comienzos del siglo XVII cierto marino canario, al que se debe unos de los primeros libros impresos en español sobre el arte de construir barcos, Thomé Cano, decía en el que, entre todos los pueblos del mundo, los portugueses eran, sin disputa, los mejores navegantes de altura y los que mejores barcos construían. En lo que se refiere a la navegación de derrota daba la primacia a los vascos o vizcainos y añadía que también estos eran excelentes constructores ⁽¹⁾.

Opinión semejante se hallaba generalizada por entonces, a pesar de que ya comenzaba el declive de la marina peninsular ⁽²⁾.

Es simbólico, en consecuencia, que un vasco, Juan Sebastian Elcano, tuviera el honor de dar remate a la empresa de Magallanes muerto aquel gran jefe, y que intentara repetirla, yendo con carácter de segundo siempre, en la desgraciada expedición del comendador Loaisa ⁽³⁾. Entre Portugal y Vasconia existen hondas afinidades históricas y la admiración y cariño que siento por las cosas portuguesas, aunque solo me haya ocupado de ellas de manera muy tangencial se debe acaso a afinidades tales.

Fué al iniciar determinados estudios de Tecnología comparada, al querer fijar la historia y difusión de ingenios tales como los molinos de viento, las ruedas movidas por corriente de agua, las norias y otros mas, cuando pensé con insistencia en lo útil que sería para los etnógrafos, etnólogos, antropólogos en general, tener a mano una gran historia social y económica del Imperio portugués.

Posteriormente, al meditar una y otra vez en mi campamento, asentado en las arenas del gran desierto, por la latitud de Río de Oro,

acerca de las conversaciones tenidas con los nómadas momentos antes, se agigantó a mis ojos la gesta de la raza portuguesa: allá por donde he pasado en África, sea la nórdica, sea la sahariana, he encontrado tradiciones sobre los viejos guerreros y marinos portugueses, considerados hoy como seres míticos casi ⁽⁴⁾. A otros que se adentraron mas que yo en aquel continente, aun misterioso, les ha ocurrido lo mismo y aunque sea proverbial cierta tensión de ánimo, entre los castellanos y los portugueses chapados a la antigua, he de recordar tambien que no faltaron nunca, entre los primeros, hombres que colaboraron con los segundos y que admiraron su esfuerzo: ahí está — por ejemplo — el caso del palentino Diego de Torres, al que se debe una curiosísima relación del estado de Marruecos en la primera mitad del siglo xvi, que trabajó para un rey de Portugal y que acaso fuera instigador, aunque indirecto, del desastre de Alcazarquivir ⁽⁵⁾. Mas ahora no he de recoger, ni repetir, lo que los exploradores, los viajeros curiosos y los poetas han dicho sobre el tesón de este pueblo.

II

Voy a iniciar unas reflexiones recordando los testimonios acerca del mismo de hombres con visión práctica de la vida (los comerciantes) y quisiera sacar algunas consecuencias de este recuerdo y de la reflexión subsiguiente.

Entre los profesionales del viejo comercio europeo hay un florentino, Filippo Sassetti, nacido en 1540, muerto en Goa en 1588, que, a lo largo de su correspondencia estimada por los críticos, dejó una visión precisa del Imperio portugués oriental en la segunda mitad del siglo xvi ⁽⁶⁾.

Estamos a 10 de octubre de 1578 y el joven italiano se dispone a describir a un amigo suyo de Florencia, Baccio Valori, los caracteres de Lisboa. Su punto de vista — como he indicado — es el de un profesional agudo, bastante mas culto que la generalidad de sus colegas. No muy benévolo, sin embargo ⁽⁷⁾.

Lisboa — nos dice — vendrá a tener unos 250.000 habitantes. De ellos hay una parte constituida por los cristianos viejos, hidalgos los unos, plebeyos los otros: gente muy pagada de su condición, nos indica en tono de reproche (¿Y por que no lo habian de estar? Pregunto yo). Otra parte la forman los cristianos nuevos, es decir los judíos conversos, a los que Sassetti considera de ingenio sutilísimo.

Y en tercer término quedan los esclavos, las gentes traídas o venidas de tierras lejanas y que llegarían a representar una quinta parte de la población ciudadana. Japoneses, chinos, indúes (mahometanos o «gentiles»), negros africanos de diversas partes y de distinto aspecto, se mezclaban en el puerto cercano con los nórdicos del Báltico, con los holandeses y flamencos, con los franceses, italianos, castellanos etc. (8).

Portugal ha sido la potencia antiracista por excelencia y del principio de hermandad física y espiritual de todas las razas, que ha desarrollado y de los resultados que ha producido este principio, han hablado mejor que nadie los grandes antropólogos portugueses: MENDES CORRÊA a quien hoy honramos entre otros (9). Yo no soy un antropólogo físico. Yo soy un etnólogo, o antropólogo cultural injerto en historiador y lo que me interesa no son tanto los resultados biológicos de la fusión de razas, como las consecuencias de la fusión misma desde el punto de vista cultural. Por este camino orientaré mis reflexiones. Mas sigamos por unos momentos metidos en el puerto de Lisboa en el siglo XVI.

La Lisboa de Sasseti es un emporio maravilloso. El puerto se ve lleno de embarcaciones. A veces estas llegaban en número de trescientas, simultáneamente. Las vistas y perspectivas de una época mucho más decadente que esta, por ejemplo, la que se tomó con motivo del viaje de Cosme de Medicis, producen aun una impresión de magnificencia (10).

Los barcos de todas suertes y de todos orígenes que aprovisionaban a la ciudad en gran parte, se llevaban de ella, en cambio, mercancías más preciosas. Entre las importaciones parecen haber jugado un gran papel el aceite y vino de Provenza y de España y el ganado vacuno del Norte de Europa; esto último a pesar de que Lisboa era ciudad que consumía gran cantidad de pescado; era y creo que es ictiófaga como otras muchas de la península. Pero la más honda realidad está en que los marinos de derrota nórdicos se aprovechaban, con relativo poco esfuerzo, de las gestas de los marinos de altura portugueses, cuyos primeros momentos fueron considerados, sin duda, en la siempre algo pragmática Europa del Norte de resultados «más curiosos que útiles» (11). Lanzados después en sus embarcaciones a los mares más bravos, lejanos, en unas décadas sentaron las bases de un imperio comercial nunca igualado hasta entonces. He aquí las áreas principales del mismo, según Sasseti:

I) Costa occidental de Africa. Unos de los principales establecimientos portugueses eran las islas de Cabo Verde, otro las Minas

de San Jorge. Llevaban los portugueses a estos puntos telas de la India y de Ruan, piezas de latón de diferentes usos y formas, collares grandes, pulseras y anillos de los que se ponen los negros en las orejas, en la nariz, cuentas de color rojo de origen indio también, que consumían los mismos negros, en cantidades enormes.

II) La isla de Santo Tomé, en la que se hallaba centralizado, en gran parte al menos, el comercio de esclavos.

III) Costa oriental de América del Sur: el «Verzino», es decir el Brasil, a donde llevaban todo cuanto entonces podía imaginarse en materia de mercaderías: víveres, paños, telas, objetos de mercería, tales como espejos, sonajeros, campanillas y mil chucherías más.

IV) La India. A la India se exportaba, también, de todo: desde vino y aceite, paños y telas, hasta vidrios, corales, papel y monedas de a real.

Lo que se traía a Portugal desde tan lejos era:

1.º) Cueros, algodones y azúcar de Cabo Verde.

2.º) Oro de las minas de San Jorge.

3.º) Azúcar del que se refinaba («zuccheri rossi») de Santo Tomé (dejando a un lado los esclavos).

4.º) Azúcar blanco del Brasil.

5.º) De la India venía la especiería, que se dividía en dos clases: una, la de la misma costa de aquel inmenso país (pimienta, canela y gengibre), otra, llevada allí de «Tierra Firme» (como la nuez moscada y el «macis») y del Maluco (como el clavo).

Llegaban también de Oriente a estas costas cargamentos de piedras preciosas, de telas de algodón y otras fibras finísimas, que, en gran parte, consumían los mercados de África negra y Berbería, sedas, cendales, camelotes, ricas colchas que podían valer hasta ciento cincuenta escudos por pieza, lechos pintados y miniados de oro, madreperlas «ed altre fantasie» del mar; el ámbar y el almizcle, el añil y la laca, el lacre y las porcelanas (12).

Este gran tráfico marítimo había puesto en un compromiso el antiguo comercio de los pueblos del Mediterráneo con la India, pero aun en tiempo de Sassetti existía una vía, terrestre en parte, y las manufacturas europeas pasaban de Alejandría y de Siria, al Sur, hasta que llegaban — en la India misma — al reino llamado de Narsinga (Bisnagar). En quince días de viaje los mercadores ganaban el 25 o el 30 por ciento con lo que llevaban, y al regreso traían a Europa diamantes, rubies y perlas. Coincidiendo con la estancia de Sassetti en Goa la ciudad de Bisnagar quedó destruida (13). El mismo es aun un

hombre que está dentro de la tradición italiana del medievo, la de los Marco Polo, la de los Nicolo Veneto que, por otra parte, tan familiares eran como autores a los portugueses de aquellos tiempos ⁽¹⁴⁾: era un hombre más fascinado por las Indias Orientales que por el Nuevo Mundo. Y durante años preparó su viaje a aquellas, viaje que le costó la vida, como a tantos otros. En efecto, el 8 de abril de 1583 salian de Lisboa cinco naves rumbo a la India. Cuatro de ellas llegaron a Goa el 20 septiembre. Pero aquella en que iba Sasseti hubo de sufrir las calmas del golfo de Guinea y no arribo sino el 9 de noviembre ⁽¹⁵⁾. Algun tiempo después, a comienzos del año 84, escribia sus primeras impresiones al cardenal Fernando de Medicis.

De esta carta y de las que siguen cabe extraer elementos de juicio muy precisos para fijar algunos de los caracteres del proceso de integración y de desintegración cultural debido al contacto de los pueblos peninsulares con otros, proceso que, hoy día, es movil de tantas investigaciones de los antropólogos, etnólogos e historiadores de ambos mundos.

Lo que han costado a la península sus empresas de exploración y conquista no se ha llegado a estimar todavía justamente. Los juicios acerca de ellas tampoco son homogéneos. «Il reste à savoir si la cochenille et le quinquina sont d'un assez grand prix pour compenser la perte de tant d'hommes» decia Voltaire al cerrar un capítulo de su «Essai sur les mœurs» en que daba cuenta de alguna. Y este pensamiento que tiene, por cierta, semejanza con el del Don Ermeguncio que pinta Moratin en una sátira muy aguda ⁽¹⁶⁾ queda como a mitad de camino entre el de los detractores y el de los admiradores de tanto y tan variado esfuerzo.

Donde un La Perouse no ve mas que la «sed de oro» como meta y fin ⁽¹⁷⁾, un Alfred Russell Wallace ve la mas gloriosa empresa civilizadora de los tiempos modernos ⁽¹⁸⁾.

Sasseti mismo fué un frio y aun poco favorable testigo de lo que costaba a Portugal su actuación en la India. Y a pesar de esto dice cosas que conmueven. Según el cada año salian de aquí de 2.500 a 3.000 hombres y muchachos de humilde condición, dispuestos a probar fortuna. En el viaje moria la mitad. El que quiera saber lo que era un largo viaje por mar en el siglo XVI puede leer una carta, trágicamente burlesca del capitán español Eugenio de Salazar ⁽¹⁹⁾.

De los que quedaban vivos aun debian sufrir muchos epidemias y contagios ⁽²⁰⁾, y los demás se gastaban en guerras y empresas arriesgadísimas. Mas la raza era, sin duda, fortísima y ya habia producido

una casta de mestizos con su personalidad propia (21), aunque los valores fundamentales de su cultura seguían siendo los específicamente portugueses. De esto nos hablan mejor otros testimonios que los de Sassetti.

III

El portugués de Oriente, durante el Renacimiento, fué un producto clásico de nuestra Europa meridional, semejante en muchos aspectos al griego de los siglos gloriosos. Como aquel creó una talasocracia admirable. Como aquel llevó todo lo que mas estimaba a ambientes exóticos. Un puerto, una ciudadela, un pequeño territorio alrededor le bastaron en principio para sus fines y en esto se pareció tambien al griego.

La idea de que el poder estaba en el mar y sólo en el mar, se halla defendida de una manera casi extremada por Diogo do Couto, en su obra «O soldado práctico», donde se lamenta de los gastos que se hacian en su época en fortificaciones y construcciones de tierra, en oposición con el sistema de las épocas mas gloriosas, en las que los portugueses multiplicaban los barcos y el armamento de estos, curando muy poco de asentarse con comodidad (22).

Por ultimo como los griegos mismos los portugueses sintieron gran curiosidad intelectual, verdadero deseo de comprender, no solo de conocer a los hombres y a las tierras que tenia ante si. Se ha señalado el admirable espíritu científico de observación y experimentalismo en hombres como Garcia de Orta y otros que estuvieron en Oriente ya en la primera mitad del siglo XVI (23).

Otros pueden ponerse como ejemplos representativos de comprensión humana. Creo que en este orden pocos hombres de su época llegaron a mas que a lo que llegó Fernão Mendes Pinto. Su libro, aparte de ser el mas delicioso que se ha escrito sobre el mundo oriental en época oscura para nosotros, alcanza una altura en el modo de enfocar la vida, costumbres y creencias de los chinos y otros pueblos, a la que no llegan no solo la generalidad de los viajeros de su época, sino tampoco muchos del siglo XIX, del XX.

¡Que diferencia entre el humilde y resignado viajero portugués y los petulantes turistas que recorrieron su país y el mio hace un siglo o después, respaldados por unos estados, unos gobiernos ultranacionalistas y llenos de orgullo y que escribieron libros y libros monótonos,

superficiales y sin simpatía! (24). No, no pueden las grandes naciones de Europa competir con Portugal en este ni en otros ordenes.

Dice Gomes Eannes de Zurara que el infante Don Enrique el Navegante tuvo seis razones para iniciar y proseguir sus empresas. En primer término le movió la curiosidad puramente científica. En segundo lugar un interés económico. En tercero una razón bélico-estratégica. En cuarto una razón misional, religiosa. En quinto la posibilidad de hallar alianzas diplomáticas con los reyes cristianos que se aseguraba había en Africa y en último término la coyuntura que le habían señalado los astrólogos (25). ¿Quién podía tener miras más amplias en su época? Siglo y pico después de realizadas aquellas empresas iniciales todos estos «objetivos» (como se dice ahora) estaban casi «cubiertos», cumplidos, y los portugueses tenían en Oriente, castillos, fortalezas y mercados, que habían levantado de acuerdo con las tradiciones europeas, pero con una esplendidez que llamaba la atención a los viajeros de otras naciones que los visitaban. Léase, como prueba, lo que dice Tavernier en sus famosos viajes, ya a mediados del siglo XVII — es decir en pleno declive — acerca de Ormuz o Goa (26).

Entremos, por unos instantes, en esta famosa ciudad, guiándonos mediante un plano de ella de aquel mismo siglo. Veamos, en primer término, que elementos se señalan como esenciales en la vida urbana.

Quien no posea más bases de juicio que plano tal y vistas esquemáticas, cree estar ante una ciudad marítima de nuestra península. Ve, en primer término, al centro de la zona portuaria, un núcleo de edificios y establecimientos importantes: el palacio del virrey los señorea. No lejos de él, detrás, hay una plaza anchurosa. En otra, también próxima, en la que se alzan las fachadas del palacio de la Inquisición y de la Iglesia Mayor, se celebran las ferias. Aun en este sector hay una tercera plaza donde están la Misericordia y Nuestra Señora de la Sierra. Las calles reciben nombres que aluden al oficio de los que las habitan en mayor número (hay así la calle de Contratadores, calle de Plateros, calle de Sombrereros), o de la actividad a que están consagradas (calle de la Calderería, calle de la Carnicería, calle de la Seda). Pero aun hay más que reciben el nombre del santo bajo cuya advocación está una iglesia, un convento que alza su solemne fachada en una manzana de ella. Entre sesenta y cinco nombres de lugares públicos señalados en el susodicho plano de Goa, no menos de veintisiete son de carácter religioso. A un extremo de la ciudad quedan San Lázaro y Nuestra Señora del Monte, a la que conduce una larga vía. Mas al

interior Santo Domingo y su calle. San Alejo, San Juan de Sahagun y Santa Maria Magdalena quedan en un mismo sector. También el colegio de San Pablo y Santo Tomé con su calle. En el barrio más alejado del mar están el convento de la Trinidad, Nuestra Señora de la Luz (tras la cual queda la horca), con su calle, y Santa Bárbara. Juntas se hallan, así mismo, Santa Mónica, San Antonio, Nuestra Señora del Rosario, Nuestra Señora de la Concepción, Nuestra Señora de la Gracia y en un extremo Santo Tomás... Algun nombre es de regusto literario.

El plano señala cierta «huerta del bachiller» en la que imaginamos que se reunirían varios ingenios a discutir de Humanidades o a leer versos. Y junto al mar, junto al Oceano Indico, tan lejano para nosotros, vemos de un lado las «alcazerias» y el «bazar de pezes», el muelle con las alfandegas, una «ribera de galeras» y otra «ribera de navios», un hospital o lazareto, el edificio donde se aposenta el veedor de hacienda y aquel donde vive el guarda mayor. Todo esto no es familiar. Los españoles pensamos en Valencia o Barcelona, o en otro puerto antiguo. Pero, de repente, unas palabras nos trasladan al mundo misterioso: «calle de las naos de Ormuz» se llama una calle de Goa, otra camino de Bengani... (27).

Goa, por ultimo, tuvo un destino parecido al de varias poblaciones ibéricas. Sus habitantes en un tiempo se desplazaron y así existe «Goa la vieja», frente a una ciudad más salubre que la sustituyó y que se llamó «Goa la nueva» (28): en España tenemos Ronda la vieja etc. frente a núcleos más modernamente constituidos con el mismo nombre.

Otros emporios portugueses de Oriente presentan aspecto parecido en planos de la misma época, aunque varien de tamaño. Por ejemplo, en Cochim hallamos también la iglesia mayor, aislada, pero no lejos del concejo y de la fortaleza. En un extremo de lo que constituía la plaza principal estaba la iglesia de San Sebastián, en el otro el hospital y el palacio del obispo. Señalamos la existencia de calles de plateros, «caxeros», zapateros, traficantes en seda, alcaicerías y pescaderías: un paso de la pimienta, el consabido rollo y una serie numeroso de iglesias, ermitas y conventos (29).

Plazas fuertes, como Quiloa, Cananor, Ormuz y Chaul son en su estructura general típicamente europeas (30).

En algunas la planificación llega a un formalismo absoluto, como en Bassaim (Baçaim), donde nos encontramos una calle de los nobles, otra calle de los casados, otra de los plateros, otra de los pescadores...

La plaza cuadrangular y las calles, tiradas a cordel, se defienden por un sistema de fortificación de tipo renacentista ⁽³¹⁾.

Establecimientos, cual el de Dio o Diu, constan de tres partes claramente diferenciadas: una fortaleza bastante grande y compleja, la población portuguesa, con su hospital, iglesia etc., defendida por una muralla y extramuros la población indígena con la mezquita y una apariencia distinta. Así también en Ampurias la ciudad griega estaba separada de la ciudad indígena por una muralla ⁽³²⁾.

En suma los portugueses, como los españoles, llevaron a lejanas tierras todo un sistema social, todos sus valores culturales: los buenos tanto como los malos. No hay porqué negarlo, pues no podían constituir una excepción entre los hombres. Así, por ejemplo, en sus colonias, como en el Perú español, les vemos metidos en banderías y parcialidades: «En la ciudad de Meliapor — dice Faria y Sousa hablando del año 1616 — que vulgarmente llamamos de San Thomé, andavan en vandos sus moradores escopetándose los unos a los otros, sin temor alguno de leys divinas ni humanas» ⁽³³⁾. Este es un ejemplo entre muchos. Las crónicas, por otra parte, nos hablan de una población febril en la que las mas fuertes pasiones hacían presa de continuo, una población ardiente, llena de deseos. A comienzo del año 1585 toda la gente de las costas del Indico andaba alborotada ante las posibilidades que abrían tres grandes empresas. Era la primera la exploración de las recién descubiertas minas de plata del río Cuama. La segunda la conquista del Ceylan y la tercera la de un puerto de Sumatra que tenía grandes relaciones con la Meca y los puertos del Mar Rojo ⁽³⁴⁾.

IV

Poseemos noticias históricas abundantes respecto a los contactos de los portugueses con los indúes, con los chinos, con los japoneses, con los pobladores de Indonesia, del golfo pérsico y del Mar Rojo, con los negros del Africa austral, los nómadas del desierto, los marroquíes de stirpe árabe o berberisca, con los indios del Brasil... Mas el conocimiento de lo que estos contactos significan en la historia general de la cultura está muy lejos de ser perfecto. De Pernambuco a Macao, de Mascate a Ceuta, de la raya del Miño al Cabo de Buena Esperanza o al centro de Africa, han tendido los portugueses una serie de redes sutilísimas, invisibles para el observador superficial y de las

que incluso los antropólogos no poseen conocimiento exacto. Y esto ocurrió no sólo en épocas remotas, sino también en fechas modernas.

Los viajeros y exploradores de naciones rivales repitieron una y otra vez, como se ha dicho, que estas redes las tendieron una serie de aventureros y de buscavidas sin inquietudes espirituales, o dominados por el fanatismo mas negro. Ello no quita — añadiré a modo de inciso — para que los mismos agentes tendenciosos hayan dejado cuadros particulares en que se pinta la dulzura de los costumbres propia de algunas familias portuguesas asentadas en tierras lejanas: lease, por ejemplo, en los mismos viajes de La Pérouse, lo que se dice de la familia del gobernador de Macao allá a comienzos de 1787 ⁽³⁵⁾.

Pero no es de mi incumbencia hacer valoraciones de caracter etico, ni el estenderme en consideraciones apologéticas. Conviene mas que diga unas palabras acerca de los métodos que han servido para iniciar el estudio de los contactos y relaciones aludidas.

En la época en que han dominado las tendencias histórico-culturales en Antropología — es decir durante los treinta primeros años de este siglo — se estudiaron algunos problemas aislados de difusión de ideas, conceptos, técnicas, en una palabra de «rasgos» o «elementos culturales», considerando el papel que en difusión tal podian haber tenido los portugueses: un problema fascinador de este tipo es el que plantearon los relieves y esculturas de Benin con representaciones de europeos, vestidos a la moda del siglo XVI ⁽³⁶⁾, problema que puede compararse, por varias razones, al que plantean las evidentes reminiscencias induées en el llamado estilo manuelino ⁽³⁷⁾.

Si no tuviéramos noticia cierta de las navegaciones lusitanas y de la fecha en que se realizaron: ¿Que pensaríamos respecto al origen de aquellos elementos enigmáticos del arte negro y del gótico peninsular? Los «criterios de forma» y de «cantidad» que usó Graebner de modo sistemático no hubieran sido suficientes, de seguro, para que todos los etnólogos aceptaran una relación, entre artes desarrolladas en áreas tan distanciadas entre si como son Portugal, la costa occidental del Africa negra y la India, siguiendo también la tesis graebnerian de la «Ferninterpretation».

Acaso ante estatuas y relieves se hubieran defendido hipótesis encontradas, como las que defienden los americanistas después de considerar la existencia de ciertas obras de arte de Oceania y América, que, unos, sostienen son semejantes por razón de la difusión cultural, mientras que otros se mantienen escépticos respecto a difusión tal, o la admiten solo con limitaciones muy sensibles.

Orientalistas y occidentalistas han luchado durante años en un mismo campo de la Americanística (38). En nuestros casos hay menos lugar a dudas y puede afirmarse, sin miedo a cometer errores substanciales, que las gestas de los portugueses han tenido importancia extraordinaria no solo en el desenvolvimiento artístico, sino también en el técnico y científico mundial, desde fines de la Edad Media a fines del siglo XVIII por lo menos (39).

Una de las plantas cultivadas a la que los portugueses dieron pronto expansión grande fué el azúcar. Y con el azúcar se difundieron una série de técnicas y de ingenios para elaborarlo, de tradición mediterránea. Muchos de ellos se han seguido usando en el Brasil hasta hace poco (40). La maquinaria agrícola portuguesa, que tan excelentemente están describiendo los etnólogos jóvenes nos habla de relaciones y conexiones evidentes con países muy lejanos como el Japón y Persia (41).

Portugal no es solo un epicentro, un foco desde el que se han difundido muchas invenciones de forma mas amplia, sino también un receptor de estas, de cultivos, de manufacturas etc. A veces el ensayo de adopción, de aclimatación no da resultado. Por ejemplo dice Sasseti que la anana del Brasil fué traída a la metrópolis y que no arraigó («non vi visse»). Pero que en la India se aclimató espléndidamente (42). Estos procesos de asimilación cultural se sucedieron con tal rapidez y a veces con tanto éxito, que fué posible que en vida de un hombre se perdiera la conciencia, en los nuevos territorios, de lo que era autóctono y de lo que había sido traído de fuera. Es interesante para aquel que quiera tener idea de semejante estado de confusión, lo que dice el jesuita español Bernabó Cobo acerca de lo ocurrido en el Perú desde la época de Pizarro a comienzos del siglo XVII (43). Su método para averiguar lo que era indígena y lo que no merece un comentario por parte de los etnólogos preocupados por los problemas de difusión cultural ((44).

V

Pero desde hace treinta años a esta fecha no son cuestiones tales las que conmueven mas a la juventud dedicada a la investigación antropológica, sino que, ésta, procura, de un modo u otro, llegar a tener una visión mas orgánica de la configuración total de las culturas y sociedades. Sean historicistas o funcionalistas, tengon mentes dominadas por preocupaciones psicológicas o se caractericen mas bien por sus

inquietudes sociológicas, los antropólogos en gran número rechazan el análisis que pudieramos llamar atomístico.

No parece, sin embargo, que han llegado, por esta vía, a abandonar por completo, ciertos puntos de vista que se me antojan unilaterales y estrechos. La tendencia funcionalista — vaya en un sentido o vaya en otro — ha hecho que se multipliquen los estudios monográficos sobre comunidades no muy grandes. El «field worker» quiere ganar en intensidad a expensas de la extensión. Nadie puede negar que esta posición ha sido muy provechosa, después de la época en que se construían las grandes síntesis, evolucionistas o histórico-culturales, a base de datos de gabinete y biblioteca sobre todos.

Pero ha traído, como consecuencia, alguna incompreensión nueva. En países afectados por las empresas de conquista y colonización de los españoles al menos, se han practicado investigaciones muy intensas acerca de comunidades mestizas. Al llegar los que las han llevado a efecto a terreno interpretativo, han empleado conceptos como los de «aculturation» «folk culture» etc. de gran interés teórico sin duda. Mas, por desgracia, el conocimiento que tenían o tienen de uno de los elementos de estas culturas mestizas que pretenden definir es imperfecto y superficial y el elemento al que aludo no es otro, justamente, que el peninsular.

Las instituciones religiosas, civiles y militares, las reglas jurídicas, públicas y privadas, las costumbres, los estilos artísticos, las tendencias literarias, los cultivos, técnicas y manufacturas llevados de aquí a allá por los españoles en los siglos xv, xvi y xvii constituían algo mas que un simple agregado de elementos, constituían un todo con sus partes integradas, todo al que pertenecían desde el virrey o el arzobispo hasta el mas humilde esclavo. La sociedad colonial funcionaba así como tal, mejor o peor. Si poseía un aspecto humilde, plebeyo, oscuro, también tenía otro aspecto aristocrático, brillante. No llega de la metropolis tan solo una cultura popular, folklórica, importada por la humilde familia andaluza o extremeña. Llega todo un sistema social, sometido a organización poco flexible en casos, contemporizadora en otros. Creo que con respecto al imperio portugués cabe decir algo parecido. En la Goa antigua se halla la reproducción fiel de lo que se hallaba en la metropolis. Porque los colonizadores, los conquistadores mismos, tuvieron el propósito deliberado de crear una estructura social inspirada en la que habían dejado en su tierra, pero sometida a las exigencias del medio: lo mismo Albuquerque que Cortés, o cualquier otro menos conocido (⁴⁵).

La decadencia de los pueblos peninsulares y el auge de sus rivales, hicieron — sin embargo — que durante el siglo XVIII y gran parte del XIX se llegara a escribir una historia en que las empresas de aquellos estaban tratadas con tan poca simpatía, o tan sucintamente en lo mas esencial, que no habia modo de extraer de ella elementos de juicio, para reconstruir bien los procesos culturales. Varios tópicos se sucedieron, por otra parte, en el ámbito de la investigación histórica. Y así, en nuestra época, hay autores que reconstruyen la historia de las sociedades mestizas, a la luz de unos cuantos conceptos generales que considero — como he dicho — insuficientes, o de tesis preconcebidas.

Hemos de reaccionar — en primer término — contra la tendencia a interpretar los datos a la luz de ideas que podríamos llamar «excesivamente folklóricas», es decir a considerar que el «pueblo» ha sido el unico creador de nuevas formas de sociabilidad y cultura.

Pero no sabemos hasta que grado, hasta que punto, se puede hablar de una «planificación de la cultura colonial» hecha desde arriba. El modo como los jesuitas organizaron sus famosas misiones del Paraguay (aquellas «reducciones» acerca de las que tanto se ha escrito y sobre las que — sin embargo — el hombre moderno debia saber y meditar mas) puede ser considerado el mas extremado modelo de planificación. Pero no el unico sin duda.

Las viejas fuentes se olvidan o no se usan adecuadamente. Hoy mismo el desconocimiento de los grandes libros portugueses en el mundo es lamentable: empezando por España, no muy feliz tampoco como nación divulgadora de su cultura. Y, sin embargo, las crónicas, las relaciones impresas (sin hablar de manuscritos y papeles depositados en archivos), están preñados de noticias fundamentales sobre los contactos de unos pueblos con otros, el origen de instituciones y costumbres, la razón de ser de estructuras económicas y sociales propias de los grandes países en estado de emergencia como el Brasil, por ejemplo. Cualquier tema de Orientalismo o de Africanismo es susceptible, por otra parte, de ser ilustrado en sus capítulos iniciales con una serie mayor o menor de datos suministrados por fuentes portuguesas. Lo mismo da que se refiera al reino de Monomotapa, que a las grandes tribus del Congo, a las teocracias del Tibet, la monarquía persa, o al misterioso reino del Preste Juan.

Los laboriosos bibliógrafos portugueses señalan la existencia de gramáticas, vocabularios y relaciones, debidas a misioneros y hombres de acción. Mas yo pienso que hay que superar esta etapa bibliográfica (en que también estamos los españoles) y preparar una gran

colección de «Fuentes portuguesas para el estudio de la Etnología y de la Antropología» que recogiera, ordenados y comentados adecuadamente, los textos numerosos en que, a partir del siglo xv, se describen los pueblos con que se encontraron los portugueses una y otra vez, terminando con las obras de los autores mas modernos ⁽⁴⁶⁾. La colección, bien lo se, tendria que ser inmensa, enorme también el esfuerzo colectivo, fuertes los gastos y riesgos. Pero este pais ha rematado empresas tan desmesuradas que no veo por qué razón podria considerarse irrealizable esta que apunto.

Como complemento a ella los estudios de Etnología peninsular debian de hacerse mas sistemáticos: pero en este orden me temo que la falta mas sea española que portuguesa. Y terminaré aquí haciendo mias unas palabras del clérigo historiador de las Indias, Francisco López de Gomara: «He puesto este capítulo para que todos conozcan cuanta diferencia y ventaja hace la tierra con mudar pobladores» ⁽⁴⁷⁾.

NOTAS

(¹) «Arte para fabricar, fortificar y apareiar naos». (Sevilla, 1611), fols. 2 vto. — 6 p.

(²) JULIO CARO BAROJA, «La tradición técnica del pueblo vasco, o una interpretación ecológica de su Historia» en «Vasconiana (de Historia y Etnología)». (Madrid, 1957), pp. 122-126.

(³) Los dos viajes se hallan ya bien documentados por Don MARTIN FERNÁNDEZ DE NAVARRETE cuyas obras han sido reimpresas modernamente en la continuación de la «Biblioteca de autores españoles» de Rivadeneira LXXV-LXXVII (Madrid, 1954-1955).

(⁴) JULIO CARO BAROJA, «Estudios saharianos» (Madrid, 1955), pp. 324, 404, y «Una encuesta en Gomara (historia y tradición» en «Estudios mogrebie» (Madrid, 1957), p. 148.

(⁵) «Relacion del origen y sucesso de los xarifes, y del estado de los reinos de Marruecos, Fez, Tarudáte y los demas q. tienen usurpados» (Sevilla, 1586). De este libro hice un análisis: JULIO CARO BAROJA, «Una visión de Marruecos a mediados del siglo XVI. La del primer historiador de los «xarifes» Diego de Torres» (Madrid, 1956).

(⁶) «Lettere di Filippo Sassetti, corrette, accresciute e dichiarate con note aggiuntavi la vita di Francesco Ferrucci» (ed. Milan, 1874).

(⁷) SASSETTI, op. cit., pp. 112-128 (carta XLIV).

(⁸) SASSETTI, op. cit., pp. 113-114.

(⁹) Veanse, entre las publicaciones numerosas del maestro, los ensayos recogidos en el volumen titulado «Antropología e Historia» (Porto, 1954).

(¹⁰) «Lixboa», lámina LIII en «Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)», láminas. (Madrid, 1933).

(¹¹) VOLTAIRE en su «Essai sur les mœurs et l'esprit des nations», III dela ed. de Paris, 1818, pp. 611 (c. CXLI), señala esto muy bien.

(¹²) SASSETTI, op. cit., pp. 114-115, especialmente.

(¹³) SASSETTI, op. cit., p. 284 (carta CI).

(¹⁴) «O livro de Marco Paulo», publicado en Lisboa en 1502, y el de NICOLAO VENETO, impreso tras el, fueron editados de nuevo en Lisboa el año 1922, entre las publicaciones de la Biblioteca Nacional, por Francisco Maria Esteves Pereira.

(¹⁵) SASSETTI, op. cit., pp. 218-219 (carta LXXXIV). Antes en la p. 161 (carta LXI) dice acerca de los viajes a la India, en general, lo que sigue: «Il viaggio è di tremila leghe, sedici delle quali sono sessanta miglia delle nostre. Fornicesi in poco più di cinque mesi, e quando le cose passano per l'ordinario, se ne consuma uno a Mozambique, che è una isoletta abitata da Portughesi di là dal Capo di Buonasperanza in diciassete gradi dalla parte di Mezzogiorno».

(¹⁶) VOLTAIRE, «Essai sur les mœurs...», ed. cit., III, p. 73 (capítulo CXLIX). La sátira de Don Nicolas Fernández de Moratin a que aludo en el texto, se titula «El filosofastro», y puede leerse en la «Biblioteca de autores españoles», de Rivadeneira, II, p. 586 (n.º IX). Se trata de un visitante latoso que se hace convidar por el autor a la hora del desayuno y cuando le ponen delante un sabroso tazón de chocolate empieza su perorata.

«Al fin en ronca voz: «¡Oh edad nefanda!
 ¡Vicios abominables! ¡Oh costumbres!
 ¡Oh corrupcion!» exclama; y de camino
 Dos tortas se tragó. «¡Que a tanto llegue
 Nuestra depravación, y un placer solo
 Tantos afanes y dolor produzca
 A la oprimida humanidad! Por este
 Sorbo llenamos de miseria y luto
 La América infeliz; por el Europa,
 La culta Europa en el Oriente usurpa
 Vastas regiones, porque puso en ellas
 Naturaleza el cinámono ardiente;
 Y para que mas grato el gusto adule
 Este licor, en duros eslabones
 Hace gemir al atezado pueblo
 Que en Africa compró, simple y desnudo.
 ¡Oh que abominación!» Dijo; y llorando
 Lágrimas de dolor, se echó de un golpe
 Cuanto en el hondo canjilón quedaba».

Es curioso observar que MORATIN, considerado como hombre de espíritu volteriano, se ríe aquí de lo corriente que era en su época la actitud «filosofica» ante el «colonialismo» o «imperialismo» hispano o portugués, no acompañada de una actuación en consonancia con las ideas.

(¹⁷) Las palabras que siguen las copio de la relación del «Voyage de La Pérouse autour du monde» redactada por MILET-MUREAU II (Paris, 1798), p. 387: «On sait que l'avidité de l'or et l'esprit de conquête dont les Espagnols et les Por-

tugais étaient animés il y a deux siècles, faisaient parcourir à des aventuriers de ces deux nations les différentes mers et les isles des deux hémisphères, dans la seule vue d'y rencontrer ce riche métal.

(¹⁸) Bajo la nota anterior podemos estampar las siguientes palabras de ALFRED RUSSELL WALLACE, «The Malay Archipelago», (Londres, 1894), p. 325: «The Portuguese and the Spaniards were truly wonderful conquerors and colonizers. They effected more rapid changes in the countries they conquered than any other nations of modern times, resembling Romans in their power of impressing their own language, religion and manners on rude and barbarous tribes».

(¹⁹) «Biblioteca de autores españoles», de RIVADENEIRA, LXII, pp. 291-297.

(²⁰) SASSETTI, op. cit., pp. 236 (carta LXXXIX).

(²¹) SASSETTI, op. cit., p. 236: «I Portughesi di qua sono di due maniere, perchè o ci sono venuti di Portogallo o nati in queste parti; che se sono nati qua di donne indiane, gli domandono Mestizi, i quali nel viso si cognoscono, partecipando del volto di queste parti».

(²²) «O soldado prático. Texto restituído, prefácio e notas pelo Prof. M. Rodrigues Lapa» (Lisboa, 1937), p. 223. El texto mas significativo es este a mi juicio: «Primeiramente digo que o valeroso capitão e visó-rei D. Francisco d'Almeida, governando o Estado da Índia, mandando-lhe el-rei fazer alguas fortalezas, lhe respondeu que as com que a Índia se havia de defender eram muitos galeões, muitas armadas, e bem providas, e muita boa soldadesca; que as fortalezas eram currais, e quantos menos houvesse tanto a Índia seria mais próspera e teria menos obrigações...». Pero hay otros muchos.

(²³) ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA y ÓSCAR LOPES, «História da literatura portuguesa» (Porto, 1957), pp. 161 y 330.

(²⁴) El libro de Mendes Pinto tuvo muchas ediciones en su lengua y en traducciones. La española de F. de Herrera Maldonado gozó de popularidad y de 1620 a 1664 se hicieron no menos de cuatro ediciones. Uso una de 1627: «Historia oriental de las peregrinaciones de Fernán Méndez Pinto, adonde se escriven muchas y muy extrañas cosas que vió y oyó en los reinos de la China, Tartaria, Sornao, que vulgarmente se llama Siam, Calamiñam, Pegum, Martanan, y otros muchos de aquellas partes orientales» (Madrid, Diego Flamenco, 1627).

(²⁵) Algunos autores modernos, como ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA y ÓSCAR LOPES, «Historia da literatura portuguesa», cit. (nota 23), pp. 120-121, parecen querer aminorar el papel de Don Enrique y reprochan a Gomes Eanes que desconoce «a quase totalidade da realidade nacional». Mi conocimiento de los historiadores portugueses de la misma época no es lo suficientemente amplio para apreciar con toda seguridad la trama sobre la que basan estos críticos eminentes su modo de razonar.

(²⁶) «Les six voyages de Jean Baptiste Tavernier», I (Paris, 1678), p. 756: «Les Portugais s'estant rendus maitres de l'Isle d'Ormus, d'une ville mal bâtie en firent une tres belle et qui alloit jusqu'à la magnificence que cette Nation aime beaucoup...». En II, pp. 129-139 hay una descripción de Goa.

(²⁷) Las observaciones anteriores se inspiran en el examen del plano de Goa que ilustra el libro de M. de FARIA y SOUSA, «Ásia portuguesa», I (Lisboa, 1666), entre las pp. 142-143. En esta época, que se considera ya decadente, BALTASAR GRACIAN llama aun a Goa «rica y famosa ciudad... corte del imperio católico en el Oriente, silla augusta de sus virreyes emporio universal de la Índia y de sus rique-

zas», «El Criticón», ed. Julio Cejador, I (Madrid, 1913), p. 42. Los informes mas detallados sobre Goa a comienzos del siglo XVII, redactados en lengua castellana son los que suministran los «Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa, de la embajada que de parte del rey de España D. Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia», I (Madrid, 1903), pp. 127-228 (todo el libro segundo).

⁽²⁸⁾ O también «velha cidade» y «nova cidade». Es curiosa la visión que de la ciudad muerta dió un oficial inglés, después de su visita en 1822, publicada en la «Edinburgh Review» y de allí traducida en la «Revue Britannique», I (Paris, 1825), pp. 42-59 (pp. 56-59, especialmente). Contrasta con lo que todavia en la segunda mitad del siglo XVII veían viajeros de diversos orígenes.

⁽²⁹⁾ FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», I, plano entre las pp. 58-59.

⁽³⁰⁾ FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», I, planos entre las pp. 72-73 (Quiloa), 84-85 (Cananor), 170-171 (Ormuz), 214-215 (Chaul).

⁽³¹⁾ FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», I, plano entre las pp. 296-297.

⁽³²⁾ FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», I, plano entre las pp. 321-322. Acerca de la estructura de Ampurias, vease LIVIO, XXXIV, 9: «...Sed Graecum oppidum in mare expositum totum orbem muri minus quadrigentos passus patentem habebat, Hispanis retractior a mari trium milium passuum in circuitu muros erat». Los planos que se hallan en volúmenes posteriores de la misma obra de FARIA y SOUSA, como el tercero, aparecido en Lisboa en 1676, son de calidad inferior a los citados. Por ejemplo, el de Mascate, entre las pp. 40-41 y el de Macao, entre las pp. 362-363.

⁽³³⁾ FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», III, p. 293.

⁽³⁴⁾ SASSETTI, op. cit., p. 252 (carta XCIII).

⁽³⁵⁾ «Voyage de La Pérouse autour du monde», II, pp. 356-357, enero de 1787 exactamente.

⁽³⁶⁾ Las últimas investigaciones acerca de Benin han puesto el «gran periodo» de su arte entre 1500 y 1575 que es cuando se hallan representaciones de portugueses, magníficas de expresión.

⁽³⁷⁾ No tengo autoridad, ni tampoco he seguido de cerca la polémica, para decidir hasta que punto se han reajustado las teorías que expuso ALBRECHT HAUPT en «Die Baukunst der Renaissance in Portugal», (Francfort, 1894). Pero parece que se admite como evidente una dosis de influencia índica por autores menos sistemáticos, como WALTER CRUM WATSON, «Portuguese Architecture», (Londres, 1908), etc.

⁽³⁸⁾ Vease, por citar un libro de polémica y síntesis a la par, J. IMBELLONI, «La esfinge indiana — Antiguos y Nuevos aspectos del problema de los orígenes americanos», (Buenos Aires, 1926).

⁽³⁹⁾ Las profundas investigaciones de mi llorado amigo y maestro Don JOAQUIM DE CARVALHO estan abriendo horizontes amplísimos en la Historia de la ciencia y el pensamiento de Portugal. Las figuras de Pedro Nunes, João Jacinto de Magalhães y otros sabios eminentes van siendo, gracias a ellas, mucho mejor conocidos, no solo en su país sino también fuera.

⁽⁴⁰⁾ De algunas máquinas de aire muy arcaico que se encontraban en el Brasil y otras partes he tratado brevemente en mi estudio «Sobre maquinaria de tradición antigua y medieval» en «Revista de dialectología y tradiciones populares», XII (1956), pp. 114-175.

⁽⁴¹⁾ Vease, por ejemplo, JORGE DIAS, «O pio de piar os milhos. Instrumento de origem oriental na Serra da Padrela», (Porto, 1949); del mismo y F. GALHANO, «Moinhos de descascar milho miudo e o monjolo brasileiro», (Porto, 1953); de los

mismos, «Aparelhos de elevar a água de rega», (Porto, 1953) y mi nota «Sobre el timpano y la bomba de Ctesibio» en «Revista de Guimarães», LXV (1955), de la que no tengo a mano mas que una separata.

(⁴²) SASSETTI, op. cit., p. 223 (carta LXXXIV). El mismo es uno de los primeros europeos que describen (siguiendo a un experto portugués precisamente) la manera de hacer las porcelanas de China, en una carta fechada el 8 de junio de 1580 (p. 133, carta XLVIII).

(⁴³) «Historia del Nuevo Mundo» en «Biblioteca de autores españoles», XCI (Madrid, 1956), pp. 154-156 (lib. IV, cap. II); 375-379 (lib. X, cap. I: y en conjunto todo este libro hasta la p. 427).

(⁴⁴) Señalaré, de todas suertes, que no es el único autor viejo interesante desde este punto de vista. Antes FRANCISCO LÓPEZ DE GOMARA, en la «Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias» («Biblioteca de autores españoles», XXII, págs. 176-177), dedicó un capítulo interesante a tratar de «Las cosas de nuestra España que ay agora en la Española», en donde se leen informes como este: «quien primero tuvo trapiche de caballos fué el bachiller Gonzalo de Velosa», (pág. 177). Mas adelante al tratar del Perú suministra otros (pág. 278). Y en la segunda parte, al hablar «De cómo atendió Cortés a enriquecer la Nueva España» (pág. 403), hace una enumeración de «elementos» llevados por aquel de una manera sistemática.

(⁴⁵) Vease lo que dice FARIA y SOUSA, «Asia portuguesa», 1, págs. 143-144, acerca de las primeras medidas tomadas por Albuquerque en Goa. Y con respecto a la fundación de las nuevas villas en América puede ponerse, como ejemplo, lo que sigue, escrito por FRANCISCO LÓPEZ DE GOMARA en la «Segunda parte de la Historia general de las Indias», ed. cit. (nota 43), pág. 321 («Fundación de la villa de Veracruz»): «Repartieronse los solares a los vecinos y regimiento, y señaláronse la iglesia, la plaza, las casas de cabildo, cárcel, atarazanas, descargadero, carnicería, y otros lugares públicos y necesarios al buen gobierno y policia de la villa. Trazóse así mesmo una fortaleza sobre el puerto, en sitio que pareció conveniente, y comenzóse luego ella y los demás edificios a labrar de tapiería...».

(⁴⁶) Obras llenas de información como los cuatro gruesos volúmenes de la «Expedição portugueza ao Muatiãnvua» (Lisboa, 1890), dirigida por el mayor AUGUSTO DIAS DE CARVALHO y otros libros importantes aparecidos en años mas cercanos apenas si son conocidos.

(⁴⁷) FRANCISCO LÓPEZ DE GOMARA, «Primera parte...», cit., ed. cit., pág. 177.

A Arte popular e a moderna Etnografia

POR

D. SEBASTIÃO PESSANHA

Afiguram-se-me oportunas, nesta justa homenagem ao Prof. MENDES CORRÊA, que tão brilhantemente tem pugnado pela elevação dos estudos etnográficos em Portugal, e agora que as definições e a orientação dos nossos especialistas deste ramo da Ciência começam a ser compreendidas e aceites além-fronteiras, algumas considerações sobre a Arte popular, nas suas íntimas relações com a Etnografia. E se é para lamentar que, por ocasião do Congresso de Praga, em 1928, nem um só nome português se conte entre os dos estetas e etnógrafos, de quase todo o mundo, que colaboraram nos dois formosos volumes depois publicados, quando é certo que, muito antes, já LEITE DE VASCONCELOS, ROCHA PEIXOTO, VERGÍLIO CORREIA, LUÍS CHAVES, FRANCISCO LAGE, ALFREDO GUIMARÃES e outros mais, haviam estudado vários aspectos nacionais da Arte do povo, não menos é de estranhar a ausência de conceitos concretos sobre o modo como ela deve figurar no quadro, tão amplo e tão complexo, dos estudos de Etnografia.

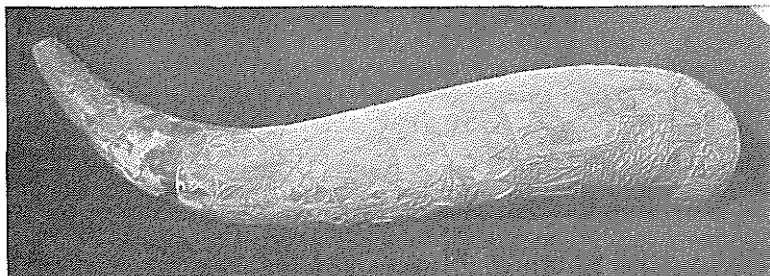
Mais do que procurar definir, embora por forma às vezes admirável, o que é a Arte popular, como nasceu e se desenvolveu, quais as suas possíveis origens e os seus paralelos com a Arte superior, interessa assentar em princípios que possam conduzir a colocá-la no plano que, de facto, lhe pertence nesse mesmo quadro e a considerá-la, como merece, entre os mais remotos elementos de que pode dispor, para estudo, aquela ciência.

Em primeiro lugar, será errado supor que a Arte popular, só por si, pode constituir um ramo da Etnografia, ou melhor, da Ergologia, à qual pertence a maioria das suas feições, quando é certo que ela é apenas, quase sempre, um complemento episódico, cuja presença não altera o valor científico de um elemento a estudar, mas simplesmente o valoriza.

Assim o entendi, por exemplo, no meu trabalho sobre os fechos das coleiras do gado, alentejanas e beiroas, publicado em 1951, que ficaria incompleto com a exclusão dos exemplares não ornamentados, e o mesmo sucederia no caso de quaisquer outros produtos do engenho popular.

A forma, a adaptação, a utilização e a origem do objecto, são os principais factores a considerar, sendo um detalhe a sua possível decoração, em geral, como afirmei, acidental.

Sucede ainda, em reforço desta asserção, que, inúmeras vezes, um móvel, uma alfaia, um utensílio caseiro, se reveste, só pelas suas linhas, ou pelo esmero do seu fabrico, de carácter artístico, embora isento de qualquer ornamentação.

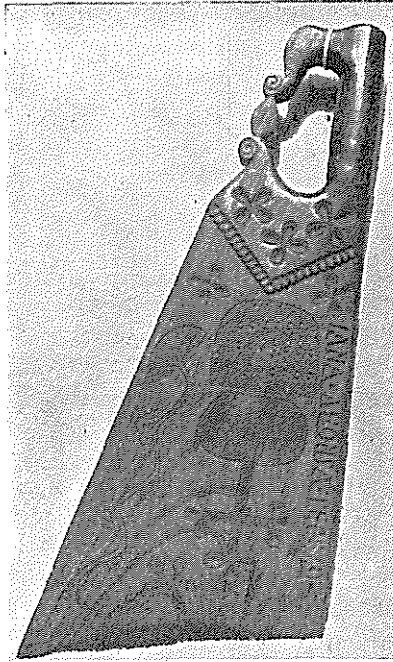


Azeiteiro de chifre — Alentejo

Na exposição intitulada «Trésors d'Art Populaire dans les Pays de France», realizada em Paris, em 1956, figurou, entre centenas de peças nas mesmas condições, um «pot à traire les brebis», de madeira, inteiramente liso, mas notável pela sua elegância, e uma «colher de roupeiro» da minha colecção, procedente do Baixo Alentejo, com a sua enorme concha e o cabo levemente recortado, não tem menos interesse artístico.

Não pretendo, com estas afirmações, negar o valor indiscutível da Arte popular, e muito menos a necessidade urgente de se estudarem e arquivarem as suas tão sugestivas manifestações, por mim acarinhadas há dezenas de anos, mas somente salientar que, em muitos casos, ela constitui simplesmente um elemento a considerar num todo a que poderia ser estranha, sendo porém certo que a sua presença, desde que não provoque alteração das formas tradicionais (o que frequentemente sucede), só é de desejar.

Uma peça entalhada, incisa, ou pintada, reúne sempre, evidentemente, mais um motivo de interesse, mas todos sabemos como a preocupação do «bonito», criando casos esporádicos, e até deformações lamentáveis, pode conduzir o estudioso a apreciações sem base e a conclusões erradas.

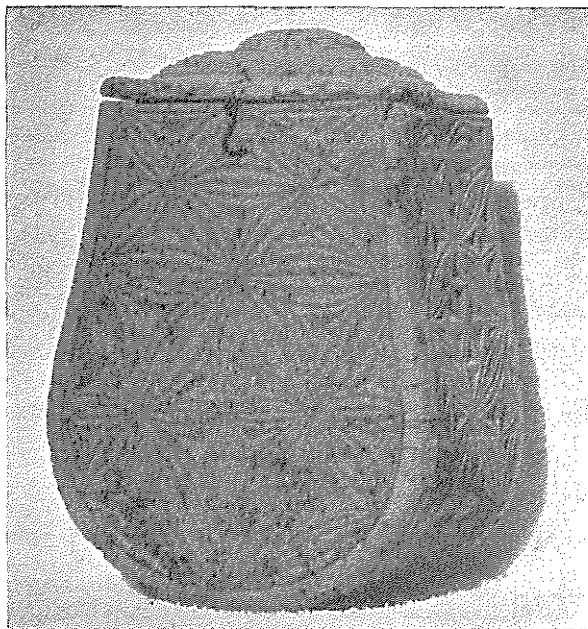


Espadela — Barroso

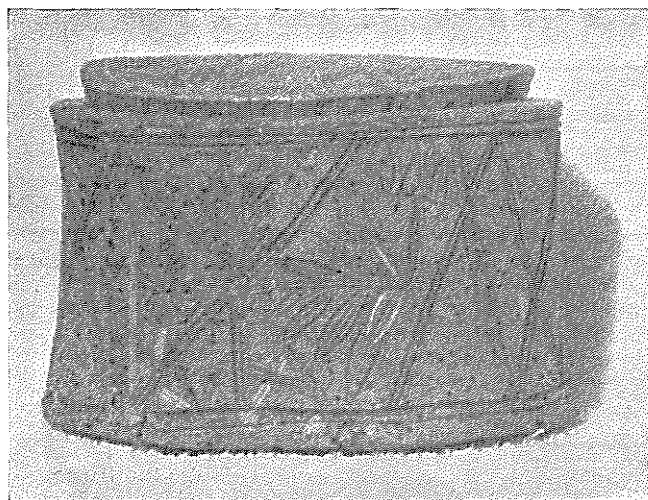
Mesmo quando pretendamos, apenas, apreciar a Arte dos obreiros populares, as suas composições e os seus motivos, teremos de nos precaver contra o improvisado, o propositadamente feito para mais agradar, o copiado, o falso, sem qualquer valor científico.

Em segundo lugar, e precisamente em louvor da Arte popular, desejo acentuar o interesse merecido pelo moderno conceito de que ela é de todos os tempos, podendo estudar-se a sua evolução em paralelo com a Arte superior, ou erudita.

Por este modo se trouxeram para o âmbito da Etnografia peças valiosíssimas, até então consideradas como pertencendo a períodos de decadência, ou falsamente arcaicas, e que agora enchem de beleza



Merendeira de cortiça — Alentejo



«Tarrêta» de cortiça, incisa e pintada — Alentejo

ingénua recentes e magníficas publicações francesas, suíças, alemãs, romenas, húngaras e checas, numa justa e admirável restituição.

Assistimos, assim, a uma autêntica retroacção cronológica dos estudos etnográficos, até há pouco limitados a uma época que, neste momento, raro recuava à derradeira década de setecentos.

E como sucede que são, quase sempre, de carácter artístico, as mais antigas peças populares chegadas ao nosso tempo, com larga representação das religiosas, porque as mais modestas e profanas, de uso corrente, fàcilmente se deterioram e consomem, um novo campo se abre ao investigador, embora cheio de dificuldades e de problemas. Em França, por exemplo, conhecem-se já várias escolas de escultura sacra popular, alinham-se os trabalhos de uma mesma oficina, ou de um mesmo imaginário, de igual modo como, na Noruega, se classificaram os autores mais distintos das suas afamadas pinturas decorativas dos séculos XVIII e XIX.

Teremos de realizar tarefa semelhante, para não ficarmos, uma vez mais, em lamentável atraso.

Por fim, devo confessar que é flagrante a superioridade da Arte popular daqueles países, assim enriquecida e decerto influenciada, mais directamente, pelos grandes períodos artísticos europeus, em relação à nossa, desfalcada dos valores que, à luz daqueles ensinamentos, legitimamente lhe pertencem.

É tempo, portanto, de não confinar a Arte rústica portuguesa aos trabalhos, embora reveladores de grandes méritos, dos pastores alentejanos, porque se abrem para ela, como sucede lá fora, mais largos horizontes.

Necessário se torna, sòmente, não deixar perder e desbaratar o que ainda existe com o traço indelével, a ingenuidade e o encanto dos nossos artistas do povo, mas, como se verificará, nem sempre isento de uma elevada expressão estética.

RÉSUMÉ

Dans cet hommage, si justement rendu au Professeur MENDES CORRÊA, qui a brillamment contribué à élever, au Portugal, le niveau des études ethnographiques, il m'a semblé opportun, maintenant que les définitions et les principes adoptés par nos spécialistes en la matière commencent à être compris et admis au-delà de nos frontières, de faire quelques considérations sur l'Art populaire, dans ses rapports étroits avec l'Ethnographie.

Ce qui importe, ce n'est pas tant, si belle que soit la formule énoncée, de cher-

cher à définir ce qu'est l'Art populaire, comment il est né et s'est développé, quelles ont pu être ses origines et quelles sont ses similitudes avec les formes supérieures d'Art, que de préciser les principes qui permettront de lui donner la place qui lui revient, pour l'apprécier ensuite, comme il le mérite, parmi les éléments les plus anciens qui font l'objet de cette science.

Et, tout d'abord, c'est un tort de penser que l'Art populaire peut à lui seul constituer une branche de l'Éthnographie, ou plus exactement de l'Ergologie, à laquelle se rattachent presque tous ses aspects, car il n'est guère, en général, qu'un complément épisodique, dont la présence peut rehausser l'objet étudié, mais ne saurait en modifier la valeur scientifique.

Forme, adaptation, emploi d'un objet, tels sont les principaux facteurs à considérer, la décoration n'étant, je l'ai dit, qu'un détail souvent accidentel.

Combien de meubles, d'outils, d'objets domestiques, même dépourvus de toute ornementation, n'ont-ils pas un réel intérêt artistique, dû uniquement à la pureté de leurs lignes, à la perfection de leur confection?

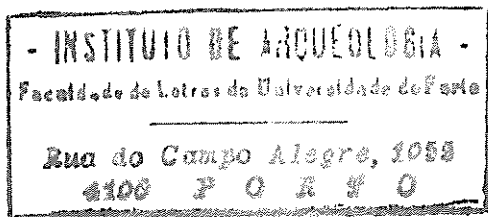
Qu'une pièce soit taillée, sculptée ou peinte, c'est toujours, évidemment, une nouvelle raison de s'y intéresser, mais nous savons tous comment le chercheur peut être induit en erreur par ce souci du «joli», qui est à l'origine de certains cas isolés et même de déformations déplorables.

Je tiens en outre à insister, et ceci justement à la louange de l'Art populaire, sur l'intérêt que présente la tendance moderne à le considérer comme éternel et à étudier son évolution parallèlement à celle de l'Art supérieur, ou érudit.

Il s'agit bien là d'une rétroaction chronologique des études ethnographiques, qui ne remontaient guère dans le passé au-delà de la fin du dix-huitième siècle. Or il se trouve que les pièces populaires les plus anciennes qui nous sont parvenues — et parmi lesquelles beaucoup sont de caractère religieux, les objets profanes d'usage courant étant plus facilement abimés ou détruits — ont presque toujours une valeur artistique; c'est donc tout un nouveau champ de recherches qui s'ouvre, hérissé, il est vrai, de difficultés et de problèmes.

Il faut bien reconnaître que dans certains pays où l'Art populaire s'est trouvé enrichi et plus directement influencé par les grands courants artistiques européens, il apparaît bien supérieur à ce qu'il est chez nous, privé des grands noms qui devraient logiquement l'illustrer.

Il n'est que temps de cesser de ramener l'Art rustique portugais aux seules oeuvres des bergers de l'Alentejo, si indéniable qu'en soit la valeur, et de lui ouvrir, comme on l'a fait à l'étranger, des horizons plus vastes.



Boleadora céltica de Galicia

POR

FERMIN BOUZA-BREY

Comisario provincial de Excavaciones Arqueológicas

Conócese en la etnografía americana con el nombre de «boleadora» a cierto instrumento formado por una, dos o tres bolas de material pesado, por lo general piedra, que, sujetas al extremo de sendos ramales o cuerdas, se lanzan sobre los animales que andan libres para aprehenderlos. Cuando la boleadora consta de una sola bola se denomina al instrumento también, en el campo argentino, «bola perdida» o «bola pampa», usándose el plural «boleadoras» cuando aquél lleva más de una bola. En Chile se les llama «tonto» y «laque» o «laqui» (1).

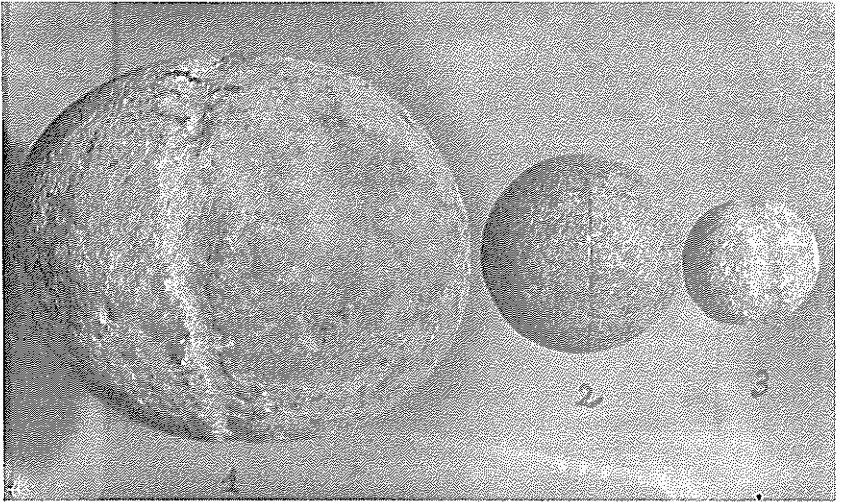
Poseen las bolas referidas una caladura o incisión todo en torno que marca sus mitades o hemisferios, y es corriente que tales bolas vayan «retobadas» esto es, cubiertas de cuero fresco sin curtir (2).

Los gauchos de la Argentina, que han hecho gran uso de este instrumento en sus labores camperas, considerándolo indispensable, lo tomaron de los indios charrúas, pampas, araucanos y patagones; y unos y otros los han empleado tanto para la caza como para combatir a sus enemigos, de modo principal en cuanto a lo último los indios en sus «malones» (3) y accidentalmente los gauchos, durante las luchas políticas, boleando cabalgaduras de jinetes relevantes para determinar la caída y prendimiento subsiguiente de éstos. En ocasiones llegó a ser arma obligada del ejército argentino; pero su destino exacto ha sido la caza de animales vivos.

Por su gran difusión y empleo se consideró a la boleadora como «instrumento de trabajo genuinamente criollo» (4), y como tal se tuvo hasta el presente sin contradicción alguna.

Más, en el año 1946, tuvimos conocimiento de que una brigada de obreros constructores de la carretera accessoria a una de las estaciones del ferrocarril Santiago-Orense-Zamora, al rozar con sus trabajos el monte donde se amplaza el antiguo *oppidum* que dá nombre

a la parroquia de San Mamed de Ocastro, aneja a la de San Martín de Negreiros, ambas del municipio de Silleda, en la provincia de Pontevedra, habían puesto al descubierto diversos objetos de carácter arqueológico, por lo que hemos hecho gestiones, ayudados por algunos amigos, que han dado por resultado el rescate de fragmentos cerámicos con estampación de palmípedes y escudetes; pequeños objetos de esteatita; una escultura de esta misma piedra jabonosa y, lo que ahora interesa de modo principal: una esfera de cuarcita, con un surco labrado en su superficie, en forma que señala en ella dos hemisferios (5).



1. Bola de piedra de «O Coto da Vila», en Lobeira (Orense);
2. Boleadora argentina;
3. Bola de piedra de Ocastro, Silleda (Pontevedra).

Este objeto, que mide 45 milímetros de diámetro y pesa 130 gramos, ha aparecido en un medio, pues, característico de la cultura castreña, es decir de la típica civilización de los Castros, desarrollada en el Noroeste de la Península Ibérica en un período que va, aproximadamente, desde finales del siglo VI a. de C. al III p. C. A la vista de los objetos acompañantes podemos asignarle al citado objeto esférico una cronología alrededor de los siglos I-II de nuestra era. (Vide fotografía).

Respecto a su empleo, ya al tiempo de su aparición postulábamos que su mejor destino era el de «bolas de caza de animales salvajes análogas a mas empleadas todavía hoy en la pampa argentina» (5).

en cuya opinión nos afianzamos posteriormente al visitar este país americano, en 1951.

En efecto, en la capital de Buenos Aires, hemos dado a conocer en una conferencia este hallazgo ante un escogido grupo de especialistas, entre los que figuraban tanto sobresalientes etnógrafos como eminentes prehistoriadores (7). De entre éstos destaca el Dr. OSWALDO FELIPE AMBROSIO MENGHIN, el gran investigador del Tirol, Rector de la Universidad de Viena que ha sido, hoy profesor del Instituto de Antropología de la Universidad de la capital porteña que dirige el insigne Dr. JOSÉ IMBELLONI (8). Pues bien, la opinión del Dr. MENGHIN no solo ha sido sin vacilar favorable a que la esferita hallada en Ocastro es una auténtica «boleadora» sino que ha considerado el ejemplar de Ocastro como pieza única en los inventarios arqueológicos europeos. Dias mas tarde, en el transcurso de inolvidables horas transcurridas en su propia morada, conversando sobre el tema, nos ha obsequiado el ilustre Maestro con un ejemplar de boleadora procedente de una antigua estancia llamada «Madrid» que existió a comienzos del siglo XIX en los alrededores de Buenos Aires. Es de una piedra azulada, de grano muy compacto duro y pesado, y mide de diámetro 6 centímetros, con un peso de 404 gramos. Su diámetro es, por tanto, centímetro y medio mayor que el de la gallega y su peso marca una diferencia entre ellas de 274 gramos a favor de la argentina.

Por esta comparación, que señala notable diferencia de tamaño, bien se advierte que la boleadora de Ocastro no estaría destinada a animales de gran porte, como équidos o bovidos desarrollados, sino a crías de éstos o animales menores tales como el ciervo (*Cervus elaphus*, L.), muy abundante en la antigüedad en Galicia segun demuestran los muchos restos de candiles hallados en el castro de Domayo y las representaciones del animal en el arte rupestre; el corzo (*Cervus capreoculus*, L.) que aun existe; el escaso gamo (*Cervus dama*, L.) y el rebeco (*Rupicapra pirenaica*, L.); la cabra montés (*Capra pyrenaica*, SCHINZ), que tambien parece divisarse representada en los petroglifos prehistóricos gallegos, y otras variedades (9).

Tambien podría emplearse la boleadora gallega para la captura de aves palustres de gran tamaño como el cisne salvaje (*Cygnus cygnus*, L.) que aun en época moderna se ve en la laguna Antela y en las playas gallegas norteñas con una envergadura que alcanza a 2,29 metros; y el ganso bravo u oca sa'vaje (*Anser fabalis fabalis*, L.) que tambien se ve en la laguna Antela (Orense) y en las inmediaciones

de Oporto (Portugal), dentro de la Galicia histórica y de la civilización castreña, alcanzando una envergadura de 1,50 metros ⁽¹⁰⁾.

Por lo que hace a ciertos animales entre los citados, cabe recordar que serían desde tiempos muy antiguos perseguidos no solo por razones económicas de alimentación y vestido, esto es por su carne y por sus pieles y tendones, sinó por superstición médica, tal y como la cabra montés de la cual se obtenía la famosa *piedra bezoar* y el ciervo, buscado por su llamado *hueso del corazón*, que es el cayado aórtico osificado en ejemplares viejos, a los que se atribuyeron desde épocas que acaso remonten a la prehistoria, fantásticas virtudes curativas. Y, por lo que a aves se refiere, no hemos de olvidar que una boleadora de pequeño tamaño, como la de Ocastro sirve para la caza del ñandú o alvestruz americano lazándola a sus patas o a su pescuezo ⁽¹¹⁾.

El surco que presentan las boleadoras modernas aparece en el ejemplar prehistórico gallego con notable destaque debido, sin duda al uso que éste ha tenido. En esta incisión se asegura aun hoy día en América el filamento o cordel por donde se toma la boleadora para ser lanzada. En Argentina se emplea el tiento o sea una fina tira de cuero de ancho calculado en cada caso, obtenida de la llamada *lonja de potro*; también venas de avestruz. Aquí, en Galicia, han podido emplearse cuerdas finas obtenidas de plantas textiles o también tendones de animales o tirillas de cuero como en las pamperas.

No sabemos, en fin, si la boleadora de nuestros castros galaicos sería también «retobada» o cubierta de cuero como las americanas.

En Galicia existe en los inventarios arqueológicos de yacimientos castreños algún otro objeto semejante. En efecto, en el castro denominado «O Coto da Vila», perteneciente a la parroquia de San Vicente de Lobeira, en el municipio del mismo nombre, de la provincia de Orense, ha sido hallada una bola pétreo, ligeramente ovoidal, provista también de una ranura que la divide en dos partes iguales. Fué dada a conocer por sus descubridores ⁽¹²⁾ que la han considerado como martillo, y depositada en el Museo del «Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos» donde actualmente se conserva. Mide en su eje mayor 13,50 centímetros y en su eje menor 11 centímetros y pesa nada menos que 2.320 gramos. Es, por lo tanto, de dimensiones y peso muy superiores al de la bola hallada en San Mamed de Ocastro y a la boleadora argentina. Su destino también ha de ser distinto, pues su tamaño es excesivo para poder ser considerada como bola arrojadiza contra animales. Parécenos que se trata de una piedra empleada como pesa, cuya integridad aseguraría el valor fijo que le estaría asignado. Nos lleva a

esta conclusión el observar que no solo no se halla gastada en las partes que serían de contundencia si fuese martillo, sino que estas partes son marcadamente convexas, y si bien presenta un desgaste en la parte media que CUEVILLAS y LORENZO creen destinado a afianzar el palo que haría de mango del martillo, dicho desgaste parece ser mas bien producto de un roce continuado que no de un enmangamiento que necesitaba de un orificio mejor que de una depresión. En nuestra hipótesis actuaría dicha bola suspendida de cuerda que ocupase el surco y el nudo resultante asentaría en dicho hueco o depresión impidiendo que saltase la bola, aun cuando el roce lo haya pulido como ahora se observa.

En la etnografía actual también presenta Galicia un instrumento semejante a una boleadora. Trátase de una piedra esférica provista de surco que marca, igualmente, los hemisferios, de tamaño mucho mayor que las bolas castreñas reseñadas, la cual piedra esférica va atada a una cuerda larga que asienta en el referido surco. Es empleada por los marineros de las rias gallegas para espantar la pesca, arrojándola al mar a tal efecto en las inmediaciones de los lugares en que están tendidas las redes, y hacer que aquélla caiga mejor en ellas. Seguidamente, es recogida por la cuerda para ser utilizada nuevamente todo a lo largo de los lances. Ejemplares de ella existen en el Museo de Pontevedra, recogidos por el que fué Director de la Sociedad Arqueológica D. Casto Sampedro. En el mismo museo ha sido depositada por nosotros en nombre de la Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas la boleadora de Ocastro.

Ninguno de los instrumentos ultimamente descriptos puede confundirse con una boleadora, tanto por su tamaño que los haría impropios para la captura de animales por su difícil manejo, cuanto porque causaría daños al capturado. Las bolas marineras tienen ya su destino fijo y conocido; la castreña de Lobeira (Orense) pudo tener cualquiera de los asignados de martillo o pesa, si se quiere, pero nunca el de bola cazadora por la misma antedicha razón. Solamente la de Ocastro pudo desempeñar este papel (13).

Tenemos, pues, en el ajuar de los castros galaicos una pieza que tal vez, en su sencillo aspecto, haya tenido un destino preponderante en la vida de sus habitantes como arma arrojadiza de caza, influyente en su economía tribal y doméstica. Quizá esta arma haya pasado desapercibida hasta el presente debido al escaso número de castros excavados sistemáticamente, ya que la mayor parte de los objetos inventariados proceden de hallazgos casuales cuyos halladores tienden

a conservar mas bien los objetos metálicos que los de piedra; y dentro de cada materia aquellos de aspecto singular mejor que los de formas corrientes como es la boleadora.

Seria de interés comprobar si entre la gran cantidad de material pétreo procedente de nuestras estaciones castreñas pueden identificarse otros ejemplares semejantes al que es objeto de estas líneas.

Santiago de Compostela.

NOTAS

(¹) COLUCCIO, FÉLIX. — «Diccionario Folklorico Argentino» (2.^a ed. aumentada). Buenos Aires, 1950, art. «Bola perdida» y «Boleadoras». En estos arts. puede verse nutrida bibliografía.

(²) SAUBIDET, TITO. — «Vocabulario y Refranero criollo», Bs. Aires, 1952, art. «Boleadoras». Allí se dan noticias sobre la manera de hacer estos instrumentos.

(³) El «malón» era excursión guerrera de los indios argentinos contra las poblaciones, pasando a éstas a sangre y fuego, y haciendo cautivas a las mujeres a las que maltrataban. El poema realista de JOSÉ HERNÁNDEZ «Martin Fierro», tras describir estos horrores, refiere el empleo de boleadoras durante ellos diciendo con referencia al indio:

Sabe manejar las bolas
como naides las maneja.
Cuando el contrario se aleja
manda una bola perdida,
y, si lo alcanza, sin vida
es seguro que lo deja.

(⁴) SAUBIDET, op. cit., art. «Boleadoras».

(⁵) BOUZA-BREY, FERMIN: «La cabeza céltica de Ocastro (Silleda) in «Cuadernos de Estudios Gallegos», XVIII, T. VI, Santiago de Compostela, 1951, pp. 33-42.

(⁶) BOUZA-BREY, op. cit., p. 35.

(⁷) Ha tenido lugar esta conferencia, bajo el título de «Estatuaria céltica y boleadoras prehistóricas de la cultura castreña», en el «Instituto de Antropología» con sede en la «Sociedad Científica Argentina», en Junio de 1951.

(⁸) No pretendemos recordar los méritos del Dr. MENGHIN como eminente hombre de ciencia, pues están en la mente de todos, sino destacarlo como gran exilado de las contiendas políticas de Europa, acogido, como tantos otros de renombre universal, por el Nuevo Continente, con honra y provecho.

(⁹) LÓPEZ SEOANE, VÍCTOR: «Fauna mastológica de Galicia», Santiago, 1861.

(¹⁰) IGLESIAS, LUIS: «Algunas especies nuevas o poco conocidas para la fauna ornitológica de Galicia», in «Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela», n.º 18, Año v. 1933, pp. 165-173.

(¹¹) SAUBIDET, op. cit. Art. «Ñandú».

(¹²) F. L. CUEVILLAS y X. LORENZO: «Catálogo dos castros galegos. Terra de Lobeira», p. 18, fig. 3.

(13) Prescindimos de otras piezas esféricas, como material comparativo, tales como las bolitas de jaspe, arenisca, caliza y otros materiales que aparecen frecuentemente en el Sudeste francés en megalitos y otros yacimientos arqueológicos y que han sido señalados recientemente en Cataluña entre objetos de sílex pertenecientes, al parecer, al Eneolítico, tanto porque carecen de la ranura o incisión que señala los hemisferios, como porque su pequeñez las hace inútiles para la caza, dudándose si se trata de objetos rituales o simbólicos, de objetos empleados en la vida ordinaria para preparar polvos o pomadas o si trata de meros objetos de juego. (SALVADOR VILASECA en su nota «Bolas calizas de la cuenca del Ciurana», in «Àmpurias», «II-VIII, Barcelona, 1954, trae la concerniente bibliografía).

RÉSUMÉ

On a trouvé à la station préhistorique de Ocastro (Galice), parmi des objets appartenant aux siècles I-II de notre ère, une boule en pierre dure avec un sillon qui la divise en deux hémisphères. Son analogie avec l'instrument connu dans l'éthnographie américaine sous le nom de «boleadora» fait supposer qu'elle servait à la chasse d'animaux vivants tels que les petits d'équidés et de bovidés, ainsi que de cervidés et d'oiseaux palustres.

D'autres boules ayant un sillon semblable qui sont signalées dans l'éthnographie et l'archéologie de la Galice n'auraient pas pu avoir le même emploi, étant donné leur grand volume, et seraient plutôt des marteaux ou des poids.

SUMMARY

In the archaeological station of Ocastro, in Galice, among some objects belonging to the first or second century before Christ a little stone ball was found with a furrow which makes two hemispheres. Its analogy with the instrument known in the American archaeology with the name of «boleadora» makes us suppose it might have been used for the hunting of alive animals, such as justborn or very young horses and oxen and deer and lake-birds. Another balls with a similar furrow hut of a greater size found in the Galician archaeology and ethnography, might perhaps have been used as hammers or weights.

Dende o Espolòn de Ourense

POR

RAMON OTERO PEDRAYO

Pra homenaxe à figura senlleira e universal, tan enxebremente portuguesa, do Dr. Mendes Correia, mestre e amigo.

Na vella cidade bispal e acesa no espírito dos antigos concellos, romàn por as primeiras raíces históricas afundadas no escuro e nutricio terròn céltigo, hai unha praza, calma, lumiosa, cecàis un pouco escéptica por vella e lembradoira, e na banda de ourente de ela, onde aínda se amparan unhas às outras as máis vellas casas, un «palco» chamado «O Espolòn». Levantado sobre tres degraus de pedra — teñen cambeado segùn as modificaciòs do pavimento da praza — macizo, con barandal de ferro e asento corrido de pedra, loce e adiante servíndolle de paseo ò ar libre, o soportal de doce ocos de arcos de pedra, e un ocupado por sínxela trabe hourizontal en platabanda... O soportal de pequenas tendas, as máis librerías, por onde se pasearon señores de todos os partidos políticos, de todas as ideas axitantes ou acalmadas do século XIX...

¿E dinantes? Fuxamos da tentación do Ourense do XVIII, cas súas curtesanías i etiquetas, seu clero requintado, súa burguesía receosa, seu pobo, ledó, humorista, preguiceiro, às veces ergueito en cóleras, ardente defensor dos seus dereitos. Pra nós, o espírito e os ritmos do XVIII rematan no 1818, cos solenes funerales de pompa barroca e fina oratoria do bispo-cardeal Sr. de Quevedo y Quintano. Cinguimos o noso estudo no hourizonte cidadàn do Espolòn, pois dende il miraron decorrer a historia e os trocamentos dos costumes, os cregos absolutistas, os maorazgos do antigo réxime, os liberàs de enérxico acento, os românticos aqueloutrados... Por aquil soportal paseaba o fino e culto deàn Bedoya, o grande vate dos silenzos tecelàns de poema de outàn pulo CURROS ENRÍQUEZ, o elegante OXEA, o apaixonado ALBERTO

GARCÍA FERREIRO, o LAMAS CARVAXAL malencònico e acedo. Houbo no agasallo dos arcos a botica de Seara, ca súa tertulia na que cada xenerazòn deixaba a cinza quente dos seus ensoares. Alí se abrián cedo os despachos de sonados letrados, e nos balcòs de ferros de alcachofa e nas raiosas galerías asomàronse belidas donas e vellas señoras das millores xineas ourensàns, pra enxergar no àmbito da praza o sol e o chover, a festa popular, a cerimonia política, a pompa relixiosa, sin pensaren, élas, as donas e doniñas, que enxergaban o decorrer da historia...

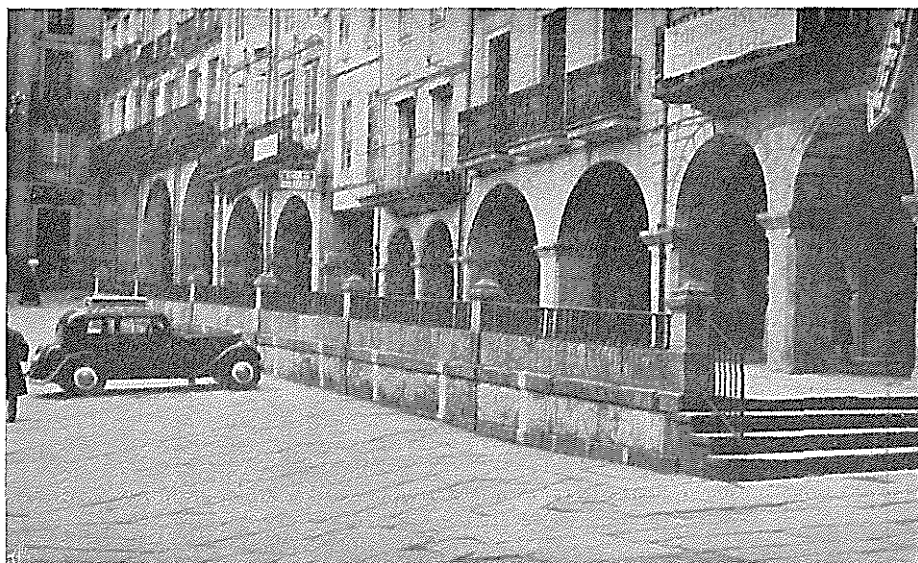
Pro nòs temos que fuxir da espreita da historia dende o palco do Espolòn. Foron moi locidos os aitos da proqramación de Isabel II, as xuras das Constituciòs, as barricadas dos Federales, as precisiòs cívicas. Dende o Espolòn quixéramos assistire ò decorrer de unha historia màis fonda i entranada: a dos costumes, máinos e podentes da vella cidade. Un estudo fermoso, e tamén cheo de adeuses e tristuras.

Os trocamentos das «formas de vida» teñen un particular interés, ò largo da século XIX, nas pequenas cidades bispales e fidalgas, de vella historia fundamente enraizada na campia, no mesto e tradicional vivir das aldeas.

Niste senso, Ourense amòsase un esceario sin comparanza na Galiza. A difrenza das màis das outras cidades galegas, Ourense non tivo estradas pra coche hastra arredor de 1860. Dinantes, non coñecía nin o carromato comercial dos «maragatos» e demàis «transportistas» de entòn, nin a dilixencia dos cabaleiros e dos romànticos. Envolve à cidade un farto e complexo mundo de viñedos. Os ribeiros seguen a corrente do río deica xuntàrense cos sonados da Avia. O xenuíno ribeiro ourensàn alenta cada día, conforme òs toques da torre da catedral adicada a San Martiño. Tampouco a «montana» està lonxe, cos seus cultivos de centeos, seus liñares, seus soutos de castiñeiros. As súas formas axexan, dende os outos, os termos baixos i estreitados da paisaxe ourensà. Ben perto estàn: A Rabeda, ricaz cas colleitas de ulentes fenos, a Peroxa, os Chaos de Amoeiro, por a beira dereita do río; as terras de Montes, as de Esgos, a mesma do outo Arnoia, chegan axiña por os velhos camiños às portas de Ourense. Por a súa ponte, por a festa do Cristo, por outras causas, Ourense chama por todos os camiños da Galiza do S.O. e moitos do Portugal do norde, montesío, finamente aldeàn.

Noutro tempo, inda nestora, os labregos da beira dereita do río metían un pequeno callau na boca dos seus rapaciños e nenas, cando por primeira vez pasaban a ponte de Ourense. Siñificaba, fermosa-

mente, o paso do verde, máino e confiado mundo labrego, pra o ambiente novo, cambiante, bulreiro e analítico da cidade, onde compren ollos e falas prontas e listas pra se non deixar gandar por o comerciante onceneiro, por o rillote ou o menestral bulrista. Por o procedimento «demosteniano» da pedriña, os rapaces tiñan de soltar a língoa.



Nas relacións dos labregos cos perigos e os encantamentos da cidade, se non debe esquecer a presenza dos «graxos da Burga», a malta ou «golferia» ourensán de risa e maus listas e de moito inxenio. O millor e máis cerne dos graxos da Burga de unha certa época, foi compridamente historiado por VALENTÍN LAMAS CARVAXAL nun artigo de superior valencia folklórica. Pro hai moitos contos e verdades sobre os «graxos da Burga» e a súa priguiza e listeza, espalladas tamén, según os tempos, a menestrales e aínda a señoritos.

Dín que no 1830, ou arredor, o terrible xeneral Eguía que mandaba rasurar en seco os bigodes dos labregos por consideralos símbolo liberal, recolléu unha leva de xente perdida de Ourense pra incorporala ò exército, e ténndoos formados na Alameda ou na Horta do Concello, perto das Burgas, dixo irónicamente moi sadisfeito: — «¡Con que

éstos son los vagos de Orense!», respondendo unha voce de entre as filas: — «Sí, señor, e nos levan, pro eiquí quedan as cangas». O graxo, pouco respeitoso cas patillas absolutistas do xeneral, xogaba cas palabras galegas de «bago» ou uva e «canga», capio, sostén e como nai ou matriz da uva.

Un costume sen dúbida nado nas esmorgas tabernarias dos graxos da Burga, e às veces levado a circos algareiros da xuventude burguesa, foi — e non sabemos se aínda tén algunha vida — o da «rolla». Siñifica o castigo e bulra da vaidade, da valeira finchazòn. Si nun circo aparez ún dándose importancia ou decindo palabras moi panforreantes ò remate de un xantar, alguén de acordo ou por mandado de outro, dalle na cara cun trapo ou rolla moi añudado e mollado na auga fría dos vasares da cociña. Chàmase o feito «andar à rolla»: ispiraba un medo cervical nas reuniòs de outro tempo da xente popular, a sospeita de que iba «andar à rolla», que tamén era choutada de un en outro. Moitas veces a «rolla» rubía òs casinos señoriteiros.

As badeladas da catedral e das eirexas mensuraban o día, como as festas, todas de cerne relixioso, escandían os tempos do decorrer do ano en concordanza cas sazòs dos traballos labregos. Unha interpretación da vos das campàs era a seguinte:

*«En Vilela morréu unha vella,
en Vilela morréu unha vella»*

contaba moi falangueira a campaiña de Santo Domingo ou a das Mercedes, à que preguntaba a mãis grave da Trindade:

«¿Qué deixòu, qué deixòu?»,

seguindo entre ambas o diàlogo:

— *«Unha manta vella e un cobertor»*
— *«¿Còmo as partir, còmo as partir?»*:

aconsellando a grosa voce de baixo da campà mestra da catedral:

«Ò longo, ò longo, ò longo».

No decorrer do século, e deica ben entrado o presente, cada mañàn tocaba unha hora enteira — de seis às sete, ou das sete às oito

asegùn as sazõs — a campana de «Prima» da basilica, overtura monástica e claustral da xornada. Dende o domingo dá Resurreición do Señor deica o día de Corpus, despois de soar as doce, tocaba ledamente na catedral un esquilón chamado o «tantarulo». Sinalaba o comenzo do xantar das legumes novas. Era o canto da primaveira.

Os días do ano pechábanse às oito, ou às nove, da noite, co toque da campà de San Francisco. Primeiro foron os frades, despois o sacristán da eirexa, eiscaustrados os Menores. Como acaròn se fixo o cemiterio novo, dende 1840 aquil soar asociábase ca idea da morte e dos «mementos» espallados por os franciscàns.

Na festa do San Lázaro manxábanse abeleiras e melindres de Ribadavia. No día da Ascensión estrábase de fiunchos i herbas ulentes, a catedral. A Semana Santa desenrolábase penitente e relixiosa. Dúas formas características eran as «carracas» e as «trécolas». Nas maus dos rapaces e nas de moitos homes artesàns da boa rexouba, as carracas e os grandes carracòs de roda abouxaban as eirexas e as rúas nas Vísperas e Oficio de Teebras, co seu trono encadeado e axordante. O baixo e rallante bruído das «Trécolas» chamaba dende a torre, en lugar das campàs, nos días grandes de Semana Santa. Era un bruído non desemellante ò que fan as cicoñas cos picos nos seus niños de de leña, nas espadanas das eirexas castelàs. Non coidamos recollido, como non sexa nalgunhas pàxinas novelísticas, os aitos e o dramatismo do Descendimento, o Desencravo, na praza no pòrtico sinxelo do Concello. Acodían os santos dende as diversas eirexas. Sempre San Xoàn, que rubía da Trindade e chegaba por os bairros da Burga o saír por a Barreira na Praza, conquería o amor e simpatia dos labregos que pasaban a noite enteira no banco de pedra do Espolón, e nas escaleiras de Santa María a Madre, pra non perderen chisco da función do mencer. Os graxos da Burga facían con íles mil xudiadas. Cosían as chaquetas de us nas de outros, botábanlles ratos famentos e foguetes estoupantes.

San Antonio era festexado na eirexa do San Francisco. Nela gardábase a mau de unha muller que a perdera na Burga, ò teimar lavar a roupa o día do santiño. Tiña algùn espírito a romería no Campo de Aragón, antigo dos franciscàns. Os Maios ourensàns teñen sido estudados moi ben por os folkloristas galegos. Grande festa a de Corpus, chamaba e segue chamando por xentes de moi lonxe: da diócesis de Mondoñedo, no norde galego, e de Tras-os-Montes. Estralan na capela, de graves e ledos ouros barrocos, os laios e insultos dos endiañados. Non era raro ouvir de algùn demo ou diacho en figura

de cobra, ou de sapiño vomitado por algunha boca. Un caraiter ten o Corpus vello ourensán: os peleriños labregos fan o máis cedo que poden as súas oraciós, e camiñan sen facer romaxe profano.

Festa leda e sonada, sen xente de afora, era a do San Roque, vodo da cidade no Hospital e a súa capela da Alameda. Era festa do vran e das espigas de millo, como das primeiras uvas e froitas do outono, a da Virxe dos Remedios perto do río e da ponte, o 8 de setembro. O señorío, que xa entón tiña voltado dos baños de mar e das estaxes nos pazos e casas da montana, e se dispuña pra a vendima, acodia ò campo dos Remedios e alí compría «bailes de sociedad» ò son dos violís, entre o algairear das gaitas e o pranto baixo, namorado ou supricante ou rebuleiro, das zanfonas. No «Semenario Pintoresco Español», órgão dun dos tempos românticos, publicouse unha fermosa estampa de ista festa dos Remedios. A ela acodian, como a outras moitas, os «ensabanados», envoltos nos seus sudarios que algûs gardaban postos todo o día.

Como en terra de viño, sempre foron en Ourense fundamente celebradas as festas outonizas dos Difuntos e do San Martiño. Encetábase o viño novo. Na do San Martiño, os cotos penedosos e as hortas pobóanse de xentes de toda cras facendo os «magostos», merendas rituales a base de castañas asadas. Inda hoxe San Martiño é un día de beleza saudosa si o serán se despide calmo, tristeiro e dourado, namentras o fume azul dos magostos se ergue con un ár de sagrifizo antigo. Teñen ou tiveron sona, outras festas de aldea ou de barrio. Na de San Bieito de Coba de Lobo levan os entangarañados. Moita xente da aldea teimaba chegar às festas do suburbio ourensán por os camiños e atallos, sin cruzar por as rúas da cidade. No camiño do San Bieito e noutras festas, as mociñas da aldea tiñan de ter moita conta de sí e non ficar soiás nos vieiros, pois da cidà saían homes pra as disfrutare, máis de que por o pracer, pra desbotar en corpo virxe de muller o medoño i escuro mal do «gálico», que de aquil xeito e fazaña de sàtiro se pensaba sandado pra sempre.

Inda gardan un refrexo da súa beleza, as festas do San Xoán e do San Pedro cos altarciños postos nos portales por os nenos. No XIX alumeábanse con cunchas cheas de òleo, como lampariñas. Outras festas pequenas como as dos Santos Cosme e Damián, a do Portovello, animaban praciñas e arrabaldos. En moitas, os veciños de outros barrios tiñan de pagar un dereito de entrada. Na campía algunhas festas, como Santa Mariña do Monte, Santa Lucía de Rairo, a Candelaria e San Pedro de Cudeiro, o Sant-Iago das Caldas, a Santa Marta

de Velle abogosa dos ouvidos, a Virxe de Reza patroa da chuvia do vran, o lembrado San Bieito de Cova de Lobo, a Santa Agueda de Seixalbo, chamaban por a xente ourensà que tamén chegaba máis lonxe, coma ò San Wintila de Punxin ò que se ofercían, e seguen ofrecendo, moitas unllas e cacheiras de porco. O oficio de carnicero e cortador sempre foi admirado, sen dúbida por a fartura suposta, na aldea galega. De dous soados cortadores ourensàns cantàbase:

«O *Xabandas e Marròn*
van ó San Wintil:
O Xabandas toca o bombo
e o Marròn o tamboril.»

Foi ben repetido o ár e tema de marcha de gaitas e zanfonas da Santa Lucía en Rairo: a Santa é levada por mulleres casadas, dende a eirexa da Trindade de Ourense. O grande artista Faustino Santalices tócaa belidamente na zanfona, de cuia arte parés ser o derradeiro e ilustre representante. Inda non ten morto outro vello tema do folklore musical de Ourense: a «danza do pé». Tense dito, non sabemos si con verdade, ser propia dos mestres e xentes da Obra prima. Hai formas dexeneradas, «tropicalizadas», da danza do pé, en que o danzante vaise ispindo pouco a pouco hastra certo marco...

Un pouco engaiolados no gosto das festas ourensàs — os «Tangaraños» de Curros Enriquez son un dos mellores comentares literarios de algunha delas — esquecimos unha miga feitos e costumes siñificativos. Pra teimar un estudo enteiro precisaríanse ordenaciòs cronolóxicas. É moi fondo e ricaz o século XIX. Datas intresantes no clima social como decraraciòs dos seus trocamentos, son, pra nós, en primeiro termo a Desamortizaciòn comezada en grande no 1837, e a chegada da estrada de Castela a Vigo — oficialmente de Villacastin a Vigo — no 1864 ou arredor, pois foi obra longa e calmosa.

Na vella cidade figuraban na rúa, no hourizonte do Espolón en primeiro termo, as formas do vivir ecresiástico. Unha delas duròu deica o remate do século XIX, con pequenas pausas en tempos de forte cheamar progresista: a estudiantina clerical. Os seminaristas, moitos centos de eles habitaban case toda a carreira en pousadas. Levaban os hàbetos ecresiásticos con sotana e manteo, e sombreiro dos chamados — non en Ourense, en outras diòceses galegas — de «corno pra adiante». A detremiñadas horas, à saída das crases de media mañàn, Ourense figuraba unha vila escolástica. Os manteos, ca chuvia, chei-

raban a estameña. Os escolares pousaban por grupos en pousadas probes nas que moitos pagaban, nos derradeiros do XIX, tres ou catro reás ò día, por o leito e tres cuncas de caldo. O xantar restante ou «compango», así coma o pan, levàbano os estudantes das súas casas, pois a maioría eran de xente labrega. Pagaban eles a lus, de aceite primeiro, de petróleo — chamando «gas»; en Ourense non houbo «gas do alumbrado» — despois, estudando todos xuntos arredor dunha mesa. A entrada das mantenzas e das latas de petróleo daba orixen a un contrabando, às veces dexenerado en loita ca tropa brasfema e ladroeira dos consumeiros. Isas loitas máis de unha vez acendéronsee en verdadeiros motíns, nos que se queimaban como colmeiros as casetas dos axentes dos consumos.

Os seminaristas — chamados malinamente «corvos» — poboaban de apaseio en grupos os arrabaldos, percorrían os soportás da Praza, non se estrelando co Espolón por o moito señorío, daban serenatas às mozas. Dinantes da Desamortización, a filosofía e humanidás estudábanse nos conventos dos Pregadores e sobre todo nos dos Franciscàns, por os estudantes legos que se dispuñan òs estudos universitarios. Tamén, e hastra mediados de século — 1845 inauguranza do Instituto de Segunda Ensiñanza —, facíanse no Seminario aqués estudos.

O Espolón miròu os sucesivos trocamentos do clima social e dos costumes. Chegaban os labregos vestidos de pardomonte e lenzo, cheirando a campía e chuvia, ò mercado que se espallaba perto da catedral e da praza, por a chamada das «Olas», por a Barreira. Debaixo dos soportás das casas dos prebendados tiñan os seus logares as panadeiras de Cea e as de outras crases de pan, de elas o «pan francés» interesante novidade imposta por un emigrado; había os postos das pulpeiras, i en certas épocas do ano os reservados pra os zapateiros de Noia, cujos equipos de moita resoanza no folklore percorrían a terra galega facendo e compoñendo o calzado. Nos postos do mercado había un dereito chamado de «cuchara» ou de culler, imposto sobre os graus e cobrado por o Cabido da Catedral e por o Concello. Tiñan moita valencia os bancos dos ferradores e as pousadas. Como en toda a primeira metade do século os viaxes facíanse de acabalo, as pousadas e as casas fidalgas i eclesiásticas tiñan corte pra gardar as cabaleirías, e había outras de aluguer.

Dende antigo, a praza chamada do Ferro reservàbase pra os tendeiros de ousetos metálicos, que en certos días puñan as súas mesas. Eran asturiàs, e algùs estranxeiros. A paisaxe social i econòmica manifestaba cada día o volume dos comerciantes de orixen castelàn e

leonés — rioxanos, de Terra de Campos, de Zamora, de Vilar de Cier-
vos, «maragatos» da comarca de Astorga que conqueriron a primacia
cos seus xéneros e o seu comercio «enciclópédico» — dende pólvora e
sombreiros hastra tecidos, calendarios, especias, resmas de papel, retra-
tos de xenerales e de papas — ; comercio mantido por récuas de mulas
a càrrego dos bós, cernes e honrados maragatos, que por igual levaban
a Madride un estudante por unha onza de ouro, con mantenza, empre-
gando quince ou vinte xornadas, que trasportaban en grandes teorías
de mulas requisadas, o importe das contribuciòs pra o ministerio da
Hacienda. Unha de estas expediciòs foi roubada por unha partida de
escopeteiros na costa de Vallibria, saíndo de Galiza pra o Bierzo no
maio de 1848. Nas tertulias do Espolòn comentàbase o inzamento das
novas tendas e casas dos castelàns, que medraban conforme as formas
antigas da economía pechada dos labregos iba sendo reemprazada por
o comercio e a tenda. O labrego afixose a mercar na tenda. Os fidal-
gos e maorazgos se non decataban, envolveitos nas loitas políticas e
nas esmorgas e priguizas de un vivir desaxeitado, de como se afundían
na usura dos comerciantes, e nas unllas curiales as vellas fortunas ali-
cerzadas en foros e terras. O espolòn de Ourense miròu os bandos de
labregos alporizados por os fidalgos — por moitos fidalgos — e cregos
de aldea e frades dos prioratos, contra as instituciòs liberàs nos anos
de 1820-23; mirounos disfroitando das festas das xuras reàs e das cons-
tituciòs, pasados diante os retratos da amada raíña Isabel e da súa
nai postos nos balcòs dos edificios oficiàs, con garda militar, versos
en alegorías barrocas, mùsica de violís da capela da catedral, e seguindo
a «pompa» das proqramaciòs nà praza Maior e nas pequenas do Ferro,
do Carbòn e do Olmo. Por calquera cousa facíanse gaitadas e nas gran-
des ocasiòs armàbanse fontes de viño, e tamén corriàanse por carniceiros
e cortadores touros, màis ben becerros, na praza Maior.

O ton da vida, as angueiras das sazòs, concedían, sobre todo na
primeira metade do século, aspeitos labregos às horas e tempos da
cidade, matàndose e chamuscàndose porco nas rúas, à noite — pràctica
inda usada no remate do século — , gardàndose e facèndose o viño nas
adegas, nas mesmas rúas centrosas, curtando a leña pra as cociñas.
A iauga era carregada à esta en olas e en baldes: o baixar e rubir das
mulleres à Burga a procura da iauga quente pra as casas, a todas as
horas do día e da noite, prestaba, e aínda presta, unha gracia parti-
cular às vellas rúas e praciñas de chau de pelouros ou «cantos roda-
dos» do río Miño, despoixa, xa no derradeiro do XIX, de lousas de
pedra. Algunhas costas e prazas estiveron sempre enlousadas.

A mañan era das «rianxeiras», e a maréa dos labregos decorría por a cidade. Rezaban na ermida do Posío, na do San Lázaro o Vello e o Novo, na dos Remedios: na catedral visitaban o Cristo e tiñan medo dos demos do Pòrtico do Paraíso, onde os patròs levaban òs nenos pra que tiveran medo do pecado. Cando había execución capi-dàs os labregos sufrían de espaventos, pois nas entradas ou «portas» da cidade — deica 1830 e 40 inda se conservaron en pé os arcos de algunhas: a da Burga, a da Horta do Concello, a da Aira — e na ponte e nos sombrizos «negrillos» ou olmos do Campo do Cruceiro, eran pendurados os «coartos» e a cabeza dos enforcados. As horas centràs do día decorrían co rumor dos vellos oficios — ferreiros, tecelàns, chocolateiros — pouco a pouco desbotados do centro, e socedíase o paseo de mañan dos «señores» — fidalgos, facultativos, funcionarios — à saída das oficinas — dende o 1835 en adiante, as do Estado e Provincia foron trunfando da Curia eclesiàstica e da Curia civil —, as voltas por a praza, as tertulias en boticas, tendas, bufetes de abogados, o paseo en bò tempo de inverno por os arrabaldos, ca visita — e as merendas — nas viñas. A maior parte da antiga burguesía ourensà vivía das viñas, pois o comercio, ademais de non ser ben mirado en moitos círculos, estaba monopolizado por xentes alleeiras, as cales no derradeiro tercio do século xa eran entranabrementemente ourensàs.

As formas modernas, e os traballos inzados en todas as horas, en todo sexo i idade, fan esquecer o estilo «escénico» da vida do señorío nas vellas cidades, no século derradeiro. Circolàbase por as rúas como por un escaerio. Sinalàbanse as categorías sociàs, as profesiòs, hastra as ideas políticas. O pùblico eran as donas nos balcòs, fiestras e galerías, os artesàns nos seus oficios, os pequenos tendeiros e os paisanos. Istes, os labregos, enxergaron no Espolòn da Praza, con respeto, còmo e de qué xeito depois dos sombreiros de tres picos e as casacas viñeron os chapeus de «medio queso» e os redingots do tempo fernandino, òs sombreiros de copa, e nos derradeiros anos, cas chaquetas en troques das levitas, os «bombíns» ou «bombís» ou «bimbas». Hai de notar na indumentaria o «andalucismo», mañifestado no traxe corto en todos ou case todos os ocupados por gusto ou por profesiòn nos coches e cabalos. Era o indumento màis axeitado a tales anqueiras.

Os medos, como na aldea, imperaban na noite. Deica o 1820 ou 22 non se acenden os primeiros faroles no pòrtico do Concello. Foi vindo o alumiado de petròlio. Os enterros con moito cortexo de luces e frades — namentras os houbo — facíanse entre lusco e fusco; os cadavres eran velados nas eirexas; o cemiterio foi deica 1840 o adro

e praza de Santa María a Madre, ou praza da Magdalene, e tamén despoixa da Verdura por o mercado de éla. A fidalguía xuntábase en saraos e tertulias, às veces de moita etiqueta, nas casas grandes, do Marqués de Leis, no de Vilaverde de Limia, e poucas máis. Na noite, os berros tabernarios rachaban o silencio, e non fallaban as serenatas, e o canto dos serenos decindo a hora. Os medos da noite eran diferentes en cada cidade e vila.

O vivir da cidade ourensà trócase moito dende a inauguración da estrada de Castela e de Vigo. Moltiplicanse os carromatos, asombran e ademiran os cupés e berlinas elegantes, empeza a dilixencia de Castela. Todo era enxergado dende o Espolón. Falábase das primeiras casas comerciãs da «Carretera». En ningures foi tan ben posto i espresivo, como en Ourense, o nome de «calle del Progreso»; siñificou a roda de radios, o grande comercio, o novo diñeiro, un vivir de raíces inzadas no torrón labrego. O Espolón mirou as barricadas da República federal, os grandes e calmos aitos da Restauración. Dinantes se sinalaban os grupos e as individualidás moderadas, progresistas, carlistas, republicãs. Algunhas formas do vivir literario — as tertulias dos escritores, a saída, lectura e comentar dos xornaes — mañifestábanse na rúa. Despois foron os liberales e os conservadores. Pasenñamente ían morrendo os vellos «gruñeiros», albres moi ourensàs dos paseos, as casas branquexadas e barrigudas de «pallabarro» cederon o posto às de pedra, o paisano foi deixando pra os vellos os indumentos antigos, pouco a pouco a Praza Maior aminguou na súa función reitora e central da opiniòn e da moda. Familias antigas esvaecéronse na probeza, ou emigraron a outras rúas. Tivo de pechar as portas o Casino dos Cabaleiros, os sons de cuios bailes enchían en certas noites a praza. O Liceo de Artesanos, ò que se foi incorporando o señorío, fíxose a primeira sociedade de Ourense. A inauguración do ferrocarril — 1876 — chama por rúas novas e comerciãs no rumbo norde. Xa o labrego, pra mercar as súas cousas, non precisa chegar òs soportàs da Praza, nin às rúas centosas. Algunhas de elas, menos do que elas a Praza, tiveron e teñen no noso século un rexurdimento comercial. Unha festa literaria e sentimental, a inauguración do moimento ò P. M. FEIXÒO, sinala — 1877 — cecais, o trunfo de novas formas no vivir ourensàn.

Seguen os labregos, moitos bõs coñecedores das avenidas de Bos Aires e Caracas, chegando a Ourense con gosto e legría: van a mercar «cousas»; o labrego gosta muito do pequeno viaxe, do xantar e da palra cos amigos na cidade: os máis maxinan poñer un negocio; a burguesía mantense e anòvase ca enerxía da aldea. Os trocamentos

do vivir xa non se poden enxergar dende o palco do Espolòn: nin hai tertulias, nin case paseantes, e o vivir rexo e novo decorre lonxe da vella praza na que ,si permanece o Concello, ten desaparecido o pazo bispal, e soio se abren pequenas tendas e algùs almacés de roupas feitas. Pra imaxinar as horas do Ourense decimonònico, ten o espreitador dende o Espolòn que agardar a que ruba da Burga, entre a fría néboa do inverno, ou a grande lus estival, algunha lanzal rapaciña das poucas que inda saben levar o balde de auga quente con gracia, na cabeza, e cun leviàn movemento afastan co brazo as pingas de auga morna da frente mañanceira.

La fecha final de la cerámica excisa en la Meseta española

POR

J. MALUQUER DE MOTES

La cerámica excisa constituye sin duda una de las especies cerámicas más interesantes de la prehistoria peninsular. Su inteligente técnica decorativa, la belleza y variedad de sus motivos, sus formas peculiares, etc., ponen de relieve su propia personalidad. Sin embargo se trata de una cerámica que ha sido poco estudiada y cuyo conocimiento ofrece aun muchas lagunas que la investigación futura deberá colmar. Sus problemas son múltiples, aparte de la técnica en sí: origen único o múltiple, temática decorativa, transmisión de formas, cronología, etc. Muchas de esas cuestiones se han abordado en generalizaciones imprecisas cuyo valor es escaso ante la exigüedad o carencia total de bases firmes. Por nuestra parte, nos limitaremos a un aspecto muy concreto de los problemas que esta cerámica plantea, a saber la fijación del momento final del uso de la cerámica excisa en una zona concreta, en la meseta centro-occidental española para la que creemos haber podido reunir datos suficientemente firmes.

En 1939, la cerámica excisa peninsular fue objeto de un trabajo de conjunto en el que se recogen los hallazgos conocidos en aquella fecha valorándose ante la igualdad de técnicas decorativas, como un complejo unitario ⁽¹⁾. La cerámica inventariada procedía en su mayor parte de yacimientos insuficientemente conocidos y de hallazgos peor documentados. Hoy, con nuevos materiales, la cerámica excisa presenta problemas más complejos y se impone su estudio por áreas más restringidas, pues se perfilan unas unidades en las que a pesar de utilizarse la misma técnica, no pueden considerarse aun con datos estrictamente objetivos, como prueba de uniformidad cultural. Prescindiremos, pues de la cerámica excisa que aparece en la cuenca del Ebro, para ceñirnos a la que vemos en la Meseta ser propia de un estadio cultural uniforme, y donde además hallaremos la técnica de la excisión

estrechamente vinculada a otra técnica decorativa, de incisiones, la denominada del *Boquique*. Esta segunda técnica que a nuestro juicio procede de una tradición distinta ⁽²⁾ aparece siempre vinculada a la cerámica excisa de la Meseta, mientras falta casi por completo en otras áreas peninsulares.

En los yacimientos de la Meseta española, la cerámica excisa es característica de un estadio cultural tardío que antecede a la plena generalización de la metalurgia local del hierro, pero que como hemos de ver es coetánea a una etapa en la que el uso del hierro es no solo esporádico sino frecuente y abundante. La clasificación de esta cerámica en la Edad del Hierro o en la del Bronce es pues, una simple cuestión de terminología y gusto personal. La metalurgia del hierro en la península como país esencialmente mediterráneo, es conocida con independencia de las invasiones indoeuropeas que llegan a nuestras tierras con una economía propia de la Edad del Bronce, pero la generalización de esa metalurgia en la meseta es un fenómeno muy tardío relacionado en buena parte con la formación primero, y luego expansión, de los pueblos que habitaban el área que constituirá más tarde el territorio celtibérico propiamente dicho.

La primera cerámica excisa conocida en la meseta procedía de hallazgos atribuidos al castro de Las Cogotas (Ávila), lo que se confirmó más tarde con las excavaciones de Juan Cabré, pues halló en el castro cerámica excisa abundante, sin que en realidad pudiera precisarse cual fuera su relación con la cerámica incisa del tipo más frecuente en el propio castro, que también aparecía en grandes cantidades en la necrópolis con exclusión de la cerámica excisa ⁽³⁾.

Nuevos hallazgos de cerámica excisa en fragmentos e incluso en vasijas enteras o reconstruibles, se efectuaron en los alrededores de Madrid en las explotaciones de arenas de las terrazas del Manzanares. Estos hallazgos procedían de los estratos superiores, sin que se haya precisado en la mayoría de los casos si se trata de poblados o de necrópolis ⁽⁴⁾.

Otro lote muy importante de cerámica excisa, procede de las rebuscas efectuadas en los vertederos del castro burgalés del Alto de Yecla en Santo Domingo de Silos ⁽⁵⁾. La cerámica de todos esos yacimientos a pesar de su fabricación local en cada uno de ellos, posee tal uniformidad que recelan necesariamente la existencia de una etapa cultural uniforme. Las condiciones de hallazgo de la cerámica en cuestión en los yacimientos mencionados, no permitían comprobar científicamente la existencia de esa etapa que se presentía, puesto que en la mayor

parte de los casos los materiales aparecían mezclados con otros de horizontes culturales bien conocidos y de cronología muy distinta.

Mas al oeste en la propia meseta, había aparecido cerámica excisa, clasificada incorrectamente como perteneciente a la época del vaso campaniforme, en el cerro del Berrueco (Salamanca), pero las condiciones de recogida de esos materiales los hacían inaprovechables para una interpretación correcta (6).

Podemos decir que en general por todos los autores se admitía que la cerámica excisa en la península correspondía a una etapa anterior a la plena generalización de la metalurgia del hierro local, pero no se poseía ninguna prueba concreta para demostrarlo. Con estos antecedentes unos autores clasificaban esa cerámica como propia de la segunda mitad de la Edad del Bronce (7) mientras para otros, por la valoración de la técnica y de las formas de las vasijas, había que incluirla en la Edad del Hierro (8).

El problema puede ser resuelto satisfactoriamente gracias a los resultados obtenidos en las excavaciones del castro abulense de Sanchorreja (Avila), efectuadas hace mas de un cuarto de siglo, pero desconocidas e inéditas hasta poco (9). En 1931-1935, se realizaron excavaciones oficiales en el castro de «Los Castillejos» de Sanchorreja. En la prospección inicial intervinieron los Sres. Cabré y J. M. de Navascués (1931), las campañas siguientes fueron dirigidas por J. M. Navascués y E. Camps. El resultado mas importante para el problema que estamos analizando fué el determinar con todo rigor la existencia de dos niveles culturales superpuestos, en los que podían agruparse los diversos estratos, sin que su diferenciación ofreciera la menor duda. Ambos niveles se sucedían sin solución de continuidad, pero de una manera perfectamente apreciable, por el abandono de unas técnicas, unos gustos artísticos y un determinado complejo cultural, y su substitución por otros conjuntos perfectamente clasificables en marcos bien conocidos, y todo apoyado en una estratigrafía rigurosa y clara.

En lo que se refiere concretamente a la cerámica, el nivel inferior de Sanchorreja se caracteriza por la presencia de cerámica excisa, mientras falta por completo en el nivel superior, en el que aparece ahora por primera vez en Sanchorreja la cerámica de incisiones finas, superficiales que es característica de la necrópolis de Las Cogotas, de Chamartín de la Sierra y de otros muchos yacimientos de la meseta. Por primera vez una estratigrafía clara comprueba una anterioridad de la cerámica excisa en relación a la cerámica mas conocida de Las Cogotas, lo que justifica la certera calificación del profesor Bosch Gimpera de

Cogotas I para la cerámica excisa y Cogotas II para la cerámica incisa de la propia localidad ⁽¹⁰⁾.

Por otra parte, desde el punto de vista cultural, el nivel inferior de Sanchorreja conoce el hierro, aunque probablemente los objetos no se fabricaron en el propio castro. El nivel superior corresponde a la plena generalización local de esa metalurgia. El paso de uno a otro nivel, después de una breve etapa de coexistencia, viene marcada por una acentuación del complejo cultural propio de Cogotas II, Chamartín de la Sierra, Salmantica, etc., que nosotros interpretamos como una expansión hacia el Oeste, de pueblos procedentes de la zona oriental de la meseta. Esta misma progresión se comprobará por la sistemática construcción de murallas y sistemas defensivos propios de la cuenca alta del Duero ⁽¹¹⁾, que a partir de ese momento se generalizarán en toda la meseta occidental ⁽¹²⁾.

En Sanchorreja tenemos la prueba de la anterioridad relativa de la cerámica excisa en relación al complejo conocido con el nombre de *Cultura de Las Cogotas* ⁽¹³⁾. Este dato posee un valor de gran amplitud, puesto que igual podemos aplicarlo a los restantes yacimientos de la Meseta donde se comprueben ambos horizontes culturales, como en el propio castro de Las Cogotas o en el mencionado castro del Alto de Yecla y por generalización probable a otros yacimientos en los que solo se conoce una fase cultural, como los citados del Manzanares (posiblemente necrópolis) o el poblado de «Cancho Enamorado» del Cerro del Berrueco.

En este último lugar, nuestras excavaciones aun inéditas, nos muestran la existencia de varios yacimientos distintos. En lo alto del cerro existe el poblado de «Cancho Enamorado», en el que aparece un solo nivel cultural (aunque con dos etapas), cuyas características coinciden estrictamente con la cultura del nivel inferior de Sanchorreja, Cogotas I, Alto de Yecla y Manzanares. Mientras en Las Cogotas y Sanchorreja a ese nivel se le superpone otro poblado (Cogotas II — Sanchorreja II), en el Berrueco, la cumbre del Cerro se abandona y el nuevo poblado, con murallas, cerámica incisa (tipo Cogotas II), etc., se levanta junto a la falda del cerro, en su vertiente meridional.

Pero el interés de las excavaciones de Sanchorreja para el problema que nos ocupa es aun mayor, puesto que nos ofrece incluso la posibilidad de obtener fechas de cronología absoluta para la transición de uno a otro nivel, lo que en definitiva equivale a poder fechar con bastante aproximación la época final del uso y fabricación de la cerámica excisa en la meseta occidental.

En 1931-1932, en la excavación de la choza Sa 1, de Sanchorreja, apareció un escondrijo de piezas de bronce para ser fundidas ⁽¹⁴⁾. La choza de planta rectangular, conservaba las hiladas inferiores de sus paredes y su relleno hasta la base de las mismas correspondía estrictamente al lote de estratos que caracterizaban el llamado nivel superior. Por bajo, había existido una choza más antigua cuyo plano no coincidía con la choza superior, de la que habían desaparecido las paredes, aunque se observó que su relleno correspondía al nivel inferior general del castro con abundante cerámica excisa. Los bronceos yacían en la parte alta de ese nivel inferior pero integrados en el mismo nivel es decir que pertenecían a un momento avanzado de la formación del nivel y posiblemente a su momento final en que debió destruirse la choza.

La fecha de esos bronceos proporciona de hecho el momento final del nivel inferior del castro de Sanchorreja y el comienzo de la reedificación del poblado que corresponde al nivel superior. El lote está constituido por dos interesantes brazaletes adornados con doce colgantes amorcillados cada uno, dos hebillas de cinturón y varias chapas amorfas, todo de bronce. El estudio tipológico de los brazaletes nos conduce a una cronología vacilante entre los siglos VI-V a. C., pero las hebillas nos permiten una precisión mayor.

Una de las hebillas, en forma de placa maciza subtriangular con anchas escotaduras y un garfio que constituye un tipo de hebillas de cinturón muy generalizadas entre los pueblos de estirpe celtica peninsular a fines del siglo VI a. C. La segunda hebilla constituye una de las piezas más interesantes de la metalurgia tartésica, pues presenta una decoración calada de estilo orientalizante en la que vemos un grifo sobre una palmeta frente a un arbusto sagrado con flores de loto. El tipo de esta segunda hebilla es característico de la metalurgia tartésica del sudoeste peninsular y el tema decorativo muestra una clara imitación de piezas de origen fenicio principalmente de los celebres marfiles hallados en las necrópolis de la provincia de Sevilla. Parelos bien próximos los hallamos en la necrópolis del Acebuchal en Carmona y en la de Setefilla en Lora del Río (ambas en la provincia de Sevilla) y la cronología concreta de nuestra pieza puede admitirse sin temor a exageraciones, hacia la mitad del siglo VI a. C. ⁽¹⁵⁾.

Como puede observarse todos los datos de las distintas piezas concuerdan entre sí, por lo cual, admitiendo un período prudencial de una a dos generaciones entre el momento de la fabricación de la pieza con el grifo y su abandono en la choza de Sanchorreja, podemos aceptar el final del siglo VI como cronología última del lote de bronceos y en

consecuencia fijar hacia el año 500 a. C. el momento final del nivel inferior del poblado de «Los Castillejos».

Esta fecha del 500 a. C. corresponde al momento final de la fabricación y uso de la cerámica excisa que aparece en el nivel inferior de Sanchorreja y por extensión a los vecinos poblados del área abulense-salmantina. Si por otra parte tenemos en cuenta que la extensión de la cultura de Las Cogotas se realiza en sentido Este-Oeste, cabría admitir que en la meseta central (Burgos-Madrid) tal substitución cultural se efectuará en un momento algo anterior a esta fecha, aunque con una diferencia de poca amplitud.

La expansión de la cultura de Las Cogotas II va seguida de la construcción de murallas y amplios sistemas defensivos. Ello parece indicar que efectivamente se trata de una invasión y de que los nuevos llegados forman una verdadera superestructura sobre poblaciones anteriores, puesto que se sienten inseguros y se amurallan. Todo parece comprobar que se trata de un movimiento de expansión rápido.

Con esos antecedentes podemos admitir que no transcurrió mucho tiempo desde el dominio de la zona burgalesa-madrileña al de la meseta occidental y aun, al de la última expansión meridional del complejo de la cultura de Las Cogotas, por lo que podemos considerar válida también la fecha del 500 a. C. para esos territorios.

Si observamos el proceso del sudoeste peninsular llegamos a conclusiones parecidas. En la región propiamente tartésica, la cerámica excisa aparece conjuntamente con cerámicas fabricadas a torno, importadas del mundo mediterráneo (necrópolis de Carmona), y aunque desconocemos el proceso final de Tartessos, suele admitirse que la decadencia y desaparición de ese emporio célebre se acelera a partir de la famosa batalla de Alalia (535 a. C.), atribuyéndose en buena parte a la pérdida del equilibrio político-económico al cesar los viajes de los focenses y a la que no sería estraña, aparte del mundo púnico, la progresión hacia el Sur de las poblaciones célticas de la Meseta (complejo de Cogotas II). Las fuentes históricas comprueban por su parte que a fines del siglo VI a. C., poblaciones de estirpe céltica han alcanzado ya el extremo Sudoeste peninsular⁽¹⁶⁾. Este movimiento sería en definitiva el responsable de la desaparición de la cerámica excisa en el Bajo Guadalquivir en unas fechas en torno al año 500 a. C.

En la lenta elaboración del proceso histórico de las primitivas poblaciones peninsulares, podemos aceptar la fecha del año 500 a. C. como un dato firmemente adquirido, como una etapa en el estudio de

las invasiones célticas hacia el Oeste y Sudoeste, dato que brindamos al Profesor MENDES CORRÊA que tanto ha contribuido con sus trabajos al conocimiento de la expansión céltica por Portugal.

Universidad de Salamanca, Febrero de 1958.

NOTAS

(¹) M. ALMAGRO, «La cerámica excisa de la Primera Edad del Hierro de la Península Iberica», *Ampurias* I, Barcelona 1939, pp. 138 ss.

(²) J. MALUQUER DE MOTES, «La técnica de incrustación del Boquique y la dualidad de tradiciones cerámicas en la Meseta durante la Edad del Hierro», *Zephyrus*, VII, Salamanca 1956, pp. 179 ss.

(³) J. CABRE, «Excavaciones de Las Cogotas, Cardeñosa (Ávila), I—El Castro; II—La necrópolis», *Junta Superior de Investigaciones y Antigüedades*. Mem. n.º 110 y 120, Madrid 1930 y 1932.

(⁴) J. PÉREZ DE BARRADAS, «La colección Bento», *Anuario de Prehistoria Madrileña*, IV-VI, Madrid, 1930 y 1932.

(⁵) S. GONZÁLEZ SALAS, «Excavaciones arqueológicas en el castro de Yecla, de Silos», *Actas y Memorias de la Soc. esp. de Antrop., Etnogr. y Preh.*, 1936-40, p. 103 ss.; *idem*, «El castro de Yecla en Santo Domingo de Silos (Burgos)», *Informes y Memorias de la C. G. E. A.* n.º 7, Madrid 1945.

(⁶) C. MORAN, «Excavaciones arqueológicas realizadas en el Cerro del Berrueco (Salamanca)», *Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*. Mem. n.º 65, Madrid 1924-5.

(⁷) J. CABRE, «Cerámica de la segunda mitad de la Edad del Bronce de la Península Iberica», *Actas y Memorias de la Soc. esp. de Antrop., Etnogr. y Preh.*, Madrid 1929.

(⁸) P. BOSCH GIMPERA, «*Two Celtic Waves in Spain*», London 1939, p. 61 ss.

(⁹) J. MALUQUER DE MOTES, «El Castro de «Los Castillejos» en Sanchorreja», Avila-Salamanca, 1958.

(¹⁰) P. BOSCH GIMPERA, «Les mouvements celtiques. Essai de reconstitution», *Etudes Celtiques* (XI. Les Belges en Espagne, p. 332), 1950-1951.

(¹¹) M. GÓMEZ MORENO, «Sobre Arqueología primitiva de la región del Duero», *BRAH*, XLV, Madrid 1904, 147 ss.

(¹²) J. MALUQUER DE MOTES, «El Proceso histórico de las primitivas poblaciones peninsulares», *Zephyrus*, VI, Salamanca 1955, p. 253.

(¹³) Cfr. J. MALUQUER DE MOTES, «Pueblos Celtas» en *Historia de España* dirigida por R. Menéndez Pidal, vol. I-3, Cap. III: *La cultura material de los Celtas de la Meseta y del norte de España*. Madrid 1954, p. 91 y ss.

(¹⁴) Cfr. *Zephyrus*, VIII, Salamanca 1957, p. 241 y ss.

(¹⁵) J. MALUQUER DE MOTES, *Op. cit.* en la nota 9, pág. 73 y ss.

(¹⁶) L. PÉRICOT, *La España primitiva*, Barcelona 1950.

Notas a la contribucion de la Península Ibérica al erario de la Republica Romana⁽¹⁾

POR

J. M. BLAZQUEZ MARTINEZ

Professor A. Facultad de Filosofia y Letras na Universidad Salamanca

La situación del erario romano al caer la Península Ibérica en el área de la influencia de Roma brevemente descrita era la siguiente. La primera guerra púnica se termina en 241 a. C. con la obligación por parte de los vencidos cartagineses de pagar en el plazo de 10 años a los romanos un tributo de 3.200 talentos (Pol. I, 62, 8-9). El erario cartaginés se encontraba para estas fechas, a pesar de los fabulosos ingresos y recursos de Cartago, en un estado deplorable, como se deduce del hecho de haber solicitado los cartagineses de los Ptolomeos un empréstito de 2.000 talentos durante la guerra (App. Sic 1). La hipótesis de algunos historiadores modernos de que esta contribución de guerra significó muy poco para Cartago parece insostenible (1). AMILCAR justifica la conquista de Hispania por la necesidad de pagar a Roma el tributo de guerra (Dion Cas. XII, Fr. 48) y Roma acepta esta razón. La revuelta de los mercenarios en Cartago (241-238 a. C.) debió mermar considerablemente los ingresos en el erario cartaginés, cuya fuente principal, perdida Sicilia, era la agricultura del Norte de Africa. Cartago conocía perfectamente la riqueza de Hispania en minas de plata. Corrían desde hacia varios siglos leyendas y anécdotas sobre la facilidad con que los que arrivaban a sus costas volvían cargados de este metal, como la recogida por Diodoro (v, 35) de que los fenicios, llegados a Hispania cambiaron por aceite y pacotilla plata en tanta cantidad que los barcos no podían cargar más y sustituyeron las anclas por otras de plata (2). Conocida debía ser en Car-

(1) En este trabajo se reúnen los textos referentes a la contribución hispana al erario romano, forma parte de un estudio más extenso en que se utilizan muchos más elementos como los depositos de monedas, etc.

tago que Colaio de Samos volvió de Tartessos con 60 talentos de plata, unos 150 Kg. (Her. iv, 152) (3) y que Stesicoro hacia el año 600, en su poema Gerioneis llame al río Tartessos ἀργυροειής La *Ora maritima* (291) cita al *Mons Argentarius* en la región de Tartessos. ESTEBAN DE BIZANCIO describe al río Tartessos fluyendo de una montaña de plata y Eforo arrastrando estaño, oro y bronce (Ps. Skymnos 164). La Península Ibérica era la única que neutraliza a Cartago la pérdida de Sicilia y la que sufragó los gastos de la segunda guerra púnica. Los púnicos explotaron aquí a gran ritmo las minas de plata; la de Baebelo (Plin. *NH.* xxxiii, 96) producía a Anibal trescientas libras diarias, todavía en tiempo del naturalista se trabajaba en ella. Cerca de Cástulo, de donde procedía la esposa de Anibal, existía un monte que por sus minas de plata se llamaba Argyros (Str. iii, 2, 11). La gran cantidad de oro que los púnicos sacaban de Hispania originó bulos tan curiosos como el que ellos fabricaban de oro y plata los escudos (Plin. *NH.* xxxv, 14). Los cartagineses sacaban la mayor producción de plata de las minas de las proximidades de Cartago Nova que proporcionaron en tiempo de Polibio al pueblo romano un ingreso de 25.000 dracmas diarias (Str. iii, 2, 10). en ellas trabajaban 40.000 mineros. En tiempos de Estrabón eran propiedad particular. La importancia de estas minas explica que Escipión se encaminase directamente a esta ciudad y que a partir del año 206 a. C. Anibal no hiciera nada en Italia, perdidos los ingresos de ella. Hacia el año 165 Judas Macabeo (*Macab.* i, 8, 5) creía que el móvil de la conquista de Roma eran las ricas minas de oro y plata. La cantidad de botín recogida en Cartago Nova fué grande, 276 páteras de oro, casi todas de una libra de peso, 18.300 libras de plata trabajada o acuñada, vasos de plata en gran número, 40.000 modios de trigo, y 270 de cebada (Liv. xxvi, 47). El desastroso estado del erario romano motivó también el que Escipión se asegurase desde el primer momento los ingresos de estas minas; precisamente el año de la toma de Tarento se agotaron las últimas reservas del tesoro (4), y los prisioneros de Cannas no se rescataron por falta de dinero (Liv. xxii, 58 ss; Pol. vi, 58; App. *Harn.* xxviii; Zon. ix, 2). Un año antes de capturar en Cartago Nova los viveres citados, Roma se había visto obligada a solicitarlos de Ptolomeo IV Philopator. Algo alivió, sin embargo, la catastrófica situación del erario romano la captura de Siracusa por Marcelo en 211 a. C. (Liv. xxv, 31, 11), en la que se recogieron riquezas que ni en la misma Cartago se podían hallar.

En el año 206 a. C., un año después de la batalla de Metauro, el

mismo año que Cadiz se entregaba a los romanos, P. Escipión al volver a Roma entrega al erario 14.342 libras de plata (unos 4.000 Kgs.) y gran cantidad de ella acuñada (Liv. xxviii, 38). Los tributos no sólo consistían en esta época ya, en metales preciosos, sino en prendas de vestir, y en viveres (Liv. xxix, 3). Este tipo de contribución de guerra se vuelve a repetir frecuentemente, en el año 203 a. C. Hispania entrega para la guerra de África trigo y *sagos* (Liv. xxx, 3, 2); este mismo año exporta a Italia tal cantidad de trigo que originó allí una gran rebaja de precios (Liv. xxx, 26, 5); de un texto de Livio (xlIII, 2) referente al año 171 a. C. se deduce que la Península Ibérica pagaba en calidad de tributo un cinco por ciento de la cosecha de grano, existiendo otras contribuciones. Cicerón (Ver. III, 6, 12) expresamente dice que es un tributo de guerra; esta contribución se podía pagar en dinero (Liv. xl, 44, 4); los *sagos* son citados como tributos, en el año 140-139 a. C., de los celtíberos (Diod. xxxiii, 16). En la época de Plinio (NH xvi, 32) los pobres cubrían la mitad de sus tributos con un producto derivado de la encina.

En el año 198 a. C., L. M. Manlio Acidinio ingresó en el erario 1.200 libras de plata y 30 de oro (Liv. xxxii, 7, 4); al año siguiente el dinero, llevado de Hispania por C. Sempronio Tuditano, 1515 libras de oro, 20.000 de plata y 34.550 de plata acuñada, y por L. Stertino, 50.000 libras de plata, era el producto del saqueo, pues no hubo guerras (Liv. xxxiii, 27). Fué frecuente embellecer Roma con el producto de estos tributos y robos. L. Stertino erigió dos arcos en el Foro Boario y otro en el Circo Máximo. Q. Fulvio en el año 179 a. C. (Liv. xl, 44, 4) costeó con dinero hispano unos juegos en honor de Júpiter y prometió edificar un templo a la Fortuna Ecuéstre.

Helvio en 195 a. C. ingresó en el erario 14.732 libras de plata en lingotes, 17.023 acuñado con la biga, 119.439 de plata oscense, citada en este texto por vez primera (Liv. xxxiv, 10). Su sucesor llevó a Roma 34.800 libras, 73.000 con la biga y 278.000 de plata oscense (Liv. xxxiv, 10).

En esta época se encontraban las minas de plata y hierro en plena explotación, pues Catón las grabó con un tributo (Liv. xxxiv, 20). La cantidad ingresada por este gobernador aventaja a las anteriores: 25.000 libras de plata en lingotes, 23.000 con la biga, 540 libras de plata oscense y 1.400 de oro (Liv. xxxiv, 46, 2). Los ingresos del proconsul M. Fulvio Nobilior en 191 a. C., en cambio, fueron muy inferiores: 12.000 libras de plata, 130 con la biga y 127 libras de oro. En el botín del proconsul L. Manlio (186-185 a. C.) figuran por vez

primera coronas: *tulit coronas aureas quinquaginta duas, auri praeterea pondo centum triginta duo, argenti sedecim milia pondo argenti et octoginta auri Q. Fabium quaestorem advehere* (Liv. xxxix, 29, 4). Las coronas eran frecuentes, Claudio llevó una, de oro, de 7.000 libras, de la Hispania Citerior (Plin NH xxxiii, 54). Coronas se vuelven a citar entre el botín que llevó a Roma en 182 a. C. C. Terencio: *translatum argenti pondo novem milia trecenta viginti; auri octoginta pondo et duae coronae aureae pondo sexaginta septem* (Liv. xl, 16, 7).

Otro género de botín y de tributos muy codiciado por los romanos consistía en caballos, ya que la caballería hispana era muy superior a la romana (Liv. xxi, 57, 5). Se mencione por vez primera en el año 181 a. C. al comienzo de la primera guerra celtibérica (Liv. xl, 33). Se vuelven a mencionar en el año siguiente (Liv. xl, 11); en el 151 a. C. Luculo promete a los de Cauca la paz si entregaban 100 talentos y caballería (App. *Ib.* 50) Pompeyo firma la paz con los celtíberos en 140 a. C. a base de que entreguen 9.000 sagos, 3.000 pieles de buey y 800 caballos (Diod. xxxiii, 16). Según Apiano (*Ib.* 79) se contentó sólo con 30 talentos de plata.

En 153 a. C. Mobilior por mediación del prefecto Blesio pidió caballos a los vacceos (App. *Ib.* 47), y al año siguiente C. Marcelo a los de Mertóbriga 100 jinetes (App. *Ib.* 98) (5).

Otras veces se imponía un tributo y la obligación de luchar junto a los romanos (App. *Ib.* 44). Sin embargo lo corriente era obtener los tributos y el botín en oro y plata (Liv. xli, 7; 28; xlv, 4) incluso los pueblos que no disponían de minas en su territorio pagaron en plata fuertes contribuciones de guerra, como los celtíberos que entregaron a Marcelo 600 talentos, 15.700 Kgs (Str. iii, 162). Hubo gobernadores desaprensivos que sacaron dinero por procedimientos vergonzosos, como Galba acusado en 149 a. C. de vender a los lusitanos como esclavos en la Gallia (Val. Max. ix, 6, 2). Otras veces los pretores eran simplemente acusados por robos, como Q. Calidino, propretor en la Citerior en el año 78 a. C. (Ps. Asc. *in Verr.* 145). No debió ser infrecuente el caso de pretores que se guardaban el botín, en vez de entregarlo al erario, el caso más conocido es el del propio Galba (App. *Ib.* 59). La inmoralidad de los gobernadores romanos en obtener dinero fué precisamente la causa principal de las luchas del s. ii a. C. con Roma (6).

Uno de los procedimientos de atraerse a los indígenas consistió en rebajar las contribuciones de ellos, como lo hizo Sertorio (Plut. *Sert.* 6), y César (*BH.* 42) que liberó a la Bética del tributo impuesto

por Metelo durante la guerra sertoriana o en regalarles objetos de oro y plata, como armas con decoración de ambos metales (Plut. *Sert.* 14) (7); objetos fabricados de oro y plata eran muy frecuentes.

El caballo que montó Pompeyo en la batalla de Sucro llevaba adornos de oro (Plut. *Pomp.* 19); por robarle los iberos se entretuvieron y Pompeyo se escapó de la muerte. Las vasijas frecuentemente eran de plata, en la boda de Viriato se exhibieron gran número de ellas (Diod. xxxiii, B). *Posidonio* (Str. xiii, i, 67), alude a los vasos de plata de Hispania y Plinio habla de platos argenteos de 500 libras de peso (Plin. *NH.* xxxiii, 145) (8). Los hombres solían adornarse con brazaletes de oro (Plin. *HN.* xxxiii, 39) (9). Las fibulas que figuran en distintos textos (Liv. xxvii, 19, 12; xxxix, 31) como botín o como regalo eran, sin duda alguna de oro o de plata, de ellas se conservan, como de los restantes objetos citados, preciosos ejemplares (10). Incluso entre la oficialidad romana se extendió el uso de vasijas de metales preciosos; Escipión en la campaña contra Numancia prohíbe a sus oficiales retener vasos de plata que pesaran más de dos libras (Plut. *Ap. regum.* 16; Luc. 1318). Extraña pues la noticia dada por Orosio (v, 7, 18) de que en Numancia no se halló oro ni plata, y de que Escipión de su propia fortuna dió a sus soldados 7 denarios (Plin. *NH.* xxxiii, 141) el día del triunfo. A pesar de esta riqueza en metales preciosos hubo ocasiones en las que faltó el dinero, como durante la guerra civil entre los auxiliares iberos de las tropas pompeyanas (B.C. i, 78).

Las fuertes contribuciones que pagaba Hispania a Roma y las posibilidades de botín explican la primera venida de César a la Península, año 61 a. C. en situación verdaderamente calamitosa para él, ya que se hallaba entrampado con todo el mundo en Roma y que sus mismos acreedores, como Craso, facilitasen su partida. *Componiéndose como pudo con los acreedores y entrando en España, no se ocupó de recorrer las ciudades, ni de administrar justicia, ni de nada referente a estas funciones, considerándolas poco útiles a sus propósitos, sino que reuniendo el ejército marchó contra los restantes pueblos hispanos atacándolos uno a uno, hasta hacer tributaria de Roma a España entera y mandó mucho dinero a Roma para el erario público* (App. *BC.* ii, 8). Estas frases son contrarias a lo que Plutarco (Caes. 12) cuenta de la actuación de César en la Península; el mismo Plutarco también asegura que el futuro dictador logró aquí mucho dinero; algunas de cuyas contiendas parece que no tuvieron otra finalidad que reunir fondos para pagar sus deudas: *in Hispania a procon-*

sule et a sociis pecunias accepit, emendicatas in auxilium aeris alieni, et lusitanorum quaedam oppida, quamquam nec imperata detraxerent et advenienti portas patefacerent, diripuit hostiliter (Suet. *Caes.* 54). Hacia el año 56 a. C. parece que se fijó un tributo a España, a Africa y a Cerdeña (Cic. *Pro Balbo*, xli), mientras otras provincias, como Sicilia, pagaban la décima parte de las cosechas del año.

VELEYO (II, 56, 2) afirma que en el triunfo de César sobre los hijos de Pompeyo figura la mucha plata traída de España: *Hispaniensis Argento rasili constitit*. En Dion Casio (xlviii, 41) al referirse a sucesos del año 39, se menciona nuevamente el oro recibido de las ciudades hispanas. En realidad la mayoría de las veces se ignora si procede de tributos o de saqueos, probablemente de ambas cosas a la vez. De Bogud de Mauritania se sabe que en el año 38 a. C. intentó robar al famoso templo de Hércules de Cádiz (Prof. *de abst.* I, 25). En el s. I a. C. la explotación de las minas se incrementó, a los vencidos de las guerras cántabras, se les obligó a trabajar en las minas de oro, de cinabrio y de malaquita (Floro, II, 33, 59). Al comienzo del Imperio se sabe (Plin. *NH*, xxxiii, 78) que las minas de Asturias, Galicia y Lusitania, rentaban 20.000 libras de oro al año, siendo las de Asturias las más abundantes. El mismo autor (*NH*, xxxiii, 88) escribe que en Galaecia existió una mina llamada Albuerarense en que la plata entraba en una proporción de la treinta y seisaba parte. Según el naturalista la plata hispana era la mejor (*NH*, xxxiii, 96) y casi toda la Península abundaba en yacimientos de oro y plata (*NH*, III, 30), principalmente la región del Pirineo (*NH*, IV, 112). Idénticas afirmaciones se hallan en Mela (II, 86) y en Estrabón (III, 2, 8). Este último autor alude a las minas de oro de los iberos (Str. III, 2, 19). De la tierra de los Artabros afirma que es rica en oro y plata (Str. III, 3, 5) (11).

Sin embargo, probablemente, la casi totalidad de los tributos de oro y plata pagados a Roma no procederían de la explotación de las minas, sino de objetos fabricados con el oro nativo. Plinio (*NH*, IV, 115) celebra al Tajo por sus arenas auríferas, cuyo oro es el más puro (*NH*, xxxiii, 62); según este escritor Hispania produce oro nativo que no necesita trabajarse (*NH*, xxxiii, 62). MELA confirma la afirmación del naturalista latino sobre las arenas auríferas del Tajo (III, 8), ESTRABÓN (IV, 6, 12), generaliza estos datos al escribir que los ríos hispanos arrastran arenas de oro. El oro y plata de Sierra Nevada, al que alude el geógrafo (III, 4, 2), tal vez fuese nativo. Um historiador contemporáneo de AUGUSTO, TROGO POMPEYO (*Iust. Epit. Hist. Phil.* XLIV),

no sólo menciona el oro hallado en los placeres de los ríos, sino que de Galaecia escribió que *no sólo es rica en oro, sino que el arado suele descubrir trozos aureos.*

Estas sumas procedentes del saqueo, tributos de guerra o contribuciones fueron grandes, consideradas en sí, pero muy pequeñas si se las compara con las cifras que engrosaban el erario romano procedentes de otras regiones del Mediterráneo. Al firmar la paz después de la segunda guerra púnica, 202 a. C. los cartagineses se comprometen a pagar 10.000 talentos en el plazo de 50 años (Pol. xv, 68). La segunda guerra macedónica termina pagando Filipo V 200 talentos (Pol. xviii, 17 ss; Liv. xxxiii, 11 ss.). El botín obtenido en la tercera guerra macedónica (168 a. C.) fué tan grande que se perdonaron en Roma los impuestos a los ciudadanos (Pol. xxx, 22; Liv. xlv, 41).

En 189 a. C. después de la batalla de Magnesia los romanos cogieron de Antioco III, 1.230 dientes de elefantes, 234 coronas de oro, 137.0000 libras de plata, 224.000 monedas griegas de plata, 140.000 monedas de oro macedonias y una gran cantidad de objetos de oro y plata (Plut. *Em. Paul.* xxxii-xxxiii). 3.000 talentos se comprometió a pagar Mitridates a Sila en el 85 a. C. y éste 20.000 echó de multa al Asia (Plut. *Sylla* xxv, 3).

El botín obtenido en la Gallia fué tan colosal, que el precio del oro en el mercado descendió (Plut. *Caes.* xxvi, 2; xxix).

El erario romano la cantidad más fabulosa que recibió provino del testamento de Attalo III (Liv. *Per.* 58-59; *Iust.* xxxvi, 4, 5; Plut. *Tib. Gr.* 14; *App. Mithr.* 62; *BC* v, 2; *Eutr.* iv, 8; *Floro* II, 20).

NOTAS

(¹) S. KOVALIOV. *Storia di Roma*, Roma 1955, I, 202; ver sobre este aspecto E. PAIS. *Storia di Roma*, Turín 1935, I, 124 s.

(²) A. GARCIA y BELLIDO. *La Península ibérica a los comienzos de su Historia*. Madrid 1953, 437 ss.; idem, *Fenicios y cartagineses en Occidente*, Madrid 1942, 79. GARCIA y BELLIDO cree que esta leyenda alude a hechos acaecidos hacia 1100 a. C. BOSCH-GLIMPERA (*El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España*, Mexico, 1944, 158) en cambio la situa en el s. VII a. C. Otras leyendas parecidas en Str. III, 2, 9.

(³) A. GARCIA y BELLIDO. *La Península ibérica*, 189 ss., idem, *Hispania Graeca*. Barcelona 1948, I, 113 ss.; idem, *La colonización Griega en Historia de España. España Protohistorica*, Madrid 1952, 512.

(⁴) T. MOMMSEN, *Historia de Roma*, Madrid 1957, I, 716 s.

(⁵) Sobre los caballos hispanos ver J. M. BLÁZQUEZ, *La economía ganadera de*

la *España antigua a la luz de las fuentes literarias griegas y romanas* en *Emerita* XXV, 1957, 162 ss.

(⁶) A. GARCIA y BELLIDO. *Bandas y guerrillas en la lucha con Roma*. Madrid 1945, 29 ss.

(⁷) J. CABRÈ. *Excavaciones de las Cogotas, Cardeñosa (Avila)*, II, *La Necropolis*. Madrid 1932, láms. LXIII-LXIV, LXVII-LXVIII, LXXXIII-LXXXV.

(⁸) F. ALVAREZ-OSSORIO. *Tesoros españoles antiguos en el Museo Arqueológico Nacional*. Madrid 1954, láms. X, XX-XXI-XXX-XXXI, XXXIV-XXXVI, XXXVIII, XLII, XLV. J. SERRA RÀFOLS, *El poblado ibérico del Castellet de Banyoles en Ampurias*, III, 1941, 15 ss.

(⁹) F. ALVAREZ OSSORIO, op. cit., láms. XII, XIV, XVI, XVIII-XIX, XIII, XXVI-XXVII, XXXI, XXXIV, XXXVIII-XXXIX, XLIII-XLIV, XLVI. G. BECATTI, *Creficerie Antiche*, Roma 1955, n.º 483-484.

(¹⁰) F. ALVAREZ OSSORIO, op. cit., lám. VIII, XXXVII, XL. J. MARTINEZ SANTA-OLALLA, *Esquema paleontológico de la Península Hispánica*. Madrid 1948, lám. LXI. G. BECATTI, op. cit., n.º 488-489, 496. J. SAN VALERO, *El tesoro preimperial de plata de Drieves (Guadalajara)*. Madrid 1945. Idem, *Joya de oro céltica de Saldana*, en *CHP*, I, 1946, 100.

(¹¹) La mejor confirmación de esta frase es la orfebrería castreña (A. BLANCO, *Origen y relaciones de la orfebrería castreña*, en *CEG*, XII, 1957). Sobre la minería romana en la Península: C. GOSSE, *Las minas y el arte minero de España en la antigüedad*, en *Ampurias*, IV, 1942, 43 ss.

En la época tartésica se desarrolló mucho la metalurgia y la orfebrería. Cf. A. BLANCO. *Orientalia. Estudios de objetos fenicios y orientalizantes en la Península*. *AEArq.* XXIX, 1956 ss.; Idem, *El vaso de Valdegamas (Don Benito, Badajoz) y otros vasos de bronce del Mediodía español*, *AEArq.* xxvi, 1953, 235 ss.; Idem, *AEArq.* xxx, 1957. A. GARCIA y BELLIDO. *Materiales de Arqueología hispano-punicos. Jarros de bronce* *AEArq.* xxix, 1956. J. CARRIAZO. *London News*. Febrero 1959. Tesoros semejantes han aparecido recientemente en la provincia de Cádiz. Cf. J. MALUQUER. *Zephyrus*, ix, 1958. La plata hispánica era motivo de explotación desde la época del bronce. Cf. J. MARTINEZ SANTA-OLALLA. *Excavaciones en la ciudad del bronce mediterráneo II. de la Bastida de Totana (Murcia)*, Madrid 1947. Sobre la economía de la Hispania prerromana son fundamentales. J. CARO BAROJA. *Regímenes sociales y económicos de la España prerromana* *Rev. Int. Sociología* I-II, 1943. Idem. *España primitiva y romana*. Barcelona 1957. Idem, *Los pueblos de España*. Barcelona 1947. C. VIÑAS. *Apuntes sobre historia social y económica de España*. *Arbor*, Enero 1959, 33 ss. Este trabajo es fundamental.

Nota sobre a expressão fisionómica da face na escultura angolana

POR

MAXIMINO CORREIA

Professor de Anatomia da Faculdade de Medicina de Coimbra

«Si parva licet componere magnis...»

VIRGÍLIO

Fundamentalmente a expressão fisionómica da face é função das fendas sensoriais: fenda palpebral, narina, fenda bucal.

A representação plástica dessas fendas, na situação relativa, grandeza e inclinação, é susceptível de variações muito numerosas que poderão equivaler a outras tantas cambiantes de representações ou expressões de estados afectivos.

Da modificação do equilíbrio do «tonus» entre o orbicular das pálpebras e o elevador da pálpebra superior, depende decerto, a abertura ou encerramento da fenda palpebral; mas o frontal, o supraciliar e porventura outros dos músculos da mímica podem influir na atitude e dimensões dessa fenda. O mesmo se pode dizer em menor grau e «mutatis mutandis» quanto à narina e em grau superlativo quanto à fenda bucal.

A riqueza muscular do lábio superior, do lábio inferior e da comisura é de molde a permitir uma enorme variedade de atitudes, posições e dimensões, acrescida ainda das possibilidades conferidas pela mobilidade do lábio inferior aderente ao único osso móvel da face, o maxilar inferior. E nessa riqueza muscular não devemos esquecer o músculo compressor dos lábios de Krause que se mantém com maior ou menor desenvolvimento, durante toda a vida.

Mas em síntese e referida a esses elementos, pode dizer-se que a representação esquemática dos três estados de espírito fundamentais, prazer ou alegria, dor ou tristeza e calma ou indiferença se pode fazer

no ovóide do contorno facial, respectivamente por traços convergentes para baixo, convergentes para cima e horizontais.

Esta, expressão de calma ou indiferença, aparece-nos assim como uma expressão estática ou de repouso, embora tenhamos de admitir, com intervenção activa, o «tonus» muscular cuja alteração, é bem sabido, a modifica mais ou menos profundamente.

As outras duas, expressões de alegria e de tristeza, exigem a contracção activa e sinérgica dos grupos musculares cuticulares bilaterais.

É essa contracção deve ser regulada, não apenas, como a de todos os movimentos voluntários, pela zona psicomotriz, mas de certo também, à semelhança dos centros neencefálicos oculogiros, por centros funcionalmente idênticos, bilaterais para a coordenação de músculos, alguns porventura antagonistas.

É sabido que os movimentos do globo ocular pelos seus músculos extrínsecos exigem a coordenação sinérgica, por exemplo, do recto interno de um lado, com o recto externo do lado oposto, ou vice-versa; e isso não pertence à simples incitação motriz, mesmo doseada, com origem no córtex rolândico.

Do mesmo modo, somos de opinião que a mímica facial, tão rica, variada e expressiva no homem, exige superestruturas de coordenação cortical e bilateral.

A automatização das expressões pertence aos núcleos da base, como toda a vida afectiva aí tem a sua repercussão, reguladora elementar.

Mas se o tálamo óptico tem funções preferentemente sensitivas, são o corpo estriado e o «palidus» os núcleos responsáveis dos automatismos da expressão.

O corpo dentado regulando a motricidade automática, o «palidus» mais remoto onto e filogeneticamente, presidindo à atitude, postura, pelo tonus.

*

* * *

É interessante analisar agora as figuras que reproduzem fotograficamente alguns objectos de arte gentílica que pudemos colleccionar em 1929, na viagem a Angola com a Missão Académica da iniciativa, organização e chefia do grande e malogrado Professor Doutor Luís CARRISSO.

Em todas as representações da figura humana, máscaras, escul-

turas várias, figuras antropomórficas ornamentais, a expressão representada pelo artista é a de calma ou indiferença.

Bem sabemos que há excepções, porventura numerosas, mas em regra a expressão facial reproduzida é a que fizemos notar. E, compulsando várias publicações ilustradas com reproduções de arte negra das mais diversas regiões de África, é esta a expressão predominante (1).

Qual a razão deste domínio? Maior facilidade da execução? Conceito artístico preferencial? Ou simplesmente reprodução do mais correntemente observado?

Analisemos os dois retratos que acompanham esta nota.

Trata-se de uma mulher da Chibia e de um homem da Hanha, próximo de Catumbela. Ambas as fotografias foram obtidas por nós e poderíamos multiplicar os exemplos (2).

Em ambos, homem e mulher, a expressão fisionómica, de fendas sensoriais horizontais, traduz calma ou indiferença; atitude tónica expectante.

Claro está que o artista, se vai buscar a sua inspiração ao natural, não pode hesitar na representação plástica do que se lhe apresenta. É que o «tonus», como foi dito, é a atitude elementar, proto-estática, regulada pelo mais antigo dos núcleos da base e perante «seja o que for» que nos é estranho, ele impõe a ancestral influência palidal fixando, imobilizando a expressão e inibindo a influência epidinâmica córtico-estriada.

É pois esta a atitude ou expressão mais elementar e indiferenciada da espécie, o que os factos de observação apontados confirmam plenamente.

(1) Entre outras podemos citar as seguintes obras:

COLONEL J. STATHAN — *Through Angola*, 1922.

MICHAEL HABERLANDT — *Etnografia*, 1929.

WOLFGANG PELEIDERER — *Die Geburt des Bildes* 1930.

HUGO A. BERNATZIK — *Der Dunkle Erdeteil — Afrika*, 1930.

MAURICE DELAFOSSE — *Los negros*, 1931.

LEO FROBENIUS — *Kulturgeschichte Afrikas*, 1933.

FERNANDO MOUTA — *Etnografia angolana (subsídios)*, 1934.

DIAGO DE MACEDO E LUÍS MONTALVOR — *Arte Indígena Portuguesa*, 1934.

FRANZ BOAS — *El arte primitivo*, 1947.

LEONHARD ADAM — *Primitive Art*, 1933.

WARNER MUENSTERBERGER — *Sculpture of primitive man*, 1955.

(2) A este propósito notem-se as ilustrações da excelente obra de MENDES CORRÊA — *Raças do Império*, págs. 415-486.

RESUMO

O autor depois de analisar sucintamente os elementos fundamentais da representação plástica da face, refere a observação quase constantemente repetida da expressão de calma ou indiferença que os artistas angolanos imprimem às suas esculturas, e relaciona-a com a expressão mais corrente dos indivíduos, na atitude tónica expectante, originada no predomínio do «palidus», como núcleo da base mais antiga onto e filogeneticamente.

RÉSUMÉ

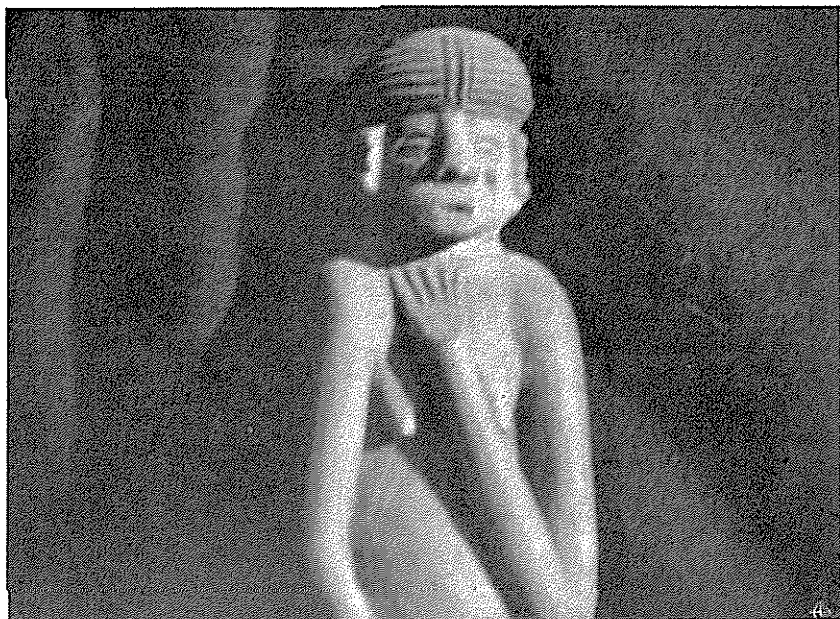
L'Auteur, après avoir analysé succinctement les éléments fondamentaux de la représentation plastique de la face, rapporte l'observation fréquemment répétée de l'expression de calme ou d'indifférence que les artistes angolais impriment à leurs sculptures et la compare avec l'expression plus courante des individus, dans l'attitude tonique expectante, causée par la prédominance du «palidus» comme nucléus de la base, plus ancien ontogéniquement et phylogénériquement.

SUMMARY

Having briefly analyzed the fundamental elements of the plastic representation of the face the author bears reference to the almost constantly repeated observation of the expression of calm or indifference that the Angolese sculptors give to their work, and relates it to the more current expression of the individuals, a tonic attitude of expectance originating from the predominance of the «palidus» as nucleus of a more ancient basis ontogenetically and philogenetically.



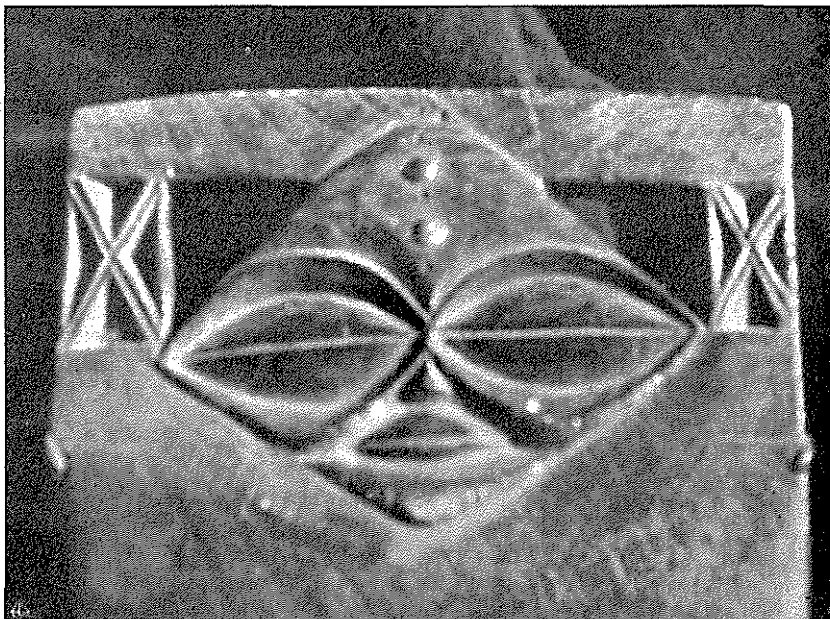
Máscara — Região de Benguela.



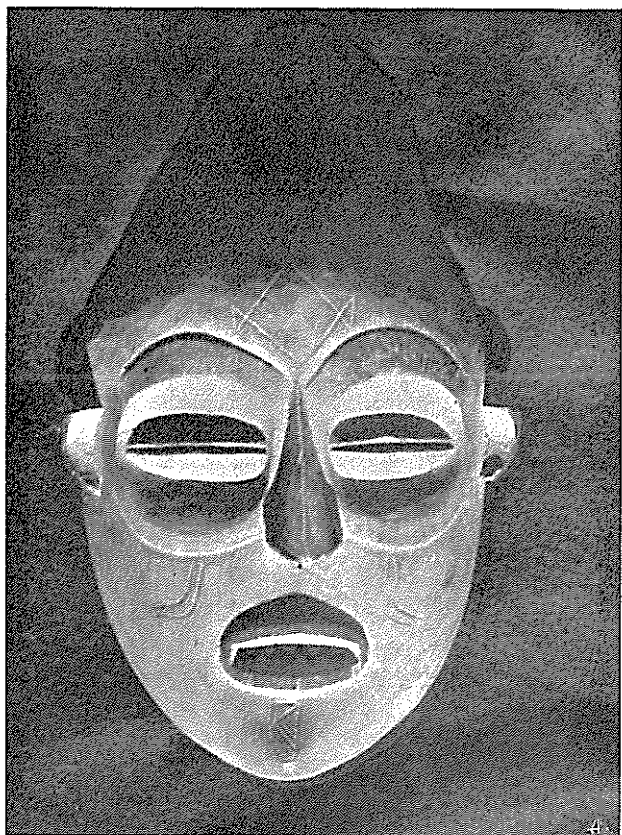
Escultura da região de Benguela.



Soba — Região de Malange.



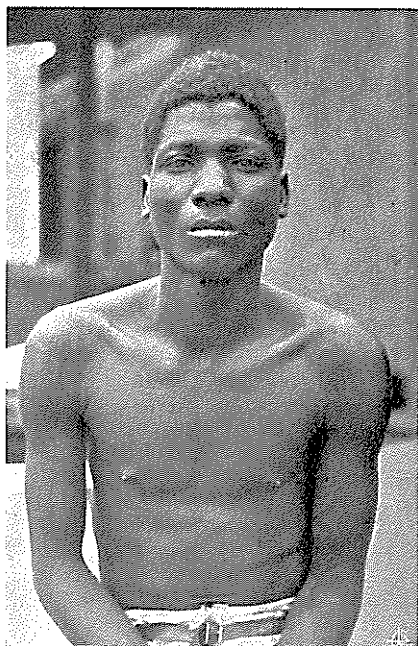
Ornato de quissanje — Região do Bié.



Máscara — Região de
Malange.



Mulher da Chibia.



Homem da Hanha.

Investigações arqueológicas na região de Sesimbra

Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

POR

EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

A Câmara Municipal de Sesimbra e uma instituição cultural denominada «Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra», sabendo-me colaborador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, convidaram-me, em 1955, para que eu procedesse a investigações arqueológicas no «Castelo» e em quaisquer outros locais da região que pudessem ter interesse.

Transmiti imediatamente o convite que me fora feito ao ilustre presidente do referido Centro de Estudos, o Ex.^{mo} Sr. Professor MENDES CORRÊA, que deu todo o apoio ao desejo das referidas instituições e apresentou à Junta Nacional de Educação um programa de trabalhos que eu lhe entregara em 15-4-56. Tal programa mereceu da Junta parecer no sentido de que seria de «interesse científico nacional e local» que se realizassem tais investigações e foi homologado por Sua Ex.^a o Ministro da Educação Nacional. Nesse mesmo ano — 1956 —, iniciei então alguns estudos e pesquisas cujos resultados objectivos, que hoje — Fevereiro de 1958 — se podem avaliar, constam deste trabalho, que considero incompleto, pois carece de futuras correcções, especialmente daquelas que resultem do prosseguimento das prospecções que estão apenas numa fase inicial.

Estou certo de que todos os sesimbrenses compreensivos sentem como uma iniciativa desta natureza, que — ao contrário do que é habitual entre nós — nasceu na própria região, pode exprimir o elevado expoente intelectual da sua *élite*. Tal iniciativa pertenceu principalmente ao Ex.^{mo} Sr. Eng. J. Braz Roquete, Presidente da Câmara

Municipal e membro da «Liga», e a sua concretização, ao Ex.^{mo} Sr. Professor MENDES CORRÊA, que deu forma e, por intermédio da instituição científica a que preside, realização a mais uma série de investigações cujos frutos transcendem o simples quadro da arqueologia de uma região.

*

* *

Os resultados objectivos a que me referi conduzem-nos a um conceito principal que, desde já, acentuarei: ao contrário do que se julgaria anteriormente a 1956, a região de Sesimbra é de grande interesse arqueológico para o estudo das várias culturas que floresceram em Portugal, nos últimos tempos pré-históricos e na proto-história, pois vemos hoje expressivos indícios de que em tais épocas nela se fixaram vários povos. Mas, há dois anos, poderíamos, de facto, pensar de maneira diferente, porque os únicos dados arqueológicos concretos que possuíamos sobre o passado da região, nos tempos ante-históricos, diziam respeito a épocas muito recuadas. Esses dados eram os materiais paleolíticos recolhidos por CARLOS RIBEIRO em estações mais tarde estudadas profundamente por H. BREUIL e G. ZBYSZEWSKI. As indústrias reveladas em tais estações e noutras, descobertas pelos dois referidos arqueólogos franceses — indústrias do abbevillense; acheulense; levalloisense; musteriense; languedocense, etc., algumas acusando o tipo lusitano — transportavam-nos aos mais antigos tempos da velha idade da pedra.

Quanto aos concheiros de Albufeira, de CARLOS RIBEIRO, sobre cujas indicações arqueológicas ainda hoje há dúvidas, mesmo que se confirmasse a cronologia que lhes tem sido atribuída, dariam, desde o longínquo paleolítico até aos tempos históricos, um momento de presença humana, isolado, talvez, nos alvares do neolítico.

Mas, determinadas circunstâncias levavam a admitir que as épocas mais recentes da pré-história não teriam sido no sudoeste da Península de Setúbal um longo período de solidão. Como indicações em tal sentido, tínhamos, em primeiro lugar, o aparecimento, em vários locais, de alguns instrumentos de pedra polida; de raros sílices de tipologia menos arcaica (CARLOS RIBEIRO); de três machados de bronze encontrados próximo de Alfarim, citados por LEITE DE VASCONCELLOS e H. N. SAVORY, e ainda umas vagas referências a hipotéticas antas — Sampaio e Azoia — segundo RASTEIRO. Porém, nenhum dos referidos

achados provinha de uma estação definida que tivesse sido devidamente estudada.

Por outro lado, as condições geo-económicas da região não seriam nesses tempos de tal modo diferentes das de hoje, que pudéssemos admitir ter-se aí criado um deserto, especialmente no pleno-eneolítico, quando, tão próximo, nas vizinhanças dos estuários de dois grandes rios — o Tejo e o Sado —, se desenvolveram brilhantes e afamados focos de cultura. Pelo contrário, tudo leva a crer que constituiriam já incentivo para a fixação de populações, não apenas de colectores de alimentos, que, nesta região, além de caça suficiente e pesca abundante, encontrariam facilidades para uma vida agrícola e de pastorícia. Um clima com características especiais e favoráveis, simultaneamente, proporcionaria as possibilidades referidas e convidaria a uma vida sedentária, especialmente na zona meridional, onde se registam as maiores altitudes e onde abundam principalmente os terrenos do jurássico e cretássico, oferecendo menos atractivos para tal as zonas baixas e arenosas do plioceno que se estendem para o norte.

Com o decorrer dos tempos, além das riquezas básicas que citei, outras viriam a ser apreciadas: os metais. Ora, precisamente alguns daqueles que tornaram a Península Ibérica tão procurada na antiguidade por estrangeiros, o ouro, o cobre, estanho e o ferro, estão representados na região de Sesimbra. Não quero dizer que este minúsculo compartimento da Península, que avança pelo Atlântico como uma das últimas terras do mundo antigo, fosse uma miniatura do El-Dourado ibérico, onde povos navegadores do Mediterrâneo oriental, mais tarde romanos e cartagineses, obtiveram quantidades fabulosas de ouro, estanho e outros metais. Mas é de admitir que o ouro, que abunda nas areias ao norte do cabo da Malha, na fonte da Telha — Adiça — cuja exploração, nos tempos históricos, ficou célebre, ou ainda na Fonte da Califórnia, já seria aí procurado intensivamente nos últimos tempos pré-históricos e na proto-história, e, para servir algumas necessidades locais, se tivesse lançado mão de alguns minérios dos restantes metais referidos, que também não faltam na região — entre a Lagoa e o Cabo Espichel, Azoia, Caneiro, Cabo da Malha, etc.

Todas estas faculdades teriam dado vida mais intensa à zona onde, em resultado de condições geográficas privilegiadas, convergiam os seus efeitos, especialmente nos tempos proto-históricos, quando se intensificava o contacto, por via marítima, com os povos navegadores e comerciantes do Mediterrâneo; e cada vez mais, a partir de então. A zona que continha essas condições era, como ainda hoje, aquela onde se

encontram Sesimbra, Santana e o Castelo, porque é aí que, através do único vale que quebra a inacessibilidade da abrupta costa, se estabelece fácil contacto entre a Terra e o Mar. Sesimbra, com a sua piscosa e abrigada enseada, e Santana são as portas desse corredor natural de ligação. O monte do Castelo, sobranceiro, seria por séculos e séculos admirável posição para defesa do conjunto.

De facto, não foi nessa zona privilegiada que eu colhi os melhores elementos comprovativos do estabelecimento, na região, de povos das últimas épocas pré-históricas. Alguns achados, feitos principalmente nos arredores de Santana, falam-nos mais de populações proto-históricas, de cuja presença não havia, antes de 1956, quaisquer sintomas arqueológicos evidentes. Os documentos de que hoje dispomos a seu respeito, serão ainda pouquíssimo, mas, cientificamente, são mais significativos do que aqueles que possuíamos há dois anos. Dizia-se que os cempses (celtas, segundo SCHULTEN e BOSCH) foram os habitantes proto-históricos de Sesimbra, cujas tribos é bem lógico que tivessem chegado até ao Cempsicum Jugum — o promontório «Barbarion» dos romanos — ; que a povoação havia sido fundada por bérrios, sárrios (pré-celtas, segundo opiniões de pouca confiança) ou pelos galo-celtas. Continuamos ignorando os nomes dos povos que então colhiam, nos campos da região sesimbrense e no seu mar, as riquezas indispensáveis à sua sobrevivência. Mas — e o que é muito mais — vemos já os seus autênticos restos ósseos, as suas sepulturas e os seus artefactos.

*

* * *

As estações recentemente encontradas (Ver II a V da Estampa), que me deram elementos para este estudo, são:

Necrópole do Casalão — situada nos montes do Casalão. Até hoje, pude estudar 5 sepulcros cujas características adiante descreverei. Foi encontrada quando, em Março de 1956, se efectuava a ampliação de um depósito de águas próximo de Santana.

Lapa do Fumo — Gruta que se abre nos calcários do Jurássico da costa entre Sesimbra e o Cabo Espichel, a cerca de 190 m de altitude. Mede aproximadamente 70 m de comprimento. Revelou-se estação arqueológica de grande interesse, quando, em Agosto de 1956, a visitei pela primeira vez.

Lapa do Bugio — É outra gruta, esta muito pequena, situada muito próximo de Azóia, também na parte alta da costa. Foi encontrada, em

Outubro de 1957, pelo Ex.^{mo} Sr. Rafael Alves Monteiro. O seu achado e futuro estudo estão fora do quadro das investigações do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, mas não poderei deixar de a referir neste trabalho porque o seu achador e colaboradores — Ex.^{mos} Srs. Dr. Manuel Cabrita Ribeiro da Cruz e Duarte Ramos Mafra — me convidaram a orientar uma primeira sondagem, missão a que me pres- tei na qualidade de colaborador da referida instituição.

Necrópole do Calhariz — Situa-se a cerca de 1 km a NE do palá- cio do Calhariz e foi encontrada, em princípios de Janeiro de 1958, quando um tractor lavrava os terrenos do local. O Ex.^{mo} Sr. Marquês de Monfalim, que se mostrou muito interessado pelo achado, feito na sua propriedade, manifestou concordância com uma exploração metó- dica do local, a efectuar oportunamente.

*
* *
*

Descreverei agora, sucintamente, os conjuntos arqueológicos que definem as diversas culturas reveladas durante as sondagens e escava- ções efectuadas nas estações referidas. Antes, porém, acentuarei que tais conjuntos não são grupos de materiais constituídos por peças em condições de jazida diversas que eu tivesse reunido arbitrariamente porque manifestavam afinidades tipológicas entre si. Em cada conjunto, nota-se, de facto, que há semelhanças tipológicas predominantes entre os materiais que os formam, mas ainda (e só assim teria significado a sua individualização) distingue-se de qualquer outro conjunto, em consequência da sua posição stratigráfica ou suficiente afastamento (as sondagens e escavações obedeceram às regras técnicas indispensáveis). Só em casos excepcionais que referirei, a pureza dos conjuntos se mos- trou mais duvidosa.

Quanto à cronologia exacta de cada cultura assinalada, dado que falaria mais eloquentemente sobre os vazios que já é possível preencher, convém manter certas reservas, aliás aconselháveis sempre que se trate de tal problema. Isto, porque é excepcional que o arqueólogo enfrente casos clássicos — uma cultura puríssima, colocada na região da sua origem onde, com mais probabilidades, evoluiu normalmente e tem cro- nologia já estabelecida. Mais frequente é depararem-se-nos culturas adulteradas por influências de outras, cujos elementos que as definam provêm de regiões por onde se expandiram e onde chegaram, em épocas

diferentes, a cada uma dessas regiões. Destes fenómenos resultam desfigurações tipológicas, misturas e aparentes anacronismos estratigráficos.

Acresce que a perduração de alguns elementos de determinada cultura, quando não de quase todos, pode ter sido enorme, especialmente nas regiões onde, como neste extremo ocidental do mundo antigo, as ondas culturais das novas civilizações distantes chegavam atrasadas e esbatidas, nem sempre já com força bastante para apagarem totalmente arcaísmos enraizados. Outras vezes, essas culturas, vindas de longe e uma vez isoladas das regiões de origem, evolucionaram noutro sentido, ou mesmo não evolucionaram.

Portanto, sobre a cronologia das culturas de que vou tratar, eu poderei admitir que se instalaram na região em épocas tardias e que algumas teriam aqui perdurado bastante, fenómenos que perturbarão, certamente, como acontece noutras regiões, as respectivas cronologias clássicas. Observarei, no entanto, que a representação de várias, segundo uma sequência evolutiva lógica, conduz evidentemente à hipótese de ocupações da região em várias épocas; e só excepcionalmente a perduração excessiva de uma ou outra terá dado origem a um encontro ou coexistência, por longo período, com a imediatamente mais evoluída. De resto, a estratigrafia permitiu que, em bastantes casos, se observassem cronologias relativas de acordo com o grau de evolução das culturas distinguíveis e esta circunstância vem reforçar a noção de um escalonamento por épocas e não de uma acumulação de elementos culturais diversos, aqui chegados tardia e quase simultaneamente.

I — *Cultura atribuível aos primeiros tempos do neo-eneolítico peninsular (Fig. 1)*

Na Lapa do Fumo, numa espécie de nicho natural, formado por estalactites e estalagmites, a 65 m da entrada, encontrei, sob uma capa estalagmítica, um conjunto arqueológico, constituído por ossos e dentes humanos, cerâmica não decorada, alguns trapézios de sílex, instrumentos de pedra polida de secção transversal circular (apenas uma enxó é de secção transversal sub-rectangular) e cabos de instrumentos, de osso.

A tipologia destes materiais é bastante arcaica, podendo sugerir comparação, por exemplo, com os da estação da Quinta das Lages (Ota), que o Ex.^{mo} Sr. Professor MENDES CORRÊA considerou neolíticos. A ausência de cerâmica decorada, de armas e utensílios de sílex evoluídos e de quaisquer objectos de cultô ou magia tão frequentes em

conjuntos de épocas posteriores, reforça a ideia do arcaísmo do referido conjunto da Lapa do Fumo. Apenas a enxó de secção transversal sub-rectangular é uma nota discordante.

PERICOT considera de duvidosa cronologia neolítica antiga a estação da Quinta das Lages, entre outras, e é possível que este conjunto da Lapa do Fumo seja ainda menos antigo. Poderei tomá-lo como restos de uma cultura anterior ao pleno-eneolítico, talvez de uma época que caberia nos últimos tempos do neolítico da escola clássica ou seja nos primórdios do neo-eneolítico de ALBERTO DEL CASTILLO, entendendo-se por neo-eneolítico, segundo o referido professor espanhol, uma época que iria de 3000 a 2500 A. C.

II — *Cultura análoga à das Antas Alentejanas (Fig. 2)*

A Lapa do Fumo foi necrópole de povos de várias culturas. Assim e especialmente nas proximidades da entrada, junto a um muro arruinado, cujo significado se relaciona certamente com a utilização funerária que foi dada à gruta em diversas épocas, encontrei em camadas profundas — 45 a 50 cm —, conjuntos que têm analogias com os da chamada cultura das antas alentejanas, cuja expansão, no que respeita a alguns dos seus elementos, teria, portanto, chegado até esta região litoral.

A evolução de tal cultura, segundo LEISNER, decorreu no terceiro e segundo milénios A. C., parecendo-lhe verosímil que, nas regiões mais afastadas das novas correntes, se tivesse conservado até ao fim do segundo milénio A. C., portanto quase até ao início da idade do ferro. Não posso ainda avaliar até que ponto essa cultura teria perdurado nesta região, mas, tanto na Lapa do Fumo como na Lapa do Bugio, onde há conjuntos semelhantes, não vi que os materiais se misturassem com outros cuja tipologia nos sugerisse épocas muito avançadas.

Os conjuntos em causa são constituídos por cerâmica grosseira e não ornamentada, grandes lâminas e trapézios de sílex, instrumentos de pedra polida de secção transversal circular ou oval, e as características placas-ídolos de ardósia trapezoidais e mesmo de contorno recortado, com uma ou duas perfurações, cujo significado se tem prestado a tantas interpretações e comparações; semelhantes aos «blocs-figures égyptiens» ou «aux idoles d'argile du premier cyprite», segundo CHILDE; estilizações de uma divindade feminina do eneolítico, talvez de rosto tatuado que, sob aspectos variados, apareceria também representada em França, na Itália, na Dinamarca, em Creta, Issarlik, etc. —

MENDES CORRÊA; representação do próprio indivíduo sepultado, conforme o *Ka* da religião egípcia; efígie de uma deidade composta por vários símbolos de civilizações do Mediterrâneo oriental e das culturas dos primeiros agricultores ocidentais — LEISNER e outros autores.

Como manifestação de influências estranhas, em meios em que predominam artefactos congêneres com formas tão originais — os referidos ídolos-placas de ardósia —, fazem parte destes conjuntos dois ídolos de osso, um do tipo clássico almeriense (Bugio), tipo que, segundo LEISNER, melhor se inclui no quadro geral dos ídolos orientais; outro, com a cabeça e ombros arredondados (Fumo), este, pela sua forma muito especial, recordando bastante alguns pequenos ídolos do círculo cultural de Tróia e do Egeu.

Os esqueletos correspondentes ao referido espólio aparecem em abundância junto às paredes das grutas (Fumo e Bugio) carecendo de um estudo antropológico a fazer oportunamente pelo Ex.^{mo} Sr. Prof. MENDES CORRÊA, que, obsequiosamente, acedeu a um pedido meu nesse sentido.

III — *Cultura cuja cerâmica é semelhante à da camada ante-campaniforme de Olelas (Fig. 3)*

Também na Lapa do Fumo, numa cavidade junto à parede NE, a 45 m da entrada, encontrei alguns restos ósseos e dentes humanos e parte de dois vasos com asas de apêndice perfuradas e decoração incisa a que chamarei «folhas de acácia». O seu aspecto, em forma de saco, recorda alguns exemplares de Trez Cabezas da 2.^a fase neolítica de SIRET, alguns dos quais, como estes da Lapa do Fumo, têm asas perfuradas um tanto semelhantes. CHILDE, por sua vez, vê analogias entre estas formas almerienses e as das cerâmicas de Fayoum e Merinde.

Certos indícios levam-me a crer que esta cerâmica é peculiar a uma cultura diferente daquela que referi anteriormente e mais antiga do que a ibero-sahariana do Bronze Mediterrâneo I, porque:

1.^o — Não tenho conhecimento de que alguma vez aparecesse em conjuntos atribuíveis à cultura das «antas alentejanas» e aqui, na Lapa do Fumo, também não se confunde com quaisquer dos seus elementos;

2.^o — Em trabalhos levados a efeito em Olelas, de colaboração com o arqueólogo Ex.^{mo} Sr. Eduardo Prescott Vicente, verificámos que exemplares idênticos apareceram numa camada B, situada em nível inferior àquela — A — que nos ofereceu o estilo campaniforme.

Por sua vez, este último estilo estava absolutamente ausente na camada B.

Na Lapa do Fumo, apenas se acentua que não é elemento de qualquer das outras culturas referidas neste estudo, pois em mais parte alguma a encontrei. O seu relacionamento com quaisquer outros utensílios ou armas que dessem elementos cronológicos a favor de certo arcaísmo, como aconteceu em Olelas, não se verificou na Lapa do Fumo, pois os dois vasos em causa apareceram num só local, desacompanhados de quaisquer artefactos.

Em qualquer caso, é evidente que se trata de uma cerâmica com características de certa originalidade, parecendo-me provável que seja em Portugal um elemento da cultura hispano-mauritana, cronologicamente anterior à ibero-sahariana do Bronze Mediterrâneo I.

IV — *Cultura ibero-sahariana, do Bronze Mediterrâneo I (Fig. 4)*

Nas Lapas do Fumo e do Bugio, apareceram conjuntos de uma cultura eneolítica no seu máximo apogeu com elementos novos e mais evoluídos, entre os quais figura a cerâmica do tipo campaniforme. Na Lapa do Fumo, encontrei mesmo exemplares do vaso campaniforme e da taça de Palmela. No Bugio, o vaso campaniforme apareceu associado a artefactos de sílex de trabalho perfeito, especialmente representados por pontas de seta de base côncava, cilindros de calcário com ornamentações, utensílios de pedra de secção transversal sub-retangular, alfinetes de osso, contas de colar de diversos materiais (incluindo a calaite), etc. Também nesta gruta, apareceu mais uma pequena escultura zoomórfica de osso, representando dois coelhos. Estas peças são frequentes nas estações do litoral português, especialmente em grutas. Os dois coelhos, como num exemplar de Cascais, estão unidos por um único par de pernas traseiras, mas a peça de Sesimbra tem a original particularidade de possuir três argolas para suspensão, na extremidade dos dois pares de pernas dianteiras e do único par de pernas traseiras.

Tanto no Bugio como na Lapa do Fumo, como acontece em tantas outras estações portuguesas, nota-se, por vezes, uma certa interpenetração entre esta cultura do pleno Bronze Mediterrâneo I e aquela a que chamei das «Antas Alentejanas», pois há elementos de uma e de outra e até elementos estranhos a ambas, cuja posição estratigráfica não permite absoluta distinção. Este aspecto poderá muito bem ser o sintoma arqueológico das influências exercidas sobre uma cultura

autóctone, de certa rudeza e originalidade, por outras mais evoluídas e com elementos diferentes (ídolo almeriense e cerâmica campaniforme), oriundas das regiões peninsulares, cujas populações, por via marítima, teriam feito até estas longínquas paragens as suas incursões, em busca de metais ou para as suas necessidades próprias ou para satisfazer as encomendas de outros povos do Mediterrâneo em estádios culturais mais adiantados.

V — *Bronze argárico* (Fig. 5)

No decurso de uma sondagem que fiz quase à entrada da Lapa do Fumo e nas camadas menos profundas, por vezes até à superfície, encontrei bastantes fragmentos de vasos com características peculiares à cerâmica argárica. A sua pasta é negra ou castanha-escura, de boa qualidade, e as paredes dos vasos são delgadas; notam-se que foram polidas nas superfícies exteriores e interiores. Abundam as escudelas e há fragmentos cujos perfis lembram os copos e as tulpas tão características da cerâmica argárica.

Alguns raros artefactos de sílex e pedra polida de tipologia eneolítica que aparecem nas mesmas camadas, podem ser contemporâneos de tal cerâmica, pois, como é sabido, a perduração de alguns elementos da cultura eneolítica na Península vai até bastante longe. Mas também podem provir das camadas inferiores remexidas.

É admissível que esta cerâmica, tão abundantemente representada na Lapa do Fumo, resulte de depósitos funerários de povos da cultura do bronze argárico, mas, para que o pudesse afirmar, careceria de elementos mais concretos, principalmente de restos das típicas grandes urnas-sarcófagos ou de dados que ainda não consegui sobre o relacionamento com a referida cerâmica, dos ossos humanos muito fragmentados que abundam em todas as camadas.

VI — *Idade do Ferro*

Considerarei como sintomas da presença nesta região de povos da idade do ferro, a necrópole do Casalão e talvez ainda alguns achados feitos na Lapa do Fumo — estação extraordinária pela variedade de culturas que os materiais que contém acusam.

Necrópole do Casalão — Os materiais arqueológicos fornecidos por esta necrópole são cinco sepulcros de planta rectangular, constituídos por grandes lajes de calcário — não se tendo notado a existência de

«tumulus» — , onde se fizeram inumações e quatro objectos mais expressivos: de bronze e cobre, uma pequena argola, um fuzilhão de fíbula e uma pinça; de ferro, a lâmina de uma faca (Fig. 6).

Observei que existia um só corpo em cada sepulcro na posição de decúbito dorsal, com excepção do primeiro sepulcro encontrado, onde havia, além de um esqueleto, uma calote craniana de outro cadáver. As cabeças dos cadáveres estavam viradas para o poente.

As quatro peças a que me referi, no seu conjunto podem fornecer-nos alguns dados sobre cronologia, embora qualquer delas seja de tipos usados durante longos períodos. O fuzilhão da fíbula apenas define que a fíbula a que pertenceu era de pequenas dimensões, mas não o seu tipo, o que seria elemento importante, embora, como é sabido, muitas fíbulas peninsulares do tipo hallstático sejam de épocas muito posteriores.

As argolas de bronze que, conforme os diâmetros, foram braceletes ou anéis, aparecem frequentemente nos sepulcros da idade do bronze arçário e a sua perduração em Portugal pode verificar-se em Bensafrim. A argola do Casalão deve ter sido um anel e é semelhante a outra de Bensafrim, onde apareceram várias de diversos diâmetros.

Considero utensílio de *toilette* para depilar, a pinça que referi. Tais utensílios aparecem já nas sepulturas do bronze final e também nas épocas de Hallstatt e La Tène, não sendo, portanto, de estranhar a sua presença numa necrópole onde havia um utensílio de ferro. Em Portugal, apareceram, por exemplo, na necrópole céltico-romana da Herdade da Chaminé.

O utensílio de ferro, o único deste metal encontrado no Casalão, é uma lâmina de faca cuja forma muito se assemelha às encontradas, por exemplo, em Numância, Aguilar de Anguita e Avesac-Prat (Altos Pirenéus). O seu aparecimento dentro de um sepulcro, no mesmo nível onde estava o esqueleto, não é também de estranhar, pois as facas de ferro são muito frequentes nas sepulturas da segunda idade do ferro e mesmo nas da época de Hallstatt.

Os materiais descritos poderiam, quanto a mim, fazer parte do mobiliário de uma necrópole da idade do ferro e não me parece que, considerados em conjunto, sugiram qualquer outra época posterior, por exemplo, romana ou visigótica. Para que assim pensássemos, falta-nos qualquer peça característica de tais épocas: lucernas e moedas romanas ou as típicas fivelas de cinturão, fíbulas e outros utensílios e armas visigóticas.

Vejamos agora se o tipo dos sepulcros e o rito funerário destoam.

De facto, o rito predominante, observado nas necrópoles da Península Ibérica na idade do ferro, é o da incineração que, no entanto, de forma alguma é o normal nas épocas de Hallstatt e La Tène, nos territórios além-Pirenéus. Quanto aos sepulcros, são só por si incaracterísticos de uma época. Mas sepulcros semelhantes — constituição e dimensões — e o mesmo rito funerário — inumação — vemos em Portugal na necrópole de Bensafrim, considerada hoje da segunda idade do ferro post-hallstética, conforme algumas opiniões, e atribuída por BOSH-GIMPERA aos cinetes, povo cuja origem não seria nem céltica nem ibérica, mas autóctone e com características de grande originalidade. O mesmo tipo de sepulcros e de rito funerário observa-se na estação de Monte do Cágado, recentemente estudada e considerada pelo arqueólogo VEIGA FERREIRA necrópole da cultura ibérica. Porém, se entre Santana e Bensafrim há, além destas analogias importantes, algumas semelhanças quanto aos materiais, também há diferenças notáveis, como seja a ausência, na primeira, de inscrições nas lajes dos sepulcros e das contas de vidro tão abundantes na necrópole algarvia. Por isso não utilizarei as referidas analogias para mais que não seja não estranharmos os sepulcros e o rito na idade do ferro e em Portugal.

Quaisquer outros sepulcros que venham a aparecer podem fornecer-nos elementos que nos levem a hipóteses diferentes daquela que formulo presentemente. Porém, com os indícios de que disponho, parece-me bastante provável que a necrópole do Casalão fosse de populações da idade do ferro que, como em Bensafrim, usavam o rito funerário da inumação, não podendo avaliar ainda até que ponto os seus artefactos e usos possam ter perdurado numa região que estava nos confins do mundo desses tempos.

Da *necrópole do Calhariz* conhecem-se quatro sepulcros de planta rectangular, constituídos por lajes de calcário e orientados sensivelmente na direcção SW-NE.

Cito-a nesta altura, apenas em consequência da semelhança entre estes sepulcros e os do Casalão, embora não tenha ainda elementos que me permitam considerá-la da idade do ferro. Só em 15-2-1958 pude visitar o local e apenas vi os sepulcros praticamente destruídos, alguns restos de cerâmica e ossos humanos, espólio salvo pelo Ex.^{mo} Sr. Manuel da Silva Cachão, vice-presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, que, segundo me descreveu, viu ainda um esqueleto no seu sepulcro tendo ao lado, entre o braço direito e o tronco, uma taça fabricada com roda de oleiro e revestida exterior e interiormente de um engobe cinzento escuro (Fig. 8).

Com muito mais probabilidades tratar-se-á de um cemitério luso-romano, hipótese para a qual me inclino, uma vez que o campo onde se situa está juncado de cerâmica muito fragmentada de tipos que sugerem tal época. Se, no decurso das escavações que tenciono efectuar, oportunamente, se confirmar esta suspeita, terá surgido na região mais uma novidade arqueológica, pois da época romana apenas conta com pouco significativos achados dispersos e raros restos de monumentos mal estudados.

Lapa do Fumo — Próximo da entrada e em camadas pouco profundas, por vezes de mistura com a cerâmica de tipo argárico, recolhi exemplares de uma cerâmica muito curiosa e rara nas estações portuguesas que identifica pelo menos dez vasos. A sua pasta é cinzenta escura compacta e bem cozida. As paredes exteriores dos vasos (por vezes as interiores também) foram revestidas com um engobe negro e sobre este foi aplicada uma aguada cinzenta, parda ou ocre. Com um utensílio de extremidade romba (brunidor) fizeram-se traços que retiraram de onde se queria a tinta superficial, ficando à mostra o engobe negro. As ornamentações assim obtidas são geométricas, lembrando algumas, motivos vegetais, folhas largas com nervuras, por exemplo. Alguns dos vasos mostram perfis carenados, destacando-se uma escudela cujas linhas são de grande elegância, sugerindo, principalmente quanto à decoração, os estilos do Minóico primitivo (Fig. 7).

O exemplar mais colorido (amarelo, pardo e negro) pode lembrar, por sua vez, a cerâmica da idade do ferro de Teruel (Barranco de San Cristóbal de Mazaleon) na qual Martins Almagro quer ver influência das cerâmicas do Hallstatt médio e final do Reno e da França que aparece já na cultura de Günlingen e renasce em certos estilos de La Tène.

A presença desta cerâmica na Lapa do Fumo é, por enquanto, de difícil explicação, mas pode ser que tivesse contido incinerações de que aliás não encontrei vestígios. Todos os vasos estavam bastante fragmentados, o que denota remeximentos das camadas menos profundas, que teriam dispersado os seus prováveis conteúdos. Mas seriam vasos de fabrico demasiadamente esmerado para admitirmos que tivessem sido levados para a gruta por qualquer motivo fortuito. Não menos difícil é atribuir-se-lhe uma cronologia segura. Dado que é característica da cerâmica da idade do bronze a ausência de decoração, e atendendo a certas semelhanças, que referi, com cerâmicas da idade do ferro, até prova em contrário, inclinar-me-ei no sentido de que pertenceria a povos dessa idade (ferro).

*

* *

Uma vez demonstrado, pela descrição sumária dos diversos conjuntos arqueológicos, que as investigações efectuadas pelo «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular» preencheram alguns vazios da pré-história recente e da proto-história da região de Sesimbra, resta-me citar os principais achados e identificações, resultantes da mesma iniciativa, relativos aos tempos históricos, quase exclusivamente à idade média.

O *Castelo de Sesimbra* e a *Lapa do Fumo* forneceram quase todos os documentos dessa idade, uns atribuíveis à época da ocupação muçulmana, outros aos primeiros tempos da monarquia portuguesa.

Ocupação muçulmana — A cerâmica arábica proveniente do Castelo é, até hoje, o único espólio que, com segurança, nos transporta nesse local aos tempos da Sesimbra muçulmana, sendo especialmente de estranhar que nunca tivesse aparecido uma única moeda árabe nas várias sondagens que aí efectuei. Porém, na Lapa do Fumo encontrei 80 quirates que, depois de gentilmente estudados pelo Ex.^{mo} Sr. Prof. Joaquim Figanier, forneceram valiosas indicações que constam de uma comunicação que o ilustre arabista fez, em 21-6-1957, à Academia Portuguesa da História. As moedas mais curiosas são 10 quirates de Ibn Uazir que foi senhor de Beja, Évora e Silves, cunhadas nesta última cidade, facto que revelou a existência de uma segunda oficina monetária dos muçulmanos no território que havia de ser português, porque a única até há pouco conhecida era a oficina de Mértola.

Época medieval portuguesa — É extraordinária a quantidade de antiguidades fornecidas pelo Castelo que se podem atribuir a esta época: sepulcros, cerâmica, moedas, armas e muitos outros restos dos mais variados utensílios, peças de jogos, objectos de adorno, etc. O seu estudo minucioso levar-nos-ia a um trabalho de grande fôlego, para o que seria até necessário, em muitos aspectos, a intervenção de especialistas. É este o caso das moedas medievais portuguesas, por exemplo, que têm aparecido às centenas e estão sendo gentilmente estudadas pelo arqueólogo e numismata Ex.^{mo} Sr. Dr. Ricardo Belo.

A identificação e estudo da cerâmica, representada por grande quantidade de exemplares e variedade de tipos, é uma tarefa difícil em resultado da deficiência de elementos de consulta e de comparação de que disponho. Na realidade, a cerâmica medieval portuguesa tem sido



I — Castelo de Sesimbra; II — Necrópole de Casalão; III — Lapa do Fumo; IV — Lapa do Bugio; V — Necrópole de Calhariz.

1 — Materiais de uma cultura atribuível ao neo-eneolítico; 2 — Cultura das antas alentejanas; 3 — Cerâmica de uma cultura ante-campaniforme. 4 — Cultura ibero-sahariana do Bronze Mediterrâneo I; 5 — Cerâmica de bronze argárico; 6 e 7 — Ferro; 8 — Sepulcro e cerâmica da Necrópole de Calhariz.

relegada para um plano secundário, em resultado do maior interesse que sempre despertaram as cerâmicas de épocas anteriores, mas afigura-se-me merecedora de grande atenção e estou certo de que os exemplares do Castelo de Sesimbra muito contribuirão para esclarecimento das lacunas existentes neste capítulo da arqueologia nacional.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1958.

RÉSUMÉ

Pendant l'été de 1955, en qualité de collaborateur du «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular», dont le président est le Prof. MENDES CORRÊA, j'ai initié dans la région de Sesimbra, une série de recherches archéologiques, sur invitation de la Municipalité et de la «Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra».

Jusqu'à cette date, on connaissait dans cette région quelques gisements paléolithiques, étudiés, à la fin du siècle dernier, par le géologue CARLOS RIBEIRO et récemment par les Profs. H. BREUIL et G. ZBYSZEWSKI et, sur les bords de «Lagoa de Albufeira», des «Kiökkenmööddinger» que CARLOS RIBEIRO avait considérés comme néolithiques. Les vestiges de cultures plus modernes préhistoriques ou proto-historiques semblaient manquer ce qui n'était pas naturel dans une région comme celle-ci, située à proximité des embouchures du Tage et du Sado où, entre autres, deux importants foyers de l'Énéolithique péninsulaire, influencés par la culture du vase caliciforme, étaient connus depuis très longtemps.

Après les investigations que j'ai faites, il m'a été possible d'identifier quelques stations: nécropoles de Casalão — Santana — et de Calhariz; Grottes de Fumo et de Bugio — cette dernière, découverte par RAFAEL MONTEIRO —. Ceci montre que la région a été habitée par des peuples possédant les cultures des derniers temps préhistoriques et des temps proto-historiques, marquées par des ensembles archéologiques bien définis par leur typologie et leurs conditions de gisement.

On peut attribuer les ensembles les plus primitifs au *Neo-énéolithique* — Grotte de Fumo —, mais il y en a d'autres plus évolués, dont les matériaux, comprenant de très nombreuses plaques-idoles de schiste, sont semblables à ceux de la *culture dolménique d'Alentejo* — Fumo et Bugio —.

Dans un coin de la Grotte de Fumo, j'ai trouvé deux vases ayant la forme de sac et portant une décoration incisée, semblables à ceux qui, à Oíelas, se trouvent seulement dans les couches inférieures à celles de la culture caliciforme. Mais, en d'autres points de cette Grotte et à Bugio, j'ai aussi trouvé le vase caliciforme et la tasse du type «Palmela» associés à des ensembles très évolués qui accusent la *culture ibero-saharienne du Bronze Méditerranéen I*, et dans les couches superficielles de la Grotte de Fumo, des morceaux de poterie du *bronze argarique* et peut être aussi de *l'âge du fer*.

La nécropole de Casalão (Santana) constituée par des sépultures en pierre, contient des matériaux attribuables à *l'âge du fer*; et celle de Calhariz (pas encore explorée) est, peut-être, un *cimetière luso-romain*.

La plus remarquable trouvaille appartenant aux temps historiques est celle de

80 monnaies arabes que j'ai recueillies dans la Grotte de Fumo. L'étude effectuée par le Prof. JOAQUIM FIGANIER a révélé, grâce à plusieurs d'entre elles l'existence d'une fabrique de monnaies à Silves (Algarve) pendant la domination musulmane — époque de Ibn-Uazir.

Les poteries du Moyen Âge, arabe et portugaise, trouvées dans le chateau de Sesimbra, forment une remarquable collection, tant par la quantité comme par la variété des exemplaires.

SUMMARY

In the Summer of 1955 as a collaborator of the «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular» of which Professor MENDES CORRÊA is President, I was invited by the «Câmara Municipal» and «Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra» to carry out a serie of archaeological researches in that district.

Till then, palaeolithic sites examined by the geologist CARLOS RIBEIRO and lately by Professors H. BREUIL and G. ZBYSEWSKI were well known in that district and, on the banks of Albufeira Lagoon, some «Kjökkenmöddinger» with C. RIBEIRO considered of the Neolithic period. Concrete remains of the settlement of other peoples of posterior prehistoric and proto-historic cultures were lacking and it was not natural that the district should be uninhabited, chiefly during the period, when so near, in the mouth of Tagus and Sado two important phocus of full eneolithic period influenced by the culture of bell-beaker, flourished.

As a result of the investigations I made, I was able to identify necropolis — Cacalão and Calhariz — and Caves (Fumo Cave and Bugio Cave — the latter discovered by RAFAEL MONTEIRO) that show us that the district of Sesimbra was inhabited by people of varied cultures marked by archaeological groups which are easily distinguishable by their typology, stratigraphy, etc.

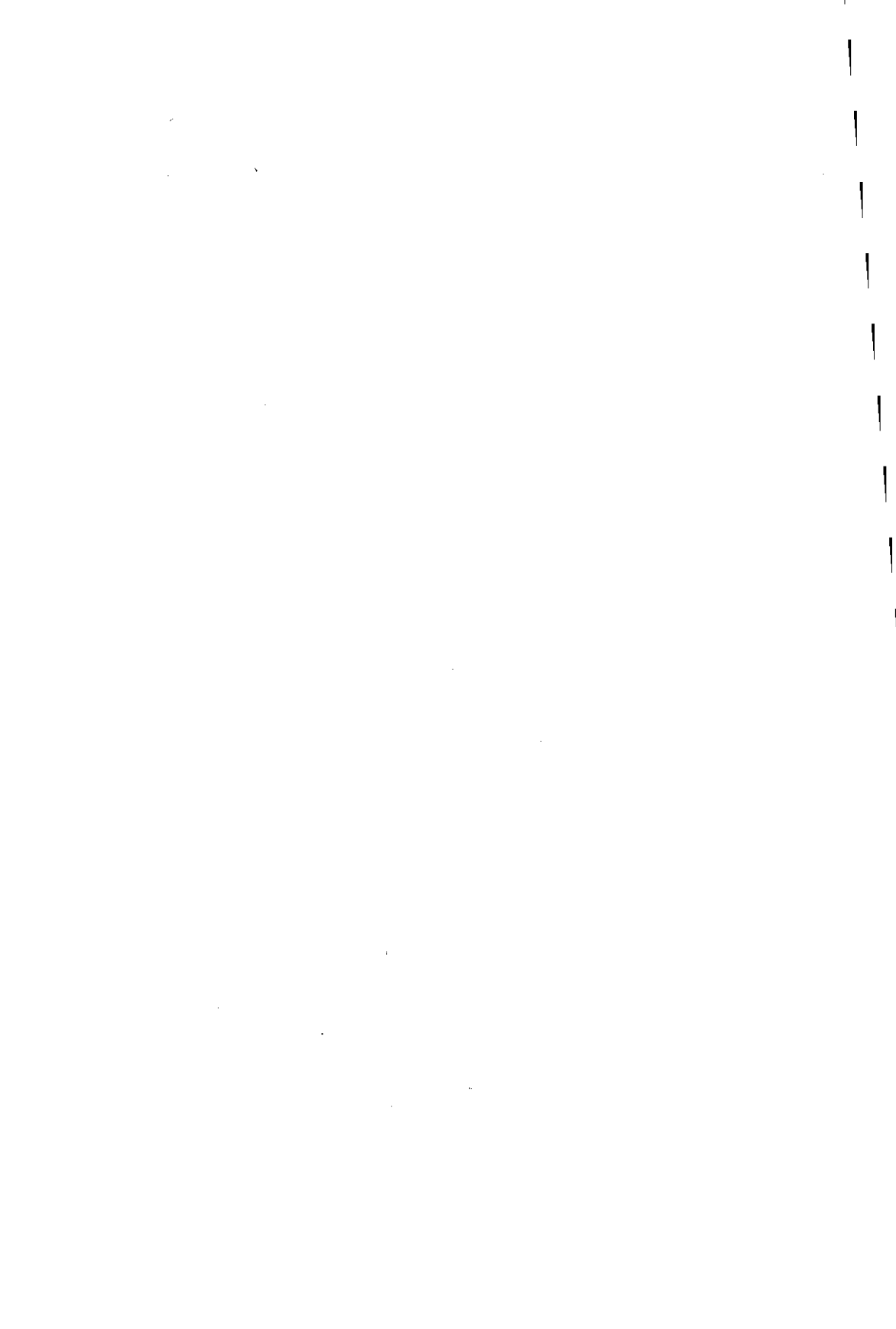
The earliest groups may be attributed to the neo-eneolithic — Fumo cave — but there are other groups more developed whose finds, among which abound slate idols, are similar to the culture of «Antas Alentejanas».

In a corner of the Fumo cave I found two sack-shaped vases with impressed decoration, like the ones that at Olelas, only appear in the lowest layers of bell-beaker culture. But in other places in the same cave and in Bugio cave there also appeared the bell-beaker and the Palmela bowl accompanied with more perfect artifacts of the «ibero-saharian» culture.

In the upper layers of Fumo cave there appeared bronze age (argaric) and iron age pottery. The necropolis of Casalão, — Santana, — formed by stone tombs had implements belonging to the iron-age and the one of Calhariz, not yet explored, seems to be a Luso-Roman cemetery.

From historic times I must point out a set of Arabian coins found in Fumo-cave which, after having been examined by the arabist expert Prof. JOAQUIM FIGANIER, showed the existance of a mint in Silves during the Moorish occupation — epoch of Ibn Uazir.

The Arabian and Portuguese medieval pottery found in the «Castle of Sesimbra» forms a famous collection on account of the quantity and variety of specimens.



Peuplement préhistorique des monts calcaires du sud du Mondégo

PAR

A. DE AMORIM GIRÃO

Qui parcourt aujourd'hui la zone stérile et accidentée qui s'étend du Mondégo vers le sud (Fig. 1), ne peut s'empêcher de ressentir une impression désagréable de pauvreté et d'abandon. La «malédiction du calcaire» pèse ici fortement sur le paysage physique et humain et le sol sec et ingrat, la roche dénudée qui affleure partout, font un tableau désolé où les maigres cultures s'insinuent difficilement dans les vallons et où la population se raréfie de façon bien notoire.

Et, cependant, si nous fouillons cette région d'un regard investigateur nous reconnâtrons facilement le témoignage éloquent d'une humanité disparue qui y laissa les traces bien visibles de son passage.

Ce qui, aujourd'hui, se présente comme une zone de répulsion humaine constitua un centre actif de population dans une époque lointaine où l'insécurité collective obligeait les hommes à choisir les endroits les plus élevés, de défense plus facile, comme lieu d'habitation.

Les ruines luso-romaines de Condeixa sont situées, comme tout le monde le sait, sur un centre humain préhistorique dont les grottes existantes sur les bords du Fleuve des Maures — *Rio dos Mouros* — et de son affluent sont les témoins; d'autres existent non loin de là, dans les touffes calcaires de *Eira Pedrinha* où une caverne de grandes dimensions fut l'objet d'une étude spéciale du Professeur MENDES CORRÊA.

Dans la *Serra do Circulo*, près du hameau de Casmilo, on peut encore observer, non seulement des vestiges de l'ancienne enceinte fortifiée mais aussi, à l'endroit dénommé «*As Buracas*», une authentique «colonie» de grottes naturelles ouvertes dans la roche, d'un côté et de l'autre du val profond qui, de Rabaçal va vers Soure (Fig. 2). C'est un spectacle impressionnant que celui offert par ces grottes; Et presque toutes doivent avoir servi, dans le passé, d'habitation à

l'homme comme l'attestent les murs abandonnés qui furent construits à l'entrée de quelques-unes d'entre elles.

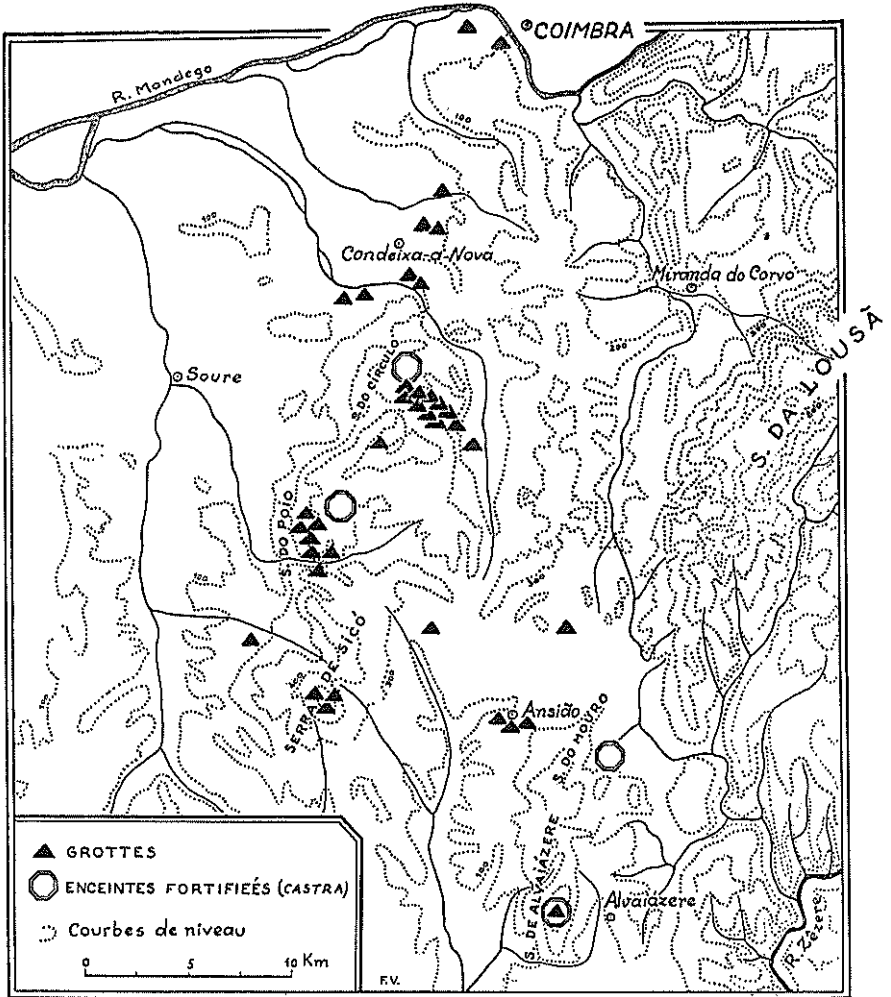


Fig. 1

La légende dit que la population s'y est réfugiée lors des invasions françaises comme l'homme préhistorique l'avait fait sans aucun doute pour profiter des facilités naturelles d'installation dans cet endroit de défense facile.

De l'ensemble de ces grottes il convient de détacher celles, nom-



Fig. 2



Fig. 3

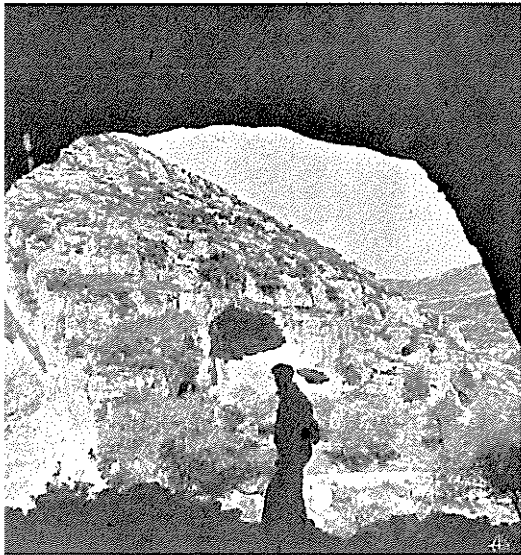


Fig. 4

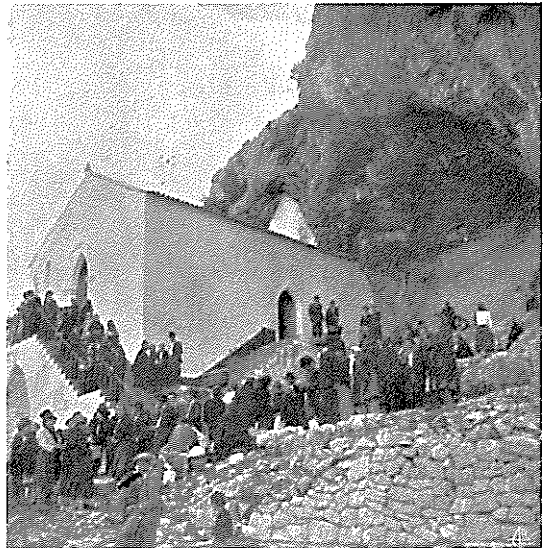


Fig. 5

breuses, qui s'ouvrent dans le flanc escarpé du val profond. On peut y distinguer trois étages d'habitations superposées (Fig. 3). La nécessité de conquérir de l'espace en hauteur rendue impérieuse par la civilisation moderne dans les gratte-ciels des grandes villes, a été également éprouvée par les peuples préhistoriques et pour des motifs de défense bien plus impérieux.

Auprès de cet endroit, au «Vale da Grota», de nouvelles grottes sont creusées dans la roche calcaire; ellès ont la même signification que celles dont nous venons de parler.

«A grota» qui donne son nom au site, est une grande caverne où nous ne pouvons entrer qu'en nous baissant, mais, intérieurement elle s'élargit, s'amplifie et se prolonge en d'importantes galeries.

En continuant vers le sud, la «Serra do Poio» mérite aussi une attention spéciale. Dans la masse énorme de roche calcaire, taillée à pic, s'ouvrent de nombreuses cavités naturelles dont l'homme s'est servi, sans aucun doute, dans le passé (Fig. 4). A l'entrée de la plus grande de ces grottes on construisit l'élégante chapelle do Notre-Dame de l'Etoile (Fig. 5). Cette chapelle, très ancienne, fut reconstruite au xvii^{ème} siècle et se prolonge à l'intérieur de la grotte au fond de laquelle on voit une source. Plus au sud, à l'endroit où la montagne est brusquement entaillée par de profondes vallées, s'ouvre une autre «colonie» d'abris préhistoriques. Sur le flanc qui donne sur le hameau de Anços on peut trouver des tuiles plates (*tegulae*) et des vestiges de céramique, ce qui nous permet de constater que l'occupation, par l'homme, de ces pics élevés doit être relativement plus récente encore.

Vers le Sud-Est, la *Serra da Sicó*, qui est aujourd'hui la plus haute, la plus rocailleuse et la plus dépouillée de végétation, nous présente quelques abris comme l'*Algar do Oiro*, profond et garni de stalactites, l'*Algar da Corredoira* et un autre, plus petit, l'*Algaró*.

L'imagination populaire prétend voir dans ces rochers une ancienne habitation maure et considère tous ces vestiges comme étant l'œuvre de ces derniers.

Un fait semblable se répète dans la «Serra do Mouro» près d'Ansião, dont l'endroit le plus élevé indique l'emplacement d'un autre noyau de population antique où l'on peut encore voir des vestiges de l'influence romaine.

Il n'en est pas de même pour la «Serra de Alvaiázere» qui nous montre un autre exemple de position fortifiée peut-être même, d'ailleurs, encore plus reculée dans le temps. Mont de conformation singulière dans la régularité impressionnante de ses lignes (Fig. 6) et

aussi de défense facile, dominant de tous côtés un vaste horizon avec l'avantage d'avoir également l'eau assurée grâce à une grotte connue sous le nom d'*Algar da água*, il a attiré naturellement l'attention des hommes à l'époque où dominait la loi *Salus populi, suprema lex*; on y fit alors une importante œuvre de fortification et comme si ses flancs abrupts ne fussent pas suffisants pour rendre cette position inviolable,

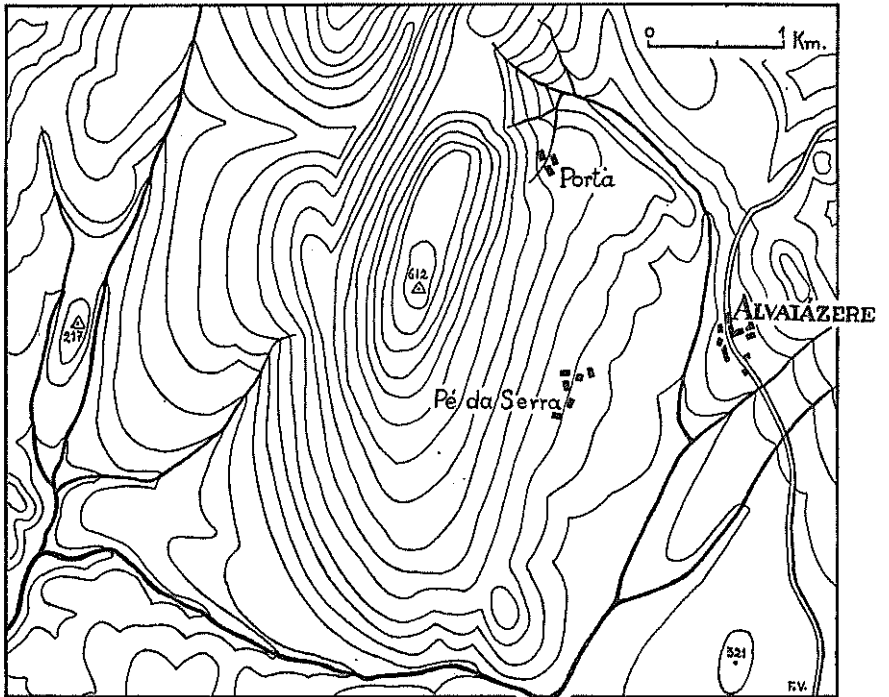


Fig. 6

on construisit encore deux rangs de murailles en pierre libre autour du mont dans sa partie la plus élevée, auxquels le peuple donne le nom de *Carreira dos Cavalos*, attribuant tout cela aux Maures.

Ces vestiges archéologiques de la *Serra de Alvaíazere* peuvent nous transporter en pensée vers une époque reculée où l'invasion des peuples étrangers et les luttes continuelles des tribus indigènes obligeaient l'homme à se défendre, et en déterminaient la distribution. Les zones montagneuses attiraient alors la population, qui, beaucoup plus tard, descendit des pics inaccessibles vers les vallées fertiles et les plaines littorales où elle est surtout distribuée de nos jours.

Nota sobre el problema indoeuropeo

POR

P. BOSCH-GIMPERA

Desde hace más de un siglo viene discutiéndose el problema de la formación de los pueblos llamados indoeuropeos. Después de la tesis que imaginaba un pueblo originario con una lengua indoeuropea primitiva y una dispersión en que de la lengua primitiva se formaban otras que a su vez daban origen a las que hoy todavía se hablan, ha venido discutiéndose el lugar de posible formación de la patria originaria de los indoeuropeos y suponiéndola en Asia, en el norte de Europa, en la zona danubiana o en la región póntica. El problema se complicó con la hipótesis de la raza nórdica — que se identificaba con los indoeuropeos — y sus implicaciones racistas. Todo ello ha sido puesto en duda y hoy es muy difícil encontrar dos versiones del problema indoeuropeo en que se esté de acuerdo sobre los puntos esenciales. La cuestión se ha complicado sobremanera.

Todos, en general, parecen descartar la identificación de los indoeuropeos con una determinada raza. Si los lingüistas siguen pensando en una evolución de las lenguas partiendo de cierta base común originaria — muy distinta de la lengua primitiva que un día hasta se trató de reconstruir — el mecanismo de la formación de los grupos y de las lenguas singulares está muy lejos de haberse explicado. Y si se reconoce universalmente que la arqueología aporta precisiones para la historia de los distintos pueblos indoeuropeos, también aquí la manera de apreciar los hechos difiere enormemente. Parece que nos hallamos en un puente muerto en que no es posible avanzar.

Todas las críticas, todas las hipótesis, todas las explicaciones contienen indudablemente elementos positivos; pero las dificultades subsisten cuando se trata de obtener una visión coherente y general.

En un estudio próximo a aparecer ⁽¹⁾ hemos intentado seguir la

⁽¹⁾ *El problema indoeuropeo* (en prensa en la Universidad Nacional de México).

evolución de las culturas europeas que la arqueología permite destacar e interpretarlas en relación con las formaciones étnicas indoeuropeas. Aquí consignaremos las conclusiones a que creemos poder llegar, remitiéndonos a nuestro trabajo en el que damos los fundamentos de nuestra hipótesis, con la que no creemos haber resuelto el problema sino tan sólo acaso aportar alguna contribución a su discusión.

Si se quiere llegar a una reconstrucción — siempre más o menos hipotética, pero que constituya una hipótesis de trabajo — *del proceso de formación de los pueblos indoeuropeos*, en el que se tengan en cuenta todos sus aspectos, arqueológico, lingüístico e histórico, *es preciso prescindir de momento de las teorías que han estado en boga acerca del pueblo originario, la patria originaria, la lengua originaria, las agrupaciones firmemente delimitadas desde un principio, las subdivisiones de los grupos siguiendo un sistema de ramificación parecido al árbol genealógico, la aplicación de los nombres de grupos o pueblos históricos a los primeros grupos indoeuropeos*. Hay que resignarse a no obtener un quadro sencillo y *adaptar toda hipótesis a la complicación de los hechos* que, si permiten pensar en el parentesco de ciertos grupos y en las relaciones de unos con otros, llevan a concebir un *largo periodo confuso en que poco a poco se destacan formaciones, no siempre simples. En ellas intervienen distintos elementos étnicos, a menudo mezclados desde un principio y sólo a través de etapas fluidas acaban concretándose en otras formaciones que con el tiempo cristalizan en pueblos que pueden recibir ya un nombre histórico. Estas cristalizaciones son generalmente una resultante de un largo y complejo proceso histórico* que sólo es posible rastrear a través de la arqueología prehistórica.

Sólo así es posible integrar en la explicación los resultados de la lingüística indoeuropea que, si muchas veces ofrece indicios que contribuyen a aclarar determinados puntos, otras solamente llegan a explicarse ellos mismos teniendo en cuenta las conclusiones de la arqueología y de la historia. Cuando se obtengan resultados convergentes de las distintas técnicas de la investigación, en los que lingüistas, arqueólogos e historiadores estén de acuerdo podrá creerse que el problema está en vías de solución. Mientras unos y otros no puedan llegar a tal convergencia unos u otros siguen un camino falso.

Acaso llegaremos alguna vez a poder integrar en tal explicación los datos antropológicos; pero por ahora es preciso prescindir de ellos, demasiado fragmentarios con demasiadas lagunas y poco madura la investigación de ellos.

I. Cuando aparecen en el horizonte histórico determinados pueblos indoeuropeos, a principios del segundo milenario a. de J. C., su conjunto forzosamente ha debido tener una larga historia. La arqueología la hace remontar ya a principios del neolítico, probablemente al quinto milenario a. de nuestra era y muestra que las raíces de las formaciones étnicas de entonces se remontan al mesolítico.

II. A pesar de ello difícilmente creíamos que puedan ser considerados como indoeuropeos los pueblos del mesolítico y en todo caso no es posible atribuir a ninguno de ellos la paternidad exclusiva de aquellos, ofreciéndonos las formaciones del mesolítico ya como varias y sin duda compuestas de distintos elementos. En el mesolítico, probablemente, se comenzaban a gestar embrionariamente las etnias que luego se concretan. Los mismos grupos del mesolítico tenían raíces paleolíticas pero desde éstas a la concreción de las etnias hay una evolución probablemente compleja y tuvieron lugar movimientos, mezclas, yuxtaposiciones de elementos diversos y absorciones. Es por lo tanto ocioso tratar de buscar los orígenes de las etnias, concretamente, en culturas paleolíticas. Sólo puede presumirse dicha gestación embrionaria y muy fluida en el mesolítico y sólo es lícito en este sentido hablar de las raíces en él de las etnias *fino-ugria, uralo-altaica, mediterránea, asiánica, camítica, semítica*. Unas etnias — como las asiático-caucásicas, camítica y semítica — posiblemente se formaron con un ritmo más acelerado. *Las mesolíticas europeas debieron obedecer a un ritmo más lento y, entre ellas, precisamente las de los lugares en donde luego aparece la etnia indoeuropea son las más estacionarias.*

III. En las formaciones neolíticas — probablemente en el quinto milenario — comienza la coagulación que llevará a la formación de los pueblos indoeuropeos. Acaso fueron las formaciones étnicas del Centro de Europa, en Checoeslovaquia y las zonas próximas — que dieron lugar a la formación de la cultura danubiana — y las de la meseta polaca en relación con las regiones pónicas las que — al entrar en contacto unas con otras — se convirtieron en los núcleos primarios de los pueblos indoeuropeos. No es posible decidir si fué en uno de ellos donde tuvo lugar la cristalización lingüística que es el punto de arranque de las lenguas indoeuropeas o si dicha cristalización se operó a la vez en ambos, consolidándose en ellas paralelamente la evolución flectiva y, a través de una etapa confusa y fluida, llegándose a las formaciones lingüísticas indoeuropeas. Probablemente se parte de la formación de un complejo lingüístico, con relaciones en distintas direcciones y con evoluciones que darán lugar a otros com-

plejos lingüísticos. Las lenguas del mesolítico formarían como un gran substrato general, del que luego perduran restos en los complejos lingüísticos posteriores tanto en los indoeuropeos como en los de otra naturaleza. Una vez destacado el complejo indoeuropeo, quedan a sus márgenes, en Europa, la formación fino-ugria, el substrato que con el tiempo dará lugar a la formación rética y substratos occidentales entre los que destacará luego el vasco.

IV. *En la periferia indoeuropea y al extenderse sus pueblos, hubo contactos y mezclas con formaciones étnicas de otra índole que luego irán a parar a pueblos diferenciados de los indoeuropeos.* Tales contactos y mezclas explican, a la vez que la complejidad de las culturas neo-eneolíticas, los posibles mestizajes lingüísticos y, en el caso de cristalizaciones definitivamente indoeuropeas, la persistencia de elementos lingüísticos de otra naturaleza o del carácter de substrato que tienen las lenguas indoeuropeas marginales: tal sería el caso, al rededor del Báltico, de los elementos fino-ugrios en las lenguas germánicas, así como de los egeo-asiáticos, mediterráneos o alpinos en las lenguas de la periferia danubiana.

V. *En el tercer milenario a. de J. C. el proceso de cristalización étnica parece haber llegado a una cierta madurez en las formaciones relacionadas con la cultura danubiana.* En ellas parece tenderse a una diferenciación representada por las culturas próximas al Danubio central y al Tisza, por una parte y, por otra, por las que se extienden desde Transilvania a Polonia, Ucrania y el Bajo Danubio (cultura de Cucuteni-Tripolje y grupos relacionados). *De los contactos y extensiones de la cultura danubiana con pueblos de diversa naturaleza en la zona dinárica o en los Balcanes resulta la formación de grupos indoeuropeos en estado más o menos fluido. Este mismo carácter tendrían las infiltraciones danubianas en Italia* — los llamados protolatinos o los elementos danubianos infiltrados en el sur de Italia y hasta en Sicilia — que difícilmente pueden considerarse como pueblos estabilizados. *Una cristalización más firme parece tener lugar en el Este de la zona balcánica de donde a fines del tercer milenario y a principios del segundo salen para sus domicilios históricos los luvi y los hetitas del Asia Menor y los que llegados luego a Grecia* — y coincidiendo allí con otros desprendimientos danubianos o de otra naturaleza, pero ya indoeuropeos (pueblo de las hachas de combate) así como mezclados con substratos de pueblos mediterráneos y asiáticos — *serán los distintos grupos griegos.*

VI. *La cultura nórdica, — con una base distinta de la de los*

pueblos indoeuropeos — con las infiltraciones del grupo primitivo de estos representado por la cerámica de embudo y con su extensión que la lleva a contactos con los grupos indoeuropeos del centro de Europa, parece experimentar un proceso de indoeuropeización que irá intensificándose progresivamente.

VII. De la formación étnica pónico-caucásica, los grupos del norte del Cáucaso parecen cristalizar muy pronto en el grupo que al aparecer en la historia — penetrando en el horizonte de los pueblos no indoeuropeos del Próximo Oriente — será el de los indo-iranios no diferenciados todavía. Estos, en la transición del tercero al segundo milenario, habían ya llegado a una avanzada madurez. Los grupos más septentrionales de dicha formación, en estado más fluido serían los pueblos de las estepas, que al infiltrarse hacia el Centro de Europa darían lugar a nuevas formaciones temporales — pueblo de la cultura de las ánforas esféricas, pueblo de la cultura de las hachas de combate y de la cerámica de cuerdas — mezclándose con los pueblos centro europeos o con los no indoeuropeos del interior de Rusia y de los países bálticos, incluso con los de la cultura nórdica.

VIII. Las reacciones de grupos de tipo occidental europeo (cultura de Michelsberg y cultura del vaso campaniforme), las relaciones danubianas con los pueblos asiático-balcánicos (Vinca, influencias en las culturas de Jordansmühl, Baden), las infiltraciones nórdicas por el Havel y el Saale hasta Turingia y por el Elba y el Oder hasta Checoeslovaquia (cultura danórdica), las correrías del pueblo de las hachas de combate y la reacción balcánica hacia Hungría (cultura de Toszeg A), a la vez que producen la desintegración de los pueblos del Centro de Europa — quedando solo intacto el de la cultura de Cucuteni-Tripolje — hacen reinar durante varios siglos un estado de confusión que, si consolida el carácter indoeuropeo del centro y aún de la zona nórdica, agrava el estado fluido de sus pueblos y probablemente el de sus formaciones lingüísticas.

IX. El neo-eneolítico europeo se cierra, después de los dos primeros siglos del segundo milenario, con pueblos indoeuropeos desprendidos en distintas direcciones hacia el SE. Los indo-iranios — principalmente indos — núcleo principal de los que hablan lenguas del tipo «satem» — con grupos compactos en el norte del Cáucaso que fué el hogar también de los futuros pueblos iraníes en sentido estricto. Hacia Anatolia, los Luwi y Hetitas «centum». Hacia Grecia, los griegos en formación y pronto cristalizados los grupos aqueos. Hacia Italia, otros grupos de menor densidad y en fuerte mezcla con los pueblos

del substrato mediterráneo. En el SE. de Europa (regiones pónicas), en Polonia y la Rusia central, en el Centro de Europa y en la zona nórdico-báltica, aunque consolidada en mayor o menor grado la indoeuropeización y subsistiendo la base de las formaciones étnicas neo-eneolíticas, su carácter fluido ha sido agravado con las perturbaciones de los movimientos del pueblo de las hachas de combate y sus formaciones étnicas habrán de rehacerse al calmarse aquellas perturbaciones.

X. Con la *Edad del Bronce*, Europa vive unos cuantos siglos de estabilización, rehaciéndose las formaciones étnicas en algunos casos y consolidándose otras. Esta consolidación se realiza en Grecia con los aqueos y su expansión y poderío, que terminará con la aparición en escena de los dorios, y los griegos occidentales, grupos consolidados al Norte de Tsalia y en el Epiro. En los países balcánicos en su parte oriental se consolida también el grupo de los traco-frigios y, en su parte occidental y en la zona dinárica y eslavónica, un grupo — con sus raíces en la antigua de Ljubliana-Vučedol así como probablemente en la de Butmir — que, si todavía no es el ilirio histórico representa probablemente la base de que este último se constituyó más tarde. En Hungría la cultura de *Toszeg* representa un grupo que tiende a estabilizarse resurgiendo las antiguas tradiciones de la cultura del Danubio, incluyendo a Transilvania: probablemente en esta formación étnica se halla la base del pueblo histórico de los dacios, aunque antes de que este aparezca consolidado habrá de pasar aquel territorio por muchas perturbaciones e infiltraciones de nuevos pueblos. En Checoslovaquia y territorios vecinos, la cultura de *Unjetič* representa una formación étnica que luego aparece borrada, con la extensión desde el S. de Alemania de la cultura de los túmulos. Esta que llega por el oeste hasta Bélgica y Francia oriental y por el SE. hasta Austria, parece fundir las tradiciones de pueblos de diversa índole: elementos indígenas emparentados con los del Occidente de Europa y de raíz sin duda no indoeuropea, restos de la antigua cultura del Danubio del neolítico, las infiltraciones occidentales del pueblo del vaso campaniforme, las del pueblo de las hachas de combate que penetró hasta la meseta suiza, aglutinándose todo ello en una gran cultura — en contacto con las de Checoslovaquia y Hungría sobre todo — que representa una formación étnica que creeríamos protocéltica. Desde Sajonia, en Lusacia y en los territorios hoy polacos desde el Oder hasta el Vístula y del Bug, la cultura de *Lusacia* representa otra formación étnica en la que más tarde se hallará el hogar de los vénetos y que — orientada culturalmente hacia los territorios danubianos y relacio-

nada con la cultura nórdica — aglutinó sin duda los restos de las distintas formaciones étnicas neolíticas que allí coincidieron. En Dinamarca, el norte de Alemanha hasta el Elba, rebasándolo en algunos casos, así como en el sur de Escandinavia, sobre todo de Suecia — el hogar de la cultura nórdica — se aglutinan los distintos elementos que allí coincidieron, unificándose en el pueblo que a partir del periodo II puede considerarse ya como germánico, que ya entonces irradia su cultura en los países alrededor del Báltico. En la desembocadura del Vistula y las regiones bálticas más septentrionales, poco a poco se consolida una formación étnica que parece ser la de los pueblos que luego se llamarán baltos, dominando probablemente los restos de los pueblos de las ánforas esféricas y de las hachas de combate, superpuestos a una población de descendencia mesolítica, análoga a la de todo el NE. de Europa que es la raíz de los pueblos fino-ugrios, no indoeuropeos. El predominio de los grupos de éstos — que en la Rusia central forman la base indígena de la población — después de absorber la infiltración del pueblo de las hachas de combate (grupo de Fatjanovo) que allí perdura durante la primera parte de la Edad del Bronce — organiza la cultura de Seima — no indoeuropea — que se orienta finalmente hacia la Siberia meridional a través de los Urales. Los territorios intermedios entre la Rusia central, el Báltico y Polonia, con Bielorusia, parecen quedar en cierto modo ofuscados.

XI. En las regiones meridionales del Este de Europa, a la vez que persiste y mantiene sus tradiciones danubianas el pueblo de la cultura de Cucuteni-Tripolje, se organizan nuevos grupos en la región póntica: después de una primera etapa — en que se mezclan tradiciones de los pueblos de las estepas con otras de la cultura de Tripolje (cultura de las catacumbas) los grupos orientales desde el Donetz y Don hasta el Volga organizan la cultura de las armaduras, debiéndose ver en ella acaso la raíz de las formaciones escíticas, todavía en estado muy fluido. En las regiones pónticas occidentales con relaciones con los Balcanes, con el Cáucaso y con la Rusia Central, debieron cristalizar entonces formaciones étnicas que hay que considerar como la raíz del pueblo histórico de los cimmericos.

XII. En el Cáucaso se consolida una formación étnica con una cultura importante con relaciones con las regiones pónticas y a la vez con el Próximo Oriente, en que habría que ver ya los pueblos iraníes netamente diferenciados que pronto entrarán en la escena histórica. De los indoeuropeos extendidos hacia el Sur del Cáucaso anteriormente, mientras los cassitas y los mitani son absorbidos al fin por los

pueblos históricos de Mesopotamia, los *indos* en el Azerbaidjan y el Iran occidental debieron cristalizar definitivamente su personalidad étnica de la época védica.

XIII. Las *infiltraciones indoeuropeas en Asia Menor* acaban *absorvidas por la población indígena anatólica*, después de haber formado el núcleo dirigente del Imperio hetita, *conservándose en la parte meridional de Asia Menor la lengua de los luwi* durante algún tiempo.

XIV. En *Italia*, las *infiltraciones neo-eneolíticas* probablemente *se funden con la población indígena no indoeuropea* que sin duda predomina, aunque de aquellas quedaron elementos lingüísticos. Hubo posiblemente *nuevas infiltraciones indoeuropeas a través del Adriático* (cultura apenínica de la Edad del Bronce). En el norte, *en el valle del Po y en las regiones subalpinas* (cultura palafítica, terramaras al final), a pesar de las relaciones con las culturas de los túmulos del S. de Alemania y con las danubianas, *el carácter indígena parece predominar y la población debió ser análoga a la que persistirá en los territorios alpinos y que conoceremos como rética*.

XV. La *evolución lingüística durante la Edad del Bronce debió ser todavía muy fluida, a excepción del grupo «satem» indo-iranio*. Debían *destacar-se las formaciones germánicas en el norte y griegas en el Sur*. Aún estas mismas debían estar lejos de lo que fueron los dialectos griegos históricos y lo que puede deducirse del desciframiento de la escritura lineal B de Creta parece indicarlo. En el *Centro de Europa* KRAHE parece haber expresado lo que era la situación con su «antiguo indoeuropeo», *fluido y abierto a las distintas posibilidades*. Sólo al *final de la Edad del Bronce comenzaría la coagulación* que habría de dar lugar al *celta, al véneto, al ilirio*. Acaso en el *Oriente de los Balcanes* tendría una *mayor madurez el traco-frigio*, como lo habían alcanzado en Asia Menor el luwi y el hetita. Los *elementos indoeuropeos de las lenguas de Italia* probablemente se hallarían también *en estado muy fluido y en coexistencia con los substratos mediterráneos*.

XVI. Con los *movimientos de pueblos de fines de la Edad del Bronce y de la transición a la del Hierro* se inicia la etapa de *desarrollo definitivo de los pueblos indoeuropeos y de cristalización final de sus lenguas*.

XVII. *En el Centro de Europa, los celtas se organizan definitivamente al transformarse la cultura de los túmulos en la de las urnas*. Su lengua no había posiblemente cristalizado en forma definitiva, en lo que fué el celta luego, pero sin duda tenía ya muchos caracteres del celta histórico, aunque en otros aspectos participase todavía de la flui-

dez centro-europea con notas comunes con las lenguas de los pueblos danubianos y con el véneto: entre ellas la hidronimia que han estudiado POKORNY, KRAHE y otros.

XVIII. *La cultura de Lusacia* responde a un pueblo firmemente organizado y en él se hallaban los vénetos, que con los movimientos en distintas direcciones dan lugar — paralelamente a los movimientos de los celtas de la cultura de las urnas — a transformaciones culturales y lingüísticas. *Después de la época de confusión, en el Danubio central y regiones vecinas, comienza la estabilización de los ilrios y de los dacios.* Con las infiltraciones en Italia de lusacianos y pueblos de las urnas, así como de otros elementos danubianos — dináricos — posiblemente desplazados por dichos movimientos lusacianos, *al formarse las culturas de la Edad del Hierro de Italia especialmente la cultura de Villanova se organizan definitivamente los pueblos con lenguas indoeuropeas.* Entre los pueblos itálicos y los celtas del Centro y Occidente de Europa queda la *supervivencia alpino-rética*, así como la ligura, con caracter no indoeuropeo, a pesar de que experimentasen infiltraciones de población y de lengua indoeuropeas.

XIX. Los *grupos germánicos* aparecen consolidados en su formación étnica y lingüística. Su *formación tardía en la Edad del Bronce en la vecindad de las culturas centro-europeas, explica los elementos semejantes a sus lenguas o los préstamos que de ellas proceden.*

XX. En el *Este de Europa los siglos de transición del Bronce al Hierro* debieron representar una gran confusión en las *formaciones étnicas y lingüísticas.* Sólo el *grupo pónico-cimmerio y en menor grado el escítico* debían representar *formaciones relativamente consolidadas en cuanto a lo étnico, probablemente menos en cuanto a lo lingüístico.* Los *cimmerios* acaso tenían elementos parecidos a las lenguas centro europeas a la vez que a las indo-iránias. Los *escitas* posiblemente tenían un caracter más próximo al de los indo-iránios, a la vez que en su cultura y posiblemente en su población los tenían también de los pueblos fino-ugrios. Si *con la migración pónica salieron de Europa los tocarios,* con su lengua predominantemente «centum» pero con elementos emparentados con el traco-frigio, *representarían, una formación étnica y lingüística que se efectuó por restos marginales de los pueblos de la cultura de Tripolje mezclados con los del borde norte de los pónicos cimmerios.* Tal cristalización se habría efectuado *en algún lugar de las regiones pónicas, acaso en Volinia o en el N. de Ucrania,* entre el territorio propiamente cimmerio cercano al Bajo Danubio — vecindad de los traco-frigios — y Bielorussia — lugar de

persistencia de elementos étnicos emparentados con los baltos y con los que luego fueron eslavos. *Acaso los tocarios fueron los que sufrieron el primer impacto de la expansión lusaciana hacia el Este.*

XXI. Los *traco-frigios, cristalizados en la Edad del Bronce en el Este del Danubio con relaciones a la vez danubianas y pónticas*, serían un pueblo intermedio entre los centros europeos «centum» y los pónticos en que la diferenciación «satem» pudo hacerse sentir con sus contactos caucásicos y sus elementos originariamente emparentados con los pueblos que con el tiempo fueron los iraníes. Los restos de los frigios, a la vez que los de las infiltraciones ciméricas en Asia Menor arrinconados entre los urartios de Armenia darían lugar a que la lengua de los armenios — en su masa urartios, asiáticos — se orientase hacia el *tracofrigio a la vez que mantuvo contactos con las lenguas iránicas.*

XXII. Al este de la zona lusaciana los baltos cristalizaron probablemente ya durante la Edad del Bronce. Al sur y al este e influidos por ellos, *sin llegar todavía a una cristalización étnica, perduraron grupos análogos, en una zona de transición entre los de Polonia y los del Centro de Rusia*, en donde las infiltraciones neolíticas de la cultura de Fatjanovo fueron más o menos absorbidas durante la Edad del Bronce por los pueblos no indoeuropeos de la cultura de Seima que se orientaron lingüísticamente dentro del complejo fino-ugrio. En Volinia después de los movimientos de pueblos de la transición de la Edad del Bronce a la del Hierro quedaron grupos mixtos en que sobrevivían restos de la antigua cultura de Tripolje junto con las superposiciones posteriores y con ellas las de los lusacianos y de los escitas. Todo ello quedó englobado, *al cristalizar las etnias eslavas, formando sus grupos orientales antiguos.*

XXIII. Después de su época de apogeo y de extensión, los grupos étnicos de la cultura de Lusacia, con los movimientos hacia el centro de Europa de los ciméricos y los escitas, *entran en una etapa de descomposición agravada por la penetración de los celtas y los germanos en su territorio, sufriendo mezclas y dominios — más o menos temporales y más o menos durables — de los extranjeros superpuestos a ellos, quedando en esta etapa como un substrato étnico que, si conserva determinadas supervivencias de la cultura y de las características étnicas lusacianas, experimenta en general una fuerte transformación y desnaturalización. Solamente los grupos más próximos a los baltos y más orientales — especialmente los vénetos — mantienen su perso-*

alidad orientándola en contacto con los baltos y con los pueblos al E. del Vístula, de Bielorusia y de Volinia. Ello da lugar a que cristalicen en el grupo oriental de los eslavos. Al calmarse los movimientos germánicos y quedar libre lo que persistió del substracto lusaciano en sus territorios tradicionales, éste se asimila a los lusacianos que ya son eslavos y tiene lugar la gran expansión de los pueblos de este carácter, rehaciéndose la antigua unidad lusaciana, esta vez decididamente eslava.

Los tartesios y sus míticos reyes

POR

EDUARDO HERNÁNDEZ-PACHECO

Prof. da Univ. de Madrid

La región hispana meridional correspondiente a la llanura Bética y territorios adyacentes, especialmente en la zona del Estrecho y del golfo de Cadiz, presentaba fisionomía cultural en las épocas de los metales, o sea desde el eneolítico, en el bronce y primer período del hierro, características que difieren de las que tenían los otros países hispanos y que consistían en haber constituido un amplio reino con gran desarrollo estatal y cultura superior a la de las demás regiones peninsulares sobresaliendo en el conocimiento de la navegación y en el establecimiento de relaciones comerciales con los países lejanos del Mediterráneo.

La capital de este remoto país hespérico del ecúmeno, se conocía en el oriente mediterráneo con la denominación de Tartessos, Tarsis o Tarshich y a ella hace referencia el rey Salomón que hacia el año 1.000 tenía contratado con su asociado el rey de Tiro, Hirán, que les trajeran cada tres años las naves de Tarshich, cargamento de preciados y raros productos, tales como oro, plata, marfil, monos y pavos reales. Esta transcripción del texto bíblico, para entenderla, ya que en el Tarshich del lejano país de Javan o sea, del remoto occidente mediterráneo no se producían ni el marfil ni los pavos reales, se ha interpretado que la locución de Tarsis o Tarshich, era genérica y se refería a los buques que por su gran tamaño y características especiales podían hacer la carrera de Tarshich, análogamente como actualmente se denominan transatlánticos a los buques que por su gran tonelaje y condiciones se destinan a la travesía del Océano Atlántico.

HESÍODO en su *Teogonía* (hacia el 600 a. J. C.) habla concretamente de Atlanta mas allá de las Hespérides y de Garion rey de los tartesos, al que mató Heracles. ESTRABÓN y HERÓDOTO se refieren a la antigua cultura de los tartesos y de su longevo rey Argantonio.

Los tartesos como navegantes llegaron a conocer algunas partes poco alejadas del Atlántico al otro lado del Estrecho, tales como las Canarias que originaron mitos y leyendas griegas, como el de las manzanas de oro de las Hespéridas, las gurgonas, las aventuras de Heracles y el can Cerbero, la del Tártaro, etc. En general los escritores griegos consideraban a los tartesios, pueblo de antigua cultura, que debió influir en gran parte en la formación de la eneolítica del Sureste hispano, y probablemente serían los hespéridos los descubridores de la metalurgia del cobre.

Se ha formado una geneología de reyes tartesos en la que no se puede separar lo que hay de fundamento real, de lo mítico y fantástico. El que se cita como rey más antiguo fue Theron o Gerion que fue muerto por Heracles; Gorgoris es otro rey tartesio, a quien se le atribuye el invento de la apicultura. Habis, gran agricultor que propagó el cultivo del olivo y de la vid que le enseñaron los griegos, partiendo del acebuche y de la vid silvestre. Novax, según Pansanias, fue hijo de Hermes y de Erythia, hija de Gerion. El más famoso de los reyes de los tartesios es Argantonio, que viviría en la primera mitad del siglo VI, a. J. C., muriendo antes de la batalla naval de Alalia, que ocurrió en 537.

La batalla naval de Alalia, el 537 fue en Córcega entre los cartagineses y las colonias griegas de Marsella, venciendo los primeros, que se adueñaron de la navegación y del comercio del Mediterráneo Occidental, destruyeron las factorías griegas de las costas meridionales y del Sureste de España, sustituyendo a las metropolitanas fenicias y cerraron el paso del Estrecho; ejercitando el monopolio del comercio con Tartessos.

Los tartesios se revelaron contra el dominio cartaginés y habría guerra en la que vencían los cartagineses y destruirían a Tartessos y a Mainake (Málaga). El fin del reino de los tartesios sería hacia el año 500 a. J. C.; anterior a la batalla de Himera, el 480 en que el poderío de Cartago comenzó a decaer.

Durante la dominación cartaginesa el centro comercial de los griegos en el Mediterráneo Occidental fue Masalia (Marsella), que tenía como dependencia en la bahía de Rosas, en el Ampurdán, a la factoría de Emporion (Ampurias), fundada por los massaliotas, hacia el año 550 a. J. C., poco antes de la batalla de Alalia.

El reino de Tartessos comenzaría al empezar el eneolítico y ejercería influjo cultural sobre las tribus próximas, especialmente hacia el Este en la época del bronce, de tal modo que la cultura del Argar en lo

que presenta la autóctona serie de origen tartesio, adicionada a la de procedencia fenicia y griega. Esta hegemonía se trasluce en los datos procedentes de escritores antiguos señalando ampliación territorial hasta el cabo de Palos, y posteriormente al de la Nao, desde donde hacia el Norte, estaban los genuinos iberos. En el interior de la Península las tribus de los oretanos y carpetanos. A estos últimos corresponden las grandes esculturas graníticas de los toros de Guisando y de los verracos de Avila (figuras 1 y 2).

El gran desarrollo de los tartessos fué debido principalmente a la riqueza minera del país, base de su comercio con el Oriente mediterráneo; el cobre, el plomo y la plata estaban en la parte occidental del país o muy cerca, en Sierra Morena; el estaño y el oro en los aluviones de la mitad occidental de la Península. Una mención de ESCIMO dice que Tartessos traía el estaño de la Céltica arrastrado por el río. ESTEBAN DE BIZANCIO dice (según L. PERICOT) que la denominación de Tartessos es de un río que arrastra estaño a aquella ciudad. De estos y otros varios datos se puede deducir que el oro y la casiterita procedían del lavado de los aluviones, entonces intactos, de los cursos fluviales de la Hispania silíceá; oro y mineral de estaño (de fácil metalurgia) llevados por las tribus del interior a los puertos de embarque en la costa de Huelva y demás factorías comerciales del golfo de Cadiz; no habría, por tanto que ir a buscar el estaño a Cournialles ni a ningún otra parte de las islas Británicas, dejando atrás los mas importantes, abundantes, y más próximos, yacimientos. En la referencia de ESTRABÓN a Posidonio de Apamea, se refieren a los datos de este; según los cuales el estaño de las islas Británicas se transportaba a la Galia, que está inmediata y por tierra a Marsella.

La época comercial entre Hispania y los países del Oriente mediterráneo, por intermedio de las factorías costeras y por viajes de tirios y griegos, comprende el conjunto de las edades del metal, hasta que los cartagineses destruyeron el estado tartesio, comenzando las guerras de conquista, primero por aquellos y después por los romanos, y las luchas entre Cartago y Roma.

Las primeras materias y productos comerciales buscados en Hispania, eran de naturaleza mineral; el oro nativo y la casiterita, madre del estaño, los productos metalúrgicos en bruto, como la plata, el plomo, cobre y estaño y manufacturas metálicas sin ultimar la elaboración, tales como el conjunto de armas y utensilios de bronce, que sacó la draga en el puerto de Huelva hace pocos años.

En contrapartida comercial venían al Levante y Sur hispano manufacturas de poco volumen, pues los navíos de la época y la larga navegación no eran adecuados al transporte de mercaderías de gran tamaño. Consistían las importaciones en productos de poco volumen, y de gran aprecio, a modo de objetos de lujo, valorados por su belleza artística y por su origen exótico, tales como huevos de avestruz, decorados con pinturas, empleados por su forma y resistencia para vasos y pequeñas vasijas; objetos de cerámica fina; lámparas de barro; cuentas de collar de vidrios de color, y de pasta decorada; peines y piezas de marfil; objetos de alabastro, quincalla fina, bujerías, joyas metálicas y de piedras finas labradas, etc. La acuñación de monedas comenzó por las de las colonias fenicias y griegas, seguida de algunas poblaciones y ciudades costeras, de Levante, Sureste y de los turdetanos. Las monedas griegas, data su acuñación a partir del siglo V a. J. C. Faltan los objetos y piezas de madera, cuero y tela, que la acción del tiempo destruye y desaparecen.

La destrucción de Tartessos por los cartagineses acabó con la civilización occidental que surgía potente en el Occidente mediterráneo, representada por el reino de los tartesios, apagando el foco cultural que hubiera llegado a comprender al conjunto peninsular hispano.

El foco turdetano de cultura que los cartagineses destruyeron, cuando era párvulo, hacia el año 500 a. J. C. continuó siendo plantel de competente y audaz gente marinera, en el transcurso de los tiempos prehistóricos, protohistóricos e históricos y al cabo de 2000 años, en 1492 sus descendientes enrolados por sus patronos, los pinzones, formaron la tripulación de la escuadrilla de Colóm, y descubrieron el nuevo mundo americano.

Análogamente, la gente marinera de los lusitanos descendientes de los tartesios, avanzaron con igual impulso por el mar ignoto, contorneando Africa, llegando en la misma época a la India y a las islas de la Especería.

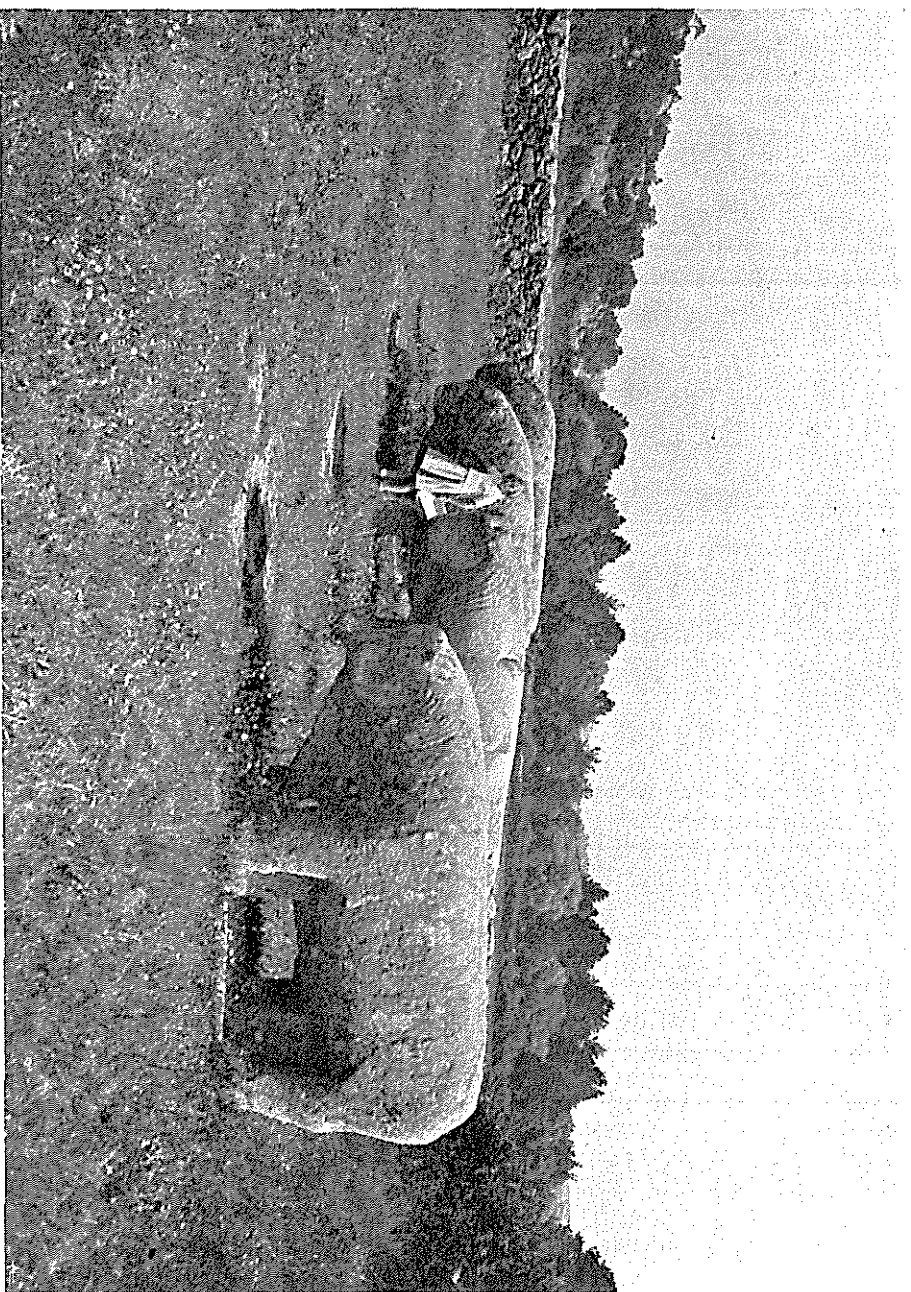
Cohetaneas de los tartesios fueron las colonias establecidas por los fenicios, tal como la de Gadir (Cádiz), cuya fundación se remonta según TIMAIAS al 1100 a. J. C. Cartago se fundó por los tirios en el año 826.

HERODOTO relata el viaje de una nave griega, con cincuenta remeros procedentes de Focea, ciudad jónica en la costa del Asia Menor, que llegó a mediados del siglo VI a Tartessos, siendo amablemente recibidos por el rey Argantonio, que les invitó a establecerse en su país y concertar relaciones comerciales, y al despedirlos les dió espléndidos



Fot. Fernández-Pacheco

Fig. 1 — Nerraco de granito del atrio de la iglesia de Torralba de Oropesa (Toledo).



Fot. Fernández-Racheco

Fig. 2 — Esculturas de granito denominadas «Los toros de Guisando», cerca de San Martín de Valdeiglesias (Madrid).

regalos y gran cantidad de plata. El sitio de recalada de las naves griegas en España sería Hemeroscopion que se ha identificado con Calpe, junto al peñon de Ifach (Alicante).

Madrid, Febrero de 1958.

RÉSUMÉ

L'article cijoint traite du développement d'un important centre culturel dans l'ouest d'écumène au sud de la péninsule hispanique, au cours des époques protohistoriques et préhistoriques il traite du royaume des Tarteses dont les rois mythiques — et spécialement Argantonio et sa capitale Tarsis sont déjà cités dans les récits bibliques.

Le grand développement des Tarteses fut le résultat commercial de la grande richesse minière de la région méridionale et occidentale de la péninsule; cuivre, argent et plomb et alluvions d'étain et d'or — produits que l'on récenissait dans les ports de Cadix et de Huelvas. On raconte l'établissement d'entreprises grecques et phéniciennes.

On examine les relations commerciales avec l'orient méditerranéen et l'influence du règne de Tartessos dans la culture énéolithique du levant hispanique et, spécialement dans celle des métaux, de cette époque datent les grandes sculptures de granit des villages de l'intérieur, comme celle des «Carpetanos», avec les taureaux de Guisando, à la base méridionale de la «Cordillera Central) et les «berracos» d'Avila et de la province de Tolède.

On rappelle l'occupation carthaginoise et la destruction du règne de Tartessos et de sa culture préhistorique.

SUMMARY

The ajoined article describes the development of an important cultural center in the west of the «ecumeno», in the south of the Hispanic Peninsula, during protohistoric and prehistoric ages, the kindgom of a people: the Tartesios, of whose mythic kings and specially of the long-lived Argantonio and its capital Tarshisch tell us the biblical and old Greece hystories.

The great development of Tartessos was due to the commercial consequence of the great mining richness of the S. and Sw. of the Peninsula, specialy in copper, alluvial tin and gold, silver an lead; all products that were concentrated in the harbours of Gadir and Huelva. The establishment of greeks and phoenician factories is also related.

It describes the commercial chavacteristics with the eastern Mediterranean and the influence of the Tartessos kingdom in the eneolithic east-hispanic culture. and specially those of the metals, as to this age belong the great granitic sculptures of the peoples from the interior: the Carpetanos, with the bulls of Guisando, in the southern side of the Cordillera Central and the boars of Avila and Toledo provinces. Dinally reference is also made to te chartaginiam occupation and the destruction of the Tartessos Kingdom and its prehistoric culture.

La morrena peri-glaciar de Peña Vieja Picos de Europa (Santander)

FRANCISCO HERNÁNDEZ-PACHECO

Prof. da Univ. de Madrid

Como es sabido, el glaciario cuaternario se desarrolló con gran amplitud en los tres macizos de los Picos de Europa, habiéndose ocupado de estas cuestiones Obermaier hace ya bastante tiempo, con relativo detenimiento.

La gran altitud de estas montañas, pues rebasan los 2.500-2.600 m., el gran desarrollo de su zona cumbreña y muy especialmente las grandes precipitaciones níveas atmosféricas, contribuyeron durante el Cuaternario a este glaciario. Pese a ello no rebasó el dominio montañoso, aunque sus anfiteatros morrénicos mas avanzados quedaron situados en las vertientes septentrionales ya a poca altitud, a menos de los 700 m.

Queda por hacer el estudio detallado de este glaciario de los Picos de Europa que al desarrollarse en un macizo calizo, típicamente cárstico, ofrece peculiaridades dignas de ser mejor conocidas en sus diferentes aspectos.

En el trabajo de OBERMAIER se fijan los parajes mas interesantes a este respecto, así como las formas y fenómenos glaciares mas importantes y mejor desarrollados y conservados.

Se deduce de los datos recogidos en estos altos y quebrados macizos montañosos que la altitud media de las nieves fué relativamente baja, en los períodos de máxima glaciación, por cuanto quedaron situadas hacia los 1.400-1.500m. da altitud media.

En el macizo central o de Bulnes y en el oriental o de Espinama, las principales lenguas glaciares se establecieron en las vertientes septentrionales, pues la montaña en general se inclina en tal sentido, corriendo pues los valles en el mismo rumbo, desde las altas aristas y cumbres que quedan hacia el Sur, dominando desde gran altura, a las depresiones de La Liébana y de Valdeón, hundidas a su pié.

Como es sabido, estos macizos calizos ofrecen relieves extraordinariamente abruptos, siendo incluso fuera del dominio de las mas altas cumbres, y de las cabeceras fundamentales de sus valles, las pendientes muy acusadas, alcanzándose muy pronto altitudes ya francamente bajas, antes de salir del dominio de la montaña.

La erosión post-glaciár ha sido por ello extraordinariamente enérgica, lo que explica, como indica OBERMAIER que no se encuentren en las zonas finales de los grandes valles, de topografía glaciár, anfiteatros morrénicos típicos, ni depósitos fluvio-glaciares de épocas diversas que tan bien desarrollados están en los Alpes y Pirineos, pues por las acciones erosivas post-glaciares han sido arrollados por las aguas corrientes, lo que no permite establecer en los Picos de Europa, como sí sucede en aquellas cordilleras, las diversas glaciaciones de modo documental. No obstante, teniendo en cuenta otros datos y observaciones, si se pueden admitir la existencia de dos diferentes épocas glaciares, representadas por depósitos morrénicos y por diversos detalles de erosión.

Se deduce que el retroceso después de la última glaciación Würm fué gradual, relativamente lento y con períodos bien claros, estacionarios, durante los cuales se formaron complejos morrénicos de retroceso muy típicos.

El hombre cuaternario, durante el último período glaciár vivió fuera de este ambiente de hielos y nieves, pero próximo al mismo, situado en el litoral cantábrico. En plena temporada estival, remontaba los valles principales en correrías de caza, pues la cabra montés y el rebeco eran muy abundantes en estas zonas bajas montañosas. Cerca de Bulnes en un pequeño abrigo o covacha, existen restos de yacimiento humano que fué excavado por nosotros en 1913 y posteriormente, estancia de verano del hombre primitivo que además de abundantes restos óseos de mamíferos, cabra, rebeco, etc. contenía tipología solutrense-magdalenense.

Las glaciaciones, el clima de tal zona cantábrica, contribuyó a que hacia el litoral existiese el reno y el mamut, animales que convivieran con el bisonte, caballo, toro, ciervo, y otras especies de mamíferos, indiferentes al clima.

En amplias zonas de estas montañas y muy especialmente en los dominios del macizo oriental o de Aliva y concretamente en las vertientes orientales de Peña Vieja, en la cabecera del Alto Duje, los complejos morrénicos, tanto de las dos últimas glaciaciones, como de las fases de retroceso, son a veces espectaculares (Lám. II).

Como ejemplo pueden citarse la zona de praderas situadas entre 1.500-1.600 m. de altitud de los Puertos de Aliva, hacia Las Salgardas, parajes que vierten hoy hacia Espinama, pero que dirigían sus masas de hielos acia la cuenca del Duje. El mismo acúmulo de morrenas se puede observar en el Alto Duje, por encima de Las Vegas de Sostres, hacia Campo Mayor y cercanías de la Ermita de la Virgen de las Nieves, en campos también situados entre 1.500-1.600 m. de altitud.

Todos estos conjuntos morrénicos son considerados como de retroceso. Del mismo tipo son los que destacan en los alrededores de Bulnes entre 700 y 750 m. de altitud (Fig. 1).

Otros acúmulos morrénicos quedan ya en estas zonas de Aliva mucho más altos, pues se sitúan 850 m. más elevados, ofreciendo en realidad otras características y entre ellas la de estar formados sus amontonamientos, por masas de bloques y piedras sin materiales térreos que los acompañen.

Com ejemplo puede ponerse el que destaca adosado en las escarpadas laderas orientales de Peña Vieja, por encima, pero cerca, tanto del refugio del Patronato Nacional de Turismo, como del antiguo Chalet Real (Lám. I).

En estas laderas del citado macizo que culmina a los 2.613 m. de altitud, destacan tres fundamentales cuencas glaciares, una central, la menor, situada bajo las aristas cimeras, la que pronto queda colgada sobre los cantiles de la mole de Peña Vieja. Otra septentrional que en parte queda formada por la Canal del Vidrio que daba hielos y nieves a los parajes situados por encima de la Fuente del Duje o cuenca alta del río Salado, zonas dominadas por las altas lomas donde se alza el Refugio del Patronato Nacional de Turismo y el antiguo chalet Real, circo que termina en fondo de saco contra los paredones de La Peña. El circo meridional que es el más amplio y menos colgado queda bajo el Pico de Remuña, vertía sus masas de hielos y nieves hacia los amplios espacios alomados y fuertemente inclinados que dan origen a la depresión de Las Salgardas, zonas situadas entre 1.700 y 1.850 m. de altitud (Fig. 1, Lám. II).

Toda esta masa glaciaria se concentraba hacia Campo Mayor, iniciándose más hacia abajo el valle glaciario del Duje, reforzado por este aporte de hielos que dió origen al glaciario de Lloroza, uniéndose ambos hacia los 1.300 m. de altitud en la angosta y profunda vallonada situada entre el Pico Contés, de 2.370 m. al E y el Alto de Los Moñetas, al W que alcanza los 2.010 m. de altitud.

Siguiendo el valle del Alto Duje, a la altura de los Invernales de

Las Vegas de Sostres, el glaciar recibía el aporte de hielos que descendían de la vallonada que queda hacia el W de Las Moñetas, confluencia que tiene lugar hacia los 1.100 m. de altitud.

El frente morrénico de la penúltima glaciación Riss se situó a unos 900 m. de altitud, por encima e inmediato a los Invernales de Cabo o Tejo. Mas abajo el valle se encaja en garganta, no ofreciendo ni depósitos morrénicos, ni morfología glaciar, quizá debido a intenso ciclo erosivo torrencial y de las aguas de lluvia.

No es fácil en estos valles glaciares, sometidos a tan intensos ciclos de erosión post-glaciares, diferenciar los depósitos morrénicos en diferentes conjuntos. De todos modos, es muy posible que la última glaciación Würm quedase ya en sus frentes estacionada hacia los invernales de Las Vegas de Sostres, a unos 1.100 m. de altitud, siendo de tal edad fundamentalmente, la gran morrena intermedia hoy muy destacada y bien conservada situada entre el valle del Duje a su salida del circo y el mas meridional y afluente suyo de Llorza, siendo muy probable que tal morrena quedase recubierta por los hielos en la anterior glaciación del Riss.

La topografía del valle glaciar en estas zonas de confluencia permite admitir un largo estacionamiento, antes de iniciarse la retirada o retroceso general y final de los hielos de la glaciación Würm.

Los últimos estadios sufridos por este glaciario quedan bien patentes en toda la zona que forma la cabecera de estos valles glaciares, situados a uno y otro lado de la alta loma que alcanza el Refugio del Patronato Nacional de Turismo, partiendo de la Majada de Espinama. Mirando hacia el Sur, en la dirección de la hondonada de Las Salgardas, en la alta cuenca del arroyo de Salgardas, un verdadero caos de lomas morrénicas que confusamente se enlazan entre sí, asciende cada vez mas, hasta quedar adosadas los altos tajos de las vertientes orientales de Peña Vieja. Todo este campo no es mas que el complejo morrénico de los últimos retrocesos del Würm, hasta la total desaparición de las masas de hielos, que tenían como zona de origen el amplio circo glaciar meridional de Peña Vieja (Láms. II y IV).

Mirando en sentido contrario, la depresión glaciar es mucho mas acusada y estrecha, quedando constituido por la vallonada de rio Salado, resaltando y dando origen a la ladera derecha del valle la gran morrena mediana que se inicia en los altos del Casetón de Aliva, morrena que no tiene menos de 80 a 100 m. de altura, sobre el fondo del valle, en la zona media de su recorrido.

En estos parajes los depósitos morrénicos de retroceso están mas

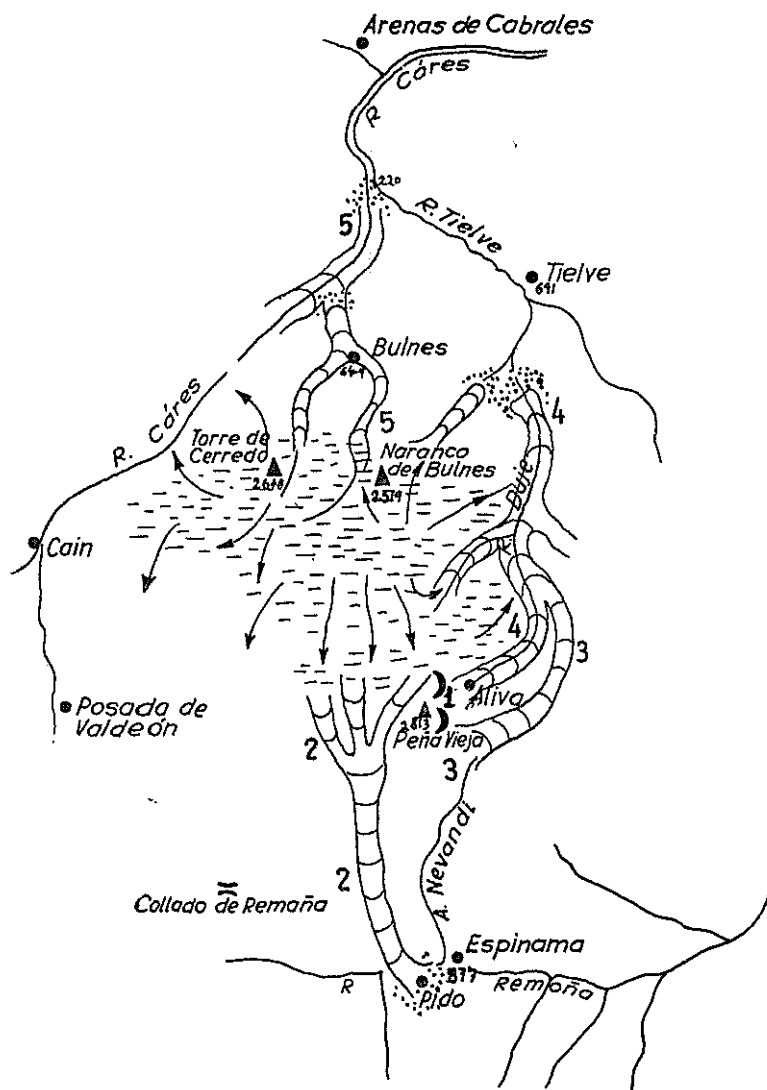


Fig. 1 — Esquema del glaciario cuaternario del macizo de Peña Vieja y de las zonas de Cerredo y Naranco de Bulnes en los Picos de Europa. Lo rayado señala el campo de nieve; 1. Depósitos de tipo morrénico debidos a grandes neveros permanentes periglaciares; 2. Glaciar del Deva; 3. Glaciar de Lloroza; 4. Glaciar del Duje; 5. Glaciar de Bulnes. Las zonas punteadas señalan los frentes morrénicos fundamentales.

escalonados pues la desaparición de los hielos debió ser más rápido debido a ser menor la cuenca, terminando las morrenas bruscamente hacia la cabecera del valle-circo a tope contra los cantiles de Peña Vieja.

Al desaparecer los hielos, tanto en la depresión glaciár de Las Salgardas, como en el profundo valle de las Fuentes del Duje-Salado, quedó como último vestigio glaciár una gran masa de hielos inmóvil situada al pié y adosada al altísimo paredón oriental de Peña Vieja, masa de hielos que rápidamente fué disminuyendo de volumen hasta quedar reducida a un gran nevero, que vino a ocupar la base del pequeño circo o nicho central de Peña Vieja, bajo la culminación de su cumbre, depresión erosiva muy colgada y que desde casi la cumbre a su base, está hendida por una gran canal o chimenea que contribuye a concentrar las nieves en este nevero durante la época invernal.

Rodeando al paraje donde el gran nevero se forma, existe un gran acúmulo en forma de arco que según OBERMAIER es «una magnífica morrena terminar de la época del último retroceso post-glaciár». Queda situado tal depósito de grandes y angulosos bloques sueltos, sin material térrea que una su masa, a unos 1.790-1.800 m. de altitud, descansando sobre un plano inclinado cubierto de pradera y sembrado de grandes bloques de caliza aislados y dispersos.

Sobre el espacio interior se alza el amontonamiento de bloques de unos 12 m. sobre el exterior de 18 a 20 m. (Láms. I y III).

Para OBERMAIER tal masa morrénica representa la última fase del glaciár del Duje.

Por las observaciones que muy recientemente he hecho, tanto en época invernal, como en verano, este acúmulo de bloques circular, hajo el nicho de erosión glaciár de Peña Vieja, no debe ser considerado como forma morrénica en relación directa con las últimas fases de retroceso glaciár, sino como una formación francamente periglaciár, debida a un gran nevero permanente que en años de gran nivación llega a adquirir gran tamaño, pero sin alcanzar el límite determinado por el reborde de tal acúmulo morrénico.

Tal masa de hielos y nieves, teniendo como marco el indicado acúmulo o amontonamiento de bloques, debió persistir mucho tiempo hasta época francamente histórica, pero determinando un acúmulo inmóvil de hielos, cubierto por masas de neviza adosadas a la base del cantil de Peña Vieja, ofreciendo forma semicónica, con superficie muy pendiente, algo superior cuando alcanzó máximo desarrollo a los 45°. De este modo todos los derrubios y fragmentos rocosos que caían

sobre su masa, rodaban sobre tal plano inclinado de hielos y nieves y durante un largo lapso de tiempo se acumularon en su base, constituyéndose así el acúmulo de aspecto morrénico que hoy podemos contemplar, con un perímetro que sobrepasa los 450 m.

Se trata pues de un acúmulo periglaciario constituido en época muy posterior a la desaparición de las masas de hielos glaciares y que como se ha indicado, ha venido existiendo hasta épocas ya francamente históricas.

Posteriormente, la gran masa de hielos desapareció rápidamente, de la reducción de su volumen solo quedan dispersos en el espacio circunscrito por el arco de esta especial morrena, bloques y cantos de calizas en parte abandonados por la masa de hielos y nieves al licuarse y debidos también a bloques rocosos desprendidos de los altos cantiles que forman la mole de Peña Vieja (Láms. I y III).

El fenómeno no es exclusivo de este paraje, si bien aquí, el desarrollo, la simetría y el carácter general de este acúmulo sea excepcional. Otros semejantes, existen rodeando el Pico del Naranco de Bulnes, hacia Las Celadas, en la base del gran nicho de nivación del Neverón, en otros parajes semejante de las vertientes del SE de la Torre de Cerrado o en las que miran hacia el SW del Llambrión.

Todos ellos corresponden pues a acúmulos rocosos especiales, en relación con neveros permanentes, siendo pues formas típicas periglaciares, que no deben ser consideradas como restos de un retroceso francamente glaciario, pues ello lleva a un confucionismo y más en este tipo de glaciaciones colgadas de cumbres, donde las últimas y verdaderas morrenas de retroceso tienen siempre mucho mayor desarrollo y otras características que estas masas de bloques que se presentan aisladas y a muy diferentes altitudes, dependiendo siempre de formas topográficas de detalle y de la orientación, lo que permitió la persistencia de grandes neveros.

De todos modos, estos acúmulos periglaciares sí nos indican una época de mas intensas precipitaciones nivéas que la actual y que han debido ocupar un gran espacio de tiempo en épocas ya relativamente recientes, francamente históricas, señalando así una postrera y relativamente marcada fluctuación climática, que será interesante de tratar de localizar en el tiempo.

BIBLIOGRAFÍA

- OBERMAIER (H.) — 1914 — Estudio de los glaciares de los Picos de Europa, Trab. Mus. Cien. Nat. Ser. Geol., n.º 9, Madrid.
- STICKEL (R.) — 1923 — Observaciones de morfología glaciar en el NW de España. Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat., t. XXIII, Madrid.
- STICKEL (R.) — 1929 — Observaciones de morfología glaciar en el NW de España. Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat., t. XXIX, Madrid.
- VIDAL BOX (C.) — 1943 — Notas previas a un estudio morfológico y geológico de la alta cuenca del río Sil, cuencas de Lacedana y Babia Alta (provincia de León), Rev. R. Acad. de Cien. de Madrid, t. XXXVII, págs. 95 al 117.
- HERNANDEZ-PACHECO (F.) — 1944 — Fisiografía, geología y glaciario cuaternario de las montañas de Reinosa, Mem. R. Acad. de Cienc. Ex. Fis. y Nat., t. X.
- HERNANDEZ-PACHECO (F.) — 1949 — Huellas glaciares en la Sierra de Queija (Orense) Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat., t. XLVI, Madrid.
- HERNANDEZ-PACHECO (F.) — 1958 — El Glaciario Cuaternario de la Sierra de Queija. Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat., t. LV.

RÉSUMÉ

Dans le massif oriental des Pics d'Europe au pied des hauteurs escarpées de «Peña Vieja» il y a une accumulation morainique qui a été considérée comme un dépôt provenant de la dernière phase de la glaciation Würn. A cause de la situation de ce dépôt morainique, de son altitude et des relations qu'il garde avec le secteur des ensembles morainiques (étant typiquement des relents de la dernière phase glaciaire) on déduit qu'il doit être considéré comme une formation périglaciaire en relation étroite avec le grand glacier lequel, très réduit persiste cependant dans les années de fort enneigement, donnant ainsi des conditions climatiques spéciales dans ces zones du Massif oriental des Pics d'Europe.

SUMMARY

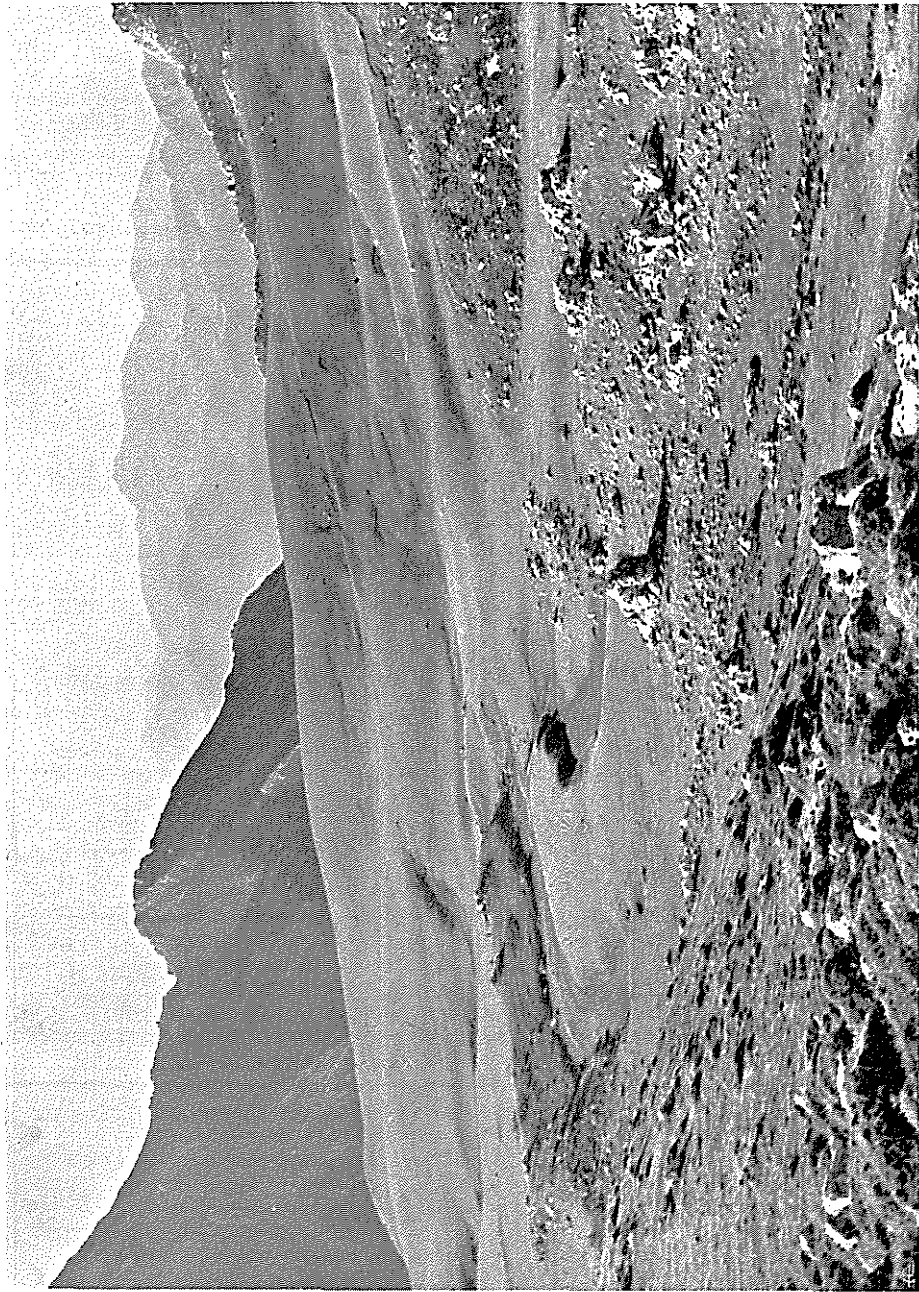
In the eastern side of the Picos de Europa, at foot of the high escarpments of Peña Vieja, there are a moraine formation that has been supposed as a deposition connected with the last backward motion of the Würm glaciation.

On account of the localization of such moraine-deposition, its altitude and the relations with the whole moraine sector, typical of the last glacial retrocession phase, it seems most probable that this formation is intimately connected with a large residual snow accumulation wich, although very diminished, still persist in years of great snowfall, and so, marks in this eastern sides of the Picos de Europa special climatological conditions.

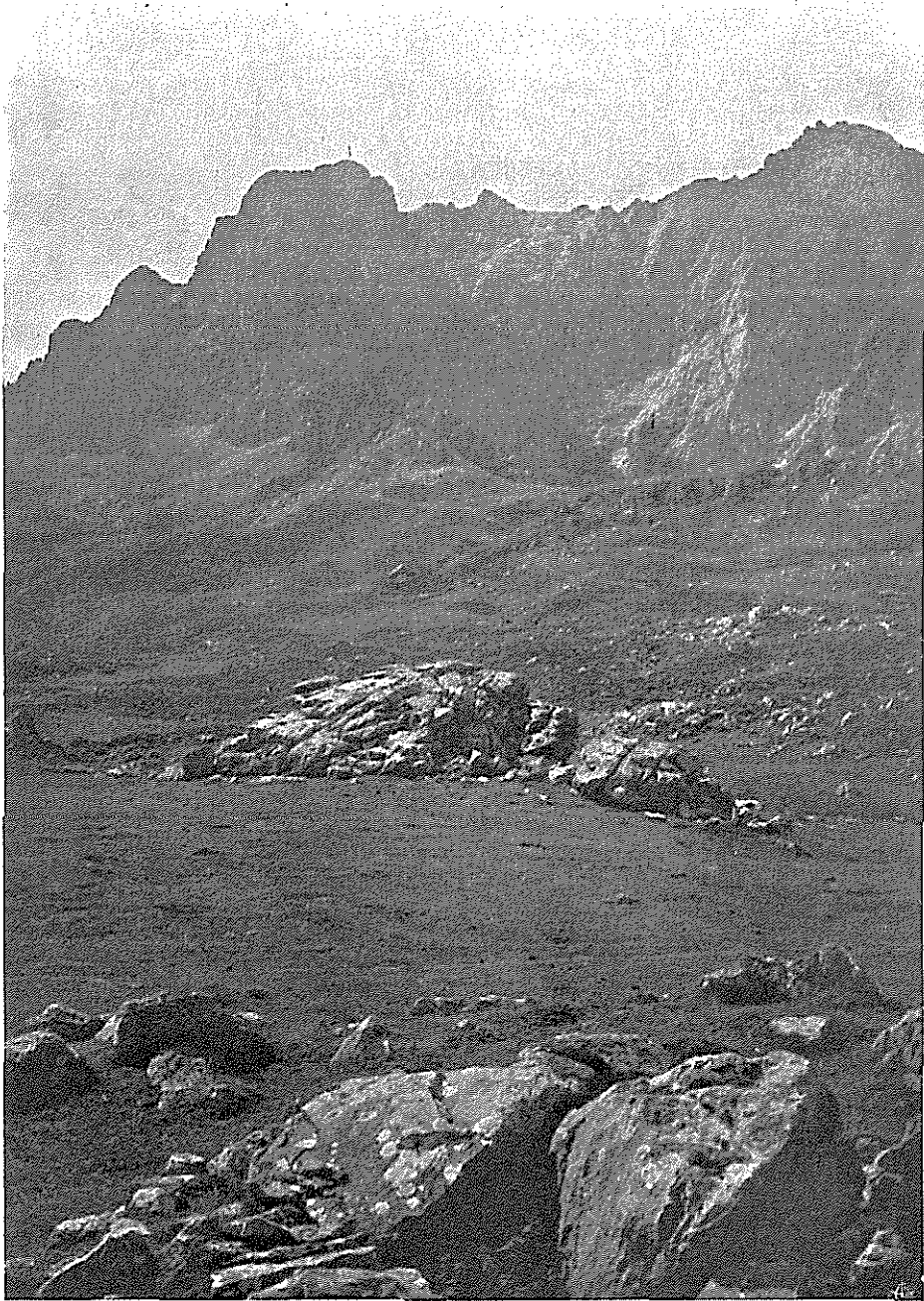


Fot. H. Pacheco

1 — Acúmulo morrénico de tipo periglacial adosado a las escarpadas vertientes orientales de Peña Vieja.
Picos de Europa.



2 — Complejo morrénico de los últimos retrocesos de la glaciación Würm al Este de Peña Vieja, en la depresión de Foy, H.-Pacheco



Fot. H. Pacheco

3 — Vertientes orientales de Peña Vieja, en las que destacan los nichos de acción erosiva nival a cuyo pié quedan localizados los acúmulos periglaciares de tipo morrénico.



Fot. H. Pacheco

4 — Zona alta de la cabecera del río Duje, en los parajes de Río Salado, en parte cubierta por depósitos morrénicos de los últimos retrocesos Würm. Al fondo los escarpados relieves de Peña Vieja.

A mó e a farinha, o forno e o pão

(Nota etnográfica)

POR

MÁRIO CARDOZO

O singelo alimento a que damos a designação de *pão*, feito de farinha amassada em água e cozida no forno, remonta, entre muitos dos povos da Terra, à mais longínqua antiguidade. É o alimento básico em toda a história da economia doméstica do homem, «o pão nosso de cada dia». E este alimento primitivo, remoto em sua origem, mas sempre utilizado e actual, tem uma tradição inexaurível, qualquer que seja o aspecto pelo qual o consideremos: histórico, económico, industrial, agrícola, literário, arqueológico e etnográfico, da superstição e dos adágios, da poesia popular ou do folclore, da religião e da liturgia. Divinizado e sagrado, o pão transfigura-se na Substância, simultâneamente corpórea e espiritual, do próprio Deus: o Senhor, na noite em que foi entregue, tomou o pão e, dando graças, o partiu e disse — «tomai e comei, isto é o meu corpo, *accipite et manducate, hoc est corpus meum*».

De modo que o estudo do pão, em qualquer das suas múltiplas facetas, é assunto que demanda uma investigação verdadeiramente inexgotável! Longe de nós pretendermos enveredar, imprudentemente, por alguma das sendas, ásperas e sinuosas, em que tal estudo se reparte e expande. Seria jornada que obrigaria o pioneiro a tombar exausto no caminho, sem conseguir avistar-lhe o termo.

Dissemos que o pão é constituído por farinha amassada, a que se deu determinada forma (*bolo, boroa* ou *broa*), e que, submetido ao calor do forno, adquiriu certa consistência que o torna inalterável durante algum tempo. Mas, como é óbvio, não só desta maneira se utiliza a farinha. Por vezes, entre as variadas modalidades culinárias por que ela é manipulada e comida, unicamente se dilui em água posta ao lume num recipiente, para se obter uma pasta cozida, a que o povo

chama *papas* de farinha. Este singelo modo da sua utilização rápida, é, decerto, muito mais antigo do que a confecção do pão propriamente dito, como alimento de conserva e duração. Entre muitos povos selvagens dos nossos domínios do Ultramar, cujos costumes tivemos ocasião de observar, no tempo já distante em que por lá peregrinámos durante a nossa carreira activa de oficial do Exército, nunca vimos essas populações utilizarem fornos de cozedura de pão. A farinha era sempre cozinhada na ocasião, e logo comida em *papas*. E até, em muitas senzalas, nem sequer se davam ao trabalho da farinação: as espigas do milho, por amuderecer e secar, eram postas directamente ao fogo, inteiras ou simplesmente os grãos separados delas, torrados numa lata e assim comidos.

Isto, que verificamos entre esses «primitivos actuais», que são, afinal, o espelho e a sobrevivência das culturas dos tempos bárbaros dos mais civilizados povos modernos, repete-se tal-qualmente entre as actuais populações rústicas da Metrópole, cujo alimento principal é a farinha de cereais (de milho, muito especialmente, e de trigo, centeio ou cevada) ⁽¹⁾, comida em qualquer das duas formas simples — em *pão de forno*, ou em *papas*.

Analisemos agora o que se passaria a este respeito entre as nossas populações dos tempos pré- e proto-históricos. São bem conhecidas as notícias de ESTRABÃO e de PLÍNIO ⁽²⁾ que nos falam do pão de bolota torrada e reduzida a farinha, de que, durante uma grande parte do ano, se alimentavam os montanhesees das regiões do Noroeste da Península. De facto, são vulgares os achados, nos nossos «castros» e «citânias», de bolota queimada, ou talvez incarbonizada ⁽³⁾, como também o aparecimento de mós manuais (trituradores do tipo neolítico e pequenas mós manuais circulares). Nunca, porém, pelo menos nas escavações que vimos realizando há muitos anos na Citânia de Briteiros, ou em Sabroso, deparámos com quaisquer restos de construções que pudessem ser seguramente identificadas com fornos de cozedura de pão, sendo certo, contudo, que entre os objectos avulsos, de pedra,

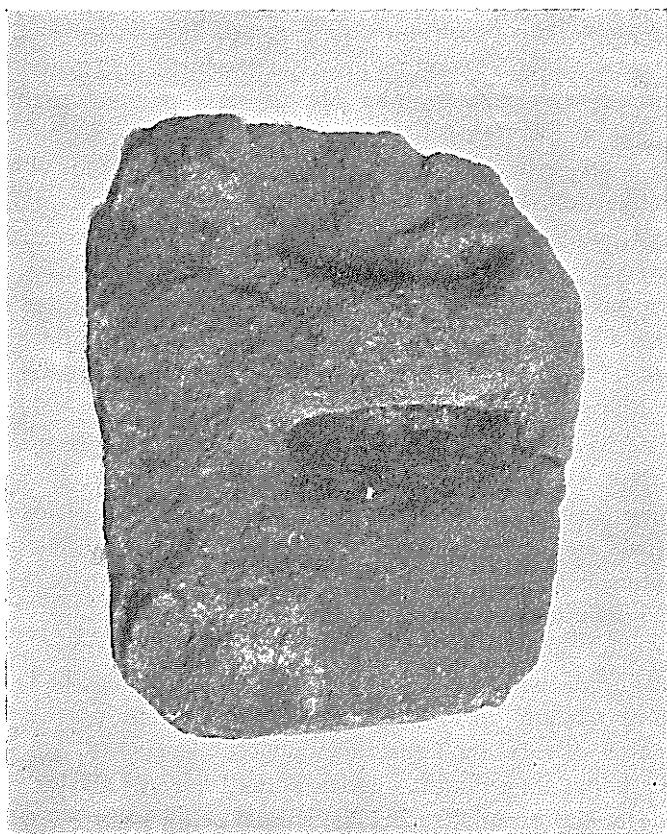
⁽¹⁾ ALBERTO SAMPAIO, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, I, 102.

⁽²⁾ ESTRABÃO, *Geografia*, III, III, 7.

PLÍNIO, *Naturalis Historia*, XVI, IV.

⁽³⁾ Um relatório sobre algumas amostras de cotilédones de carvalho (*Quercus sp.*) e de outros exemplares vegetais aparecidos nas escavações da Citânia de Briteiros, que em 1956 submetemos à apreciação e exame dos laboratórios da Estação Agronómica Nacional de Lisboa, nenhuma informação inédita acrescentou ao que já é conhecido sobre sementes proto-históricas encontradas em Portugal.

ali aparecidos (piaz, mós, etc.) se contam certas placas quadrangulares (Fig. 1), com pequenos entalhes numa das faces, dispostos como que para servirem de pegadoiro, as quais fazem lembrar tampas ou portas da boca dos fornos.



Museu de *Martins Sarmento*, Guimarães

Fig. 1 — Pedra com entalhes, procedente da Citânia de Briteiros.
(Tapadoiro de forno?)

Na Citânia de Santa Tecla, em Galiza, foram, por sua vez, descobertos, à entrada, e também no interior, de algumas habitações, certos vestígios de pequenas construções de pedra, interpretadas como restos de fornos de cozedura de pão ⁽¹⁾.

(1) JULIAN LOPEZ GARCIA, *La Citania de Santa Tecla*, La Guardia, 1927, 56.
CAYETANO DE MERGELINA, «La Citania de Santa Tecla», *Boletín del Semi-*

Ora, tão escassos e pouco seguros indícios da existência de fornos nos nossos «castros», em contraste com uma extraordinária abundância de mós manuais, parece quererem induzir-nos a concluir que o fabrico de pão seria, pelo menos, raro, ao mesmo tempo que a farinação era uma prática geral e corrente. E tantas são as mós aparecidas, que certamente cada fogo possuiria a sua, e cada família moeria para uso próprio a sua farinha. Por outro lado, da ausência de fornos se infere, conseqüentemente, que a farinha obtida seria apenas cozinhada em papas, e dela se não fabricaria geralmente o pão de forno. Se assim não fosse, o aparecimento de restos de fornos seria tão vulgar junto de cada habitação, ou mesmo no seu interior, como o são as mós. É certo que também poderemos admitir a existência de um forno comum, para toda a povoação, situado junto dela e todo construído de pedra, incluindo a cobertura, para evitar o fácil incêndio das cabanas cobertas de palha, fornos esses ainda hoje usados em muitas aldeias do Minho e de Trás-os-Montes, em Castro Laboreiro, por exemplo, no Larouco, etc. ⁽⁵⁾, tal como ainda se conservam outras práticas arcaicas de regime comunitário (utilização geral de moendas de azeite, de pastagens de gado, de águas de rega, etc.) ⁽⁶⁾. Contudo, o uso do forno único parece pouco provável que tenha existido nos nossos «castros», dada a grande quantidade de mós manuais aparecidas, e dado que as povoações que, ainda hoje, adoptam o sistema do forno comum, praticam também a farinação num só moinho, que é igualmente pertença de todos.

A farinha, que era assim, indubitavelmente, moída em cada habitação castreja, ali mesmo seria também amassada e cozinhada, prescindindo-se naturalmente do forno, e sendo então comida quer sob a forma de uma massa diluída em água, mas pouco consistente, ou sejam, as tradicionais papas da culinária rústica actual, quer em bolos ou pequenos pães de massa branda, recozidos simplesmente sobre a pedra aquecida da lareira, ou então sob a cinza quente, previamente envolvidos em certas folhas vegetais, bolos a que os Romanos chamavam *panis subcineritius*, ou *focatius*. Entre algumas populações actuais espanholas do Noroeste, como em Caravia, por exemplo, perduram ainda tais

nario de Estudios de Arte y Arqueologia, Valladolid, 1943-44, tomo xi, p. 29-30 e Lam. XXXV.

⁽⁵⁾ J. A. VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, Lisboa, 1886, I, p. 19.

⁽⁶⁾ TUDE DE SOUSA, «Regimen pastoril dos povos da Serra do Gerez», *Portugália*, Porto, II, p. 651.

JORGE DIAS, *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, Porto, 1949; *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953.

processos primitivos de panificação incompleta (7). Também em Trás-os-Montes, no Concelho de Chaves, vimos nós cozinhar, por este mesmo sistema «subcinerício», chouriços de carne de porco, apenas envolvidos em folhas de couve e colocados durante certo tempo sob a cinza quente da borralheira, os quais dessa forma adquiriam um sabor agradável e especial.

*

Analisemos agora os processos de farinação usados na Antiguidade, em confronto com os que presentemente ainda subsistem entre nós.

Dos actuais moinhos em uso excluiremos aqueles cujas pedras de mó são accionadas por um motor de qualquer espécie mecânica (de explosão, de vapor ou eléctrico), que, etnograficamente, perderam todo o interesse. Também nos dispensamos de aludir aos movidos por água corrente actuando numa roda de madeira com pás, de variados modelos, bem como aos moinhos de vento, que, embora sejam engenhos rústicos de remota antiguidade, já têm sido suficientemente estudados pelos etnógrafos e são bem conhecidos, para que a nossa descrição desperte qualquer interesse especial.

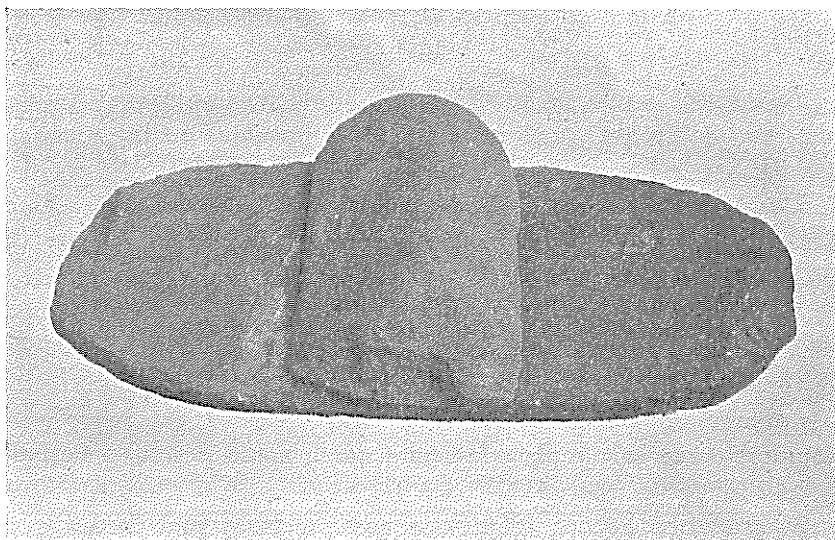
Pretendemos apenas referir-nos aos processos mais arcaicos da moagem e às sobrevivências actuais de tais processos entre as nossas populações rurais.

A maneira mais remota de triturar os cereais era a que se fazia pela compressão e esmagamento dos grãos entre duas pedras avulsas: uma disposta no solo, estável e fixa, de forma alongada, e bem polida; outra, mais pequena, que se colocava sobre a primeira, e à qual se imprimia com as mãos um movimento de vaivém, triturando assim os greiros metidos entre as duas. Estas pedras constituem o tipo de triturador que frequentemente aparece nas jazidas arqueológicas do período neolítico (Fig. 2), mas que perdura e sobrevive na Idade dos metais, surgindo ainda, um ou outro exemplar, nos nossos «castros» da época de La Tène, à mistura com as mós redondas, estas então já muito mais numerosas. Parece ser esse rude triturador que acabamos

(7) AURÉLIO DE LLANO, *El libro de Caravia*, Oviedo, 1919, p. 147-148.

de descrever o mais antigo engenho que o homem inventou para obter a farinha ⁽⁸⁾.

Extraordinário é, porém, o facto de tais trituradores, remontando ao Neolítico — período fundamental na história da Humanidade, e que, na Península, teve início 4 ou 5.000 anos distante de nós, durante o qual o homem nómada, caçador e recolector, se transforma no homem de vida sedentária e agrícola — se encontrarem ainda em plena fun-



Museu de *Martins Sarmento*, Guimarães

Fig. 2 — Triturador de cereais, do tipo neolítico.

ção, como tivemos ocasião de observar em certas aldeias da Beira Alta, por exemplo, cujos habitantes não perderam ainda (no século actual!) o hábito de muitos usos tradicionais remotíssimos, utilizando instrumen-

⁽⁸⁾ Sobre mós e trituradores primitivos, entre diversos trabalhos, vejam-se os seguintes:

DAREMBERG & SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, s. v. «mola».

SANTOS ROCHA, «Mobiliário neolítico disperso no Distrito de Leiria», *Portugália*, Porto, I 592.

L. LINDET, «Les origines du moulin à grains», *Revue Archéologique*, Paris, 1899, tomo XXXV, p. 413, e 1900, p. 17.

F. ALVES PEREIRA, Recensão do opúsculo de JOSÉ FONTES, «Balneum luso-

tos tão arcaicos, como no caso presente dos trituradores, cujos protótipos apenas hoje se encontram mumificados nas vitrinas dos museus de Arqueologia pré-histórica!

Ora no «povo» ⁽⁹⁾ da Sobrosa, da freguesia de Santa Cruz da Trapa, pertencente ao Concelho de S. Pedro do Sul, vimos nós, há anos, casualmente, um desses trituradores em actividade de utilização. Chamam-lhe ali o *caroleiro*, e não há casa no lugar que não possua um. Nele se fazem as *carolas*, nome dado ao milho depois de triturado, que fica grosso como greiros de arroz ⁽¹⁰⁾, e depois é lavado e cozinhado exactamente como o arroz, mas com febras de presunto à mistura. Confecciona-se assim a *carolada*, um prato da culinária aldeã, ali muito usado e apreciado, principalmente na ocasião da matança do porco ⁽¹¹⁾. Os moinhos vulgares não fabricam as carolas, mas sòmente a farinha fina, que lá chamam *farinha morta*, destinada apenas às papas e ao pão de forno. As carolas grosseiras, essas só se obtêm naquele singelo triturador primitivo, usado desde um passado remotíssimo, de modo que as rudes aldeãs da Sobrosa repetem assim, sem o suspeitarem, o

-romano de S. Vicente do Pinheiro», *O Archeólogo Português*, Lisboa, 1903, vol. VIII, p. 108.

A. I. MARQUES DA COSTA, «Estações prehistoricas dos arredores de Setubal», *O Arch. Português*, Lisboa, 1903, vol. VIII fig. 149 da Est. IV, e p. 270.

ALBERTO SAMPAIO, «A propriedade e cultura do Minho», *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, I, 501.

J. DÉCHELETTE, «Les meules néolithiques», *Manuel d'Arch.*, Paris, 1924, vol. I, 344.

J. LEITE DE VASCONCELOS, «Mós de carácter primitivo», *O Arch. Português*, Lisboa, 1929, vol. XXVII, 55.

⁽⁹⁾ Como divisão de carácter administrativo, não existe diferença alguma entre as designações de *povo* e de *lugar*, dentro da mesma freguesia: são ambos uma parte integrante dela, pois a freguesia é dividida em lugares ou povos. Mas, topográficamente, parece-nos existir uma diferença nítida: na Beira Alta, por exemplo, os povos são em sítios bastante afastados uns dos outros, embora pertencentes à mesma freguesia. Os *lugares*, designação mais típica do Minho, são em geral contíguos, onde termina um, logo começa o outro. São formas de povoamento iguais, mas cuja situação relativa depende naturalmente da natureza do terreno e da densidade da população.

⁽¹⁰⁾ Esta designação da farinha resultante da moedura grosseira do milho provém do provincianismo *carolo*, que significa a parte da espiga depois de debulhada dos grãos. Em certas regiões, em vez da palavra *carolas*, emprega-se o masculino, *carolos*, para designar tal farinha.

⁽¹¹⁾ No norte do país este prato, que na Beira se chama *carolada*, tem o nome de *milhos*. Vide JORGE DIAS, «O pio de piar os milhos», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1949, vol. XII, fasc. 1-2.

mesmo gesto de trabalho doméstico, a mesma posição e atitude milenárias, que se pode verificar por exemplo numa estatueta procedente de Dahchur (Fig. 3), remontando à III Dinastia egípcia, do Antigo Império, cerca de 3.000 anos a. C. ⁽¹²⁾.

A posição de quem, desta forma, tritura o milho é naturalmente pouco cómoda, de joelhos (a mesma posição das lavadeiras, à margem das correntes de água), mas, por certo, a mais eficaz nesse trabalho, tal como vemos na figurinha egípcia e na fotografia de uma negra de Moçambique, obtida pelo Prof. SANTOS JÚNIOR, com o triturador na frente e as duas mãos sobrepostas e bem apoiadas, com força, num pequeno seixo duro e polido, a que na citada povoação da Sobrosa chamam *môsita*, com a qual se esmaga o milho deitado atrás dela, e, greiro a greiro, vai deslizando num sulco da pedra inferior, ao longo do qual tem lugar o atrito das duas pedras. As carolas vão caindo pelo lado da frente, numa toalha de linho, alvo e áspero, que se teve o cuidado de estender para recolher a moedura. A negra recolhe-a, como se vê na gravura, num açafate redondo, de fundo baixo, tecido de fibras vegetais, a que, em certas regiões angolanas, se dá o nome de «quinda» (Fig. 3).

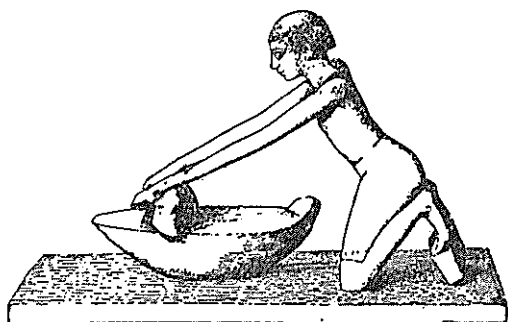
Destinados a função idêntica, e com o mesmo feitio, são os trituradores chamados «metates», com pernas talhadas na mesma pedra, que assim se mantêm afastados do solo, moinhos estes de que dá notícia o ilustre etnólogo Prof. Dr. JORGE DIAS ⁽¹³⁾, usados em certas aldeias do norte do país, como em Vilarelho da Raia, e que os incas e aztecas da América pré-colombina já também utilizavam, não só como moinho de farinha, mas especialmente no fabrico do chocolate, para cujo fim era necessário aquecer a pedra inferiormente, com um braseiro colocado debaixo dela; por esse motivo se justifica a existência das pernas, para altearem o «metate».

*

Passando agora a considerar as *mós manuais redondas*, do tipo castrejo (Fig. 4), a cuja parte móvel superior se imprime, não o movimento de vaivém empregado nos trituradores, mas o movimento cir-

⁽¹²⁾ DE MORGAN, *Recherches sur les origines de l'Égypte*, Paris, 1896, I, p. 144, fig. 325.

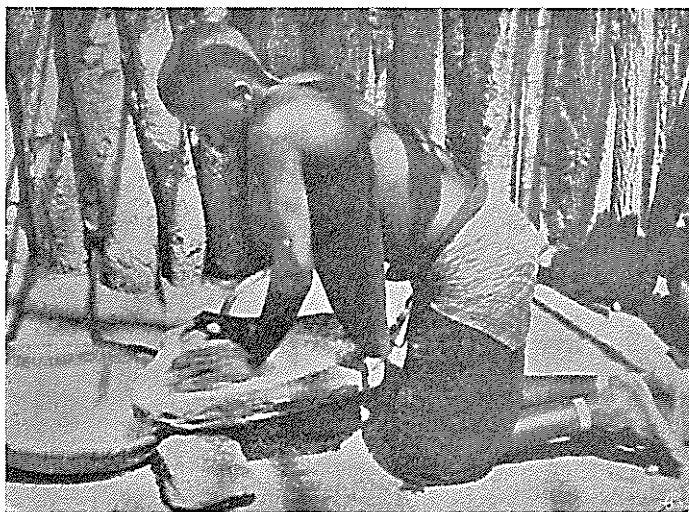
⁽¹³⁾ JORGE DIAS, «Um metate em Vilarelho da Raia», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1949, vol. xii, fasc. 1-2.



1



2



3

Fig. 3 — Um processo milenário, e actual, de farinação :

1 — Estatueta procedente de Dahchar, remontando à III Dinastia egípcia (8.000 anos a. C.).

(Segundo *Lindet*)

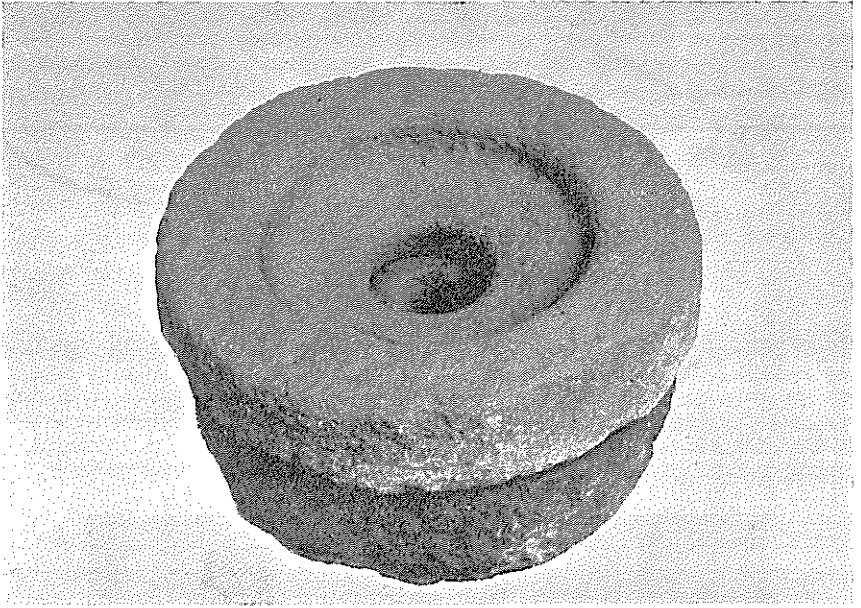
2 — Mulher da Sobrosa, freguesia de Santa Cruz da Trapa, triturando o milho para a *carolada*.

(Foi. do *Autor*)

3 — Negra de Moçambique preparando a *ufa* (farinha).

(Segundo *Santos Júnior*)

cular, é evidente que nos encontramos em frente de um aparelho de moagem mais perfeito e posterior ao triturador de pura tradição neolítica.



Museu de *Martins Sarmento*, Guimarães

Fig. 4 — Mó manual circular, do tipo castrejo.

tica ⁽¹⁴⁾. Pois também essa pequena mó redonda, movida à mão, é ainda actualmente usada em algumas regiões de Portugal ⁽¹⁵⁾. Consta

⁽¹⁴⁾ Certamente de origem também anterior à da mó redonda é o almofariz ou gral, como aparelho de farinação, que consta de um recipiente de pedra onde os greiros do cereal são esmagados pela percussão continuada de uma forte e grossa haste de madeira, o *pilão*, manejada verticalmente. É o sistema vulgarmente adoptado pelos povos selvagens africanos, e outros, cujos almofarizes são geralmente cavados em troncos de madeira. Conservam todavia igualmente o uso do triturador descrito, de tradição neolítica entre nós (Vide J. R. DOS SANTOS JÚNIOR, «Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique. 1.ª Campanha», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1938, vol. VIII, Est. LII, fig. 73). Também os chamados «pios» de «piar» o milho não são senão almofarizes, divergindo apenas do almofariz usual pela maneira de actuar do *pilão*, que nos «pios» é movido com o pé (Vide JORGE DIAS, «Os pios de piar os milhos», cit.).

⁽¹⁵⁾ ROCHA PEIXOTO, «Do emprego ainda recente de uma mó manual», *Portugália*, Porto, vol. I, p. 592.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA MONTEIRO, «Porto Santo», *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1947, vol. I, p. 374 e fig. 13.

esta primitiva moenda de uma parte inferior, firme, chamada o pé, e de outra, superior, que gira sobre ela, a *andadeira*. Através de uma perfuração praticada no centro da andadeira, se lançam os grãos do cereal, que o movimento de rotação introduz entre as superfícies em contacto das duas pedras, aí são triturados e a farinha expelida pelos lados. O movimento da pedra superior, ou andadeira, é-lhe comunicado pelo esforço da mão actuando sobre um cabo de madeira ou manivela, introduzida num orifício próprio praticado nessa pedra.

É uma questão muito interessante, e ainda por esclarecer completamente, se estas mós manuais, que em tão grande abundância surgem nas explorações dos nossos «castros», só terão ali sido introduzidas pelos Romanos, como parece ter acontecido também com a cerâmica trabalhada ao torno do oleiro, ou se o seu uso entre essas populações proto-históricas seria anterior à Cultura romana. Queremos supor que eram de introdução mais antiga, talvez celta, o que não exclui a hipótese de o invento poder ser de origem itálica, ou melhor, mediterrânea ⁽¹⁶⁾.

Não temos, porém, conhecimento de achados de mós circulares em jazidas de tempos mais recuados, seja, por exemplo, em estações eneolíticas, ou mesmo já do Bronze avançado. SIRET, em seus notáveis trabalhos de investigação sobre a Cultura almeriense e argárica, não nos dá notícias do achado de mós manuais redondas, mas apenas dos conhecidos trituradores de tipo neolítico. Referindo-se às Culturas dos começos daquelas estações, diz: «La moulure du blé se fait au moyen de moulins à bras primitifs, à mouvement alternatif; la suite n'a fait que perfectionner ces appareils par l'application du mouvement rotatif» ⁽¹⁷⁾. E o Prof. MATA CARRIAZO, no seu trabalho publicado em 1947 sobre a Idade do Bronze na Península, informa, referindo-se à estação de El Argar: «Sus ajuares domesticos nos dicen el consumo de los cereales, en los granos de trigo y de cebada que aparecen por todas partes, calcinados o no, y en los numerosos molinos de mano que se encuentran a cada paso» ⁽¹⁸⁾. Não especifica, é certo, se tais moinhos são ou não circulares; supomos, porém, tratar-se apenas dos chamados trituradores. Por sua vez, nas importantes explorações do povoado eneolítico

⁽¹⁶⁾ Vide especialmente a obra de L. LANDET, cit.

⁽¹⁷⁾ L. SIRET, *Questions de Chronologie et d'Ethnographie Ibériques*, Paris, 1913, tomo I, p. 7.

⁽¹⁸⁾ JUAN DE MATA CARRIAZO, «La Edad del Bronce», *Historia de España* dirigida por MENENDEZ PIDAL, Madrid, 1947, Tomo, I, vol. 1, p. 827.

português de Vila Nova de S. Pedro, também o saudoso Padre JALHAY e AFONSO DO PAÇO não deram notícia senão de trituradores, e ainda de um grande almofariz de pedra, que poderia ter servido igualmente para o uso da farinhação (10).

*

Resta-nos dedicar algumas palavras ao forno de cozer o pão, que, na indústria moderna, atingiu também requintes de perfeição, com o seu aquecimento obtido, inclusivamente, por meio de resistências eléctricas. Não é a esses fornos que nos interessa fazer aqui alusão, mas sim aos velhos fornos, enegrecidos do fumo, aquecidos a lenha ou torga, das enormes cozinhas rústicas portuguesas de abastadas casas de lavoura, ou de humildes cabanas de pobres.

Feitos de tijolos dispostos em abóbada, ou constituídos por uma peça única, inteiriça, de barro cozido, que na olaria de Guimarães, por exemplo, tem o nome de «forno de panela», outros há, em certas regiões do país onde o barro não abunda, que são inteiramente de pedra, dizendo-se cozerem melhor o pão do que os outros. Alguns destes fornos, quando observados na sua estrutura interna, mostram um tecto constituído por sucessivas fiadas horizontais de pedras sobrepostas, avançando e fechando de cada vez mais, à medida que vão ganhando altura, até completarem a cobertura (Fig. 5). Trata-se, pois, do mesmo sistema de construção das chamadas «falsas cúpulas», empregado em certas edificações abobadadas, muito primitivas, a que se dá em Arqueologia a designação grega de *tólos* (τόλος) como se pode ver, por exemplo, nos conhecidos monumentos sepulcrais da nossa Cultura de Alcalar, no Algarve (20).

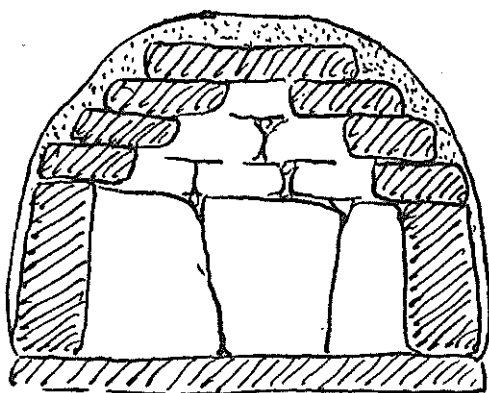
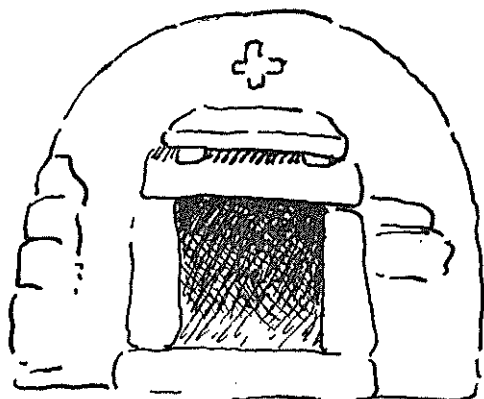
Finalmente, em certas aldeias serranas de Trás-os-Montes, para fugirem ao perigo de incêndio das choupanas, geralmente cobertas de colmo, e muito raras as de telha, adopta-se a *casa do forno* comum do povoado, que os habitantes utilizam sucessivamente, cada grupo de famílias em seu dia marcado.

Na curiosa povoação de Gralhas, no sopé da Serra do Larouco,

(10) EUGÉNIO JALHAY e AFONSO DO PAÇO, «El Castro de Vilanova de San Pedro», *Actas y Memorias de la Sociedad de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Madrid, 1945, Tomo XX, pp. 21 e 23 da Sep., Lam. XX, n.º 2 e fig. 12, n.º 10.

(20) ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Lisboa, 1889, vol. III, est. XVII, entre págs. 236-237.

observámos detalhadamente um destes fornos (Fig. 6): é uma sólida construção com o tecto formado de lajes sustentadas por quatro arcos de pedra. Para aguentarem o esforço dos arcos, as paredes laterais da casa são reforçadas com outros tantos contrafortes, ou «gigantes».



(Des. do Autor)

Fig. 5 — Um forno rústico, de pedra, da cozedura do pão, vendo-se no corte o processo de construção arcaico, em «falsa cúpula».

O edifício é formado por dois compartimentos: um alpendre, coberto de colmo, que serve de arrecadação da lenha e torga destinadas a alimentar o forno, e onde, na parte central, existe uma grande mesa de pedra, que se cobre com uma toalha de linho, e, sobre ela, são colocadas as broas prontas a entrar no forno; o outro compartimento, bem

fechado de pedra por todos os lados, incluindo a cobertura, para evitar o perigo de incêndio, contém o enorme forno, que comporta as grandes fornadas, correspondentes a alguns alqueires de centeio, pertencentes às várias famílias que na ocasião se utilizam dele. Em dia ajustado, compete a um dos da povoação acender o forno para a cozedura em comum, designando-se para os restantes dias da semana decorrente as famílias às quais tocará respectivamente a utilização do forno. Por todos vai também dando a volta a obrigação de acarretar a torga e lenhas para o aquecimento do forno comum.



(Fot. do Autor)

Fig. 6 — A casa do forno, de uso comunitário, na freguesia de Gralhas (Serra do Larouco).

A casa do forno é um centro de reunião e de conversa, nas noites frígidas do inverno da Serra, por ser um local aquecido, e portanto, confortável. Ali se albergam também os mendigos errantes, de passagem pela povoação. Deste modo, a casa do forno é local de cozedura do escuro pão de centeio, clube da terra, abrigo e pousada de pobres mendicantes. Fornos iguais a este que acabamos de descrever vimos também um na povoação de Pedrário, outro em Travassos, junto da estrada de Braga a Chaves. Parece tratar-se de um modelo geral adoptado em Terras de Barroso.

Muiños de maré

POR

XAQUIN LORENZO FERNANDEZ

A importancia que sempre tivo na Galiza o consumo dos grans panificables, óllase craramente nos moitos inxenios que atopamos destinados a moelos.

Fora da forza animal, da que niste senso non temos noticias na nosa terra, total-as demais forzas de enerxía foron empregadas pra conseguir iste obxeto: o home, os rios e o vento. Hoxe podemos engadir outra forza mais: as marés.

En resume, coñecemos na Galiza os seguintes tipos de muiños: *muiños chairos*, accionados pol-o home e que actúan por meio da fricción de duas pedras; aparecen dende o neolítico e aínda se atopan nos castros. *Muiños circulares* de man, pequenos, co pé fixo e moa que xira sobor de aquíl, movida pol-o home; istes muiños atopanse dabondo na cultura dos castros, traguidos, cecais, pol-os romanos. *Muiños de auga*, da mesma forma que os anteriores, anque de maior tamaño; iñoramos a data do comenzo do seu emprego, anque parez iniciarse pol-o século VII; podemos distinguir niles tres tipos: con *rudicio* horizontal, con *rudicio* vertical recibindo a iauga por riba e os mesmos accionados pol-a iauga que corre por baixo de íles; istes dous derradeiros tipos reciben na Galiza o nome de *acéas*. *Muiños de vento*, que semellan aparecer pol-o século XVII ou XVIII, tendo pouco emprego e que aixiña se deixan de usar, quedando somentes na actualidade contadísimos exemplares en funcionamento; as suas aspas difiren na estrutura dos empregados no resto da Península. Pra remate, atopamos tamén *muiños de maré*, dos que nos imos ocupar eiquí, mais denantes queremos aludir ós *píos* pra piar o gran, dos que temos mostras nos castros e que aínda se poden atopar empregados hoxe no N. de Portugal e no S. da Galiza, ben que a su función non seña moer, senon esmagar o gran.

Os *muiños de maré* foron durante moito tempo iñorados pol-os

investigadores nas costas galegas, anque parez ser que se coñecían no litoral asturiano. No ano de 1956 pudemos nós situar ún e, a seguir, outro mais, acadando noticias de varios que existiron ou existen aínda pol-as nosas costas.

O primeiro que visitamos foi na Illa de Arousa, ò que pertescen os datos que imos dar; logo ollamos outro en Catoira, perto de Vila-garcía, mais xa desfeito. Finalmente, acadamos noticias de algúns que se atopan, en ruiñas ou funcionando, en diversos puntos do noso litoral.

Istes muiños, como indica o seum nome, aporveitan a forza da maré pra seren postos en marcha, mais sendo as maré duas e de dirección oposta, somentes durante unha de elas se move o muiño.

O primeiro que iste muiño precisa é un lugar adoitado prò seu emplazamento.

Precurase pra il un entrante fondo da costa, de boca o mais estreita posible e que teña o fondo erguido de tal xeito que estie en seco na maré baixa, mais que se encha totalmente na outra.

A entrada de iste seo péchase c-unha parede de pedras grandes, ligadas antre sí por un morteiro que non deixe escoar a iauga; no centro de iste muro montase o muiño e fanse dúas buratas òs lados que se pechan con sendas comportas (Fig. 1). As comportas manteñense abertas namentras rube a maré e pechanse canda xa encheu de todo; entón, namentras a maré baixa, traballa o muiño, que torna a parar cando o mar comenza de novo a rubir.

O muiño é semellante òs de rudicio. O que nós ollamos na illa de Arousa tiña dúas moas, mais tamén-os hai de unha soía.

O rudicio (Fig. 2) defire dos correntes en que as penas (Fig. 3) son pechadas pol-a banda de fora, de tal xeito que o conxunto semella un toro de madeira con ocos escavados darredor pol-o cara de riba.

Iste rudicio, que leva no canto inferior do seu eixo u *ovo* feito de un croio e unha *rá* do mesmo material, vai dentro de un cilindro de pedra no que voltea axustado. Iste cilindro ou *sartego* é outo e está pechado por riba co *pé* sobor do que xira a *moa*. O armadillo do gran e da fariña son como nos restantes muiños (Fig. 4).

A iauga entra no sartego por un burato que vai disminuindo de fora a dentro (Fig. 5), lanzando a iauga en dirección tanxencial á superficie interna do sartego, de xeito que non bate contra o rudicio, senon que adquire un movemento de remuíño no interior do cilindro, remuíño que leva consigo ò rudicio e faino xirar.

Esta auga, craro está, ten que sair, e faino por unha abertura

que se atopa do outro lado do *sartego*, calibrada de tal xeito que deite a mesma cantidade de líquido que entra, pous si sai mais non se forma o remuíño e si sai menos atuase o rudicio. Por esta razón, deixa de funcionar en canto a maré deixa totalmente ceibe a saída da auga. Entón o muiño pexa e ábrense as comportas pra recoller de

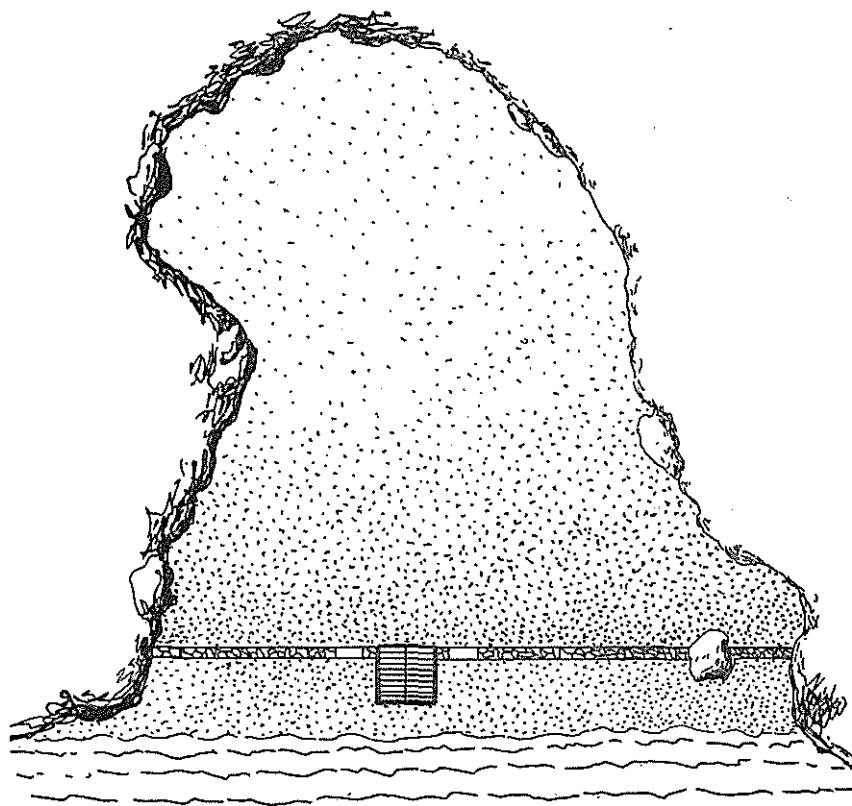


Fig. 1

novo o mar no interior do seo, namentras que se pechan as do sartego deica o intre en que comence de novo a baixar a maré, en que se comenza a moer outra vez.

O muiño de maré péxase o mesmo que os outros, por meio de unha palanca que rube e baixa a *moa*, cuio roce co *pé* abonda pra frealo e faguelo parar.

No muiño da illa de Arousa atopanse, como deixamos dito, dúas moas (Fig. 6), mais o seu funcionamento é o mesmo; a cantidade de

moas depende somentes do volume de auga que se poida embalsar na maré chea.

Pol-o de hoxe non sabemos cousa algunha da orixe de istes muiños nin da data en que apareceron. Cecais unha esculca antre

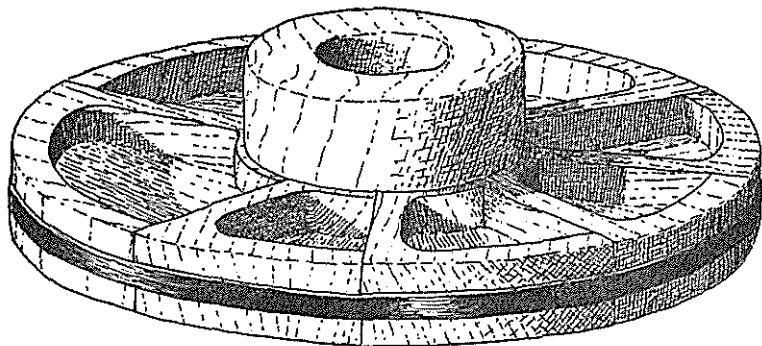


Fig. 2

os documentos do meievo permita albiscar algo en col da segunda interrogante.

Pra resolvel-a primeira compría un estudo comparativo cos posibles muiños de maré noutras terras da Europa, mais pol-o de hoxe carecemos de materiás pra il.

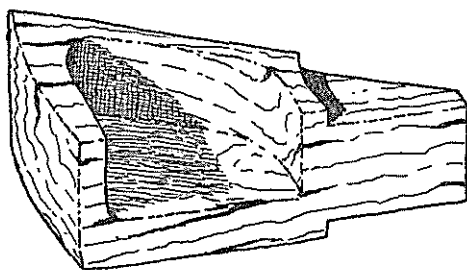


Fig. 3

No intre de hoxe, somentes se pode afirmar un feito: os muiños de maré teñen orixen atlántica, xa que somentes nas terras oceánicas se atopan marés con intensidade dabondo pra que istes inxenios poidan funcionar.

Nas nosas costas, a intensidade da maré é de uns 2'50 mts,

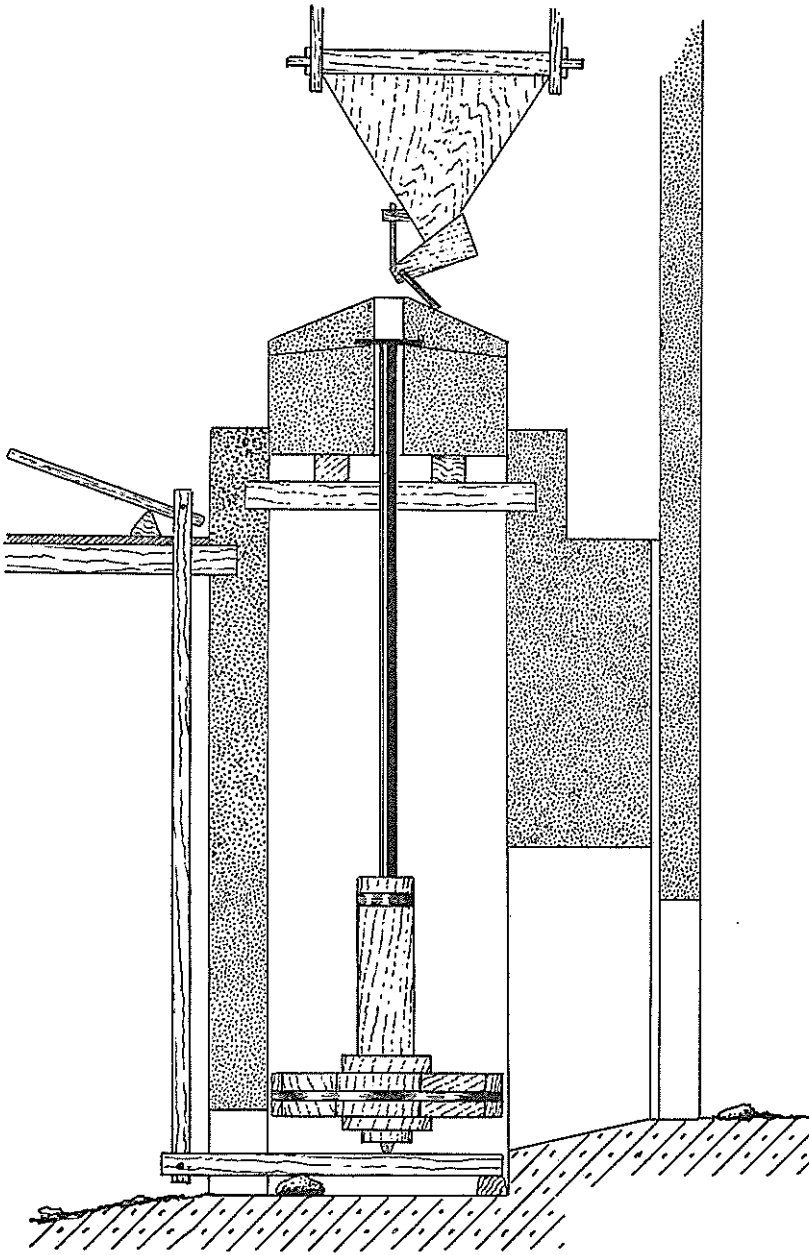


Fig. 4

namentras que nos mares interiores, como ocorre no Mediterrâneo, apenas se pode percibir.

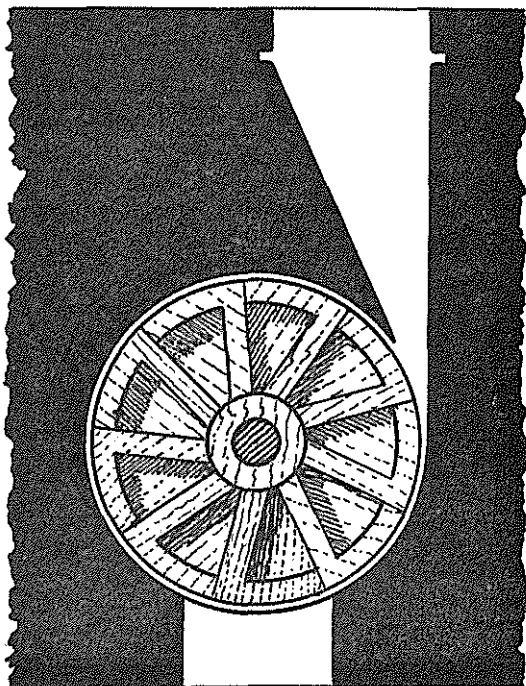


Fig. 5

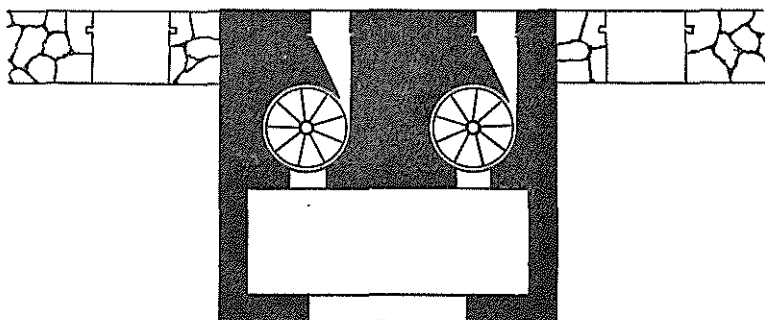


Fig. 6

Iste feito indica, pol-o tanto, que iste tipo de muiño é orixinário de terras oceánicas.

RÉSUMÉ

On fait connaître par la première fois dans Galicia les moulins par la force des marées.

Ces moulins sont établis dans une petite anse qui sert à retenir les eaux de la marée haute. Puis, tandis que en descendent, l'eau sort par une ouverture pour aller à un cylindre en pierre où elle tourne et traîne la roue hydraulique à axe vertical, la quelle à la fois meut la meule.

Le moulin décrit, avec deux meuls, se trouve dans l'île de Arousa, dans la baie du même nom.

Qu'ils s'agit de moulins d'origine atlantique c'est évident, puisque uniquement dans les côtes de cet océan on trouve des marées avec d'intensité suffisant pour son fonctionnement, ce que n'arrive pas dans les mers intérieures, comme le Méditerranée.

SUMMARY

An Account for tide-power mills is given for the first time. This kind of mills are set in an inlet, in which water is dammed up at high tide. Then, as this is coming down, the water comes through an opening up to a cylinder in which it turns round dragging along the turbine, which, at its turn, moves the millstones.

The mill so described, with two grind-stones, is to be seen at present in the Isla de Arousa, in the mouth of the river with the same name.

We deal, no doubt, with Atlantic origin mills, since that, only in the shores of this Ocean, seas with the necessary intensive tides for their work are to be found, what does not happen in inland seas such as the Mediterranean.

Equatorial influences in the Prehistoric Cultures of Southern Africa

BY

J. DESMOND CLARK

For many years now it has been apparent that the western equatorial regions of the African continent were, during the Stone Age, the home of cultures which showed as great a degree of specialisation in their stone industries as those of any other part of the continent. This degree of specialization must have been due fundamentally to the nature of the environment in which these cultures flourished rather than to any differences in physical stock, or inherited culture tradition of the makers. These would, however, have played an important part once man had established himself in equatorial forest country.

The evidence available suggests that, with the exception of the dry period at the end of the Lower and beginning of the Middle Pleistocene when for a time the makers of Oldowan Pebble Culture tools penetrated the peripheral parts of the forest country, it was not until the end of the Earlier Stone Age that man was able to establish himself permanently in moist evergreen forest country. Sites of Acheulian age are quite rare in this type of country and they are by no means common in the moist semi-deciduous or dry deciduous forest country either. Those that do occur show little or no difference in technique or typology from the Acheulian of the savannah and grassland regions where the Chelles-Acheul culture had developed. It is apparent, therefore, that the spread of human culture to the forest country was most probably an outcome of the widespread dessication that can be shown to have taken place at the end of the Kanjeran pluvial. Once established in Equatoria, however, (if we may refer to the region of the Congo basin by this name) the culture seems to have undergone a fairly rapid transformation as a result of a more balanced adaptation to an

ecology very different from that in which it had grown and flourished. As the forest retreated, so man advanced. During the succeeding Gamblian pluvial the ecological changes became even more emphasized with a correspondingly greater adaptation and degree of specialisation in man's material equipment. One only has to look at the typological differences between the Kalinian or Lupemban, on the one hand, and the several Middle Stone Age variants of East and South Africa on the other, to see that environment has played more than a minor part in moulding the particular forms of these different artefact complexes.

The Congo Basin has been described as «the nuclear region of Africa» and there is some evidence to suggest that this may have been as true of certain periods in prehistory as it is of historical times.

It has been suggested that in Stone Age times the Congo basin was one of the «retreat areas» to which man retired when the drier regions, which seem always to have been preferred, became too dry to support human life adequately. Conversely, with an amelioration of climatic conditions and an improved vegetation pattern, man moved back into those parts that he had previously had to vacate, bringing with him new forms of tool and new techniques for acquiring food that he had learned during his years of «exile». Exactly how far such a theory presents a true picture of events it is not possible as yet to ascertain owing to the incompleteness of the evidence. Recent indications show that it is unlikely that the «pluvials» and «inter-pluvials» represented the extremes of climate that would seem to be implicit in the terms themselves. It is permissible to employ them in a relative sense only and it is by no means so certain that human migrations were of the magnitude that the theory suggests. That local regional movements took place few are likely to deny, but in the writer's opinion the theory of the abandonment of vast areas on account of increasing dessication, especially in the savannah regions, does not take sufficient account of human or animal tenacity and adaptability.

During the Kanjeran/Gamblian interpluvial and the earlier part of the Gamblian itself, large parts of central and south-eastern Africa were occupied by the makers of the Sangoan complex. It has been supposed that this culture had its origin in Equatoria and spread from the Congo Basin as far south as Natal and as far north as the Sudan.

Immediately outside what is believed to have been its original forest home, many of the characteristic stone tools found in the culture's homeland are well represented. The further away from the focal area

we go, however, the less apparent do the supposed connections with it become. It may be questioned whether such a pattern is really indicative of a spread of Sangoan culture from Equatoria or whether it might not simply indicate that changes in diet due to climatic changes had necessitated the introduction of new methods of securing food and enabled man to move into previously uninhabitable country. In time these changes found expression in a new stone industry. For example the high proportion of woodworking tools present in most Sangoan assemblages may simply be man's answer to the necessity to make his home in a different type of country and need not necessarily imply that there is any more connection between, say, the Sangoan of the Congo and that in Natal other than that they both reflect the broad pattern of known cultures in wooded country at that particular period of man's development.

The pattern can equally well be explained, therefore, by assuming that in the most heavily forested country the greatest specialisation in woodworking tools will be found. In open savannah and thicket country the wood working tools will be reduced to a minimum and be generally of an unspecialised form, while there will be less necessity to replace the older traditional forms since no very great change will have taken place in the environment.

Which one of these theories approaches nearest to the correct answer will probably only be resolved by stratigraphical evidence. If the theory that the Congo Basin was the focal point in which the Sangoan developed and from which it spread, is correct then the earlier and developmental stages should occur only in that region and at an earlier time than the fully developed Sangoan appears elsewhere.

In so far as it is permissible to speak of a Sangoan or a Lupemban culture when all that is left to us are the stone implements and all knowledge of the social or economic organisation of their makers is lost for ever, then, bearing in mind that they all have their origins in a woodland economy, we can regard the broad overall similarities between the different variants of the Sangoan as knitting them together into a single complex. Considerable caution is demanded, however, before we can say whether these similarities are the result of specific cultural connections and movement of peoples or whether they are merely symptomatic of a particular stage of human cultural development under certain environmental conditions. The stratigraphical evidence is too conflicting at present for us to accept the migration theory unreservedly and it is greatly to be hoped that future research

will be directed to an attempt to elucidate this problem. Within the understanding of these limitations, therefore, we can point to certain Congo basin elements which make their appearance in regions sometimes many hundreds of miles distant from its borders.

The type-Sangoan culture (if we may call it such) of the Congo is best known from the fine pioneer work of J. JANMART (1) and L. S. B. LEAKEY (2) in North-eastern Angola, and of MORTELMANS (3) and others in the Belgian Congo. An exact knowledge of this culture in the «type region» enables us to appreciate its relationship with the other regional variants of the Sangoan, each of which shows individual characteristics. Although the regional Sangoan cultures differ in varying degree they all show an emphasis on heavy stone tools which are believed to be equipment for working wood and its by-products. Heavy chopping, planing and scraping tools are found throughout the complex and the similarities are close between some of the forms of parallel-sided or high-backed pick or horse-hoof scrapers, for example, whether they be from the Kasai, Katanga (4), Angola (5), Northern Rhodesia (6), Kenya (7), or Natal (8). The fact that the nearer the homeland the closer are the typological similarities lends support to the belief that the complex may have spread, not necessarily as a result of human movement, but by an exchange of ideas and techniques throughout those regions where the environment favoured or rather dictated such equipment.

Thus the specialisation that we find in the later Middle Stone Age industries in Equatoria in projectile weapons with cutting edges can probably be interpreted as man's answer to the difficulty of following game in forest country.

The ordinary wooden-pointed spear has little or no cutting potential but by mounting a stone head on the end of the spear the hunter provided himself with a weapon which could cut as well as penetrate. It is very much easier to follow the track of a wounded animal if it is losing blood and it is suggested that it was primarily for this purpose that the stone headed spear was evolved. It seems not unreasonable to postulate that, so far as southern and central Africa are concerned, this invention may have originated in woodland/forest country where visibility is often very restricted. Once evolved the idea must have spread very rapidly to most parts of the subcontinent.

The finest examples of the projectile points are the beautiful, long, foliate points found with the Lupemban (Djokocian) culture in the

Congo Basin ⁽¹⁾. The distribution of this type of tool is imperfectly known but it certainly extends east of Lake Victoria in Kenya and it is likely to be found also down the east side of Lake Tanganyika. Its southward extension is unknown but it probably extends into central Angola, and two fine examples have been found with what can be described as a Rhodesian Lupemban industry at the Kalambo Falls near the south-east end of Lake Tanganyika. This industry shows an interesting blending in its typology and techniques between the Congo Lupemban and the Rhodesian Stillbay industries of the savannah regions (Plate 1). Besides the «lanceheads» the Lupemban element is represented by various gouges, ciseaux and «pick» forms, and there can be no doubt that there must be close association with the Lupemban of the Kasai and Katanga. On the other hand various forms of unifaced point, scrapers on flakes and the well developed prepared core technique show that the more usual elements found with the Middle Stone Age in savannah country are also represented.

This same blending of typical Middle Stone Age forms with what we have come to consider as equatorial elements can be seen to exist, though less clearly, a good deal to the southward of the Kalambo Falls. The early Middle Stone Age industry from the Upper Pleistocene breccia deposits on Twin Rivers kopje, near Lusaka, is a fairly typical Rhodesian proto-Stillbay industry in quartz, with the exception of certain thick-sectioned lanceolate «points» up to 16 cms long, which resemble fairly closely some of the Kalinian or early Lupemban forms from the Congo (Plate 2 Nos. 1 and 4). Such tools at Twin Rivers are rare and quite unexpected but may be considered to indicate that influences from Equatoria were at that time capable of reaching into the Zambezi basin.

Further south still, in the Upper Zambezi Valley, the rather unexpected bifaced «points» that are found with the same stage of culture may perhaps be interpreted as the most southerly expression of the Kalinian or early Lupemban point or pick (*pic-poignard*), and resemble

(¹) It is not intended to imply that this was the only use for these tools. The terminology employed here is that proposed by Mortelmans (See 13). Industries termed Upper Sangoan by Leakey in North East Angola (*Kalinian évolvé* of Breuil and Janmart) are described as Lupemban in the Belgian Congo. Leakey's Final Sangoan and Lupemban of North-East Angola (*Kalinian supérieur* and *Lupembienne* of Breuil and Janmart) correspond to a transitional and early Tshitolian in the Belgian Congo terminology.

forms found with what may be termed intermediate industries in the Katanga (intermediate between the forest and savannah forms (9)). (Plate 2 Nos. 2 and 3 Plate 3 Nos. 1 and 2). In most other respects, however, the proto-Stillbay of the Upper Zambezi conforms to the pattern of the savannah and park land regions. A few high-backed «boat» shaped tools, worked on the upper face only, occur in these industries, and it may even be that the apparently extraneous element in the central Transvaal represented by HARCUS' (10). Primorose Ridge industry can also be interpreted as an expression of equatorial forms that may be related to the «boat»-shaped tools and «tea cosies» of the Lupemban.

Another equatorial element that makes its appearance in more easterly regions is the small Kalinian-type pick. These are believed to have been small hand chisels, adzes and gouges and both bifaced and unifaced forms occur. These are the most characteristic tools of the Upper Sangoan industry in the Luangwa Valley of Northern Rhodesia and at the northern end of Lake Nyasa (11). A special form is made on a pebble, one face only is worked the other face being formed by the natural surface of the pebble (Plate 4).

There must be a fairly close connection between these industries and that at the Kalambo Falls and it is not unlikely that it may have been along one or both sides of Lake Nyasa and down the Mozambique Plain that the Sangoan influence represented in the Tugela Culture reached Natal.

During and shortly before the dry period at the end of the Pleistocene when cultures of the Second Intermediate Period flourished, the characteristic industries of southern Africa were of Magosian/Howieson's Poort type. Revolutionary new techniques and new types of tool were being introduced into the sub-continent, partly no doubt as a result of diffusion and culture-contact, partly also probably as a result of the southward movement of new racial stock. One of these new types of tool that appears to have been introduced into southern Africa during the final stages of the Middle Stone Age and First Intermediate times was the tanged or shanked point. Such forms, though rare, are known from the Cape (12) (Plate 3 No. 3), the Transvaal and Southern Rhodesia at this time. They have not yet, (with one doubtful exception), been found in Northern Rhodesia or in East Africa (except Uganda) but tanged points are well represented in the Congo and Angola with the Upper Lupemban and Lupembo-Tshitolian cultures (13). It seems possible that the tanged point (the

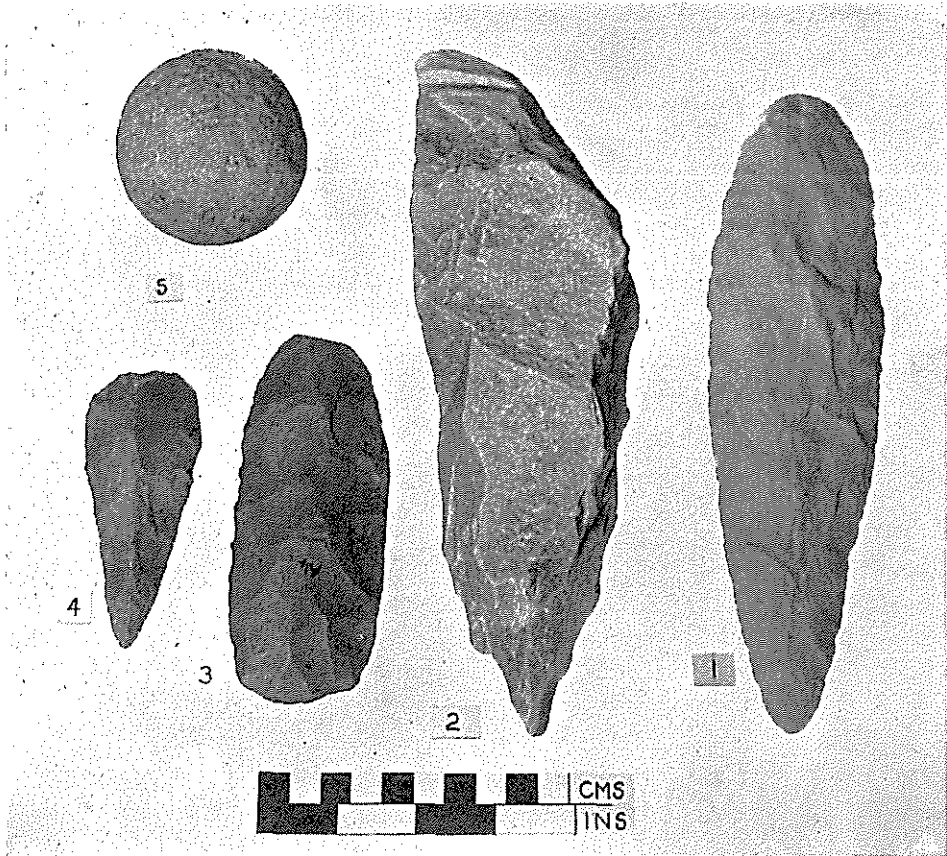
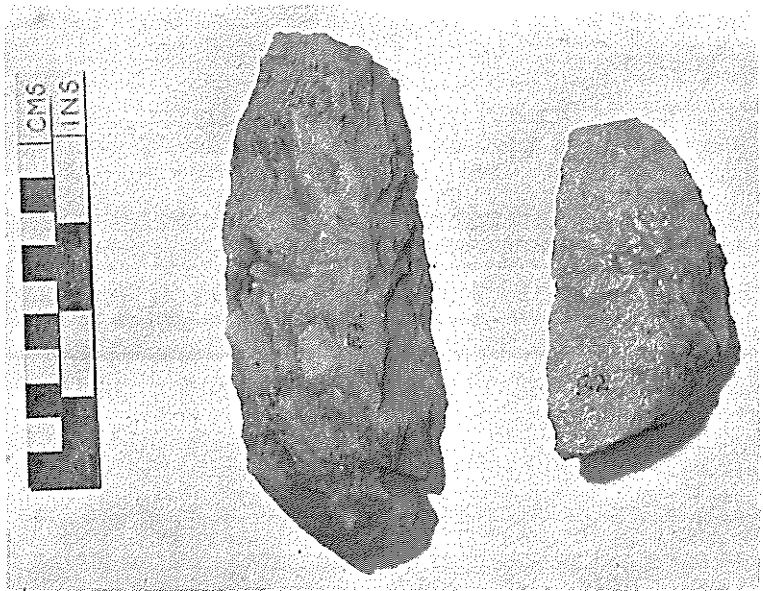


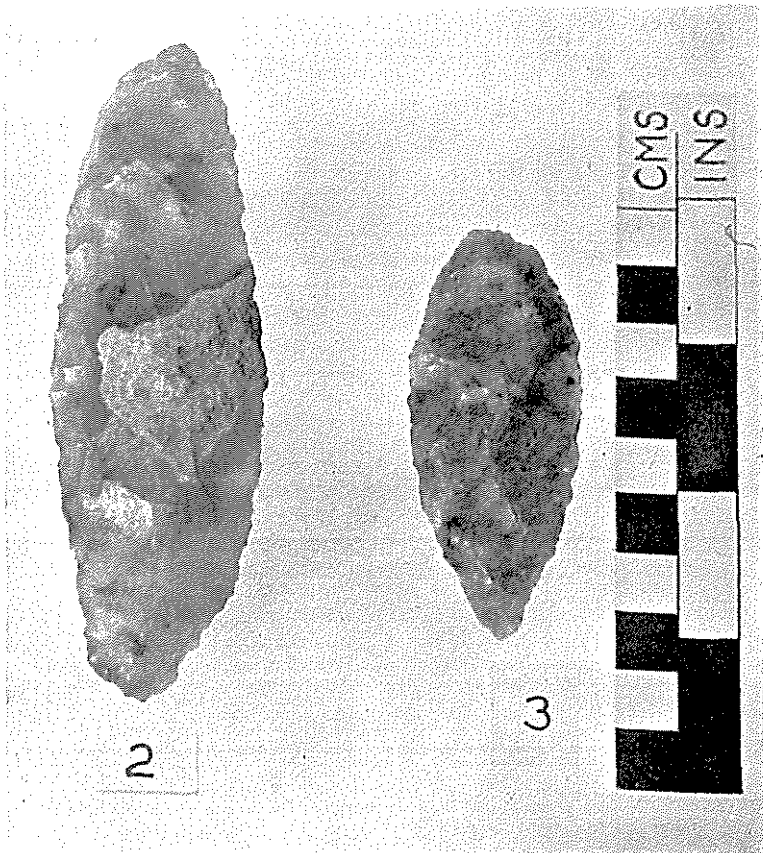
Plate 1 — Group of Rhodesian Lupemban Culture tools from Floor 3, Kalambo Falls, N. Rhodesia.

1—Bifaced lanceolate point 2—Pick 3—Ciseau 4—Unifaced point 5—Stone ball from younges. Gravels, Zambezi Valley.



1

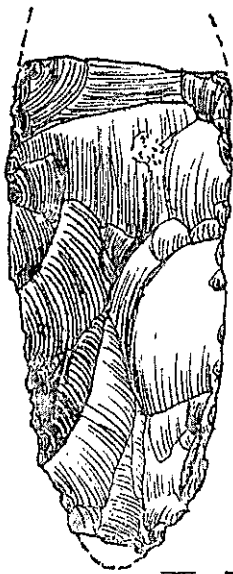
4



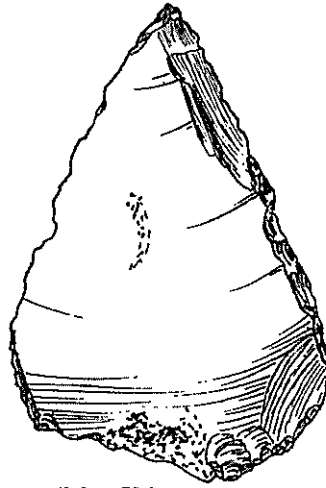
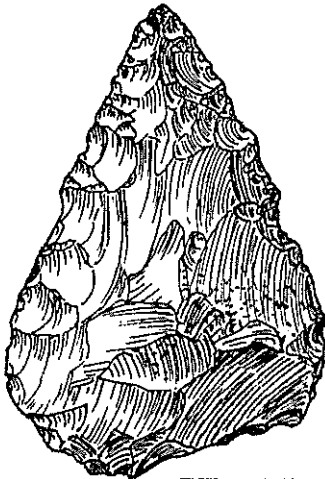
2

3

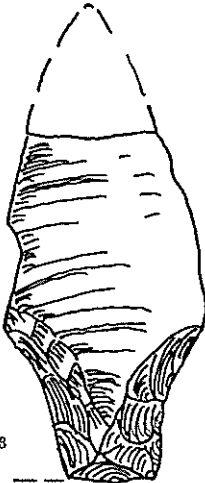
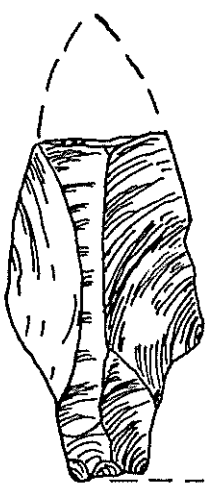
Plate 2—Nos 1 and 4 Two broken bifaced, lancolate «points» from breccia, Twin Rivers Kopje. Rhodesian proto-Stillbay Culture. Nos 2 and 3 Two bifaced foliate points from the upper Zambezi Valley. (Maramba River). Rhodesian Proto-Stillbay Culture.



1



2



3

Plate 3 — *Rhodesian Proto-Stillbay and Cape Stillbay tools.*

2 — Broken bifaced, point from scarp rubble, Victoria Falls. Uniface point from scarp rubble, Victoria Falls. To show the association of Savannah (2) and Woodland/Forest (1) forms. 3 — Tanged or shanked point. From the Cape Peninsula (after Malan and Goodwin, 1933).

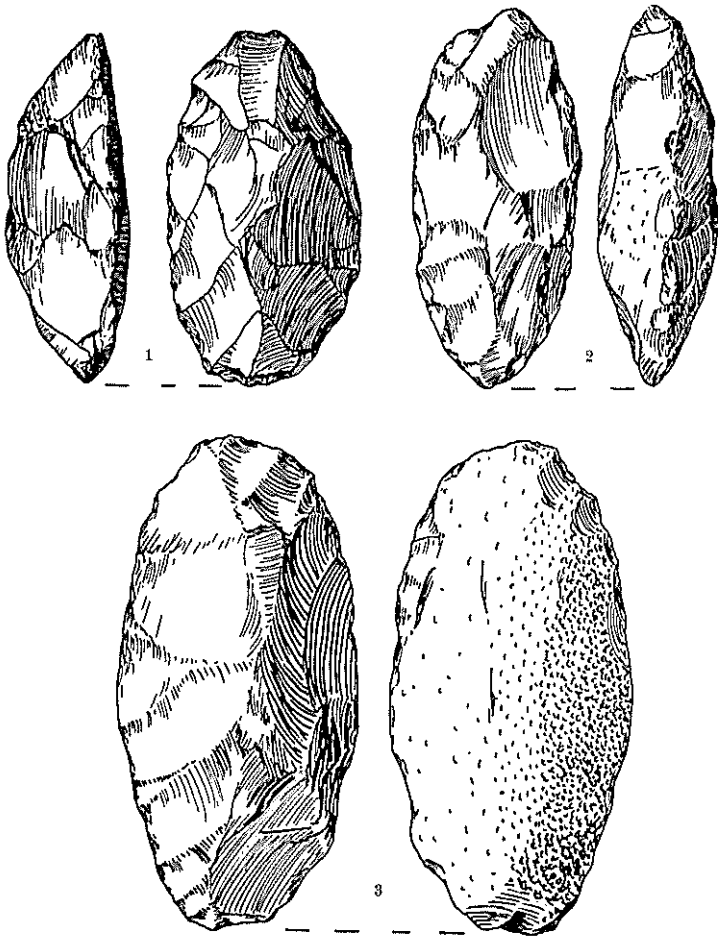


Plate 4 — Small hand-adzes or chisels from the Upper Sangoan industry at Mwenerondo Mission, northern Nyasaland.

1 — «Boat»-shaped tool; 2 — Fully bifacial type; 3 — Unifacial type with pebble cortex underface.

origin of which in Africa is presumably to be found in the Aterian) may have spread into southern Africa, therefore, from the Congo. As well as an eastern route through Rhodesia to the Transvaal and eastern Cape, a western route may also be found to exist through southern Angola and South West Africa to the western Cape.

During Later Stone Age times equatorial influences appear to have been confined to the peripheral areas only, but there can be no doubt that the Later Stone Age Nachikufan Culture of Rhodesia and Nyasaland derived its stimulus and characteristics from the Congo area. The emphasis on tranchet arrowheads, heavy scrapers and choppers, polished axes and adzes must surely result from a forest environment. Unfortunately the Later Stone Age cultures of the Congo and Angola are but imperfectly known, but the emphasis there, (as also in West Africa) on these types of tool at this time leaves little doubt that the Nachikufan belongs with these forest cultures rather than with the Wilton of the grasslands and that its distribution will be found far to the west and north of the region where it was first recognised.

In addition to these elements referred to above, it seems probable that the bored stone entered southern Africa by way of the high country east and west of the Tanganyika Rift. The distribution of the bored stone in Central Africa suggests that it is a «Great Lakes» rather than an East African form, and that the main route by which it reached and was dispersed in southern Africa may have been down the western side of the Rift Valley and thence onto the Central plateau.

There is more than a suggestion also that the schematic rock art which is widely distributed over the central plateau north of the Zambezi may have its origin in Equatoria. Rock paintings of this kind are found in southern and central Tanganyika, in the Nyasa and Tete Provinces of Moçambique (known from the work of Professor DOS SANTOS JUNIOR) (14) and in Northern Rhodesia and Nyasaland (15). Isolated painted and engraved sites occur also in Uganda, the eastern Katanga, and eastern and southern Angola. Unfortunately suitable «canvases» are absent from much of the Congo basin and if art was practised there it is likely that some medium other than stone — for example bark or wood — was employed. The use of such materials may have been the cause of the particular expression taken by this art since it is, for example, much easier, owing to the «grain», to engrave geometric patterns on bark or wood than it is to draw naturalistic motifs. It will be of considerable interest to know whether this geometric art group extends also into the lower Congo region.

The Later Stone Age in Equatoria as in the remainder of the sub-continent lingered on until its replacement, sometime in the first millennium A. D., by metal-using agriculturalists. In time these food producers formed developed «confederacies», which appear to have been powerful units with complex and efficient political systems, based on a single centralised authority. Settlement in forest country tended to be more isolated and individualistic, with a corresponding weakening in cohesion between the various tribal groups, and so resulted in the evolution of new groups, and their splitting off and moving into new country to the south and east. As an example can be quoted most of the existing Northern Rhodesian and Nyasaland tribal groups which had their origins somewhere in the forests of the Kasai or North-eastern Angola. If it is permissible to refer to the Congo basin as being the nuclear region of Africa in historical times so also can such a claim be made for prehistoric times. As the writer has endeavoured to show in the foregoing pages, there were times from the end of the Middle Pleistocene onwards, when, from climatic or other causes, cultural influences, and perhaps man also, spread out and southward from Equatoria.

REFERENCES

- 1) JANMART, J., 1947 — «Stations préhistoriques de l'Angola du Nord-Est». *Publicações Culturais* n.º 1. Museu do Dundo.
 JANMART, J., 1948 — «La station préhistorique de Candala (District de la Lunda Angola du Nord-Est)». *Publicações Culturais*, n.º 2. Museu do Dundo.
 JANMART, J., 1953 — «The Kalahari Sands of the Luanda (NE. Angola), their earlier redistributions and the Sangoan Culture». *Publicações Culturais* n.º 20. Museu do Mundo.
 BREUIL H. and JANMART, J., 1950 — «Les limons et graviers de l'Angola du Nord-est et leur contenu archéologique». *Publicações Culturais*, n.º 5, Museu do Dundo.
- 2) LEAKEY, L. S. B., 1949 — «Tentative Study of the Pleistocene Climatic Changes and Stone Age Culture Sequence in North-Eastern Angola». *Publicações Culturais*, n.º 4. Museu do Dundo.
- 3) MORTELMANS, G. 1957 — «La préhistoire du Congo Belge». *Revue de l'Université de Bruxelles*, 2-3.
- 4) *Op. cit* see (3) above.
- 5) MOUTA, F. 1955 — «Sur le Paléolithique du district de Malange (Angola)». *C. R. II^e Congrès Pan-Africain de Préhistoire*, Algiers.
- 6) CLARK, J. D., 1950 — «The Stone Age Cultures of Northern Rhodesia». Cape Town.
- 7) LEAKEY, L. S. B., 1945 — «A contribution to the Study of the Tumbian Culture in East Africa». *Occ. Pap.* n.º 1. Coryndon Memorial Museum, Nairobi.

- 8) LOWE, C. VAN RIET, 1947 — A Brief Account of an Archaeological Reconnaissance of Natal». S. Afr. Arch. Bull. 2, n.º 7, pp. 69-78.
- 9) *Op. cit* see (6) above.
- 10) HARCUS, J. 1945 — «A Middle Stone Age Industry from Primrose Ridge District, Germiston, Transvaal». S. A. J., S. 41, pp. 459-464.
- 11) CLARK, J. D., 1954 — «Upper Sangoan industries from Northern Nyasaland and the Luangwa Valley». S. A. J., S. 50, n.º 8, pp. 201-208.
- 12) MALAN, B. D. and GOODWIN, A. J. H., 1938 — «The Middle Stone Age of the Cape Peninsula». Arch. Sur. Mem. n.º 1, Pretoria.
- 13) BEQUAERT, M. and MORTELMANS, G., 1955 — «Le Tshitolian dans le Bassin du Congo». Mem. 8.º II, n.º 5. Academie Royale des Sciences coloniales. Brussels.
- 14) SANTOS JÚNIOR, 1955 — «Les peintures rupestres du Mozambique». C. R. IIº Congrès Pan-africain de Prehistoire, Algiers.
- 15) CLARK, J. D. — «The rock paintings of Northern Rhodesia and Nyasaland». *In* «Prehistoric Rock art of the Federation». In the press.

Estatura e pigmentação no concelho de Matosinhos

POR

ALFREDO ATHAYDE

Entre os concelhos do distrito do Porto, em que a Secção de Antropologia Física e Biologia Humana do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular tem colhido observações antropológicas, por ocasião das inspecções militares, encontra-se o de Matosinhos já com números de indivíduos observados em cada freguesia que nos permitem apreciar algumas características antropológicas da população de esse concelho.

Como já foram apresentados resultados da estatura e da pigmentação no concelho da Póvoa de Varzim (XXII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Tomo v, Lisboa, 1950), vamos comparar esses resultados com os que se encontram em Matosinhos, depois de observados 746 indivíduos.

As médias da estatura das freguesias deste concelho oscilam entre 161,00 em Guifões e 167,18 na Senhora da Hora, cuja diferença é altamente significativa, sendo o valor da média geral do concelho $165,20 \pm 0,20$.

Pela classificação de Martin, esta média geral pertence ao grupo das estaturas médias, enquanto que a de Guifões está logo na de abaixo da média e a da freguesia da Senhora da Hora no grupo imediatamente acima do da média geral.

O valor máximo 186,3 encontra-se na freguesia da sede do concelho e o mínimo 144,6 na de Custóias.

Atendendo a que os indivíduos observados estavam na idade de se apresentarem às inspecções militares, a média deve ser corrigida para 166,20.

A seriação é levemente assimétrica, caindo a média muito perto do limite inferior da classe da moda (165,5 — 168,5).

O valor do desvio padrão é $5,64 \pm 0,14$.

Nota-se uma diferença apreciável entre as amplitudes de variação que na Póvoa de Varzim é 31,1 e em Matosinhos sobe a 41,7; e, como os valores dos desvios padrões são muito semelhantes, a relação entre a amplitude de variação e o desvio eleva-se, neste último concelho, como era de esperar.

Mas os valores dos desvios padrões estão de harmonia com as distribuições das estaturas nas amostras colhidas nos dois concelhos, visto que os intervalos médios, calculados com o auxílio da tabela de Tippett, quase que coincidem com as amplitudes de variação entre as medidas registadas (30,8 para a Póvoa e 42 em Matosinhos).

E assim, apesar de os números de indivíduos observados na Póvoa de Varzim e em Matosinhos serem muito diferentes, os resultados das respectivas seriações são perfeitamente comparáveis.

Repartindo, então, as percentagens das estaturas pelas classes da classificação adoptada por FONSECA CARDOSO, que se empregou para comparar as observações feitas por este investigador com os resultados das observações publicadas em 1950, forma-se o seguinte quadro:

	Matosinhos	Póvoa de Varzim
Altas estaturas, 1,70 para cima.	23,6 ± 1,2 %	20,0 ± 3,2 %
Estaturas médias { altas 1,69 — 1,65	28,3 ± 1,6 >	30,7 ± 3,7 >
{ baixas 1,64 — 1,60	30,8 ± 1,7 >	38,0 ± 4,0 >
Pequenas	17,3 ± 1,3 >	11,3 ± 2,4 >

Na distribuição destas percentagens vê-se que a leve maioria dos indivíduos pertence às duas classes mais altas, enquanto que na Póvoa de Varzim estas classes abrangiam 50 % dos mancebos observados.

Por aparecer, em Matosinhos, uma maior percentagem de estaturas altas, à custa das médias altas, elevou-se um pouco o valor da média que só não é maior por a percentagem das pequenas estaturas também ser mais elevada neste concelho. As diferenças das percentagens não são significativas, concorrendo, assim, para que a diferença das médias também não tenha significância.

*

* *

Para compararmos a distribuição da cor da pigmentação dos olhos nos concelhos de Matosinhos e Póvoa de Varzim, temos de modificar o quadro, já publicado, referente a este último concelho; aí foi neces-

sário harmonizar os resultados das observações feitas por escalas diferentes, tendo sido a cor dos olhos dividida em 3 classes, como fez FONSECA CARDOSO.

Juntando, agora, os médios e os claros, na Póvoa de Varzim, forma-se o seguinte quadro comparativo:

	Matosinhos	Póvoa de Varzim
Escuros	20,9 \pm 1,5 %	22,4 \pm 3,8 %
Claros	79,1 \pm 1,5 »	77,6 \pm 3,8 »

Também aqui não há diferenças significativas entre as percentagens dentro de cada classe, apresentando, portanto, a pigmentação dos olhos uma distribuição semelhante nos dois concelhos.

*
* * *

Tanto quanto estas amostras da estatura e da cor dos olhos, colhidas nestes dois concelhos, permitem ver, pode dizer-se que o aspecto da cor dos olhos nos dois concelhos é perfeitamente idêntico, enquanto que, em Matosinhos, se deve encontrar uma maior variedade de estaturas.

Cançons funeràries

POR

JOAN AMADES

Conservador del Museu d'Indústries i Arts Populares de Barcelon

A la illa de Mallorca perdura encara el costum de cantar cançons funeràries descriptives del procés de la malaltia del difunt i laudatòries i expositives de les seves qualitats i virtuts.

Moltes cultures han posseït cançons funeràries destinades a cantar les gestes de llurs herois i els fets sobresortints de llurs guerrers, cançons en la majoria dels casos posades en boca de dones que en tots els temps i en diverses cultures han estat o són encara les cantaires per excel·lència de totes les emocions reflectides i transmeses per la cançó. Una evolució dels cants funeraris fou el costum propi de nombroses pobles d'assistir les vidues a l'enterrament de llur marit, plorant desesperadament darrera del difunt referint amb desesperació més o menys afectada les qualitats de llur espòs. Una gradació atenuada del costum foren les ploraneres a sou que formaven part del seguicis funeraris tot plorant amb grans crits. Fins fa ben poc en alguns llogarrets de les Goles de l'Ebre encara els parents que assistien a un enterrament cridaven desesperadament i es desfeien en lloances i en mostres desmesurades d'afecte. Una darrera gradació dels cants funeraris la constitueix el panagíric fet al moment de soterrar un difunt per part d'un propi parent o del sacerdot, costum que ha perdurat fins no fa gaire per diferents poblets del Pirineu central català.

A la illa de Mallorca existeix el costum que tendeix a extingir-se que quan mor un fadrí o una fadrina que festeja, el seu promès o la seva promesa, encarregui a un versaire vulgar o a un glossador el dictat d'una cançó de caràcter narratiu, explicativa de les particulars de la malaltia i de la defunció. Uns dies després de l'enterrament en dia i hora que s'anuncia prèviament a tot el veïnat i que ordinàriament sol ésser dia feiner i vers l'hora de dinar, el qui ha dictat la cançó, o bé l'enamorat que l'ha feta escriure, canta la cançó en ple carrer, vora de la casa del

difunt, amb to melangiós i compungit, comunicant al cant gravetat i severitat. El veïnat acut a escoltar-lo amb gran silenci i amb certa unció religiosa que participa del respecte que sent el poble vers tot allò que es refereix a la mort. La cantada constitueix el darrer tribut col·lectiu de caràcter públic dedicat al difunt.

La única melodia que ens és coneguda d'aquesta categoria de cançons, és tota melangiosa i sentida com escau a la seva condició. Creiem molt possible que sigui la sola tonada emprada en tota la illa.

A jutjar per una de les cançons funeràries que ens és coneguda, el costum de fer dictar cançons narratives del trapàs, no era exclusiu dels enamorats puix la que ens referim descriu la defunció d'un sacerdot. Potser fou feta dictar pels seus familiars i qui sap si per els seus feligresos.

Es dona el cas d'enamorats que a més de fer dictar la cançó, la feien estampar en fulls sols amb plec de quatre planes, en quart, de manera semblant als impresos de literatura vulgar de canya in cordill i es confonien amb els romanços de cec i la demás literatura dels analfabets, com una curiosa faceta del polícrom temari d'aquest gènere de poesia, tan preferit per les masses i que tant ha influït en la cultura dels humils. L'estampació de les cançons augmentava considerablement llur difusió en el temps i en l'espai; de les sis versions que donem, una d'elles fou recollida directament de la veu del poble per EN BALTASAR SAMPER l'any 1924 a la població de Caimari, les altres foren impreses i nosaltres fa vers una quarentena d'anys vam adquirir-les en una parada de romanços i d'imatgeria popular, instal·lada en una guingueta coneguda per «sa caseta de fusta» instal·lada a sa Baixada des Teatre, de Ciutat de Mallorca. Els documents refereixen casos esdevinguts a la darrerria del segle passat els quals podem oferir avui als nostres llegidors mercès a haver estat estampats.

Les cançons que transcrivim pertanyen a l'extens grup de les amoroses, ordinàriament el més nombrós en els cançoners tradicionals dels pobles mediterranis, la gran majoria d'elles posades en boca de galant. Comunament la cançó és de patrimoni femení, l'home només sol cantar quan està enamorat. Sota la influència d'una intensa afecció amorosa canta de goig per ponderar les gràcies de la seva estimada i per donar expansió als seus sentiments de joia; o bé pulsa la lira per esplaiar les seves contrarietats quan se sent ferit pel desdeny o quan l'aplanen dolors majors com en el cas de les cançons funeràries.

Considerant les cançons que comentem sota un prisma psicològic, podem dir que cauen dins de la mateixa categoria dels ex-vots els quals

en una bona part de casos responen tant o més al desig de propagar la pena i la contrarietat que els ha motivat, com l'afany d'agrair a la imatge indicada el favor esperat. Si l'ex-vot es limités simplement a testimoniar l'agraïment sentit, bastaria la seva senzilla ofrena sense fer constar el nom ni les causes que l'han motivat, les quals són prou conegudes de la persona sagrada que ha obrat el miracle i a la qual va adreçada l'ofrena. L'ex-vot participa en bona part del goig de comunicar als demés la contrarietat suferta com un fet natural i espontani conduent a l'allaugeriment de les penes fent-ne partíceps als demés. Hi ha cançons que constitueixen veritablement un ex-vot. La tradició ens parla d'un pelegrí que de retorn de Roma vora d'un estany dels afores de Barcelona trobà un cadàver. El carregà dalt de l'ase i el va portar a la ciutat. La justícia el va inculpar d'haver-lo mort i el condemnà a la darrera pena. El romeu era devot de la Mare del Carme i li demanà que fes prevaler la seva innocència i que li salvés la vida. El prec de l'innocent va ésser escoltat i van fracassar miraculosament els diversos intents portats a terme pel botxí per a llevar la vida al condemnat. El pelegrí agraià a la Mare de Déu pel favor que n'havia rebut, va dictar una cançó narrativa del cas i va anar a cantar-la pel món per tal de difondre el miracle. El P. CAMÓS en la seva obra «El Jardín de Maria plantado en el Principado de Cataluña» publicada el 1657, refereix aquesta tradició que la localitza a Girona i la relaciona amb el santuari de la Mare de Déu dels Angels dels afores d'aquella ciutat. Nosaltres hem recollits diverses versions de la cançó que tenim publicada i se la troba en els cançoners aplegats per d'altres col·lectors. A la darrereria del segle passat voltava pels carrers de Barcelona un captaire que implorava caritat a canvi d'un romanço que ell mateix cantava, descriptiu d'un fet truculent del que ell n'havia estat protagonista, segons deia, i com a testimoni de veracitat ensenyava unes cicatrius resultants de les ferides sufertes. Coneixem diverses edicions del romanço que devia resultar productiu, car en algunes d'elles es fa constar que és propietat. Aquestes cançons són de la mateixa condició que les funeràries mallorquines i cauen plenament dins de la categoria dels ex-vots.

El costum mallorquí de fer dictar una cançó narrativa del traspàs d'una defunció, el de cantar-la a la via pública i el de fer-la imprimir i vendre-la a tall de romanço de literatura de fil i canya, tenen un precedent en les oracions i en les cançons fúnebres dedicades a descriure la mort de reis i de prínceps, les quals eren cantades en les places per juglars primer i cecs pidolaires més tard, i estampades en fulls

voladers amb la faisó tipogràfica pròpia de la literatura vulgar de fil i canya a través de les quals han arribat fins a nosaltres confoses i barrejades amb la turbamulta de romanços de temes truculents i faceciosos.

Donem les cançons funeràries mallorquines actuals que ens són conegudes:

*Na Tonica Mir ja està
sepultada del Senyor.
Molta pena i tristor
an en Joan va causar
quan la duien a enterrar;
no la va poder arribar,
perqué un rato li faltà
sa salut i es valor*
.....

*Na Margalida Canyellas
a 15 d'abril morí,
des pobles de Marratxí
atlota de ses més belles,
qual mort tothom sentí.
A 15 d'abril morí
de l'any vuitanta-vuit,
casa seva va quedar buit;
com s'esperit li hagué fugit
tot es poble s'entristí.
Ella era s'infant sa mare
i en forts crits desitjara
tant ella com el seu pare
nos deixave uis de dir-ho.
En Mateu i en Miquel
ploraven també a balquena
i na Francisc i Magdalena;
Déu vos dó a tots gràcia plena
per veure-la en el cel.
Adam i Eva Déu creà
diu l'Escriptura Sagrada
i a tots amb una vegada
a la mort mos subjectà,*

*un avui, s'altre demà
ningú podrà escapar,
ni ningú pot reftar
sa mort que Déu ha posada.
Aquesta roca encarnada
estava a dins ciutat,
un senyor viudo ha quedat,
oh jove desgraciada!
I senyor desgraciat
d'ençà que s'havia casat
amb aquesta temporada!
Germans si voleu sentir
sa vida d'una criada
i ja és morta i enterrada,
a 15 d'abril morí,
d'entre nosaltres ens fugí,
per això mos toca dir
que la vegem a la fi
en la glòria coronada.
El primer dia d'abril
sa començà a emmalaltir,
i el segon ja va acudir
a Marratxí en so carril,
bé es dequentà des perill
però no en pogué fugir,
perquè la mort l'aglapí
i a sa vida tallà en fil.
Com va arribar a casa seva
reposa en so seu descans,
va cridar els seus germans
i els donà es molts anys,
en la companya seva,
empero sa vida és breva*

perquè el Bon Jesús mos lleva
 en voler ses dues mans.
 Com ella va haver dinat
 se'n va anar a passetjar
 a riure i a folgar
 per allà amb algun veinat,
 de Déu era decretat,
 i mai s'hauria pensat
 que allà un mal tan sobrat
 tan prest hagués de trobar.
 A Marratxí va arribar
 i feines no n'hi tenia,
 però ella es divertia
 en sa gent que conexia
 anar-la a saludar,
 ja podreu considerar
 que no es devia pensar
 que la mort la perseguia.
 Se'n va anar a Marratxí
 triste i desconsolada
 i com va arribar a sa mare
 la va haver de desvestir;
 poca en devia tenir
 d'alegria i endolada
 de sa senyora enterrada,
 qui per febrer va morir.
 El metge heu d'anar a cercar
 ma mare i heu de fer via
 que d'aquí demà migdia
 si aquest mal així seguia
 m'haurien duta a enterrar
 perquè he pogut observar
 de que Déu me vol donar
 per meu gust poca alegria.
 Sa mare el va anar a cercar
 perquè no tingué passatge,
 podreu pensar quin viatge
 de pena, li va donar,
 que per poder-se curar
 ja li faltava el coratge

es mal va prendre vantatge
 i remei no es trobà.
 El metge vingué aviat
 com l'anaren a cercar,
 i lo que li va trobar
 molta de febre an es cap,
 d'aquest mai no n'hi ha cap
 germans qui es puga salvar;
 son pare estava asullà
 i com el sentí parlar
 mal de cor li va agafar
 i va caure acubat.
 El metge los comanà
 com la va haver medicada:
 — L'haureu de tenir cuidada
 que l'haurem de combregar
 perquè me pareix que està
 de la mort adelantada,
 en haver-li confessada
 procurau no perllongar. —
 Com la varen combregar
 hi va anar poqueta gent,
 però gran pena i turment
 a tothom los va causar,
 com la sentien parlar
 amb tot es coneixement;
 no és com un desvertiment
 que per riure sols se fa.
 Cridà son pare i sa mare,
 germanes i un germà seu;
 — En sa voluntad de Déu,
 de morir m'he aconsortada
 no s'estiguen desconsolada,
 ma mare, que tal vegada
 en el cel m'han destinada
 com una mare de Déu.
 Com va arribar an es dissabte
 qui sa va posar a plorar,
 sa gent seva va cridar:
 — D'aquest món me'n vull anar

que es mal que tinc ja me basta,
 no ploreu d'aquesta casta,
 perquè això és una tasca
 que tots havem d'acabar.
 Com sa mare va cridar
 a les deu o mitja nit
 prompte ja li va haver dit:
 — Fes via, fes-me el vestit
 que al punt m'haureu de mudar,
 l'ànima meva se'n va,
 a vós i demés que hi ha
 a tothom dic bona nit.
 Sa mare se consumia
 i res li feia profit,
 de veure que a dins el llit
 hi tenia s'alegria,
 i sa filla cada dia
 li demanava el vestit
 fins que el tingueren cosit
 comprat a Santa Maria.
 An es dinou anys entrava
 es mes que se va morir;
 mirau quin mal que dormí
 a sa gent seva donava,
 s'esperit ja li faltava
 i encara endevinava
 a dir a tothom que hi anava:
 — Tots plegats pregau per mi.
 Per estar aconhortada.
 En el Pont d'Inca s'envià
 per fer venir D. Gaspar,
 emperó com la mirà
 ja la trobà carregada,
 i en que estàs ben respectada
 a sa hora senyalada
 s'ànima a Déu va entregar.
 Com la veren badalar
 en aquell cos preciós,
 va donar un adió
 baixet i molt piadós

qui tothom va fer plorar,
 de veure que va donar
 a tots quants hi havia allà
 despido tan amorós.
 Li passaren el rosari
 devès una hora de sol
 i no hi havia consol
 per fer el més necessari;
 a Déu ningú fa contrari
 perquè Ell fa tot el que vol,
 i va deixar ple de sol
 qui havia estat son sagrari.
 El sent demà es de matí
 l'havien de dur a enterrar,
 el temps se va ennuvolat
 i com es dia va entrar
 ja va tornar aclarir,
 perquè Déu no volgué així
 per poder fer el seu camí
 sa llibertat els va dar.
 Com eren a Sant Marçal
 qui tocaven ses campanes,
 cosins, germans i germanes
 ploraven en general
 de veure aquell mal mortal
 que tingué en dues setmanes
 i aquelles colors tan sanes
 han perdut son natural.
 Com li varen dir s'enterro
 quatre la varen gordar,
 com la varen enterrar
 que son pare va plorar
 no hi va haver cap cristià
 que no li resés un credo,
 de Adam i Eva el gran erro
 per just tribut va pagar.
 En quinze dies fini
 aquella estrella polida
 qui pareixia mentida
 que una atlota tan garrida

tan jove hagués de morir,
 no es 'via sentit a dir
 almenys dins Marratxí,
 mai una mort tan sentida.
 Mestressa no heu de plorar
 que heu de tenir alegria,
 sa filla és una cadira
 que Déu del cel vos aguia
 per com vindrà aquell dia
 que vós hi haveu d'anar
 perquè vós pogueu posar
 en seva companyia,
 que qualsevol ho voldria
 si hi podria arribar.
 Sa mare plora i fa espant
 i ha acabada s'alegria,
 com veu que sa seva filla
 Si falta des seu davant,
 cent vegades cada instant
 a Déu la comanaria,
 i repeteix cada dia
 agenollada i plorant:
 — Maria Santíssimeta
 si m'haguéssiu dat a triar,
 jo haguera volgut donar
 els cinc dits de sa mà dreta
 sols per aquesta filleta
 que Déu del cel m'envià
 i ara m'he d'aconhortar
 amb s'altra més petiteta...
 no hi ha remei, ma mareta;
 per mi, consol ja no hi ha!
 — Perquè s'ha morta sa filla
 teniu motiu de plorar,
 però eus heu d'aconhortar
 en el que Déu mos envia,
 i tant de nit com de dia
 hora segura no hi ha,
 i ningú ho pot recovar
 de qualsevol estat sia.

Pena en va donar bastanta
 com la mort l'anà a cercar,
 però mos hem d'agombolar
 perquè hem de creure que està
 en el cel com una santa,
 i alegria en té tanta
 com un rossinyol qui canta
 a dins un bosc per criar.
 Habitava a dins ciutat
 es ramell de gran valor,
 i estava amb un senyor
 qui duia molta bondat,
 un qui mai li ha faltat
 dins sa butxaca un velló,
 anant pel camí millor
 que Cristo té assenyalat.
 Margalida t'has guanyat
 per sa virtut un gra dó,
 que Cristo Nostre Senyor
 en molt bona devoció
 el cel li hagi donat,
 i tothom quede conformat
 que tant ric com desdixat
 no en queda cap per llavor.
 ha tinguda bona sort
 si no anà pel purgatori,
 la vegem tots a la glòria
 s'hora de sa nostra mort,
 que això es nostro conhort
 observant-ho de memòria;
 per lograr tal possessori
 dau-nos Senyor esperit fort.
 Donava més resplendor
 que es deiols i ses cabrelles,
 mandau d'En Toni Canyelles,
 Rigo, Ramis i Rosselló
 per qualsevol fas favor
 tant per mascles com famelles,
 ses cançons tals com són elles
 m'han hagut de corregiró.

No heu de mirar el què val
ni el que vos fan pagar,
si trobau que bé no està.
no hi heu de prendre mal,
que són fetes d'un tendral
de per devés San Marçal
qui ha d'anar a guanyar el jornal
a un sementer a llaurar.

En nom del Pare i del Fill
i del sant, Amén Jesus.
Abans de fer mon discurs
de començar aquest dibuix
Déu mos guard de tot perill.
Verge santa immaculada
concebuda sens pecat,
aquí teniu un criat
indigne d'ésser escoltat,
qui vos demana amb humiltat
una memòria exaltada,
per poder explicar, glossada,
sa mort d'una jove honrada
qui vòstrom fill l'ha cridada
i de nosaltros l'ha separada
per tota una eternitat.
Sant del meu nom, Sant Miquel
i tots els altres dau-me guia,
perquè mon desig seria
explicar bé, si podia,
la terrible malaltia
que tingué a Santa Maria
una jove qui embellia,
filla de l'amo en Biel,
després que tots junts al cel
la poguessen veure un dia.
Confiant en Sant Antoni
i en sos altres sants que hi ha,
i amb el rei de son manar,
som pres sa ploma en sa mà

i principi vaig a dar
del martiri que passà
deu dies abans d'expirar
na Joana Bibiloni
i perquè més la ressoni
en cançons ho vull glossar.
A vint-i-vuit li entrà
d'octubre sa malaltia
qui una festa hi havia
de les filles de Maria
i ella encara hi volgué anar,
i després que va ésser allà,
indisposta es va trobar,
i quan el sermó acabà,
l'hagueren d'acompanyar
tres amigues que hi tenia.
Trobant-se molt indisposta
quan a cas seva arribà
tot d'una se va colgar,
i sa mare la mirà
i no li agradà la mostra,
que fent li una proposta,
sa filla féu la resposta:
— Ja no em tornaré aixecar,
que el Senyor em vol separar
de la companyia vostra.
En el vint-i-nou entrà
amb permís de Jesucrist,
Germans, quins dia més trist
la seva gent va passar.
Quan la sentien parlar
qui deia asuqui heu d'estar
perquè vos vaig a deixar
per anar a veure el germà
que dins pocs dies farà
set anys que ja no l'he vist.
A dia trenta passà
trobat-se més carregada,
la seva gent enfadada
el metge envià a cercar

*i molt de pressa hi anà,
 i després que l'hagué polsada
 va dir: — Està molt encallada,
 és impossible el curar...
 I a sos pares travessà
 el seu cor amb una llançada.
 En el dia trenta-u
 més greu ja la trobava
 el metge, i s'estranyava
 d'aquell mal tan importú
 i per quant no estava segur
 els va dir que perillava
 a morir si es desmaiava,
 que de cada instant trobava
 que sa creu que es carregava
 era impossible de dur.
 A u de novembre entrà,
 que trist dia de Tot-Sants,
 tant per petits com pels grans
 qui va dir: — Avui set anys fa
 que varen dur a combregar
 an en Jaume el meu germà,
 i amb això veig a lo clar
 que Déu mos vol separar
 de vosaltres en ésser grans.
 Dia dos fonc l'endemà
 dia dels morts, senyalat,
 que trist i desconsolat
 que trist i desconsolat,
 per sos pares, de pensar
 que se n'havien mort tres ja,
 i ella que en conversar
 els deia: — Aquí heu d'estar
 perquè com la mort vindrà
 qui Déu me judicarà
 vos vull tenir al costat,
 Quan el metge hi va tornar
 qui el mal hagué examinat,
 els digué: — S'es encarnat,
 a mal lloc ha carregat;*

*me parix que no ho treurà.
 I per més aconsolar
 la gent seva, demanà
 consulta, amb un de ciutat,
 li donaren aprovat
 per tenir-la l'endemà.
 Dia tres fonc l'endemà
 qui es des Caulls vingué;
 i sa consulta tingué:
 i a sos pares digué:
 — Don Toni l'ha duita bé,
 però no hi trobo res que fer,
 d'aquest mal no pot curar,
 i el millor que trob serà,
 es fer-li administrar
 el Sagrament vertader.
 Sos pares varen quedar
 molt tristos i desconsolats,
 quan varen veure els filats
 de la mort apareiats
 per na Joana expirar,
 ja podeu creure i pensar
 si estavan trastornats!
 I consultaren tots plegats
 gordat d'uns grossos atacs
 combregar-la l'endemà.
 El diumenge dia quatre
 quan el metge hi va tornar,
 la polsà i la mirà
 i més greu la trobà *
 i va dir: — Precís se fa
 el fer-li sagramentar
 que si no, no els e rebrà,
 que aqueix mal molt fort l'ataca
 i ha d'ésser un miracle
 tres dies puga aguantar,
 Com a metge dic això
 veient que no té remei,
 vos daria de consell
 com més prest millor durle-hi*

que fa via igual d'un tro,
i ninguns tenien cor,
penosos i plens de por,
i sa mare digué: — Això es bol,
fugiu, ja hi aniré jo
amb una excusa dir-li-ho.
Sa mare se n'hi va anar
amb paraules disfressades.
— Ses amigues han tornades
altra volta a confessar,
i tu que no hi pots anar
trob que ben pensar serà
fer-te dur aquí es combregar
a fi que puguis guanyar
ses indulgències que hi ha
que el Papa els ha dispensades.
Ella contesta i va dir
que molt ben pensat estava,
i més per ella, que es trobava
molt pròxim an es morir,
I prompte feren camí
an es vicari a dir-li
si ell volia anar-hi
que sempre la confessava
i li digué el que pasava
com si gens de mal tenir.
A les tres de s'horabaixa
li varen dur el combregar
i ben disposta se trobà
i després va començar
dins breu temps a delirar
coses d'aquí i d'allà
i es qui la van escoltar
com la veren de tal classe
deien: — Na Joana passa
a la Vall de Josefat.
Devés les vuit d'un desmai
va estar deu minuts comesa...
tinguent sa candela encesa
i gent que hi havia estesa,

diguent la mort na fet presa
d'una verge de bellesa;
qui la vol veure que hi vagi
que és una cosa d'esglai
més hermosa que un mirall
de tanta pena i tristesa.
A poc a poc recobrà
una mica s'esperit
i passat la santa nit
en el dia cinc va entrar
i son quefer era pensar
i a sos pares demanà
que estiguessin asullà
asseguts o prop del llit
que el seu cor estava oprimít
i molt pròxim d'expirar.
Quin dia cinc més penós
sa mare seva tingué
com na Joana digué:
— Després que morta seré,
pregua a Déu vertader
en qualque acte fervorós
que jo en sos germans majors
allà pregaré per vós,
i en venir a veureu-mos
un lloc buit vos tindré.
Sa mare éssent de cor fort
se pena no demostrava
i de lo que li parlava
ses idees li llevava,
però així mateix estava
el seu cor sense conhort
de veure sa mala sort
que s'arbre millor del seu hort
l'hagués de prendre la mort
amb lo bé que ella el cuidava.
Dia cinc seguí això
que vos acab d'explicar,
un dia mal de passar!
Però Déu alçà la mà

*i a la santa nit entrà
 a on li tornà pregar
 s'afecció tant de debò
 que tothom tenia por
 que no tornés recobrar.
 Dia sis sense conhort
 es predí de Son Maixella
 si va entregar a l'atropella
 just sols per veure-la a ella
 i contemplar sa disort.
 Quina pena i desconhort
 com la digué no molt fort:
 — Es vení no anirà tort
 almenys, veure sa mort
 meva, que estic en capella.
 Veient tant mal es succés
 d'un desmai tan atacat
 per estar amb tranquil·litat
 varen trobar ben pensat
 que un altre doctor vingués,
 dels bons, perquè els digués,
 punt per punt s'enfermetat
 i enviaren a ciutat
 en carruatge un criat
 a cercar el Metge Dardés.
 Quan el metge va arribar
 en el llit a on estava
 el seu cor li escoltava
 per son mal examinar
 i na Joana parlà
 diguent: — Se'n pot excusar,
 que és per demés tot quat fa:
 d'aquest mal no en puc curar
 que com Déu ell m'envià
 sa sentència feta estava.
 Quan en Dardé va trobar
 que no tenia remei,
 a son pare donà consell
 que més no anés a cercar
 que aquest mal no el pot curar*

*només un metge que hi ha
 qui a la Santa Glòria està
 i té sa porta en sa mà
 i la mort la ve a cercar
 en breus ratos per dur-là.
 El darrer dia vos llist
 que en aquest món habita
 a on Déu la deix estar
 de nou anys i mig passà
 i no hi ha cap cristià
 que pugui experimentar
 que mai del món hagués vist
 dia més penós i trist
 quan Nostro Déu Jesucrist
 de nosaltres la separà.
 Veient la mort a la clara
 a sua devora es pilà,
 na Joana demanà
 ses germanes i sa mare,
 dient: — Me'n vaig a fer ara,
 visita an es meu germà,
 i abans de partir us vull dar
 una besada a sa mare,
 que Déu del cel ja em prepara
 el puesto que he d'ocupar.
 Dia set assenyalat
 de novembre va morir,
 de casa seva es despedí
 per anar a posseir
 aquell preciós jardí
 del cel qui Déu consentí
 a mort crucificat,
 perquè tot cristià nat
 que dugui un camí arreglat
 com se mor puga anar-hi.
 Aquí teniu clarament
 sa malaltia glossada
 d'aquesta jove honrada
 que ha morta martirissada
 de cruel·lissim turment*

*i nosaltres qui estan visquent
sempre que tinguem present
s'escrit d'aquest document
preguem a l'Omnipotent
que al cel siga col.locada.*

*El cel es un sòtil fort
de valemta lleñamada
i des d'allà m'ha enviada
una memoria exaltada
a fi d'esplicà glosada
per tot Mallorca rodada
s'enfermetat tan pesada
d'aqueixa jove honrada,
i un poc me n he deixada
per també glosà sa mort.*

*Despres qu'hagué badaiat
devés las nou de vetlada
no hei hà cap persona nada
per molt que haje trescat
qui a cap punta haje enconrat
casa més desconsolada
contemplant-lè esmortaiada
i se pena més doblada
era haver-se separada
per tota una eternitat.*

*Essent qu'estave molt bé
dos fredins varen anà
a son pare a demanà
si'ls volia donà
permís per poré alsà
en verle de devallà
d'es seu cuarto a n'es carré,
i ell contestà i digué
cercau es qu'heureu masté,
tot està en vostro manà.*

*Cinc eran que demanareu
es perís per treurerle,
emperò no pogué esè*

*som pare es donar-ne
perqu'era just i de fe
sa victori accedir-le
a n'es primers qu'ei anaren
per lo bé que se tractaren,
i més que s'en carregaren
d'aquest tangó cuidar-se.*

*Tota sa nit se trobà
de molta de gent gordada
trista i desconsolada
vejent-la esmortaiada
no'i poria dà pasada
s'haverla de dú enterrà,
i noltros mos convendrà
d'aquí, per ella pregà,
qu'ella del cel pensarà
en noltros qualche vegada.*

*De robas molt preciosas
li varen fé un vestit
consultat i elegit
de personas ideosas
i en randas agradosas
per sas voreras cosit,
i no penseu qu'aquest escrit
sia cap papé a fingit,
i ni a pobre ni a ric
no'n voreu de més hermosas.*

*Certas joves hei anaren
es dematí a veure-le
com amiga qua va ésser
es temps que juntas anaren
i cuant allà arribaren
i amb un gran plors sa posaren
i sa mare aconsolaren
i ets uis no s'axugaren
fins despues d'enterrar-le.*

*De joves seguit seguit
de totas parts ni anaven
i tot d'una qu'arribaven
tres para-nostros pasaven*

però molt pronta ploraven
 i sa mare aconsolaven
 quedant-se en so cò oprimit
 de veure aquell esperit
 qui era tant desxondit
 qui difunt ja contemplaven.

Com vengué devés mig dia
 anava en folç es camí
 de fredinas d'es texí
 d'es barrals, i des cossí,
 cai tuthom hei corria
 per veure sa fesomia,
 d'aquell polít xerafi,
 i no porian consentí
 que s'hagués de despedí
 i deixà Santa Maria.

S' hora baixa s'escolà
 donà avis en sas campanas
 i pes poble i parts foranas
 qui d'anari tengué ganas
 las se feren espasà
 i sa mare aconsolà;
 i si vos qués de di a lo clà
 quants son qu'hei varen anà
 no bastan duas semanas.

Per las set feren present
 per pasar-li sa corona
 i no'i hagué cap persona
 que no tengués sentiment
 i acodiren prontament
 a un altar reverent
 ahon anà molta de gent,
 i som pare molt content
 de tots agraidament
 a tots juns las gracias dona.

Es rosari li resaven
 tres o quatre capellans
 homos, donas e infants
 de petits i demés grans
 derrera los ajudaven

i més espesos estaven
 que no es dit de sas mans,
 jo mai n'havia vist tantís
 en no se aquells dias sants
 com ses porfesons pasaven.

Quant va està llest el saltiri,
 un el va representà,
 i la gent se va posà
 de tot bon có a plorà
 en desconsol i deliri,
 sa mare per molt que miri
 no veurà pus s'hermós lliri
 que tant de temps va cuidà...
 Tothom volia elcansà
 es ferli llum amb un ciri.

Quant de caseua sortia
 li posaren en finó
 coronas de gran való
 sas amigas que tenia
 i sa mare i sa tia
 i altre gent qu'hei havia
 ploraven en es balcó
 amb un vertadé doló
 de veure qu'en porfesó
 sen duian sa seua fia.

Tot es poble s'era alsat
 una cosa fora mida,
 molta de gent reunida
 per caseua compartida
 par dar-li sa despedida
 per tota una eternitat
 i noltros qui hem quedat
 preguem amb un có inñlamat
 a Déu d'eterna bondat
 que'n el cel l'haje cohida.

En aquell mateix instant
 va partí s'acompanyada
 en porfesó creu alsada
 que li anaven devant
 il a derrera cantant

es clero capa posada,
i no hei ha persona nada
qui haje vist cap vegada
una mort tan venerada
de cavallé ni mercant,

A sa revolta un instant
la tengueren aturada,
cantant en sa creu alsada
i con va està despatxada
es clero anà reculant
i en seguiren dos devant
el sant rosari resant,
varen anà caminant
fins que va ésse en el lloc sant
ahont està sepultada.

A's costat de sa capella
a un deposit qu'hei ha,
quant arribaren allà
dedins l'hei varen posà
ahont tothom volgué entrà
amb orde a visità,
es cos d'aquella poncella,
i com la veian tan bella
n'os porian jirà a ella
que no haguessan de plorà.

Es qu'i havia nombrats
per gordar-le es quedaren,
i els altres s'en anaren
i sa gent seua aconsolaren.
Estils que sempre han s'usats
i quedant-se contentats
en nom seu a tots plegats
vos don gracies a manats
a fredins i a casats
qui morta l'acompanyaren.

De sa pena que tenia
som pare no va dormí,
i l'on demà dematí
molt abans des sol sortí
acompanyat predí

volgué anà a veure sa fia
per veure s'is corrompia
cap mica sa fesomia...
i consentí no poria
haver-sen de despedí.

Llavó sa mare en sas ninas
també volgué anari
i com la va descobrí
més sentiment va tení
que Cristo abans de morí
qui's cap li varen cobrí
amb un gran compost d'espinas;
jovent i si heu examinas
observeràs ses doctrinas
pensant en lo que patí,

Poreu pensà cada cual
sa tristò que li causà
veure sa fia asullà,
bastave just es pensà
qu'ella feia quatre ja
qu'en tenia en es fosà
de brancons d'es seu simal,
i com estil general
li feren sa funeral
de lo milloret qu'heu hà.

Entre amos i senyors
molta de gent hei vengué
i no crec qu'es pugués fe
un enterro més hermós
i perquè fos més honrós
feren vení cantadós
i llavó un primatxé
de la Seu, qu'es el primé
i sas solfas que dugué
per treure es cantic millós.

Quant sortiren des enterro
anaren a aconsolà
tots es qui varen cantà,
capellans i s'escolà
i amos d'aquí i d'allà,

ja poreu creure i pensà
per tanta pena agontà
sas mestè un có de ferro,
i are vé s'acte més perro
quant la varen enterrà.

Anave en golſ es camí
con vengué devés mig dia
de gent qu'anave i venia
de veure aquell xerafi
i no porian consentí
haver-se de despedi
de sa seua companya,
i perque un poc es corrompia
a enterrar-le feren via
per escusà un que di.

Tengueren l'amo'n Biel
una pena molt sobrada,
com l'hagueren enterrada
qui vos va di sa rotlada
Déu fasa que sia al cel,
aquest consol és cruel
per un qui a llum l'ha dada
però jei heu de dà pasada
perquè si Déu li dà entrada
no hei ha ditxa més fael.

Sa mare tenia rahó
de plorà i està enſadada
peró donau-hi pasada
i feisvós refletxió
qu'era Déu nostro Senyó
qui la vos via enviada,
i are si l'ha cridada
i de vos la separada
pentura està col.locada
a un altre lloc milló.

La mort mos vé per herencia
d'es nostros pares primés
per no havé estat vertadés
i faltá a s'obediencia,

per això aqueixa audiencia
no canvia sa sentencia
amb enpenyos ni en doblés
i no hei ha que fei més
sos pares i los demés
que prendeu en paciència.

A set de novembre morí
l'any vuitcents noranta quatre
Déu mos cria i mos mata
i ningú las hi empata
i heu té disposat així,
i no'em porem defogí;
tots hem de fé aquest camí
per causa d'Adam tení
com Déu el va redimí
una companyera flaca.

Per llary temps se trobarà
escrit l'any noranta quatre
si la mort el món va batre
i a Santa Maria entrà
i una jove sen manà
més hermosa que sa plata,
i es morí ningú el barata,
es citat hei ha d'anà;
per això convé observà
sa llei d'es divino mapa.

Denou anys i mig tenia
quant la jove va morí,
quant comensave a embelli
i a sos pares los omplia
d'una perfecta alegria
que mai tornaràn tení;
lo milló es resarli
de bon có un Ave-Maria,
i que'n el cel tots junts un dia
en sa seua companyia
mos ribem a reuni.

Jesucrist fill de Maria
 Déu del cel Omnipotent,
 aquí teniu un servent
 prostrat a Vós humilment
 vos demana enteniment
 i discurs abastament
 i una gran saviduria,
 perquè mon desig seria
 explicar a Santa Maria,
 punt per punt sa malaltia
 que en Miquel Caló tenia
 i es gran turment que patia
 fins i tant que vingué el dia
 que va arribar a s'agonia
 o mos dà es despediment.
 Pes Gost a Santa Maria
 fer festa varen tramà
 i a cinc la varen posar
 i varen córrer i ballar
 i en Miquel Caló hi va anar
 i va riure i va folgar
 amb sos amics que tenia,
 i ballant se divertia
 que mal l'hagués de matar,
 Com el ball s'hagué acabat
 a casa seva se'n va anar
 i se roba es va mudar,
 i tots junts varen sopar
 i amb son pare va acordar
 d'anar-se'n a jeure allà
 a on estava llogat,
 per dormir més descansat
 fins que seria cridat
 per anar-se'n a llaurar.
 El companyy cridà
 perquè així havien quedats
 com des ball s'eren deixats
 i se n'anaren plegats
 ben contents i ben trempats,
 pel camí estaven cansats

i se varen aturar
 una mica a descansar
 comptant de continuar
 en estar ben reposats.
 Morts de son, varen trobar
 que sa font seca era enfora,
 varen dir: — Seurem una hora
 i ja tornarem marxar.
 I com se va despertar
 en Miquel se va trobar
 sa trencadura de fora,
 des qui li estan devora
 treguent el seu có que plora
 a casa seva vol tornar.
 A casa seva es va acostar
 i abans d'arribar-hi,
 sa mare el va descobrir
 i a son pare va dir:
 — En Miquel torna venir,
 cosa de nou hi haurà,
 i tot d'una varen anar
 a sortir-li a camí;
 arribà i se desvestí
 i tot d'una se colgà.
 Després que colgat va estar
 per sa trencadura feren
 ells dos tot el que saberen
 cercant el que no tingueren
 i per cap d'estil pogueren
 poder-li fer tornar entrar;
 ja podeu creure i pensar
 de sentir-lo gemegar
 sens remei poder-li dar
 es sentiment que tingueren.
 Estant el metge avisat
 tot d'una se n'hi va anar
 i quan a casa seva entrà
 de dalt a baix el mirà
 i ja volgué suposar
 que estava a un mal estat,

*i digué: — El trob encallat,
 no puc dir el què serà...
 un tauló, i vorem demà
 ell quin tomb haurà donat.
 Dia set, fins l'endemà
 i no fer cap millorança,
 però estava en confiança
 que s'havia d'abotar,
 i quan el metge hi tornà
 el polsà i el mirà,
 pero no els-e va donar
 cap pèl de bona esperança
 i això fong un cop de llança
 que els seus pares travessà.
 Passant pena i gemegant
 sa fe prop de s'horabaixa,
 i del cos sa seva caixa
 com qui s'anàs estellant,
 de qui el mirava era plant
 veure que de cada instant
 com qui s'anàs acostant
 a la mort en s'ala baixa
 el mateix que un nin de faixa
 qui el mal el va estrangulant.
 De Déu del cel ajudat
 en el dia vuit entrà,
 i quan el metge hi tornà,
 el mal li va examinar
 i trobà s'era encarnat,
 dient: — S'és atropellat
 i estaria exposat
 a dur un mal resultat,
 i per lo tant som pensat
 que el fésseu sacramentar.
 Hi feren anar el vicari
 o un altre capellà,
 perquè es pogués confesar
 i per dur-li el combregar,
 qui això per un cristià
 qui a la terra ha de deixar*

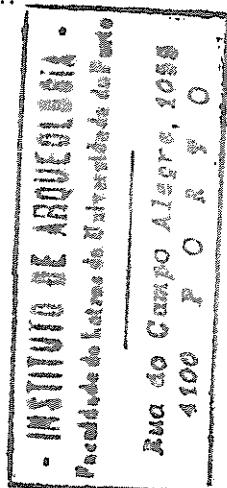
*i hereu del cel vol entrar
 tothom sap que és necessari
 que si no hi ha calvari
 qui no els-e deixar passar.
 Quan hagué rebut el Senyor,
 confessat i combregat,
 tenia en el seu costat
 son pare per guardar-lo
 li demanà per favor
 un venta i per ventar-lo
 per dar-li aspiració
 perquè estava desmaiàt
 abatut i apretat
 d'aquell terrible dolor.
 Quan son pare el va sentir
 que es ventall li demanà
 a cercar-ne un va anar
 i sempre el varen ventar
 fins a l'hora que morí
 qui del món se despedí
 per entrar a posseir
 aquell preciós jardí
 del cel qui en lo que patí
 de martiri, ell guanyà,
 De gran martiri penant
 en el dia nou va entrar
 i son quefer era pensar
 i a son pare demanar
 el metge de cada instant
 i perquè es'nava torbant
 amb ell varen consultar
 d'un curandero cercar
 i tot d'una van acceptar
 que passassen l'obra envant.
 Per quant no se componia,
 entre tots varen pensar
 d'un enviar-ne a cercar
 i fins a Biniali anà,
 qui un de fama n'hi havia
 per veure si el curaria,*

i hagué mort quan fou allà,
 i es remei va se'n tornar,
 i es malalt va passar
 a dins el llit s'agonia.
 Essent tant el que patia
 no ho podia suportar,
 i a Espories varen anar
 que els-e varen acua
 que un altre bo hi havia,
 i ja vingué el mateix dia,
 en so passatge arribà
 i una coca li posà
 i un poc de consol els donà
 dient que s'adobaria.
 Banys de sevre si o no
 s'Esporlari hi vindria,
 enviaren una guia
 an el metge d'Alaró,
 dient-li que fes favor
 de venir a medicarlo
 tant de pressa com podia,
 i va dir-li apareixia
 que si anar del cos rompia
 perillava a treure-hó.
 Els banys li ordenà
 i esperits d'aquells més cas
 perquè es cos se reforcés,
 i abans d'hora no paràs
 a la vall de Josafat
 i son quefer era es pensar
 i a son pare demanà
 cada instant que li posés
 sa botella prop del nas
 per ell poder respirar.
 També li va demanar
 que el posés dins sa banyera,
 el divendres això era
 i l'endemà duia quimera
 de poder anar a festejar,
 i s'atlota li envià

per sa germana en sa mà
 un brotet d'eufabeguera,
 senyal d'amor vertadera,
 que el seu cos seu alegrà.
 Co mel brotet va tenir,
 va dir: — Això que és, na Maria?...
 es ramell molt s'aprecia
 però més m'estimaria
 sa persona qui el me envia
 me pogués fer companyia
 asseguda prop de mi.
 I na Maria va dir aquí:
 — Si no hi trobessen que dir,
 es gust d'ella que ja hi seria.
 S'horabaixa hi va tornar
 el metge dues vegades,
 i li va escriure cullerades
 d'aquelles més carregades
 perquè pogués aguantar
 el temps que havien d'estar
 donant-li ses beverades,
 perquè s'havien tancades
 en tancadures gruixades
 ses portes del respirar.
 El metge el tornà a mirar
 un poc abans de partir
 i an el capellà va dir:
 — A les deu que torno venir
 si per cas ara se'n va,
 que com qui es vagi acostar
 a ses hores d'es morir,
 no crec que esperi sortir
 el sol demà de matí
 o si nos m'enganyarà.
 Com d'allà se despedí
 amb son pare va quedar
 per donar-li l'endemà
 i a cas de mort l'avisà
 que l'hi havia enviar a dir
 per estalviar el camí

i no haver-lo de pagar.
 Ja podeu creure i pensar
 com ell va sentir aquest pla
 el seu cor si s'entristí,
 Veient el mal que patia
 no el podria resistir,
 consultaren de dir-li:
 vols que anem a Sant Magí
 si el cas t'adobes, un dia?,
 i ell respondre fent via
 tot d'une va dir que si
 però es mal fer el sen carni
 i a dins poc temps va mori
 sense gens de fesomia.
 Son pare força li dava
 d'esperits per respirar,
 i en el dissabte arribà
 i només feia demanar
 en Francesc el seu germà
 com era que no hi anava
 i per moments s'acostava
 a la morte per expirar,
 i a les nou va deixar
 la seva gent qui plorava.
 El dissabte va morir
 a devés les nou del dia,
 i va prendre altre camí
 va deixar Santa Maria
 sense saber quan partí
 en a quin punt se'n'niria,
 Déu meu, i lo que voldria
 que en el cel tots junts un dia
 en sa vostra companyia
 poguem aplegar-nos-hi.
 El dissabte a migdia
 com se deixà de dinar
 s'atlota se n'hi va anar
 amb sa germana Maria,
 pensant de que viu seria
 i que amb elle conversaria

i hagué mort quan va ser allà,
 i tanta pena li causà
 que es qui la veren plorar
 se creien que s'esmortia.
 Sa germana conversà
 i per ella alçà sa veu,
 va dir an es vells: — Si voleu
 que nosaltres façem sa créu...
 perquè més d'un any sabeu
 que a casa nostra festejà;
 na Francisca l'arreglà,
 i sobretot, per acabar
 de més guapes no'n voreu.
 El duien an el fossar
 devés les nou de vetllada,
 i no hi ha persona nada
 que hagi vist cap vegada
 tan grossa una acompanyada
 de fadrins tots d'una mà,
 i si a la santa glòria està,
 el favor mos pagarà
 a Déu que mos don entrada.
 El diumenge de matí
 com l'anaren enterrar,
 trobaren s'atlota allà
 qui sa mare li havia manat,
 ja que no la deixà anar,
 a veure'l abans de morir,
 i no podia consentir
 que s'hagués de consumir
 a dins sa terra un fadrí
 que tant de temps va estimar.
 A onze d'agost morí
 de mil vuit-cents noranta-quatre,
 Déu mos cria i Déu mos mata,
 tots hem de fer aquest camí,
 i ningú en pot defugir,
 la mort no vol en venir
 res que la puga impedir,
 no serveix el or ni la plata,



i un per s'altre no barata
 des que a cita ha d'acudir.
 Germans del meu auditori,
 aquest compost que heu sentit
 d'un jove que l'ha elegit;
 del mateix poble nodrit,
 qui el Senyor l'ha protegit
 donant-li de sa victòria
 un vertader possessori
 perquè tingueu en memòria
 per llarg temps en el cor escrit
 dels difunts el que us he dit,
 i amb ell pensant qualche pic
 resant-li de bon delit
 un parenostre petit...
 que Déu l'hagi recollit
 a la seva santa glòria.
 Ja queda desempenyada
 la meva comissió
 de fer cançons de tristor
 per un tal Miquel Caló
 que li va enviar el Senyor
 una agonia sobrada;
 i aquest qui l'ha dictada
 és sa primera vegada
 que cap mort hagués glosada,
 i si ha feta alguna errada
 per un pic dispenseu-ló,
 que a posta no es posa autor
 ni es vol mostrar glosador
 fins que sabrà si o no
 de tot el poble en redó
 sa feina si vos agrada.

Jesus, Josep i Maria
 donau-me descrició
 per explicà sa tristó
 que tengué Santa Maria

quant vengué el funest dia
 que va morí el Rectó
 homo qui amb tanta amó
 tot el poble dirigia.

Com ell mateix advertí
 que nós poria aixicà
 va envià a demanà
 en es vicari Crespí
 per veure si'l vol servi
 qu'en el poble cristià
 perdó per ell demanà
 ja que no pot anarí.

El vicari amb gran amó
 son encarrec acceptá,
 demunt sa trono pujà
 que no poria dir-hó,
 menvia el senyor Rectó
 que si'l voleu perdonà
 petits i grans quants hi hà
 a tots demana perdó.

Aquí el poble respongué
 perdon al senyor Rectó
 així el perdó el senyó
 de sas culpas si's qu'en té,
 a Déu demanaré
 per ell sa bendició
 donau-li i pel gran amó
 que a vós sempre vos tengué.

Com es metge va trobà
 que no tenia remei
 los va donà de consei
 qu'el fesen sacramentà
 no'i hagué cap capellà
 que tengués có de dir-lei,
 l'amo'en Llorens Caldentey
 l'hei digué a germà.

Es vicaris no sabian
 com havian d'arretglà
 per dur-li es combregà,
 que ninguns való tenian

desitkant i no porian
el sacrament ministrà,
tante pena els a causà
que per moments s'entristian.

Qui a Déu desitja amà
amb amó l'ha de servi
il també ha d'assistí
si pot en el seu germà,
de tal modo heu va pensà
D. Pera Jusep Crespi
que de való es revestí
i li duqué es combregà.

Com li hagué administrad
aquell sagarament d'amó,
li va dí el senyor Rectó:
li deman per caritat
are qui he combregat
hem don s'estremunció
per tení força i való
per passà a l'eternitat.

I d'aquí din temps molt breu
per instants se desmaiave
s'esperit se departava
d'aquell fret com se neu
el seu cós ja se trobave
i era perquè entregave
el Rectó, s'ànima a Déu.

En Salom qui' s'escolà
correns va anà a dir-ho,
i en gran pena i doló
com dins l'Església va entrà
en veu alta va exclamà:
«Ja es mort el senyor Rectó»
en aquesta ocasió
are acaba d'expirar.

L'any mil vuitcents va morí
vuitante set, primé dia
de juny i Santa Maria
totalment se van entristí,
veure que auxtxauauxí

de noltros se despedia,
el pare, el mestre i sa guia
que mos dave el bon camí.

Poble de Santa Maria
si plores ja tens rahó
perquè has perdut es pastó
quei tant bé mos dirigia,
no menjave ni dormia
per dar-mos instrucció,
amb caritat i amó
a tota sa gent servia.

Era homo ple de bondad
qu'aconortave tothom,
per tot es poble el seu nom
de bon có serà plorat,
lque Déu haje perdonat
el nostro i seu majordom
a noltros s'hora com
passarem al seu costat

Quina joya de való
ha perdut Santa Maria
ja mos falta aquella guia
de nostra salvació,
!ja és mort el senyor Rectó
qui tant de bé mos volia!
ensenyant-mos cada dia
la santa religió.

La mort mos vé per herenci
i ningú en pot refogi
qu'en so rectó porem dí
que tenim bona advertencia,
ell qui en sa seua elocuenci
sempre a Déu volgué servi
també hagut de morí
per justa correspondenci.

Homo de gran caritat
això no ho porem dubtà
que haguera volgut posà
si possible fos estat
a dins un cos tot plegat

tot el poble cristià
i amb ell Déu alabà
per tota una ternitat.

Trenta quatre anys estigué
en sa nostra companyia,
treballant per el nostre bé,
la gran part del seu que fé
era obsequià a Maria
o en el poble si sabia
pobre que heu hagués mésté.

Ja no tenim més remei
que a Déu comanar-lo
!ja es mort el senyor Rectó
o D. Rafel Caldentey,
i si seguim son consei
lograrem salvació,
que és adorà amb gran amó
de Cristo la santa llei.

Mai se veia asociat
d'obsequià a Maria
o en el poble si sabia
cap pobre en necessitat,
era un foc de caritat
qui es có li consumia,
i tota la gent servia
amb amor i humiltat.

Ja havem perdut el pastó
ell que tant mos estimave
i nit i dia treballava
per entregà en el senyó
de tots sa guarda milló;
per això mos convidave
a l'esglesia i mos ensenyava
sa nostra salvació.

Reina del cel, nostra mare
!oh quin nom tan amorós!
jo vui obsequiar-vos
verge pura immaculada
rebeu bé lo nostro pare
are que vé a veurer-vos
agraint-li es favós
de que tant vos ha estimada.

Com vos sereu coronat
en sa corona d'amó
suplicau en el senyó
per el clero que heu deixat
que li don serietat
en qualsevol acció
com també en el nou Rectó
qui a vostro lloc s'ha posat.

Vos deman senyor Rectó
per com en el cel sereu
que per noltros demaneu
a Cristo Nostro Senyor
que mos don el seu amó
que així esperam que heu fereu,
si no sentim vostra veu
siau nostro intercesó.

Aproximada victoria
are més que mai tendrem,
son exemple seguirem
i mos tendrà en memoria
logrant-mós un possessori
del cel per com morirem,
Déu face tots el vegem
a la seva santa gloria.

O « Amuleto osculatório » (?) encontrado nas ruínas de Tróia, Setúbal

POR

FERNANDO RUSSELL CORTEZ

Director do Museu de Grão Vasco

Há tempos, no decurso duma das sessões de estágio, o Sr. Escultor DIOGO DE MACEDO apresentou, como proveniente de Tróia, um objecto de bronze, essencialmente constituído por uma haste rematada por uma argola; da sua decoração falaremos adiante.

Fiz alguns comentários oportunos e muito grato fiquei ao Sr. Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, o Sr. Escultor DIOGO DE MACEDO, pela gentil oferta do mesmo objecto, de bastante rareza entre nós, pois é o terceiro exemplar a ser assinalado em Portugal.

O primeiro destes três «amuletos osculatórios», pois como tais têm sido considerados, encontrado em Portugal foi estudado por HANS ZEISS (1) e apareceu nas ruínas de Milreu, Faro.

Um segundo, que, a conselho meu, foi assinalado e estudado pela então minha colaboradora MARIA JOSÉ AROSO REIS (2), é procedente de Lagoaça, termo de Pinelo, do concelho de Vimioso, onde fora encontrado, em 1935, juntamente com uma lápide funerária de granito, a quando da abertura de valados para a plantação de vinha (3).

Assinala-se agora um terceiro destes objectos, encontrado na mais importante ruína urbana do centro de Portugal: — a *Caetobriga* romana.

Similares objectos, encontrados no resto da Península, sobretudo durante a escavação de necrópoles funerárias, romano-tardias, foram primitivamente identificados como «amuletos osculatórios».

Hoje a finalidade destes instrumentos, bem como a sua origem, suscitam problemas que ainda permanecem obscuros para os arqueólogos, até ao dia em que qualquer achado mais feliz, por completo, esclareça um pouco a sua natureza (4).

O conjunto de objectos, ao nosso dispor, para o estudo dos diver-

soz problemas que os chamados «amuletos osculatórios» suscitam sobre a sua origem e finalidade, foi reunido por ALVAREZ OSSÓRIO (5) num catálogo. Agrupa 24 encontrados, dos quais reproduz 13. Posteriormente ZEISS (1) reproduz 3, só citados por ALVAREZ OSSÓRIO, e junta outros 3 inéditos entre os quais se encontra o de Milreu.

Iniciou o estudo de tais instrumentos FERNANDEZ GUERRA (6) considerando como «osculatórios» os que foram encontrados em Fuentes de Año (Ávila) e Mendoya de Sobrado (Orense).

ALVAREZ OSSÓRIO duvida de que sejam osculatórios, mas não indica qualquer outra finalidade para a sua utilização (5).

Para TARACENA, estas peças de bronze têm um carácter cristão (7). FERRANDIS concorda com tal opinião (8), referindo que nos ritos da igreja ortodoxa grega perdura o hábito de benzer com objectos similares. TARACENA rectificou mais tarde a sua opinião (9), compreendendo a pouca consistência da afirmação anterior.

Já antes, porém, HANS ZEISS (1) tinha judiciosamente observado que, se a pomba ou o galo que alguns destes instrumentos têm figurado na sua extremidade superior poderiam ser considerados como atributos cristãos, já igual explicação se não pode dar das cobras, cavalos, cabeças de mulher, etc., existentes noutros.

RIVERA MANESCAV (10), numa excelente contribuição para o estudo da necrópole de Simancas, deduzira o facto dos esqueletos das sepulturas em que estes objectos foram encontrados pertencerem a jovens do sexo feminino, e afirmou para tais *amuletos* um fim ornamental — espécie de jóia ou distintivo próprio da mulher, «talvez um adorno para o cabelo».

Ainda que tal sugestão seja defensável, parece-nos mais prudente não tirarmos conclusões gerais à base de tão exiguo material. Não devemos perder de vista terem sempre tais objectos um anel numa das extremidades e, o que TARACENA verificou, no decurso da escavação da necrópole de Suellacabras, sempre aparecerem na altura das mãos (7).

Últimamente, aproveitando as opiniões de ALVAREZ OSSÓRIO (5) e de MANESCAV (10), GRATINIANO NIETO estuda o significado e utilização destes estranhos objectos, até hoje quase que só encontrados na Meseta, e atribui-lhes um significado gnósticobasalidiano (11). Considera-os como amuletos (*fascinum*) gnósticos das seitas agapeta e basilidiana, reconhecendo o interesse de podermos precisar a area da expansão tomada por estas e outras heresias na Península. Igualmente poderíamos delimitar as possíveis zonas de suas influências e desta forma seria permitido comprová-las, no caso de os achados aparecerem

unicamente em regiões heréticas, ou contrariar tal tese, se, contrariamente, forem recolhidos em zonas estranhas a estas doutrinas.

É precisamente na meseta hispânica que os achados são mais vulgares e podemos até afirmar serem alguns fabricados localmente, conforme a conclusão permitida pelo aparecimento dum molde para a sua fundição em Carcabelos (Leon), anunciado por SCHULTEN.

Lembremos que a heresia que mais perdurou nesta região foi o priscilianismo (12), mas nenhum dado concreto permite relacioná-la com os objectos presentemente considerados. Mais nos informa GRATINIANO que o próprio PRISCILIANO, no seu *Liber apologeticus*, apresentado ao Concílio de Zaragoza, contrabutando a denúncia de IDÁCIO, fornece uma possível pista de maneira a podermos correlacionar estes objectos com os *amuletos* de uma seita determinada. Efectivamente, PRISCILIANO ao anematizar o nefando «Nicolaitas», fala contra os das seitas misteriosas que utilizavam, como símbolo, grifos, águias, onagros, elefantes, serpentes ou outras feras: — *Anathema sit qui legens grifos, aquilas, asinos, elefantes, serpentes, et bestias supervacuas, confusibilis observantia, vanitate, captovus vult misterium divina religionis adstruxerit* (12).

Existirá qualquer relação entre estes grifos, águias, onagros, etc., de que nos fala PRISCILIANO, com as pombas, delfins, cabeças de cavalo e de mulher a rematar os objectos que temos apreciado?... Admitindo tal possibilidade, ainda nos falta determinar qual o significado daqueles outros terminados por pirâmides ou esferas. GRATINIANO NIETO aventa terem igual valor ao dos primeiros. Possuiriam virtudes mágicas mediante o seu contacto com o próprio animal. Sugere mais se não poderemos pensar em alguns ritos misteriosos, de estranhos grupos ou seitas. Cada um teria por atributo característico o animal ou os símbolos que aparecem a rematar idênticos objectos.

Os vinte e nove exemplares que hoje conhecemos apresentam características idênticas, que podemos agrupar desta forma:

a) O seu comprimento varia entre 6 a 12 cm, excepto o de Paredes de Nava que tem 19 cm e um dos encontrados em Palência com 23 cm. Isto tem interesse por exitirem outras peças, mais adiante referidas, com tais comprimentos.

b) Todos têm um anel num extremo, pelo qual se pode passar um dedo. TARACENA registou estarem os de Suellacabras, na altura das mãos.

c) Os animais existentes na extremidade superior da vareta — muito variados — podem constituir três grupos:

- 1) Amuletos com figuras — cabeça de cavalo, cabra, pirâmide invertida, delfim, galo, serpente, etc.
- 2) Amuletos com uma pomba.
- 3) Amuletos com duas pombas enfrentadas.
- d) Neles podemos distinguir notórias diferenças estilísticas, tanto na forma da vareta e da sua união com o anel, como noutros por-menores.

Na forma da vareta, nas peças mais remotas, observam-se perfis bastante clássicos. Nota-se tal facto nos de Valdíos de Portozuelo, Campos e Tróia. Nos outros exemplares o perfil transforma-se num simples nó, por vezes esquemático, como ocorre no de Truel e Pinelo. Outras vezes a vareta aparece lisa, como acontece nos de Suellacabras.

Na união da vareta com o anel, observamos que, nos mais primitivos, a união faz-se por meio de pequenas volutas, forma típica das artes menores romanas; tal facto verifica-se no exemplar de Mérida e de Tróia.

A cronologia que a forma da vareta e da sua união com o anel nos sugere é-nos confirmada pela estilização dos animais.

Em resumo, verificamos que os amuletos mais primitivos apresentam uma vareta de perfil clássico, unida ao anel por meio de remates que podem ser volutas, e os animais do outro extremo são de estilo naturalista.

Os exemplares mais tardios têm uma vareta lisa, unida directamente ao anel, sem volutas, e os animais são estilizados.

Como alguns deles foram recolhidos em necrópoles, algo queremos dizer acerca do espólio com que foram encontrados: Em Suellacabras apareceram cravos de ferro, contas de louça e vasos de vidro.

A necrópole de Simancas forneceu-os de envolta com pontas de ferro, unguentários de vidro e alguns braceletes de cobre. Estes, pela sua forma, serão os mais tardios da Península. Em nenhum dos túmulos foram encontrados quaisquer objectos visigodos. A origem destas peças é consequentemente anterior a esta época, admitindo, no entanto, que alguns dos amuletos pudessem alcançar a época visigoda.

Pensou-se serem estes instrumentos exclusivamente hispânicos, porém, sabemos da existência de peças similares no sul da Rússia e na Bulgária (13).

Em 1840, cerca de Kertsch, junto da península da Crimeia, apareceram uns fragmentos de utensílios similares de prata, bronze ou ferro, com remates anelares, de menor diâmetro que o suficiente para a pas-

sagem do dedo. Um deles apresenta uma ave e outros animais semelhante touros e águias.

Em 1934, no campo ao sul de Plevna, na Bulgária, num povoado godo que existiu somente na 2.^a metade do século IV, antes da sua destruição pelos Avaros, encontram-se vários destes instrumentos de bronze: vareta rematada por um anel numa das extremidades e por pombas na outra.

Estas notícias permitiram a TARACENA a sugestão, menos que hipótese, de poderem ser estes objectos conhecidos dos godos que, no sul da Rússia, já no ano 214, A. C., contactavam com o Império Romano, e foram usados desde o século IV, começo da sua romanização e cristianização.

A semelhança entre os utensílios do sul da Rússia e os da Península é flagrante. A sua forma e desenhos são os mesmos no essencial. Não esqueceremos, todavia, que os objectos russos e búlgaros têm maior comprimento e no geral são feitos de vidro ou ouro e somente em dois casos foram encontrados feitos de bronze, ferro e prata.

Alguns dos exemplares hispânicos atingem comprimentos vulgares entre os recolhidos na Rússia e ainda mais conhecemos um exemplar de ouro exposto no Instituto «de Valencia de D. Juan».

As peças orientais apresentam características dum maior classicismo do que as dos exemplares peninsulares. Os animais são mais naturalistas, os nós medianos têm um perfil clássico e as volutas ligadoras da haste com o anel apresentam-se-nos bem marcadas. Posteriormente esta técnica sofreu uma estilização e conseqüentemente aparecem-nos decorados na extremidade superior com pombas completamente estilizadas.

Quanto ao seu carácter cristão, carácter que, como vimos, é interpretado do mais diverso modo pelos autores dedicados ao estudo destes instrumentos, não me parece, por enquanto, muito de aceitar, uma vez que tanto os exemplares russos como os de Mérida e Tróia, que são os mais antigos, visto serem os mais naturalistas, têm na extremidade a representação de diversos animais: galos, águias, gatos, cobras, etc., e podemos supor que a pomba nos surja como um animal e nunca como uma característica claramente cristã.

A cronologia pode estabelecer-se actualmente com relativa segurança.

O estudo do espólio funerário encontrado junto de alguns destes objectos permite a ilacção de corresponderem a pertenças de sepulturas de indígenas, não visigodas, próprios do século IV e V. Deviam pertencer a esse grande complexo populacional do noroeste e cujo uso

perdurou até ao século IV e mesmo posteriormente. Esta conclusão julgo-a fundamentada com o aparecimento junto ao instrumento com um delfim — Quitanilla, Burgos — de uma estátua de Cupido. Também o nosso exemplar de Pinelo nos surge junto de uma moeda de bronze do século IV.

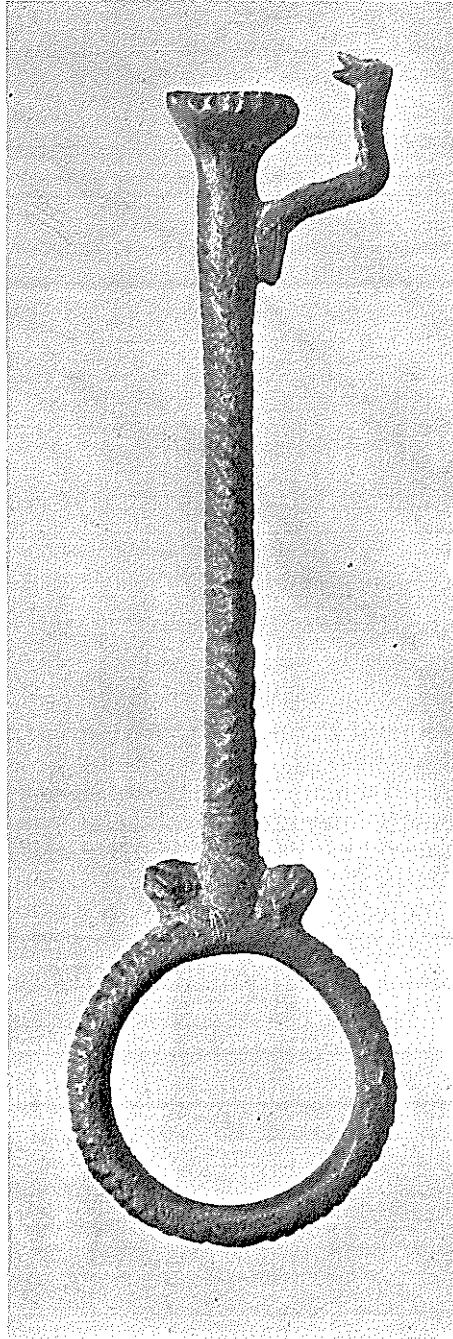
O aparecimento do exemplar de Pinelo junto da epígrafe funerária, com um texto de carácter pagão, parece tornar possível a suposição de estes objectos não pertencerem à vida cristã.

BIBLIOGRAFIA

- 1) HANS ZEISS — «Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich», pág. 91, Berlim e Leipzig, 1934.
- 2) MARIA JOSÉ AROSO REIS — «Mais Um Osculatório» encontrado em Portugal; elementos para a sua cronologia. Vol. VIII, das Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa, 1950.
- 3) FRANCISCO MANUEL ALVES — «Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, vol. X, pág. 762 — Porto, 1938.
- 4) CONCEPCION ROS BENET e M.^a DEL CONSUELO ABELL — «Los llamados amuletos osculatórios», Crónica del IV Congreso Arqueológico del Sudeste Español, Elche. 1948, pág. 487, Cartagena, 1949.
- 5) F. ALVAREZ OSSÓRIO — «Amuletos? conocidos como osculatórios», Madrid, 1929.
- 6) AURELIANO FERNANDEZ GUERRA — «Monumentos Cristianos españoles antiquísimos e inéditos», la Ilustracion Católica», 1879, pág. 307.
- 7) BLAS TARACENA — «Escavaciones en la provincia de Sória». Mem. Junta Sup. de Escavaciones, n.º 75, pág. 35, Madrid, 1924-25.
- 8) JOSÉ FERRANDIS — «Artes decorativas visigodas», História de España de M. Pidal, vol. III, pág. 64. Madrid, 1940.
- 9) BLAS TARACENA — «Sobre los amuletos visigodos de bronze», Arquivo Español de Archeologia, n.º 40, pág. 67, Madrid, 1940.
- 10) SATURNINO RIVERA MANESCAU — «Las necrópolis visigodas de Simancas», Bol. Sem. de Est. de Arte e e Archeologia, XII a XXI, Valladolid, 1936-1939.
- 11) GRATINIANO NIETO GALLO — «Los fondos visigodos del Museo Arqueológico de Valladolid», Mem. de los Museos Arqueológicos Provinciales, 1942, pág. 222.
- 12) MENENDEZ y PALAYO — «História de los heterodoxos españoles, vol. IV, pág. 169, ss., Madrid, 1946- vol. II, págs. 300-331.
- 13) Para todos estes instrumentos, ver o artigo de Ludolf Stephani, — «Compte rendu de la Comision Imperial pour l'année 1875 ed. alemã, Lâmina II, n.º 24-25, pág. 40. São Petersburgo, 1878. Cit. por (9).



Pormenor mostrando a ornamentação da vareta.



Amuleto (?) de bronze encontrado em Tróia, Setúbal.

Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones inmediatas

POR

A. GARCÍA Y BELLIDO

Catedrático de Arqueología de la Universidad de Madrid
Director del Instituto Español de Arqueología

Sabido es que la Provincia romana *Lusitania* es creación de Augusto. Pero ya estaba prefigurada en tiempos de Pompeyo y César. Cuando éste hubo de enfrentarse con los hijos del primero vemos que a Petreius se le había encargado, con dos legiones, de defender la región comprendida entre el Guadiana y el Duero, tanto por la parte de los véttones como de los lusitanos (*ab Ana Vettonum agrum et Lusitaniam*. Caes. BC 1 38).

César y Augusto fueron también los creadores de las colonias lusitanas. El primero fundó *Metellinum* (Medellín), donde ya había asentado probablemente legionarios Metellus, de quien recibe nombre, *Norba* (Cáceres) y el *Præsidium Iulium* que después se llamaría *Scalabis* sólo (Santarém), perdiendo el nombre latino y recuperando el indígena. Augusto creó dos colonias más, *Pax Iulia* (Beja) y *Emerita Augusta* (Mérida), ésta destinada a ser la capital de la Provincia por él luego creada. Municipios *civium Romanorum* solo se creó en la *Lusitania* el de *Olisipo*, que nació gracias a César.

Como se ve la política colonial se concentró sobre todo en la línea del Guadiana, con una avanzada en la del Tajo, la representada por *Scalabis*, cuyo primitivo nombre de *Præsidium* quedará ahora más claro. A ella le acompañaba, pero con otro carácter, *Olisipo* como *municipium civium Romanorum*. *Norba* cerraba por el E. el espacio entre el Guadiana y el Tajo. Se percibe claramente una política colonial de aspecto militar destinada a cerrar el camino a los lusitanos del Norte del Tajo, aun mal dominados y muy dados a las incursiones armadas por las tierras ricas del Sur. Obsérvese, además, que Roma no creó ya más

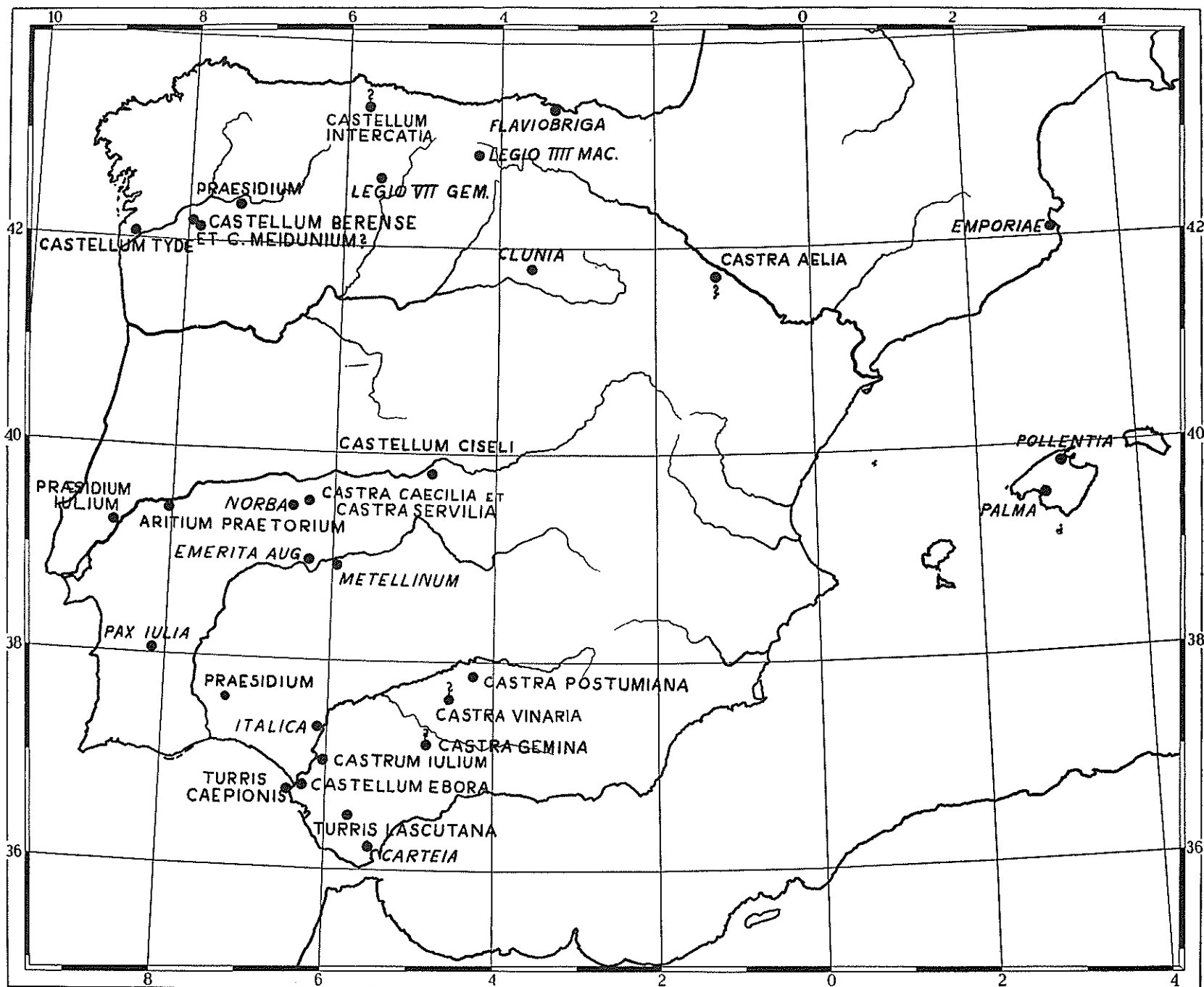
colonias en *Lusitania*, deteniéndose en su política colonial justamente en la línea del Tajo, que venía a ser una avanzada de la del Duero que actuaba como escudo protector de los campos del *Bætis* y de la parte meridional de Portugal. *Pax Iulia* venía a ser, entre el Guadiana y el mar, lo que *Norba* era entre el Tajo y el Guadiana. El estudio de la colonización romana de *Lusitania* desde este punto de vista va a ser el objeto de este trabajo.

Los veteranos licenciados de las legiones romanas, al convertirse en ciudadanos civiles, en *coloni*, no perdían del todo su condición militar. Seguían formando una especie de milicia presta a defender, con las armas en la mano, sus propios intereses y, por supuesto, los de la colonia. Siempre subsistía una posible alteración del orden y de la paz, no solo por el hecho de que tales colonias se estableciesen en terrenos arrebatados a un enemigo que aún seguía viviendo junto a ellos, sino, principalmente, porque las fundaciones coloniales se hicieron muchas veces en zonas de fricción, en regiones fronterizas vecinas a pueblos que, o bien aún no habían sido sometidos por completo, o bien eran hostiles sin rebozo alguno.

Este fué el caso, precisamente, de las fundaciones cesáreas en la *Lusitania*, o de aquellas otras del bajo Guadalquivir, que a causa de su proximidad a la *Lusitania* estaban amenazadas por repentinas incursiones armadas de elementos insumisos oriundos de las serranías de Guadalupe o de la Estrella, en la *Lusitania* extremeña y portuguesa, respectivamente. *Italica* primero y después *Carteia*, no tuvieron, sin duda, otro origen. Luego surgió con los mismos fines la colonia de *Metellinum* (Medellín) y, más adelante, en tiempos de César, las de *Norba* (Cáceres), *Pax Iulia* (Beja), *Emerita Augusta* (Mérida) y *Scalabis* (Santarem). En esta última se hace aún más patente el propósito, porque, a más de su situación, lo denuncia explícitamente su primitivo nombre de *Præsidium Iulium*.

En apoyo de esta interpretación, y aparte el incuestionable texto de la *Lex Ursonensis*, que luego aduciremos, vienen a nuestro encuentro una caterva de topónimos de fecha incierta en parte, pero de evidente origen militar, que se extienden alrededor de las zonas polémicas lusitanas y galaicas. Citemoslos:

Un *Præsidium* menciona el *Itin.* 428, 5 en *Callæcia*, que ha de situarse en Castro Caldelas. El *Ravenate* vuelve a citarlo en 320, 6, por este mismo lugar. La actual Tuy, plaza fuerte sobre el Miño, fué también en la Antigüedad un reducto defensivo, como su nombre de *Castellum Tyde* (PLIN. IV 112) lo demuestra. El *Rav.* 308, 8 cita en Galicia



Distribución en Hispania de los Topónimos de carácter militar y de los puestos o ciudades cuya función militar es conocida por las fuentes.

un lugar llamado *Castra Manuaria*. Una lápida (*CIL* II 5353) menciona a un *limicus* nacido en el *Castellum Berense*, lugar acaso cercano al *Castellum Meidunium*, citado en una lápida (*CIL* II 2520) de dudosa reducción (tal vez estuviera en relación con la *Meidobriga* o *Merobriga* de *Plin.* IV 116). La famosa lápida de Pintaius, en el Museo de Bonn (*CIL* XIII 8098) nos pone en contacto con otro topónimo significativo, existente ya, sin duda, a comienzos de la era, el *Castellum Intercatia*, sito en un lugar impreciso de la actual Asturias (en *Asturia Transmontana*, dice la inscripción). No fué por casualidad tampoco la fundación de *Flaviobriga* a orillas del Cantábrico, entre pueblos aún inseguros; y menos el establecimiento de la *Legio IIII Macedónica* en Aguilar de Campóo, a retaguardia de *Cantabria*, y el posterior de la *Legio VII Gemina* entre los *Cantabri*, *Astures*, *Callæci* y *Bracaraugustani*, pero no lejos tampoco de los *Lusitani*. La misma fundación de *Clunia*, como colonia, tuvo sin duda fines militares también.

Si de la región Norte y Noroeste pasamos a la del Occidente, los testimonios son igualmente expresivos. Ya subrayamos que *Scalabis* se llamó antes, desde tiempos de César, *Præsidium Iulium*. Pero es el caso que cerca de ella estuvo, hacia la actual Alvega, cerca de Abrantes un puesto militar llamado *Aritium Prætorium* existentes ya antes del año 37 de la Era, fecha de un importante texto jurídico en bronce allí hallado (*CIL* II 172 = *D'Ors, Epigr. Jur.* 20 ss. Como *prætorium* solo figura en el *Itin.* 418, 8 y en el *Rav.* 316, 7. *Ptol.* II 5, 6 lo cita, simplemente, como *Arition*. En el texto epigráfico antes aludido figura como *Aritium Vetus*. Pudo ser cosa distinta del *Aritium Prætorium* del *Itin.*, pero, en todo caso, muy próximos). Entre el Tajo y el Guadiana, y cerca de *Norba* (Cáceres), hubo dos *Castra*: *Castra Cœcítia* y *Castra Servilla* (*Plin.* IV 117).

En el extremo oriental de la *Lusitania*, cierta lápida menciona un *Castellum Ciseli*, que hubo de estar cerca de *Cæsarobriga*, hoy Talavera de la Reina (F. FITA, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 2, 1882, 265 ss.; *CIL* II 5320; F. GIMÉNEZ DE GREGÓRIO, *Archivo Español de Arqueología*, 23, 1950, 108. Este lo sitúa en Belvís de la Jara, 30 km al SSO de Talavera).

Si bajamos más al Sur hallamos, en la zona del Guadiana frontera con la *Lusitania*, dos estaciones militares: el *Castellum Eboræ*, cerca del Sanlúcar de Barrameda (*Mela* III 4; *Plin.* III 7 y IV 117; *Itin.* 418, 5; *Rav.* 306, 15; *CIL* II 504) y el lugar llamado *Præsidium*, sito en la región de Huelva (*Itin.* 431, 10) éste sin data conocida, el ante-

rior existente ya en tiempos de Augusto. En Andalucía (*Bætica*) conocemos: *Castra Gemina* (*Plin.* III 12), *Castra Vinaria* (*Plin.* III 10), *Ugia*, llamada *Castrum Iulium* (*Plin.* III 15) y *Castra Postumiana* (*Bell. Hisp.* VIII 6) lugares que datan — con seguridad por lo menos el último — de mediados del siglo I antes de J. C. En las cercanías del Estrecho, en Mesa de Ortega (Medina-Sidonia) estuvo *Turris Lascutana*. (C. PEMÁN, *Situación arqueológica de la provincia de Cádiz*, Madrid, 1941, 38; A. D'ORS, *Epigrafía Jurídica*, Madrid 1953, 349 ss., *CIL* II 5041; A. VIVES, *La Moneda Hispánica*, Madrid 1936, III 47-49), que no fué la *Turricina* conocida por monedas bilingües, y sobre la cual no es momento de tratar, y la *Turris Cæpionis*, en la actual Chipiona, cuyo nombre deriva de aquél. Esta torre, sin embargo, tenía un caracter distinto pues era un faro, que no una fortificación (*Strab.* III 1, 9). En la parte oriental de la *Tarraconense* tenemos *Castra Aelia*, en el Ebro. (*Liv. Per.* 91), que, por las circunstancias en que se cita, ha de datar de tiempos sertorianos. Su localización debe buscarse hacia la confluencia del Jalón. El establecimiento de los veteranos de César en *Emporion* no fué sino una consecuencia en territorio hispano de la serie de fundaciones anteriores de la Provenza (*Narbo Martius*, *Aquæ Sextiæ*) destinadas a vigilar y guarnecer vía tan importante para Roma como la que unía Italia con España. En las Baleares, la fundación simultánea de *Pollentia* y *Palma* perseguía idénticos fines de seguridad respecto a los baleares recién sometidos por Metello.

Observese, además, cómo estos puntos fuertes se distribuyen en líneas estratégicas. Una defiende el Estrecho, siempre amenazado de incursiones piráticas de moros (*Carteia*, *Turris Lascutana*, *Turris Cæpionis* acaso también, *Castellum Eboræ*); otra la *Baética* sobre la línea del Guadalquivir (*Italica*, *Hispalis*, *Castra Gemina*, *Castrum Iulium*, *Urso*, *Castra Postumiana*, *Castra Vinaria*); otra la línea del Guadiana (*Præsidium*, *Pax Iulia*, *Emerita Augusta*, *Metellinum*); otra la línea del Tajo (*Præsidium Iulium*, *Aritium Prætorium*, *Norba*, *Castra Caecilia*, *Castra Servilia*, *Castellum Ciseli*); y, finalmente la del Miño (*Castellum Tyde*, *Præsidium*, *Castellum Berense*, *Castellum Meidunium*), quedando toda la región de la Sierra de la Estrella, Gredos y el bajo Duero, rodeada de una serie de puestos fuertes y defensas. Papel similiar contra los cántabros jugaron *Legio VII*, *Castellum Intercatia*, *Legio III* y *Flaviobriga*.

Muchas, pues, de las fundaciones cesáreas y, por lo menos buena parte también de las de sus sucesores, pretendían, entre otros fines, asegurar las zonas fronterizas con soldados avezados levantando ciuda-

des, medio civiles medio militares, en lugares adecuados no solo a su subsistencia propia sino a la de la causa de Roma. Este caracter defensivo de las colonias militares miraba tambien a la retaguardia, por donde pasaban las vías de comunicación y abastecimiento, vitales para el efectivo dominio de los países que Roma iba conquistando. De tal suerte que venían a ser, en realidad, puestos avanzados, *propugnacula*, *præsidia* y *castella* que servían a la vez de focos de expansión de romanidad y de reductos en defensa de élla. Fué, por otra parte, la política seguida con antelación en *Ostia*, *Antium*, *Tarracina*, *Placentia*, *Cremona*, *Bononia*, *Mutina*, *Parma*, etc., tanto en el *Latium* como en la *Gallia Cisalpina*. Las colonias augústeas de la *Mauretania* tuvieron el mismo caracter, así como las julio-claudias de *Britannia*, *Pannonia* y *Thracia*, o las flavias en *Judea* y *Africa*. En todas ellas, aparte resolver un problema económico y demográfico, se atendía primordialmente a asegurar una situación militar. Muy claro lo dice tambien un texto de Tacito quien, hablando de la pacificación de *Britannia* por Agrícola en el año 78 dice esto: «Muchas *civitates*, antes rebeldes, fueron sometidas y rodeadas de *præsidia* y *castella*» (*et Præsidiiis castellisque circumdatae*. TAC. Agr. 20, 3). Fué lo hecho en España.

Pero es que aquí, además, nos sale al paso un documento excepcional: la *Lex Ursonensis*, redactada en el año 44 antes de J. C. Da la coincidencia que esta colonia es la única conocida en España como formada de elementos civiles. Mas no obstante esta circunstancia y pese a que *Urso* se hallase alejada de la *Lusitania* lo bastante para sentirse relativamente segura, las ordenanzas coloniales disponían lo que sigue:

«103. — Qualquier duunviro o præfecto que en la Colonia Genetiva presida a la dición del derecho, tenga facultad, sin fraude por su parte, de conducir colonos y avencidados contributarios armados con el fin de defender el término colonial... y que el mencionado duunviro, o el que éste designase para ir a la cabeza de la gente armada, tenga el mismo derecho y la misma facultad de imponer castigos que corresponden al tribuno de los soldados del pueblo romano en el ejército del pueblo romano». (D'ORS, *Epigr. Jur.* 234 s., dónde se hallará la bibliografía anterior. Vide tambien Fr. VITTINGHOFF, *Römische Kolonisation und Bürgerrechtspolitik*, Wiesbaden, 1952, 52).

En tales ordenanzas se percibe diáfaramente el caracter esencialmente militar de estas fundaciones coloniales, incluso en la *Bætica*. Y si

esto era así en una colonia formada con elementos civiles, con cuánta más razón hemos de suponerlo en colonias fronterizas como *Pax Iulia*, *Scalabis*, *Norba*, *Metellinum*, *Emerita Augusta*, *Flaviobriga*, *Clunia*, etc., o de situación estratégica, como *Emporiæ*, que fueron, sino todas, por lo menos las más, colonias militares. De *Emerita Augusta* estamos indirectamente informados por los gromáticos, uno de los cuales, FRONTINUS, que escribía su *De controversiis agrorum* en tiempos flavios, nos dice a propósito de la distribución de los colonos de *Emerita* que a los veteranos se les colocó en las zonas limítrofes del *ager* distribuido, que era muy extenso, siendo muy pocos — añade — los que fueron asentados cerca del río y de la colonia. Es evidente que su distribución en los confines del territorio colonial obedecía a razones militares (*Propter magnitudinem enim agrorum veteranos circa extremum [ere] finem velut terminos disposuit, paucissimos circa coloniam et circa flumen Anam*. FRONT. *De Contr. agr.*, edic. Lachmann 51).

Por todo lo que antecede cabe deducir que el propósito inmediato perseguido con estas fundaciones coloniales «militarizadas» o en pie de guerra permanente, no fué estrictamente político, como una interpretación demasiado idealista del fenómeno colonizador de Roma ha inducido a creer. Con la fundación de colonias Roma no pretendía — al menos como programa — «romanizar» ni aun siquiera civilizar en el sentido que hoy damos a esta palabra, sino más bien resolver «su» problema situando a los veteranos de las legiones y, de paso, pero principalmente, asegurar las conquistas dando las tierras del vencido a defensores permanentes que, es este caso, eran los propios legionarios veteranos o, incluso, los civiles mismos, como en el de *Úrso*. Si de esta siembra de colonias romanas resultó a la postre una propagación de la ciudadanía romana y por tanto una difusión de la romanidad, ello advino un poco impensadamente, pues Roma no tuvo ni durante la República ni aún durante el Imperio un «programa» encaminado a «civilizar» el mundo por ella dominado, en la manera que hoy haría cualquier potencia colonial imponiendo por medio de un plan sistemáticamente madurado su lengua, su cultura y sus maneras con fines cubierta o abiertamente anexionistas.

Deformations posthumes des os humains

PAR

EUGEN FISCHER

Dr. sc. h.c. de l'Université de Coimbra

Nous avons relativement peu de connaissances en ce qui concerne les altérations post-mortem des os humains gisant sous terre. Ils existent seulement quelques ouvrages sur la déformation du crâne post-mortem et lesquels, à titre d'indication, soient mentionnées ici (BROCA, HANSEN, FORSTER et autres). Les causes de telles altérations on les a toujours cherchées dans la nature du sol (teneur en chaux, régimes et qualité des eaux, etc.) — et avec juste raison.

Mais le problème «squelette et sol» se présente sous deux aspects. Et tous les ouvrages cités ci-dessus ne prennent en considération que l'un d'entre-eux.

Pour un chercheur comme MENDES CORRÊA qui a travaillé avec tant de succès dans le domaine de la préhistoire et de la paléanthropologie ⁽¹⁾ il sera peut être fort intéressant de voir traité ici le deuxième aspect de ce problème. L'auteur s'estime très heureux de pouvoir offrir comme cadeau ce modeste ouvrage parmi tant d'autres réunis dans le présent volume édité en hommage de son illustre collègue. Donc, la question se pose comme telle: *«La constitution des os, au moment de l'enterrement du cadavre auquel ils appartiennent, a-t-elle une influence sur son altération dans le sol?»*

Que les os d'un enfant se décomposent plus vite et plus facilement que ceux d'un adulte (ils vont jusqu'à se dissoudre complètement) — ce fait est bien connu et ne doit pas être pris ici en considération.

Par contre, il se pose la question: les maladies de l'os vivant et les altérations de la substance fondamentale du tissu osseux qui en résultent,

(¹) Le terme «Paléanthropologie» fut employé ici dans le sens que GERHARDT lui a décerné: c'est-à-dire, il fut employé au sens le plus large: également pour le fouilles des premiers siècles historiques.

peuvent-elles causer des altérations post mortem? De ce point de vue, naturellement, les altérations de teneur en chaux des os deviennent importantes (1). Nous ignorons les réactions sous terre, des os d'un homme souffrant au moment de son décès, du rachitisme, de l'ostéomalacie ou des maladies semblables; nous ne savons pas non plus si ces réactions sont différentes de celles de l'os d'un sujet normal. Mais nous pouvons le supposer — à mon grand regret, je ne vois pas de moyen permettant d'effectuer des recherches sur cette voie.

Par contre et pour une raison précise, je fus amené à poursuivre ce problème au sujet de la décalcification des os que l'on désigne sous le nom de «Syndrome de Sudeck» (2). Le chirurgien SUDECK fut le premier à reconnaître qu'après chaque fracture grave, la chaux des os intacts qui entourent l'os cassé et même des parties restées intactes de celui-ci, est dissoute en grande partie, transportée par la voie sanguine et utilisée au point de la fracture pour la formation du cal.

Le radiogramme d'un être vivant permet d'observer bien nettement le processus de la décalcification. Ce processus qui est accompagné par certaines réactions aux parties molles et qui dépend des conditions nerveuses et constitutionnelles du sujet est bien connu aujourd'hui; cependant ces faits cliniques et pathologiques ne peuvent pas être traités ici.

Seule la question nous intéresse: Si un os, provenant d'un sujet malade de la décalcification de Sudeck en plein épanouissement, cet os, une fois enterré, de quelle manière réagit-il?

Un cas précis (3) que je ne veux pas traiter ici, m'ammena à chercher la solution par voie expérimentelle. J'essayai à reproduire au laboratoire le processus de la décomposition qui se déroule, dans le sol, avec le cadavre aussi bien qu'avec ses os plus ou moins riches en chaux. J'envisageai une expérience qui pouvait servir de modèle. Au cours de

(1) Cf. l'ouvrage magistrale de C. H. BOURNE: *The biochemistry and physiology of bone*, New-York, 1956.

(2) Voir REMÉ: *Paul SUDECKS Werk und der heutige Stand der Lehre vom Sudeckschen Syndrom* (l'œuvre de Paul SUDECK et la situation actuelle de l'enseignement du «Syndrome de Sudeck»), BRUNS Beiträge zur klinischen Chirurgie, Bd. 191, 1955.

(3) Eugen FISCHER: *Postmortale Knochenschrumpfung und Sudecksche Knochen dystrophie. Zur Lösung der Frage nach den Gebeinen Herzog Heinrich (des Löwen)*. (Rétrécissement d'os post mortem et dystrophie des os d'après Sudeck. A propos de la solution du problème des ossements du Duc Henri (le Lion). Zeitschrift. Morphol. und Anthropol. Bd. 48. H. 2, 1957.

l'expérience je me suis servi d'une pair de fémurs: d'une chèvre, d'un jeune cochon, de quatre chiens et d'un homme.

De chaque pair de fémurs un os fut décalcifié et ensuite les deux os furent macérés (c'est-à-dire exposés à la pourriture sous une température chaude). Tous les faits isolés sont relatés dans mon ouvrage cité ci-dessous. Les résultats y sont présentés en détail et illustrés par des images et des tableaux à échelles.

Le résultat de la macération fut un fort rétrécissement des os décalcifiés en comparaison avec ceux non-décalcifiés. La dimension du processus de rétrécissement est variable et dépend probablement en partie des particularités individuelles des os, de leur âge, de l'état de santé des animaux, en partie des différences incontrôlables de la décalcification et de la macération.

Pour les fémurs des chiens adultes le rétrécissement de l'épaisseur de la tige aboutit à un pourcentage de 15,8 jusqu'à 22,6. Des deux fémurs humains (d'un homme de 75 ans, mort d'une apoplexie) l'os préalablement décalcifié perdit, au cours de la macération, 18,3 % d'épaisseur. Cela semble représenter une bonne valeur moyenne.

Mais encore une deuxième observation éveillera l'intérêt des anthropologues. Je constatai que déjà la simple décalcification (c'est-à-dire, sans macération) pouvait causer un retrécissement pourtant minime et qui ne se produit pas toujours. Il peut aussi bien faire défaut. Il aboutit au cours de mes expériences à un pourcentage de 0 jusqu'à 9 au maximum. À mon grand regret je ne pouvais pas observer ce phénomène plus exactement; je le découvris seulement à un moment où mes recherches étaient déjà bien avancées. Je suppose que les différences d'âge des individus particuliers y jouent un rôle important. Il vaudrait la peine, certes, d'observer ce rétrécissement avec des matériaux plus nombreux.

Pour l'anthropologue et le préhistorien ces résultats, à mon avis nouveaux et un peu surprenants, devraient être d'une grande importance. Je crois qu'on puisse considérer l'expérience comme représentative pour les processus se déroulant sous terre. Il est même permis ici de conclure que les faits observés auprès des os d'un chien sont les mêmes pour les os d'un être humain. VINCENT ⁽¹⁾ a démontré par l'«autoradiographie» avec des isotopes que le métabolisme calcaire in vivo dans les

(¹) VINCENT, J.; Recherches sur la constitution de l'os adulte. — Diss. Fac. de Méd. Université catholique de Louvain, 1955.

os d'un chien et d'un homme est identique. Ainsi mes expériences devraient être d'une signification générale.

Or, pour l'avenir, l'anthropologue doit compter avec le fait que les mesurages des os dépouillés peuvent contenir une erreur incontrôlable — ce qui compliquera chaque comparaison. Ainsi, par exemple, des os ayant reposé dans des terres végétales des tropiques ne peuvent pas être comparés tout simplement et sans façon avec ceux trouvés dans des terres calcaires du loess. Ceux-là peuvent être décalcifiés par l'acidité de la terre végétale et s'être rétrécis. Aussi les os d'un seul et même individu, les bras et les jambes par exemple, peuvent être soumis à des altérations disparates par des circonstances particulières, telle l'efficacité décalcifiante d'un courant des eaux souterraines.

Même pour un médecin-légiste les phénomènes du rétrécissement après des pertes de chaux au cours de la vie d'un être vivant, peuvent être fort intéressants, pour certains cas.

Il vaudrait certes, la peine d'examiner systématiquement d'ensemble et de tous les côtés tous les phénomènes des altérations d'os post mortem. Que les modestes faits d'un début relatés ici pourraient servir d'initiation.

SUMMARY

The author tempt to answer the question, if the loss of calcium in the living bone (so-called «Sudeck — syndrom» behind fractures) can cause deformations of the bones during the decomposition of the dead body. He likes to give a model of those events by experiment. — He decalcificates at any time one of a pair of femora of 4 dogs, 1 goat, 1 pig and 1 man. There upon both of the pairs where macerated.

The result: 1. The bones before decalcificated disperse 15,8 — 22,6 % of diameter. — 2. The decalcification alone (without maceration) cause a loss of 0,9 % of diameter.

Consequently we must pay attention to a incidental error in measuring exhumed bones.

Acerca da feição evolutiva da população portuguesa

POR

ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT

Prof. da Faculdade de Medicina do Porto

Abstraindo das Províncias Ultramarinas, cingindo-nos à Metrópole, nesta nesga de terra e nos arquipélagos do Atlântico para onde se debruça, marcando o seu destino de descobridor e civilizador de povos, Portugal afirmou sempre a forte vitalidade do seu povo.

Em valioso exórdio, registam os «Anuários Demográficos» do Instituto Nacional de Estatística as fontes informadoras da população metropolitana em recuadas eras. Os números sobre elas calculados não podem, naturalmente, pretender fidelidade, e tanto mais quanto mais distanciados dos censos regularmente efectuados. Os cálculos exarados ali dão, só para o Continente, a cifra de 1.100.000 habitantes nos séculos XVI e XVII, e de 2.400.00 em meados do XVIII. Não é crível que a população dos Quinhentos, tida por quase estacionária, em virtude das devastadoras pestilências e pela sangria dos descobrimentos, mais que duplicasse de um século para século e meio, pois o recenseamento geral, ordenado pelo Conde de Linhares, contabilizou 3.115.330 habitantes, em 1801. Não andaremos longe da verdade supondo uma massa populacional, em número redondo, de milhão e meio nos meados do século XVI, de dois milhões nos do XVII, e de mais de três milhões ao findar do XVIII. Apesar de todos os factores de desgaste, inerentes a essas épocas, uma exuberante prolificidade engrossava o povo português em magnífica escala.

Através do século XIX o incremento prosseguiu, e mais activamente. Em 1864, o primeiro recenseamento geral e simultâneo apurou 4.188.410 habitantes; ao findar do século registou-se um total de 5.423.132, fruto duma natalidade que continuava superior a 30 nado-vivos por milhar de almas. Em rápido desenvolvimento, a população crescera em mais de 2 milhões, sem que esmorecesse uma forte cor-

rente emigratória para o Brasil, que íamos intensamente povoando, e sem que abrandasse uma alta mortalidade, de mais de 20 óbitos por milhar de viventes.

No presente século, o crescimento prosseguiu com teor semelhante. Entre 1900 e 1950 a população passou dos referidos 5.423.132 para 8.441.312. Há neste período duas fases distintas: na primeira mantiveram-se grandes as taxas natalícia e obituária, na segunda esses índices entraram em lento declínio, mas conjugando-se os valores das duas taxas por forma tal que os excedentes de vidas não sofreram notável redução. Como se vê pelos seguintes números, de quotas referidas a 1.000 habitantes:

I — Saldos fisiológicos (1901-50)

Decénios	Natalidade	Mortalidade	Saldos fisiológicos
1901-10	31,45	19,98	11,47
1911-20	32,54	23,67	8,77
1921-30	32,00	19,39	12,67
1931-40	27,72	16,29	11,71
1941-50	25,04	14,60	10,42

Desatrema do normal da série o decénio de 1911-20, por motivo das epidemias de tifo exantemático e sobretudo da pandemia gripal; motivo que em 1918 provocou um excedente de mortos sobre a cifra de nados na quantidade de 80.291 unidades, e que ainda no ano seguinte se repercutiu, reduzindo o saldo de vidas à taxa de 2,21.

Comparem-se agora os saldos fisiológicos com os que abandonaram a Metrópole, para apreciação da importância da emigração na contagem dos saldos positivos. Note-se que só a partir de 1936 há registo de retornados, pelo que aos números dos emigrados de 1901 a 1935 se abateram tantos quantos os correspondentes à percentagem de retornados de 1936 em diante, que foi de 22,7. Os resultados estão representados no Quadro II.

Mostra este quadro que, nos últimos dois decénios da série, os desfalques motivados pela emigração diminuíram consideravelmente de volume. O fenómeno resultou, no começo, da restrição à entrada de emigrantes no Brasil, e depois da falta de navegação durante a última grande guerra; a quebra deu-se em 1931, acentuou-se em 1941-45, só voltando a tomar vulto em 1950, com 21.892 emigrados e 3.784 retornados.

Nos três primeiros decénios o total de emigrantes foi de 1.076.784, e o de retornados de 246.839; nos dois últimos decénios tais cifras foram respectivamente, de 199.624 e 86.334. No conjunto do meio século, a proporção dos reingressados na Pátria foi de 26,1 por cento.

II — Gasto emigratório (1901-50)

Decénios	Saldo fisiológico	Gasto emigratório
1901-10	488.157	252.195
1911-20	749.375	326.317
1921-30	425.570	241.435
1931-40	810.438	65.935
1941-50	840.825	47.077
1901-50	3.314.365	932.959

Do cotejo das duas colunas do quadro conclui-se que a emigração levou, nos cinquenta anos considerados, 28,1 por cento dos aumentos populacionais que se verificariam se ela não existisse. Entrou assim, em notável medida, para a restrição do incremento populacional metropolitano. É a segunda das grandes características demográficas portuguesas, efectivável mercê do forte poder de reprodutividade da grei.

Foi tudo isto assim até 1950. Como se passaram as coisas recentemente, e como, sobre o actual movimento, será possível prever o que se passará no futuro?

Nos últimos seis anos de dados estatísticos até hoje publicados, o movimento da população infere-se das seguintes taxas:

III — Saldos fisiológicos (1951-56)

Anos	Natalidade	Mortalidade	Saldos fisiológicos
1951	24,52	12,44	12,08
1952	24,71	11,75	12,95
1953	23,44	11,30	12,14
1954	22,72	10,94	11,79
1955	23,94	11,35	12,59
1956	22,93	12,10	10,54

Verificou-se muito lenta degressão da natalidade e quase estabilidade da quota mortuária; pelo que houve um pequeno retardamento das anteriores proporções de aumento da população. O incremento real, descontada a emigração aos saldos fisiológicos, deve corresponder, aproximadamente, aos seguintes números, a partir dos 8.441.312 habitantes, registados ao findar de 1950:

IV — Saldos positivos (1951-56)

Anos	Saldos fisiológicos	Emigrantes	Saldos positivos
1951	102.397	32.241	70.156
1952	110.727	45.971	64.756
1953	104.675	38.477	66.198
1954	102.448	39.638	62.810
1955	110.318	28.184	82.134
1956	95.748	25.470	70.278
1951-56	626.313	209.981	416.332

Por estes dados, no remate de 1956, a população ascenderia a 8.857.644. O cálculo feito pelo progredimento registado em 1941-50 dá um número deste aproximado: 8.876.430.

Conhecido este andamento, vamos à previsão do futuro. Evidentemente, qualquer presunção, nesta matéria, pode falhar, por mais lógica que seja a hipótese formulada. Exporei a que me parece mais provável, não futurando para além de 1966.

Supondo que a taxa natalícia descerá gradualmente na escala observada depois de 1936, ano em que abandonou a casa de 29, esse índice será de 20,5 em 1966. A mortalidade não tem diminuído ultimamente, com taxa média de 11,5, em número redondo, altura esta operada depois da quebra ocorrida entre 1935 e 1950, que a fez baixar de 17 para 13; mas, perante o progresso e a extensão da medicina curativa e preventiva, e a suposta descida da natalidade, é de crer que se manifeste nova regressão, conduzindo-a a um valor aproximado de 9. Nesta hipótese, a diferença entre as duas taxas continuará a ser de 11,5; a qual, incidindo sobre menores contingentes de nados, fará baixar um pouco os saldos fisiológicos anuais, por tal maneira que, em 1966, o saldo seja de cerca de 80.000 almas, em vez das 100.000 que em média teve nos últimos anos. Se a emigração continuar no ritmo dos últimos anos, de cerca de 70.000 emigrantes por ano, feitas as devidas contas a popula-

ção da Metrópole será de uns 9 milhões para mais que não para menos, pois o cálculo deu perto de 9.200.000.

Perante tal previsão, ocorre perguntar se será possível manter tanta gente, promovendo-se a desejada melhoria do nível de vida, que é baixo para a maioria da nossa população. Não falta quem reponderá negativamente, considerando Portugal como país superpovoado, e surgirá a necessidade duma provocada redução da natalidade, propósito tão em moda por esse mundo fora, baseado num conceito excessivamente materialista da vida, com desprezo pelo futuro das nacionalidades e da civilização cristã perante as hordas orientais.

Eu respondo afirmativamente. Há ainda muita riqueza a explorar, muitas possibilidades de aumentar o rendimento colectivo; e se esse progressivo caminho for seguido, uma melhor repartição do produto nacional elevará sensivelmente o nível actual de vida. Creio que os referidos quantitativos de emigrantes não precisam de avolumar, nem para conter o incremento da população, nem para que deixemos de continuar a manter a lusitanidade do Brasil e a povoar mais intensamente do que até agora as Províncias do Ultramar.

Não faltam exemplos de povos com densidades muito superiores à prevista, de perto de 100 habitantes por quilómetro quadrado. Não valem os de países ricos como a Inglaterra, a Holanda e a Bélgica, cujas densidades sobem a 289, 279 e 235. Sirvo-me do da Suíça, país mais montanhoso que o nosso, com menos terra produtiva e escasso subsolo, que tem uma densidade de 114 e um nível de vida satisfatório. Se as citadas condições se realizarem, o futuro demográfico previsível só será benéfico; afirmará, com maior felicidade geral, a vitalidade da grei e a persistente grandeza da Pátria.

Os Curumbins de Goa

Estudo antro-po-social

POR

CONSTANCIO MASCARENHAS e VASSUDEVA CAMOTIM

Prof. da Escola Médica de Goa

Médico

Os Curumbins constituem um agregado social característico e bem definido, não só pela sua facies antropológica como também pelos seus usos e costumes tão diversos do resto da população hindu de Goa.

População essencialmente agrícola, os curumbins vivem em povoados situados geralmente no interior de matos densos, à beira das várzeas em cujo amanho e cultura se empregam, nas habitações conhecidas pelo nome de choupanas, construídas com paredes de argamassa de terra batida, cobertas de folhas de palmeiras ou *olas*. Nestas habitações por vezes espaçosas vivem famílias ou *cutumbas* quase sempre compostas de numerosos casais sob a chefia do maiorial cuja opinião é sempre acatada com o maior respeito. O arranjo doméstico cabe à esposa do maiorial, chamada *budvontina*, a quem compete preparar as três refeições diárias que constituem a sua alimentação normal e que se compõem em geral de *ambil* ou caldo do cereal chamado *nachinim*, tomado pela manhã, arroz cozido com caril e peixe, ao meio-dia, e canja de arroz simples à noite. Abstêm-se em geral do uso da carne, exceptuada de caça, como também do álcool e do chá. Os homens empregados como operários fora do seu meio habitual emancipam-se dos preconceitos religiosos em contacto com outros operários e abusam muitas vezes do álcool. Não tocam nas comidas preparadas por pessoas estranhas à sua casta, mas aceitam as que forem preparadas por brâmanes.

Os curumbins hindus adoram como outros hindus as divindades locais (*gramadevas*) e divindades familiares (*culdevas*). Têm também o culto dos mortos e espíritos. Para aplacar os espíritos malignos sacrificam em determinados dias animais domésticos, como galos ou carnei-

ros ou cabritos. Os *gadis* ou feiticeiros propiciam os ritos para o culto da divindade chamada *Betal* que tem um grande domínio nos espíritos malignos, oferecendo o sacrifício de animais domésticos. Mas as principais cerimónias religiosas do seu culto são presididas por sacerdotes brâmanes.

A zoolatria manifesta-se na adoração da vaca, do boi ou bezerro que são considerados animais sagrados, como também é objecto de culto especial a cobra de capelo, à qual os *Puranas* ou livros sagrados atribuem origem divina. A fitolatria manifesta-se no culto da árvore *Ficus indica* ou árvore de gralha e um arbusto *tulôss*, ac qual proporcionam um culto especial, plantando-o no pátio principal, fronteiro à casa, sobre uma peanha de argila.

Os curumbins casam em regra dentro da mesma casta mas não entre famílias com o mesmo *gotra* ou tronco comum. Há, portanto, endogamia dentro da casta e exogamia fora do *gotra*. O casamento é celebrado pelo *botto* ou sacerdote brâmane com recitação de *mantras* ou hinos sagrados. Casam geralmente com raparigas impúberes e procede-se à cerimónia religiosa de *Garbadana* (união sexual), quando a esposa se tornar púbere, em condições de vida conjugal. Em regra é o pai do noivo que contrata o casamento com o pai da noiva que escolhe para sua nora, oferecendo ao pai desta doze rupias e meia, numa sobrevivência do primitivo costume de compra.

*

Para o estudo antropológico deste grupo social adoptámos o boletim antropométrico dos nossos estudos anteriores e procedemos a mensurações em 200 indivíduos, cuja seriação damos em mapas que seguem. Os principais caracteres descritivos foram resumidos nas escalas cromáticas dos Professores RUDOLF MARTIN, EUGEN FISHER e VON LUSCHAN. A estatura foi determinada pelo sistema métrico e o peso expresso em libras.

Cor cutânea pela escala cutâneo — cromática de Von Luschan

N. ^{os} de escala	21	22	23	24	25	26	27	28
N. ^{os} de individuos ou casos	—	—	2	—	1	—	14	34
N. ^{cs} de escala	29	30	31	32	33	34	35	36
N. ^{os} de individuos ou casos	27	25	9	11	59	17	—	—

Cor da Iris pela escala do Prof. Rudolfo Martin

N. ^{os} de cores	1	2	3	4	5	6	7	8
N. ^{os} de casos	22	58	77	43	—	—	—	—

Cor de cabelos pela escala capilo-cromática do Prof. Eugen Fisher

N. ^{os} da escala	27	28	29	30	3
N. ^{os} de casos	—	196	4	—	—

Estatura

Centímetros	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
N. ^{os} de casos	2	4	2	8	1	5	1	2	11	7	8	7	19
Centímetros	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	—
N. ^{os} de casos	15	21	21	19	5	8	7	11	8	3	2	2	—

Média = 161,01.

Gr. envergadura

Centímetros	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168
N. ^{os} de casos	—	2	5	5	7	2	6	5	3	5	13
Centímetros	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179
N. ^{os} de casos	11	24	10	18	15	8	4	9	4	3	9
Centímetros	180	181	182	183	184	185	186	187	188	—	—
N. ^{os} de casos	8	—	4	1	3	3	1	1	—	—	—

Média = 169,15.

Altura sentado

Centímetros	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
N. ^{os} de casos	1	—	—	2	1	5	9	18	29	29	28
Centímetros	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91
N. ^{os} de casos	13	18	12	2	20	2	3	1	1	—	—

Média = 80 cm.

Peso em libras

Libras . . .	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106
N. ^{os} de casos .	—	1	—	—	—	2	1	8	1	2	2	6	5	6
Libras . . .	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117			
N. ^{os} de casos .	8	6	8	9	3	9	3	9	10	14	11			
Libras . . .	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128			
N. ^{os} de casos .	7	6	13	3	6	4	5	3	—	—	4			
Libras . . .	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139			
N. ^{os} de casos .	1	2	—	2	1	3	3	2	2	3	—			
Libras . . .	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150			
N. ^{os} de casos .	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—			

Média = 115,99 libras.

Índice crucial

$$\text{Índice crucial} = \frac{\text{estatura} \times 100}{\text{Gr. envergadura}}$$

Índice . . .	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113
N. ^{os} de casos .	—	3	3	1	25	25	35	45	34	16	12	—	3	—

Média = 106,58.

Índice crucial

$$\text{Índice crucial} = \frac{\text{altura sentado} \times 100}{\text{estatura}}$$

Índice . . .	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55
N. ^{as} de casos .	—	—	8	20	78	41	23	18	10	2	—

Média = 49,8.

CABEÇA

Índice cefálico horizontal

$$\text{Índice cef. horizontal} = \frac{\text{D. transverso máximo} \times 100}{\text{D. longitudinal}}$$

Índice . . .	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77
N. ^{os} de casos .	—	1	—	—	1	5	5	5	7	9	17	22	14
Índice . . .	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
N. ^{os} de casos .	24	23	22	11	8	8	3	3	6	3	3	—	—

Média = 78,06.

Índice cefálico altitudinal

$$\text{Índice cef. altitudinal} = \frac{\text{D. vertical} \times 100}{\text{D. longitudinal}}$$

Índice . . .	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79
N. ^{os} de casos .	—	6	3	13	10	11	25	28	29	13	22	8
Índice . . .	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	—
N. ^{os} de casos .	8	9	6	2	5	3	2	—	—	—	—	—

Média = 76,15.

Índice cefálico vertico-transversal

$$\text{Índice cef. vertico-transversal} = \frac{\text{D. vertical} \times 100}{\text{D. transverso máximo}}$$

Índice . . .	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
N. ^{os} de casos .	1	1	—	3	3	5	11	11	6	20	27	26
Índice . . .	98	99	100	101	102	103	104	105	106			
N. ^{os} de casos .	15	23	12	8	1	3	2	4	3			
Índice . . .	107	108	109	110	111	112	113	114	115			
N. ^{os} de casos .	2	4	2	1	—	3	—	1	—			

Média = 97,45.

Índice zigomático — Longitudinal ou crânio facial n.º 1

$$\text{Índice zig. long.} = \frac{\text{D. bizigomático} \times 100}{\text{D. longitudinal da cabeça}}$$

Índice . . .	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73
N.ºs de casos . . .	—	—	4	5	11	5	8	13	24	30	23
Índice . . .	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	—
N.ºs de casos . . .	18	26	10	4	8	5	3	3	—	—	—

Média = 72,55.

Índice parieto-zigomático

$$\text{Índice parieto-zigomático} = \frac{\text{D. bizigomático} \times 100}{\text{D. transverso máximo da cabeça}}$$

Índice	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94
N.ºs de casos	—	—	1	1	3	1	8	9	12	13	12	16	20	25
Índice	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	—	—
N.ºs de casos	13	26	9	10	5	5	4	1	—	3	—	—	—	—

Média = 93,22.

Índice fronto-parietal

$$\text{Índice fronto-parietal} = \frac{\text{D. frontal mínimo} \times 100}{\text{D. transverso máximo da cabeça}}$$

Índice	65	66	67	68	69	70	71	72	73
N.ºs de casos	4	4	14	11	32	21	27	25	23
Índice	74	75	76	77	78	79	80	81	—
N.ºs de casos	13	8	4	1	2	1	—	5	—

Média = 71,04.

Índice fronto-zigomático

$$\text{Índice fronto-zigomático} = \frac{\text{D. frontal mínimo} \times 100}{\text{D. bizigomático}}$$

Índice . . .	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77
N. ^{os} de casos .	—	1	—	4	8	4	11	18	26	23	25
Índice . . .	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	—
N. ^{os} de casos .	31	14	10	9	4	3	3	2	—	—	—

Média = 76,48.

Índice gônio-zigomático

$$\text{Índice gônio zigomático} = \frac{\text{D. bigoníaco} \times 100}{\text{D. bizigomático}}$$

Índice. . . .	70	71	72	73	74	75	76	77
N. ^{os} de casos .	2	4	8	10	19	14	28	29
Índice. . . .	78	79	80	81	82	83	84	85
N. ^{os} de casos .	21	16	12	12	4	3	3	4

Média = 76,63.

Índice otólico

$$\text{Índice otólico} = \frac{\text{Largura auricular} \times 100}{\text{Comprimento auricular}}$$

Índice	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
N. ^{os} de casos .	2	—	4	12	12	10	10	3	14	11	20	21	29	9
Índice	61	62	63	64	65	66	67	68	—	—	—	72	73	74
N. ^{os} de casos .	14	9	13	—	4	—	4	1	—	—	—	—	3	—

Média = 57,37.

Índice nasal

$$\text{Índice nasal} = \frac{\text{Largura nasal} \times 100}{\text{Altura nasal}}$$

Índice	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
N. ^{os} de casos .	1	—	—	1	1	1	2	1	3	3	2	3	4	3	6
Índice	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
N. ^{os} de casos .	6	6	13	34	17	11	10	5	10	6	5	8	6	6	3
Índice	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103		
N. ^{os} de casos .	3	—	5	1	2	—	1	1	—	9	—	1	—		

Média = 81,41.

Índice orbitário

$$\text{Índice orbitário} = \frac{\text{Altura orbitária} \times 100}{\text{Largura orbitária}}$$

Índice	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76
N. ^{os} de casos .	1	—	—	—	—	—	—	4	—	5	4	2
Índice	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88
N. ^{os} de casos .	5	4	6	13	11	8	21	16	8	20	8	20
Índice	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
N. ^{os} de casos .	—	3	16	3	—	10	6	—	2	2	—	—

Média = 85,08.

Índice facial total

$$\text{Índice facial total} = \frac{\text{D. bizigomático} \times 100}{\text{Altura naso-mental}}$$

Índice	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
N. ^{os} de casos .	—	—	—	3	—	1	4	2	7	11	25	11	25	13	18
Índice	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102		
N. ^{os} de casos .	11	13	14	8	8	6	5	2	1	1	2	2	—		

Média = 88,69.

Índice fisionómico

$$\text{Índice fisionómico} = \frac{\text{D. bizigomático} \times 100}{\text{Altura facial}}$$

Índice . . .	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77
N.º de casos . . .	—	1	5	7	13	11	12	20	19	16	20	20	14
Índice . . .	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
N.ºs de casos . . .	16	14	2	2	2	1	1	1	1	1	1	—	—

Média = 74,11.

TRONCO**Diâmetro antero-posterior do tórax**

Milímetros	155	160	165	170	175	180	185	190	195	200	205
N.ºs de casos	—	8	2	7	22	55	19	15	3	5	—

Média = 17,68 cm.

Diâmetro transverso do tórax

Milímetros	270	275	280	285	290	295	300	305	310	315	320
N.ºs de casos	—	1	2	4	3	7	9	12	39	28	52
Milímetros	325	330	335	340	345	350	355	360	365	370	—
N.ºs de casos	21	14	3	2	2	1	—	—	—	—	—

Média = 31,50 cm.

Perímetro do tórax

Centímetros . . .	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88
N.ºs de casos . . .	—	8	14	13	19	14	19	34	32	15	17	7	6	—	—

Média = 80,46 cm.

M E M B R O S**Comprimento dos membros superiores**

Centímetros . .	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79
N.ºs de casos . .	—	1	1	7	6	11	10	30	19	17	23	26	7	21	2
Centímetros . .	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	—
N.ºs de casos . .	7	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Média = 77,76 cm.

Diâmetro biacromial

Milímetros . .	285	290	295	300	305	310	315	320	325	330
N.ºs de casos . .	—	1	—	2	1	8	4	13	5	41
Milímetros . .	335	340	345	350	355	360	365	370	375	380
N.ºs de casos . .	15	32	17	20	7	18	5	5	—	—

Média = 34,5 cm.

Diâmetro biespinal

Milímetros . .	200	205	210	215	220	225	230	235	240	245	250	255	260
N.ºs de casos . .	4	1	14	6	17	40	48	13	33	7	12	—	5

Média = 230 mm.

Diâmetro bitrocantariano

Milímetros . .	240	245	250	255	260	265	270	275	280	285	290	295	300
N.ºs de casos . .	3	4	13	9	25	18	48	41	11	5	17	7	4

Média = 270 mm.

Capacidade craniana aproximada, achada pela fórmula de Manouvrier

$$\text{Capac. craniana} = \frac{\text{D. longitudinal} \times \text{d. transversal} \times \text{d. vertical}}{2 \times 1,2}$$

N. ^{os} de série . .	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Capacidade . .	1571	1358	1805	1392	1266	1673	1560	1761	1561	1562
N. ^{os} de série . .	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Capacidade . .	1748	1734	1824	1558	1517	1637	1470	1631	1533	1464
N. ^{os} de série . .	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Capacidade . .	1709	1340	1455	1408	1579	1558	1719	1907	1574	1511
N. ^{os} de série . .	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Capacidade . .	1470	1356	1737	1844	1494	1380	1541	1549	1598	1488
N. ^{os} de série . .	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Capacidade . .	1352	1391	1579	1470	1428	1680	1533	1638	1539	1329
N. ^{os} de série . .	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Capacidade . .	1724	1478	1794	1209	1582	1531	1481	1428	1668	1596
N. ^{os} de série . .	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Capacidade . .	1417	1425	1564	1470	1544	1711	1610	1743	1557	1434
N. ^{os} de série . .	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Capacidade . .	1491	1481	1611	1523	1535	1731	1644	1658	1589	1395
N. ^{os} de série . .	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Capacidade . .	1549	1475	1551	1394	1378	1435	1481	1469	1355	1564
N. ^{os} de série . .	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Capacidade . .	1799	1478	1432	1565	1511	1542	1462	1377	1329	1550
N. ^{os} de série . .	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Capacidade . .	1494	1565	1529	1449	1411	1470	1619	1494	1594	1489
N. ^{os} de série . .	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Capacidade . .	1429	1482	1523	1819	1295	1552	1522	1733	1506	1648
N. ^{os} de série . .	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130
Capacidade . .	1479	1438	1484	1596	1328	1676	1640	1495	1565	1501
N. ^{os} de série . .	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
Capacidade . .	1604	1397	1495	1447	1702	1615	1380	1257	1581	1557
N. ^{os} de série . .	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
Capacidade . .	1569	1754	1570	1529	1606	1661	1573	1468	1513	1514
N. ^{os} de série . .	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
Capacidade . .	1429	1675	1388	1577	1552	1514	1829	1535	1568	1583

N. ^{os} de série . .	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170
Capacidade . .	1681	1913	1388	1311	1576	1545	1572	1561	1499	1624
N. ^{os} de série . .	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
Capacidade . .	1416	1745	1380	1494	1532	1478	1788	1441	1604	1398
N. ^{os} de série . .	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190
Capacidade . .	1511	1558	1443	1596	1773	1526	1382	1454	1358	1504
N. ^{os} de série . .	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
Capacidade . .	1573	1404	1491	1713	1531	1761	1390	1417	1653	1335

A capacidade está em cm³.

CONCLUSÕES

O índice cefálico oscila entre 70 e 88, embora em um indivíduo tenhamos constatado o índice 69 e em um outro o índice 66. A maior incidência é entre os índices 75 a 80, o que significa *mesocefalia*.

O índice vertico-longitudinal apresenta maior frequência entre 74 a 78, isto é, com tendência para *ortocefalia*.

O índice vertico-transversal tem a maior frequência entre 95 a 100, acentuando-se nos índices 96 e 97, isto é, *metriocefalia*.

O índice facial apresenta maior frequência entre 70 a 75, o que denota predominância de face alongada, ovalar, caracterizada por *lepto-prosopia*.

O índice nasal apresenta maior frequência entre 78 e 82, o que indica uma acentuada tendência para *platirrinia*.

O índice orbitário apresenta maior frequência entre 80 a 88, o que indica *mesoconquia* com tendência para *hipsiconquia*.

A estatura média da nossa série é de 1,61 m, o que denota uma tendência para estatura elevada, havendo indivíduos com variações extremas de 1,48 m e 1,72 m. É um pouco mais baixa do que a estatura média dos *Maratas* estudados por Dr. GERMANO CORREIA (163,8 cm), e também da média constatada por Dr. VOICUNTA CAMOTIM (163 cm) em *Os brâmanes sarasvatas de Goa*. É muito inferior à estatura obtida por FRED FAWCETT nos *Nairs* da Índia Meridional, entre 1650 e 1671 mm. É inferior também à média dos *Hindus Dravidas*, obtida por GIUFFRIDA RUGGERI (1632 mm) como também a estatura média dos indivíduos de *Bijapur* e de *Bellary* (entre 1650 e 1700), constatada por Dr. CONSTÂNCIO MASCARENHAS.

Segundo HERBERT RISLEY a estatura dos *Dravidas* varia entre 1,53 m e 1,70 m. As estaturas baixas de 1,43 m revelam possivelmente influência negrítica.

O índice cefálico médio é 78,0, que denota a predominância de *mesocefalia*, e que se aproxima do índice cefálico médio dos *Kourumbas* da região de Vilguris, mencionados por DENIKER. Segundo TOPINARD é nos *Maravars* do sul da Índia que se encontra a mesocefalia (78,8). HERBERT RISLEY diz que o índice cefálico dos drávidas oscila entre 71,7 e 76,0. Conforme a opinião de GIOFFRIDA RUGGERI é devido aos *Negritos* que o índice cefálico se vai elevando entre os habitantes do Sul da Índia. O nosso índice cefálico é um pouco inferior ao índice cefálico médio dos *Ranes de Satari* (79,3) estudados por Dr. GERMANO CORREIA.

O índice nasal médio é 81,41 que denota a predominância de *mesorrinia*, mas a sua oscilação vai de 61 a 102, isto é, revela a existência de todos os tipos da classificação, tais como *leptorrínio*, *mesorrínio* e *platirrínio*. Se o índice médio é *mesorrínio*, a *platirrinia* nota-se com relativa frequência, o que só por si denota uma apreciável mescla, visto toda a série não ser homogênea. É muito superior ao índice obtido por Dr. GERMANO CORREIA nos *Ranes de Satari* (68,0). É um pouco superior ao índice dos *Tamils* da Índia Meridional (76,71), que pertencem ao tipo *Drávida* segundo DENIKER. O índice médio da nossa série aproxima-se do grupo *Hindu-Drávida* (82,3) de GIUFFRIDA RUGGERI.

Com respeito à capacidade craneana, determinada pelo processo de Manouvrier, nota-se uma variação muito grande, desde a microcefalia (1209 c.c.) até à megacefalia (1907 c.c.). Encontra-se também uma grande variação na capacidade craneana nos indivíduos de *Bijapur* e *Bellary*, região confinante com Goa, como se verifica nos dados publicados por Dr. CONSTÂNCIO MASCARENHAS.

De acordo com a classificação de GIUFFRIDA RUGGERI, o grupo *Indo-Africano-Dravídico* apresenta uma tendência para a estatura média elevada, mesocefalia e mesorrinia. Segundo a opinião de DENIKER a raça *dravídica* ou *melano-indiana* apresenta a estatura abaixo da média (1,61 m a 1,63 m), e em geral *dolicocefalia* ou *mesocefalia* e *mesorrinia*.

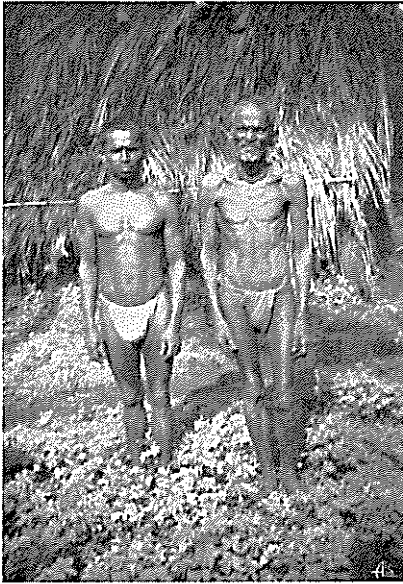
HERBERT RISLEY diz que o tipo *Drávida* caracteriza-se pela forma da cabeça *mediana*, tipo *mesocéfalo* com tendência para *dolicocefalia* em certas regiões do sul da Índia. O índice nasal vai de 70 (*mesorrínio* nos indivíduos de *Mysore* e grupos habitando na região de *Gates* até 95,1 (*platirrínio*) nos *Panians* de Malabar.

Pelos dados que precedem, vê-se que os indivíduos da nossa série

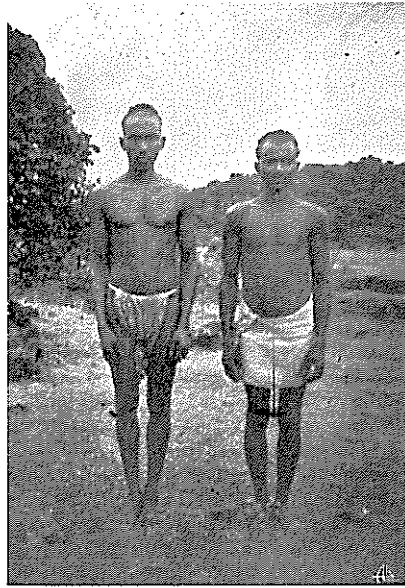
podem ser enquadrados no tipo *Dravídico Meridional da Índia*, o qual por sua vez também é um grupo amplo, compreendendo largas variações nos diversos índices principais, o que revela uma notável miscigenação de vários elementos étnicos, e que DENIKER subdivide em cinco grupos: os *Telougos* (de estatura de 1,61 m, mesocéfalos e mesorrínios); os *Canareses* (de 1,63 a 1,67 m, mesocéfalos e com ligeira mesorrinia); os *Malaialanos*, de grande variedade de tipos, espalhados na costa de Malabar; os *Toulou* (de 1,64 m, quase platirrínios e mesocéfalos); e *Tamils*, na região de Gates (de 1,62 m a 1,66 m, mesorrínios e subdolico e mesocéfalos).

NOTA BIBLIOGRÁFICA

- A. C. HADDON — *Les Races Humaines*.
 B. S. GUHA — *Racial Elements in the Population* (1944).
 BRAGANÇA PEREIRA — *Etnografia da Índia Portuguesa*.
 CONSTÂNCIO MASCARENHAS — *As Cartas da Índia*.
 CONSTÂNCIO MASCARENHAS — *Contribuição para o estudo antropológico de Goa* (in Arq. da Escola Médica de Goa).
 CONSTÂNCIO MASCARENHAS — *Anthropometrical Notes on some Southern Indian Tribes* (in Arq. da Escola Médica de Goa).
 CONSTÂNCIO MASCARENHAS — *Le problème Scythique dans l'Inde méridionale* (in Arq. da Escola Médica de Goa).
 ERNESTO FRIZZINI — *Antropologia*.
 FABIO FRASSETTO — *Lezioni di Antropologia*.
 FRED FAWCETT — *Notes on some Peoples of Malabar* (in Bulletin of Anthropol. of the Madras Gov.).
 GEORGE MONTANDON — *La race et les races*.
 GERMANO CORREIA — *Os Ranes de Satari* (1929).
 GERMANO CORREIA — *Os Maratas de Goa* (1934).
 GIUFFRIDA RUGGERI — *The first outlines of a systematic Anthropology of Asia*.
 HERBERT HOPPE RISLEY — *The People of India*.
 J. DENIKER — *Les races et les peuples de la Terre*.
 N. MAJUMDAR — *Races and Culture of India*.
 PAUL TOPINARD — *Éléments d'Anthropologie générale*.
 VOICUNTA CAMOTIM — *Os Bramanes Sarasvatás de Goa* (in Arq. da Escola Médica de Goa).



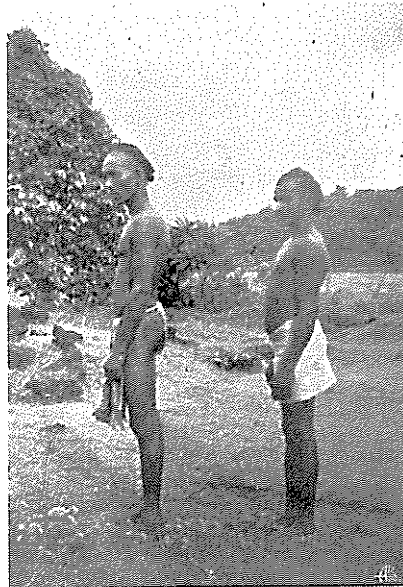
2 curumbins vistos de frente.



Outros 2 vistos de frente.



Os mesmos de perfil.



Os mesmos de perfil.

Préhistoire et protohistoire du Bas-Congo Belge, une esquisse

PAR

GEORGES MORTELMANS

Professeur à l'Université libre de Bruxelles
Membre de l'Académie Royale des Sciences Coloniales

INTRODUCTION

Au cours de notre carrière de géologue colonial d'abord, à diverses occasions depuis, nous avons eu l'occasion de parcourir le Bas-Congo belge et d'y recueillir «in situ» d'importants ensembles archéologiques, tant préhistoriques que protohistoriques.

Le plus récente de nos missions a eu lieu en 1957, dans le cadre de la préparation du Quatrième Congrès Pan-Africain de Préhistoire (Léopoldville, 1959). Au cours de cette mission, où nous étions accompagné par notre Assistant à l'Université, M. Roger Monteyne, nous avons pu apporter d'utiles précisions quant à l'âge et à la distribution des cultures préhistoriques de ces régions. Nous avons eu la chance aussi, guidés par des spéléologues et des missionnaires, de relever des restes nombreux de la période protohistorique contemporaine de l'Ancien Royaume du Congo. Parmi ces restes, les plus significatifs sont des peintures et des gravures rupestres qui témoignent, par certains de leurs thèmes, de l'importance de la première civilisation et christianisation de ces régions par les missionnaires, les colons et les négociants portugais des XV^e et XVI^e siècles. Aussi est-ce pour nous un plaisir tout particulier que de pouvoir présenter aujourd'hui en hommage à un grand Portugais, notre très distingué et très éminent Collègue, le Professeur MENDES CORRÊA, l'essentiel de nos découvertes en ces domaines.

1. — LA PREHISTOIRE DU BAS-CONGO

Nos recherches nous ont montré que la Préhistoire du Bas-Congo, — et il en est sans doute de même des régions proches de l'Angola, — ne débutait pas avant le Sangoen. Nulle part nous n'avons trouvé la moindre trace des cultures à galets taillés pré-abbeyliennes (Pebble Culture) pas plus que de celles à coups-de-poing et hachereaux du Chelléo-Acheuléen, si bien représentées par ailleurs dans le haut bassin du Kasai, tant en Angola qu'au Congo belge. Pourquoi cette énorme lacune? C'est, pensons-nous, à la paléoclimatologie et à la paléoécologie qu'il faut faire appel pour l'expliquer. On sait que, lorsqu'on examine à l'échelle de l'Afrique sud-saharienne la distribution des stades successifs des cultures préhistoriques, on constate une étroite et remarquable liaison entre celles-ci et les pulsations climatiques. Pendant les périodes pluviales, c'est dans les régions actuellement arides, voire désertiques, que se rencontrent avec la plus grande abondance les témoignages de l'activité humaine; ceux-ci sont, au contraire, rares ou totalement absents dans les aires forestières. Par contre, pendant les périodes arides interpluviales, l'humanité primitive, chassée d'aires en voie de désertification, suit le recul du front forestier et vient occuper des régions précédemment couvertes par la forêt.

Partout au Bas-Congo, le Sangoen se rencontre sur une ancienne surface topographique enfouie à laquelle il permet d'attribuer un âge fin-pléistocène moyen. Cette «old land surface» recoupe, ou se superpose à des latosols rouges, souvent épais de plusieurs mètres, qui passent vers le bas à la roche-mère plus ou moins altérée.

L'origine forestière de ces paléosols ne saurait faire de doute.

On est donc amené à considérer que les conditions climatiques étaient telles, au Bas-Congo, pendant le Pléistocène inférieur et moyen, qu'un intense développement forestier interdisait l'accès aux humanités primitives, australopithèques puis pithécantropes. Il en résulte qu'il faut abandonner l'espoir de trouver dans ces régions des témoins, tant physiques que culturels, de ces stades évolutifs. C'est à des régions plus méridionales qu'il faudra s'adresser dans ce but, notamment à l'Angola qui pourra apporter une documentation précieuse.

A — *Le Sangoen*

Le Sangoen du Bas-Congo est assez peu abondant; ce n'est guère qu'au Stanley-Pool et au Nord de Boma qu'il est bien représenté. Celui du Stanley-Pool, que nous avons eu l'occasion d'étudier dans les belles collections recueillies par le R. F. VAN MOORSEL, est fait sur «grès polymorphe». L'outillage comporte un petit nombre d'éléments de tradition acheuléenne, coups-de-poings variés et hachereaux, qu'on ne peut distinguer de ceux rencontrés dans l'Acheuléen évolué du Kasai ou du Katanga. Les éléments proprement sangoens consistent en pics de grande taille, généralement unifaces, parfois à double pointe, en grands pics-rabots, rabots et pics-planes. Il s'y ajoute des ciseaux et des gouges épais, des ciseaux foliacés passant à des bifaces elliptiques minces, enfin de rares ciseaux unifaces à large tranchant droit. On rencontre encore de grands racloirs, des «chopping tools» et de très rares bolas. Les armes sont, dans certains assemblages, représentées par des pics-poignards de grande taille, des poignards vrais, inférieurs à 25 cm et des feuilles et pointes foliacées épaisses, longues de 25 cm environ. Le débitage est clactonoïde et levalloisien de grande taille, avec un débitage laminaire lourd. La taille secondaire s'opère par percussion, souvent remontante; elle conduit parfois à une denticulation grossière et accidentelle.

Le Sangoen du Bas-Fleuve, beaucoup plus fruste, est façonné sur quartz de filon. Il ne comprend guère dans nos récoltes que de lourds pics épais, parfois allongés, des bifaces piriformes courts, des hachereaux sur éclats et des pics et gouges assez mal venus.

B — *Le Lupembien et ses subdivisions.*

Le Sangoen, et l'ancienne surface topographique qui le porte, sont partout enfouis sous des limons clairs étroitement liés, génétiquement, à leur substrat altéré. Vers la base de ces limons se rencontre, parfois en réelle abondance, un second stade de l'évolution des cultures préhistoriques du Bas-Congo, le Lupembien Ancien I, ou Lupembien I à percussion. Ce stade équivaut au Kalinien de J. COLETTE et au Djokocien de l'Abbé BREUIL.

Les éléments de tradition acheuléenne, coups-de-poing et hachereaux, y sont devenus très rares et souvent même absents. Par contre, un nouveau type de tranchet, à tranchant oblique, fait son apparition.

Les éléments de type sangoen, pics unifaces, pics-rabots et rabots, existent encore, mais avec des dimensions réduites, ne dépassant guère 15 cm. Le petit pic «kalinien» apparaît. Les ciseaux et les gouges sont communs, avec deux maxima de longueur voisins de 8 et de 15 cm. Le ciseau uniface à tranchant droit, devenu relativement abondant, est parfois d'un fort bel achèvement technique (Stanley-Pool). Les raclours, réduits de taille, sont peu abondants. On rencontre encore de rares grattoirs-raclours sur lame.

Les armes offrent une plus grande variété que précédemment: poignards ne dépassant pas 20 cm, dards longs d'une dizaine de cm, feuilles et pointes foliacées épaisses ou minces, de dimension moyenne à petite.

Au point de vue technologique, le débitage est levalloisien et épilvalloisien; les lames atteignent une quinzaine de cm. La taille secondaire et la retouche se font uniquement par percussion, avec parfois l'amorce d'une denticulation grossière.

Dans l'intérieur du pays, ce stade initial est le seul qui se rencontre. Il en faut chercher la cause, pensons-nous, dans le fait que les limons ont entièrement noyé la topographie existante, cachant les sources de matière première utilisées par les gens du Lupembien ancien. Quant à son âge, on peut rapprocher les limons du Bas-Congo des limons ocres («Redistributed Kalahari Sands») du Kasai et du Nord-Est de l'Angola. Si cette assimilation est correcte, le Lupembien ancien I viendrait se placer au début de la grande dessiccation fin-kanjérienne par laquelle s'achève le Pléistocène moyen de l'Afrique centrale et orientale.

Dans la plaine de Léopoldville par contre s'observent plusieurs stades évolutifs de ces cultures forestières, stratigraphiquement liés à l'histoire des creusements et remblayments successifs d'anciens bras du fleuve entourant des îles de «grès polymorphe» et de «grès de l'Inkisi». La mise en parallèle des données géologiques que nous avons relevées en 1955 et des remarquables collections récoltées en stratigraphie par le R. F. VAN MOORSEL, nous a permis d'isoler ces stades et d'en établir les caractéristiques technologiques et typologiques. Nous les résumerons ci-après.

Le Lupembien Ancien II, ou Lupembien II à percussion, se rencontre dans les sables des chenaux. L'outillage ne diffère guère de celui du stade précédent que par l'apparition de beaux ciseaux foliacés, de bifaces elliptiques minces, de ciseaux foliacés passant à la hachette, de la limace uniface et enfin de la lame à dos abattu, tous éléments qui s'ajoutent à ceux rencontrés précédemment.

Les armes comportent de beaux poignards, compris entre 30 et 15 cm, des dards longs d'une dizaine de cm, des feuilles et des pointes foliacées minces plus petites.

La technologie reste celle du premier stade.

Au sommet des «argiles panachées» qui colmatent certains lits abandonnés, se rencontre le Lupembien Évolué III, ou Lupembien III à pression. Ce stade correspond au Djokocien de J. COLETTE, ou encore au Lupembien de l'Abbé BREUIL. Il correspond, dans ces régions, à l'apogée de la taille de la pierre. Aux petits tranchets à tranchant obliques s'en ajoutent d'autres à tranchant droit. Les pics «kaliniens» persistent, atteignant 16 cm. Nombreux sont les ciseaux et gouges «kaliniens», unifaces ou bifaces, compris entre 8 et 12 cm. On rencontre encore des ciseaux foliacés variés, de très belles hachettes, des bifaces elliptiques minces, des ciseaux à bord droit, d'une remarquable régularité, enfin de belles lames à dos abattu.

Les armes sont représentées par de magnifiques poignards, admirablement façonnés et retouchés par pression; leurs dimensions, très variées, vont de 14 à 42 cm. On retrouve les petits dards, à présent retouchés par pression, aux bords parfois finement denticulés par le même procédé. D'admirables feuilles et pointes foliacées se rencontrent aussi; elles sont épaisses ou minces, de dimensions comprises entre 9 et 17 cm; certaines ont leurs bords soigneusement denticulés; d'autres offrent l'amorce d'un pédoncule. Enfin apparaissent des pointes de flèches bien définies, foliacées ou losangiques, pédonculées ou non, souvent denticulées.

Au point de vue technologique, le débitage est essentiellement épivalloisien, ovale, rectangulaire et triangulaire. Il se rencontre de nombreuses lames, moyennes à petites, souvent utilisées. La taille se fait par percussion, la retouche par percussion et pression.

Ce stade correspond encore à l'apogée de la denticulation ainsi qu'à l'abondance, toute relative d'ailleurs, du pédoncule.

Un stade encore plus évolué du Lupembien, le Lupembien Évolué IV, se rencontre dans les sables kaolineux qui surmontent, dans certains chenaux, les argiles panachées. Il se voit encore en bordure des rivières qui traversent la plaine et se jettent dans le Stanley-Pool. Ce stade est analogue au précédent, mais trop peu abondant encore dans les collections pour qu'on puisse le définir complètement. Sa caractéristique principale semble être l'abondance des petits dards denticulés.

C — *Le Lupembo-Tshitolien*

Dans les limons qui surmontent localement les «argiles panachées» ainsi que sur les graviers des îles du fleuve, se rencontre un nouveau stade de l'évolution des cultures forestières centre-africaines. Il établit une véritable transition entre le Lupembien évolué et le Tshitolien, aussi l'avons-nous dénommé Lupembo-Tshitolien.

On y trouve toujours les petits tranchets à tranchant droit ou oblique, mais il s'y ajoute à présent le micro-tranchet à retouche abrupte de type mésolithique; certains de ces micro-tranchets s'abaissent à la dimension de pointes de flèches à tranchant transversal.

Les outils forestiers ne comportent plus de pics, mais encore de petits rabots, des ciseaux et gouges «kaliniens», unifaciaux ou bifaciaux, longs de 8 à 12 cm, de très rares ciseaux à bord droit et de très rares limaces; on rencontre encore des bifaces elliptiques minces, mais de dimensions réduites. Un autre instrument qui semble avoir totalement disparu est la lame à dos abattu.

Parmi les armes, le poignard a disparu; les petits dards persistent, de même que les pointes foliacées minces, de dimensions moyennes à petites, retouchées par pression. Les pointes de flèche sont bien définies et très variées, quoique de formes moins régulières que dans le Lupembien évolué: pointes foliacées, losangiques, en petits dards, à ailerons, etc. Les pédoncules et la denticulation sont devenus rares.

Sur le plan technologique, on rencontre toujours le débitage épivalloisien, diminutif, souvent triangulaire. Il s'y ajoute un débitage laminaire, inférieur à 15 cm. Les retouches par percussion et par pression persistent, accompagnées à présent de la retouche abrupte mésolithique.

D — *Le Tshitolien*

Les stades Lupembien ancien II, Lupembien évolué III et IV, Lupembo-Tshitolien ne sont connus jusqu'ici qu'au Stanley-Pool et, peut-être aussi, dans de rares stations situées plus à l'aval sur le fleuve, notamment dans la région du confluent du Kwilu. À l'intérieur du pays, ces stades font défaut, lacune que nous avons attribuée à l'enfouissement des sources de matière première sous le manteau des limons clairs, puis au développement sur ceux-ci d'une légère couverture forestière (sols peu évolués).

À une époque que l'on peut situer à la fin du Pléistocène supérieur, une nouvelle dessiccation climatique paraît avoir permis le recul, sinon

la destruction de ce couvert forestier. Il en est résulté la formation d'une seconde surface topographique ultérieurement enfouie sous un nouveau et mince manteau de limons récents. Cette «old land surface» porte un stade ultime des cultures forestières, le Tshitolien. Celui-ci se rencontre au Stanley-Pool, dans des conditions stratigraphiques analogues, recouvert d'une nappe sableuse de quelque 60 cm d'épaisseur, au sein de laquelle se développent des sols humifères.

Ce Tshitolien présente des variations locales dont l'analyse statistique reste à faire. En moyenne, on peut le caractériser par les types d'outils suivants, dont tous ne sont pas nécessairement présents dans les récoltes; persistance des petits tranchets lupembiens et du micro-tranchet, toujours rare; persistance de petits ciseaux et gouges bifaces longs de quelques cm; persistance, au moins locale, de petites bifaces elliptiques minces; utilisation directe ou avec un minimum de retouche de petites lames et éclats; rares microlithes géométriques, croissants et trapèzes. Quant aux armes, elles se réduisent à des rares petits dards et à des pointes de flèche relativement nombreuses, plus petites que précédemment, foliacées, losangiques, en dards, rarement à ailerons; le pédoncule et la denticulation sont devenus rares. Au point de vue technologique, c'est toujours le débitage épivevalloisien diminutif qui prédomine, avec ses diverses variétés de nuclei: circulaires à éclats, triangulaires à éclats pointus, rectangulaires à petites lames. Celles-ci ne sont souvent que peu ou pas levalloisiennes. Nombre de ces nuclei ont eu une utilisation secondaire. Les retouches par percussion et par pression persistent toujours, tandis que la retouche abrupte, mésolithique, est modérément utilisée. Il convient encore de noter que les Tshitoliens abandonnent le «grès polymorphe» pour s'adresser à des roches plus fines: calcaires silicifiés, calcédoine et quartz.

E — *Le Néolithique*

Ainsi qu'on peut s'en rendre compte par l'inventaire sommaire que nous venons d'en donner, les cultures préhistoriques du Bas-Congo forment, du Sangoen au Tshitolien, les étapes successives d'un même grand complexe culturel de type forestier. Le Néolithique par contre y revêt un caractère intrusif, sans liaison aucune avec ce qui l'a précédé. Jusqu'il y a peu on ne le connaissait guère que par des trouvailles isolées de haches grossièrement taillées, à tranchant meulé ou poli, souvent façonnés dans des roches basiques de la région d'Isanghila; ces haches étaient trouvées à faible profondeur, dans les sols humifères, ou encore

mélangées à des cultures plus anciennes sur les surfaces récentes de ravinement. Au cours de notre mission de 1957 nous avons eu la chance de trouver à Kongo dia Vanga, village situé dans les Monts de Cristal, non loin de la frontière angolaise, une petite station qui, sur quelques centaines de mètres carrés, nous a fourni une quinzaine de haches, pour la plupart ébréchées ou brisées par l'usage, une large hache à caractère de houe, un petit ciseau en schiste poli, un fragment de pilon, etc.... À ces éléments polis s'ajoutaient de nombreux quartz taillés atypiques et aussi quelques tessons d'une céramique très grossière, fortement corrodée, appartenant à un vase à fond plat. Sans pouvoir affirmer l'appartenance de cette céramique au complexe néolithique, puisqu'il s'agit d'une station de surface, elle nous paraît probable, ces tessons différant considérablement de la céramique bantoue ancienne. Comme autres éléments néolithiques trouvés au Bas-Congo, il convient de citer une boule de pierre perforée et de très rares et souvent minuscules hachettes épaisses partiellement polies, faites à partir de petits bifaces en «grès polymorphe», ramassés sur des sites lupembien ou tshitoliens.

La plupart des trouvailles de haches isolées s'est faite en des lieux convenant à l'établissement de petits champs, aussi pensons-nous que la majeure partie de ces instruments devait être utilisée comme houes plutôt que comme haches.

Dans l'ensemble, ce Néolithique a une saveur nettement soudanaise. J. COLETTE l'a qualifié de Léopoldien.

RÉSUMÉ

En résumé, on peut figurer comme suit la distribution des cultures préhistoriques bas-congolaises dans les deux grandes régions du Stanley-Pool et du Bas-Congo interne:

<i>Bas-Congo interne</i>	<i>Stanley-Pool</i>
Age du fer bantou	Age du fer bantou
Néolithique	Éléments néolithiques
Tshitolien	Tshitolien
old land surface	
—	Lupembo-Tshitolien
—	Lupembien évolué IV
—	Lupembien évolué III
—	Lupembien ancien II
Lupembien ancien I	Lupembien ancien I
Sangoen	Sangoen
old land surface	
Paléosols rouges d'âge pléistocène moyen	

2. — LA PROTOHISTOIRE DU BAS-CONGO

On ignore totalement à quel moment les peuples bantous ont remplacé les Néolithiques au Bas-Congo. Leur histoire est certainement complexe, faite d'invasions et de migrations dont les dernières seules sont rapportées par la tradition.

On sait comment DIOGO CÃO, hardi capitaine portugais, découvre en 1483 l'estuaire du Congo, fleuve qu'en raison de sa puissance il nomme «Rio poderoso», et comment, ayant jeté l'ancre à Pinda, au fond de la première crique de la rive gauche, il entre en contact avec des populations aimables et policées dont l'accueil contraste singulièrement avec celui des rudes noirs guinéens rencontrés au cours de ses navigations antérieures. Il apprend d'elles qu'elles font partie d'un vaste royaume, le Royaume de Congo sur lequel règne un chef puissant, le Mani Congo Nzinga a Nkuwu. Sa capitale Mbanza Congo se trouve assez loin à l'intérieur du pays.

Notre intention n'est pas de retracer de façon détaillée ce qu'on sait de l'histoire de la pénétration du Royaume de Congo par la colonisation portugaise, tant laïque que religieuse. Il nous suffira, pour créer le cadre historique où viennent de situer nos récents découvertes, de rappeler que c'est le 3 mai 1491 que le roi de Congo reçoit le baptême, devenant ainsi Don João I, premier roi chrétien de Congo. En même temps, sa capitale prend le nom de San Salvador. Peu après, soutenu par Nzinga Mpangu, un des candidats à sa succession, le vieux roi retourne au paganisme et bannit son successeur présomptif Nzinga Mbemba; celui-ci retourne dans sa province de Nsundi, entièrement située dans ce qui deviendra le Bas-Congo belge.

Mieux connu sous son nom de baptême Don Afonso, il devient bientôt le champion du christianisme dans tout le royaume. Avec l'aide des missionnaires chassés de San Salvador il propage la foi chrétienne dans tout le Nsundi. En 1505 il devient le grand roi Don Afonso I dont le souci constant sera de développer l'évangélisation de son royaume tout en assurant l'instruction de ses enfants et de ses notables. En 1518, il a la joie de voir son fils Don Henrique, qui avait poursuivi ses études au Portugal, être consacré Évêque d'Útique, premier évêque noir d'Afrique, plus de quatre cents ans avant Mgr. Bigiruwami. Jusqu'à sa mort survenue en 1541, Afonso s'attache, en plus de son œuvre

d'évangélisation, à défendre l'indépendance de son royaume contre son annexion à la couronne de Portugal. En même temps il mène une lutte incessante contre les trafiquants d'esclaves. Il cherche aussi à introduire dans son royaume des habitudes de vie européenne et à lui donner au moins un vernis de civilisation. La personnalité du grand roi Afonso I, qui créa le premier royaume chrétien en Afrique noire, déborde largement les limites de celui-ci. De nos jours encore son souvenir est resté vivace parmi les populations indigènes du Bas-Congo.

On sait combien éphémère fut son œuvre, tant politique que religieuse. L'influence chrétienne s'estompa rapidement pour s'effacer complètement à la fin du XVII^{ème} siècle.

*
* *

Cette brillante période des civilisations noires bas-congolaises nous est surtout connue par les archives royales et missionnaires, ainsi que par la tradition orale autochtone. En dehors de ces sources, on en connaît encore au Bas-Congo belge et dans le nord de l'Angola des vestiges divers.

Les uns sont d'origine européenne, comme certains crucifix et médailles religieuses; d'autres résultent d'une assimilation des éléments européens par les autochtones, comme les églises et églises-cimetières des provinces de Nsundi et de Mbata, comme aussi des panneaux de portes sculptés provenant de la région de Kimpangu où apparaissent des cavaliers et soldats portugais. Une plus profonde assimilation des thèmes chrétiens par les Bakongo se retrouve dans les fameux christes négroïdes en laiton, dérivés de modèles européens des XV^e, XVI^e et XVII^e siècles, ainsi que dans certains thèmes de la sculpture indigène, tels les célèbres maternités du Mayumbe.

Au cours de notre mission de 1957, nous avons eu la chance de découvrir d'autres témoignages datant de l'époque de cette première christianisation. Les uns se rapportent aux cultures matérielles, les autres à un art rupestre quasi inconnu encore.

Parmi les éléments matériels recueillis figure la céramique, rencontrée tant en grottes qu'en sites de plein air. Son étude est à peine amorcée, mais il ne fait pas de doute qu'elle pourra apporter de pré-

cieuses données sur les déplacements récents de populations. A la grotte Dimba par exemple, au Sud de Thysville, il n'existe pas moins de six ou sept types successifs de céramique, différant par la pâte, le dégraissant, la cuisson, la forme et l'ornementation; la séquence que nous avons pu y établir repose sur l'importance de l'encroûtement calcaire qui s'y est formé. Certains de ces types ont été retrouvés dans des sites de plein air à proximité immédiate de peintures rupestres datant de l'Ancien Royaume du Congo. L'étude du dégraissant est fort utile; parmi les poteries rencontrées dans la région schisto-calcaire, il en est un groupe qui se caractérise par une pâte riche en paillettes de séricite et un dégraissant fait de minuscules esquilles de schistes micacés: il est manifeste que cette céramique vient de l'Ouest, de la région métamorphique des Monts de Cristal, témoignant ainsi de déplacements de population.

Plus importantes encore sont les peintures et les gravures rupestres dont nous allons parler à présent.

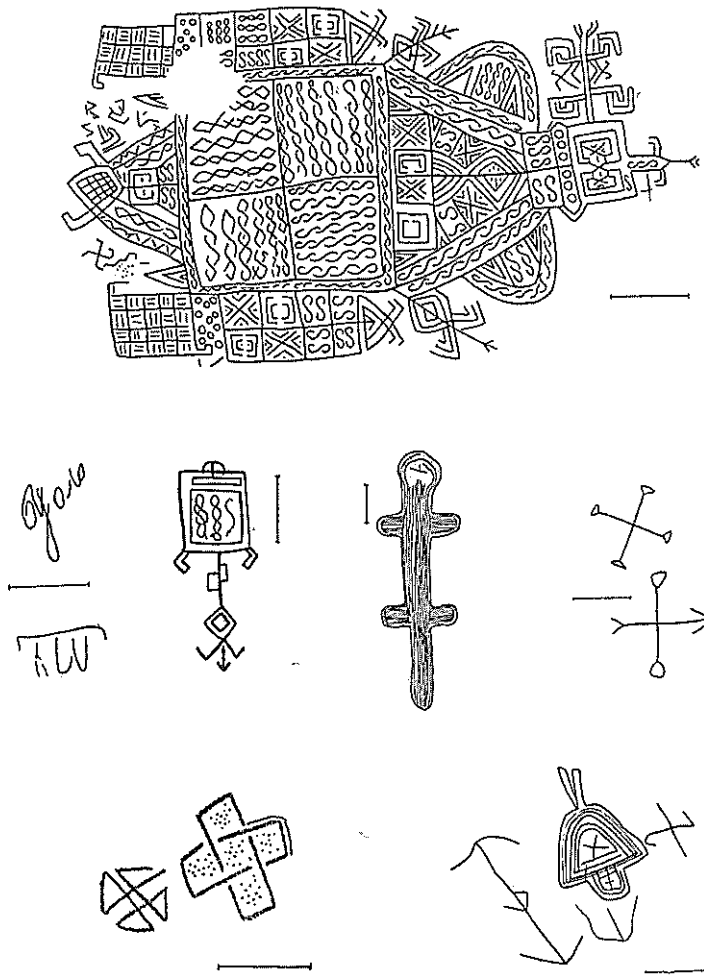
L'aire couverte par les gravures rupestres est certainement très vaste et doit courir de la frontière de l'Angola à celle de l'Afrique équatoriale française. Nous avons en effet trouvé une roche gravée non loin de Tshela, en plein Mayumbe. Mais c'est au Sud du fleuve, région plus ouverte à la circulation, que nous avons pu, grâce aux Missionnaires, en étudier de vastes ensembles. Ceux-ci sont le plus souvent constitués de dos rocheux, peu élevés sur le niveau de la brousse environnante, qui peuvent porter des dizaines, voire des centaines de dessins. Le groupe le plus important se place entre le Congo et le Kwilu et à cheval sur le fleuve, dans une région où s'élevaient de grands villages encore visités vers 1650 par JÉROME DE MONTESSARCHIO. Ce groupe comprend jusqu'ici cinq ensembles différents, dont une grotte le long du fleuve. L'essentiel des gravures est typiquement bantou: quadrillages, zigzags, entrelacs, croix batshokes, croix gammées, grand dessin schématique de tortue (?), figurations animales et humaines schématiques, etc... Rien a priori ne permettait de juger de l'âge de ces dessins, sinon qu'ils étaient indiscutablement bantous, jusqu'au moment où nous avons trouvé parmi eux, au site de Mazinga Wapi, des représentations simplifiées de la croix des Chevaliers de l'Ordre du Christ, ou Croix du Navigateur. Plus significative encore fut la trouvaille faite sur les roches Mbenza, non loin de Biongo, où, au voisinage d'un étonnant graphisme bantou (tortue mythique?), nous eumes la surprise de voir apparaître dans nos décalques une mauvaise graphie du symbole chrétien ω accompagnée de l'inscription AFONS., dont le O final s'était effacé au cours des temps. Aucune différence de technique ni de patine

n'apparaissant entre les graphismes bantous et les thèmes chrétiens, on est en droit d'admettre leur contemporanéité au moins approchée. D'autres roches gravées existent plus au Sud, atteignant la région des Rochers de Lovo, toute proche de la frontière angolaise. Ici, le dessin le plus significatif se trouve dans la grotte Ntadi Ntadi; il combine raclage, gravure et peinture. Une large écaille rocheuse s'étant détachée de la paroi, la surface claire ainsi formée a été égalisée par raclage puis peinte uniformément en jaune clair. Sur ce fond ont été raclés ou incisés toute une série de dessins parmi lesquels se rencontrent deux écus de noblesse, une figuration humaine schématique et une sorte de roue composite, aux rayons sigmoïdes. Ces dessins ont alors été peints en noir et localement soulignés d'ocre rouge.

Les peintures rupestres sont toutes situées dans des grottes ou abris sous roche, secs ou très modérément humides. Le site le plus septentrional est celui de Mbanza Nsanda, proche du fleuve, au Sud de Luozi; d'autres sont connus dans la région de Thysville, dans celle de Moerbeke, dans les Rochers de Lovo et aux environs de Kimpese. Peintures et gravures rupestres apparaissent comme deux formes d'un même complexe artistique, bien que les objets peints, plus variés, offrent souvent un aspect plus naturaliste que les gravures. A la grotte Mbafu par exemple, des figurations humaines schématiques, identiques dans leur forme à des gravures sur rochers, ont été incisées avant d'être peintes. Les peintures sont généralement noires, d'un noir qui a pu s'atténuer en gris de tonalité variable, affaiblissement grâce auquel peuvent s'établir des séquences artistiques. Plus rarement ont été employés l'ocre jaune, l'ocre brun et l'ocre rouge. Les grottes et abris des Rochers de Lovo montrent des milliers de dessins où peut s'établir la séquence ci-après:

- a) graphismes linéaires non figuratifs, en noir très éteint;
- b) dessins souvent naturalistes, en noir modérément éteint;
- c) dessins maladroitement naturalistes, imitant souvent les précédents, en noir franc;
- d) graphismes et inscriptions récents, généralement exécutés avec du charbon de bois.

C'est la seconde série qui est la plus intéressante et la plus significative. A côté de signes déjà relevés parmi les gravures rupestres, comme des croix batshokes et des figurations humaines schématiques, se rencontrent de nombreux animaux, parfois composites et mythiques, des figurations de tissage-monnaies, etc., tous éléments purement bantous. Il s'y ajoute des thèmes d'origine chrétienne ou simplement européenne: boucliers et blasons, croix des chevaliers de l'Ordre du Christ...



Gravures rupestres de la région comprise entre la rive droite du Kwilu et le fleuve Congo.

En haut: grande figuration incisée d'un animal mythique (tortue?); roches gravées Mbenza près de Biongo.

Au milieu, successivement de gauche à droite:

a) Inscriptions incisées: AFONS. et $\alpha \omega$; même site.

b) Dessin zigzagué: «porte-enseigne»?; même site.

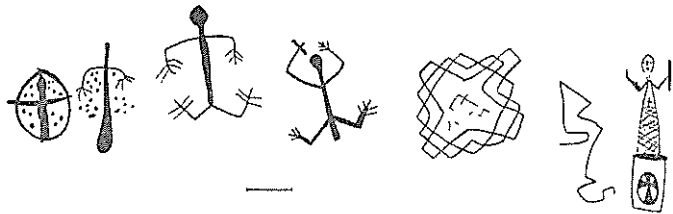
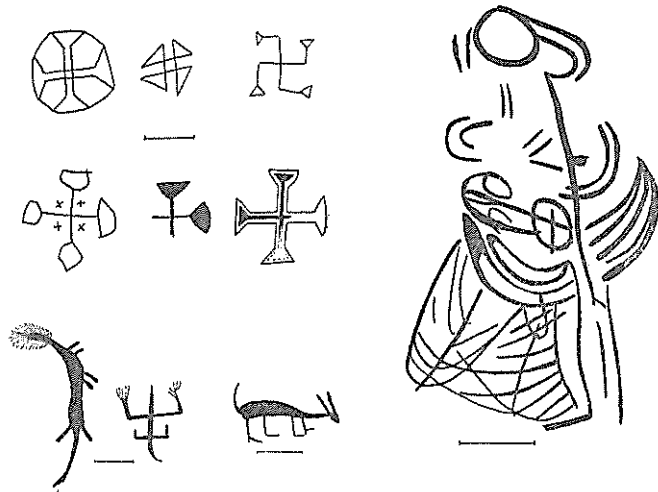
c) Reptile incisé et ponctué; roches gravées Mazinga Wapi.

d) Croix des Chevaliers de l'Ordre du Christ et croix fléchée; même site.

En bas à gauche: Croix «batshoke» et croix carrée; grotte Mbevo.

En bas à droite: Dessins divers parmi lesquels une ou deux figurations humaines schématiques et une représentation de «hutte-chapelle» (?).

Pour tous ces dessins l'échelle est donnée par un trait représentant 10 cm,



Peintures rupestres de la région comprise entre le fleuve Congo, le Kwilu, le massif du Bangu, les crêtes de Thysville et la frontière de l'Angola.

Tout en haut à gauche: Croix des Chevaliers de l'Ordre du Christ croix «batshoke» et croix gammée; grotte de Mongo.

En haut à gauche: série de croix des Chevaliers de l'Ordre du Christ; la première appartient au groupe III, dégénéré, les deux autres au groupe II, contemporain de l'apogée de la christianisation; le troisième est entouré d'un liseré ocre jaune. Grotte de Ntadi Ntadi.

Au milieu à gauche: dessins animaux de l'abri Ntadi Ndeko; à gauche, animal mythique du groupe II (la tête est en bas), ensuite reptile et antilope du groupe III.

En haut à droite: «La Mère à l'Enfant» (?), grande figuration humaine de la grotte de Mbanza Nsanda.

En bas, portion de gauche de la grande scène religieuse de la grotte Mbafu, interprétée comme représentant l'histoire de DON HENRIQUE, fils du Roi de Congo AFONSO I. consacré Evêque d'Utique en 1518.

Tous ces dessins sont peints en noir. Le trait horizontal qui leur est associé représente chaque fois une longueur de 10 cm.

Les dessins de la série suivante ne sont souvent que de mauvaises imitations des précédents, réalisés après, et peut-être même longtemps après ceux-ci, alors que toute influence portugaise directe avait peut-être cessé. On signalera pourtant une mauvaise représentation de cheval attelé à un chariot. Quant aux figurations les plus récentes, certaines sont actuelles, comportant entre autres des inscriptions en Kikongo.

Revenant aux peintures du groupe principal, il convient de s'arrêter un peu plus longuement à deux sites, ceux de Mbanza Nsanda et de Mbafu. Les quelques dessins rencontrés dans la première de ces grottes témoignent d'un niveau artistique très supérieur à celui rencontré ailleurs; le plus remarquable est une grande figure humaine semi-schématique isolée dans une alcôve à quatre mètres de hauteur: d'une interprétation assez discutable, ce dessin pourrait représenter une «Vierge à l'Enfant» dont le style n'est pas sans rappeler les plus belles simplifications d'un Matisse.

L'autre grotte, celle de Mbafu près de Kimpese, offre des peintures dont les thèmes sont étroitement liés à l'histoire même de la christianisation ancienne de ces régions. On y voit des écus ou des blasons, des bannières, des anges et des diables, un personnage en majesté dominant le globe terrestre et surtout une scène complexe, longue de près de trois mètres, débutant et se terminant par une médaille religieuse. Dans sa partie la plus figurative, celle de gauche, ce panneau montre d'abord une médaille avec le Christ en croix, puis ce même Christ détaché de sa croix et semblant flotter dans les airs; ensuite apparaît une forme humaine schématique recevant, semble-t-il, l'inspiration du Christ; un peu plus loin l'homme reparait, transformé en un prédicateur brandissant le crucifix; enfin, après deux graphismes d'interprétation moins évidente, une sorte de croix courte et une ligne onduleuse et zigzagüe, le prédicateur se retrouve en chaire, portant un habit religieux croisilloné, la croix pectorale et, dans les mains, deux objets difficiles à définir; la chaire de vérité, ou le socle s'il devait s'agir d'une statue, est ornée d'une ellipse verticale inscrivant une croix latine aux branches élargies vers l'extérieur. Ce qu'on sait de l'histoire du Royaume de Congo autorise à croire qu'il n'y eut jamais qu'un seul prêtre noir, Don Henrique, propre fils du grand roi Afonso I, consacré, on l'a vu, évêque d'Utique en 1518. Aussi est-on en droit de supposer que la scène si curieuse de Mbafu représente, traduite dans la mentalité d'un chrétien indigène de la première moitié du XVI^e siècle, l'histoire de Don Henrique, depuis le début de sa vocation religieuse jusqu'à son intronisation comme évêque. Cette hypothèse prend plus de poids encore si l'on songe que

le site de Mbafu se trouve dans le Nsundi, pays d'origine d'Afonso qui en avait personnellement dirigé l'évangélisation.

Les quelques exemples que nous venons de citer de cet art rupestre si varié et si attachant montrent que, sous ses deux formes peinte et gravée, il faisait partie intégrante de la culture des Bakongo au moment où celle-ci atteignait son apogée, c'est-à-dire à l'époque où l'Ancien Royaume de Congo s'ouvrait à la civilisation européenne et chrétienne que lui apportèrent les hardis navigateurs portugais de la fin du XV^e et des débuts du XVI^e siècle. Cet art avait débuté plus tôt et s'est poursuivi après, mais avec des manifestations bien plus médiocres.

L'abondance de ses manifestations à proximité même de la frontière de l'Angola rend hautement probable son extension au-delà de celle-ci. Aussi sommes-nous convaincu qu'un jour ou l'autre nos éminents collègues et amis portugais en rapporteront une ample et riche moisson pour le plus grand profit des mondes scientifique et artistique.

ABSTRACT.

In 1957, the author traveled extensively in the Lower Congo collecting many evidence on the prehistoric and protohistoric sequences.

No culture older than the Sangoan was found. It is suggested that this may be due to the development of a forest landscape in Lower and Middle Pleistocene. The Sangoan is encountered on an old land surface cutting through deep lateritic soils. Later, that surface disappeared beneath an extensive blanket of light «limons». Stage I of the Lupembian culture is found at their base. On their top is seen a second land surface holding the last member of the forest sequence, the Tshitolian. The intervening stages are found only near the Stanley-Pool: stages II, III, IV of the Lupembian, followed by the Lupembo-Tshitolian. Then comes the Tshitolian followed, without any evolutive connexions, by the Leopoldian variation of the Congo Neolithic, most probably of sudanese origin.

No evidence was found as to the beginning of the iron age, but important discoveries were made of pottery, rock engravings and cave paintings related to the colonisation of the country, which was part of the Ancient Congo Realm, by the Portuguese in the XVth and XVIth centuries. Examples are given of christian themes found on engraved and painted rocks. It is suggested that more discoveries are to be made in Angola, on the other side of the Congo border.

Ritos muiscas de la fecundidad y de la muerte

POR

JOSÉ PÉREZ DE BARRADAS

Las crónicas de la conquista del Nuevo Reino de Granada describen a los muiscas, moradores de las sabanas andinas de los actuales departamentos de Cundinamarca y Boyacá (Colombia) como apocados, tímidos y pacíficos. Por otra parte los Cronistas nos pintan a la sociedad muisca como muy moral y regida por códigos de justicia muy severos.

«La vida moral de estos indios — anota ANTONIO DE HERRERA, Cronista Mayor de Indias — es de gente de mediana razón porque castigan los delitos, en particular el homicidio y el hurto y el pecado nefando, de que son muy limpios; hay muchas horcas en los caminos, cortan manos y narices y orejas por otros delitos no tan grandes, y hay penas de vergüenza para los más principales, como rasgarles los vestidos y cortales los cabellos.»

GONZALO FERNÁNDEZ DE OVIEDO elogió también la justicia de los muiscas, al escribir lo que sigue: «Son rigurosos en castigar los delitos, en especial los públicos, que es matar, hurtar y el pecado abominable contra natura, porque es gente limpia en este caso; y así hay muchos ahorcados, como en España y en las otras partes de cristianos donde hay mucha justicia».

Las leyes penales que, según todos los autores, se consideran dadas por el cacique Nemequene, mandaban: «Que quien matase muriere, aunque lo perdonasen los parientes del muerto, porque la vida decían que sólo la daba Dios... Que quien huyese de la batalla antes que el capitán que los gobernaba, le diesen muerte vil al arbitrio de su cacique; que quien mostrase cobardía en la guerra lo vistiesen por afrenta ropa de mujer y usase los mismos ministerios que usan ellas en sus casas, por el tiempo que quisiese el cacique».

No menos rigurosos eran los castigos a las transgresiones sexuales. La violación de la mujer por un hombre soltero era castigada con la muerte «y si casado, habían de dormir dos solteros con la suya». También se especificaba que si alguna se hallase que tuviera cuenta con su madre, hija, hermana o sobrina, que entre ellos eran grados prohibidos, «los metiesen en un hoyo angosto de agua con muchas sabandijas venenosas dentro y cubriéndolos con una gran losa, los dejasen pereciendo allí...»

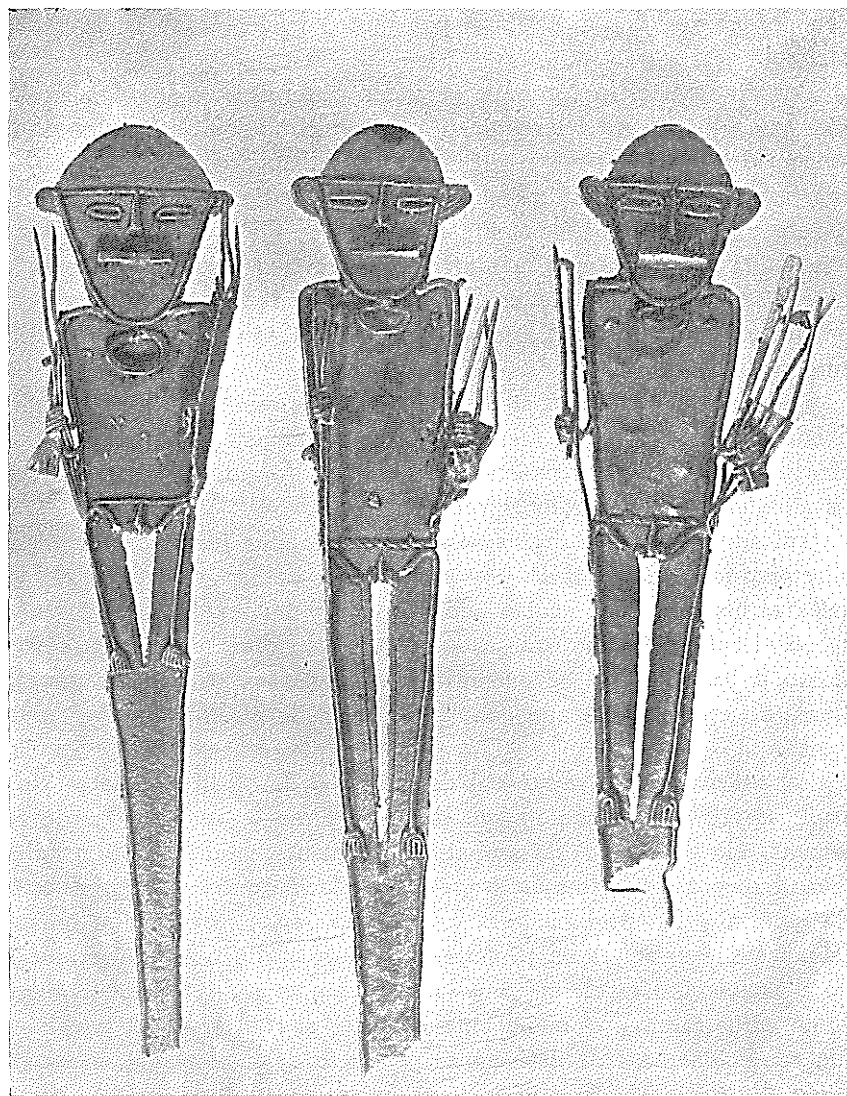
Por ser los muisca un pueblo matriarcal es interesante notar que se hiciera responsable al marido de la muerte de su mujer, si ésta fallecía de parto. Textualmente el P. SIMÓN escribe a este respecto que «si alguna mujer moría de parto mandaba la ley que perdiese el marido la mitad de la hacienda, y la llevase al suegro o suegra, hermanos o parientes más cercanos en defecto del padre, mas quedando la criatura viva, sólo estaba obligado a su costa y aun añadían en algunas partes que si no tenía hacienda, había de buscar algunas mantas el viudo con que pagar a los herederos de la muerta y si no le perseguían hasta quitarle la vida».

Como desde hace muchos años nos hemos ocupado del estudio del pueblo muisca, nos ha llamado poderosamente la atención, al estudiar la orfebrería del mismo, basándonos para ello en las ricas colecciones del Museo del Oro del Banco de la República de Bogotá, una serie de hechos que explican aún más la psicología de ese pueblo.

Aparentemente son contradicciones lo que observamos en las figurillas de oro o de tumbaga (aleación de oro y de cobre) y lo que nos refieren los Cronistas. Lo más cómodo e inmediato sería tachar a éstos de embusteros como tantas veces se ha hecho, pero si pensamos un momento en que la conducta humana está llena de contrasentidos y de antagonismos hemos de procurar el buscar una solución a la aparente incompatibilidad entre los datos suministrados por los primeros y los proporcionados por la arqueología.

Es la primera de estas divergencias extremas la de que los Cronistas nos describen a los muisca como un pueblo que usaba vestidos de algodón consistentes en una manta del mismo género, colocada en torno de la cintura, y otra pendiente de los hombros para dejar sólo al descubierto los brazos. JUAN DE CASTELLANOS indica, además, que las mujeres casadas «por honestidad y más resguardo usaban debajo pampanillas con que cubren las partes impudentes». El vestido, por otra parte, respondía no sólo a una norma social sino a una necesidad,

ya que la zona que habitaron los muisca es de clima frío debido a su altura sobre el nivel del mar.



Tunjos muisca de tumbaga que representan guerreros con trofeos de cabezas.

Sin embargo, ni uno solo de los tunjos representan hombres o mujeres vestidos sino desnudos. La explicación consiste en que los

tunjos son figurillas de carácter religioso, ex-votos que se ofrecían a los dioses y a los poderes sobrenaturales. Confirma lo anterior saber que los sacerdotes, cuando tenían que hacer las ofrendas, se despojaban de sus vestiduras. Trátase, por tanto, de un desnudo de carácter ritual.

Por otra parte, los órganos sexuales están muy marcados en los tunjos y, dado su carácter religioso, no se puede ver en ello una manifestación de erotismo profano. En realidad se trata de la expresión de ideas propias de una cultura matriarcal y agrícola. El desnudo ritual pone de manifiesto que la mente muisca concedía un papel predominante en la fecundación a la mujer. Los órganos sexuales de ésta se representan siempre de manera exagerada. Simbolizan las fuentes de vida, mientras que los del hombre, en cambio, son desproporcionadamente pequeños.

Todo el simbolismo existente en los tunjos muiscas gira alrededor del mismo tema, o sea la fecundidad tanto humana como de los animales y de las plantas, explicándose en esta forma extrañas costumbres rituales citadas por los Cronistas.

Tal sucede con las orgías sexuales celebradas junto a la vera de los sembrados. Según el P. SIMÓN, después de las danzas y de las canciones los asistentes «caían embriagados y tan excitados a la lujuria con el calor del vino, que cada hombre o mujer se juntaba con el primero o primera que se encontraba, porque para eso había general licencia en estas fiestas aun con las mujeres de los caciques y de los nobles».

La interpretación tradicional de este tipo de orgía es que se trata de un rito de magia contagiosa, para asegurar la fecundidad de las cosechas. G. BATAILLE, sin embargo, ha planteado la cuestión sobre nuevas bases, a saber: las de la estrecha relación entre la reproducción y la muerte y las prohibiciones establecidas en conexión con ambas. «La muerte, escribe, es en principio lo contrario de una función de la cual el nacimiento es el fin, pero la oposición es reductible. La muerte de uno es correlativa al nacimiento de otro, el cual anuncia y del que es la condición. La vida es siempre producto de la descomposición de la vida. Es tributaria en primer lugar de la muerte, que deja la plaza; después la corrupción sigue a la muerte y pone en circulación las sustancias necesarias para la incesante venida al mundo de nuevos seres. Sin embargo, la vida no es solo una negación de la muerte. Es su condenación y su exclusión. Esta reacción es la más fuerte en la especie humana y el horror a la muerte no está sólo ligado

al aniquilamiento del ser, sino a la podredumbre que torna las carnes mortales a la fermentación general de la vida».

La muerte, por otra parte, asegura un rejuvenecimiento del mundo sin el cual la vida declinaría. Es necesaria para que la reproducción engendre otros seres que entren en la ronda con una fuerza nueva.

Mientras que el animal nada sabe de este proceso, las reacciones humanas precipitan el movimiento y lo hacen más sensible. En principio el hombre rehusa y desearía no seguir el movimiento que va desde el origen de la vida a la muerte. Su rechazo se traduce en toda clase de prohibiciones, que son sin embargo olvidadas un día en una orgía de anonadamiento, en la cual no se pueden hacer diferencias entre la muerte y la vida. Es la puerta de escape que hace inútiles los buenos propósitos. Tales aparecen las transgresiones individuales o colectivas de las normas más severas.

En todas las leyes morales y jurídicas de los pueblos se ha establecido concimplicidad y nitidez la de «no matarás», pero siempre hay una reserva mental, esto es: «no matarás sino en caso de guerra o en otras condiciones que la sociedad haya previsto más o menos». El paralelo es casi perfecto en relación con la prohibición sexual: «sólo podrás tener una satisfacción en el matrimonio o en ciertos casos previstos por la costumbre».

En todo este desarrollo seguimos a G. BATAILLE, quien considera que incluso «la caza arcaica o primitiva no es menos que el duelo, la vendetta o la guerra, es decir, una forma de transgresión» y que el cazador y el guerrero, una vez cumplida su misión, han de ser purificados y cumplir ritos de expiación para reintegrarse al mundo profano.

Como las prohibiciones ligadas a la muerte, las transgresiones a estas otras prohibiciones han dejado trazas lejanas más antiguas, las cuales se hallaban reglamentadas lo mismo que la previa declaración de guerra. BATAILLE considera con justicia que las guerras arcaicas tenían caracteres de fiesta, pues parecían ser un lujo y medio de adquirir la riqueza de un soberano o un pueblo. Los guerreros iban con sus mejores galas a la misma, sin importarles la probabilidad de perderlas. Guerra y erotismo eran inseparables y lo prohibido que se transgredía, tenía lugar doblemente. BATAILLE muestra sus reservas, pero nosotros no.

Los muiscas cumplían antes de sus guerras, con todo rigorismo, una serie de formalidades. Si es cierta la costumbre mencionada por RODRÍGUEZ FREILE, existía como preliminar al encuentro de los dos ejércitos enemigos una orgía ritual. El Cronista escribe que enfrenta-

das las tropas de los caciques de Guatavita y Bogotá acordaron una tregua para cumplir con sus dioses y que «la primera ceremonia que hicieron fue salir de ambos campos muy largos corros de hombres y mujeres bailando, con sus instrumentos músicos y como si no hubiese entre ellos rencores ni rastro de guerra...; con mucho gusto y regocijo se mostraban los unos a los otros, comiendo y bebiendo juntos en grandes borracheras que hicieron, que duraban de día y de noche, donde el que más incestos y fornicaciones hacía era el más santo. Por tres días continuos duró esta fiesta y borracheras...» Además, según la referencia de otros Cronistas había ceremonias religiosas entre las que figuraban según JUAN DE CASTELLANOS «sacrificios de víctimas humanas». Según el P. SIMÓN, éstas eran niños.

Vemos pues cómo los muiscas, dentro del sistema de ritos anteriores a la guerra, tenían orgías humanas y sacrificios humanos, o sea transgresiones a los dos principios sociales y morales más fundamentales. Los últimos tienen a primera vista una explicación fácil puesto que si la guerra era considerada como una fiesta (recordemos la guerra florida azteca), los sacrificios humanos forzaban a los asistentes a la contemplación de la muerte violenta y los preparaban para que, confiados en la ayuda de la divinidad que les sería propicia con tales sacrificios, entre otras ceremonias religiosas, fuesen valientes en la batalla y lograsen vencer a sus enemigos.

Mas la guerra, que comienza según unas reglas determinadas, una vez desencadenada da paso a la violencia y la crueldad. La lucha franca y leal contra los adversarios es seguida de la matanza, del escarnio y del suplicio de los vencidos. Cuando los muiscas eran vencedores en una guerra, según FERNÁNDEZ DE OVIEDO, ultrajaban hasta el máximo al vencido, como lo vemos en el siguiente párrafo: «Tienen los vencedores por costumbre de matar cuantos pueden, aunque se les rindan; y si pueden prender al señor contrario tráenlo a su tierra, sácanle los ojos y así se le tiene vivo hasta que el tiempo lo mata haciéndole en cada fiesta mil ultrajes. Las mujeres de los vencidos no las matan y sírvense de ellas como cautivas. Y queman los pueblos de los vencidos y matan los muchachos».

Tanto OVIEDO como CASTELLANOS y el P. SIMÓN refieren que si los muiscas de Bogotá mataban o tomaban prisioneros a algunos de los panches les cortaban la cabeza y como trofeo las traían a su tierra y las ponían con gran solemnidad y regocijo en sus adoratorios. Justifica el testimonio de los Cronistas el que entre los tunjos muiscas del Museo del Oro que hemos estudiado, haya ocho figuras de gue-

rreros que son portadores de cabezas humanas, agarradas de cabellos; una de ellas lleva también, al parecer, una mano cortada de un enemigo. Pero lo más curioso es que aparezcan entre los tunjos figuras de mujer portadoras de cabezas humanas cortadas al enemigo, como vemos en la pieza núm. 1072 del Museo del Oro y en otra del Cleveland Museum of Art figurada por BENNETT, la cual porta la cabeza en un cesto. Hasta la fecha no sabíamos nada sobre la participación de la mujer muisca en la guerra, así en el campo real como en el mitológico. Pero ante los hechos demostrados por los hallazgos arqueológicos tenemos que reconocer que por lo menos las había que acompañaban a los hombres en los combates o, considerando los tunjos como ex-votos, que deseaban la victoria de su consorte y el ser las que pudieran hacer notorio ante el pueblo el testimonio del triunfo conseguido.

Volviendo atrás hemos de indagar cuál es el posible significado de la orgía predecesora de la guerra y si tenía relación con la que se celebraba a la vera de los sembrados. Una y otra eran fiestas rituales de violencias sexuales desenfrenadas. La orgía preguerrera, aún limitada a un grupo de personas de cada bando, subrayaba al romper la vida normal, la aparición de la violencia. La infracción de las prohibiciones sexuales abría paso a la violencia de la muerte.

La orgía como rito agrario es interpretada por G. BATAILLE de un nuevo modo, en el sentido de que no es costumbre que se relacione esencialmente con el deseo de asegurar la fecundidad de los campos. Según el mencionado autor «el trabajo ha determinado la oposición del mundo sagrado y del mundo profano. El es el principio mismo de las prohibiciones que enfrentan la repulsa del hombre a la naturaleza... El espíritu humano, que ha sido formado por el trabajo, atribuye generalmente a la acción una eficacia análoga a la de éste. En el mundo sagrado, la explosión de una violencia que lo prohibido ha abominado, no tendría solamente el sentido de una explosión sino de una acción a la cual ha sido prestada una eficacia. El efecto atribuido a la orgía es de orden muy diverso al de la acción que guía la guerra y el sacrificio. El hombre entra en la danza porque la danza le obliga a danzar. La acción es contagiosa en este caso y por tanto pásase a creer que el frenesí sexual humano contagia a las plantas con el ejemplo y determina su fecundidad y crecimiento.

La guerra y la orgía eran transgresiones a un código moral tan elevado como el de los muiscas, en determinados momentos. Una y otra eran parte de fiestas que aseguraban la posibilidad de la infra-

cción sin castigo y, al mismo tiempo, la posibilidad de la vida normal consagrada a la actividad ordenada. Lo mismo que el desencadenamiento de la libertad de matar es la guerra y esta guerra era precedida de una orgía, ésta se unía con sacrificios humanos en los ritos agrícolas de los muiscas.

Nos referimos al sacrificio de la gavia, del cual tenemos testimonios tanto de los Cronistas como de la orfebrería. Tanto JUAN DE CASTELLANOS como el P. SIMÓN lo describen casi en los mismos y siguientes términos: En las entradas y en las esquinas de los cercados de los caciques había gruesos y altos maderos y en lo más alto «había hechas unas gavias como de navios que servían de herosear los palos y esquinas y de poner cuando había de hacer el sacrificio único que tenían para esto (algún esclavo vivo y amarrado), a donde lo mataban con flechas y dardos que le tiraban desde abajo, donde estaban los jeques cogiendo con unas totumas la sangre que caía del madero abajo... Bajaban el cuerpo de estos muertos y con él la sangre... iban con muchas danzas... hasta un cerro alto», donde apartándose los jeques del vulgo tiraban la sangre a las piedras situadas frente al sol y el cuerpo lo enterraban. Esta forma de sacrificio humano de los muiscas es idéntica al «tlacacaliztli» mexicano, el cual, según W. KRICKEBERG, «siempre aparece unido en los textos y en las pictografías mexicanas con el culto de los dioses de la tierra y de la vegetación, como un símbolo bien comprensible de la cópula de la tierra para que vuelva a ser fecundada... Por lo demás, era la única forma en la cual se ejecutaban en Tenochtitlán los sacrificios de sangre en honor de la gran diosa de la Tierra y de la Luna, Tlazolteolt».

La representación más clara de este sacrificio dentro de las colecciones del Museo del Oro consiste en un tunjo. En éste se ve parada en un tablado, sostenido por tres pilares verticales, una figura humana alargada con las manos sobre el pecho y con tocado largo y estrecho a manera de corona o capirote. Es discutible, dada la pequeñez de los objetos, si tienen igual significado las figurillas humanas situadas al extremo superior de un bastoncito, como sucede con una pieza de Cota, otra de Chía y dos de procedencia incierta. En el Catálogo de la Exposición de Madrid de 1892, se cita la «figura de un indio sentado dentro de una canastilla que se colocaba en lo alto de la gavia para el sacrificio», la cual fue hallada en Guatavita, y una «varilla con una figura humana dentro de un canasto» que apareció en Garagoa, a la que se le da idéntica interpretación. En la publica-

ción de G. CRÉQUI-MONTFORT y RIVET aparece una pieza análoga a las anteriores, procedente de Sogamoso. «El personaje que decora la extremidad superior tiene la cabeza cubierta por un tocado cilíndrico, cuyo borde es de hilo trenzado. Las orejas, los ojos, la boca, el contorno de la figura y los dos brazos que están plegados contra el pecho están indicados por medio de un hilo metálico. Las piernas no están figuradas y el cuerpo está limitado por abajo por una trenza de hilo y a ese nivel se encuentra un anillo del cual está suspendida una lámina de oro». Los autores citados consideraron esta pieza como un alfiler roto en su extremo inferior.

Además de estos sacrificios tenían los muiscas otros distintos, sobre los cuales hay indicaciones concordantes en todos los Cronistas. Una de las formas, que transcribimos del *Epítome de la Conquista*, atribuido a GONZALO JIMÉNEZ DE QUESADA, en gracia de su brevedad es que los muiscas «si en la guerra de los panches, sus enemigos, prenden algún muchacho que por su aspecto se presume de no haber tocado a mujer; a éste tal, después de vueltos a la tierra, lo sacrifican en el santuario, matándolo con grandes clamores y voces».

La otra consistía en que iban a comprar niños a la Casa del Sol, en la Provincia de los Mojas, situada a unas treinta leguas del país, y los tenían — al decir de ANTONIO DE HERRERA «en gran veneración y los regalaban hasta la edad viril y luego los mataban y sacrificaban con su sangre. Pero si por ventura había tocado a mujer, era libre del sacrificio, porque decían que su sangre no era pura para él, ni podía aplacar dos pecados».

El que fuese necesario para la eficacia de estos sacrificios que la víctima no hubiera conocido mujer, nos hace ver que se trata de otro orden de ideas pues aquí la violencia se ejerce en frío sobre un inocente, que no ha sido mancillado por la sexualidad y además, un ser sagrado, un intermediario entre los hombres y la divinidad.

El caso de los sacrificios humanos últimamente citados, en el que la castidad es esencial, está ligado con la que se exigía a los sacerdotes y a los futuros caciques antes de recibir la investidura como tales. En todos estos casos, el erotismo mancilla lo sagrado e impide el desarrollo de los poderes que establecen, en época normal, la relación del mundo sagrado y el profano.

*
* *

Somos los primeros en considerar que no es el pueblo muisca el más indicado para confrontar las ideas de CAILLOIS Y BATAILLE, y que se necesitaría un material más amplio para asegurarnos de si son válidas o no para la Etnología o, mejor aún, si responden o no a la realidad humana.

Pero a pesar de todo no deja de ser interesante el que las tesis del mencionado autor expliquen, a nuestro juicio bastante bien, costumbres muiscas desconcentantes. Muchos autores creen que los datos de los Cronistas de Indias son incompletos, erróneos y llenos de prejuicios y que no deben tomarse en consideración. Olvidándose de la época en que vivieron, quisieran que nos dieran informaciones como los actuales etnólogos profesionales. Las noticias que nos suministran, es cierto que son en ocasiones inconexas, incompletas e incluso contradictorias, pero nuestro deber consiste primero en estudiarlas, criticarlas y ordenarlas; en segundo lugar, ver si están apoyadas por la arqueología y, en tercero, averiguar si responden a una realidad humana. Desgraciadamente, ésta constituye el mayor de los problemas pues el hombre es un ser contradictorio por excelencia.

Quien nos haya leído se habrá dado cuenta de la distancia que hay entre los muiscas tímidos y apocados, sujetos a las rigurosas leyes morales y penales que hemos presentado en las primeras páginas, y las costumbres y ritos que hemos estudiado después. Iban en la vida corriente decentemente vestidos y, sin embargo, era norma el desnudo ritual; se castigaba el homicidio y, en cambio, eran crueles en la guerra y tenían trofeos y sacrificios humanos; estipulaban los más severos castigos a las transgresiones de la exogamia, pero después ésta se convertía en papel mojado en las orgías preguerreras y agrícolas; y tomaban el mito de Hunzahúa, sobre el cual nos hemos ocupado hace años, para justificar el incesto entre hermanos.

El contraste entre lo que podemos llamar vida normal y cotidiana, basada en normas sociales rígidas, y la transgresión lícita de las mismas en ciertos períodos determinados, tiene su explicación en que la sociedad no puede admitir la anarquía más que de una manera temporal y en ciertas y determinadas condiciones. La base de la sociedad es la familia y el trabajo. Esta exige del hombre una conducta razonable y continua en consideración a un beneficio ulterior,

además de satisfacer las necesidades naturales más urgentes. Pero cuanto más alto sea el nivel cultural del pueblo mayormente el trabajo interesa a la colectividad social y, por tanto, le preocupa no sólo el oponerse a la violencia sino también el encauzar las transgresiones convirtiéndolas en fiestas sagradas. Según R. CAILLOIS, las fiestas son un remedio del desgaste del mecanismo social y por eso las instituciones «deben regenerarse también periódicamente, purificándose de los 'detrítus' envenenados que representan la parte nefasta dejada en cada acto que se realiza en bien de la comunidad, pero que supone una contaminación para quien asume la responsabilidad».

Es curioso encontrar en R. CAILLOIS la cita siguiente, relativa a esta purificación y eliminación de los residuos impuros: «En China se acumulan las basuras, es decir, los restos diarios de la vida doméstica, junto a la puerta de la casa, para desembararse de ellas con precaución, durante las fiestas de renovación del año, porque contienen, como toda suciedad, un principio activo, que debidamente utilizado puede traer la prosperidad», puesto que tiene correspondencia con otra fiesta que celebraban los muiscas.

Tal es la de la quema de las basuras descrita sólo por el P. SIMÓN y que, ya sea por la mala transcripción o por las numerosas erratas de la edición de MEDARDO RIVAS, apenas se comprende. En resumen, se quemaba toda la basura de las casas, que sacaban al campo; los muchachos eran lavados y azotados y, después de haber traído presentes y ser engalanados, corrían por los cerros. La fiesta terminaba con los brevajes acostumbrados y, si es cierta nuestra interpretación del texto, se hacía para que no hubiese hambres.

La fiesta es la suspensión del orden del mundo, en ella lo importante es obrar al contrario que en la vida cotidiana. El desenfreno y la violencia de todo orden no sólo son permitidos sino necesarios para re-crear el Mundo, que ha perdido su vigor y al cual hay que vivificar. De igual manera los sacrificios humanos tenían por fin, concretamente entre los muiscas, alimentar al Sol y contentarlo. Específicamente señala el P. AGUADO que «cuando algunas secas les sobrevienen, dicen que el Sol, su dios, está enojado porque no le proveen de mantenimientos; y así, para aplacar su furor y darle de comer, y que no retenga las lluvias, le hacen muy grandes sacrificios de gente humana».

Pero acabada la fiesta, vivificados los poderes sobrenaturales y el Mundo, vuelven las aguas a su cauce. Según R. CAILLOIS: «Vuelven a alzarse barreras entre los hombres y mujeres; las prohibiciones sexuales y alimenticias entran de nuevo en vigor. Una vez concluída

la restauración, la fuerza de los excesos necesarios a la regeneración debe ceder el sitio al espíritu de la medida y de la docilidad... Al frenesí sucede el trabajo: al exceso, el respeto y lo *sagrado de reglamentación*, el de las prohibiciones, organiza y hace durar la creación conquistada por lo *sagrado de infracción*».

BIBLIOGRAFIA

- AGUADO, FR. PEDRO DE — Recopilación histórica resolutoria de Sancta Marta y Nuevo Reino de Granada de las Indias del Mar Océano. Edición de la Real Academia de la Historia. Madrid, 1930.
- BATAILLE, GEORGES — L'Érotisme. Paris, 1957.
- BENNETT, WENDELL C. — Ancient Arts of the Andes. The Museum of Modern Art. Nueva York, 1954.
- CAILLOIS, ROGER — L'Homme et le Sacré. (Especialmente el cap. iv, «Le sacré de transgression: théorie de la fête»). Paris, 1939.
- CASTELLANOS, JUAN DE — Historia del Nuevo Reino de Granada. Publicada por primera vez por don Antonio Paz e Meliá. Colección de escritores castellanos. Historiadores, Madrid 1889.
- CRÉQUI-MONTFORT, G. DE; RIVET, P., et ARSANDAUX, H. — Contribution à l'étude de l'archéologie et de la métallurgie colombiennes. Journal de la Société des Américanistes de Paris, nouv. série. T. xi, págs. 525-591. Paris, 1914-19.
- Épitome de la Conquête del Nuevo Reino de Granada* — Colección de documentos inéditos sobre la geografía y la historia de Colombia, recopilados por Antonio B. Cuervo, Bogotá. T. II, págs. 201-218, 1892.
- FERNANDEZ DE OVIEDO, GONZALO — Historia General de las Indias, Islas y Tierra firme del Mar Océano. Edición de la Real Academia de la Historia, dirigida por don José Amador de los Ríos, Madrid, 1852.
- HERRERA, ANTONIO DE — Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra firme del mar Océano. Edición de Editorial Guaranía. Asunción, Paraguay, 1947.
- PÉREZ DE BARRADAS, JOSÉ — Interpretación de un mito chibcha. Revista de las Indias. Vol. I, núm. 4, págs. 12-16, Bogotá, 1936.
- Colombia de Norte a Sur. Madrid, 1944.
- Los Muisca antes de la Conquista, 2 t., Madrid, 1950-51.
- Estado actual de los estudios etnológicos sobre los muisca del reino de Nueva Granada (Colombia). Miscelánea americanista, t. III, Madrid, 1952.
- Les Indiens de l'Eldorado. Etude historique et démographique des Muisca de Colombie. Paris, 1955.
- RODRIGUEZ FREILE, JUAN — El Carnero. Conquista y descubrimiento del Nuevo Reino de Granada de las Indias occidentales del mar Océano y fundación de la ciudad de Santafé de Bogotá, etc. Prologo y notas de J. M. Henao. Bogotá, 1935.
- SIMON, FRAY PEDRO — Noticias históricas de las conquistas de Tierra Firme en las Indias occidentales.. Edición de Medardo Rivas, Bogotá, 1882-92.

«Fanta-Ghirò» ou «A Donzela que vai à guerra»

POR

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

O conto tradicional italiano intitulado «Fanta-Ghirò» tem para nós portugueses um grande interesse. Trata-se, nada mais nada menos, do inspirado romance popular «A Donzela que vai à guerra» posto em prosa. Vamos provar esta afirmação comparando as passagens fundamentais da narrativa italiana, com as diferentes versões do romance português. Não podemos esquecer as variantes brasileiras pelo interesse que revestem. Seria curioso também comparar a novela com as diferentes lições em verso do romance na literatura oral italiana e espanhola. Em prosa e em forma de narrativa só conhecemos «Fanta-Ghirò» da tradição italiana. Na «Fanta-Ghirò» surgem alguns pormenores secundários, que não vêm citados nas diferentes lições de «A Donzela que vai à guerra». O mesmo acontece com algumas passagens do romance às quais não se fazem referência na novela italiana.

MARC MONNIER diz o seguinte no seu livro «Les Contes Populaires en Italie»: «Gherardo Nerucci recolheu em Montale-Pistoiese uma narrativa muito curiosa que não é um conto de fadas, mas sim a história duma heroína chamada Fanta-Ghirò. A narradora Luísa Ginanni conta esta aventura, numa prosa ritmada que se assemelha aos romances espanhóis» (1).

Estudando todas as versões luso-brasileiras que nos foi dado conhecer, podemos confirmar a nossa afirmação. Principia a novela italiana intitulada «Fanta-Ghirò» por nos dizer que, em tempos idos, havia um rei que tinha três filhas muito bonitas e que se chamavam, a mais velha, Carolina, a do meio, Assunção e, a mais nova, Fanta-Ghirò. Em nenhuma das versões portuguesas se indica o nome das três filhas, mas encontra-se o nome de uma delas. Assim a nossa heroína é Leonor, na variante «Dom Marcos» de Loulé (Algarve) (2) e D. Guiomar numa

variante de Lisboa recolhida por ALMEIDA GARRETT (3). A seguir sabe-se, pela versão italiana, que o rei sofria duma doença incurável e que por isso não podia sair do quarto. Um belo dia, as filhas do rei perceberam que se estava a passar qualquer coisa de muito grave, e perguntaram ao pai o que acontecera. Este respondeu, muito triste, que um poderoso rei dum país vizinho lhe tinha declarado guerra e que ele, devido ao seu precário estado de saúde, não poderia comandar os seus exércitos.

O caso ainda assumia maior gravidade, porque, além disso, não tinha um bom capitão para o substituir.

Na versão portuguesa mais antiga que se conhece, intitulada «O Rapaz do Conde Daros», citada na Aulegrafia de JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS, pode ler-se o seguinte:

*Pregonadas son las guerras
De Francia contra Aragone...
Como las haria triste
Viejo cano y pecador?... (4)*

Em quase todas as versões portuguesas, indica-se o campo de batalha e quais foram os reinos em conflito. No entanto, em algumas variantes, como, por exemplo, em «Dom Carlos e D. Leonor», versão de Vila Nova de Gaia, não se indica o local da batalha nem os povos em guerra, tal como acontece na novela italiana (5). Na variante «Dom Martinho», de Porto da Cruz (Ilha da Madeira), o pai lamenta-se por estar muito velho e cansado e não ter um filho varão para dirigir os seus exércitos:

*Coitado de mim, sou velho
Guerras já p'ra mim não são
De duas filhas que tenho
Sem nenhuma ser varão! (6)*

Na variante de «Dom Carlos», Areias (Santo Tirso), verifica-se que o velho guerreiro é um rei que, lamentando a sua pouca sorte, acusa a própria mulher:

*Mal hajas tu rainha,
Mal haja a tua geração... (7)*

Pela variante intitulada «Romance da donzela que foi à guerra», de Vitória (Brasil), fica-se a conhecer o nome do monarca:

*Grande guerra se apreguou
Contra El-Rei D. João. (8)*

Enquanto em «Fanta-Ghirò» as três filhas se oferecem sucessivamente ao pai para servirem de capitão, nos romances portugueses apenas uma filha entra em acção. Na variante portuguesa «D. Carlos», de Areias (Santo Tirso), verifica-se que a filha mais nova se oferece heróicamente para substituir o pai no comando dos exércitos:

*A filha mais nova,
Ouvindo diz: — sou varão,
Dê-me espada e cavalo,
Qu'eu sirvo de capitão. (7)*

Para que fique bem gravada a decisão da intemerata donzela, vale a pena transcrever, da variante «Dom Martinho», de Porto da Cruz (Ilha da Madeira), os seguintes versos:

*La mais moça respondeu,
De seu forte coração:
Dai-me armas e cavalo,
Las guerras p'ra mim serão. (6)*

Na narrativa italiana, Fanta-Ghirò, a filha mais nova, pediu ao pai que a deixasse comandar os exércitos, como se fosse filho varão. Seria um forte e ousado capitão. O rei, ao ouvir isto, objectou que a guerra não era coisa para mulheres e que também era muito nova. Compare-se isto com algumas passagens das variantes portuguesas do romance «A Donzela que vai à guerra».

A filha insiste em ir para a guerra em substituição do pai. Na versão intitulada «Donzela que vai à guerra», de Machico (Ilha da Madeira), pode ler-se:

*Pai, armai-me cavaleiro
Homem serei, mulher não.
E por vós farei las guerras. (6)*

ou em «Hoje s'apregoam guerras», de Caniço (Ilha da Madeira):

*Dai-me vós licença pai,
Não me falta coração. (6)*

E, ainda na mesma versão, a donzela declara ao pai, peremptòriamente:

Irei eu por vós à guerra. (6)

Perante o assombro do pai, a filha insiste no pedido, como se pode ver em «Dom Varão», de Ribeira do Nabo, Ilha de S. Jorge (Açores):

*Venham armas e cavalo
Quero ser filho varão. (9)*

Enquanto na narrativa italiana as objecções do pai se resumem, como atrás se viu, apenas em duas: a guerra não ser para mulheres e a pouca idade da donzela, nas variantes portuguesas do romance as objecções são muitas. Assim o pai chama a atenção para determinados pormenores que iriam denunciar o sexo, tais como a expressão dos olhos, a configuração dos ombros, a forma dos seios, a delicadeza das mãos, a pequenez dos pés, a maneira de andar, o aspecto das pernas, os cabelos compridos, os lábios vermelhos, a falta de barba, as orelhas furadas, a beleza do rosto, a largura dos quadris, o nome de mulher e finalmente o perigo dela se apaixonar por algum valente soldado.

A donzela guerreira convenceu o pai, depois de destruir, uma por uma, todas as objecções. Por fim, o pai acabou por consentir. Na narrativa italiana, diz-se: «Fanta-Ghirò vestiu a armadura, segurou na espada e na pistola, montou a cavalo e partiu à frente das suas tropas». Nas variantes portuguesas do romance, depois do pai lhe dar a bênção, a donzela teria pedido, segundo o que ensina a versão de Vassouras (Brasil), intitulada «Dom Carlos ou história de D. Guiomar»:

*Venham armas e cavalo
Que eu serei filho varão.
Venham calças, venham armas
Venha apertado gibão.
Venham esporas douradas
Venha também um guião. (10)*

Na variante «Leão Marques», de Montalegre, encontra-se a resposta do pai:

*Vou mandar um dos criados
Dar-te espada e cavalo. (11)*

Mas, onde o caso fica bem esclarecido, é no «Romance da dama guerreira», de Pernambuco (Brasil):

*Não me resta um só varão,
Para me valer agora
Nesta triste ocasião.
Mandai-me, senhor, à guerra
Que eu servirei de varão.
Como poderá isto ser,
Filha do meu coração,
Quando te virem na guerra
Logo te conhecerão. (12)*

Mais adiante, na mesma versão, o pai dá a autorização pedida:

*Já que queres, minha filha,
Guerrear em Aragão
Eu te concedo licença
Te boto minha benção. (12)*

A donzela, segundo a variante de «Leão Marques», de Montalegre, despediu-se do pai:

*Um abraço ao seu pai deu;
Montando, foi para a guerra;
E com valor combateu. (11)*

Na versão «Dom Martinho», de Porto da Cruz (Ilha da Madeira), verifica-se que:

*Vestida de suas armas,
Montando seu alazão
Foi la donzela p'r'as guerras.
Que nem que fosse varão. (6)*

Segundo a narrativa italiana, Fanta-Ghirò encontrou-se no campo de batalha com o exército inimigo, comandado por um belo príncipe. Quando o príncipe a viu, ficou fortemente impressionado e suspeitou de que se tratava de uma mulher disfarçada de homem. Sob esta ideia propõe-lhe que se encontrem no palácio dele e discutam o problema antes de se iniciarem as hostilidades. Fanta-Ghirò aceitou e partiu para casa do príncipe inimigo. Este, antes da conferência, procurou a rainha mãe e disse-lhe profundamente perturbado:

*Fanta-Ghirò é tão doce e tão bela!
A sua voz canta e o seu olhar brilha!
Deve ser uma donzela! (1)*

Nas variantes portuguesas, o caso é posto de forma semelhante. Assim, por exemplo, na versão de Loulé (Algarve), pode ler-se:

*Ai, minha mãe da minha alma,
Morro-me do coração.
Os olhos de Dom Martinho
São de mulher, de homem não. (2)*

O drama do homem apaixonado está bem descrito na lição de Machico (Ilha da Madeira):

*Minha mãe, aqueles olhos
São de mulher, de homem não,
Los olhos de Dom Martinho
Mal cabo de mim darão. (6)*

Ou na versão de Vassouras (Brasil):

*Minha mãe, eu trago dores
Dentro do meu coração. (10)*

A mãe, nas lições luso-brasileiras do romance, aconselha o filho a sujeitar o soldado a inúmeras provas para esclarecer em definitivo o seu verdadeiro sexo: acompanhá-lo ao pomar, ao quintal, ao jardim para ver se ele gostaria de determinadas flores, ou fruta ou hortaliça tanto do agrado das mulheres; ir com ele jantar, porque se ele se sentasse em cadeiras baixas denunciaria o seu sexo, ou ainda

a passear ou a merendar ou cear, ou na maneira de cortar o pão e o queijo, ou acompanhá-lo à feira, ao mercado ou à tenda, para o tentar a comprar vestidos ou fitas, corais, rendas ou jóias. Noutras provas também incita o filho a desafiá-lo para caçar, ou até namorar as moças, e, se isto não bastar, a ir à taberna, ou a nadar ou a dormir com ele. Na narrativa italiana apenas são referidas quatro tentativas: levá-lo a uma sala de armas, acompanhá-lo ao jardim, convidá-lo a jantar e finalmente a tomar banho juntos. Na novela italiana, as duas filhas mais velhas não conseguem fazer o papel de filho varão, porque, ao ver umas lindas canas, uma denuncia o sexo dizendo que faria com elas excelentes rocas, e a outra não resiste à tentação, ao observar uma quantidade de estacas bem firmes, de exclamar que elas seriam ótimas para fabricar fusos (1). Nas versões luso-brasileiras do romance não se fala neste assunto. Há uma referência à roca numa versão espanhola das Astúrias (13).

Voltemos a confrontar a novela italiana com as lições de «A Donzela que vai à guerra».

Para principiar, a mãe, na narrativa italiana, aconselha o filho a levá-la a uma sala de armas, porque, se for mulher, passará pelas armaduras sem reparar nelas. O príncipe assim fez, mas qual não foi o seu espanto ao ver Fanta-Ghirò pegar numa espada e brandi-la com a maior perícia; depois, disparou as espingardas, bem como as pistolas, como se fosse um guerreiro experimentado. O príncipe, muito triste, foi ter com a mãe e contou-lhe o que se tinha passado.

Na variante portuguesa da Ilha Terceira (Açores), pode ler-se:

*Convidai-o vós, meu filho,
Para ir convosco feirar,
Porque, se ele for mulher,
As fitas se há-de pegar. (9)*

A donzela guerreira não se deixou enganar, tal como informa a variante de Ribeira do Nabo, Ilha de S. Jorge (Açores):

*Dom Varão como discreto
As espadas se apegou.
Oh que rica espada esta
Para Dom Varão brigar. (9)*

Ou como ensina a versão de Maçores:

*Oh que facas e pistolas
Para um homem batalhar. (14)*

Na narrativa italiana, o príncipe procurou a mãe e contou-lhe o que se tinha passado. A mãe aconselhou-o a não desanimar e a que o convidasse a acompanhá-lo ao jardim, porque, se for mulher, ela colherá violetas e rosas para as colocar no peito. Se, pelo contrário, for um homem, irá cortar um belo jasmim de Espanha e pô-lo-á na orelha.

O príncipe conduziu-o ao jardim, e Fanta-Ghirò não ligou a mínima importância às rosas nem às violetas, mas colheu um jasmim de Espanha e pô-lo na orelha. Nas diferentes variantes luso-brasileiras não aparecem nem as violetas, nem o belo jasmim de Espanha, mas sim rosas e cravos, tal como ensina a variante de Lisboa, referida por ALMEIDA GARRETT:

*Convidai-o vós, meu filho,
Para ir convosco ao jardim
Que se ele mulher for
Co'as rosas se hà-de tentar. (3)*

A isto, responde categoricamente, tal como ensina a variante de Porto da Cruz:

*Lindos cravos são p'ra damas
Quem las fora convidar;
Los homens não querem cravos
Mas rosas... p'ra desfolhar. (6)*

Ou ainda, como diz a versão de Vassouras (Brasil), lembrando o sentido marítimo dos portugueses:

*A donzela por discreta
No carvalho foi pegar:
— Com este lenho faria
Barco para navegar. (10)*

Na narrativa italiana, depois de o príncipe ter relatado à mãe o que se passara no jardim, esta aconselhou-o a que o convidasse para

jantar e se o vires cortar o pão junto do peito, podes ter a certeza de que é uma mulher. Se, pelo contrário, cortar o pão no ar, trata-se de um homem. Fanta-Ghirò cortou o pão sem o apoiar no peito.

Na variante portuguesa «Dom Barão», da Foz do Douro, encontra-se textualmente:

*Convida-o tu meu filho,
Que contigo vá cear,
Porque no partir do pão
Se virá a delatar,
Que se ele o partir no peito
Por mulher se hà-de mostrar.
Dom Varão como discreto
De nada se recebeu
Pegou na faca de ponta,
Pão e queijo estransinou. (5)*

Depois de todos estes insucessos, a mãe, no conto italiano, aconselha o filho a fazer uma última experiência: convidá-lo a tomar banho no tanque grande. Se recusar, é de presumir que seja mulher. O príncipe foi ter logo com Fanta-Ghirò e disse-lhe para tomar banho com ele. Anuiu, desde que se banhassem só no dia seguinte. Imediatamente mandou um criado fiel, a seu pai, pedindo-lhe que lhe enviasse uma carta o mais rapidamente possível, dizendo que estava às portas da morte.

No dia seguinte, pelo meio-dia, o príncipe esperou-o junto do tanque. Fanta-Ghirò ao chegar declarou: ainda não posso tomar banho porque estou a suar, e tenho medo de me constipar. Com isto só queria ganhar tempo, a ver se a mensagem chegava. Às horas passavam e o emissário sem aparecer. O príncipe renovou o pedido: vamos tomar banho! Fanta-Ghirò replicou: estou doente, sinto muitos arrepios nas costas e nas pernas. O príncipe declarou que tudo isso era apenas impressão. O banho até lhe iria fazer bem. Neste momento aproximou-se um dragão a cavalo, apeou-se e entregou uma carta a Fanta-Ghirò. Esta abriu-a, leu-a e, mostrando-se aflita, disse ao príncipe: quando sinto arrepios é sempre sinal de mau agouro. Acabam de me chegar más novas: meu pai está a morrer e quer ver-me quanto antes. Tenho de partir. Façamos a paz, e logo que puder venha visitar-me ao meu reino; lá tomaremos banho ao mesmo tempo...

O príncipe ficou tristíssimo, mas não teve outro remédio senão concordar. Fez a paz e deixou partir Fanta-Ghirò.

Esta, antes de abandonar o seu quarto, deixou escrito um bilhete sobre o genuflexório:

*Fanta-Ghirò chegou como mulher
E como mulher partiu.
As minhas saudações.*

No dia seguinte, o príncipe deu uma volta pelos aposentos onde estivera hospedada a princesa, e qual não foi o seu espanto ao ler o bilhete que Fanta-Ghirò deixara. Foi logo procurar a mãe e mostrar-lhe o papel. Minutos depois, montou a cavalo e dirigiu-se a toda a velocidade para o palácio de Fanta-Ghirò. Mal se viram caíram nos braços um do outro e pouco depois casaram. Quando o soberano morreu, o príncipe e Fanta-Ghirò ficaram a ser os soberanos dos dois reinos unidos, e foram sempre muito felizes.

Nas diferentes variantes portuguesas do romance, a mãe aconselha o filho a ir nadar, tal como ensina, por exemplo, a lição de Goa:

*Convidai-o vós, meu filho,
Para convosco nadar,
Porque se ele for mulher,
Desculpas vos há-de dar. (15)*

A donzela anuiu, em princípio, mas, antes de o fazer, mandou a toda a pressa uma mensagem, tal como diz a lição da Foz do Douro:

*Dom Barão como discreto
De nada se recebeu;
Chamou pelo seu criado
Uma carta lhe entregou... (5)*

O capitão continuava a insistir, e a donzela fazia tudo o que podia para evitar o banho, até que chegasse a resposta à carta urgente que escrevera, tal como se pode ler na variante de Loulé:

*O príncipe entrou na água,
Leonor a passear.
Vinde, vinde, oh Dom Marcos
Vinde, p'ra dentro do mar.
Banhar, príncipe, banhar,
Tenho o corpo a suar.
Vinde, vinde, oh Dom Marcos
Vinde, p'ra dentro do mar. (2)*

O príncipe insistiu tanto que a donzela guerreira não teve outro remédio senão preparar-se para tomar banho, como informa a variante de Elvas:

*Tinha uma bota descalça,
É outra por descalçar...* (16)

Ou como se lê na variante da Ilha Terceira:

*A donzela por discreta,
Começou-se a desnudar...* (3)

Neste momento, segundo a mesma versão, chegou a desejada mensagem:

Quando lhe veio a notícia... (3)

Ou, ainda na mesma lição:

Traz-lhe o seu pagem uma carta... (3)

A donzela afasta-se da água e finge ler atentamente a mensagem. O príncipe pergunta, desolado, segundo a versão de Machico:

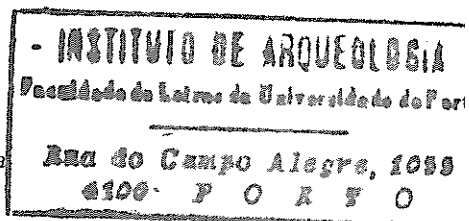
*Onde ides, Dom Martinho?
Assim me deixas ficar?* (6)

A donzela, segundo a versão de Ribeira do Nabo, grita de emoção:

*Oh que novas, oh que novas
Que acabam de chegar...* (9)

Ou, segundo a variante de Areias:

*Oh que ao meu coração chega
Uma carta tão sentida...* (7)



E segundo a variante da Ilha Terceira:

Pôs-se a ler e pôs-se a chorar... (3)

Que novas seriam essas, que obrigaram a donzela a chorar?
Segundo a variante de Porto da Cruz:

*Esta carta que me diz
Que meu pai está a acabar!* (6)

E por isso, segundo a versão de Machico, a donzela despediu-se do capitão, dizendo:

*Cá me vou p'rá minha terra;
Meu pai me manda chamar.* (6)

O capitão não teve outro remédio senão deixá-la partir. Neste momento, a donzela sentiu que não podia abandonar o capitão e perguntou-lhe se a queria acompanhar a casa de seu pai. Mostrando-se mulher e apaixonada, segundo a lição de Porto da Cruz, disse em voz alta:

*Se quereis sê-lo meu marido,
Minha mão vos quero dar.* (6)

E logo a seguir, na versão da Covilhã:

*Venha a casa de meu pai
Se comigo quer casar.* (5)

O príncipe, todo contente, disse que a acompanharia, segundo a lição de Porto da Cruz:

*Filho de el-rei que tal ouve,
Já não morre de paixão.
E lá se vai a palácio
Tomar da mãe la benção;
Lá se vai com Dom Martinho,
Sem penas no coração.* (6)

Na versão da Ilha Terceira:

*Monta, monta, cavaleiro!
Se me quer acompanhar.
Chegavam a uns altos paços*

*Foram-se logo appear.
Senhor pai, trago-lhe um genro
Se o quiser aceitar. (3)*

Na lição de Goa, o pai recebeu a donzela guerreira com a maior ternura e alegria:

*Oh meu filho, quem é esse,
Que vos vem acompanhar? (15)*

Responde a donzela:

*É, senhor, um genro vosso.
Se o quiserdes aceitar. (15)*

Na versão da Ilha Terceira, a donzela acrescentou:

*Foi meu capitão na guerra
De amores me quis contar... (3)*

O pai abraçou os dois queridos filhos e anunciou o casamento. Segundo a versão da Ilha Terceira, a donzela disse ao pai:

*Sete anos andei na guerra
E fiz de filho barão;
Ninguém me conheceu nunca
Senão o meu capitão.
Conheceu-me pelos olhos
Que por outra cousa não! (3)*

Na versão de Vila Nova de Gaia, ela declara:

*Honra trouxe da minha terra,
Honra torno a levar. (5)*

Cheia de orgulho, segundo uma variante dos Açores, voltou a afirmar:

Donzela vim e donzela vou! (9)

Passado algum tempo realizava-se o casamento do príncipe com a donzela guerreira, tal como afirma a lição de Montalegre:

*E dali a poucos dias
As bodas se celebraram. (11)*

BIBLIOGRAFIA

- 1) MARC MONNIER — Les Contes Populaires en Italie, Paris, 1880.
- 2) FRANCISCO XAVIER D'ATHAIDE OLIVEIRA — Romanceiro e Cancioneiro do Algarve, Porto, 1905.
- 3) ALMEIDA GARRETT — Romanceiro, vol. III, Lisboa, 1875.
- 4) JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS — Aulegrafia, Lisboa, 1619.
- 5) TEÓFILO BRAGA — Romanceiro Geral Português, vol. I, Lisboa, 1906.
- 6) ÁLVARO RODRIGUES DE AZEVEDO — Romanceiro do Arquipélago da Madeira, Funchal, 1880.
- 7) AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA — Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, vol. III, Porto, 1948.
- 8) GUILHERME SANTOS NEVES — «A Gazeta» Vitória, n.º de 30-XII-1956.
- 9) TEÓFILO BRAGA — Cantos Populares do Archipelago Açoriano, Porto, 1869.
- 10) JOAQUIM RIBEIRO e WILSON W. RODRIGUES — Romanceiro Tradicional do Brasil, 1.º Congresso Brasileiro de Folclore-Anais, vol. II, Rio de Janeiro, 1951.
- 11) AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA — Tradições Populares de Montalegre, «Revista dos Liceus», n.ºs 8, 9, 10, Porto, 1916.
- 12) FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA COSTA — Folk-Lore Pernambucano, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», Tomo LXX, Rio de Janeiro, 1908.
- 13) MENÉNDEZ PELAYO — Antologia de Poetas Líricos Castelhanos, vol. IX, Madrid, 1945.
- 14) ABADE JOSÉ AUGUSTO TAVARES — Romanceiro Transmontano, «Revista Lusitana», vol. IX, Lisboa, 1906.
- 15) JOSÉ MARIA DA COSTA e SILVA — Isabel ou a Heroína de Aragom, Lisboa, 1832.
- 16) A. THOMAZ PIRES — Lendas e Romances, Elvas, 1920.

Apodos o motes españoles

(Ensayo de Antroponimia popular
con vocabulario médico)

POR

ANTONIO CASTILLO DE LUCAS

Médico

GENERALIZACIÓN DE LOS MOTES

Cuando, hace 36 años, al mes de Licenciarme en Medicina, fui a ejercer la profesión como Titular suplente en El Alamo (Madrid), el primer aviso que recibí, fué para visitar al tío Cazuelo, no me chocó el apodo, pues en la lista de igualados, la mayoría de los vecinos tenía sobrenombre tras el patronímico, y en algunos el mote sustituía a los apellidos, es decir que les era familiar; recuerdo, entre otros, el de Botija, Cartucho, Calabaza, Juan Dientes, Galguilla, Picatres, El Gordo, Curita, La Fresquera, Los Bargueños. De pueblos pequeños, en otras provincias, conocía también infinidad de apodos, muchos familiares, transmitidos y cuyo origen se pierde por su antigüedad.

Los motes no sólo son personales y familiares, se extienden también a cuantos son naturales o habitan en una localidad o comarca, estos sobrenombres derivan del de la etimología del pueblo, historia, etc. (gentilicios), o por algún carácter real o figurado (dictados tópicos) y aun cabe extenderlo a las provincias, naciones y razas (1).

Todas las clases sociales usan también de sobrenombres. Los toreadores, al menos los antiguos, no prescindían del *alias* (por otro nombre). Los cupletistas tenían un *nombre artístico* más o menos fantástico. La gente de bronce era conocida por su *nombre de guerra*, amén de los nombres postizos para esquivar a la policía. Los escritores firmaban con *seudónimos* ciertos trabajos leves, así lo hacía «Decio Carlan», en el Siglo Médico y cuando el trabajo era erudito y científico dábale su nombre y apellido, Dr. Carlos Cortezo, siempre de grata

memoria por ser el fundador del Colegio de Huérfanos de Médicos. En los círculos intelectuales, políticos y sociales de altura, pónense apodos ingeniosos y punzantes, muchas veces en verso como agudos epigramas y otras por desgracia de maligno sentido calumniador, como ofensivo *dicterio*.

En la aristocracia, los títulos nobiliarios, y en las jerarquías de todo orden se sustituye el nombre propio por el del cargo o el blasón lo cual no deja de ser una forma de dignificar el mote que en heráldica tiene la definición de ser la divisa o lema de un escudo o entidad expresado en sentido filosófico y secreto para su interpretación, así el mote o lema que el Dr. Velasco puso en el Museo Antropológico fué la famosa divisa del Templo de Delfos: «Nosce te ipsum» (conócete a ti mismo).

Los reyes han pasado en todos los países a la historia con un calificativo, unas veces honroso como Alfonso X el Sabio, otras en entredicho, cual Fernando IV el Emplazado y aun condenable como el de Pedro el Cruel.

Los oficios y profesiones dan también sobrenombre honroso al que los ejerce si los primeros son dignos, el pueblo sin embargo los dá un calificativo burlesco: picapleitos, matasanos, sacamuélas, etc.

Dos formas de sobrenombres, son hoy, en las ciudades, muy generalizados; uno es el anagrama que consiste en poner las sílabas del nombre al revés, ejemplo del mismo es el Dr. Thebussem, que significa embuste, la *hache* y la *doble ese*, las puso su autor, D. Mariano Pardo de Figueroa, para despitarse. En medicina conocimos una pomada que se llamaba «Toberal» que quiere decir «Alberto» de atrás adelante. Las siglas son nombres formados por las iniciales, forma ésta de gran utilidad telegráfica y propagandística, en muchas entidades farmacéuticas y preparados como el A. C. T. H.

Prueba de la universalidad del uso de los sobrenombres, es la existencia de la palabra mote, apodo y sinónimas en todos los idiomas cultos así como la mención de apodos con sus variantes en las obras de Filología, Psicología y Etnografía.

OBJETO DE ÉSTE ENSAYO

La tradición y generalidad de los apodos y el triple interés que para la lengua representan en el origen los nombres, la psicología y el modo de ser y de vivir de los hombres en su ambiente, nos ha estimulado a bosquejar éste artículo, empleando sólo apodos que tengan

relación con la medicina, tanto por su vocabulario como por la nomenclatura de las cualidades antropológicas.

Tres autores fundamentales vamos a citar como orientación bibliográfica, con el fin de orientar al que desée ampliar estas notas, en cada uno de estos tres aspectos:

a) *Filología*. En la monumental obra de Antroponimia portuguesa (nombre creado por el Dr. LEITE DE VASCONCELLOS, médico y etnógrafo cuyo centenario de su nacimiento se conmemorará en el presente año en Oporto con unos Coloquios etnográficos) y en la que puede estudiarse el origen de los nombres y apellidos, partiendo de apodos que, primitivamente se aplicaron para nombrar y diferenciar las personas, calificativos que se toman del lugar de origen, caracteres físicos, defectos, cualidades psicológicas, aficiones, minerales, plantas y animales y que con el transcurso del tiempo constituyeron los patronímicos adquiriendo más tarde el carácter de sobrenombres o apodos más que ya para diferenciar — excepto en las aldeas pequeñas donde no hay variedad de apellidos por ser todos de la misma familia — en el sentido de motejar o calificar ofensivamente al apodado (2).

b) *Psicológicos*. En el ensayo de JULIO CARO BAROJA, titulado «Sociocentrismos» puede encontrarse la clave de toda esta serie de motes referentes a los pueblos como tales sociedades o agrupaciones de individuos, calificativos no siempre gratos a los vecinos de las comarcas inmediatas y que pueden basarse en estos tres principios: 1.º — Que lo mejor es lo propio; 2.º — Peor, lo de los demás; 3.º — Lo peor lo de uno de los vecinos más próximos (3).

Igual podríamos decir de los motes personales, que el apodador y los que luego aprueban el dicho, repitiéndolo con perversa intención, motejan a sus propios compañeros, éste que podíamos llamar egocentrismo, proviene de que el que pone el mote «vé la paja en ojo ajeno, y no la viga en el propio».

En coplas y refranes, hay infinidad de apodos de realce para el pueblo propio y de vituperio para los circunvecinos, que no interesa divulgar por apasionado sociocentrismo.

c) *Etnográfico*. En las colecciones de apodos de Don GABRIEL MARIA VERGARA, expuestas en el Diccionario y en el Refranero Geográfico, así como en monografías dedicadas a los apodos de Guadalajara, y Burgos (4), nos prueban como los motes proporcionan interesantes referencias sobre costumbres, oficios, creencias, mitos, leyendas y modos de vivir del hombre en una comarca o localidad.

No hay que dar a los apodos un valor absoluto, especialmente, en

el aspecto psicológico por la simpatía y antipatía, personal y de vecindad, un ejemplo patente lo tenemos en un refrán que según el maestro CORREA en el siglo XVII figura en el original de la colección del Comendador Hernán Nuñez y que decía: «Amigo Salamanqués, ni lo tomes ni lo des», pero como el compositor de la imprenta era de Salamanca, sustituyó al de su ciudad, por «Cordobés». Tengo la evidencia que muchos apodos locales es porque sencillamente en el pareado o en la copla «pega» el mote con el pueblo apodado.

Los de carácter filológico, son más verdaderos, aunque saquen a relucir algún defecto del pueblo, apodo que en algún caso puede llegar a hacerse histórico y honrosísimo, e incluso epónimo, tal es en Castrillo de Duero (Burgos), que tienen el mote de empecinados, porque, por éste pueblo, pasa un riachuelo de aguas oscuras por el fango y materias bituminosas que arrastra, a este lodo sucio se llama *pecina*. Seguramente, ocultarian pudorosamente el mote, los naturales, hasta el siglo XIX en que un hijo de esta localidad, Juan Martín, «El Empecinado», se hizo famosísimo como heroico guerrillero de la Independencia, ésta figura histórica, «vista por un inglés», ha sido traducida por el Dr. MARRAÑÓN (5) y en esta obra podemos admirar sus heroicas hazañas frente a las tropas de Napoleón. Con los apodos de carácter etnográfico, especialmente los relacionados con el clima y los productos alimentarios pudiera hacerse un buen índice de selección agrícola, de utilidad gastronómica (6).

VOCABULARIO EN TORNO A LA MEDICINA

La índole de nuestro trabajo nos impide utilizar otra clasificación más completa que aquella de apodos colectivos e individuales y dentro de ellas aludir a los de carácter antropológico, racial, morfológico, color, defectos físicos, caracteres psicológicos, oficios y modos de vivir, enfermedades, creencias, topografía, históricos-médicos, etc., etc. Huelga advertir que para no ofender a los habitantes de los pueblos ni a los individuos cuando sean motes personales, prescindiremos de localizarlos; quédese su expresión completa para las obras de especialización donde puede encontrarlos, excepto los de nuestra propia investigación.

a) *Colectivos*

Raza. — El mote de *judíos* lo tienen muchos pueblos, sólo en Guadalajara hay cinco que se les conoce por éste apodo. En otros los

llaman *rabudos* por creer que tienen un apéndice caudal, en una copla se alude así a los de un pueblo de la Rioja:

*Judios de la Bastida
no vayais por Briñas a Haro
porque os saldrán al camino
y os podrán cortar el rabo.*

Esta idea de que los que pertenecen a esta raza tienen cola es falsa, como comprobó el profesor PIRES DE LIMA, J. A., catedrático de Anatomía de Oporto, en varios casos de rabudos y judíos, este mote o *alcunha* es frecuente también en Portugal (7).

Tampoco tienen simpatías los *negros* y los *moros* y a ellos les ofende que se les llame así por su color, pues creen que son sólomente *morenos* también una copla expone éste rencor racial; aunque en España en verdad no ha constituido nunca un problema divisorio, prueba de ello es el mestizaje (8).

*A los blancos hizo Dios,
a los mulatos San Pedro
a los negros hizo el diablo
para tizón del infierno.*

Morfología. — *Gallardos* es el apodo de los de Marchamalo (Guadalajara), tanto porque éste es el apodo del Cristo al que tienen gran veneración, como por presumir ellos de tipo, del mismo modo que en Yela se apodan «*buenos mozos*» aunque aquí más tiene de irónico, como es frecuente en los motes.

Pantorrilludos llaman a los de Cifuentes y a los de Cerceda (Guadalajara). En un cantar encontramos la causa, que no es por el grosor de las piernas, sino que las llevan muy abrigadas, por ser terrenos fríos, y en la forma que dice la copla:

*Los de Cerceda,
pantorrilludos
siete pares de medias
llevan algunos.*

Este apodo es antiguo, cuando se gastaba calzón hasta la rodilla o un poco más bajo, hoy con el pantalón largo no hubieran podido adivinar el grosor artificial de la pierna.

Defectos. — *Patituertos*, Atienza (Guadalajara), quizá proceda este mote de los tiempos en que se dedicaban los de este pueblo al oficio de arriero, pasando el día a caballo, desde niños, y por eso se les deformaban las piernas, arqueándolas y andando como si se balancearan.

Grilleros. — Es mote satírico, en varios pueblos, que son aficionados a cantar mucho y mal.

Oficios. — *Capadores*, Cariegos (Burgos). *Cuchareros*, Criales de Losa (Burgos). *Cachavos*, Cuestahedo (Burgos), por fabricar cachavas y bastones. *Ceroneros*, Pesquera (Burgos), por dedicarse a la venta de cerones o residuos de los panales de la cera. *Pellejeros* o *Aceiteros*, Mantiel (Guadalajara), así designan a los de este pueblo porque su comercio es el del aceite que envasan en corambes que ellos mismos preparar, por eso dice el adagio local *En Mantiel, rascan la piel*.

Alimentos. — Por los productos que se recolectan y fabrican, llaman *patateros*, a los de Villasuso, *Choriceros*, a los de Villarcayo (Burgos), *Pepíteros* en varios lugares donde cultivan la fruta de pipa, como en Arroyo de Valdivielso (Burgos), *Mieleros*, a los de Budía y a los de otros pueblos alcarreños.

Creencias. — El mote que tienen los Llerenses, desde el siglo XVI es el de *los alumbrados*, en recuerdo de una secta que dió mucho que hacer a la Inquisición porque pretendía resolver el arduo problema de «dar el alma a Dios y el cuerpo al diablo», y de los que se han ocupado MENÉNDEZ PELAYO en «Los heterodoxos españoles», y MARAÑÓN en su libro «Don Juan», con motivo de un brote de iluminados o alumbrados, como el Llerena (Badajoz), en el madrileño convento de San Plácido en el siglo XVII (11).

El apodo de *brujas*, lo tienen muchos pueblos en los que hay la leyenda de que existieron y que se reunían en *juntas* o *aquelarres*, así las vasconavarras (*gorjinas*), su cita sabática era en Zugarrumundi, las *meigas* gallegas, en Coiros, las brujas castellanas viejas en Cerneruela, y las de Aragón en Ojos Negros (Teruel), así como las andulazas en Lanjarón y las extremeñas en Barahona, en la provincia de Soria, esto no debe extrañar, pues antaño esta capital — y así figura en el mote de los escudos era «cabeza de Extremadura».

Los motes sobre enfermedades endémicas — que más creemos no fuese por tales, sino por otro defecto — son tópicos que no queremos localizar en las aldeas que tienen por mote, el de *legañosos*, *tiñosos*, *sarnosos*, el *pueblo de la peste*, el *de las calenturas* y el de los «*trípuos*», este se refiere a una aldea extremeña en que debía predominar la esplenomegalia palúdica.

También son desagradables de identificar, los de aquellos pueblos con caracteres psicológicos no muy gratos, como el de *cabezudos* por lo tercos y porfiados, *raposos*, *cucos*, *lagartos*, *desaforados* (irritables), *salvajes*, *brutos*, en estos es parecido el origen del mote, «querer meter una viga atravesada, meter el sol a mantadas en la iglesia» u otras zafias explicaciones que, sé por experiencia, irritan mucho a los pueblos ofendidos.

Nos limitamos a estas características, por ser muy vulgares:

*Para curro, un andaluz,
para valiente, un extremeño;
para fuerte, un valenciano;
para fino, un madrileño;
para serio, un catalán;
para alegre, un riojano;
para gente sosegada,
vizcainos y castellanos;
para borracho, un navarro;
para bailar, un manchego;
para gemir y llorar,
asturianos y gallegos.*

De carácter histórico-médico puede considerarse el mote de *Los Medeles* que tienen los habitantes de Taranco en el valle de Mena (Burgos) y se debe a que existió un monasterio dedicado a San Medel, fundado en el siglo XIII y que era a la vez hospital de viandantes y de peregrinos a Santiago.

b) Personales

Los motes a los individuos, en lo que se refiere al vocabulario antropológico y médico, son, fuera de los que aluden a la profesión, de dos principales formas: unos se refieren a los caracteres físicos (raza, talla, volumen, color, taras, defectos, enfermedades y sus secuelas, etc.); otros se relacionan con la psicología (moralidad, vicios, pasiones, sentimientos, etc.). Los apodos antropomórficos no son en general mal intencionados, y si en muchos casos sirven para distinguir las personas, tal es el caso del mote referente al color del pelo, o a un defecto sin apelativo jocoso o burlán; en cambio otros son dicterios vejatorios y depresivos

como los que se refieren a la moralidad o a debilidades humanas. Por ello insistimos en no localizar, a los así apodados, y nos limitamos solo a referir unas leves muestras de aquellos que por su curiosidad o grajeo, merecen una aclaración:

Acondroplásico, *arrastraculo*. Bajo, *chaparro*. Bizcos, *bisojo* e irònicamente *vista hermosa*. Blefaritis crónica, *pitarras*. Cojos, en Guadaluajara y su provincia, es frecuente el apodo de *Romanones*, por padecer este defecto físico D. Alvaro de Figueroa, Conde de *Romanones*, Diputado por aquella región; justo es recordar en honor de esta personalidad que fué uno de los primeros en fundar una Institución médico-benéfica, costeando una sala especial para el tratamiento de la parálisis infantil y de los tumores blancos en las piernas en el Instituto Rubio, hoy incorporado a la Beneficencia General. Color, *moros*, *ahumados*, a los negros o muy morenos.

Dientes: *jaca* (dientes salientes y grandes), *remellao* (dientes partidos).

Dislalia, *zopas*, *pedo-pedo*. Dismetria, *cuatro ojos* (por las gafas). Enanos, *zarcillos*, *rompetechos* (irónico).

Gula, *tragaldabas*. Pelirrojo, *Judas*. Pies zambos, *patas tuertas*. Suciedad personal, *pringue*, *laña*.

Varios sentidos — En pueblos ganaderos hemos oído apodar *modorro*, a las personas tercas que no porfian, bajando la cabeza como si estuviesen adormilados, igual que las ovejas que padecen el mal durmiente o de la modorra. En Almadén del Azogue, se llaman *modorros* a los intoxicados por el mercurio. Esta es palabra adoptada en el Diccionario de la Academia.

Mas... a qué seguir, en la Historia, figuran desde la más remota antigüedad, personajes que deben su nombre a un apodo y otros cuyo calificativo para la posteridad lo ha compendiado un mote. En España tenemos los siguientes casos cuyo sobrenombre hace relación a nuestro proposito: Alfonso II, El *Casto* (siglo VIII), Sancho I, El *Craso* (s. X), Ordoño IV, El *Malo* (s. X), Bermudo II, El *Gotoso* (s. X), Sancho II, El *Fuerte* (s. XI), Garcia Sancho, rey de Navarra, El *Tembloroso* (s. X). En el señorío de Vizcaya tenemos a Iñigo Ezquerria (s. X), El *Zurdo*, Lope Iñiguez, El *Rubio* (s. XI), Diego Lopez, El *Blanco* (s. XI), Juan, El *Tuerto* (XIV Rey de Castilla), Alfonso X, El *Sabio* (s. XIII), Fernando IV, El *Emplazado* (s. XIII), Enrique III, El *Doliente* (s. XIV), Enrique IV, El *Impotente* (s. XV) cuya biografía trazó magistralmente el Dr. MARAÑON (9). Doña Juana, La *Loca* (s. XVI),

Carlos II, El *Hechizado* (s. XVII): la razón de este mote y todas las creencias supersticiosas de la época, muchas por interpretación médica pueden leerse en el libro del Duque de Maura (10).

CONCLUSION

El apodo en el sentido calificativo, fué el origen de los nombres y luego los apellidos de las personas. Como sobrenombre tiene una razón social práctica para completar la identificación, cuando no basta la onomástica ni los patronímicos, por eso es tan frecuente en las aldeas de reducido vecindario procedentes todos de muy escasas ramas de familia.

Con caracter voluntario y por razones económicas, artísticas o publicitarias, y aún por causas inconfesables, el apodo es utilizado por determinadas personas.

Los apodos tienen un triple interés: lingüístico, psicológico y etnográfico, sobre todo aquellos que tienen caracter tradicional, como pasa con los sociocentrismos o apodos colectivos.

Los apodos individuales especialmente aquellos en que se emplea un vocabulario médico aludiendo a los defectos físicos, enfermedades y cualidades morales y que representan burla, dicerio, sátira despiadada o ironía irritante deben suprimirse por caridad y buen gusto, además de representar una constante irritación mortificante para la víctima apodada. Por muy ingenioso que sea el apodador, debe tener presente este prudente refrán:

*Ni mote que escueza,
ni burla que duela.*

BIBLIOGRAFIA

- 1) RODRIGUEZ MONIÑO A.—Dictados Tópicos de Extremadura. Badajoz. 1933. Corso Raffaele. Blasoni Popolari, Roma, 1956. Pires de Lima A. C. Topónimos e Alcnhas. Bol. Concelho Santo Tirso 1955. Veríssimo de Melo. Alcnhas do Brasil e de Portugal, Bol Douro Litoral, Porto, 1951.
- 2) LEITE DE VASCONCELOS — Antroponimia Portuguesa, Lisboa imp. Nacional, 1928.
- 3) CARO BAROJA, JÚLIO—Razas Pueblos y Linajes. Cap. Sociocentrismo, Mad. 1957.
- 4) VERGARA GABRIEL M.^a—Dic. Geografico Popular. Madrid, 1936. Refranero Geog. Popular, Madrid, 1920. Apodos que se aplican a los naturales de algu-

- nas localidades de la provincia de Guadalajara. Rev. de Trad. Populares, 1947. Apodos que se aplican a los naturales de Burgos y provincia. id., id., 1950.
- 5) MARAÑON — Traducción y notas de El Empecinado, visto por un inglés, Madrid, 1926.
 - 6) CASTILLO DE LUCAS — La Fama de los Alimentos y Bebidas en coplas y refranes. Homenaje a D. Luis de Hoyos, Madrid, 1949.
 - 7) PIRES DE LIMA J. A. — À cauda humana, Jornal do Médica, Porto, 1945.
 - 8) MARAÑÓN — Prólogo a Los Mestizos en America, por Pérez Barradas, Madrid, 1948.
 - 9) MARAÑON — Ensayo Biológico sobre Enrique IV y su tiempo, Madrid, edic, 1934.
 - 10) DUQUE DE MAURA — Supersticiones de los siglos XVI y XVII y hechizos de Carlos II, edit Calleja, Madrid s/d.
 - 11) Es la versión portuguesa de esta obra del Dr. Gregorio Marañon: «D. João Ensaios sobre a origem da sua lenda». Livraria Tavares Martin., Porto, 1943. Figura en la pág: 21 y siguientes la descripción de esta secta de Iluminados, muy extendidos por Europa en los siglos XVI y XVII, integrada por individuos de ambos sexos que se creían inspirados por el Espíritu Santo, para predicar y practicar nuevas doctrinas a ellos reveladas; una de la que se aprovechaban, era la de poder engendrar hijos profetas, y, de no pecar quien con ellos ayuntase. Comprendese el desenfeno sexual que representaría esta secta, que con tanta energía hubo de combatir el poder inquisitorial.

Das mutilações étnicas dos Mucussos e Cuangares

POR

MARIA EMÍLIA DE CASTRO E ALMEIDA

Na província de Angola, em regiões do Cuando-Cubango, habitam dois povos bantos, os Mucussos e Cuangares, que, como os demais povos pretos do território, praticam estigmações corporais. A razão por que o fazem não é ainda bem clara, devendo no entanto explicar-se por motivos de carácter mágico-religioso e de iniciação pubertária.

A Missão Antropobiológica de Angola, chefiada pelo Prof. ANTÓNIO DE ALMEIDA, em que colaborámos, realizou em 109 homens e 25 mulheres cuangares e em 100 homens e 25 mulheres mucussos (uns e outros com idades prováveis compreendidas entre os 20 e os 50 anos), um inquérito sobre mutilações étnicas, geralmente efectivadas entre estes indígenas, segundo a seguinte ordem: perfuração auricular, mutilação dentária, tatuagem e, por fim, outras mutilações.

1. *Perfuração auricular:*

Entre os Mucussos e os Cuangares a operação mutiladora auricular pratica-se exclusivamente no lóbulo das orelhas.

Normalmente, esta intervenção é feita por pessoa da família ou por um estranho, e só até aos quatro anos, com o auxílio de um pauzito aguçado ou de um alfinete; seguidamente, colocam no orifício lobular — para impedir a sua oclusão — um fio vegetal, conservando-se ali até à cicatrização. Os pais, ou pelo menos a mãe da criança, terão de guardar certos tábus alimentares (não comer sal e piri-piri, para evitar infecções ou atraso na cicatrização) e por vezes outros de carácter sexual, aliás também estreitamente ligados ao aleitamento da criança.

Por considerarem de grande efeito estético um largo buraco lobu-

lar, os Bantos empenham-se em ampliá-lo por meio da introdução de pauzitos de diâmetro progressivamente maior.

A série dos Mucossos do sexo masculino aparece em cerca de metade com lóbulos furados ($45,20 \pm 4,93 \%$). Destes perfuram as duas orelhas $17,67 \pm 3,96 \%$, a direita $9,84 \pm 2,97 \%$ e a esquerda $17,67 \pm 3,96 \%$.

Também perto de metade das mulheres mucussas ostentavam as orelhas furadas — $40,00 \pm 9,97 \%$ —, repartindo-se deste modo: $20,00 \pm 8,00 \%$ de casos com ambos os lóbulos perfurados, $12,00 \pm 6,00 \%$ com o direito, e somente $8,00 \pm 6,00 \%$ com o esquerdo.

Comparando as percentagens obtidas na série masculina, com as da série feminina, atraí-nos a atenção o facto de se alterarem as percentagens, modificando-se mesmo a ordem da sua distribuição. A percentagem da mutilação nas orelhas direita e esquerda aparece invertida nos dois sexos.

Averiguámos também as percentagens de lóbulos aderentes ou pequenos, observando que se eleva a $62,70 \pm 4,72 \%$ nos homens e a $48,00 \pm 10,00 \%$ nas mulheres. Se considerarmos, como muitos autores, que a aderência de lóbulos ou o seu escasso tamanho são um sinal de inferioridade, concluiremos pela superioridade das mulheres mucussas relativamente ao sexo oposto. Mas esta ocorrência e porventura outras aparentemente estranhas, explicar-se-ão pela diminuta série feminina, em relação à dos homens.

Procurou-se ainda ligar a pequenez dos lóbulos com a ausência de mutilação, chegando-se aos seguintes resultados: $25,50 \pm 4,28 \%$ e $24,00 \pm 8,63 \%$ respectivamente de indivíduos masculinos e femininos com mutilação auricular e pequeno lóbulo; enquanto a percentagem dos indivíduos masculinos mutilados e com lóbulo normal sobe a $19,60 \pm 3,96 \%$, a das mulheres atinge $16,00 \pm 7,94 \%$. O significado destes valores é evidente: a presença de mutilações pode ter que ver com as dimensões dos lóbulos auriculares.

Apreciámos as percentagens desta estigmatização nos Cuangares de ambos os sexos: no sexo masculino apresenta-se em perto de três quartos de indivíduos ($74,30 \pm 3,84 \%$), predominando a mutilação do lóbulo esquerdo, $48,60 \pm 4,79 \%$, seguindo-se a direito $19,25 \pm 3,84 \%$ e finalmente, a mutilação em ambos os lóbulos em $6,43 \pm 2,08 \%$.

A perfuração auricular nas mulheres Cuangares mostra-se na sua quase totalidade $91,90 \pm 6,00 \%$ distribuindo-se assim em ordem decrescente: lóbulo esquerdo $40,00 \pm 9,79 \%$, ambos os lóbulos $36,00 \pm 9,53 \%$

e lóbulo direito $16,00 \pm 7,14 \%$. É interessante notar que, também nas mulheres mucussas, em relação aos respectivos homens, se deu uma inversão de percentagens de mutilações no que respeita às duas orelhas e ao lóbulo direito; a percentagem de perfurações no lóbulo esquerdo continua a dominar.

Fomos calcular ainda as percentagens de lóbulos aderentes em homens e mulheres no sexo masculino $53,20 \pm 4,77 \%$ e no feminino $40,00 \pm 9,79 \%$. Nesta série repete-se facto análogo ao que surgiu na dos Mucussos.

Igualmente investigamos nos Cuangares, a exemplo do que havíamos feito nos Mucussos, a ligação que poderia haver entre a tendência para a mutilação e a presença de lóbulo mais ou menos desenvolvido. Encontrou-se uma percentagem de $40,00 \pm 4,88 \%$ de homens e de $36,00 \pm 9,52 \%$ de mulheres com lóbulos aderentes ou diminutos e com mutilação, enquanto que as percentagens dos indivíduos com lóbulo normal e mutilação era de $33,99 \pm 4,57 \%$ homens, e de $41,60 \pm 9,77 \%$ mulheres. Quer isto dizer: tal como havíamos concluído entre os Mucussos, também entre os Cuangares a existência ou não de mutilação auricular pode ser condicionada pelo tamanho do lóbulo, mascarada nestas gentes pela grande frequência mutilatória nos dois sexos.

Confrontando os resultados obtidos entre os Cuangares com os dos Mucussos chegamos às seguintes conclusões: os Cuangares praticam a perfuração auricular em maior número do que os Mucussos. Naqueles, tanto no sexo masculino, como no feminino, a percentagem parcial mais alta é a dos que realizam a perfuração em ambas as orelhas, ao passo que nos Mucussos dos dois sexos predomina a mutilação na orelha esquerda.

A percentagem de indivíduos, possuindo simultâneamente lóbulos aderentes e estigmatização auricular, é tanto nos Mucussos como nos Cuangares, mais elevada no sexo masculino do que no feminino.

Os Bantos em observação respondem, quando interrogados sobre razões da prática mutiladora lobular, *que é para ficarem bonitos*, pondo enfeites. Como se vê, através dos tempos, os Mucussos e os Cuangares desvirtuaram o significado ritual desta operação mutiladora, — certamente outrora um grande passo inicial a caminho do estado adulto, transformando-o num mero acto de garridice, ou de preocupações estéticas.

Na realidade, são muitos e variados os enfeites com que os

Mucussos e Cuangares adornam as orelhas: alfinetes de ama, fios de missanga, bocaditos de madeira, capim, argolas, pedaços de latão e cobre, botões, etc..

2. *Mutilação dentária:*

Os Mucussos e Cuangares fracturam e limam os dentes incisivos em ambas as maxilas, ou apenas numa delas, na superior principalmente. Estas mutilações pertencem ao primeiro e segundo tipos da classificação de Magitot, respectivamente: 1) por fractura do ângulo dos incisivos, e 2) por limagem ou por fractura e limagem dos bordos dos incisivos (produzindo-se aguçamento ou adelgaçamento em uma ou mais pontas, depressões circulares, ou em feitiço de V direito ou invertido, secção de ângulos de dentes vizinhos, etc.).

A mutilação dentária realiza-se à volta dos sete anos, por homem especializado. O operador introduz na boca do individuo a mutilar um pedaço de madeira a que faz encostar os dentes a arranjar, e posteriormente apoia sobre a região que quer atingir, a lâmina de uma faca, dando depois no dorso desta uma pancada. Seguidamente realiza-se a limagem das regiões fracturadas.

Para evitar derrames sanguíneos, que raramente surgem, segundo o conceito dos Bantos, a intervenção tem de fazer-se de manhã, no tempo seco e com o indígena em jejum.

A quando desta operação, os pais do operado obrigam-se a certas restrições de carácter alimentar e sexual, a fim de os dentes do mutilado não apodrecerem e caírem.

A percentagem dos homens mucussos, que arranjaram os dentes, foi de $93,18 \pm 2,15 \%$, isto é, a sua quase totalidade; destes $5,88 \pm 2,15 \%$ fizeram a mutilação em ambas as maxilas, e $87,30 \pm 3,54 \%$ só na maxila superior.

Também quase todas as mulheres mucussas praticaram a mutilação dentária, quer nas duas maxilas, quer apenas numa delas, $84,00 \pm 7,14 \%$. A percentagem dos individuos que tinham somente mutilações na maxila superior era muito elevada: $76,10 \pm 4,35 \%$, e a dos que a realizaram em ambas ($8,00 \pm 6,00 \%$) é escassa, e nula a percentagem dos que a fazem nos dentes da maxila inferior.

Analisando os resultados advindos das séries dos dois sexos dos Mucussos, verificámos que estão de acordo. Em ambos os grupos as percentagens de individuos com mutilações é enorme, tornando-se interessante vincar que a percentagem nos homens é razoavelmente supe-

rior à das mulheres. Este facto ajusta-se ao que dissemos atrás: a mutilação um tanto aparatosa e cruenta, traduzirá mais uma atitude de coragem do que pròpriamente vaidade, e daí o seu predomínio no sexo masculino.

A distribuição das percentagens pelas diferentes categorias de mutilações dentárias — sòmente na maxila superior, em ambas as maxilas e apenas na maxila inferior — faz-se de maneira semelhante nos três casos.

Um problema curioso consiste em tentar relacionar a cárie e outras doenças de dentes, com a fractura e limagem. A fim de apreciarmos este assunto, calculámos a percentagem de Mucussos de ambos os sexos, que haviam feito mutilação dentária possuidores de má dentadura, e posteriormente verificámos os que, sofrendo de doença dentária, nunca haviam praticado qualquer intervenção mutilante. As percentagens dos primeiros são, nos homens e nas mulheres, respectivamente $3,92 \pm 2,15 \%$ e $12,00 \pm 6,00 \%$, a dos segundos ascende apenas a $0,98 \pm 0,90 \%$ e a $8,00 \pm 6,00 \%$. Como é natural, os maiores valores, na realidade pequenos, situam-se entre os indivíduos que praticam a mutilação. É possível que alguns dos Mucussos incluídos no segundo agrupamento devessem antes introduzir-se no primeiro, visto que é muito provável que tenha havido de facto ligeira mutilação, e que, por ter sido praticada em baixa idade, se atenuou ou foi esquecida.

Também os Cuangares apreciam muitíssimo o «arranjo dos dentes», como eles dizem; por isso a percentagem total foi de $94,40 \pm 2,08 \%$, repartindo-se, pelas seguintes categorias, deste modo: em ambas as maxilas, $57,80 \pm 4,77 \%$, na maxila superior $35,80 \pm 4,57 \%$ e na inferior $0,92 \pm 0,90 \%$.

As mulheres cuangares igualmente se interessam pela mutilação dentária, sendo, no entanto, ligeiramente mais baixa do que nos homens a percentagem das que a praticam: $91,90 \pm 6,00 \%$. As cuangares praticam preferentemente a mutilação em ambas as maxilas ($60,00 \pm 9,70 \%$) seguida da realizada na maxila superior $28, \pm 9,14 \%$ e na inferior $4,00 \pm 3,91 \%$. Confrontando os valores achados no sexo masculino com os do sexo feminino, verifica-se que, embora as percentagens defiram algo, a sua distribuição pelos diversos grupos é a mesma.

Tal como fizemos no caso dos Mucussos, também nos Cuangares procurámos a relação existente entre as anomalias dentárias destas gentes e a respectiva mutilação. A percentagem dos indivíduos que

tinham cárie, ou outras doenças de dentes, e a dos que realizaram o «arranjo dos dentes» elevou-se a $9,17 \pm 2,88 \%$, ao passo que a dos que sofriam de dentes sem haverem praticado mutilação é pequena — $1,84 \pm 0,37 \%$.

No caso das mulheres, a percentagem das que mutilaram os dentes e que também possuem moléstias dentárias subiu a $12,00 \pm 6,00 \%$ e a das que tinham afecções dentárias sem nunca fazer mutilação atingiu $4,00 \pm 3,90 \%$. Deve observar-se que a percentagem das mulheres com padecimentos dentários é superior à dos homens, facto de que desconhecemos a causa.

Comparando os resultados obtidos entre os Cuangares com os dos Mucussos, concluímos o seguinte: o número de componentes dos dois grupos étnicos que fizeram a mutilação é muito elevado em ambos, especialmente no sexo masculino. Também a maneira como se distribuem as percentagens em Mucussos e Cuangares diferem nitidamente; nos Cuangares predominam os indivíduos mutilados em ambas as maxilas, enquanto nos Mucussos abundam especialmente os que fracturaram os dentes só na maxila superior. Embora seja muito pequena a percentagem dos que apresentam mutilação dentária na maxila inferior, entre os Cuangares ainda existem alguns casos, ao contrário dos Mucussos, em que nenhum se conta.

O arranjo dos dentes entre Mucussos e Cuangares, tal como sucedia com a mutilação auricular, é considerada apenas como meio de *ser bonito*. No entanto, tendo em conta a idade em que se realiza esta última, bem como o sofrimento que acarreta e as prescrições alimentares a que obriga, e ainda a existência de maior percentagem de mutilações nos homens do que nas mulheres, levam-nos, de acordo com António de Almeida a emitir a opinião de que se tratará de um acto de iniciação, um rito de passagem à puberdade, a caminho da idade adulta, a etapa máxima da vida dos indígenas, cujo significado mágico-religioso se haverá perdido em parte.

3. *Tatuagem:*

Os Mucussos e Cuangares, como aliás todos os Bantos, realizam estigmatizações cutâneas por ser «senga», por ser bonito, mas que no entender de António de Almeida, que perfilhamos, constituirá mais um dos difíceis degraus na ascensão ao estado adulto. É possível, porém, que estes povos já tenham esquecido a primitiva significação da prática da tatuagem. A própria idade em que se efectiva a ope-

ração, geralmente depois da das mutilações dos dentes, vem de certo modo corroborar o nosso ponto de vista.

Os povos bantos em estudo realizam dois tipos de tatuagem — mista e em relevo, na sistematização de Bettencourt Ferreira. O primeiro é conseguido por um perito, servindo-se de uma faca e pó de carvão vegetal, ou de uma tinta extraída de algumas plantas.

O operador incisa com a faca a pele do indivíduo — que se encontra deitado de costas — a pequenos golpes, depondo nestes seguidamente a substância corante. O segundo tipo consta de cicatrizes quelóides provocadas normalmente por um ferro ardente, ou carvão em brasa e só excepcionalmente por instrumento cortante. Durante o período da cicatrização, os pais do tatuado e ele próprio, se já é crescido, guardam certos tâbus alimentares e sexuais.

Duma maneira geral, os Mucussos e Cuangares praticam a estigmatização mista, mormente no rosto, mas também no corpo e nos membros; a tatuagem em relevo, ao contrário, mostra-se preferentemente nos braços e antebraços.

As tatuagens do tipo misto, mais vulgares no sexo feminino do que no masculino, limitam-se a sinais geométricos: linhas paralelas, verticais, na parte média da fronte e no dorso do nariz, linhas contínuas simples ou duplas, de um ou de ambos os lados da face, na fronte, ou dirigindo-se de aqui para as regiões malares, linhas circulares ladeando os prômulos ou passando sobre estes e seguindo para os cantos da boca.

No resto do corpo as linhas abundam igualmente, tomando de quando em vez o aspecto de figuras geométricas (rectângulos, trapézios, etc.) ou de linhas contínuas, quebradas, localizando-se mais especialmente no tórax, abdómen e nas regiões lombo-dorso-sagradas.

Entre os homens mucussos, $33,333 \pm 4,72$ % ostentavam tatuagem mista e em relevo; destes $16,90 \pm 3,53$ % apresentavam mutilações no tronco e membros, $9,84 \pm 2,97$ % no rosto e $7,84 \pm 2,97$ % no rosto, tronco e membros.

A percentagem das mulheres mucussas com tatuagem de qualquer dos tipos mencionados era grande — $84,00 \pm 7,14$ %, ou seja, cerca de quatro quintos da sua totalidade; deste elevado montante de estigmatizados, a percentagem mais frequente era a dos indivíduos que se incisavam apenas no tronco e membros $52,00 \pm 10,00$ %, sucedendo-se a dos tatuados no rosto e no resto do corpo com tatuagem mista ou em relevo ($20,00 \pm 8,00$ %); só $12,00 \pm 6,00$ % tinham mutilações no rosto (sempre de tipo misto).

Confrontando as percentagens de mutilações existentes nos dois sexos dos Mucussos, procurámos as analogias e diferenças aparecidas entre estas séries. As mulheres tatuam-se em muito maior número do que os homens, e tanto uns como outros preferem estigmatizar-se sòmente no tronco e membros, vindo depois em percentagens próximas ou baixas, os indivíduos que se incisaram no rosto, ou no rosto e resto do corpo.

Considerando a distribuição das tatuagens nos Cuangares homens e mulheres, verificámos que a percentagem de homens portadores da mutilação cutânea não é muito alta — $16,52 \pm 3,84 \%$ ou seja perto de um quinto da totalidade. A percentagem parcial dos tatuados no rosto é dominante — $12,84 \pm 3,43 \%$, enquanto que a dos tatuados no rosto e resto do corpo, e sòmente no tronco e membros é escassa, em cada uma das modalidades — $1,84 \pm 0,37 \%$.

As mulheres cauangares, tal como os homens, não se tatuam frequentemente $20,00 \pm 8,00 \%$.

Igualmente entre elas predominam as estigmatizações no rosto — $12,00 \pm 6,00 \%$ apresentando-se iguais as percentagens dos tatuados no tronco e membros, e em todo o corpo $4,00 \pm 4,00 \%$. A maneira como se realizou a distribuição dos indivíduos, segundo as várias partes do corpo mutiladas é semelhante nos Cuangares de ambos os sexos.

Comparando os dois povos bantos sob o ponto de vista das mutilações étnicas em estudo, encontramos apreciáveis diferenças. Os Mucussos tatuam-se muito mais amiúde do que os Cuangares e quase sempre no tronco e membros, ao passo que os Cuangares preferem mutilar-se no rosto.

O motivo da primeira ocorrência deve provir, certamente, de um maior contacto dos Cuangares com as Missões religiosas e com os funcionários da administração local.

4. Outras mutilações:

Mucussos e Cuangares, ao contrário da maior parte dos bantos da província portuguesa de Angola, não realizam a circuncisão — considerada normalmente entre muitos povos não civilizados como uma etapa decisiva para alcançarem o estado adulto; os dois povos explicam a ausência desta mutilação pelo grande número de óbitos que surgiam nas épocas não distantes em que ainda faziam a operação.

As raparigas mucussas e cuangares também não praticam muti-

lações genitais; sujeitam-se, no entanto, às cerimónias rituais do «txisu» depois das quais são incluídas entre as adultas.

Os povos em estudo não realizam outras mutilações além das que acabamos de expor, a não ser as pequenas incisões com intuitos terapêuticos. Entre os Mucussos e os Cuangares, não se verifica a ablação das falanges, nem a perfuração do septo nasal, ou a trepanação craniana.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, ANTÓNIO DE — Sobre mutilações dos aborígenas de Angola, Lisboa, 1957.
- ALMEIDA, ANTÓNIO DE, e MARIA EMÍLIA DE CASTRO e ALMEIDA — Sobre as mutilações étnicas dos Cassequeles de Angola. Boletim do Instituto de Angola, n.º 4, Luanda, 1954.
- ALMEIDA, ANTÓNIO DE, e MARIA EMÍLIA DE CASTRO e ALMEIDA — Sobre as mutilações étnicas dos Cazamas de Angola. Boletim do Instituto de Angola, n.º 7, Luanda, 1955.
- BETTENCOURT FERREIRA — Cit. de António de Almeida.

A capacidade craniana de alguns grupos étnicos da Guiné Portuguesa

POR

AMÍLCAR MATEUS e EMÍLIA DE OLIVEIRA MATEUS

Faculdade de Ciências do Porto

Desde muito cedo que os antropologistas se têm interessado pelo estudo da capacidade craniana. Na verdade, este carácter tem grande importância teórica e prática, visto que está relacionado com o desenvolvimento do endocrânio e por conseguinte, até certo ponto, com a do encéfalo. Ora, considerando que o desenvolvimento deste condiciona o da actividade psíquica, seria da máxima conveniência o estabelecimento de relações entre as manifestações intelectuais, o desenvolvimento do encéfalo e a capacidade craniana.

Se fosse possível o estabelecimento de tais relações, poderíamos, sabida a capacidade craniana, usar um método de, digamos, «medir» a inteligência. Poderíamos também estudar as variações desta nos diferentes povos e relacionar essa variação com os graus de cultura.

Infelizmente o problema é muito mais complexo do que poderá supor-se. De facto, há grandes dificuldades a vencer neste assunto. Assim, se por um lado a inteligência não é função simples do peso do encéfalo, estando mais condicionada à sua superfície, e mais ainda à qualidade das células nervosas cerebrais, por outro lado não é fácil estabelecer uma fórmula satisfatória que nos dê o peso do cérebro em função da capacidade craniana. É certo que têm sido feitas algumas tentativas para deduzir o peso do encéfalo a partir da capacidade craniana, mas os resultados não são absolutamente satisfatórios.

Há ainda outras questões que vêm complicar o problema: a capacidade craniana não é o mesmo que volume do encéfalo; a determinação da capacidade craniana não é operação fácil.

A avaliação da capacidade craniana nos crânios vazios tem sido feita por métodos diversos, todos eles susceptíveis de crítica, sendo clássico o método de Broca. Usam-se modernamente outros equivalen-

tes que diferem essencialmente daquele na substância com que se enche a cavidade craniana (BREITINGER, 1953) e de que se determina seguidamente o volume.

Tem-se tentado estabelecer fórmulas que permitam obter a capacidade craniana no vivo. Uma das mais usadas, pois é a que dá resultados mais próximos dos obtidos por métodos directos, é a de Lee-Pearson (BARROS E CUNHA, 1938). Foi por isso que a utilizámos nas nossas observações.

Além da importância atrás citada, a capacidade craniana tem ainda outra, se a considerarmos independentemente das relações que possa ter com a actividade mais elevada do encéfalo. De facto, ela pode ser considerada, como qualquer outro carácter merístico, na caracterização racial, com a vantagem, sobre muitos outros, de possuir grande amplitude de variação. Para termos uma ideia dessa amplitude e do comportamento deste carácter em vários povos, vejamos alguns valores.

Da série de BROCA (1875) tirámos os seguintes resultados:

124 Parisienses — 1.558 cc.

85 Negros da África ocidental — 1.430 cc.

54 Negros — 1.427 cc.

13 Chineses — 1.527 cc.

15 Polinésios — 1.522 cc.

HRDLICKA, 1939, dá para «Negros» americanos o valor de 1.359 cc.

Para os Portugueses metropolitanos, BARROS E CUNHA, 1938, num trabalho de comparação de métodos, publica o resultado:

1.496 cc.,

obtido pelo método de Lee-Pearson.

COSTA FERREIRA, 1899, fez o estudo da capacidade craniana dos portugueses por províncias e obteve os seguintes valores médios extremos:

Máximo — 1.597 (Beira-Alta)

Mínimo — 1.507 (Trás-os-Montes)

A capacidade craniana tem sido determinada também em Antropóides e as determinações feitas mostram que há maior distância entre o Homem e os Antropóides que entre estes e os outros Primatas, qualquer que seja a idade dos indivíduos em comparação. É interessante notar também que a posição do *Sinanthropus pekinensis* fica entre os Antropóides e o *Homo sapiens*, mas mais próximo deste. No *Pithecanthropus* a capacidade craniana estaria entre 900 cc. e 1.000 cc.; no Gorila é cerca de 500 cc.

Os valores da capacidade craniana no Homem são geralmente mais baixos nos povos mais atrasados que nos mais civilizados. Isto não quer dizer que não haja primitivos actuais com capacidade elevada, como, por exemplo, os Polinésios da série de BROCA, facto que nos vem perturbar a simplicidade do esquema. É certo que a média desta série se baseia em pequeno número de casos e por isso o seu significado é pequeno.

MATERIAL E MÉTODO

As nossas séries foram obtidas durante as campanhas da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, realizadas nos anos de 1946 e 1947 ⁽¹⁾. Perfazem um total de 2.095 indivíduos masculinos distribuídos por 11 grupos étnicos. Também determinámos a capacidade craniana em séries de mulheres dos mesmos grupos e os resultados obtidos servirão para trabalho futuro.

É nosso propósito estabelecer relações entre a capacidade craniana e outros caracteres, como o índice cefálico, o peso, a estatura, etc. Por agora limitamo-nos ao estudo da capacidade craniana isoladamente, nas séries masculinas.

A partir dos diâmetros ântero-posterior máximo e transversal máximo e da altura auricular, calculámos a capacidade craniana pela fórmula de Lee-Pearson, como acima dissemos. Com os resultados individuais obtivemos as médias e os valores que as acompanham, segundo o método estatístico.

Procurámos relações entre as séries parciais em que se encontram decompostas as séries de alguns grupos, tal como já fizemos em trabalhos anteriores ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Não podemos esquecer a interferência do Senhor Prof. Doutor MENDES CORRÊA na criação da Missão e na nossa nomeação de membros da mesma. Graças a ela foi possível obter os elementos do presente trabalho. Aqui deixamos registada a nossa muita gratidão e o nosso alto apreço pelo grande mestre e impulsionador dos estudos de antropologia do Ultramar.

⁽²⁾ Aguardamos a oportunidade de aplicarmos, em trabalho de maior vastidão, outros métodos actualmente mais em uso. Por agora, comparámos a diferença das médias com o dobro ou o triplo do desvio padrão da diferença, para classificarmos aquela diferença como *significativa* ou *altamente significativa*.

valores da capacidade craniana se organizaram séries separadas para cada ilha e se compararam entre si para vermos que séries se pode-

TABELA I
 Quadro de comparação das séries dos Bijagós

	Bubaque																		
Bubaque																			
Sogá	A																		
Canhabaque		A																	
Formosa	S		A																
Uno	A		A																
Orango	A		A																
Canogo		S		S	S	A													
Orangozinho	A		A	S															
Uracane	S		A																
Caravela			S																
Caraxe																			
Ponta																			
Maio																			

A — Séries entre as quais a diferença é altamente significativa.
 S — Séries entre as quais a diferença é significativa.

riam juntar (Tabela I). Verificámos que era possível formar 3 séries que designámos por A, B e C e que são constituídas pelas séries das seguintes ilhas:

Série A: Formosa, Orango, Uno, Caravela, Sogá, Uracane, Caraxe, Ponta e Maio;

Série B: Bubaque, Canhabaque e Canogo;

Série C: Orangozinho.

Este arranjo é diferente do que foi obtido para a estatura e para o índice cefálico. De facto, para o primeiro destes caracteres foi possível formar uma série com quase todas as ilhas menos com a de Caravela e a de Caraxe, que constituem séries isoladas; para o índice cefálico formou-se uma série com as de Canogo e Orango, outra com a de Caraxe isolada e outra com as das restantes ilhas.

No que respeita aos valores da capacidade craniana, podemos dizer que as ilhas do Arquipélago dos Bijagós, se excluirmos as de Orangozinho e de Canogo, constituem dois grupos, um ocidental, correspondente à série A, outro oriental, formado pelas ilhas da série B, passando a linha divisória entre Bubaque e Sogá.

Das 3 séries organizadas agora, a que apresenta média mais elevada é a B e a de média mais baixa, a série de Orangozinho. As 3 médias correspondem a valores de euencefalia. Os valores individuais máximos das duas primeiras séries são muito próximos. O da série C é bastante mais baixo que os das outras duas. O valor individual mínimo mais baixo é o da série A e o mais elevado é o da série C. Deste modo, a amplitude de variação é muito pequena nesta última. Os resultados discordantes da série de Orangozinho resultarão do pequeno número de casos da série desta ilha? É provável, pois esse número é apenas de 38.

Com as séries dos grupos étnicos continentais procedemos de modo idêntico e verificámos que não existem diferenças significativas entre algumas delas (Tabela II e III). Evidentemente que este facto, só por si, não tem grande significado e dele não podemos tirar ilações relativas a afinidades raciais entre os grupos étnicos a que essas séries pertencem. É necessário estudar grande número de caracteres para tal se poder fazer.

O que é um tanto estranho é existir diferença significativa entre Fulas-forros e Futa-fulas. Na estatura e no índice cefálico essa diferença não existe e tal facto está de acordo com as relações raciais entre os dois grupos, como temos apontado em trabalhos anteriores. Mas, por outro lado, eles diferem serologicamente, devendo considerar-se os primeiros muito nigrizados. Ora, pela capacidade craniana, também

os Fulas-forros estão mais próximos dos Fulas-pretos que dos Futa-fulas, mas o que não sabemos explicar é a causa da inferioridade deste carácter nos Fulas-forros. Na verdade estes são os indígenas que têm média mais baixa e valor individual mínimo também mais baixo.

A série de média mais elevada é a dos Nalus, os quais, pelo grau de cultura, não deviam ter situação tão privilegiada, pois ainda não há muitas décadas eram considerados antropófagos.

TABELA II
Quadro da capacidade craniana

Grupos étnicos	N.º	M \pm E _m (°)	$\sigma \pm E \sigma$ (°)	Mx.	Mn.	
Bijagós: {	Série A	611	1.337,27 \pm 2,87	70,89 \pm 2,03	1.606,8	1.108,1
	> B	228	1.372,41 \pm 5,86	88,46 \pm 4,14	1.608,0	1.136,6
	> C	38	1.312,82 \pm 12,08	74,40 \pm 8,53	1.445,2	1.136,9
Papéis	90	1.340,10 \pm 9,01	85,50 \pm 6,37	1.521,6	1.147,5	
Futa-fulas	120	1.317,70 \pm 8,28	90,65 \pm 5,85	1.570,0	1.128,9	
Fulas-forros	120	1.263,06 \pm 8,26	90,48 \pm 5,84	1.463,9	1.085,7	
Fulas-pretos	50	1.306,78 \pm 10,81	76,44 \pm 7,64	1.499,7	1.111,7	
Mandingas	100	1.318,10 \pm 9,18	91,80 \pm 6,49	1.529,3	1.106,7	
Biafadas	220	1.316,55 \pm 5,97	88,57 \pm 4,22	1.592,2	1.122,6	
Felupes	120	1.334,75 \pm 7,17	78,50 \pm 5,07	1.552,5	1.185,8	
Baiotes	118	1.379,00 \pm 7,51	81,60 \pm 5,31	1.577,2	1.217,4	
Nalus	200	1.382,82 \pm 6,06	85,67 \pm 4,28	1.621,4	1.189,1	
Sossos	70	1.373,10 \pm 9,71	81,30 \pm 6,87	1.583,5	1.212,7	

(*) Erros médios.

Dispondo as séries por ordem decrescente das suas médias, temos: Nalus, Baiotes, Sossos, Bijagós (série B), Papéis, Bijagós (série A), Felupes, Mandingas, Futa-fulas, Biafadas, Bijagós (série C), Fulas-pretos, Fulas-forros.

As diferenças entre as médias dos grupos assim ordenados têm valor elevado em alguns casos. Assim, entre a série B dos Bijagós e a dos Papéis é de 33 cc., entre Felupes e Baiotes é 16 cc. e entre Fulas-pretos e Fulas-forros, 43 cc. Deste modo, podemos formar 4 grupos constituído cada um por séries entre cujas médias as diferenças são pequenas. O 1.º é constituído pelos Nalus, Baiotes, Sossos e série B dos Bijagós; o 2.º pelos Papéis, série A dos Bijagós e Felupes; o 3.º pelos Mandingas, Futa-fulas, Biafadas, Bijagós de Orangozinho e Fulas-

-pretos; os Fulas-forros ficam à parte. As diferenças entre a média mais baixa de um grupo e a mais elevada do seguinte são, respectivamente: 32, 16, 43, enquanto que entre as dos componentes de cada grupo são sempre muito menores.

TABELA III

Quadro de comparação das séries globais

	Série A	Série B	Série C	Papéis	Futa-fulas	Fulas-forros	Fulas-pretos	Mandingas	Biafadas	Felupes	Nalus	Sossos
Série A												
Série B	A											
Série C	A	A										
Papéis		A										
Futa-fulas	S	A										
Fulas-forros	A		A	A	A							
Fulas-pretos	S	A		S		A						
Mandingas		A				A						
Biafadas	A	A		S		A						
Felupes		A				A	S	S				
Baiotes	A		A	A	A	A	A	A	A	A		
Nalus	A		A	A	A	A	A	A	A	A		
Sossos	A		A	S	A	A	A	A	A	A		

A — Séries entre as quais a diferença é altamente significativa.

S — Séries entre as quais a diferença é significativa.

O mapa anterior indica a localização geográfica dos grupos assim formados. Convém notar a posição próxima dos Papéis e Bijagós da série A e, de certo modo, também a dos Felupes; a dos Nalus e Bijagós da série B.

O quadro das percentagens (Tabela IV) mostra-nos que são os

TABELA IV

Distribuição dos indivíduos segundo a classificação da sua capacidade craniana

	Bijagós Série A		Bijagós Série B		Bijagós Série C		Papéis		Futa-fulas		Fulas-forros		Fulas-preitos		Mandingas		Blafadas		Pelupes		Batotes		Nalus		Sossos	
	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%	N.º	% ± E%
Oliguencéfalos . . . x — 1300	207	33,88 ± 1,91	48	21,05 ± 2,70	16	42,11 ± 8,01	33	36,67 ± 5,08	57	47,50 ± 4,56	84	70,00 ± 4,18	27	54,00 ± 7,05	43	43,00 ± 4,95	94	42,73 ± 3,34	43	35,83 ± 4,38	19	16,10 ± 3,38	35	17,50 ± 2,69	16	22,86 ± 5,02
Euencéfalos . . . 1301 — 1450	357	58,43 ± 1,99	140	61,41 ± 3,22	22	57,89 ± 8,01	43	51,11 ± 5,27	55	45,83 ± 4,55	35	29,17 ± 4,15	22	44,00 ± 7,02	50	50,00 ± 5,00	112	50,91 ± 3,37	66	55,00 ± 4,54	75	63,56 ± 4,43	124	62,00 ± 3,43	42	60,00 ± 5,86
Aristencéfalos . . . 1451 — x	47	7,69 ± 1,08	40	17,54 ± 2,52	—	—	11	12,22 ± 3,45	8	6,67 ± 2,28	1	0,83 ± 0,83	1	2,00 ± 1,98	7	7,00 ± 1,40	14	6,36 ± 1,65	11	9,17 ± 2,63	24	20,34 ± 3,71	41	20,50 ± 2,85	12	17,14 ± 4,50
Total	611	100,00	228	100,00	33	100,00	90	100,00	120	100,00	120	100,00	50	100,00	100	100,00	220	100,00	120	100,00	118	100,00	200	100,00	70	100,00

Fulas-forros que apresentam maior percentagem de oliguencéfalos e as menores de euencéfalos e de aristencéfalos, e os Baiotes a menor de oliguencéfalos e a maior de euencéfalos, pertencendo a maior de aristencéfalos aos Nalus, com pequena diferença em relação à dos Baiotes.

ESTUDO COMPARADO

À parte os trabalhos clássicos de estudo da capacidade craniana não há muitos referentes a determinações feitas em indígenas da África ocidental. Por isso, o estudo comparado deste carácter não pode fazer-se com muito desenvolvimento.

Os valores das médias coloca todas as nossas séries no grupo dos euencéfalos, o mesmo a que pertencem as séries estudadas por outros autores.

Alguns resultados figuram no quadro que a seguir se insere. Por vezes não somos informados de qual o grupo racial ou étnico a que pertencem os indivíduos a que esses resultados correspondem. Muitas vezes se encontra a designação de «negros» que, evidentemente, é muito vaga.

Designação	N.º	Capacidade craniana em cc.	Autor
Negros americanos	33	1.359	HRDLIČKA (1)
Negros	54	1.427	BROCA (1)
Negros da África Ocidental	85	1.430	» (2)
Malinquês.	28	1.450	CLAVELIN (3)

Estes valores são mais elevados do que os que nós obtivemos, excepto o da série de HRDLIČKA. O resultado deste autor situa-se entre os do nosso 1.º grupo de séries e o 2.º. Podemos tirar dele uma conclusão: a capacidade craniana dos negros levados para a América não aumentou pelo facto de terem sido transportados para continente diferente do original, apesar de decorridas várias gerações e de se terem

(1) Citação de J. LESCHI, 1951.

(2) Citação de J. DENIKER, 1926.

(3) Citação de N. NEUVILLE, 1936.

adaptado a cultura diferente da primitiva. É certo que a série é pequena e por isso esta conclusão é apenas provisória.

A única série de que temos indicação da qualidade étnica dos seus componentes é a dos Malinquês. Estes, como é bem sabido, formam o grupo mais importante dos Mandingas *tan*. São também designados por Mandin-quê. A média da sua capacidade craniana calculada por CLAVELIN é muito superior à da nossa série de Mandingas.

Como se vê, os elementos de que dispomos para o estudo comparado da capacidade craniana dos grupos africanos são ainda escasos. Muito convinha que os antropologistas que se ocupam da antropologia física do Continente Africano fizessem as suas observações de modo a poderem calcular este carácter que, pela sua importância, não é para desprezar.

RESUMO

Calculámos a capacidade craniana pelo método de LEE-PEARSON em 2.085 indígenas da Guiné Portuguesa, pertencentes a 11 grupos étnicos. Organizámos séries para cada um desses grupos, mas nos Bijagós as séries iniciais dizem respeito a cada uma das ilhas separadamente. Determinámos se as séries diferem umas das outras estatisticamente e, no caso dos Bijagós, juntámos as séries parciais, de acordo com essa determinação, resultando para eles 3 séries: série B, formada pelos indígenas de Bubaque, Canhabaque e Canogo; C, pelos de Orangozinho; A, pelos restantes indígenas.

Os valores das médias obtidas são geralmente inferiores aos publicados por outros autores que têm estudado povos africanos.

RÉSUMÉ

Nous avons calculé la capacité crânienne d'après la méthode de LEE-PEARSON à 2.085 indigènes de la Guinée Portugaise. Ces indigènes sont réparties par 11 groupes ethniques (V.° les tableaux). Nous avons organisé des séries, une à chaque de ces groupes, mais chez les Bijagos nous avons comencé à faire des séries de chaque île séparément. Nous avons déterminé s'il y a des différences statistiques entre ces séries et chez les Bijagos nous avons rejointre les séries partielles selon les résultats des comparaisons. De ce façon, nous avons obtenu 3 séries avec ces derniers indigènes: B avec les Bijagos de Bubaque, Canhabaque et Canogo; C, avec ceux de Orangozinho; A avec tous les autres.

Les valeurs des moyennes obtenues sont, d'ordinaire, plus bas que ceux publiés par d'autres auteurs qui ont étudié les peuples africaines.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS E CUNHA, J. G. DE — O valor dos métodos indirectos de calcular a capacidade craniana. *Arq. anatomia* 19: 589-591, 1938.
- BREITINGER, E. — La misurazione della capacità cranica. *S. A. S.* 27-28: 69-116, 1935.
- COSTA FERREIRA, A. A. DA — Crânios portugueses. III — Capacidade. *Sep. de Instituto* 46, 1899.
- DENIKER, J. — *Les races et les peuples de la Terre*. 2.^a ed. Masson & Cie, Paris, 1926.
- LESCHI, J. — Forme et capacité cranienne. — L'indice crânien horizontal. *L'Anthropologie*, Paris, 55: 445-462, 1951.
- MARTIN, R. — *Lehrbuch der Anthropologie*. 3.^a ed. Gustav Fischer, Stuttgart, 1957.
- MATEUS, A. — A estatura de alguns grupos étnicos da Guiné. *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Prog. Ciências*, Tomo v, 1950.
- MATEUS, A. — A estatura dos Bijagós. *Bol. Cult. Guiné Portuguesa* 28: 683-689, 1952.
- MATEUS, E. O. — Contribuições para o estudo do índice cefálico dos indígenas da Guiné Portuguesa. *Bol. Cult. Guiné Portuguesa* 28: 693-715, 1952.
- NEUVILLE, H. — Caractères somatiques. Leur répartition dans L'Humanité. *Encyclopédie Française*. Sec. B, Cap. III, 1936.



Orfebrería popular española

Las brazaleras de la Alberca

POR

NIEVES DE HOYOS SANCHO

Supone para mí una gran satisfacción contribuir al justo homenaje que se tributa al maestro de la Antropología Prof. MENDES CORRÊA, porque segura estoy que mi padre se habría sumado de corazón al homenaje no ya de su ilustre colega, sino de su gran amigo. Por eso, aunque con la gran diferencia entre la calidad de los dos trabajos, va el mío muy modesto con la intención de unir el nombre de mi padre D. Luis de Hoyos Sainz al del Prof. MENDES CORRÊA, las dos grandes figuras de la Antropología Peninsular.

En la orfebrería tradicional española destaca muy en primer lugar la del Oeste, pero no nos referimos a la del Noroeste o sea la gallega aunque tiene elementos tan característicos como el azabache con famosos talleres en Santiago de Compostela desde la Edad Media, sino a la del Oeste central que linda con Portugal desde León a Extremadura, zona de gran riqueza etnográfica como ya señaló a principio de siglo mi padre y maestro HOYOS SAINZ, donde no es de extrañar una influencia o al menos un mismo origen con la orfebrería de la nación hermana y muy concretamente con el tipo llamado filigrana, magníficamente estudiado por el gran maestro de la etnografía ROCHA PEIXOTO.

Voy a limitarme hoy no ya a la orfebrería usada en un solo pueblo, sino a una mínima parte que sirve de adorno a las mujeres de una localidad, me refiero a las brazaleras de la Alberca. Esta vieja aldeita de la sierra de Francia, que ya existía en el siglo XIII, es de un interés extraordinario por sus casas, su género de vida, sus costumbres y su indumentaria, lo cual ha dado origen a que se escriban sobre la misma múltiples monografías. Sus trajes tanto el de hombre como el de mujer

son de los más ricos y bellos de Salamanca, y teniendo en cuenta que esta provincia reúne los más variados y bellos trajes de España, aunque sin pretenderlo venimos a decir que sus trajes son de los más bellos trajes regionales del mundo. El traje serrano de vistas tiene a la vez carácter moruno y opulencia oriental, que le da precisamente el empleo de las joyas, pues en la Alberca dominaba en el siglo XV la rica judería.

Las mujeres de la Alberca con el muy entonado y rico traje de «vistas» o sea el de fiesta, se adornan con un buen número de collares que desde la garganta el más corto, llega el gran collar hasta casi el límite del delantal soliendo pesar más de un kilo. Son de coral, filigrana y bolas y castilletes de plata sobredorada. Sin duda las parece poco adorno está profusión de collares y no pudiendo soportar más peso colgado al cuello, y para que queden las alhajas más esparcidas usan algo tan peculiar y característico como son las brazaleras.

Consisten las brazaleras en dos gruesas cadenas de plata que tienen en su parte superior una muletilla que les sirve para colgarse de un ojal que llevan en el jubón en la parte de alante, casi a la altura del hombro y cerca de la costura de la manga, ojal rematado con cinta de seda y cadenetas. De estas cadenas o brazaleras cuelgan toda clase de objetos de orfebrería y es muy curioso ver como sin el menor escrúpulo mezclan símbolos religiosos con los más variados amuletos para preservarse de toda clase de males.

Penden de las brazaleras en primer lugar medallas que representan las Virgenes de su devoción no faltando su Patrona la Virgen de la Peña de Francia, cuya solemne fiesta celebran el 15 de Agosto día en que lucen estos trajes de vistas para ir a hacer la ofrenda a la Virgen, y luego bailar esos muy castellanos bailes de rueda con cintas. Estas medallas suelen ser de plata cinceladas a mano, donde aparece la Virgen rodeada de una corona y de angelitos. De la misma técnica son las que representan a «Santiago matamoros» o sea Santiago montado a caballo con su espada en alto castigando a los moros. Algunas de marfil o hueso en las que se representa pintada por un lado la Santa Faz y por el otro una Virgen o Santa y van adornadas con una orla de filigrana de plata. Es curioso que frecuentemente la medalla ocupa el centro del escudo de Carlos V, rematado por la corona imperial, realizado en la más pura filigrana salmantina probablemente obra de los famosos talleres de Ciudad Rodrigo ya casi en la frontera con Portugal.

De las brazaleras cuelgan también medallas o más bien medallones, de tipo verdaderamente popular cual son las imágenes pintadas sobre



Mujer de la Alberca (Salamanca) con el traje de «vistas», en la que se ven las brazaleras.

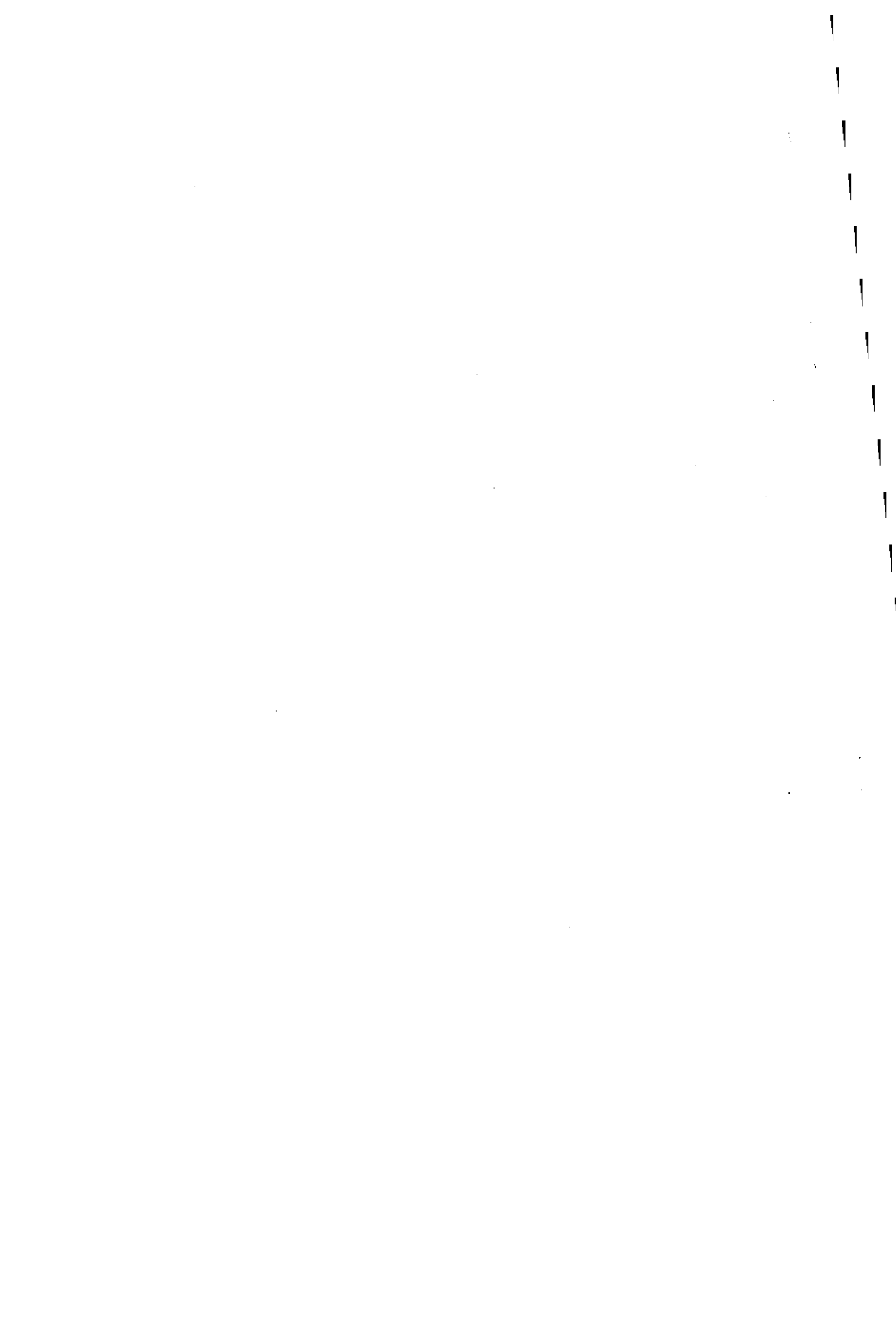


Brazalera de la Alberca. — Ejemplar del Museo del Pueblo Español.

papel y adornadas con cintitas e hilillo de oro y plata, protegidas por un cristal y un sencillo marquito de orfebrería; lo que pierden en riqueza lo ganan como la más genuina expresión del arte popular sencillo y naturalista. No faltan los relicarios, algunos grandes, en forma de medallón o corazón; ni los porta recuerdos entre los que son de señalar unos en forma de pez, cómo símbolo de cristianismo, articulados, huecos con los ojos representados por piedrecitas que se abren por la parte de la cabeza para poder meter dentro del pez ya sea una reliquia, o un rizo de un ser querido o el primer diente que se le cayó a el hijo.

Aunque no faltan las cruces y los crucifijos, no son parte esencial de las brazaleras por serlo precisamente de los collares, para que queden un lugar preferente y central, y no lateral como corresponde a las brazaleras.

Alternando con todos estos símbolos religiosos, están los más variados amuletos como las higas o manecitas de azabache engarzadas en plata que tienen el doble poder defensivo contra el mal agüero por su color negro, y además el de poderse romper en pedazos evitando así los efectos del mal de ojo a la persona que las lleva. No falta la representación de los amuletos destinados a paralizar o ahuyentar el mal por ser repelentes, cual son partes de algún animal como la cabeza del lagarto que llevan en los estuchitos o porta relicarios, o la mano de tejón engarzada en plata, la conocida media luna más o menos lujosa como obra de orfebrería, tampoco suele faltar en las brazaleras de las albercanas, que como vemos son un verdadero muestrario de orfebrería popular.



Les objets de parure trouvés dans les amas coquilliers de Muge

PAR

L'ABBÉ JEAN ROCHE

Tous les groupes humains, même les plus primitifs, ont, à côté d'activités indispensables à leur survie (chasse, pêche, cueillette...), des soucis plus désintéressés qui s'apparentent par là même aux manifestations esthétiques. Parmi ces derniers, l'un des plus répandus est celui de la parure corporelle. Dans presque toutes les cultures anciennes il a laissé de nombreux vestiges. Les Mésolithiques de Muge n'ont pas échappé à cette règle et il est intéressant d'analyser cet aspect de leur activité qui nous révèle certains côtés de leur psychisme.

Les objets décrits proviennent soit des collections des Services Géologiques du Portugal constituées de séries provenant de fouilles exécutées à la fin du XIX^{ème} siècle par C. RIBEIRO et F. DE PAULA E OLIVEIRA (Moita do Sebastião, Cabeço d'Arruda) (1), soit des collections de l'Institut d'Anthropologie de l'Université de Porto alimentées par les travaux qui furent faits de 1930 à 1933 par les Prof. MENDES CORRÊA et SANTOS JUNIOR à Cabeço d'Amoreira (2), soit des récoltes provenant des fouilles que j'ai eu l'occasion d'exécuter de 1952 à 1954 à Moita do Sebastião.

I — Coquilles percées

Vivant au bord de l'eau, les habitants des amas coquilliers de Muge avaient toutes facilités pour récolter des coquilles dont l'éclat ou la couleur les attiraient. Perforées par les soins de la Nature ou ceux de l'Homme, elles furent utilisées comme éléments de bracelet ou de collier.

A Cabeço d'Amoreira, la plupart des coquilles percées se rattachent à trois espèces abondamment représentées dans la faune du gisement: *Cypraea europaea* Mont., espèce d'eau salée toujours perforée de deux trous à chaque extrémité de la bouche, *Nassa reticulata* L. var. *nitida*

Jef., vivant dans les estuaires et *Neritina fluviatilis* L., espèce d'eau douce. Ces deux dernières sont percées d'un trou sur la dernière spire à proximité de l'épistome. On a aussi récolté une *Bithina tentaculata* L. (eau douce), un *Pecten maximus* L. et trois *Cardium norvegicum* Speng., espèces d'eau salée perforées au dessus de la charnière.

A Moita do Sebastião, on remarque des *Neritina fluviatilis* en très grande abondance, quelques *Cypraea europaea*, rarement des *Nassa reticulata* et un exemplaire de *Cardium edule* L. Toutes ont été perforées soit au crochet, soit à proximité de la bouche. Il y a également un fragment de *Cerithium vulgatum* Brug. qui porte à son avant-dernière spire un enfoncement artificiel.

Toutes ces coquilles ont été trouvées soit à l'intérieur, soit dans les environs immédiats des habitats, soit dans les sépultures.

Le dégagement de ces dernières a montré le rôle important que les coquilles percées ont joué dans la composition du mobilier funéraire. Ici, seules les *Neritina fluviatilis* ont été employées. Parfois, elles ont été retrouvées éparses autour du corps et il est bien difficile de reconstituer leur agencement primitif (sépultures I, VIII), parfois leur position et leur groupement permettent de conclure à la présence d'un ornement: collier ou ceinture. Ainsi le squelette n.º VI devait porter sur la tête soit une résille, soit un bandeau et sur la poitrine un collier ou une sorte de pectoral. Les squelettes V et VIII avait vraisemblablement des bracelets autour des chevilles, le squelette n.º XI un collier autour du cou et le squelette n.º XXV un collier ou un pectoral.

Cette importance du rôle des coquilles percées dans le mobilier funéraire sous forme de résilles, de colliers, de bracelets avait déjà été signalée dans les inhumations des amas coquilliers bretons de Tévéc et Hoëdic par M. et Mme. SAINT-JUST PECQUART (3).

De Cabeço d'Arruda, nous ne possédons que peu de chose. Il y a un exemplaire de *Cassis saburon* Brug., très roulé, perforé près de l'échancrure de la bouche, soit par usure, soit par incision. Il avait déjà été l'objet de deux autres tentatives de perforation, l'une par forage à l'aide d'un instrument aigü à peu près dans la partie médiane de la coquille, l'autre par enfoncement au sommet.

Il y a aussi deux petites coquilles de Gastéropodes percées par enfoncement dans le dernier tour de la spire.

II — *Pendeloques en pierre*

A Cabeço d'Amoreira, deux pendeloques en pierre ont été retrouvées.

La première a été récoltée tout à fait dans la partie inférieure des conches. C'est un petit galet plat en quartzite, de forme à près ellipsoïdale ($0^m,035 \times 0^m,025$). Un trou a été foré à l'une des extrémités du petit axe, qui s'est par la suite ouvert soit accidentellement, soit par l'usure. Cette pièce, qui a séjourné dans un milieu très cendreur, a été colorée avec de l'ocre.

La seconde est un galet plat en schiste blond foncé, de forme ellipsoïdale ($0^m,025 \times 0^m,02$). Il porte une perforation biconique, près du bord, à l'extrémité du grand axe. On voit encore très nettement sur chaque face les traces laissées par le lien de suspension.

A Moita do Sebastião, les fouilles récentes ont permis de retrouver quatre pendeloques:

— Un galet plat de forme elliptique porte sur une face un début de perforation ($0^m,04 \times 0^m,27$). Cette pièce a été teintée avec de l'ocre rouge.

— Un galet assez plat, en grès micacé, de forme elliptique, porte à l'une des extrémités de son grand axe une perforation biconique d'une facture maladroite ($0^m,04 \times 0^m,017$).

— Un galet rectangulaire en roche dure (dolérite ou amphibolite) a été l'objet à l'une des ses extrémités d'une tentative de perforation biconique, qui s'est terminée par la fracture transversale de la pièce ($0^m,055 \times 0^m,027$). L'autre extrémité porte des striures transversales et la tranche quelques traces de percussion.

— Un fragment de plaquette de schiste porte près d'un bord une petite perforation biconique ($0^m,025 \times 0^m,015$).

De Cabeço d'Arruda, nous ne possédons qu'une pièce malheureusement trouvée en surface et dont il est difficile d'affirmer la contemporanéité avec le gisement. C'est un galet de forme ovale, allongé, très aplati, fracturé transversalement en son milieu. À son extrémité, il porte une perforation biconique très soignée ($0^m,05 \times 0^m,04$).

Toutes ces pièces ont pu être recueillies sur place. Les quartzites sont abondants dans les terrasses de la Rivière de Muge. Les schistes et les pierres dures se trouvent dans son lit. Ils proviennent des terrains précambriens où elle prend sa source.

III — *Objets en os*

Ils ont été surtout récoltés à Cabeço d'Amoreira. Deux dents de Siréniens, dont l'une porte autour de la racine trois séries d'incisions circulaires concentriques et l'autre une rainure autour du collet, ont été vraisemblablement portées comme pendeloques.

Deux incisives de Cervidés portant en leur milieu une perforation biconique ont pu servir d'éléments de collier ou de bracelet.

L'extrémité supérieure d'un cubitus de Cerf Elaphe porte une perforation obtenue par des percussions successives. Elle a pu également être employée comme pendeloque.

Il faut se montrer plus réservé quant à l'emploi éventuel comme objet de parure de phalanges de Cervidés percées dans leur partie médiane. Elles ont pu servir à des fins plus utilitaires. Une réserve analogue doit être faite en ce qui concerne une première phalange de *Bos taurus* percée en son milieu et trouvée à Moita do Sebastião.

IV — *Divers*

Certains cristaux ont attiré l'attention des Préhistoriques par la régularité de leurs formes ou par leur éclat. Ils ont été ramassés et ont pu éventuellement servir d'ornement ou d'amulette. Ainsi, à Cabeço d'Amoreira, un petit cristal de quartz hyalin, très roulé et lustré, porte sur deux arêtes latérales des traces d'écrasement intentionnel vraisemblablement destiné à en faciliter le port à l'aide d'un lien.

D'autres cristaux de quartz ou de quartzite ont été récoltés à Cabeço d'Amoreira et à Moita do Sebastião. Ce sont évidemment des pièces rapportées mais nous n'avons aucune preuve, comme dans le cas précédent, qu'ils aient pu être portés.

Il y a enfin les colorants, dont on sait le rôle important qu'ils ont pu jouer aux temps préhistoriques tant pour la peinture corporelle que dans les rites funéraires.

A Cabeço d'Amoreira, on a récolté dans les différents niveaux des fragments d'ocre et un morceau d'oxyde de manganèse. De plus, la plupart des coquilles percées avaient été teintées d'ocre.

A Moita do Sebastião, ce sont l'hématite et les argiles ferrugineuses qui ont été principalement utilisées, le plus souvent après avoir été réduites en poudre par broyage. Ainsi qu'on a déjà pu l'observer dans

d'autres inhumations préhistoriques, les colorants ont joué ici un rôle important dans le rituel funéraire. Ainsi, il semble que les squelettes n.º VI et XI aient été teintés d'ocre. Des traces d'ocre sous forme de boulettes ont été recueillies autour du bassin du squelette n.º XXX. Des morceaux d'hématite et des boulettes d'argile ferrugineuse ont été trouvés autour du squelette n.º V. Sur le milieu du sternum du squelette n.º XIX on avait disposé un fragment d'hématite.

A Muge, les seules manifestations de goût que nous connaissions se rattachent à ces objets de parure. Il est bien difficile à leur propos de parler d'Art. Il est probable que les défunts ont été inhumés à Moita do Sebastião revêtus de leurs bijoux les plus précieux: colliers, bracelets, ornements de tête... L'ensemble laisse une impression de médiocrité. Ces populations devaient mener une vie rude, laissant peu de place aux activités désintéressées. On ne peut cependant conclure qu'il s'agissait de sauvages d'une intelligence médiocre. Les rites funéraires, qui ont pu être décelés au cours des fouilles récentes, laissent penser à un cérémonial complexe, reflets d'une élévation spirituelle certaine.

SUMMARY

It is a study of different ornaments found in the three chief shells-mounds of Muge: Cabeço d'Amoreira, Moita de Sebastião and Cabeço d'Arruda. There are some necklaces, bracelets made up of bored shells and pendants of stone. This material is poor and coarse. It is difficult concerning it to speak of Art.

BIBLIOGRAFIA

- 1) RIBEIRO (C.) — Les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage. *C. R. IX^{ème} Session du Congrès Intern. d'Anthrop. et d'Archéol. Préhist.*, Lisbonne, 1880. pp. 279-290.
 - OLIVEIRA (F. DE PAULA E.) — Nouvelles fouilles faites dans les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage (mémoire posthume). *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geologicos*. T. II. 1892, fasc. I, pp. 57-81.
 - 2) ROCHE (ABBÉ J.) — L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge). *Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Porto, 1951.
 - 3) PECQUART (M. et ST. JUST), BOULE (M.), VALLOIS (H.) — Tévéc. Station-nécropole méolithique du Morbihan. *Archives de l'Institut de Paléontologie Humaine. Mémoire* 18, Paris, 1937.
- PECQUART (M. et ST. JUST), Hoëdic. Deuxième station-nécropole du Méolithique côtier armoricain, Anvers 1954.

Interpretação duma cena de caça do Levante Ibérico

Negaça pré-histórica

POR

LUÍS DE ALBUQUERQUE E CASTRO

Estes pequenos apontamentos visam sòmente a interpretação duma cena de caça que nos é apresentada no vasto e rico panorama artístico do Levante Ibérico e um ligeiríssimo contributo para o problema da sua cronologia.

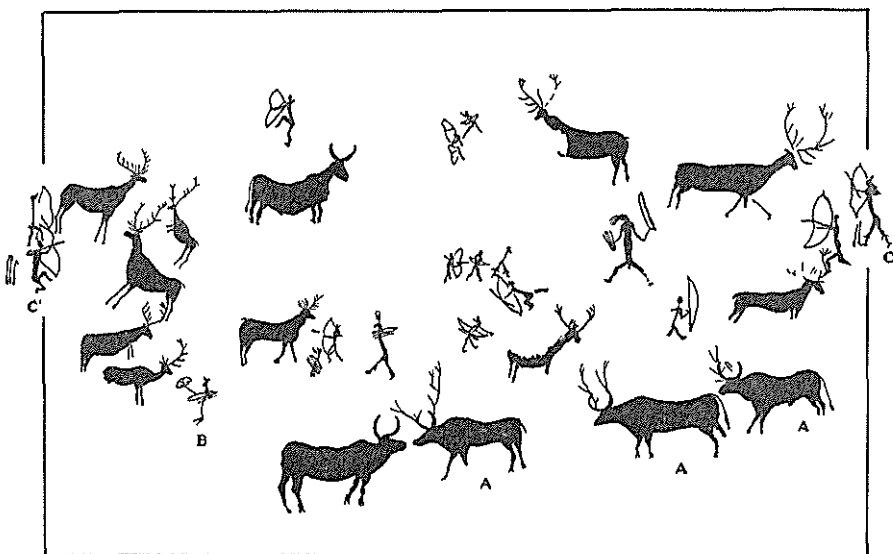
A cena encontra-se pintada, a negro e a vermelho, em Cueva Vieja, Alpera, na província de Albacete, e dela apenas temos conhecimento pelo que nos tem sido dado apreciar em várias publicações, pois nunca a visitámos.

O original consta de um friso de 5,50 m de comprimento, mas para o nosso trabalho apenas apresentamos um conjunto constituído por três partes dele, as que interessam ao nosso propósito. A figura junta tem por base a estampa 148, a páginas 118 e 119 de «L'Art Préhistorique», de HANS-GEORG BANDI e JOHANNES MARINGER em prosseguimento de um projecto de Hugo Obermaier, a qual tem a indicação «segundo Cabré».

A sobrevivência dos povos primitivos dependia fundamentalmente da sua actividade piscatória e venatória. Era a caça que lhes resolvia, principalmente, os problemas da alimentação e vestuário e, ainda, lhes fornecia objectos de uso e armas, pelo aproveitamento de carnes, peles, ossos e chifres.

As armas de que dispunham não eram muito variadas; foram obtidas pelo seu engenho, paciência e inteligência e estavam em constante aperfeiçoamento devido às crescentes necessidades e dificuldades encontradas.

Como desde o simples e frágil pau aguçado ou munido de ponta de osso, de chifre ou de material pético, servindo de lança, chuço ou seta, aos cacetes ou pesadas maças não fossem suficientes e aplicáveis a todas as espécies cinegéticas, tiveram também de utilizar a astúcia, a observação e o espírito inventivo para vencerem os perigos de toda a ordem, derivados da manha ou maior poder dos animais. Como também lhes era difícil a caça e a defesa pessoal com as insignificantes armas de que dispunham e, principalmente, para apanharem vivos os animais e vencerem os de grande porte, recorriam às armadilhas; nelas devem ter tido papel de relevo os fossos e encurralamentos.



As cenas de caça do Levante Ibérico mostram-nos os caçadores correndo a grande velocidade em perseguição das peças de caça, seguindo pistas, em atitudes de espera, armando laços, etc., mas quase sempre acompanhados do seu arco e setas. Os arcos são geralmente bastante grandes.

O caçador, arqueiro, parece que utilizava a mão esquerda para agarrar o arco e as restantes setas, enquanto que, com a mão direita, esticava a corda, fazendo-o flectir, segurando simultaneamente a seta que ia expedir.

Nem sempre foi feliz, pois cenas há em que se verifica uma inver-

são de papéis: vemo-lo correndo, transformado em fugitivo, à frente dum animal mal ferido ou irritado.

Impossibilitados de perseguir os animais mais velozes, ou para evitarem investidas, os caçadores teriam, então, de apanhá-los de surpresa, aproximando-se o mais possível para reduzirem a insuficiência do alcance das suas armas, o que seria difícil devido à atenção ou estado de alerta das espécies que, logo que se apercebiam de algo, se afastavam mais ou menos depressa.

Este inconveniente levou o caçador do Levante Ibérico a utilizar a negaça. Esperava os animais no local da pastagem ou bebedouro, onde previamente se havia emboscado, para depois, melhor e mais seguramente, os poder abater ou capturar.

É, segundo julgamos, uma cena destas que o friso de Cueva Vieja nos descreve.

Analisando bem a figura, vemos que ela representa uma caçada em que encontramos cervídeos e bóvidos, representados em «perspectiva torcida». Os primeiros apresentam um aspecto de surpresa e são bem reconhecidos pelas armações e pescoço sensivelmente mais comprido que o dos bóvidos, sem bossa e com cauda curta, enquanto os segundos são mais compridos, possantes, com bossa e caudas longas, mas os três últimos (A), no plano inferior, apresentam «ligadas» às suas hastes uma *armação suplementar*.

A nossa interpretação do friso é: os caçadores, com a cumplicidade dos pseudocervídeos (bóvidos com hastes suplementares), atraíram os cervídeos ao local onde previamente se haviam escondido, frechando-os depois facilmente ou laçando-os. Parece mesmo que o arqueiro (B) está atirando um laço ao cervo mais próximo. Esta interpretação é ainda confirmada pelas atitudes dos caçadores, que não correm em perseguição dos cervídeos, e ainda pela posição dos caçadores (C e C') que têm as suas reservas de setas espetadas no chão, respectivamente à frente e atrás.

Da observação da figura, uma conclusão nos é aparente: nela, os caçadores não actuaram individualmente, mas sim colectivamente e obedecendo a um plano preconcebido.

Apesar de as sobreposições, retoques e acrescentos serem vulgares nas pinturas, não nos parece isso aceitável nos três pseudocervídeos de Cueva Vieja, pois não só a configuração dos bóvidos e cervos é bastante diferente e de difícil ajustamento e sobreposição, como também as *armações suplementares* são bem diferentes das dos cervos, lembrando mais ramos de árvores.

Numa cena de Cueva del Polvorin, há um arqueiro que tem presa numa longa corda uma cabra (?). SALVADOR VILASECA interpretou-a como se a cabra tivesse sido laçada. Nós julgamos tratar-se de um caçador, com arco e setas, conduzindo a cabra à mão, por meio de uma corda, para que ela depois de presa num prado lhe sirva de negaça e «chame» outros animais, provàvelmente caprinos.

Voltando aos pseudocervídeos (A), admitimos não serem «bovídeos selvagens», como parece terem sido classificados e como os autores de «L'Art Préhistorique» indicam na página 139.

Não julgamos possível que os bóvídeos selvagens deixassem colocar armações suplementares e mesmo que isso tivesse sido realizado facilmente os animais as teriam destruído. Além disso, para que fossem cúmplices na negaça aos cervídeos, ou para encobrirem os caçadores, teriam de estar suficientemente adestrados nestas práticas; portanto, seriam já *domesticados*.

Quanto à cronologia, a arte do Levante Ibérico, segundo BREUIL e OBERMAIER, pertence ao Paleolítico superior, mas E. HENÁNDEZ PACHECO, BENÍTEZ MELLADO, MARTIN ALMAGRO e outros investigadores espanhóis opinam por um pós-paleolítico, chegando a indicar o Mesolítico e mesmo o início do Neolítico.

Pela análise da estampa em questão, na qual estão indubitavelmente representados bóvídeos domésticos, e como não está reconhecida a existência da sua domesticação no Paleolítico superior, implicitamente a cena de caça situa-se num pós-paleolítico. Por outro lado, se a resolução do problema da cronologia do Levante Ibérico confirmar a tese paleolítica, teria obrigatoriamente de aceitar-se a existência da domesticação dos bóvídeos naquela época, o que em princípio nos parece inadmissível.

A região e a casa Gandaresa

POR

JORGE DIAS, FERNANDO GALHANO
e ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

(Do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular)

I — A região Gandaresa

Gândara é um topónimo que se aplica a muitos lugares do noroeste peninsular; neste estudo, porém, referimo-nos em especial à zona do nosso País compreendida entre as bacias do Vouga e do Mondego, que se distingue, no conjunto provincial da Beira-Litoral, por um certo número de características muito peculiares.

Este topónimo constitui sem dúvida mais um exemplo da passagem de um apelativo a nome geográfico, que é frequente entre nós e em outros países ⁽¹⁾: *gândara*, ou *gandra*, é uma expressão que designa de um modo geral qualquer terreno arenoso pouco produtivo, ou mesmo quase estéril ⁽²⁾; ela parece ascender a uma base *ganda*, de substracto alpino-pirenaico, a qual está implícita na palavra *gandadia*, que PLÍNIO diz ser usada pelos mineiros das Astúrias ⁽³⁾; para o nosso estudo, contudo, a origem da palavra tem um interesse secundário ⁽⁴⁾.

A sub-região gandaresa, que aqui temos em vista, corresponde na realidade ao sentido da palavra *gândara*: é uma faixa de terreno arenoso, relativamente plano e pouco fértil, orientada no sentido norte-sul e cortada por alguns vales pouco profundos, entre os quais sobressaem os da Ribeira de Mira e o do Rio Boco.

Esta faixa é formada por areias pliocénicas e por areias recentes do litoral, que recobrem a superfície ocupada outrora por um prolongamento do anticlinal, cujo enrugamento ao norte da foz do Mondego forma a Serra de Buarcos ⁽⁵⁾. A faixa pliocénica fica compreendida entre uma tira de areias recentes, com a largura média aproximada de 5 km, que se estende desde o cabo Mondego até à ria de Aveiro, e uma zona interior mais movimentada e elevada, em que predomina

o jurássico, embora entremeado com manchas de pliocénico ⁽⁶⁾. Os limites desta faixa pliocénica, que constitui pròpriamente a região gandraesa, e cuja largura média regula 10 km, nem sempre são fáceis de identificar; pela escassez de fósseis, as suas areias confundem-se facilmente com as areias das dunas costeiras, tanto mais que os ventos as arrastam, quando não estão fixadas pela vegetação. Mas de um modo geral as areias pliocénicas mostram aptidões agrícolas superiores às das areias costeiras recentes, onde predomina o pinhal ⁽⁷⁾.

Embora se trate de uma região bastante homogénea, vêem-se alguns afloramentos do jurássico inferior e do cretáceo, de margas e arenitos que facilmente se confundem com o conjunto das areias pliocénicas ⁽⁸⁾. Os cursos de água serpeiteiam longamente através do terreno, por causa dos obstáculos que lhes oferecem as dunas do litoral, e põem a descoberto grés e argilas mais produtivas do que os terrenos pliocénicos, e também margas que constituem excelente adubo ou correctivo para as areias (embora sejam, em si mesmas, improdutivas). Às vezes, as águas descobrem também calcários liássicos e turonianos, de que os habitantes fazem cal ⁽⁹⁾.

A despeito da designação unitária de Gândara, abrangendo toda a sub-região compreendida entre os Campos do Mondego, ao sul, a Bairrada, a Leste, a ria de Aveiro, ao norte, e o mar, a oeste, o contraste entre as areias do litoral e as areias do pliocénio determina uma diversidade flagrante de tipos de vida e de aspectos culturais, particularmente sensível no que se refere à habitação. Assim, enquanto que os habitantes do litoral, de economia preponderantemente piscatória, constroem casas de madeira sobre estacaria — os conhecidos *palheiros* —, a gente do interior, predominantemente agricultora, constrói casas de *adobe*, que obedecem a conceitos totalmente diferentes. Quando falamos de «casa gandraesa», temos em vista não os *palheiros*, mas unicamente um certo tipo de habitação rural do interior, que, apresentando-se como um produto característico de adaptação às condições ambientais, seja directamente, pela utilização dos materiais específicos locais, que estão na base da composição do adobe, seja indirectamente, como forma ajustada às necessidades económico-sociais da região, a exprime verdadeiramente.

As condições naturais da região gandraesa não são das mais propícias à ocupação humana; só à custa de enorme tenacidade é possível extrair da magra terra uma produção remuneradora, e esta só o é porque a modéstia daqueles que a trabalham assim a considera. Ainda hoje, os concelhos compreendidos na sub-região gandraesa apresentam

uma densidade populacional inferior à de todos os concelhos circunvizinhos. É certo que ela está longe de ser tão baixa como a de outros concelhos do País; mas se pensarmos que os principais produtos da agricultura gandaresa são o milho, o feijão e a batata, e que a criação de gado bovino está relacionada com os sub-produtos deste tipo de agricultura, poderemos imaginar a imensa solidão que ali deve ter reinado antes da descoberta da América, quando o milho e a batata eram desconhecidos entre nós e por conseguinte esta região era um vasto deserto improdutivo e sem recursos. Uma lenda curiosa, relacionada com a origem da povoação da Tocha, é certamente prova da baixa densidade demográfica da região no passado; segundo ela, um fidalgo galego, vendo-se um dia em situação angustiosa, prometeu a Nossa Senhora elevar-lhe um templo no lugar mais ermo que encontrasse; levado nas suas andanças até à região gandaresa, não teve o fidalgo dúvida de que nenhum ponto podia ser mais próprio do que aquele para o cumprimento da sua promessa, e por isso edificou uma ermida no local onde actualmente se ergue a igreja da Tocha ⁽¹⁰⁾.

Aliás — e embora haja núcleos de população já antigos na região, como Mira, por exemplo ⁽¹¹⁾ —, a distribuição do povoamento da Gândara, em dispersão aglomerada e orientada ao longo de caminhos, parece indicar que ela é um facto recente, e que se desenvolveu rapidamente. Grande parte das povoações são inteiramente constituídas por casas alinhadas à face de estradas ou largos caminhos; e alguns centros maiores, como Mira e Tocha, têm a forma de estrelas, com um largo central que é fundamentalmente um ponto de convergência de vias de comunicação, donde irradia o povoamento, que segue as estradas que dele partem. Isto leva a crer que os caminhos são anteriores a essas povoações, e que foram eles quem determinou o seu aparcimento — e não o contrário, tal como sucede normalmente nos casos de povoamentos antigos; as povoações não representam o desenvolvimento de núcleos de velha data, donde nascessem estradas para as ligar umas às outras: elas foram-se certamente constituindo a partir de qualquer instalação de pioneiros que assentaram arraiais junto de caminhos já existentes ou no ponto de partida de outros que rasgaram depois em vista da colonização das areias, para aí tentarem a vida, depois que o conhecimento do milho e da batata a tornaram possível, e quando a pressão demográfica nos concelhos vizinhos empurrou para essas vastas regiões os excedentes humanos a quem faltavam espaço na sua terra natal ⁽¹²⁾.

De resto, a maneira como a casa desta região se apresenta — casa de pátio, de carácter acentuadamente rural e feita de um material pobre,

mas que vira para a rua uma frontaria airosa e esmerada, de feição urbana nitidamente intencional, em que se sente a preocupação da aparência e da vizinhança e a subordinação ao interesse pela via pública, enquanto que as demais fachadas mostram o adobe à vista, sem reboco nem qualquer cuidado — parece também indicar que aqui a casa foi subordinada originariamente à estrada, isto é, que o povoamento resulta de vias de comunicação pré-existentes, rasgadas antes de existirem povoações, para a colonização de areias desertas. E a própria uniformidade do tipo de casa em cada região parece também apontar uma difusão muito rápida, por assim dizer uma criação instantânea ou pelo menos a partir de um modelo único. E admitindo-se que esse povoamento resulte fundamentalmente da instalação nas areias gandaresas dos excedentes populacionais dos concelhos vizinhos, explicar-se-ia o facto de encontrarmos na casa gandaresa inúmeras formas, estruturas e elementos das casas das regiões limítrofes, do Sul do Vouga, de Cantanhede, e do sul do Mondego.

A pobreza desta zona de areias, a que em Mira dão o nome de areolas, acentuada mais em certas áreas, como a da Tocha ⁽¹³⁾, permite apenas uma agricultura precária. A propriedade é pequena e muito dividida; todos têm praticamente casa sua, e mais ou menos terra; cada qual faz a sua parte, e aluga a outro, que tenha de sobra, o mais que lhe for necessário para se aguentar, pagando em milho a renda combinada. As propriedades nunca formam conjuntos unidos, e os campos dispersam-se, separados por valas que também servem de drenos, ou muros de adobos, em locais mais próximos de habitações ⁽¹⁴⁾.

Excluindo a orla interior, onde aparece «vinho e fruta», toda a região gandaresa assenta a sua economia no milho, feijão e batata ⁽¹⁵⁾, e nos produtos da sua pecuária, a que se acrescentam ainda pequenas *terras de arroz*. A rega, pelo sistema de *engenhos*, uma mais farta estrumação, e a adubação química, aumentaram muito a produção. Nestas areias magras, onde para se conseguir qualquer proveito é necessária uma estrumação abundante, o próprio mato é escasso ou nulo, e a massa vegetal do estrume é constituída pela *fagulha* de pinheiro, de inferior qualidade ⁽¹⁶⁾. Mas mesmo esta é insuficiente, e as pessoas têm de comprar estrumes fora da região. Na parte sul da Gândara recorre-se aos fortes estrumes curtidos dos Campos do Mondego (palhas de milho e arroz, de gado vacum e cavalari), que são trazidos em camionetes ou carros de bois, com três a quatro horas de marcha, e misturados aos da casa; e também ao *limo* da ria de Aveiro, que vem em

camionetas, mas que em tempos se ia buscar à Quintã em carros de bois. Mais para o norte, em áreas mais próximas de Aveiro, é este limo o grande recurso; parte é comprado, mas muito é apanhado pelo próprio agricultor, que para isso possui barco na Barra ou na Quintã (17). A barrinha de Mira e as lagoas fornecem também a sua parte deste adubo.

O junco, aproveitado especialmente para cama dos suínos, contribui também para engrossar o volume dos estrumes. Além do que se cria nas terras encharcadas da região, vem muito em barcos dos lados da Murtosa, que fica a cerca de 50 km de distância, e é carregado em carros de bois perto de Vagos.

Mato, fagulha e junco, são empilhados no pátio da casa, indo daí, aos poucos, para os currais. A fagulha também por vezes se estende nos pátios, ou mesmo no terreno que geralmente a ele fica contíguo, para a rectaguarda.

Nesta região de pequenos lavradores, poucos são aqueles que possuem mais de duas vacas e duas crias. Os mais pequenos limitam-se a um único animal, pelo que é frequente verem-se carros de bois de varais.

O gado é muitas vezes *de meias*, tendo o meeiro metade do lucro da vaca e da cria. Um terço do leite é para o proprietário; este, está no *role*, ou *sociedade*, que é uma «mútua» de gado.

Na zona interior, onde já há vinho, e onde parece haver lavouras maiores, predomina o gado marinho, de trabalho. Mais para oeste, na zona essencialmente gandaresa, predomina o gado leiteiro turino, que empregam também em trabalhos mais ligeiros. O leite é vendido em postos de recepção das empresas de lacticínios (18).

O gado marinho, que vem do sul do Mondego, é negociado nas feiras de Cadima (a 13 do mês) e Arazêde (a 24). Para o turino, a melhor feira é a de Porto-Mar, a 11 e 30 do mês.

A forragem que ocupa toda a terra durante o inverno é uma mistura de cevada e aveia, que crescem depressa, e trevo e serradela, que vêm mais tarde, com os *arrentaços* das primeiras. Também misturam com muita frequência algum tremoço bravo, que em parte é segado para o gado, ou poupado para enterrar como estrume. A sementeira destas forraginosas é feita a lanço; a semente cobre-se passando sobre ela o velho arado de madeira a que se aplica um pau atravessado que alisa a terra, *desfazendo o combro*, ou então à enxada. Para complemento deste penso, compram palha de arroz fora da região.

Para o milho, o estrume é levado para os campos com muita ante-

cedência, e empilhado; sobre estas pilhas, baixas e largas, lançam terra, e semeiam couves em Fevereiro. Todas estas pilhas são minúsculas hortas viçosas. Pouco antes das sementeiras, cortam esse estrume, misturando-o com tremoço verde ou limo. Para a sementeira, lavram com charrua, fazendo em seguida regos largos com o arado munido de um feixe de varas de vide preso entre a teiró e a rabiça. As mulheres fazem então a *estercada*, levando em cestos o estrume das pilhas, e distribuindo-o à mão pelo rego fora; em seguida espalham o adubo químico; e depois, com o milho no avental, deixam cair quatro ou cinco grãos sobre o rego, no lugar em que, com o pé, haviam coberto o estrume com terra; e em seguida, *alagam*, igualmente com o pé, o combro do rego sobre a semente.

A batata é plantada em covas. As mulheres põem no fundo uma camada de limo ou tremoço, cobrindo-a com outra de estrume, trazido na própria ocasião do curral, e sobre elas espalham o adubo químico, composto de super e sulfato de amónio. Deitam depois um pouco de terra, dispõem três ou quatro pedaços de batata, e o homem então cobre-os com a enxada, alisando a terra. Chegam a tirar trinta sementes.

Para o arroz, depois de espalharem cal em pó sobre a terra encharcada, faz-se a *cava das lamas*, que é um trabalho em grupo, feito geralmente por ajuda mútua vicinal. Metem depois a água nos canteiros, nivelam — ao que dão o nome de: *fazer a rebaixa* — e em seguida semeiam, a lança ⁽¹⁹⁾.

Para aumentar os recursos da casa, os proprietários pequenos dão dias fora. O que porém contribui em larga escala para o equilíbrio das contas caseiras nesta região sem indústria é o dinheiro que evm do Alentejo. Um grande número de homens forma, com efeito, um largo contingente de emigrantes periódicos — os *caramelos* —, que ali trabalham de Janeiro a Junho, todos os anos.

O material de construção específico da casa desta área é o *adobo* ou *adobe* feito com areia ligada com cal extraída das manchas de calcários liássicos ou turonianos abundantes na região ⁽²⁰⁾, ou feitos de barro.

Não é fácil precisar-se a origem do adobo. Nas regiões áridas do norte de África e da Ásia, é frequente construir-se com terra. Umas vezes, o barro é amassado com água, e socado entre tâboas colocadas no próprio lugar das paredes; é, entre nós, o caso mais corrente no Alentejo e Algarve, havendo ainda muitos vestígios deste sistema de

construção na Estremadura. Entre nós, ele leva o nome de *taipa*. Outras vezes — como é o caso na Gândara —, o barro, misturado ou não com cal, conforme a composição do material empregado, é amassado, metido em formas, e, depois de seco ao sol, utilizado na construção. Este sistema parece ter também já sido usado pelos índios Pueblos, do Novo México, antes da chegada dos europeus ⁽²¹⁾, devendo portanto admitir-se como provável, a seu respeito, a invenção independente da mesma técnica nos povos da América e naqueles em que se filia o nosso conhecimento do adobo, num caso típico de paralelismo cultural — para não falarmos numa criação única, anterior ao povoamento daquele continente, a partir da qual se teria dado a sua difusão lá e aqui, o que retrotrairia as suas origens a uma data antiquíssima, mas que nos parece uma hipótese difícil de aceitar. Em todo o caso, o facto do nome *adobe* ser de origem árabe — *attob* —, leva a crer que foram os muçulmanos os introdutores desta técnica entre nós.

Antigamente, faziam-se adobos de barro arenoso, a que por vezes juntavam palha, que depois de enformados e secos ao sol, constituíam um material razoável. Em paredes velhas, é ainda fácil observar tais adobes, negros ou avermelhados, mais ou menos corroídos pelo tempo. Hoje, os adobes de cal e areia são feitos pelos próprios para seu uso, o que é ainda muito corrente, ou são comprados nas «olarias». É nos arredores de Mira onde se encontram mais e maiores olarias, que fornecem três tipos de «adobos de cal»: *adobo de casa*, com $0,45 \times 0,30 \times 0,15$ m, usado para as paredes exteriores das habitações; *adobo de muro*, com $0,45 \times 0,21 \times 0,15$ m, para paredes interiores, de currais e mais dependências, e muros de vedação; e *adobo de três quartos*, que substitui o primeiro em construções mais económicas, e que tem uma largura intermédia entre os outros dois tipos, com cerca de 0,25 m. O adobo de mais confiança é o que se faz em casa, pois o que se compra tem geralmente uma percentagem de cal insuficiente.

Misturada e amassada a areia e a cal, lança-se a massa nas formas de madeira, pousadas num terreno plano, alisa-se a superfície, e levantam-se aquelas segurando-as pelas pegas. O adobo fica a secar e a ganhar consistência durante umas três semanas pelo menos ⁽²²⁾.

Embora o consumo do adobe ainda seja apreciável, principalmente para paredes de currais e muros de vedação, o tijolo está a ser agora o material mais usado na construção das habitações.

Nas zonas afastadas de locais em que existe pedra, como sucede em grande parte da região, o próprio alicerce é de adobe. A humidade

do solo, vai-o, porém, desfazendo, até à altura de 0,80 a 1 m; é para evitar os inconvenientes e perigos que podem resultar deste mal — a *tinha* do adobo — que as Câmaras Municipais começam a exigir alicerces de pedra.

Nas áreas em que a pedra está próxima, como a da Tocha e Ara-zede, e certamente com receio da «*tinha*», constroem-se com esse material os alicerces e um metro de parede, e utiliza-se o adobo apenas daí para cima; e este sistema parece ser tradicional.

Em lugares onde existe calcáreo, é com pequenos blocos dessa pedra, ligados com barro, que se constroem as paredes da habitação. Mas mesmo aí é quase geral o emprego do adobo nos currais e outras dependências menores.

É logo ao erguer as paredes da casa que se colocam entre os adobos os *chaços* de pinho onde pregam depois a *caixa* das portas e janelas, ou as suas dobradiças. Presentemente, preferem encher o espaço que era reservado ao chaço com argamassa de cimento, em que fica logo cravada a ferragem respectiva.

Nas casas mais antigas, que se apresentam quase sempre com uma feição muito tosca e humilde, as guarnições de todas as aberturas eram de tábuas de pinho. Essa forma mantém-se ainda em todos os rasgos das fachadas laterais e da rectaguarda; na fachada frontal, porém, a regra é serem de cantaria lavrada, e muitas vezes ornamentada.

Para aliviar a padieira (*padial*), que é sempre de madeira, é costume geral fazerem um *archete* de adobos postos de cutelo, ou collocarem dois adobos inclinados um para o outro, em *asa de cesta*.

Um *archete* largo cobre igualmente com frequência a abertura do telheiro para o pátio. Com mais frequência, e principalmente se essa abertura é grande, o espaço é vencido por uma trave que sustenta o telhado ou uma pequena altura de parede sob este, trave que é amparada por uma escora de cada lado.

Nas duas paredes compridas, o *frechal* pousa sobre a última fileira de adobo, ficando, porém, nas empenas, metido na espessura da parede. Na parede frontal, para dar a saliência da cornija, a última fiada de adobos fica puxada para o exterior. Nas cozinhas e dependências de construção menos cuidada, não há frechais: os barrotes ficam entalados entre os adobos.

Exteriormente, apenas são rebocadas a fachada frontal, as paredes das empenas, e o espaço coberto pelo alpendre. No interior, são rebocados os quartos e salas, e muitas vezes também a cozinha melhor. No geral, toda a habitação é forrada e soalhada, à excepção das

cozinhas, que são térreas e de telha vã. As portas interiores têm apenas taramêlos de madeira.

A cobertura é agora quase sempre de telha de Marselha. Apenas numa ou noutra dependência menor, currais ou galinheiros, se emprega ainda a velha *telha caleira* ⁽²³⁾. Ao lado das vertentes dos telhados do corpo principal, é muito vulgar haver um rebordo de caliça, espécie de guardavento muito baixo, prendendo as telhas.

Em certos lugares (como por exemplo os arredores de Covões e da Palhaça), onde existe o corpo da rectaguarda com as cozinhas e uma vertente do telhado deste último corre para terreno dos vizinhos, uma caleira especial apanha os pingantes: ela é de telhas caleiras que formam um conduto inclinado, assentes na própria espessura da parede, que dele para cima é mais delgada.

NOTAS

(¹) O caso de Gândara é comparável ao da Heide no noroeste alemão, onde também, mesmo depois de se ter dado a transformação do revestimento vegetal, se mantém o velho apelativo já apenas com valor de topónimo. Ver HERMANN LAUTENSACH *Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur* II Parte., 1937, pág. 68, nota 1.

(²) Ver JOSEPH PIEL, RPF., II, págs. 182-3.

(³) PLÍNIO, *História Natural*, xxxiii, 70-74, citado por Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, Fac. 6 Rio de Janeiro, 1954, pág. 281.

(⁴) Para o problema linguístico especial, veja-se a indicação da bibliografia fundamental em SERAFIM DA SILVA NETO, *op. e loc. cit.*.

(⁵) A Serra de Buarcos atinge a cota de 253 m. Ver HERMANN LAUTENSACH, *op. cit.*, pág. 68.

(⁶) Ver AMORIM GIRÃO, in *Guia de Portugal*, vol. 3, pág. 116.

(⁷) Ver PAUL CHAUFFAT, *Aperçu de la géologie du Portugal*, in: *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, 1900, cap. I, págs. 39-40; do mesmo, *Aperçu de la géologie du Portugal (Le Port. au point de vue agr.)*, págs. 1-48; do mesmo, *Étude stratigraphique et paléontologique des terrains jurassiques du Portugal, I Le Lias et le Dogger au Nord du Tage (Mém. Serv. Géol. Port., Lisboa, 1880)*. do mesmo, *Recueil de monographies stratigraphiques sur le systhème crétacique du Portugal (Mém. Serv. Géol. Port., 2 vol., Lisboa, 1880 e 1900)*. Ver também ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO, *Bacia do Vouga*, Coimbra, 1922, págs. 13-14.

(⁸) Ver ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO, in: *Guia de Portugal*, vol. 3, pág. 116.

(⁹) Ver PAUL CHAUFFAT, *Aperçu de la géologie du Portugal*, in: *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, 1900, pág. 40. Ver também HERMANN LAUTENSACH, *op. e loc. cit.*.

(¹⁰) Ver AMORIM GIRÃO, *Guia de Portugal*, vol. 3, pág. 117.

(¹¹) No *Livro Santo* de Santa Cruz de Coimbra, fl. 57-57 v., existe um diploma de doação feito pelo Conde D. Raimundo em 1095 a habitantes de Montemor-o-Velho,

que nomeia particularmente um Zalema Godinho a quem dá e concede a vila de Mira, com todos os seus termos, e um moinho que está junto à fonte de Caraboi.

(¹²) Foi também o que aconteceu na Gafanha, que é de povoamento recente feito ao longo de caminhos preexistentes, para colonização das areias.

(¹³) Mesmo na orla marítima e coberta de pinhal, há vastas superfícies em que as árvores a custo crescem, talvez por excesso de água no subsolo.

(¹⁴) Nos pinhais, a separação é feita por *malhões*, coyas espaçadas de 10 cm, e também marcando com *balisas* os pinheiros nascidos nas extremas (tirando a casca do lado virado para o vizinho).

(¹⁵) Na própria expressão regional, o «vinho e fruta» bairradino contrapõe-se ao «milho, batata e feijão» gandarês; e o forte das feiras de Cantanhede, a 6 e a 20 de cada mês em milho, feijão e batata, vem da Gândara.

(¹⁶) Vão buscá-la longe, reunindo-a em *paveias* com a ancinho, e carregando estas no carro de bois munido de *fogueiros* (fueiros). Há muitos que a compram a quem a apanha. Agora, depois de protestos e pedidos, os Serviços Florestais vendem fagulha, que em certos sítios forma uma camada muito espessa. No pinhal de Mira, que foi da Câmara, há licença para se tirar a fagulha dois dias por semana.

(¹⁷) É o que acontece pela zona de Rines e Porto-Mar, por exemplo.

(¹⁸) A «Nestlé», com o fim de auxiliar o lavrador, e garantir para si o leite fornece agora ao lavrador a vaca, nas seguintes condições: a Nestlé paga a vaca; a primeira cria é para a Nestlé; a segunda, para o lavrador; o leite é a meias. Quando, por este sistema a vaca for paga, fica propriedade do lavrador. Outrora, massava-se o leite em casa, e há ainda quem possua os cântaros próprios dessa operação.

(¹⁹) Aos canteiros de arroz dão em Mira o nome de *alagamentos*; o termo local para as terras de cultura do arroz é mesmo *terra de arroz*; a expressão «marinhas» veio do Alentejo, talvez pelo veículo dos *caramelos* de regresso.

(²⁰) Ver PAUL CHAUFFAT, Aperçu de la géologie du Portugal. *op. cit.*, pág. 40.

(²¹) Quando visitamos o Novo México em 1951, fotografamos ruínas de antigas habitações em Kuaua, próximo da estrada que liga Albuquerque a Santa-Fé, onde existe hoje o monumento a Coronado. Estas ruínas são do tempo em que os espanhóis invadiram a região, e portanto anteriores a qualquer possível influência europeia.

(²²) No Rólho (Mealhada), região vizinha da Gândara, e onde também se usa e fabrica o adobo, o seu fabrico é um pouco diferente: «Para a feitura dos adobes, são preferidos os meses de verão. São calculadas as quantidades precisas: a proporção é — 10 camadas de areia barrenta, a preferida, para 1 metro de cal. Descarrega-se a cal, e distribuem-na sobre a areia, aproveitando a areia dos bordos para abafar, ficando assim 3 dias. Vem então o argamassar (mistura de cal e areia). Deixam de novo a massa durante 3 dias, depois do que é amassada muito bem, tendo o cuidado de desfazer qualquer grumo ou torrão de cal. Esta massa é então tendida na adobeira, e deixada a secar num lugar plano e previamente limpo. Assim ficam cerca de um mês, até serem colocados de face e limpos, desta maneira permanecendo no tempo quente. Finalmente são empilhados» (Informação de Ana E. Rocha da Silva Poiares, aluna do curso de Geografia Humana de 1955-56, da Faculdade de Letras de Coimbra). A informadora diz ainda que «a construção em adobes não se pode explicar pela carência de pedra, mas pela economia». E faz uma referência rápida a *galegas* e *areiros* nos caneiros.

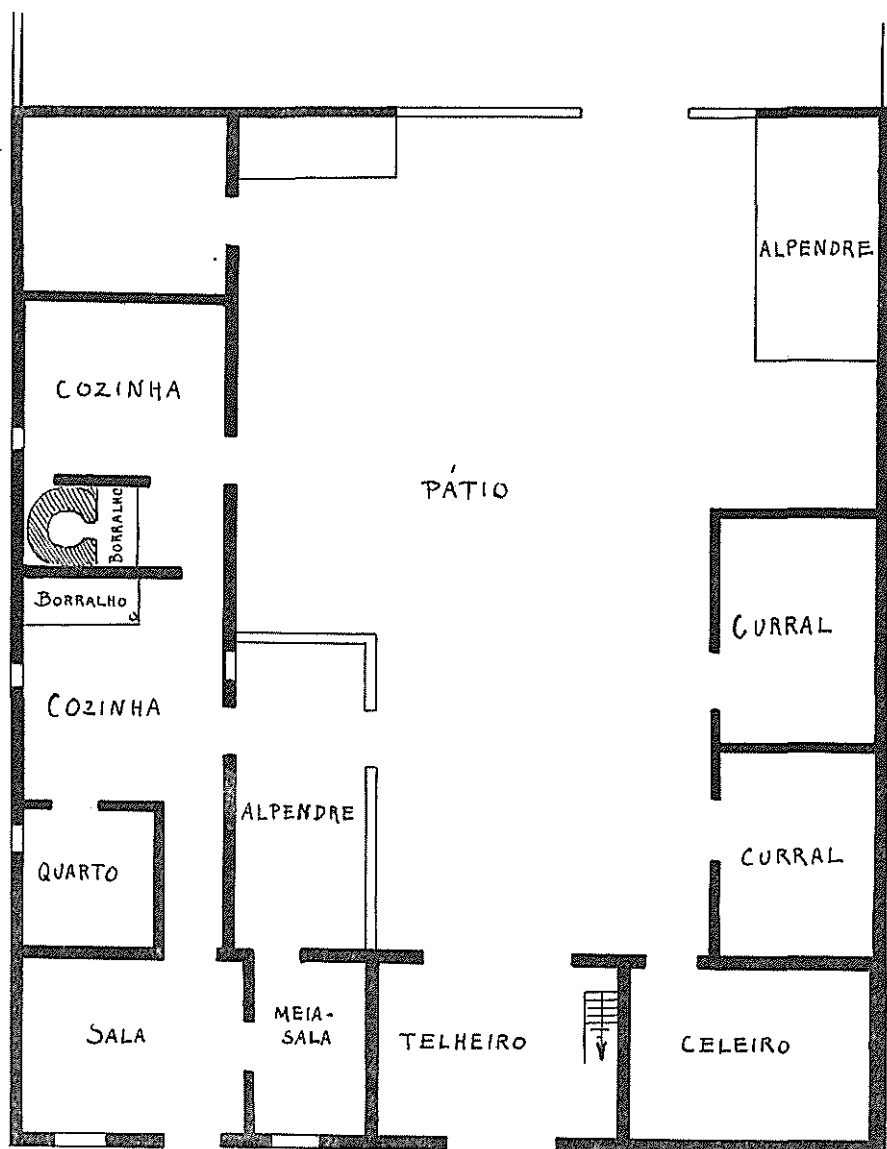
(²³) Por Mira, esta telha vinha e ainda vem muitas vezes, de Barrim, na freguesia da Tocha. É de notar o topónimo, em relação com a produção desse material.

II — A casa Gandaresa

A casa gandaresa pode considerar-se uma categoria regional dentro do tipo geral das casas de pátio fechado, que sob outras formas se manifesta em muitas regiões do País e nos demais países europeus, visto que, de acordo com a sua definição ⁽¹⁾, todos os edifícios que a constituem se dispõem de maneira a formarem um pátio interior, onde se acumulam os produtos com que se prepara a grande massa de estrumes necessários à agricultura das areias. Todos esses edifícios — casa de habitação, cozinha, lojas, celeiros, telheiros ou cobertos, currais e galinheiros, etc. — dão para esse pátio interior, que marca a unidade do conjunto, e confere à casa gandaresa um acentuado cunho de casa agrícola. Quando os diferentes elementos não são suficientes para fechar o pátio, a cerca completa-se com muros; e sucede também por vezes que as traseiras do pátio dão para uma hora igualmente murada, dispensando então que o pátio seja fechado desse lado.

Deve-se, porém, notar que, aqui, a casa, embora do tipo de pátio, derivado das condições particulares do povoamento da região e das exigências da sua agricultura específica, apresenta também, ao mesmo tempo, certas características de casa de fachada, com uma frontaria que se distingue pelo esmero do seu acabamento, relacionado com a atitude psicológica própria das condições em que ela surge. Nos aglomerados urbanos e de um modo geral nas casas situadas à face de caminhos públicos, esta última feição sobreleva decisivamente, e a fachada frontal prevalece sobre o pátio, que na maioria dos casos fica para as trazeiras e mal se adivinha. Pelo contrário, nas casas isoladas no meio das terras de cultura, o pátio evidencia-se com grande nitidez, sobresaindo visivelmente, e elas aparecem fechadas no quadrado dos muros e edifícios de paredes de adobe, sem qualquer fachada à vista do público e quase sem rasgos para o exterior além do portão de entrada; e é de notar que isto — que de resto acontece tanto na região gandaresa como nas áreas vizinhas — se vê sobretudo nas casas que parecem mais antigas ou concebidas de acordo com a mais antiga tradição. Aparecem também casos híbridos, em que coexistem e se fundem os dois movimentos: casas igualmente fora de caminhos, em que portanto é ainda sensível o pátio, mas que mostram também uma fachada para o exterior, muitas vezes mesmo com o típico motivo gandarês da janela-porta-janela, que adiante estudaremos, cuja localização, ali, não corresponde a nenhuma necessidade funcional.

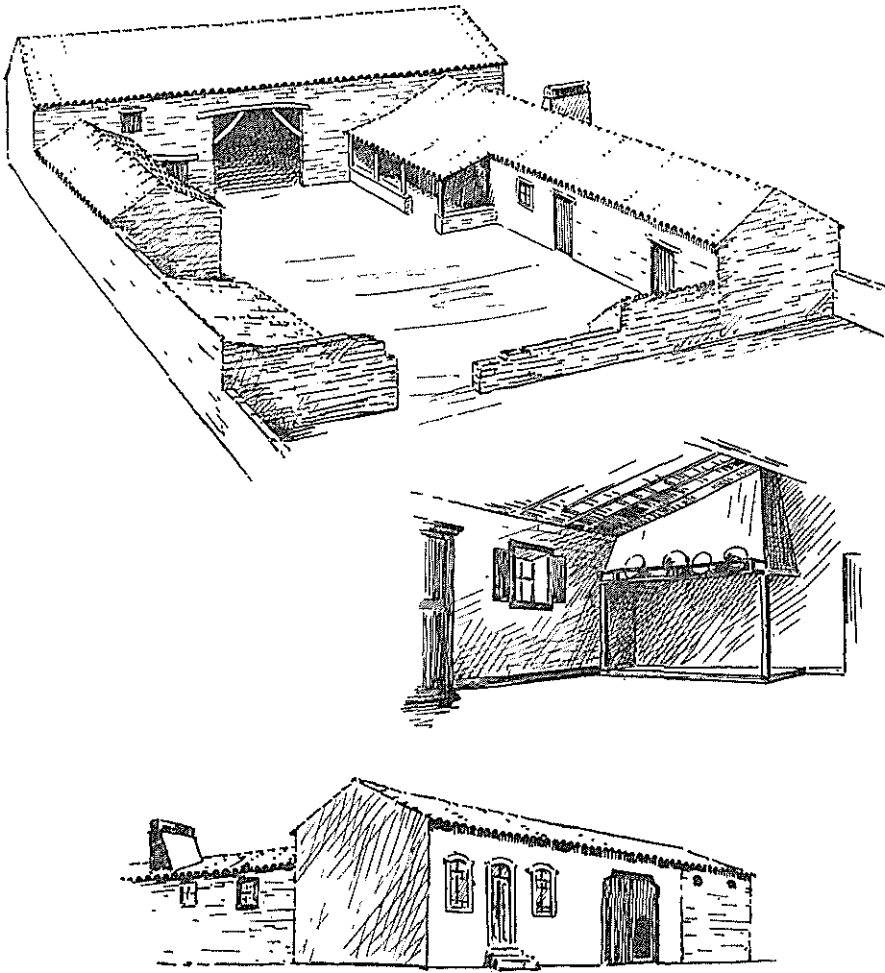
Nesta casa-pátio, como de resto na generalidade das casas do mesmo tipo que se conhecem por toda a parte (2), todas as constru-



Desenho 1 — Planta duma casa de Mira.

ções são térreas. Tanto pessoas como animais e arrecadações estão instalados em edifícios apenas de rés-do-chão; só o sobrado que serve

para secar o feijão ou guardar outros produtos agrícolas foge a esta regra, ficando ora sobre a casa de habitação, ora em edifício próprio, mas neste caso também elevado, e com aberturas para fora. E, além

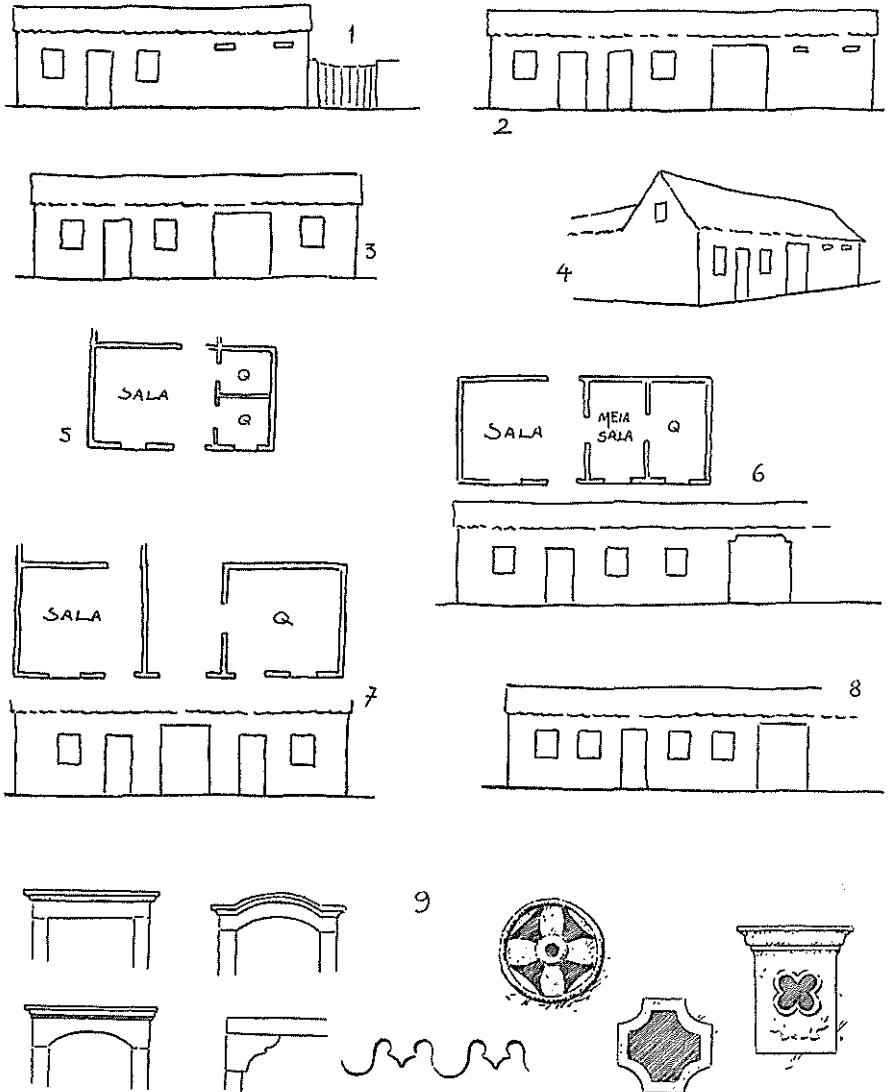


Desenho 2 – Casa de Mira.

desta característica, que é comum a todas as casas-pátio em geral, a casa gandaresa distingue-se pela existência de certas feições especiais, que nela se mostram regularmente, e a individualizam nitidamente dentro do conjunto provincial, e que a seguir descreveremos.

Contudo, não se pode falar num tipo definido e único de casa gandaresa, mas apenas numa certa estrutura e linhas gerais características,

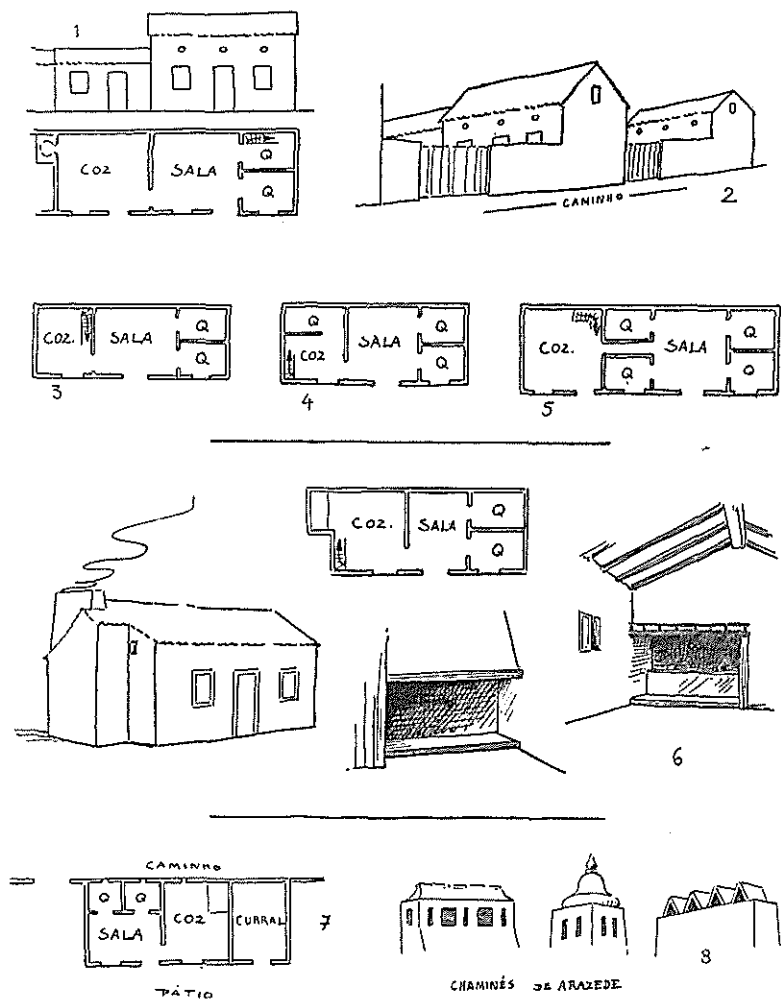
e principalmente em determinados elementos típicos que aparecem agrupados de modo diverso conforme as várias zonas, dentro do conjunto



Desenho 3 — Casas de tipo de Mira.

gandarês. E assim definida, esta casa não é exclusiva da região gandraesa: tais elementos, com efeito, aparecem igualmente nas casas das áreas limítrofes, de Cantanhede, de Vagos até Aveiro e ao Vouga, e

mesmo, muito esporádica e diluídamente, ao norte desse rio, e ainda ao sul do Mondego, etc., por vezes mesmo em combinações semelhantes a algumas que se vêem na Gândara (³). E assim, dada a data provavelmente mais recente do povoamento desta, e por outro lado o ajusta-



Desenho 4 — Casas do tipo da Tocha.

mento deste tipo de casa às condições economico-naturais dessas regiões limítrofes, pode-se supor que elas são aí mais antigas, tendo-se difundido daí para a Gândara, onde conheceram em seguida a maior voga, por aí responderem do mesmo modo perfeito às suas condições naturais, económicas, culturais, e de povoamento.

Os elementos fundamentais da casa gandraesa em geral, a que atrás aludimos, que se acrescentam aos caracteres comuns das casas-pátio, parecem ser nomeadamente uma fachada frontal composta de um motivo típico de janela-porta-janela, e um celeiro com postigos, que ora se situam a seguir àquele conjunto, ora sobre ele; um telhado de duas águas — e outros elementos ainda que aparecem com toda a regularidade mas em combinações especiais, que marcam particularismos locais diferenciados. É precisamente com base nestes últimos, e também na disposição especial dos elementos comuns, que estabelecemos, dentro da categoria geral da casa gandraesa, dois tipos locais, que passamos a descrever, e que designaremos respectivamente por Casas de Mira e Casas da Tocha, segundo as localidades de vulto em que elas ocorrem com maior frequência — que consideraremos seus centros culturais, se não de difusão —, e que, dentro de cada um, mostram muitas variantes locais ou gerais, das quais indicaremos as mais notáveis ou significativas.

CASAS DE MIRA

A casa de Mira mostra para a estrada uma fachada térrea e comprida, na qual as aberturas se dispõem numa ordem certa — janela, porta, janela —, formando um conjunto que constitui um elemento característico, e por fim um lança de parede apenas com dois óculos ao alto, um pouco abaixo do beiral. Esta fachada corresponde a um corpo rectangular, que abriga de um lado, a parte de habitação, com as janelas e a porta, e do outro o celeiro, com os postigos; entre as duas, rasga-se o *portão*, numa passagem coberta — o *telheiro* — para o *pátio*, que fica nas traseiras. A parte de habitação, de alto pé-direito, prolonga-se para a retaguarda por um corpo perpendicular de telhado mais baixo, onde se localiza uma ou mais vulgarmente duas cozinhas, e muitas vezes, entre estas e o corpo frontal, um quarto; e a ele seguem-se não raro outras dependências, em sucessivos edificios pequenos e cada vez mais baixos. O corpo da rectaguarda forma um dos lados do pátio, e vira para ele um *alpendre* estreito, para o qual abre a porta da cozinha. Os outros dois lados são fechados pelos currais, pocilga, galinheiro, cobertos, e outras dependências menores, e por muros. É vulgar a existência de uma horta ou campo a seguir ao pátio. Os telhados, do corpo frontal e da ala da rectaguarda — mesmo o dos vários pequenos edificios que se lhe seguem — são sempre de duas águas, e, sobretudo nas casas mais antigas, não muito inclinadas; toda a construção é

de adobe, e no exterior apenas a fachada frontal é rebocada; mas esta oferece geralmente um bom acabamento, com as molduras de janelas e porta, frisos de beirais e pilastras muitas vezes ornamentadas, e em cantaria lavrada.

A casa é pois uma construção em L, com pátio fechado á recta-guarda, que não se nota da rua. A parte de habitação é formada por dois compartimentos no corpo da frente — a *sala*, com janela e porta para a rua, e a *meia-sala*, com a outra janela — ; e pela cozinha ou cozinhas no corpo da recta-guarda, e um ou mais quartos entre estas e a sala, na qual se abre a porta interior de passagem. O telheiro, além de passagem coberta para o pátio, serve também de abrigo e arrumação. A seguir ficam os dois celeiros, o de baixo com porta para o pátio, e o de cima, iluminado pelos dois óculos, com acesso por uma escada que parte geralmente do telheiro.

Notamos assim nesta casa os seguintes elementos: o motivo exterior característico de janela-porta-janela, numa fachada cuidada, a que corresponde interiormente uma planta compreendendo a sala e a meia-sala; na mesma fachada, o portão, a meio, dando para o telheiro coberto e o pátio; os celeiros laterais, térreo e sobradado, este iluminado por pequenos óculos altos, que abrem para a rua, do outro lado do portão; e o corpo da recta-guarda, com as cozinhas e as demais dependências, abrindo para o pátio, e mostrando para fora paredes cegas, de adobe sem reboco.

Sala — De acordo com a regra geral na casa rural portuguesa, a sala tem aqui funções essencialmente cerimoniais, relacionadas em especial com certas solenidades, festas familiares, casamentos, etc., e sobretudo a velada fúnebre.

Meia-sala — A meia-sala faz sobretudo de quarto de dormir e arrecadação de géneros, sendo frequente ela servir só para este fim. Em Lagoa, a meia-sala, que é de dimensões maiores do que as habituais, utiliza-se para aí se colocar o corpo do defunto durante a velada fúnebre, deixando-se assim livre a sala.

Quarto ou quartos de dormir — O quarto ou os quartos de dormir situam-se na ala da recta-guarda, entre a sala e a cozinha, abrindo para uma passagem com porta para a sala. As filhas da casa dormem sempre em quartos, para ficarem mais «resguardadas»; se não há aposentos que cheguem para todos, são de preferência os pais quem dorme em colchões ambulantes (Ermida).

Cozinhas — É muito frequente a existência de duas cozinhas, das quais uma faz as mais das vezes de sala onde se come. Na cozinha mais tosca, ou *cozinha do forno* (pois é nela que se encontra o forno, ou para ela que ele abre a boca, quando é construído no exterior, o que é corrente), é onde se cozinha para os animais, e também onde normalmente se preparam as refeições. Embora seja nela que estão geralmente as pessoas da casa, quando vem gente de fora passa-se sempre para a cozinha melhor. Por isso nos disseram que esta está sempre «mais esmeradinha».

Ambas as cozinhas são de telha vã, mesmo na generalidade das casas boas. A luz entra por um pequeno postigo para as traseiras, muitas vezes sem qualquer vidraça. A lareira, ou *borralho*, fica sempre a um canto do compartimento; é de ladrilho ou tijolo, e eleva-se em geral uns 12 a 20 cm acima do pavimento, com uma guia de madeira. A boca do forno do pão abre para este borralho. A saia da chaminé que cobre esta lareira apoia-se no *pião* de madeira, que é uma coluna, por vezes torneada, e remata numa prateleira onde se dispõem pratos.

À volta da cozinha há *cantareiras* de madeira, pregadas em *chaços* metidos no meio dos adobes, onde se guarda a louça. Assentes na grelha, ou *trempe*, vêem-se os tachos e painéis; mas as velhas panelas de três pernas, que se colocavam directamente sobre o lume, já raramente se encontram.

As chaminés saem fora e acima do telhado, e são grandes e de forma alongada, quase sempre perpendiculares ao cume do telhado; à cozinha do forno falta com frequência a chaminé, escapando o fumo por uma simples abertura obtida com telhas que se levantaram.

Celeiros — Os celeiros, além da sua função específica, servem de sítio onde dormem os rapazes, quando não há quartos que cheguem para todos, o que é frequente. Mais para o interior, onde a cultura da vinha tem progressiva importância, o celeiro térreo desempenha as funções de adega, e toma esse nome.

Pátio — O pátio é o local central, para onde se vira toda a vida da casa. Sem qualquer pavimentação, o seu chão é de terra, as mais das vezes arenosa. Para ele abrem todas as dependências menores a que aludimos — currais, pocilga, galinheiro, alpendres, telheiros, cobertos, lojas, etc. — além das cozinhas e partes de habitação; para o exterior, pelo contrário, o pátio tem apenas o portão, rasgado ao fundo do telheiro coberto de entrada. Não raro, à sua volta ou em qualquer lado, vê-se uma parreira, montada em grossas colunas de adóbe. Por todo ele, madeiras, lenhas, e principalmente pilhas de junco, mato ou fagulha

de pinheiro — por vezes parte desta espalhada no chão como um fofa tapete — aguardam a altura de serem levadas para as cortes ou para os campos.

Telheiro — Como dissemos, o telheiro, além de passagem coberta do exterior para o pátio, serve também de abrigo, para o carro ou a gente que entra, e ainda de arrumação, quando é largo. O carro, muitas vezes, arruma-se num segundo telheiro, que borda o pátio, a seguir aos currais.

Alpendre — O alpendre fica no pátio, a par do corpo da retaguarda, no vértice formado por este e pelo corpo frontal; e vai até à altura da porta da cozinha ou das duas cozinhas. É um simples prolongamento da água do telhado, apoiado em colunas de adóbe, ou mesmo apenas em toscos prumos de madeira.

Em conclusão, pode dizer-se que, a despeito do esmero da frontaria, que faz crer num certo conforto interior, estas casas são de um modo geral pobres, e a vida dos seus moradores é rude e sóbria; e isto torna-se mais evidente ainda nas casas que parecem ser mais antigas, muito baixas, pequenas e toscas.

Este tipo de casa, que atrás definimos, aparece bem caracterizado em toda a zona de Mira, na própria vila — onde, porém, naturalmente, a maioria das casas têm uma feição puramente urbana e por isso diferente —, e sobretudo nos seus arredores, podendo considerar-se aí o seu centro cultural; ele alastra daí para o norte até aos limites da região gandaresa, e deles para cima até ao Vouga, transpondo mesmo, em casos raros, isolados, e menos típicos, esse rio; para o sul, ele estende-se até alturas da Caniceira, onde parece começar a área da casa da Tocha; para leste, ele atinge na Camarneira os limites da região gandaresa por esse lado, mostrando aí influências da casa bairradina de Cantanhede (4). Mas aparecem também muitas casas deste tipo fora da sua área, na região gandaresa do sul e de leste, onde domina o tipo de Tocha, espalhadas por toda a parte, embora, aí, elas constituam sempre as construções mais recentes (5); nesses casos, geralmente, alguns dos elementos característicos do tipo de Mira aparecem mais ou menos dominados pelas formas locais. Por outro lado, mesmo na sua área própria, o tipo de Mira apresenta muitas vezes variantes consideráveis, quer no que respeita à forma daqueles elementos ou à ordem segundo a qual eles se dispõem, quer na inclusão de elementos estranhos, que

em certos casos constituem a adaptação de elementos típicos de outras áreas gandasas — e que, num caso como no outro, se podem considerar formas características locais; são algumas dessas formas, que nos parecem mais definidas e significativas, que passamos a indicar.

Variantes gerais e locais:

Celeiros: a) *Celeiros sem óculos, ou apenas com um* — Por toda a parte, vêem-se casas cujo celeiro sobradado tem apenas um postigo, ou até nenhum. A norte de Calvão e pela zona de Sanchequias, Rines, Vila Mar, e também Sosa, os celeiros com dois óculos são mesmo raros; em várias casas, os rasgos de iluminação são apenas meio adobe tirado; contudo, mesmo aí, as casas melhores mostram geralmente os dois ou pelo menos um dos postigos.

b) *Celeiros com janela para a frente* — Por vezes, iluminando o celeiro térreo, aparece uma janela igual às outras a seguir ao portão, sem que isso porém implique qualquer diferença de estrutura (Desenho 3, n.º 3); e se em certos casos essa dependência é utilizada como quarto de dormir, o certo é que a sua função essencial continua a ser a de celeiro, explicando-se a janela talvez apenas pelo desejo de enriquecer a frontaria da casa. Estas casas com celeiro térreo de janela para a frente são sobretudo frequentes na zona de Ouca, Bustos, Covão do Lobo, Sanheira, etc.; em Bustos, a entrada dessa divisão faz-se sempre pelo telheiro.

c) *Celeiro sobradado sobre a parte de habitação, ou mesmo a todo o comprimento da casa* — Em muitas casas, aproveita-se não apenas, nos termos que indicamos como regra mais geral, o vão do telhado que corresponde ao celeiro térreo, mas também aquele que corresponde à parte da habitação; e, mais raramente, esse aproveitamento abrange até o espaço correspondente ao telheiro, apresentando-se como sótãos sobradados para arrecadação a todo o comprimento do prédio. Esta variante encontra-se em casas dispersas mais ou menos por toda a área da casa de Mira, especialmente naquelas cujo telhado tem grande inclinação, e que são, de um modo geral, mais recentes, mostrando aí, como processo normal de iluminação, um janelo rasgado na empena (Desenho 3, n.º 4).

Este celeiro sobradado sobre a habitação constitui, como veremos a seguir, um elemento típico da casa da Tocha, a qual por seu turno, parece filiar-se na casa bairradina de Cantanhede. E de facto, a atestar

essas influências, na zona da Camarneira, na faixa leste da área da casa de Mira que confina com a região de Cantanhede, esta variante aparece não só com uma densidade que nos leva a definir, em função dela, um tipo local, mas sobretudo nas casas mais antigas ⁽⁶⁾; e mostra mesmo, em vez de janela na empena, postigos rasgados sobre a porta e janelas da frontaria, que são a solução específica de iluminação do sótão nas casas da Tocha e de Cantanhede.

d) Ausência de celeiro lateral — De Soza a Bustos são frequentes casas sem celeiro, podendo, em alguns casos, o facto explicar-se pela pequenês da unidade rural, que o dispensa, ou do prédio, que o não consente. Outras vezes, nomeadamente em Bustos, numa solução que de certo modo se aproxima da que é peculiar à casa da Tocha, aproveita-se para celeiro o sobrado sobre a habitação, sem porém que isso tenha o menor reflexo sobre a altura da fachada.

Localização do portão — Em certos lugares, como Lagoa, por exemplo, nas imediações de Mira, é frequente o portão situar-se fora do corpo da casa, a seguir a ela, ficando assim o celeiro lateral contíguo à parte da habitação (Desenho 3, n.º 1).

Por outro lado, em Febres, o celeiro muitas vezes não existe como tal, sendo substituído por um quarto amplo, de dimensões iguais às da sala; e o portão situa-se então em perfeita simetria a meio da fachada (Desenho 3, n.º 7).

Variantes na divisão interior que se reflectem na frontaria — Certas casas, cuja meia-sala é de dimensões consideravelmente maiores que o habitual, mostram mais uma porta na fachada frontal, que faz a saída directa desse compartimento para a rua (Desenho 3, n.º 2).

Outras vezes, como por exemplo em Febres, onde isso é muito frequente, existe um quarto contíguo à meia-sala, que provoca o aparecimento de mais uma janela na fachada, a seguir ao motivo habitual do conjunto janela-porta-janela (Desenho 3, n.º 6).

Outras vezes ainda, como sucede em Covões, onde a divisão interior das casas não obedece a um plano regular, as fachadas, correspondentemente, mostram com frequência mais uma janela de cada lado daquele motivo (Desenho 3, n.º 8); por vezes mesmo, tal como atrás dissemos, existe também um compartimento com porta directamente para a rua, além da sala.

Variantes na divisão interna, que não se reflectem na fachada — Na zona de Boco, Bustos, Mamarosa, Sobreiro, etc., há muitas casas que em vez da meia-sala apresentam duas alcovas a abrir para a sala, numa solução que encontramos também como um elemento típico da casa da Tocha (Desenho 3, n.º 5).

Cozinhas — Dissemos que por toda esta área é muito frequente a existência de casas com duas cozinhas, que se situam no corpo da retaguarda; contudo, na zona noroeste, a segunda cozinha é rara. Deve-se em todo o caso notar que o facto de se ver uma só chaminé não indica necessariamente a cozinha única, pois, como vimos, muitas vezes, a *cozinha do forno* mostra apenas, para a saída do fumo, umas telhas levantadas.

Finalmente, fazendo excepção à regra que mencionamos, em Sanchequias, povoação de aspecto pobre, abundam casas cujas frontarias são de um acabamento muito tosco e descuidado, embora mostrem igualmente o típico motivo *gandarês* da janela-porta-janela, que é em si mesmo um elemento essencialmente de aparato. Pelo contrário, na zona de Febres, onde as casas deste tipo parecem ser mais antigas, encontram-se exemplares com padieiras, frisos de beirais, postigos, etc., em estuques ou calcáreo profusamente ornamentados (Desenho 3, n.º 9; os postigos aqui são de iluminação da sala).

CASAS DA TOCHA

Ao sul do extenso pinhal que separa Mira da Tocha, o tipo de casa que descrevemos perde o carácter de padrão local que tinha no norte, embora subsista em numerosos casos isolados, nomeadamente nas construções mais recentes; e, a partir da Caniceira, surge um novo tipo de casa — a casa da Tocha —, também de pátio fechado e que sem dúvida mantém com a de Mira certas afinidades que lhe advêm de um estilo comum a ambas, mas sensivelmente diferente dela em muitos dos seus elementos e sobretudo no modo como tais elementos se dispõem.

Na Caniceira, a casa que nos dizem corresponder ao modelo local tradicional e mais antigo, consta de um corpo principal que mostra o motivo geral *gandarês* da janela-porta-janela, traduzindo-se interiormente numa planta que compreende a sala e dois quartos pequenos que abrem para ela, tendo em cima o sobrado, que serve de celeiro e em muitos casos toma o aspecto de um andar, iluminado por óculos, pos-

tigos ou janelos abertos para a rua sobre aquele motivo (7), e outras vezes na empena, e com a escada de acesso a partir de um dos quartos; e ao lado deste corpo principal, um bloco anexo, mais baixo e pequeno, onde fica a cozinha, a que por vezes se seguem mais dependências menores. Nestas casas, os dois quartos situam-se a um lado da sala, oposto àquele em que se rasga a porta interior que comunica para a cozinha; e exteriormente, a primeira janela do corpo principal corresponde a um deles, e a porta e janela a seguir, à sala; a cozinha, no bloco anexo, tem uma porta e janela próprias (Desenho 4, n.º 1).

Em casas mais modernas, a cozinha fica incorporada no bloco principal, ao qual portanto se reduz toda a casa propriamente dita; e então, a escada de acesso ao sobrado parte dela para cima. Interiormente, a planta é semelhante à das velhas casas que têm a cozinha no anexo lateral; e, correspondentemente, a primeira janela é de um dos quartos, a porta a seguir é da sala, e a outra janela é da cozinha, que comunica com a sala por uma porta interior. Nesta mesma categoria, aparecem também casas, geralmente mais recentes e avultadas, em que a planta interior comporta maior número de divisões, a que corresponde consequentemente um maior número de rasgos exteriores (Desenho 4, n.ºs 4 e 5).

Tanto nas casas mais antigas como nas outras, o pátio de acesso ao pátio abre-se num muro, ao lado da casa, mas não na fachada; e os fornos são quase sempre exteriores, com a sua boca dando para o borralho; este, como nas casas de Mira, fica sempre a um canto da cozinha.

Em confronto com a de Mira, a casa da Tocha mostra portanto as seguintes diferenças fundamentais: a) desaparecimento do celeiro lateral, e localização desta divisão por cima da habitação, pelo aproveitamento do sótão sobradado; e, correspondendo a esta nova planta, casa com frontarias mais altas, por vezes constituindo ou tendo o aspecto de um verdadeiro andar, quase sempre com óculos ou janelos sobre o motivo típico janela-porta-janela, que persiste, e também, muitas vezes, janelo na empena; b) desaparecimento do corpo da retaguarda, onde, na casa de Mira, se situa a cozinha; aqui, nas casas mais antigas, sua substituição por um bloco anexo e independente, contíguo ao principal e mais baixo, no prolongamento da fachada frontal; nas mais recentes, a cozinha fica inclusa no corpo da casa, que se reduz apenas a essa parte; c) deslocação do portal para fora da fachada da casa: não existindo os celeiros laterais, o portal abre-se, aqui, ao lado a seguir à casa ou a meio de um muro do pátio, conforme a localização do prédio

em relação ao caminho público; *d*) interiormente, desaparecimento da *meia-sala*, e generalização duma planta em que aparece um conjunto regular, formado pela sala com dois pequenos quartos cu alcovas que abrem para ela (semelhante à que encontramos acidentalmente nas casas do tipo de Mira, nomeadamente na região de Bustos).

A casa assim descrita na sua estrutura geral, encontra-se, com pequenas variações, da Caniceira para o sul até à Tocha — embora, a partir da primeira destas povoações, se note a tendência para baixarem de altura —, e por toda a faixa compreendida entre a Tocha e Arazede, no limite oriental da região gandaresa, atingindo a zona de Cantanhede, segundo uma área que coincide aproximadamente com a própria delimitação administrativa do concelho de Cantanhede (8).

Na Caniceira, vêem-se muitas casas deste tipo com a empena voltada para o caminho e à face deste, mostrando então quase sempre um janelo alto; e, a seguir, o muro do pátio com o portal de entrada. A frontaria da casa fica assim virada para o interior do pátio, que se situa entre ela e as traseiras da casa vizinha (porque isto acontece geralmente em várias casas seguidas, dando mesmo um aspecto peculiar a certos arruamentos da aldeia). Trata-se de um exemplo em que na realidade prevalece o pátio, embora a fachada seja sugerida pela empena que dá para o caminho (Desenho 4, n.º 2).

Entre a Tocha e Arazede, esta variante não se acusa; mas vêem-se muitas vezes, longe dos caminhos, velhas casas em que prevalece nitidamente o pátio, desenhado na unidade fechada do quadriado dos edifícios e muros em que a fachada desaparece ou perde a sua importância, embora também, em alguns casos, a parte de habitação mostre o motivo da janela-porta-janela virado para o exterior, e seja até geralmente rebocada.

Nesta zona, predominam francamente as casas com a cozinha incorporada no bloco principal, parecendo mesmo serem raras as que têm o anexo lateral; e, dentro da primeira forma, aparece, pelos arredores da Tocha, uma variante notável, que merece ser posta em destaque: na fachada lateral que corresponde à cozinha, ocupando quase a sua metade, a chaminé faz, desde baixo, um recanto saliente, que sobe acima do telhado. Interiormente, situa-se nesse recanto o borrarho, deixando-se à cozinha o espaço rectangular amplo e livre; a saia da chaminé apoia-se num barroto — em tempos mais recentes uma viga de cimento —, lançado entre os dois lados do recanto, e em alguns casos ela é escondida por uma parede vertical que disfarça o recanto, com uma finalidade

apenas estética. Deve-se porém dizer que actualmente já quase ninguém constrói casas com este tipo de chaminé (Desenho 4, n.º 6).

Na zona interior da região gandaresa, em Arazede, Vila Franca, Cadima, etc., a construção é de pedra, mal talhada e ligada com barro; o adobe usa-se geralmente apenas em muros, currais, pocilgas, e outras dependências menores; apesar disso, porém, os caracteres e elementos fundamentais da casa da Tocha do tipo da Caniceira mantêm-se. Em Azarede, contudo, as casas têm uma feição urbana mais acentuada, contíguas umas às outras à face das ruas, entremeadas com casas de natureza diferente, mal se adivinhando o pátio, situado nas traseiras; os celeiros altos constituem um verdadeiro andar, em que predominam os janelos, embora se vejam ainda com relativa frequência óculos pequenos, redondos ou quadrangulares, ao contrário do que sucede em Vila Franca e Cadima, onde se vêem apenas janelas nos sobrados altos.

De Arazede para o sul, até Carapetos, aparecem ainda com maior ou menor densidade certos elementos da casa da Tocha, mas não existe um tipo homogêneo e uniforme; óculos, celeiros, conjunto janela-porta-janela, etc., jogam de maneira indiferente e confusa; pode-se apenas dizer que a cozinha fica sempre no bloco principal. E, por alturas de Carapetos, ao mesmo tempo que vamos penetrando progressivamente na paisagem do «Campo» — os Campos do Mondego —, a casa local acaba por perder qualquer parentesco sensível com as que encontramos na Gândara, embora perdurem alguns desses elementos, que se vêem mesmo ao sul daquele rio (º).

Da Tocha para o sul, até ao limite da região gandaresa, na Cova de Serpe, as casas apresentam ainda os elementos fundamentais do tipo da Tocha, mas notam-se, em relação a ele, certas peculiaridades. Assim, a sua altura diminui consideravelmente, os óculos altos desaparecem completamente, e rareiam os sobrados; quando estes existem, a sua iluminação faz-se sempre por um janelo na empena. Além disso, em certos lugares, as fachadas mostram com grande regularidade uma variante do motivo gandarês da frontaria, que consta de janela-porta-janela-porta.

Com muita insistência, nota-se a inclusão da cozinha no bloco principal, com a chaminé no topo correspondente do edifício, embora sem nunca fazer o recanto característico dos arredores da Tocha. E do mesmo modo, quase sempre a fachada se prolonga por um anexo menor, geralmente o curral.

Interiormente, em relação a esta casa em geral, a planta assemelha-se à das casas da Tocha, com os dois quartos ao fundo da sala

(Desenho 4, n.º 7); e isto vê-se já em casas que parecem ser as mais antigas.

Tornam-se bastante frequentes, principalmente por Bom Sucesso e Casal Novo, esse género de casas em que prevalece o pátio sobre a fachada, com a frontaria virada para o pátio e mostrando para o caminho apenas paredes cegas ou com raros rasgos muito exíguos em qualquer altura; esta feição vê-se de um modo geral por toda a Gândara, e notamos mesmo na Caniceira um tipo especial, em grande número, que voltava para o caminho a empena da casa, com o janelo do celeiro alto, ao lado do muro onde se abria o portal do pátio; mas nesta zona, estes pátios não são tão fechados como mais ao norte, os edifícios são mais baixos, e o conjunto tem um aspecto mais antigo e rústico.

NOTAS

(¹) Utilizamos aqui a classificação do geógrafo francês ALBERT DEMANGEON, que consta do seu livro intitulado: «Problèmes de Géographie Humaine» (2.ª edição), Paris, 1943, págs. 230-232. Este trabalho apareceu pela primeira vez em 1937, sob a forma de comunicação ao Primeiro Congresso de Etnologia Regional de Paris, tendo sido publicado nas «Publications du Département et du Musée des Arts et Traditions Populaires».

(²) Cfr. ALBERT DEMANGEON, *op. e loc. cit.*, pág. 281.

(³) É fora de dúvida que muito mais ao norte da região gandraesa própria dita se encontram com efeito casas com as frontarias semelhantes às de Mira, que acusam um parentesco evidente com as gandraesas. Relativamente pouco numerosas por Vagos, Aveiro, e até Cacia, elas formam porém a quase totalidade das habitações da área compreendida entre a Palhaça e Fermentelos. Do mesmo modo, a casa da zona interior gandraesa não pode deixar, como veremos, de se considerar estreitamente relacionada com a casa de Cantanhede, notando-se a influência deste tipo mesmo até à Tocha. A este respeito, veja-se a nota.

(⁴) No livro de RAQUEL SOEIRO DE BRITO, intitulado: «A Ilha de São Miguel» (Estudo Geográfico), I. A. C., Lisboa, 1955, pág. 182 (e Estampa xxix), a A. descreve e mostra uma casa das «Lombas» de Povoação, naquela Ilha, cuja fachada se aparenta muito com a casa gandraesa do tipo de Mira, com o janelo por cima do portal do pátio.

(⁵) Este facto parece indicar um alargamento progressivo da área de difusão da casa do tipo de Mira na região gandraesa, e talvez o seu predomínio sobre os demais

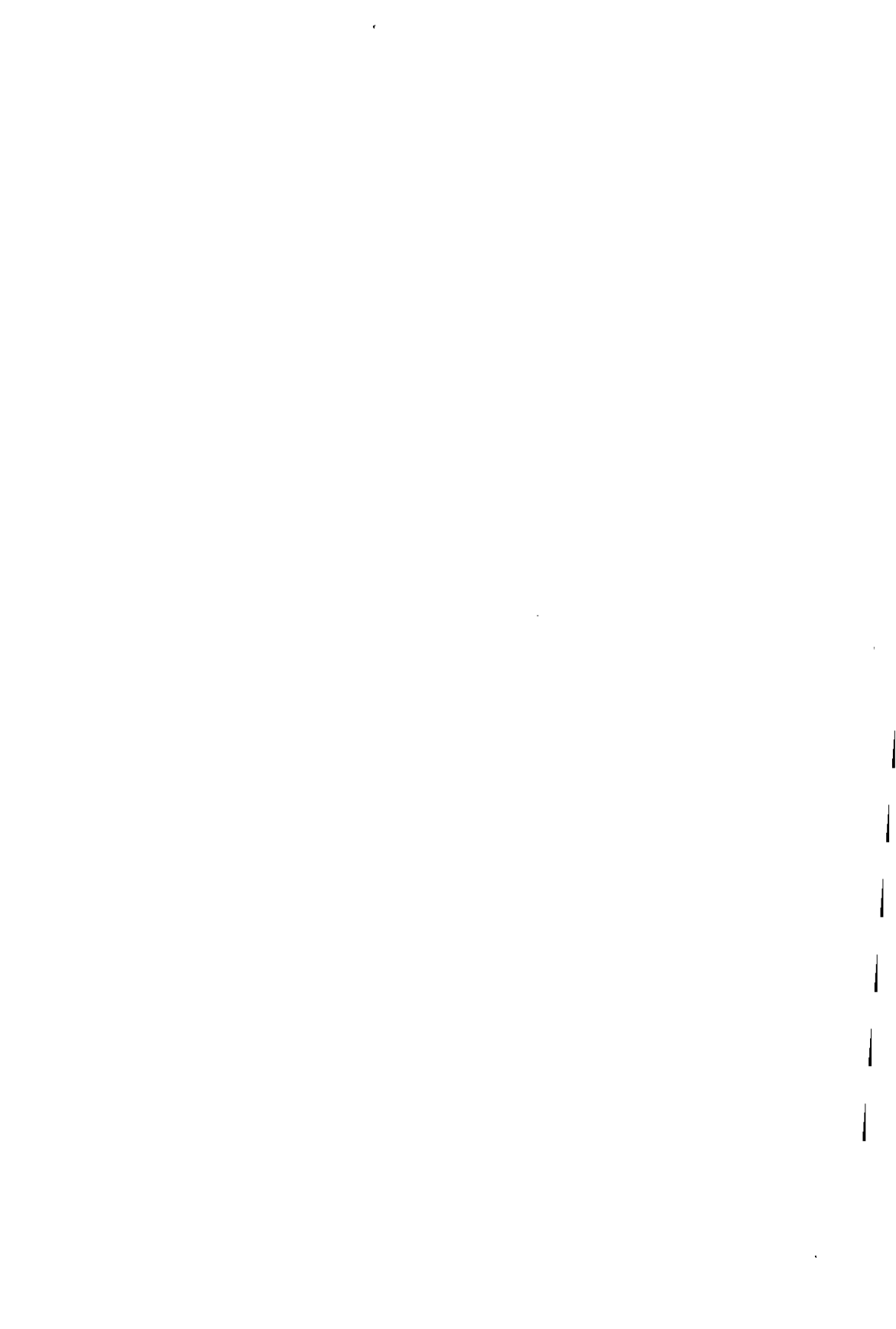
(⁶) Na Quinta da Camarneira notámos uma casa desse género, com janela na empena, datada de 1893. Mas, de um modo geral, pode dizer-se que nestas áreas do adobe, é difícil determinar a idade das construções. Em todo o caso, é fora de dúvida que, pelo menos na maioria dos casos, as casas do tipo de Mira que descrevemos, nunca devem ser anteriores ao último quartel do século XIX. Casas mais velhas, que surgem aqui e além, mostram-se muito diferentes, baixas e pobres,

muitas vezes sem qualquer rebôco na fachada, e com os compartimentos reduzidos à cozinha e sala geralmente isoladas no meio das terras de cultura, ou à face de caminhos secundários. E cabe perguntar se este tipo elementar de casa teria sido o das raras e dispersas habitações existentes até àquela data, antes do povoamento intenso que teve lugar depois dessa época. De resto, nas regiões limítrofes da Quinta da Camarneira, Covões, etc., vêem-se muitas casas datadas, do tipo da casa de Mira, e sempre da época que indicamos conjecturalmente.

(⁷) Casas terreas com postigos ou janelas sob o beiral, para iluminação de sótãos, nos termos indicados, são raras entre nós. Ao norte da Póvoa de Varzim, encontra-se um tipo de casa nessas condições térrea, com pequenos postigos abaixo do beiral, iluminando um sótão de arrumações, que faz pensar nos postigos ou janelas dos celeiros gandareses. Mas aqui, tal elemento parece-nos derivar e relacionar-se com os «falsos» das casas poveiras (Cfr. ERNESTO DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO, Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim, in: Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. xv, Fascs. 3-4, Porto, 1955-57, págs. 219-264, e Fig. 7).

(⁸) Vimos atrás que, justamente por causa deste parentesco, que neste caso se precisa notavelmente, é de admitir a filiação da casa gandaresa deste sector na casa da região limítrofe, nomeadamente de Cantanhede, de povoamento mais antigo.

(⁹) Com efeito, ao sul do Mondego, a casa situa-se do mesmo modo à face do caminho, com uma fachada térrea onde se vê um motivo de janela-porta-janela parecido com o de Gândara, seguida de um portão largo que dá entrada para o telheiro — a que chamam *zambório* — e pátio; mas só com o estudo aprofundado do seu interior se poderá chegar a qualquer conclusão acerca da natureza exacta das relações que ela tem com a casa gandaresa. De facto, o motivo em questão apresenta-se com uma estrutura diferente: a porta não fica a igual distância das duas janelas, porque muitas vezes o borrhão da cozinha está entre ela e a janela, alargando o espaço entre ambas. Também o portão embora no prolongamento da fachada (como sucede na casa gandaresa da Tocha), é geralmente independente desta, com um telhado diferente, acusando mesmo, frequentemente, um ligeiro recuo. Contudo, parece inegável a existência de um certo parentesco, se não de origem, pelo menos derivado de influências ou de sugestões, difíceis de precisar.



Subsídio para o estudo do factor Rh em Macaenses

POR

ANTÓNIO DE ALMEIDA

Em 1953-1954, a Missão Antropológica de Timor, que tive a honra de chefiar, examinou cerca de meia centena de Macaenses — chegados à Província Portuguesa desse nome para trabalhar como operários contratados pelo Governo local —, havendo feito sobre os mesmos numerosas observações merísticas e fisiológicas, de impressões digitais e dos grupos sanguíneos ABO, cujas conclusões já foram em parte tornadas públicas.

A série dos grupos sanguíneos clássicos foi, em 1957, ampliada pelo Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, compreendendo agora 130 determinações, as quais com as 355 provas de idêntica natureza obtidas por R. VIEIRA, perfazem perto de meio milhar, montante portanto que me parece ser suficientemente grande para dar resultados estatísticos dignos de mérito.

Presentemente, e a par destes exames sero-antropológicos, conta-se a série de factores Rh, há poucos meses realizada por mim, em Timor, sobre alguns dos referidos Macaenses e outros posteriormente vindos para ali, num total de 86 homens — 26 artífices contratados pelo Estado e 60 presos, enviados pelo Tribunal de Macau.

Os indivíduos estudados possuíam as características somáticas fundamentais dos Chineses do Sul, entre as quais se salientam: estatura abaixo da média, corpulência fraca, cabelo liso, mesocefalia, cor amarelo-terrosa, mesorrinia, média espessura dos lábios e obliquidade das fendas palpebrais — acompanhada em alguns exemplares de prega mongólica, esboçada apenas em outros.

Tratando-se, segundo creio, do primeiro trabalho desta índole feito sobre Macaenses, utilizarei a série indicada em virtude de não ter sido exequível convencer a prestarem-se às provas hematológicas mais componentes de ambos os sexos da colónia chinesa em Timor Português

— mais de três mil pessoas, exercendo quase exclusivamente a profissão de comerciante.

Conquanto pequena, a série em estudo é superior às dos Italianos de Macarata (50 observações) e de Ferrara (66), Bascos (44), Espanhóis «Agotes» (51), Mexicanos espanhóis (50), Chineses (30) e Javanese de Surinan (31), aproximando-se das séries dos Tuaregues de Azqter (89), Eritreus (85) e Mexicanos nativos (90) — conseguidas respectivamente por MAURIZI (em 1950), NOTATO e PODEVAN (em 1950), GUASCH (em 1948), HORS (em 1951), COLLIER e colaboradores (em 1952) e por JACQUEMIN (em 1952), LOW (em 1948) e SALAZAR MALLEN e MARTINEZ (em 1947).

*

Na impossibilidade de, por falta de corrente eléctrica, me servir da caixa de visualização dos laboratórios — dotada de faces brilhantes e aquecida por lâmpada de 25 W —, fiz as determinações do factor Rh, utilizando o método de Laszczower, que consiste em empregar um frasco de vidro de faces planas, contendo água quente a 40-35 graus centígrados (temperaturas verificadas com termómetro apropriado), substituída logo que descesse de 1 a 2 graus.

Após a lavagem do dedo indicador do observando, retirava uma gota de sangue e punha-a na superfície do recipiente, colocando a seguir sobre ou ao lado daquela uma gota de soro anti-D Sanitas, contido num frasco conta-gotas — conservado abaixo de 0° dentro de um frigorífico ou em caixa refrigerada, conforme as circunstâncias locais.

Com uma vareta de vidro, bem limpa, misturava os dois líquidos homogêneamente, agitando levemente o recipiente da água.

Em geral, a reacção não se demorava, graças à grande sensibilidade do soro-padrão; ao cabo de 3 a 5 minutos, fazia a classificação e, quando as aglutinações não eram nítidas macroscòpicamente, repetia as provas, desaproveitadas no caso de incerteza.

*

As percentagens e respectivos erros das determinações do factor Rh nos 86 Macaenses do sexo masculino distribuíram-se assim, segundo a presença de positividade ou negatividade:

$$\begin{array}{l} \text{Rh} + = 85 \text{ ——— } 99,00 \pm 1,07 \% \\ \text{Rh} - = 1 \text{ ——— } 1,00 \pm 1,07 \text{ } \gg \end{array}$$

Em face dos valores expostos, reconhece-se que, entre os Chineses de Macau, a Rh positividade é elevadíssima, tal qual o que acontece com seus irmãos de raça já estudados sob este importante aspecto serológico — tão valioso na caracterização dos grupos étnicos que LAHOVARY não hesitou em considerar o factor Rh precioso auxiliar da biometria clássica e tanto ou mais especificamente racial do que os restantes principais sistemas sanguíneos até agora descobertos.

Realmente, os povos mongolóides quase não possuem Rh negatividade e, quando esta propriedade existe, não passa de percentagem insignificante atribuída a influxos negróides ou caucasóides; que a presença do Rh negativo é escassíssima demonstram-no a minha série e os seguintes dados estatísticos mais volumosos, transcritos de MOURANT e colhidos em Chineses dentro ou fora da sua terra natal, respectivamente pelo Banco de Sangue de Hawai (em 1950), por PAN (em 1950), LEVINE e WONG (em 1943) e SUTARMAN (em 1951).

N.º de casos	Grupos étnicos	%	
		Rh +	Rh -
330	Chineses	99,70	0,30
2.324	> de Pequim	99,40	0,60
150	> da cidade de Nova Yorque	99,33	0,67
101	> de Jacarta	100,00	—

Esta flagrante uniformidade bio-serológica levou MOURANT a afirmar que os Chineses, não obstante o seu elevado montante demográfico e se haverem espalhado por imensa extensão territorial e serem ainda herdeiros de pujante civilização milenária largamente expandida, mais do que outros povos mantêm as suas características raciais, cuja estabilidade continua a ser favorecida pela invencível relutância que os Mongóis manifestam ao cruzamento com gentes de diferente origem, nomeadamente caucasóides e negróides.

Por isso, em Timor Português se, de onde em onde, os Chineses do sexo masculino se mestiçam com mulheres nativas, nunca ou excepcionalmente ocorre facto inverso.

As observações do factor Rh que fiz sobre 2.979 nativos de Timor (2.768 ♂ e 211 ♀) levaram aos seguintes resultados:

$$\begin{array}{l}
 \delta \left\{ \begin{array}{l} \text{Rh} + = 99,50 \pm 1,07 \% \\ \text{Rh} - = 0,50 \pm 1,07 \% \end{array} \right. \quad \begin{array}{l} \left. \begin{array}{l} \text{Rh} + = 100,00 \% \\ \text{Rh} - = - \end{array} \right\} \\
 \left. \begin{array}{l} \text{Rh} + = 99,50 \pm 1,07 \% \\ \text{Rh} - = 0,50 \pm 1,07 \% \end{array} \right\} \quad \left. \begin{array}{l} \text{Rh} + = 100,00 \% \\ \text{Rh} - = - \end{array} \right\}
 \end{array}$$

Semelhantes elementos estatísticos permitem afirmar que as percentagens de Rh positividade e de Rh negatividade em populações deste território português se aproximam bastante das correspondentes obtidas em Macaenses, chegando a sobrepor-se em grande parte dos grupos etno-linguístico de Timor, e sempre com ausência ou escassez de Rh negatividade.

Como explicar tal analogia ou identidade? Ao pôr esta pergunta, recorro naturalmente a hipótese de Rivet — segundo a qual a Insulíndia teria sido o centro de irradiação de gentes que posteriormente povoaram o Mundo —, perfilhada e desenvolvida por MENDES CORRÊA — considerando a Malásia ou terras vizinhas zonas de evolução ou diferenciação antropogenética — e reforçada por MAGALHÃES MATEUS com argumentos sero-antropológicos fornecidos pelo sistema ABO. Esta doutrina parece ser corroborada pelos achados paleontológicos e paleto-ológicos feitos na Insulíndia; entre estes últimos, têm lugar de relevo, as indústrias paleolíticas sobretudo, e as neolíticas de Timor Português, recentemente descobertas e estudadas, as primeiras por MENDES CORRÊA, ANTÓNIO DE ALMEIDA e RUI CINATTI, e as segundas também por mim.

Por outro lado, o fenótipo O, humano por excelência e tido por BERNSTEIN e HIRSZFELD como o mais primitivo, aparece na Malásia ou em terras vizinhas do Extremo-Oriente com maior percentagem do que em outras regiões do Globo; paralelamente, nos Chineses, Timorenses e Indonésios, o fenótipo Rh positivo pode ser tomado como o mais primitivo, do qual, com o advento de novas vagas dêmicas ou por transformações bioquímicas operadas no sangue humano através das gerações, resultaria a Rh negatividade dos Negros e dos Brancos — gentes estas em que tal propriedade atinge valores apreciáveis (acima de 15 %, culminando em 40 % nos Bascos).

Como em outra oportunidade declarei, a confirmação da hipótese do paralelismo de frequência de O e Rh e do seu merecimento em antropologia só virá a confirmar-se depois de mais demoradas e amplas pesquisas hematológicas, a efectuar sobre todos os grupos étnicos do Extremo-Oriente, labor em que, certamente, os investigadores portugueses não-de compartilhar ainda mais extensamente.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, ANTÓNIO DE — Contribuição para o estudo da antropologia serológica dos Nativos de Timor Português, Macau e S. Tomé e Príncipe. «Estudos Ultramarinos». Vol. v, Lisboa, 1955.

- ALMEIDA, ANTÓNIO DE — Do factor Rh na antropologia de Timor Português. Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1958.
- ALMEIDA, ANTÓNIO DE — Contribuição para o estudo do factor Rh em povos não-Bantos de Angola. A publicar em «Garcia de Horta». Lisboa.
- LAHOVARY, M. — Le sang des peuples. Paris, 1954.
- LESSA, ALMERINDO — A individualidade biológica do sangue, Porto, 1956.
- MATEUS, A. DE MAGALHÃES — Contribuição para o estudo da seroantropologia, Porto, 1947.
- MENDES CORRÊA, A. A. — Timor Português, Lisboa, 1944.
- MENDES CORRÊA, A. A., ALMEIDA, ANTÓNIO DE, e CINATTI, RUI — Preliminary notice of a palaeolithic station in Eastern Malaysian Archipelago (Portuguese Timor) In «Actas do IV Congresso de Prehistória do Extremo-Oriente», Manila, 1954.
- MENDES CORRÊA, A. A., ALMEIDA, ANTÓNIO DE, e CAMARATE FRANÇA, J. — Découvertes préhistoriques dans Timor Portugais. «Actas do Congresso Internacional de Pre e Protohistória», Madrid, 1954.
- MOURANT, A. E. — The distribution of the human blood groups, Oxford, 1957.
- VIEIRA, R. — Cit. de Almerindo Lessa.

Algumas considerações sobre os chamados « Ídolos Almerienses » da Península de Lisboa

POR

J. CAMARATE FRANÇA e O. DA VEIGA FERREIRA

Durante muitos anos, desde que foi exumada por CARLOS RIBEIRO do monumento sepulcral do Monte Abraão (Belas), constituiu peça única em Portugal uma plaqueta antropomórfica de osso, conservada ainda hoje no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, e que o seu descobridor, talvez em virtude do exemplar se encontrar incompleto e da escassez de elementos de comparação, admitiu ser uma «arma ofensiva».

Só muito mais tarde, um dos signatários (CAMARATE FRANÇA) iria encontrar numa sepultura colectiva, mas infelizmente destruída, na Praia da Samarra, ao Norte de Sintra, associada a espólio valioso, uma outra peça muito semelhante. GEORGE e VERA LEISNER descobriram, depois, uma terceira, feita de xisto azulado, numa grande sepultura megalítica do Concelho de Reguengos de Monsaraz, denominada Anta do Olival da Pega (1) e, ao publicarem o respectivo estudo, aludiram à placa do Monte Abraão que incluíram na sua classificação para esta espécie de «ídolos» de figuração antropomórfica.

No decorrer do estudo que efectuámos sobre o material da Samarra, em vias de publicação, pudemos verificar que estas plaquetas de osso, ou de pedra, eram realmente a figuração dos chamados «ídolos de Almeria».

A raridade deste tipo de «ídolos» em Portugal — apenas três assinalados até à presente data (2) — e a distância a que se encontram os

(1) No Alentejo, o povo chama Antas a todos os monumentos constituídos por grandes pedras, mesmo que não se trate propriamente de monumentos dolmênicos.

(2) Recentemente, o Sr. Dr. CUNHA SERRÃO comunicou, numa sessão da Secção de Pré-história da Sociedade de Geografia, ter encontrado, numa gruta da região de

locais em que foram encontrados do centro cultural de origem ou, pelo menos, do seu foco de irradiação na Península Ibérica, distância essa mais acentuada ainda em relação aos dois aparecidos na Península de Lisboa, sugeriram-nos o interesse que eventualmente poderia ter a presente nota, especialmente dedicada a estes últimos.

Descrição dos «ídolos» da Península de Lisboa

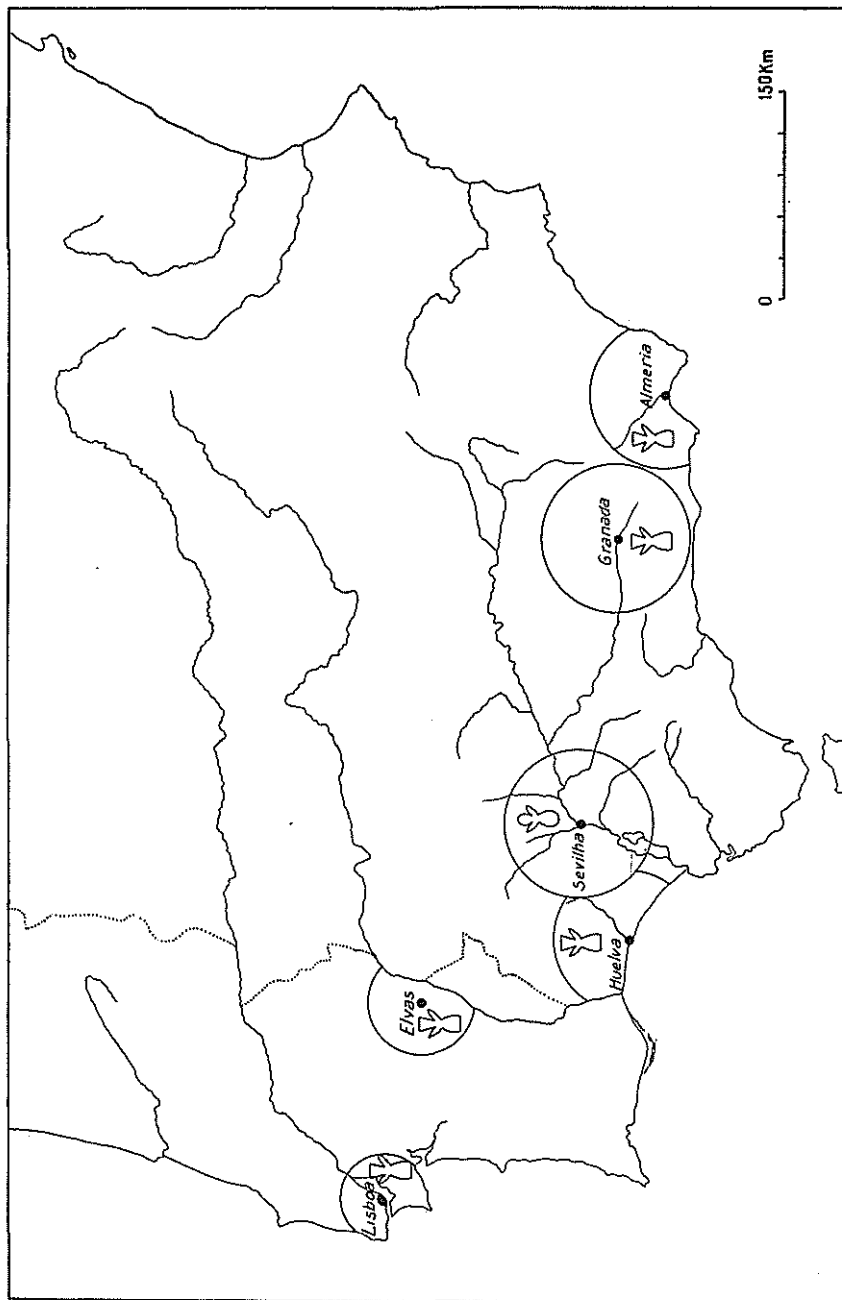
Monte Abraão — A delgada plaqueta de osso desta jazida está muito fracturada; no entanto, os entalhes laterais que individualizam o triângulo que forma a cabeça vêem-se nitidamente. O entalhe de um dos lados está partido assim como toda a parte inferior. A plaqueta acha-se recoberta por concreções ferruginosas. O conjunto tipológico que acompanha este «ídolo» é constituído por cerâmica lisa do tipo dolménico, abundante utensilagem lítica de sílex, como pontas de seta, lâminas, um belo punhal, etc., «ídolos» de calcário cilíndricos e hemi-cilíndricos, pequenos recipientes de osso e um pequeno «ídolo» de calcário em forma de bolota. O conjunto é completado por contas de colar de calaite, botões de osso, etc.

Samarra — A plaqueta antropomórfica da Samarra, embora um pouco danificada, está muito mais completa que a do Monte Abraão. Parece ser feita de marfim ou osso amarelado. O conjunto da Samarra que acompanhava este ídolo é constituído por elementos mais ou menos semelhantes aos do Monte Abraão. Acrescentamos a herminete ou enxó encabada de calcário, a colecção de «ídolos» de osso com gola e um pente de marfim. Como se disse já, o estudo deste importante conjunto será publicado, ainda este ano, nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.

Considerações finais

O tipo de sepultura do Monte Abraão pertence à categoria das galerias cobertas da cultura almeriense ou de fortes influências de Almeria. Sobre a da Samarra, dada a sua quase completa destruição, nada ou quase nada se pode dizer, mas é possível que fosse do género da do Monte Abraão e da de outros monumentos megalíticos conhecidos nos arredores de Lisboa.

Sesimbra, um outro objecto afim, feito de osso. Como não examinámos o objecto referido, não podemos confirmar a opinião daquele estudioso.



J. Mourães.

Fig. 1 — Progressão do «ídolo almeriense» a partir de Almeria.

Na Província de Almeria, a presença, em sepulturas, destas pequenas estatuetas ou «ídeos» de osso e de outros materiais, é muito frequente. Seguem-se as regiões de Granada, de Sevilha e de Huelva (¹). Em Portugal, apenas se conhecem os apontados.

Em Almeria, os locais ou estações pré-históricas onde mais têm aparecido estas plaquetas com figuração antropomórfica são, segundo GEORG e VERA LEISNER, os seguintes: Llama da Atalaya, túmulo n.º 12; La Penera, túmulo n.º 1; Llano de la Rueda, túmulo n.º 1; Llama de la Torre, túmulos n.ºs 3 e 4; Llano de la Lampara, túmulo n.º 1; Las Churuletas, túmulo n.º 3; Tijola; Barranco del Jocala, túmulo n.º 4; Llano de la Media Lagoa; Llano del Jantón, túmulos n.ºs 3 e 5; Los Millares, túmulos n.ºs 8 e 36; Huechar Alhama, túmulos n.ºs 6 e 12.

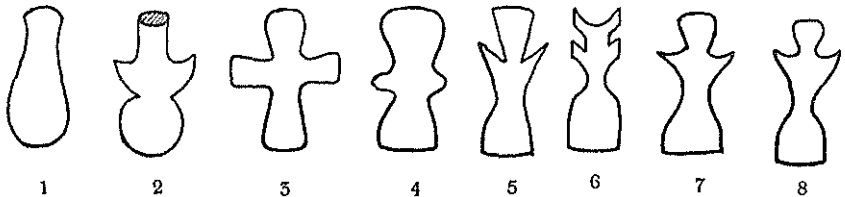


Fig. 2 — Tipologia evolutiva dos ídeos «tipo Almeria».

1. El Arteal; 2. Acebulhal; 3. Hoya del conquil; 4. Jocala; 5. Huelva; 6. La Lampara; 7. Cantoria; 8. Huelva.

Na Província de Granada, temos: Río de Gor, Los Castellanos, Fonelas e Llama de la Manga.

Na Província de Sevilha: Acebulhal.

Na Província de Huelva: Monumentos megalíticos de El Pozuelo, sepulturas n.ºs 1 e 3.

De acordo com o que ficou dito e examinando o mapa anexo, notamos que os locais com cultura almeriense onde aparecem estes ídeos situam-se no Sueste espanhol, desde Almeria até Huelva. Ora, a presença destas figurinhas antropomórficas estilizadas na Península de Lisboa não deixa de ser um caso curioso se verificarmos que os núcleos culturais com iguais figurinhas distam daqui algumas centenas de quilómetros.

(¹) Na região de Múrcia, no litoral, existem várias grutas naturais que deram alguns «ídeos» deste tipo. Segundo informação de VERA LEISNER, foi encontrado na sepultura de falsa cúpula de Anguilar de Anguita, na Província de Guadalajara, 100 quilómetros a S. E. de Madrid, uma plaqueta com figuração do tipo de Almeria. No local existe uma antiga mina de prata.

No Algarve, desde Marcela (Cacela) até Alcalar, embora a influência almeriense esteja aí bem representada, desde o tipo de monumento sepulcral até o respectivo espólio, não apareceu ainda qualquer figurinha deste tipo. E no Alentejo, onde a Cultura de Almeria deixou igualmente profundas manifestações, somente em Reguengos de Monsaraz, como foi dito, se encontrou uma.

Analisâmos, resumidamente, o espólio de Monte Abraão e da Samarra. Se procedermos igualmente em relação a algumas outras estações pré-históricas da Península de Lisboa, verificamos a existência de elementos de fâcies almeriense, como sejam os vasos de colo delgado, os vasos com bojo saliente em carena e perfuração completa ou incipiente para suspensão, pontas de seta triangulares esguias com base côncava ou pequeno pedúnculo para encabamento, determinados punhais de osso, etc. Estes e outros elementos aparecem em monumentos com características também do tipo almeriense, e não da cultura dolmênica como até agora têm sido tomados, ou, então, em monumentos que, embora típicos de outras culturas, demonstram pelo seu espólio que estas não ficaram isentas de uma certa influência da primeira.

Segundo vários autores, o chamado «ídolo almeriense» é aquele que maiores afinidades tem com os «ídolos» orientais, hipótese ou opinião esta a reforçar outras provas da existência já de relações, nessas épocas, entre a Península Ibérica e o Mediterrâneo oriental. E esse «ídolo» é estranho à cultura neolítica, essencialmente dolmênica, do nosso Alentejo, bem como o são outras manifestações supostas religiosas da cultura almeriense. O Monumento de Monte Abraão e congêneres, com elementos de essa cultura, desde há muito os vimos considerando como monumentos de influência almeriense e não da cultura dolmênica, baseados não só na sua arquitectura mas também no seu mobiliário arqueológico. E assim, parece-nos de admitir que a par da progressão por via terrestre — Algarve-Alentejo — esta se faria igualmente por via marítima, como disse um autor «não com o aspecto migratório, mas com o de colonização», ligada talvez a relações com civilizações do Mediterrâneo oriental interessadas na exploração das nossas riquezas mineiras, em especial o cobre.

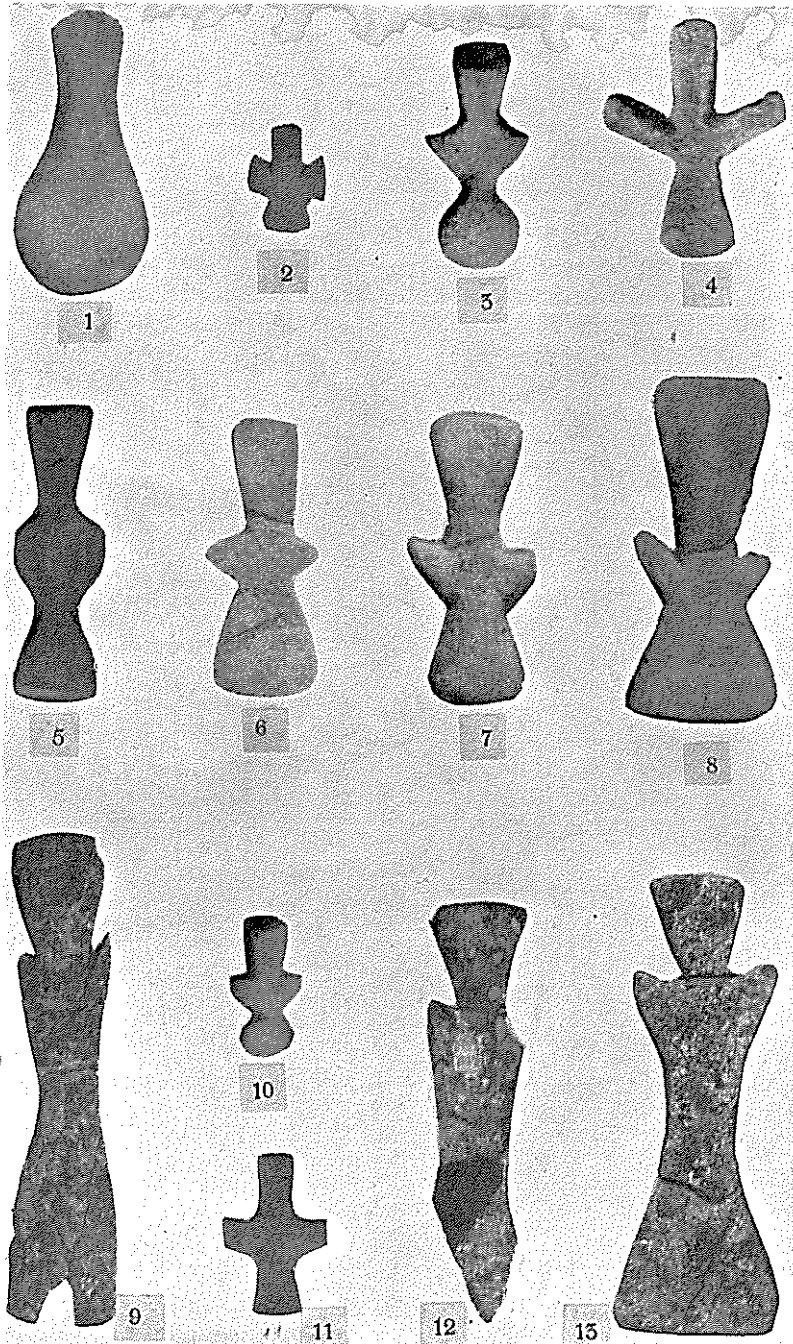
As relações com o Oriente deveriam ter-se estendido por séculos e a diversidade de «ídolos» peninsulares poderiam ter resultado, justamente, dessa longevidade de intercâmbio com povos diferentes. Recordemos que os contactos com as civilizações do vale do Nilo continuaram, sob vários aspectos, desde a base do nosso Eneolítico, do que serão testemunhos as contas discóides de xisto ou de calaite, os pentes

de marfim, algumas pinturas simbólicas em monumentos megalíticos da Beira e talvez ainda a forma de algumas placas antropomórficas, sobretudo do Alentejo.

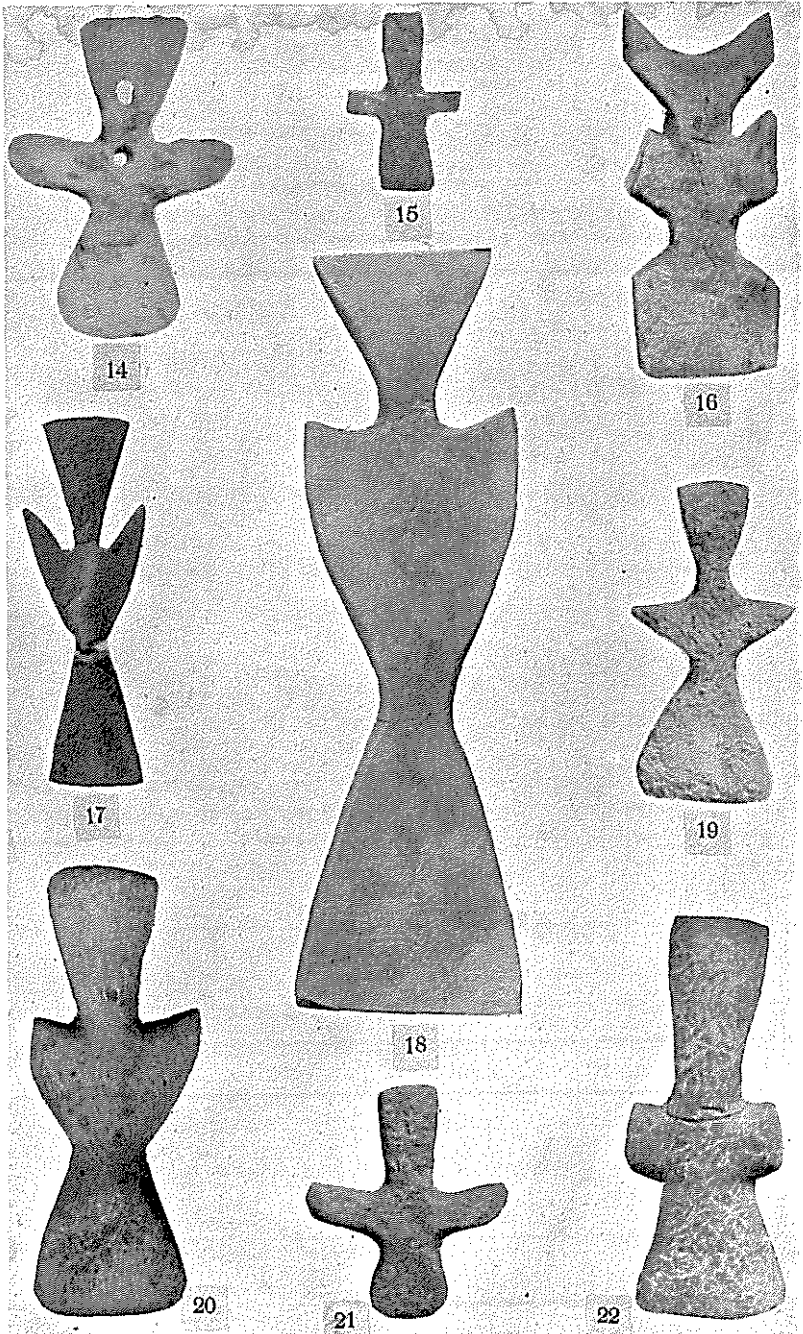
Em última análise, vemos que o conjunto de eventuais ideias religiosas expressas por estas pequenas figurinhas antropomórficas é estranha à cultura dolmênica dos primeiros agricultores. Portanto, se assinalamos a sua presença nos monumentos dos arredores de Lisboa, isto parece provar estarmos em presença duma cultura diferente da dolmênica, a menos que se tratasse de importações longínquas e episódicas — o que não nos parece viável, pois o resto do espólio retirado destes monumentos, assim como a sua técnica de construção, afastam-nos desta última, tão bem representada noutras regiões do País.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARATE FRANÇA, J. & VEIGA FERREIRA, O. DA — A estação pré-histórica da Samarra (Sintra). A publicar pelos Serviços Geológicos de Portugal.
- CERDAN MARQUEZ, C., LIESNER, G. & VERA — Los sepulcros megalíticos de Huelva. *Informes y Memorias*, n.º 26, Madrid, 1952.
- ESTÁCIO DA VEIGA, S. P. M. — Antiquidades monumentaes do Algarve vol. 1, Lisboa, 1886.
- LEISNER, G. & VERA — Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. *Romisch Germanische Forschungen*, Berlim, 1943.
- RIBEIRO, CARLOS — Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos, Lisboa, 1880.
- VEIGA FERREIRA, O. DA & RODRIGUES CAVACO, R. — O monumento pré-histórico do Lousal (Grândola). *Com. Serv. Geol. Portugal*. T. xxxiii, Lisboa, 1952.
- VIANA ABEL, FRETRE DE ANDRADE, R. & VEIGA FERREIRA, O. DA — O monumento pré-histórico do Monte Velho (Ourique). A publicar pelos Serviços Geológicos de Portugal.



1 — El Arloal; 2 — Huechar Alhama; 3 — Acebulhal; 4 — Llano de la Rueda; 5 — Churuletas; 6 — Jocala; 7 — Lampara; 8 — La Lampara; 9 — Samarra; 10 — Huechar Alhama; 11 — Llano de la Rueda; 12 — Monte Abraão; 13 — Olival da Pega.



14 — Hoya del Conquil; 15 — Churuletas; 16 — La Lampara; 17 — Huelva;
 18 — Huelva; 19 — Cantoria; 20 — Llano de la Media Legoa; 21 — Churuletas;
 22 — Jocalla.

Human figurines from Southern Africa

BY

R. DART

1. *Foreword.*

In 1925, when most anthropologists elsewhere failed to realize the rôle Southern Africa was about to play in unravelling the human evolutionary story Dr. A. A. E. MENDES CORRÊA, then Professor and Director of the Institute of Anthropology in the University of Oporto, was revising for its second edition his famous textbook *Homo: os modernos estudos sobre a origem do homem*. True to the title of that treatise he instantly requested further information and a photograph of the then recently-rediscovered *Australopithecus africanus*. His was thus the first textbook to carry an account of the new fossil to scientists in Europe.

The intervening thirty-three years have only served to strengthen the links thus has forged between our respective departments, the universities of which they form parts, and the nascent sister nations in Africa, to whom they belong. The University of the Witwatersrand has become the proud possessor of the DIAZ cross reconstructed by the late Mr. JOHN HARCUS from the fragments so earnestly sought and brilliantly discovered by Dr. ERIC AXELSON in 1938 and also enjoys the distinction of being the home of the Earnest Oppenheimer Institute of Portuguese Studies founded in 1952.

In 1949 this University was honoured to enroll in person as Doctor of Science (*honoris causa*) ANTONIO AUGUSTO ESTEVES MENDES CORRÊA; on October 18, 1956 it was my deeply treasured privilege to be admitted as Corresponding Member of the Academy of Arts and Sciences of Lisbon and to be conducted thither personally by this same friend and colleague and, henceforward, fellow academician.

It is therefore with profound feelings of particular pleasure that I am participating in this tribute to the distinguished anthropologist

to whom this volume has been dedicated. To those who associate my name with man-apes the subject of my choice may appear strange; but I have selected it because of the deep interest which Professor MENDES CORRÊA has shared with me in the recent, as well as the remote prehistory of Southern Africa and also because female human figurines in Southern Africa, like the wall paintings of Southern Africa, are *missing links* that assist as in understanding the significance of such cultural objects in the Late Palaeolithic period in Europe.

2. *Introduction: previous finds.*

In the later twenties of this century Mr. T. HOWELL of «Granot» near Schagen in the Eastern Transvaal presented the Department of Anatomy with a number of objects collected by him chiefly from the surface of his own farm. They ranged from flaked stone implements to perforated pottery discs and from perforated stones to iron implements; slag, iron and clay tuyères showed that the region had been the site of iron smelting.

Amongst the various objects was a human female figurine of unburnt clay $5 \frac{1}{4}$ inches long x $1 \frac{3}{4}$ inches broad at the buttocks and surmounted by a conical coiffure decorated with depressions fine enough to have been made with a grass stem or a comb tooth (see Fig. 1) (E 542). The coiffure was separated by a groove 1 mm broad from the rest of the head, the shapeless blob of the face being decorated with three depressions to indicate the mouth and eyes. It was patent that each of these depressions had originally been occupied by a small bead such as the white one still fortunately in position to indicate the right eye (see Fig. 1).

Although the figure lacked indications of upper limbs and the breast form on the right side had been damaged, the left breast was well-shaped. The buttocks and hips too had been portrayed with equal shapeliness and emphasis but the ungainly fused thighs terminate in the knee region in two rounded stumps. The vaginal and anal canals are indicated by stabs with a blunted probe that had penetrated to depths of approximately one, and one and a half centimetres respectively.

This figurine is naturally reminiscent of the numerous figurines, almost invariably representing nude female forms and bearing often in exaggerated style the external features characteristic of their sex from Aurignacian sites in France and Germany (vide SOLLAS 1911:

262-265). SOLLAS noted there the comparisons that were to be drawn between Aurignacian and Bushman cave painting practices, between the finding of perforated stones in Magdalenian strata at Salpêtrière and their use as digging weights in South Africa, and between the ivory carvings of female figurines and other objects of Eskimos on the one hand of Aurignacian and Magdalenian Europeans on the other.

The Schagen figurine was not only in friable material and decorated with a modern glass bead, but was manifestly Bantu rather than Bush in source and had come from recent iron-working environment. Nothing comparable having been encountered previously in the Union of South Africa by any member of the departmental staff no further attention was paid to the object (catalogue number E 542) until Captain G. A. GARDNER (1955) took charge of the excavations at Mapungubwe in the Northern Transvaal during the period (1935-40) and had brought to light a number of pottery figurines in the process of excavating the site K2 on Bambadyanalo hill across the valley from the Mapungubwe hill west of Messina on the Limpopo River. GARDNER unearthed on Bambadyanalo 74 skeletons of all ages and sexes and states (loc. cit. p. 74) «The ceremonial interments were totally different to any known Bantu burials; they were exactly similar to pre-dinastic inhumations such as I had seen in Egypt, the body being partly or fully flexed and pottery, either whole or deliberately broken, placed around the corpse».

About the skeletons Dr. ALEXANDER GALLOWAY wrote to Capt. GARDNER (op. cit.) «I state deliberately and with full comprehension of its significance that there is not a single negro feature in any of the skulls hitherto recovered from K2. The K2 people are thus true representatives of a pre-negro indigenous people, with which the Bantu-speaking negro peoples had never hybridized.»

These pre-negro, Boskop-Bush Bambadyanalo people, whose implements were largely of bone and whose habits were both hunting and pastoral, domestic animals were sheep and cattle and who practised beast burials similar to those of the Badarian culture of Upper Egypt, were Hottentot in culture (vide GARDNER 1949: 117-121).

The figurines from Bambadyanalo were markedly steatopygous and were put into the hands of Dr. L. H. WELLS (then Senior Lecturer in Anatomy in the University of the Witwatersrand), for description. Unfortunately the second Mapungubwe publication, projected to deal with the Bambadyanalo material, has not hitherto been published. Casts

of most of these figurines had however been made and preserved in the Department of Anatomy, whilst Drs. GALLOWAY and WELLS were examining the skeletal material, and are reproduced here (Fig. 2).

3. *The four Bronkhorst figurines.*

In November 1954, a former student in the Department of Anatomy Dr. A. G. OETTLE, now Cancer Research Officer in the South African Institute for Medical Research, brought to me the series of four recently made, and partially shattered, clay figurines, which have been photographed (see Fig. 1) alongside the specimen E 542 from Schagen. It was immediately patent that, although even cruder than those already mentioned, these specimens from Bronkhorstspuit near Pretoria shared with that from Schagen a common tradition despite the obvious differences in their modelling.

The four Bronkhorstspuit figurines apparently represent a birth, growth, procreation and delivery series from the small infant (Fig. 1 centre), with no organs of sex but with a blob on the belly to indicate its herniated umbilical region (with a broken stick 3 mm in diameter in its centre to symbolise the severed umbilical cord) up through the pre-adolescent stage of bodily growth to marital maturity and motherhood.

Small attention has been paid to other anatomical detail. Apart from those features already described and knob-like processes to indicate the head and separated limbs infancy is suggested merely by relative body size. Other than increased size the adolescent figure (Fig. 1 Upper row left) presents no decoration further than tiny circular impressions for the eyes and a slight transverse groove that seems to represent the mouth and apparently (though this is obscured by the fractures it sustained) no orifices or external organs of sex.

There are two sexually mature female figurines — one (Fig. 1 Lower row right) I interpret as a procreational motherhood figure: it exhibits massive breasts: a full expanded belly; exaggerated mons veneris and vulva area decorated with pockings apparently to indicate hair; and a vaginal orifice plugged by a small stick 4 mm in diameter probably similar to that used to indicate the umbilical cord but meant here to indicate the penetrant penis. In this figure too more care has been taken to suggest the separation of the feet from the legs and the head from the neck and shoulders. There are two eye depressions and

the mouth is suggested once more by a transverse groove but the nose, if indicated, is now lost; it and the ears may have been indicated by small blobs.

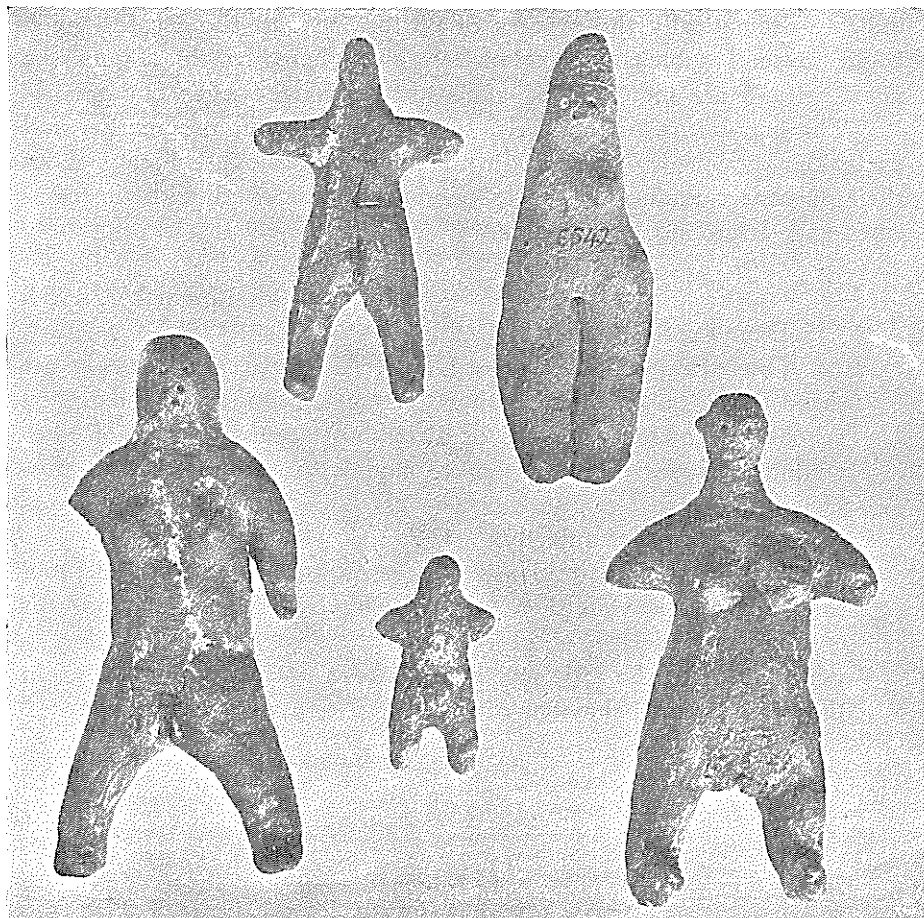


Fig. 1 — Five human figurines from the Transvaal (about $\frac{1}{2}$ natural size). — The specimen E 542 on the right side in the upper row is a sun-baked clay female figurine from the farm *Granot* an early ironsmelting site near Schagen in the Eastern Transvaal. The other four specimens are 4 sun-baked clay female figurines recovered from a Bantu (Poch or Pogga) male initiation school site at Kortfontein west of Bronkhorstspuit and east of Pretoria in the Transvaal.

The other figure (Fig. 1 Lower row left) I regard as a parturitional motherhood figurine intended as a counterpart to the infant figurine. Because the breasts are not quite so large and the belly by contrast

with the pregnant image is collapsed in appearance, I thought at first that a pubertal type was being portrayed; but, as the vaginal orifice has been widened to a centimetre in diameter and is surrounded by transversely and longitudinally running linear depressions as though to indicate dramatically the process of parturition and the lacerations it could cause, I submit the explanation given here. In this figure the nasal orifices are indicated by stabs as well as the eyes and mouth.

The importance of this series of infancy, growth, procreation and parturition models, however, lies in the slight but crucial evidence about their purpose contained in the following letter received with the figurines and describing their source.

9th November, 1954.

Dear Professor Dart,

One of my students, now Dr. P. A. ROBERTSON brought me these figurines which he gathered from a Mapogga circumcision school at Kortfontein west of Bronkhorstspuit. They are interesting as representing anatomical models for sex instruction, presumably, though I can not say whether these have any other significance. This is not unlikely.

Dr. ROBERTSON told me that he surprised the «school» and they ran off, leaving these on the site. Normally the apparatus is completely destroyed at the end of the period of training — which training, he tells me, brings about profound alterations in the attitude and behaviour of the young men who undergo it.

Yours sincerely,

Signed: A. G. OETTLE.

After thanking Dr. OETTLE, I immediately got into touch with Dr. ROBERTSON, then House Surgeon at the Edenvale Hospital; but beyond learning that the school was for young lads and had congregated on his father's farm, could gather no further useful information. Dr. ROBERTSON has since joined the Tanganyika Medical service. Dr. W. D. M. JEFFREYS informed me that, as far as he is aware, no similar series of ritual objects associated with Bantu initiation rites had previously been placed on record. The friable objects were therefore repaired and strengthened with the aid of plaster of Paris and subsequent immersion in Glyptal cement.

It may be that this series is complete; that the making of a male

figure was unnecessary for the male initiation ritual. But the presence of a plug in the vaginal orifice of the fecund maternal figure with the exaggerated sexual characteristics, demonstrates that, whether or not a complete male figure was essential the whole import of these figurines was for sexual instruction.

4. *Figurines from Bambadyanalo (Mapungubwe). Figure 2.*

The following year Dr. WELLS returned to South Africa from Edinburgh and visited Johannesburg after attending the Third Pan-African Congress in Prehistory at Livingstone (1956). So I took advantage of his visit to secure the following brief note about the pre-Bantu, Bambadyanalo (Mapungubwe) figurines and casts in this department that had come from two sites in Bechuanaland not far from Serowe.

«The majority of the specimens were found in a localised area of Capt. G. A. GARDNER's site K2. They were much broken and could only be partially re-assembled. Schofield concluded that they were the discards of an initiation ritual. With one exception, all the determinable figures were female, and all confined to one highly stylised pattern. The *legs* were separate, short and straight with incipient feet; the *trunk* was an elongate cylinder, the *head* either roughly rounded or tapered. The *mouth* was usually indicated by a stab, the eyes less frequently; in one case the eyes were indicated by inset beads. *Arms* usually represented by low horizontal or vertical fin-like ridges, only occasionally by tapering projections. Small applied bosses represent the *breasts* and *navel*. The *buttocks* were a separately moulded mass, usually with well-marked median cleft. The *anus* and *vagina* were indicated by stab-marks. In only one case are *labia* clearly indicated; in another a small median projection resembled a *phallus*, but since a vaginal orifice lay just behind it, it was more probably intended to represent *elongated labia*.

«The one presumably male figure, small and crude, had fused legs, large buttocks, and rough projections seemingly intended to indicate a *scrotum* and *semi-erect penis*. The whole upper part of the body was very roughly modelled.

«Nearly all the figures were treated with impressed ornament, usually a vertical line down the middle of the back, with oblique branches extending a variable distance around the sides.

«Figurines similar to these occur in S. Rhodesia in association

with pottery of Dr. SUMMERS *Stamped Ware* group, e.g. at Khami. The casts C 91 and C 92 in our collection, from Bechuanaland, seem

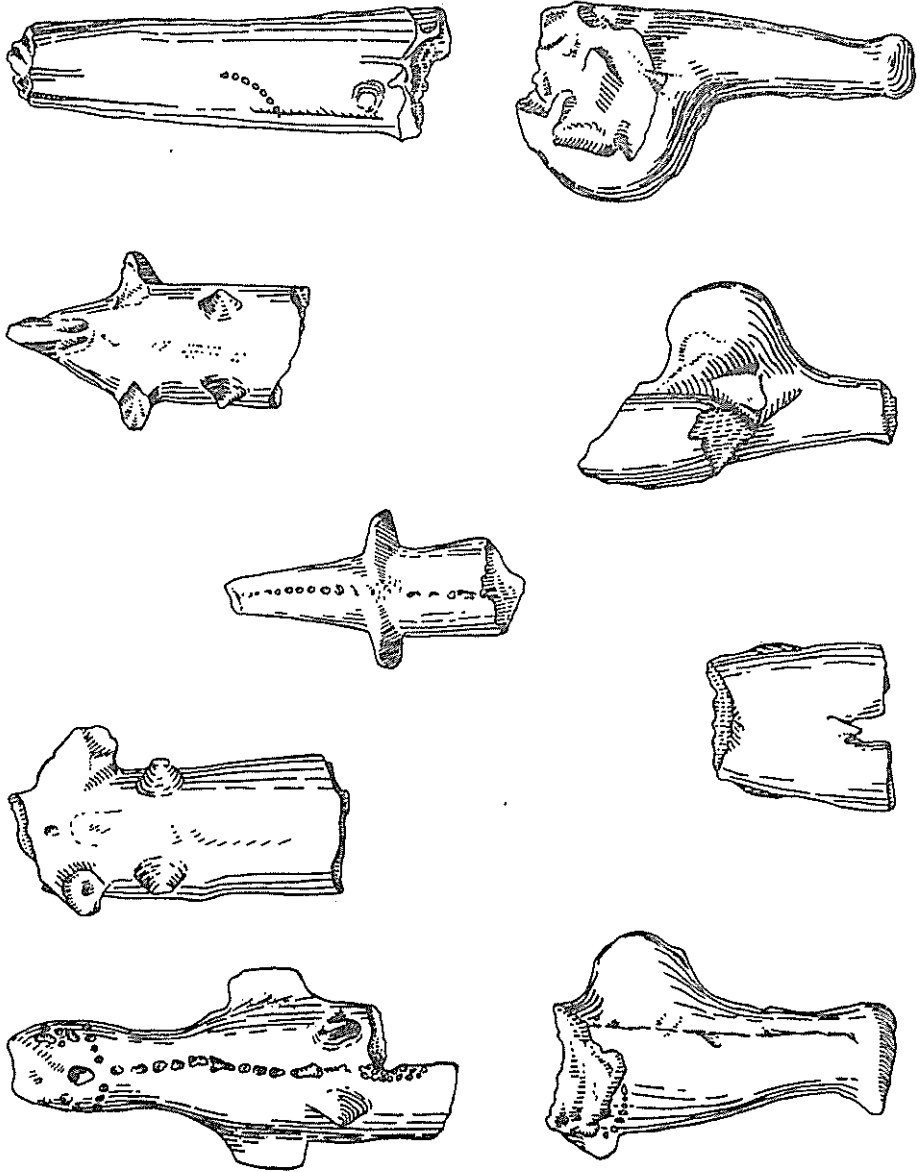


Fig. 2 — Figurines from Bambodyanalo (natural size). — Line drawings of mine clay figurines from Bambodyanalo (Mapungubwe) to show their Hottentot-Bush or Boskop-Bush female characteristics of steato-

to belong to the same general group but differ in the details, e.g. the indication of hair by inserted lines. Some modern figurines from the

Caprivi in the Rhodes-Livingstone Museum also seem very similar to those from Mapungubwe. A group of figurines from the Suhuma country in Tanganyika published by VERNEAU (*L'Anthropologie* 1917) are also to some extent similar.

«Figurine E 542, from Schagen near Nelspruit, is probably modern Swazi. It shows the traditional hair style of the Nguni married woman. The inset beads for eyes and mouth (only one still remaining) are paralleled at Mapungubwe, but the modelling of the figure is totally different, revealing a less severe stylisation, despite the absence of arms and feet. Again the vagina and anus are indicated by stabs.»

Signed: L. H. WELLS.

5. *Figurines from Tanganyika, Rhodesia and Mozambique.*

The Tanganyika figurines referred to in Professor WELLS report are of wood and are utilised in witchcraft practices that involve their being peppered like pincushions (or like the great wooden Hindenburg statue in Berlin during the First Great War) with the great number of nails that have been driven into them.

Following up Dr. WELL'S Rhodesian information, I learned that Mr. ROGER SUMMERS had a collection of no less than 220 human figurines in clay and stone excavated from 31 sites in Southern Rhodesia and from just over its borders in the Transvaal, Bechuanaland and the Caprivi strip. It is obvious therefore that in dealing with figurines we are concerned not only with a tolerably ancient but extremely widespread and persistent cult. Mr. SUMMERS very courteously forwarded to me on January 22, 1957, a copy of the report subsequently published by him in the occasional papers of the National Museum of Southern Rhodesia (Vol. 3, No. 21 A). He also kindly sent me four reproductions of casts and one of the modern (Subiya) types for comparison with those from Bronkhorstspuit and has given me permission to reproduce here his illustrations (see Figs. 3 and 4) drawn by Mr. C. K. COOKE F. S. A.

SUMMERS (1957) has divided the 220 figurines into three classes as follows:

CLASS 1. Stylised figures without bases (20 sites distributed between Hartley and Messina) invariably *female*, head usually absent but mouth and eyes sometimes indicated by stabs, stylised torsos and legs although the buttocks are separated by a cleft and along with

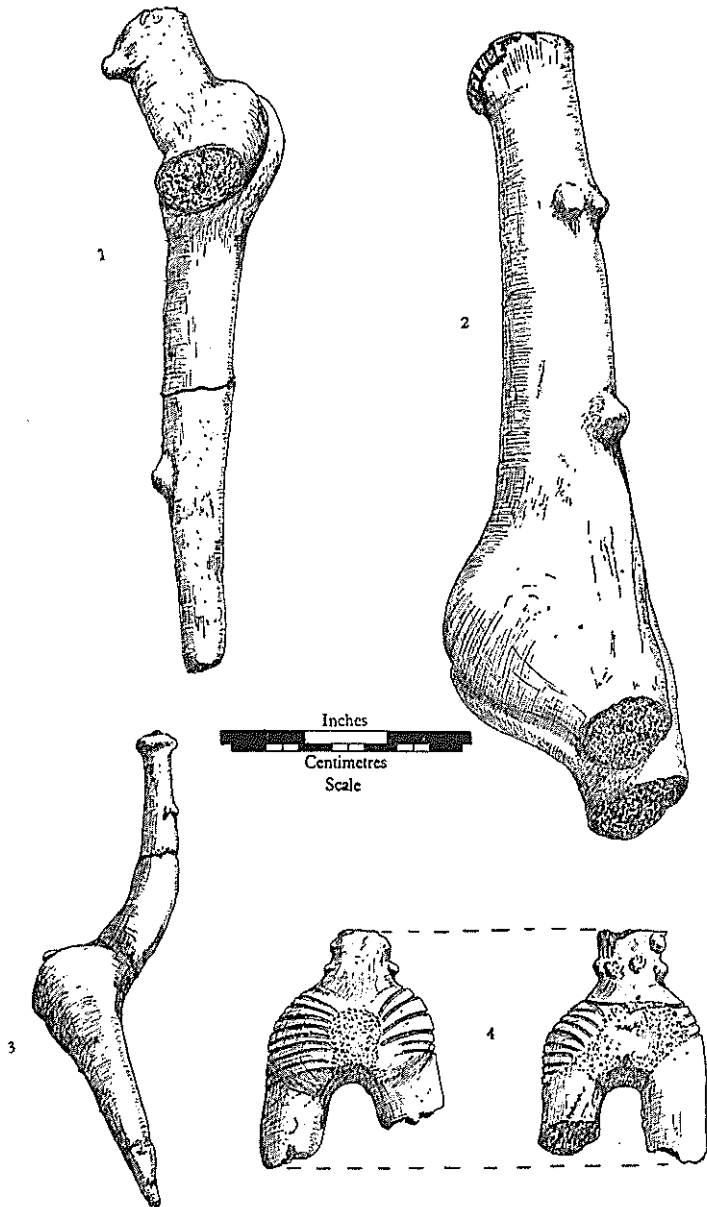


Fig. 3 — Class 1. Figurines. 1, Hillside Dam (2); 2, Carleon Estate (4); 3, Leopard's Kopje Grave (6) — see Robinson (1957); 4, Mount Alice (12). All are in clay.

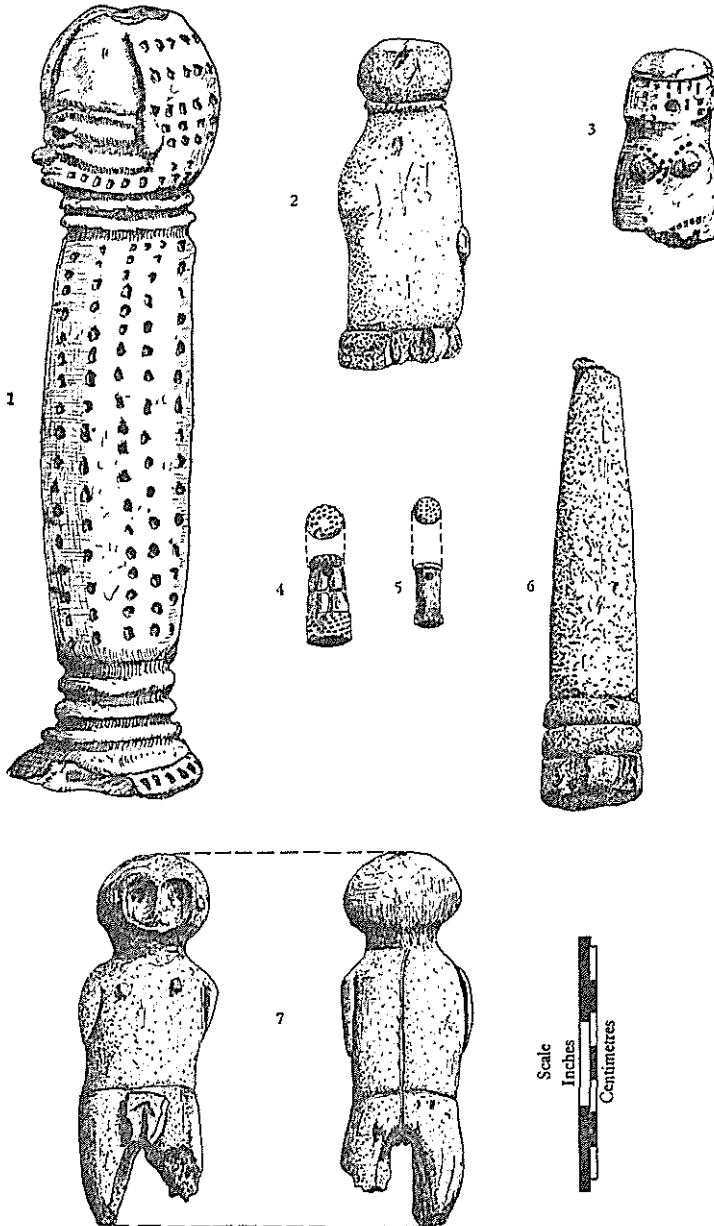


Fig. 4 — Class 2 and 3 figurines. 1, Sipolilo (25), Class 2, clay; 2, Zimbabwe Ruins (19), Class 2, soapstone; 3, Mushonga na Vhuri Cave (18), Class 1 (?), clay; 4, 5, Macardon Claims (23), Class 2, soapstone; 6, Zimbabwe Ruins (19), Class 2, soapstone; 7, Umtali Commonage (27), Class 3, soapstone.

external genitalia are well modelled; breasts frequently unmarked or small protuberances; umbilical hernia usually indicated by well modelled protuberance; about half have the whole upper part of body arched backwards at 120 to the legs; arms, completely absent; legs merely cylindrical; very slight indications of feet; one only indicates knees; legs parted; no clothing indicated; impressed or incised decoration on many, pattern usually on back and sides of body and in some extending to thighs. 70 from Southern Rhodesia: 6-8 inches in length and $\frac{1}{2}$ -1 inch in diameter when reconstructed.

CLASS 2. Stylised figures with bases. (9 sites from extreme north to extreme south of Southern Rhodesia) sex usually indeterminate, some have breasts; heads vary from plain knobs to complete modelling; decoration occasional, incised or impressed or both; base characteristic and separated by a line or groove or a number of grooves from the rest of the figure.

In this class SUMMERS places the Zimbabwe *phalli*: most are plain cones, some carved and furnished with breasts, decorative markings and heads. Most are in clay and stone but some few are in ivory.

CLASS 3. Naturalistic figures (3 sites in north-eastern part of Southern Rhodesia; especially Umtali); some clay figures (2 male 1 female) but most are in soapstone.

Apart from these excavated examples SUMMERS (loc. cit.) cites two *modern examples* of clay figurines. The first coming from Subia (Subiya) in the west (i.e. from the Caprivi strip) about 50 miles west of the Victoria Falls. There the children make clay figurines and mark them with patterns very like those of Class 1; they are dressed in rags of material to resemble Subia women. They also make pedestal figures resembling Class 2 figurines. The examples were collected by the Bernard Carp Caprivi Strip Expedition of 1949; they are playthings with no known ritual or magical significance and are thrown away when broken or interest has faded; but there is a report that similar figures are used in Subia initiation schools.

The second came by way of an African Museum attendant from the north-east part of Southern Rhodesia i.e. from Budja in the Mtoko district. He did not know other figurines but he modelled in plasticene a pregnant woman, such as would have been put into Class 3, as it resembled the Umtali examples but was not furnished with external genitalia. Such figurines were made by him and his companions when herding cattle during boyhood, but were also playthings with no esoteric significance, for the Budja have no initiation rites for either sex. The

girls too would make and dress up such figures as the Subia girls do, and use them as dolls «for playing at being grown-up».

The Bronkhorstspuit figurines would obviously belong to SUMMERS Class 3 or naturalistic type, while that from Schagen (? Swazi) rather resembles Class 1 where the body is arched backwards and the form more stylised.

Although unable to obtain the human figurines (said to be a man with an erect phallus, a pregnant woman and a woman suckling four children) because they were thrown into the pool where the candidate received their ceremonial bath, Miss RICHARDS (1945) has reported the employment of comparable models for sexual instruction in Bemba (Northern Rhodesias) girls' initiation ceremonies. The sexual instruction and ritual of the puberty ceremonies amongst the South African Bantu has been surveyed by EILLEN KRIGE (1937: 100-107).

6. Discussion.

«Female figurines of various types are commonly found in domestic contexts in the Neolithic cultures of the Fertile Crescent and in other early Asiatic and European cultures derived there-from» says SUMMERS (op. cit.). «On the evidence of early legends and of folklore these have been interpreted as relating to the continuance of fertility in mankind, domestic animals and crops».

SUMMERS found human figurines of Class 1 and Class 2 associated with stamped ware, with rough stone walls (in 10 sites), and with cattle or sheep figurines (in 15 sites). Hence he believes *human figurines are part of the earliest agricultural cultururation in Rhodesia; they are connected with maintaining fertility.* The concentration of Class 2 figurines around Zimbabwe and of Class 1 around Bulawayo suggests to SUMMERS (op. cit.) the priority of the Bulawayo region (perhaps centralised in the Njelele Cave 35 miles south in the South Matopo Hills) in religious ceremonial tradition. Njelele today is the centre of the cult of the sky god *Mwari*, whose only surviving priest at Zimbabwe described to Mauch the full details of the sacrifice made to the god there at the time of its first discovery. Apparently the sky-god cult displaced a pre-existing fertility cult at both places; in pottery the displacement of Stamped Ware by Ruin Ware may symbolise the revolution in living that occurred when Bantu newcomers introduced the new religion. At any rate the probability is that «these objects (figu-

rines) either date from very early in the building period or, as seems more likely, that they *predate the stone buildings*» (italics mine).

WAINWRIGHT (1949: 62-66) came to the conclusion on literary and architectural grounds that «The civilization of Zimbabwe as we see it today did not derive from a single source, but was the outcome of various influences. Among these influences that of the Waqlimi (son of the sky or High God) and his people was of the first importance. They came from Gallaland and its neighbourhood (in Abyssinia) and were already installed in Southern Rhodesia before A. D. 900».

Since WAINWRIGHT wrote those words carbon-dating has shown that some of the Zimbabwe building was probably erected before 600 A. D. Cosmas Indicopleustes was recording at that time that expeditions were being sent annually by the Abyssinian monarch to Sasos a country lying south of the equator in Africa for gold in exchange for oxen, salt and iron (vide MENNELL 1902, TORREND 1891, DART 1937 and 1951, SUMMERS 1955). At that time the people in Mozambique territory were not Bantu but Boskop-Bush in type.

Whatever the final upshot about the dating of Rhodesian stone buildings may be, the Bambadyanalo people were pre-Bantu i.e. Bush in type and Hottentot in culture and must have been interred long prior to the Abyssinian inroads at Zimbabwe. The exaggerated length of the labia in the second specimen from the left in the lower row (Fig. 2) and the deliberate emphasis of the localised buttocks in the other three specimens in that row corroborate GALLOWAY's skeletal evidence that the Bambadyanalo population was Boskop-Bush in character.

Further, whatever the initiation practices of north-western Subia (Caprivi Strip) and north-eastern Budja (Mtoko District) may be, the Bemba tribe of Northern Rhodesia and the Pogga (or Poch) of the Transvaal and presumably also the Swazi and other Nguni peoples employ human figurines, both male and female, in the course of their initiation ceremonies these recent female figurines used by the Bantu are Bantu in type; neither the buttocks nor the labia suggest the racial characteristics of steatopygia and elongated labia characteristic of the Bambadyanalo figurines. In other words the Bambadyanalo figurines afford irrefragable evidence that initiation rituals, in which sexual instruction played a premier role, is of Hottentot i.e. pre-Bantu, or Boskop-Bush antiquity in Southern Africa.

This is no more than should be assumed from the fact that not merely Bantu-speaking Negroes but also the Hottentots and even the

Bushmen of South-west Africa have initiation ceremonies celebrating the advent of puberty (vide I. SCHAPERLA 1930). Hitherto, however, no figurines such as have been found at Bambadyanalo appear to have been discovered amongst recent Khoisan peoples or reported in their rituals. Alternatively as amongst the Bantu students of Bush and Hottentot initiation ceremonies may have been kept in ignorance of such initiation figurines.

Amongst the Va Lenge on the east coast, in the south-east of Chopiland Portuguese East Africa, on the other hand, E. DORA EARTHLY (1925) did have access to and has photographed the sacred adult male and female dolls called *mayika* carved out of wood and used in the initiation ceremonies of girls. She has also described the ritual operation on the first day of the school «which consists of the defloration of the girls by means of the sacred (ox) horn» called *tsondo*. The probable use of conical stone objects for the same purpose was discussed twenty-eight years ago (DART 1929) and the reciprocal symbolical significance of the conical and bored stones used by Hottentots has been re-examined in several subsequent articles (DART 1932, 1948, 1953). There I have also referred to the earlier work of G. D. HORN-BLOWER (1926), F. H. ROGERS (1927) and J. H. HUTTON (1927) relative to the distribution of phallic objects.

The rain-making power attributed to conical and perforated stones and to the ritual of pouring fluids through perforated stones by Bantu peoples demonstrates that the fertility notions associated with these Bush-Hottentot objects by the Bantu must be Hottentot in origin. It is valuable in this connection to recall that an essential part of the Hottentot young man's, puberty ritual included ceremonial besprinkling with human urine. After a funeral, also the cleansing rituals were initiated by the two separate circles (of men and women respectively composed of the relatives and friends of the deceased) being besprinkled in this manner by the oldest of the men (SCHAPERLA op cit.). In the ritual of cleansing Kikuyu from their Mau-Mau oaths (vide *The Sphere* 1952: 386-7) the perforated Thenge «stone» (stated to be made of elephant bone) is supported in a clump of sticks of the sacred Miguri bush tied together with the grass *zgoka* and seven twigs are thrust through the hole in the Thenge stone by the witch-doctor, one for each curse, as he pronounces in succession seven different curses.

These purifying rites in which the sexual organs (or symbolical representations of them) and the fluids they mediate (or are passed through them) play the ritually significant part were either invented

independently by the Khoisan peoples of South Africa or, more probably, were introduced to them by ancient unknown bringers of phallic culture to Southern Africa. Those (phallic) influences appear to have reached Southern Africa from Egypt, Mesopotamia, or India, perhaps from all three, along with perforated stones of which they are inevitable concomitants upwards of 6,000 years ago (DART 1953: 94).

SUMMARY

The author describes the first known series of four (infant, adolescent, procreational of maternal) clay female figurines to be recovered from a male Bantu (Pogga) initiation school at Broakhorspsprint in the Transvaal.

He compares them with other figurines of initiation school practices amongst Bantu of Bush-Hottentot peoples; of also with figurines from Bambadyonalo (Mapungubwe) of other prehistoric sites in Southern Africa.

He has traced phallic concepts of practices back to the Bush-Boskop population and the cultural influences that reached Southern Africa before the coming of the Bantu.

RÉSUMÉ

L'auteur fait l'étude de la première série de quatre statuettes féminines, d'argile, représentant les quatre phases de la vie de la femme, à savoir: l'enfance, l'adolescence, la procréation (grossesse) et la maternité. Ces statuettes proviennent d'une école d'initiation de garçons (Pogga) de Broakhorspruit au Transvaal.

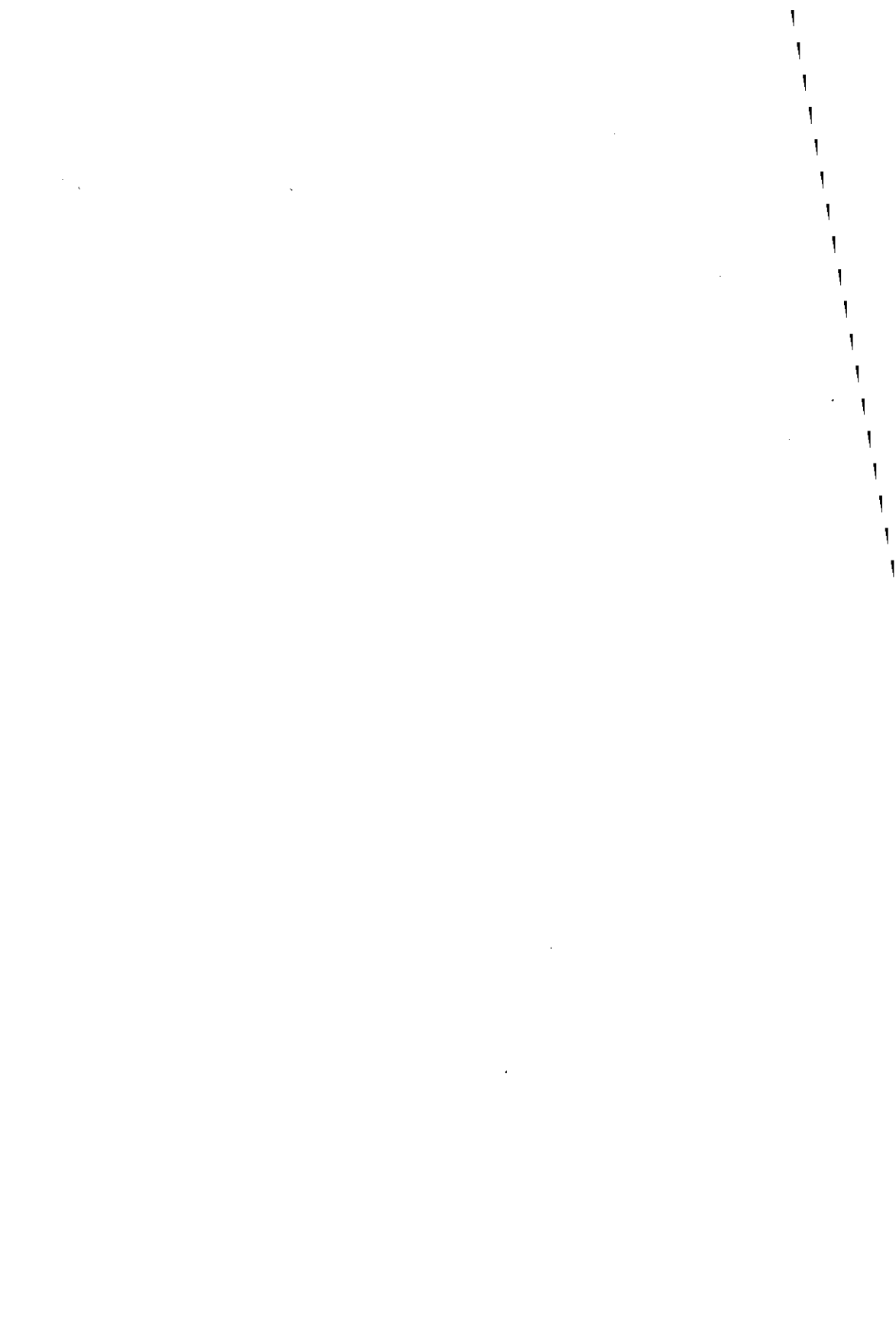
Il fait la comparaison avec d'autres statuettes utilisées dans les pratiques d'initiation chez les peuples Banton, Boshiman et Hotento, et aussi avec des documents similaires de Bamba-dyavalo (Mapungubwe) et d'autres gisements préhistoriques d'Afrique du Sud.

Les statuettes présentent des caractéristiques en liaison avec les anciennes conceptions et pratiques du culte phalique de la population Bush-Boskop et reflètent aussi des influences culturelles qui sont parvenues en Afrique du Sud avant l'arrivée des Bantous.

BIBLIOGRAPHY

- AXELSON, ERIC — *Discovery of the farthest pillar erected by Bartholomew Dias*. S. Afr. Jour. Sci. 35: 417-429. 1938.
- BROWN, A. RADCLIFFE — *Native dolls in the Transvaal Museum*. Ann. Transvaal Mus. 11: 99-102. 1925.
- DART, RAYMOND A. — *Phallic objects in southern Africa*. S. Afr. Journ. Sci. 26: 553-562. 1929.
- *Further data on the origin and phallic character of conical and perforated stones; together with an appendix on the Gogo Mtemi by A. V. Hartnell*. S. Afr. Jour. Sci. 29: 731-741. 1932.

- *Racial origins pp. 1-31 in The Bantu-speaking tribes of South Africa* ed. by I. Schapera London pp. 453. 1937.
- *The ritual employment of bored stones by Transvaal Bantu tribes.* S. Afr. Archaeol. Bull. 3: 61-66. 1948.
- *Rhodesian engravers, painters and pigment miners of the fifth millennium B. C. S. Afr. Archaeol. Bull. 8: 91-96. 1953.*
- EARTHY, E. DORA — *Initiation of girls in the Masiyeni District. Portuguese East Africa.* Ann. Transvaal Mus. 11: 103-117. 1935.
- GARDNER, G. A. — *Hottentot culture on the Limpopo.* S. Afr. Archaeol. Bull. 4: 117-121. 1949.
- *Mapungubwe 1935-1940.* S. Afr. Archaeol. Bull. 10: 73-77. 1955.
- KRIGE, EILEEN J. — *Individual development pp. 95-118 in The Bantu-speaking tribes of South Africa* ed. by I. Schapera. London pp. 453. 1937.
- SCHAPERA I. — *The Khoisan peoples of South Africa: Bushmen and Hottentots.* Routledge & Sons, London. pp. 450. 1930.
- SUMMERS, ROGER — *An ancient ivory figure from Rhodesia.* Man 49: 96, art. 131. 1949.
- *Possible influences of the iron age in Southern Africa.* S. Afr. Jour. Sci. 52: 43-47. 1955.
- *Human figurines in clay and stone from southern Rhodesia and adjoining territories.* Occ. Pap. N. Mus. S. Rhod. 21A: 61-75. 1957.
- WAINWRIGHT, G. A. — *The founders of Zimbabwe civilization.* Man 49: 62-66 art. 80. 1949.



Portugal no Folclore do Nordeste

POR

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

De Portugal não é sem alguma emoção que se lhe evoca o nome. Tanta coisa ele nos traz à lembrança, tantas recordações nós lhe devemos, e por isso mesmo brasileiros de quaisquer regiões ou áreas nos sentimos sempre ligados a Portugal, intimamente unidos a ele e recebendo no sangue, no coração, no espírito a sua influência, a influência permanente de sua cultura. Em particular no Nordeste mais se aviva esta influência.

É natural que assim seja. Foram portugueses de boa cepa que nos colonizaram; portugueses vindos de Trás-os-Montes, de Viana, do Minho nos deixaram a marca de seu trabalho e nos transmitiram a herança cultural admirável que ainda hoje persiste, através do tempo, permanente e inalienável. Se algumas outras regiões ou áreas brasileiras tiveram oportunidade de sentir influências que se justapuseram à lusitana, entre nós tal não se verificou.

As tentativas de imigração ou de colonização estrangeiras sempre fracassaram no Nordeste, não porque não tivéssemos, como os nossos criadores, o mesmo espírito plástico, admiravelmente capaz de contactos com quaisquer grupos, mas por motivos que não caberia aqui analisar. Isentos dessas influências que não as legitimamente portuguesas, aliadas às de procedência africana ou indígena, constituindo o lastro cultural de nossa formação, sentimo-nos mais lusitanos, mais apegados ao fundo de nossa caracterização. Somos todos nós, do Nordeste, os Silvas, os Albuquerque, os Lopes, os Santos, os Duarte, os Coelho, um mesmo brasileiro, em que a marca portuguesa se aviva e permanece sobretudo através das manifestações que se transmitem pela memória, pelas tradições, pelas actividades populares.

Este lastro cultural que nos deu o português está bem vivo em nosso folclore. É claro que não é um folclore puro, exclusivamente português. Ao contacto com as heranças africanas e indígenas, tor-

nou-se possível um processo de mestiçamento folclórico, ao influxo do qual se vêm mantendo e transmitindo folguedos, cantos, danças, tradições, lendas, poesias, contos, superstições.

É um produto mestiço este folclore nordestino, em que ressalta todavia a base originalmente lusitana, o lastro que o sustenta e lhe dá continuidade. Em sua maioria, se não em sua totalidade, o folclore do Nordeste se formou ao contacto com os elementos dos três grupos populacionais que contribuíram para a formação demográfica; e que, por extensão, deram as feições características de nossa formação cultural. Se o fundo mais forte, mais impregnado, é o de origem lusitana, não lhe faltou, entretanto, na terra nordestina, um traço africano ou uma marca indígena. Por isso mesmo o mestiço foi o melhor elemento, o veículo mais constante, da transmissão e da continuidade de nosso folclore.

Mulatos, mamelucos, curibocas, pardos, caborés, os variados tipos que enchem nossa paisagem humana, forjaram e transmitiram, com a variação de seu colorido e a diversidade de influências culturais, os temas folclóricos que ainda hoje se mantêm. Deram-lhes eles sua estruturação em bases brasileiras, sem quebra, é claro, dos valores culturais recebidos das fontes primitivas. Praieiros, matutos, sertanejos, pescadores, tiradores de coco, jangadeiros, vaqueiros, tangerinos, roceiros, canoeiros, curtidores, criaram o nosso folclore, à base dos elementos que nos foram legados pelos grupos formadores de nossas populações. Transmitiram-nos estes temas, os motivos já transculturados, reinterpretados, adaptados às condições sociais do novo grupo. Os nossos folguedos populares, as nossas danças, os nossos cantos, os nossos mitos, as nossas lendas, as nossas superstições, se criaram e evoluíram e chegaram até nós sob o influxo dessa influência mestiça.

Vejam-se, por exemplo, os folguedos populares. Os temas, os motivos, Portugal nos sugeriu, mas aqui ao calor de nossos entrechoques sociais e culturais, se readaptaram, tomando nova forma, estruturando-se. O motivo marítimo, de pura inspiração lusitana, se transportou de Portugal para o Brasil, para aqui reestruturar-se em folguedos ou danças dramáticas. Em Portugal a feição marítima — e o mar, tal como assinala JORGE DIAS (1), foi o elemento de unificação e de permanência da nação portuguesa — absorveu a primitiva feição mourisca; e transplantada para o Brasil aqui se reavivou, guardando da guerra com os infiéis apenas tradições, reminiscências, evocações, que vão persistir nas Cheganças, nos Reisados, nos Fandangos. No caso dos Reisados, houve uma transferência de motivo: do mouro para o afri-

cano. Conservou-se, na tradição, porém, a ideia do tempo dos mouros, mas não mais a feição mourisca, nos seus folguedos populares. A marítima é que passou a caracterizá-los.

E foi o motivo marítimo o inspirador, no Nordeste, dos folguedos, autos ou danças dramáticas, que, estruturados ao que tudo indica no século XVIII, constituem, ainda hoje, os temas das festas do ciclo do Natal. Deste modo concervou-se no Brasil a transplantação das sugestões ligadas à aventura marítima, conservada na memória popular portuguesa, e aqui se reavivam. Por isso mesmo os mais expressivos destes autos, de tradição mais duradoura, persistindo entre o povo, são aqueles que se ligam a acontecimentos marítimos: uns recordando as peripécias, as vicissitudes, as glórias da navegação portuguesa dos descobrimentos, como o Fandango, a Chegança; outros, evocando acontecimentos históricos, que envolvendo os negros africanos também se ligam, embora não muito directamente, à expressão marítima ou mais particularmente ao comércio marítimo de Portugal e do Brasil, é o caso do Reisado, do Quilombo, do Maracatu.

É interessante salientar a antiguidade, em Portugal, do género marítimo em motivos dramáticos. O nome de Barcas figura como o de cantiga mencionada por antigos escritores; eram cantos marítimos, provindo seu nome, decerto, de uma espécie de navios chamados Barcas, já usados ao tempo da fundação da Monarquia, e conservados ainda na época da grande expansão navegadora do Infante D. Henrique. É lição que se colhe em CASTILHO (2). No século XV eram as Barcas representadas, pois o foram nas festas de casamento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

Entretanto, como se admirava GARRETT (3) ao tempo em que escrevia, o romance marítimo já não era comum em Portugal; deveria o motivo marítimo achar-se em maior profusão, o que não sucedia. Guardava-se no continente somente a versão da Nau Catarineta; nos Açores, segundo TEÓFILO BRAGA, porém, se cantavam vários romances marítimos. Ter-se-ia perdido na memória popular, na tradição do povo, a história das grandes aventuras marítimas conservadas no romance? Se tal tivesse acontecido haveria, entretanto, o Brasil salvo do esquecimento o grande tema, preservando, na formação de folguedos populares, aqui criados, o episódio das conquistas náuticas portuguesas.

E é assim que no Nordeste do Brasil conservamos, no ciclo do Natal, já de si autenticamente lusitano, a Chegança ou o Fandango, como danças dramáticas que recordam episódios marítimos da expan-

são lusitana. A Chegança representa a luta entre cristãos e mouros, iniciando-se com uma marcha de entrada em que se cantam versos à Virgem Maria, transmitindo-nos a mesma devoção de Portugal:

*Marchemos com gosto
Com muita alegria
Vamos festejar
A Virgem Maria.*

Cantam-se diversas cenas rememorando episódios da viagem, inclusive a luta entre cristãos e mouros, que termina com a derrota dos infiéis e sua incorporação ao cristianismo. São baptizados e aceitos na santa religião:

*Eu vos baptizo mouros
Na Santa Religião;
Fazendo de vós, brutos,
Fazendo de vós cristãos.*

O Fandango descreve uma viagem, uma nau portuguesa por estes mares do mundo de Deus. Nele aparece o romance da Nau Catarineta. Esta xácara lusitana fundida com outros motivos veio incorporar-se ao nosso folclore na estruturação de um folgado popular. O Fandango, Nau Catarineta, Baile dos Marujos, ou simplesmente Marujos — nomes diversos de um mesmo auto ou dança dramática — celebra aventuras, temporais, borrascas, combates. E os marinheiros portugueses tudo sofrendo, tudo vencendo. O nosso Fandango não é o mesmo Fandango de Portugal, aí dança de pares, comum no século XVIII (4) nos arredores de Lisboa. No Nordeste tomou feição dramática, descrevendo-se nela factos marítimos da tradição lusitana.

Como acontece com a Chegança, também no Fandango o desenvolvimento do enredo apresenta cenas e evocações de coisas de Portugal. Às vezes referências a Lisboa; outras, recordação das meninas da capital portuguesa. Também o Fandango recorda o «mar do Porto», sendo que no final os marinheiros se despedem tanto de Lisboa como do Porto. O ambiente de Lisboa, por exemplo, assim é lembrado:

*Bairro alto, bairro baixo,
Terra onde me crtei;
Adeus, ó belas meninas
Que de Lisboa eu cheguei.*

*Adeus, terreiro do Paço,
Adeus, praia de Junqueiras
Adeus, brinco das casadas,
Ramallete das solteiras.*

A inspiração lusitana, a glorificação do heroísmo e da bravura de Portugal, a expressão do sentimento religioso, tudo isso nos transmitiu o ancestral português; mas aqui essas e outras expressões tomaram novas características, fundindo-se e estruturando-se em motivos novos, conservando-se embora as marcas autênticas de sua origem. O heróico e o religioso juntam-se, fundem-se, assinalam o episódio glorioso das navegações. É por isso que o marinheiro repele as seduções do demônio travestido de gajeiro, cantando estes dois versos que representam como que toda uma síntese do espírito português das navegações e descobrimentos:

*A minh'alma é só de Deus
O corpo dou eu ao mar.*

Lendas, tradições, contos que se conservam na memória popular nos foram legados pelo português. O espírito religioso que veio da península, que animou as navegações, que justificou a expansão lusitana através dos continentes — e «se mais mundo houvera lá chegara» — aquele mesmo espírito se trasladou para o Brasil, aqui continuou e conservou algumas das vetustas tradições de Portugal.

Um dos ciclos mais ricos de lendas, de fundo religioso, encontrado no Nordeste, é aquele que se refere à mudança de local de santos. A imagem é achada em determinado lugar, às vezes num pilar, outras no meio das árvores; então é conduzida para a igreja mais próxima. No dia seguinte a imagem está desaparecida; fugiu da igreja. Procura-se por toda a parte e vai ser encontrada no mesmo local onde primitivamente foi achada. E assim, duas, três vezes, até que se constrói no lugar do achamento uma capela para a imagem.

Esta lenda é conhecida na Paraíba; é a mesma existente em Pernambuco ou nas Alagoas. Quase sempre está ligada a uma Nossa Senhora do Pilar, talvez pela circunstância de ser encontrada a imagem num pilar. No Nordeste envolve também a existência de capelas do Senhor Bom Jesus. É o caso de Bom Jesus de Taperaçuá, ou de Bom Jesus de Camaragibe, nas Alagoas. É a mesma tradição portuguesa, de que nos fala LEITE DE VASCONCELOS (5).

Não só nesse e em vários outros ciclos de lendas de fundo religioso ficou a influência marcante de Portugal; alongou-se igualmente às comemorações religiosas, cristãs, do Natal e dos santos de Junho, de mistura com festas profanas, tradições que se incorporaram aos festejos. O ciclo joanino das festas de Santo António, São João e São Pedro, traduz reminiscências que nos vieram de Portugal. Sobre-tudo as festas de Santo António, santo português, casamenteiro lá e aqui, a atrair as orações das moças casadoiras. Como Santo António, também São Gonçalo de Amarante.

O ciclo do Natal conserva as velhas tradições, costumes, hábitos de Portugal, inclusive o uso das castanhas nas consoadas. Os presépios e pastoris, que se apresentam no período natalino, nos vieram de Portugal. Os primeiros presépios na terra lusa datam dos fins do século XIV, quando em 1391 as freiras do Salvador ergueram no seu convento uma armação representando o estábulo de Belém, com figuras interpretando a cena do nascimento de Jesus (6). Incrementou-se o uso dos presépios, e para aqui ele veio com os padres jesuítas. FERNÃO CARDIM nos fala do devoto presépio armado em fins do século XVI, quando o irmão Barnabé tocou seu berimbau, com o que muito se divertiram os colonos e os columins (7).

Aos presépios associou-se o Pastoril, folgado dramático, com várias jornadas que vão descrevendo o episódio do nascimento de Cristo e em que dois cordões de pastoras cantam e dançam: o cordão encarnado e o cordão azul. Há uma figura central, entre os dois grupos, que é a Diana, que, como canta, «não tenho partido». No século XIX os pastoris do Nordeste alcançaram sua fase de apogeu. As disputas entre os dois cordões eram cenas espectaculares, que os cronistas da época descrevem. Chegou a haver protestos populares contra os pastoris, considerados por vezes abuso contra a população e contra a religião. Depois foi arrefecendo o folgado, mas ainda hoje se conserva em algumas áreas do Nordeste com mais viva intensidade.

E a tradição portuguesa nos ficou não apenas nesse espírito religioso; prolongou-se, alongou-se a outros aspectos de nossa vida popular. Quando passamos em minúsculos povoados, em pequenos agrupamentos de casas, encontramos dependurado numa janela um objecto qualquer: ora um coco da praia, ora uma fruta, ora uma rapadura. Aquilo quer dizer que ali se vende aquele objecto; é o sinal de *venda*, nome geralmente dado ao estabelecimento onde se adquirem produtos. E quem nos negará que foi o nosso bom avô português que introduziu tal costume entre nós?

Realmente registra LEITE DE VASCONCELOS que «um ramo de loureiro à porta indica uma taberna» (8). A taberna lusitana é a nossa venda. O sinal é o mesmo, mudando apenas o objecto conforme se trate deste ou daquele produto ali encontrado.

Parece que de origem puramente portuguesa, conservando-se no Nordeste onde tem sido registrado por vários autores, é o «Pelo sinal de Junot», que GUSTAVO BARROSO (9) divulgou sob o título de «Pelo sinal da Beata». Este autorizado folclorista admite tratar-se de motivo vindo para o Brasil com D. João VI, perdendo-se e isolando-se no meio das populações nordestinas.

Seria supérfluo dizer que a riqueza de nossa poesia popular traduz legítima procedência lusitana. Quadras, romances, toda a nossa poesia popular é como que reprodução fiel da lusitana. Muitas vezes encontro recolhidas em colectâneas folclóricas do Nordeste quadras que ouvira antes cantadas em fado. Lembro-me bem dessa quadra, que quando menino muito ouvi em música de fado, cantada por uma senhora:

*Quem me dera ser a hera
Para crescer e subir
Para chegar à janela
De teu quarto de dormir.*

Ou então:

*Nossa Senhora faz meia,
De fios feitos de luz;
A luz é a lua cheia
As meias são pra Jesus.*

São quadras que se encontram, divulgadíssimas, no folclore nordestino. É uma comprovação de sua permanência, da permanência da poesia popular portuguesa, transmigrada para aqui.

Alheio a influências estranhas, pela ausência de correntes imigratórias não portuguesas, que são escassíssimas na região, o Nordeste conserva a herança cultural recebida, embora dando-lhe características novas, feições que correspondem ao ambiente que as criou. Só modernamente influências não lusitanas vêm alterando esta situação, e isto mesmo na faixa litorânea, mantendo-se o mediterrâneo menos aberto a tais contactos. Tudo isso, porém, não alterou, nem alienou,

a velha base lusitana, o lastro cultural admirável, em que assenta nossa formação.

Pelo Sinal, lendas, tradições, poesias, danças, folgedos populares, aí estão mantendo no Nordeste a magnífica, esplêndida, constante presença de Portugal; povoador, criador de riqueza e dilatador da fé, o português quinhentista que nos deu à luz do mundo, transmitiu-nos a perene marca de sua eterna presença, através da cultura luso-cristã, que conservamos orgulhosos e envaidecidos. Orgulho e vaidade de tal pai, que pôde legar ao filho herança tão bela.

Esta beleza, que é tradição viva da presença portuguesa na cultura e na vida da região, o Nordeste conserva, preserva e defende. Seremos sempre os Albuquerque, os Melos, os Silvas, mantendo no nome o orgulho da procedência. E para mantê-lo, continuamos a servir à vetusta tradição lusitana, que o folclore conserva, guarda e transmite, sem prejuízo de nosso progresso e de transformações sociais modernas. E neste servir e preservar alonga-se o nosso amor a Portugal, amor que tem muito daquele não sei que, que nasce não sei onde, e vem não sei como, de que falava o poeta maior de nossa língua (10).

RÉSUMÉ

La présente étude met en relief l'influence du Portugal sur le folklore du Nord-Est du Brésil; cette influence fut la base de sa formation et aux éléments d'origine portugaise se sont associés les indigènes, c'est-à-dire, ceux des populations natives, et ceux d'origine africaine, apportés par les esclaves nègres d'Afrique. Aujourd'hui les éléments indigènes sont ceux qui exercent la plus faible influence, les africains persistant plus vivement, comme les «Reisados», les «Quilombos» ou les «Maracatus», qui, malgré les marques portugaises de leur structure, sont, dans leurs motifs, typiquement africains.

L'influence portugaise a été remarquable parce qu'il n'y a pas eu, dans la région, des courants immigratoires d'origines différentes pour la troubler. De là, la permanence, jusqu'aujourd'hui, des valeurs culturelles portugaises, comme base de formation du folklore du Nord-Est, agissant comme substrat culturel pour la constitution d'un produit métis — ce qui résultait des relations culturelles entre les trois groupes ethniques, formateurs de la population régionale. Ainsi, le folklore du Nord-Est est le résultat de cet échange culturel où vit, jusqu'à nos jours, la présence portugaise.

Les divertissements populaires du Nord-Est ont des thèmes d'origine portugaise, comme par exemple, les «Cheganças», les «Fandangos», les «Pastoris», les deux premiers évocant des motifs maritimes de l'époque des navigations, et les derniers la naissances de Jésus Christ; dans le nouveau milieu, cependant, ces thèmes se sont adaptés et transculturés, se constituant en divertissements devenus caractéristiques dans la région. Sur ce point, l'étude fait remarquer l'existence de motifs maritimes,

qui, d'ailleurs, se sont perdus en Portugal, comme a signalé Garrett, au XIX^e siècle. Les aspects caractéristiques des «Cheganças» et des «Fandangos», où sont constantes les évocations de Portugal, sont exemplifiés, et leur motif central lié à l'époque dorée des navigations.

L'étude fait aussi référence aux légendes et aux traditions populaires, quelques unes de caractère religieux, qui se trouvent au Nord-Est. Le cycle de Noël est aussi rappelé par des réjouissances qui sont d'origine portugaise sans retouche des adaptations qu'elles ont souffert à la région, sous de nouvelles influences et des transformations sociales mêmes. Dans la poésie populaire on rencontre aussi un fond très riche d'influence portugaise.

En accentuant les caractéristiques marquantes des manifestations folkloriques du Nord-Est du Brésil, l'étude montre la présence vive de la culture portugaise, non pas seulement dans leur formation, mais surtout dans leur existence actuelle. L'homme du Nord-Est, indépendamment du progrès et des transformations sociales modernes, conserve, préserve et défend cette tradition portugaise, que le folklore régional maintient dans ses valeurs fondamentales.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) JORGE DIAS, «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», in *Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies*. The Vanderbilt University Press. Nashville, 1953.
- (2) A. F. DE CASTILHO, *Quadros Históricos de Portugal*. Empresa da História de Portugal. Lisboa. 1905, vol. IV, pg. 86.
- (3) ALMEIDA GARRETT, *Romanceiro*. Empresa da História de Portugal. Lisboa, 1904, Vol. II, pg. 53.
- (4) TEÓFILO BRAGA, *O Povo Português*. Lisboa, 1885. Vol. I, pg. 401.
- (5) LEITE DE VASCONCELOS, *Tradições Populares de Portugal*. Porto, 1882, pg. 88.
- (6) PEREIRA DA COSTA, *Folk-Lore Pernambucano*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1908, pg. 189.
- (7) FERNÃO CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. 2.^a edição. Coleção «Brasiliana», vol. 168. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1939, p. 267.
- (8) LEITE DE VASCONCELOS, *Tradições Populares*, cit., pg. 124.
- (9) GUSTAVO BARROSO, *Ao som da viola*. Rio de Janeiro, 1922, pg. 469.
- (10) CAMÕES, *Obras Completas*. 1.^o volume. Edições Cultura. São Paulo, s/d, pg. 298.

Apuntes sobre a «svástika do Minho» e o simbolismo dos nós

POR

VICENTE RISCO

Nos meus apuntes sobre símbolos e figuras, anda hai tempo a chamada entre nós, *svástika do Minho*, e noutros lados, *Nó de Salomón* (o que chaman en Galiza *risco de Salomón*, en Portugal *signo Saimão*, é a pentalfa, collida acaso dalgún texto mágico).

Como se sabe, a svástika do Minho é un entrecuzamento de duas especie de miadas, ou madeixas, composta cada unha de tres cordas ou mais, feito de tal sorte, que tería que ter pasado unha a través da outra sen rompela. O qual dálle un caraute enigmático e desacougante, se un repara ben. Hai un experimento que anda polos libros elementares de divertimentos matemáticos e física recreativa, e que se fai c'unha fita de papel, apegando os cabos pra' facer unha anilla e cortándoos despois lonxitudinalmente pola metade, do qual saen diferentes figuras, revolvendo a fita enantes de apegala; dándolle unha quádruple torsión, obtense ao cortala a figura de que falamos. Tense aproveitado iste experimento pra dar unha demostración intuitiva da quarta dimensión.

Pra facer un deseño desta figura, sirve o esquema dunha svástika: abonda prolongar as catro ramas en curvas que van morrer cada unha no cabo da rama seguinte. Trátase, polo tanto, dun símbolo da quaternidade, como os *mandalas hindúes* e os quadrados mágicos. É curioso que, expresando estas figuras en quatro, unha dobre tensión de forzas opostas (JUNG), o quadrado nos dea unha impresión de estabilidade e de sosego. Pode que sexa por indicar o equilibrio perfecto dos contrarios.

Mais esta figura non é somentes unha figura en quatro, ou unha svástika disimulada (a svástika — como o *triskele*, que soe atoparse nos mesmos lugares que a svástika do Minho — é un esquema diná-

mico), senon un nó. É dende logo, en sí mesma, un *entrelazo*, cecais prototípico; en Briteiros, desenrólase nun longo trezado ornamental, que, por un lado, non deixa de lembrar obra de cestería — na que tanto sobresaí a gente portuguesa — e que pertence á familia da ornamentación irlandesa, nórdica e «bárbara» (un motivo idéntico, visigótico, haino en San Miguel de Escalada, aproveitado de outro sitio). Ora, o senso de «melodía infinita» da ornamentación nórdica (WORRINGER) non acai, neste caso, cunha figura pechada en sí mesma, como esta. É un nó, e un nó perfecto, que non dá idea de como se poida desfacer. O mesmo contemplador semella que se atopa preso nise nó.

O qual lévanos ao valor simbólico e mágico dos nós e dos atadellos. Hai nesto un sentimento espontáneo que se manifesta no emprego metafórico da verba na fala corrente; o nó indica *unión*: o «nó matrimonial», «anudar amizade»; cortar un «nó» é romper unha relación. Indica tamén *impedimento*: «un nó na gorxa» é non poder falar; «estar atado» é non poder facer o que se quer; «soltar» significa libertar. Indica asimesmo, *dificultade*: «desfacer un nó» é resolver un problema..

O «*nó de Salomon*» alude, con seguranza, ao poder que se supuña têr o Sabio Rei sobre dos espíritos celestes e infernaes, todos os quales lle daban obediencia.

O famoso *nodus gordianus*, que Alexandre de Macedonia cortou ou desfixo, tense suposto que ligaba a unha potencia diviña que protexía ao Rei de Frigia, e que, liberada de aquil xeito, pasouse ao servizo de Alexandre.

No Dicionario das supersticións alemanas, o Prof. WOLFGANG ALY fala do *nodus herculinus*, que gardaba a virgindade das noivas; cita de MARCELO EMPIRICO: «*septem nodus facies et per singulas nectens nominabls singulas anus viduas et singulas feras... (ne inguen ex ulcere intumescat)*», y de BURCARDO DE WORMS: «*cingulum, mortui pro damno alicuius in nodos coligasti*»; e trata das múltiples usanzas e virtudes dos nós na creenza popular europea, sempre de dobre senso, co-as que se pode causar loucura, impotencia sexual, morte, namentras que noutros lados, como en Hungría, úsanse contra a impotencia, e San Olaf, Rei de Noruega, defendiase co-eles das tentacións do demo. De estas cousas atópanse abondo en Galiza:

As bruxas de toda España e Portugal poden «ligar» a un home pra que non poda consumir o acto sexual, e «desligalo», cando padez impotencia (CARO BAROJA).

Pra que un mozo e unha moza se poñan en amores, cando eramos novos, pronunciabamos tres veces os seus nomes, facendo un nó nun pano (vencello de unión).

Pra diversas usanzas, as bruxas fan nós nunha xesta.

O demo enreda as miadas e fai nós no fio, pra facer renegar á fiadeira ou tecedeira. (Torce o fio da vida dos homes, perturba a evolución cósmica. — Eiquí, a muller que está coa devadoira, representa ás divindades fiadeiras e tecedeiras das antigas mitoloxías, onde o universo designase como unha tea (MIRCEA ELIADE, RENÉ GUÉNON).

En troques, unha señora, por certo irmá dun crego, ataba aos diabos ás patas dunha silla, hasta conseguir que deran palabra de se iren.

Moitas persoas devotas, incluso monjas, adoitan atar ás imaxes dos Santos e têlas atadas deica conseguil-a gracia que lles piden.

En ocasión de festas, os que queren conseguir dunha persoa un convite ou propina, «préndena» cunha fita ou un pano de seda polo pescozo. (Temos eiquí, tres casos de prendimento con exigencia de rescate. No primeiro, os atadellos da irmá do crego obran magicamente igual que o nó de Salomón, prendendo aos espíritos. No segundo, a atadura das imaxes obra como o nó gordiano, dos Reis de Frigia. No terceiro, é o que facían e fan as máscaras que, o mesmo en Galiza que na Europa Central, visitan as casas polo Entroido, ou noutras épocas do ano (K. MEULI, P. GEIGER) e outras comparsas. Os mozos que noutrora facían a danza de arcos no Castro de Caldelas, na festa dos Remedios, viñan despois da procesión, polas casas, e un bótáballe o arco ao pescozo ao pai da familia, o qual sinificaba a obriga de convidalos e darlle cartos).

Pra curar un impedido, un neno que non anda, etc., úsase moito atarlle as pernas con un fio, unha corda ou outro vencello, e levalo a unha persoa de determinadas condicións — muller que se chame María, carpinteiro fillo e neto de carpinteiro, etc. — pra que lle corte o vencello, que simboliza a doenza.

É perigoso pasar por baixo da corda con que está atada unha vaca (ou unha besta). Si o fai unha muller embarazada, o cordón umbilical pódese enredar ao pescozo da crianza que leva no ventre, e afogala.

O «cólico miserere» esprícase por un nó que se forma nas tripas.

Vêse, por istes poucos exemplos, a importancia que na nosa tradición popular ten a magia e o simbolismo dos nós e mais dos vencillos.

O seu emprego en todo o mundo como amuletos, con caraute

apotropaico, fala MIRCEA ELIADE (*Imágenes y símbolos*) e tamén FRAZER (*Taboo*).

Como todo verdadeiro símbolo, o nó ten, non somentes un significado que abarca e resume todo un mundo ideolóxico hereditario — rara vez actualmente conscente nos homes de hoxe — senon tamén unha eficacia activa no seu mundo interior, na que se funda o seu emprego mágico.

Ora, a súa representación en deseño ou gravura tñen a mesma eficacia, ou cecais maior aínda, que o nó feito nun vencillo calquera. Esculpido na pedra, pode ter a relativa eternidade da pedra.

Pode que istes signos dos nosos Castros e Citanias pretendesen asegurar, como o nó de Gordio, algunha potencia diviña, persoal ou impersoal, co-a qual o que os contemplaba creía pôrse en comunicación. Pode que, igual que as hierofanías naturás e os *mandalas* e *pan-táculos* artificiaís, lles serviran pra se elevaren mentalmente a outros nivés de existencia.

Orense, 24 Février, 1958.

RÉSUMÉ

La figure qu'on appellait, en Galice et Portugal, «svastika do Minho», est plutôt un noeud, pourvu qu'on la puisse dessiner sur le schema d'une svastika, ce que la fait classer parmi les symboles quaternaires, voire les *mandalas* et les carrés magiques. D'elle se déroule — p. ex. en Briteiros — un entrelacement de la famille des motifs irlandais, nordiques et «barbares».

Mais, en elle même, elle est un noeud exente et serré, qu'il faut interpreter d'après le symbolisme des noeuds et des liens et de ses applications magiques, dont on trouve á Galice beaucoup d'exemples.

La représentation graphique d'un noeud doit posseder la même, ou encore plus grande efficacité. On peut croire que ce signe, aux yeux des habitants des «Castros» et des «Citanias», pourrait assujétir quelque pouvoir surnaturel, mettre aux hommes en communication avec lui et les élever, mentalement, à un niveau supérieur d'existence.

SUMMARY

The figure so called, in Galicia and Portugal, «Svastika do Minho», is rather a knot, since that we can desing it under the scheme of a svastika. We can then to classify it among the quaternary symbols, see the Mandalas and the magic squares.

From it a link of the family of Irish, Northern and Barbarous motives arises — F. E. in Briteiros. But this is an exempted and closed knot which we have to inter-

pret from the symbolism of knots and from the point of view of its magic attributes, so usual in Galicia and in all Europe.

The graphic representation of a knot must possess just the same efficacy, or may be a bigger one.

We can think that this sign could possess for the inhabitants of «Castros» and «Citánias» a supernatural power and to bring men in touch with it, and to carry them, by rising them mentally, up to a higher spiritual level.

Aculturação dirigida: notas sobre a catequese indígena no período colonial brasileiro

POR

THALES DE AZEVEDO

Prof. de Antrop. da Univ. da Bahia

O método da catequese dos aborígenes do Brasil no período colonial, particularmente o exercido pelos Jesuítas, como parte do plano geral de colonização organizado pela coroa lusitana para povoamento e exploração da América portuguesa, foi objecto de análises por diversos historiadores e cientistas sociais. Das últimas as mais relevantes para a compreensão do processo são as de GILBERTO FREYRE, ALFRED MÉTREUX e ARTUR RAMOS.

Em *Casa Grande e Senzala*, GILBERTO FREYRE examina a catequese como processo aculturativo, registando *a)* as premissas morais em que se basearam os missionários inacianos para orientar o seu método, ou seja a interpretação de certos costumes e instituições indígenas como erros e pecados que deveriam ser eliminados e punidos por sua incompatibilidade com a teologia e a ética cristãs; *b)* o cuidado com a preparação de agentes inter-culturais — padres e irmãos que fossem «línguas», meninos indígenas doutrinados, chefes tribais convertidos; *c)* as técnicas de internalização das novas crenças, valores e *mores* (1). A. MÉTRAUX apreciou especialmente o sentido moral *a)* das técnicas empregadas pelos padres nos seus contactos e convívio com o gentio, *b)* dos juízos que faziam da mentalidade e das qualidades do aborígene, considerando-o como ser livre e racional, e *c)* dos papéis que procuraram assumir em substituição aos chefes tribais e sobretudo aos pagés, cujas funções respectivamente modificaram ou suprimiram (2). Partindo do pressuposto de que o contacto cultural entre missionários e catecúmenos tendia à sincretização de

crenças e costumes, A. RAMOS examinou de modo particular aquelas das técnicas da catequese conducentes àquele resultado (3).

Tendo em mente as recentes revisões dos conceitos utilizados na análise do processo de mudança de cultura resultante de contacto entre sociedades com culturas diferentes, valeria a pena reexaminar o método da «conquista espiritual» a começar pelos seus princípios inspiradores.

As fontes do método da catequese adoptado no Brasil colonial pelas ordens e congregações religiosas nas diversas fases em que actuaram e em face dos grupos culturais com os quais se ocuparam, são um dos temas que estão a pedir exame tanto por seu interesse histórico quanto pela natureza dos processos de dinâmica cultural que desencadearam.

Os materiais que melhor se prestam a tal tipo de exame são a abundante correspondência, as informações, os estudos linguísticos que os padres da Companhia de Jesus produziram entre 1549 e o primeiro decénio do século seguinte e que versam principalmente sobre grupos de cultura *tupi*. Nada de comparável existe de outras ordens ou congregações, sobretudo se atentarmos para a riqueza de dados contida nas famosas Cartas Jesuíticas sobre o trabalho apostólico, a vida quotidiana nas *tabas* e nos aldeamentos, as dificuldades e os êxitos da catequese.

O autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil* e de uma edição crítica das aludidas Cartas, o P.^o SERAFIM LEITE, S. J., filia próximo o método dos Jesuítas aos sistemas de educação e de apostolado que a Companhia, ainda em vida do seu eminente fundador, desenvolveu nos primeiros 15 a 20 anos de existência e de actividade missionária (4). Não havendo esse instituto sistematizado em regras e directivas um método missionário peculiar à época em que os seus primeiros representantes chegaram ao Brasil, convém recuar à procura de normas mais antigas em que os últimos se houvessem inspirado.

As mais antigas dessas normas em vigor na Igreja ocidental são as mencionadas por JEFFREYS em estudo das técnicas de um missionário capuchinho italiano que em fins do século XVII actuava no Congo e que, provávelmente, bebendo nessa fonte, sistematizou em uma série de directivas o seu método catequético (5). Trata-se das instruções do S. P. Gregório I, no ano 601, a Santo Agostinho monge e aos outros missionários beneditinos que então se dedicavam à conversão dos pagãos da Inglaterra. Nesse documento determinava o pontífice romano que a catequese deveria aproveitar ao máximo os elementos da cultura pagã que pudessem ser incorporados à vida cristã.

Mandava, em consequência, a) não demolir os templos pagãos, destruindo-se entretanto os ídolos cultuados nos mesmos; b) consagrar e aspergir água nesses templos, depositando também ali as relíquias em altares adredemente construídos; c) dedicar os mesmos templos à adoração do Deus verdadeiro, de modo que aquelas nações pagãs, vendo que os seus templos não são destruídos, afastassem o erro dos seus corações e, conhecendo e adorando ao verdadeiro Deus, se reunissem familiarmente nos lugares costumados; d) substituir os antigos sacrifícios de bois aos demónios, abatendo os mesmos animais com solenidade, para alimentação, no dia da dedicação ou nos aniversários dos mártires cristãos; e) permitir ainda aos catecúmenos que construissem para si cabanas de galhos de plantas em torno dos templos por ocasião daquelas celebrações, pois destarte gozariam de algumas alegrias exteriores que os disporem para as alegrias interiores.

O fundamento das suas directivas, explicava o papa, era que é impossível desarraigar de uma vez todas as coisas daqueles rudes espíritos, do mesmo modo que aquele que sobe aos lugares mais altos eleva-se por passos e degraus, não por saltos; assim fizera o Senhor com os israelitas, permitindo-lhes que Lhe dedicassem sacrifícios que antes faziam, dos mesmos animais, ao demónio e aos ídolos. Acreditava Gregório I que as novas gentes, com as quais o mundo cristão entrava em contacto na época, tinham, sob a grosseira camada de paganismo e barbárie, qualidades valiosas que era necessário aproveitar, desenvolver e encaminhar para o cristianismo (6).

Seguidas essas sábias instruções a conversão dos pagãos far-se-ia por um autêntico processo aculturativo de reinterpretção de ritos e crenças, sem a ruptura dos quadros institucionais e sem a desnecessária substituição de materiais culturais assimiláveis.

É de crer que técnicas como aquelas tivessem sido empregadas pelos missionários ibéricos que catequizaram os «bárbaros» que haviam invadido a Europa desde o século v, em especial os suevos e visigodos que se fixaram na Península ibérica. Também é admissível que as experiências desses missionários e as ideias dos teólogos que se ocuparam com o problema daqueles pagãos, como São Martinho de Braga, São Leandro, Santo Isidoro de Sevilha, Santo Ildefonso e São Juliano, houvessem influenciado os que na época das Descobertas foram missionar os indígenas das terras encontradas por lusos e espanhóis na Ásia, na África, na América.

No caso dos últimos influíram sem dúvida alguma as directivas do S. P. Paulo III que, em dois documentos de 1537, condenava a

escravização dos gentios e os definia como *veri homines*, capazes de salvação pela fé cristã, ao contrário do que pregavam certos teólogos. Como normas para a catequese e a colonização, recomendava que os indígenas fossem «atraídos à vida eterna pela pregação e pelo exemplo das boas obras», devendo-se evitar de aniquilá-los pela severidade e pelos trabalhos excessivos. Outra fonte de orientação teriam sido, no Brasil, o Regimento que o soberano português deu ao primeiro Governador-geral. Para firmar a dominação da coroa e desencorajar os ataques do gentio, o rei recomendava a Tomé de Sousa que, de início, fizesse punir os índios *tupinambá* responsáveis pelas agressões aos colonos, numa das quais foi vitimado o donatário da capitania da Baía; vingadas aquelas «afrontas», feitas em represália aos esbulhos e abusos sofridos pelo nativo, deveria o Governador assentar paz, estabelecer comércio e mandar converter os indígenas como verdadeiros seres humanos, mantendo-se em submissão, separados dos cristãos em suas aldeias e podendo, em dias determinados, encontrar-se com os colonos para o escambo de suas mercadorias e dos produtos da terra.

Mas não somente os princípios derivados da legislação eclesiástica, da experiência apostólica e das determinações do poder civil lusitano devem ser tomadas em consideração nesta análise. Os missionários jesuítas mandados para o Brasil em 1549 e nos anos seguintes, vinham imbuídos das ideias da época sobre as distinções morais e intelectuais entre europeus, cristãos e civilizados e, de outro lado, bárbaros, selvagens, gentios e pagãos. Não punham em dúvida, entretanto, a natureza humana dos selvagens achados nos novos continentes. Essas concepções eram hauridas em interpretações do Antigo e do Novo Testamento, em ensinamentos dos filósofos, historiadores e geógrafos gregos e romanos, como dos Padres da Igreja e dos teólogos da Idade Média. Em suas cartas do Brasil para a Europa encontram-se citações e referências a Aristóteles, Platão, Plínio, Lactâncio, Santo Agostinho, assim como às doutrinas da revelação, da lei natural e do direito das gentes.

A volumosa correspondência enviada pelos Jesuítas aos seus superiores e irmãos de hábito em Portugal, na Espanha e em Roma (7), contém valiosíssimo material sobre as relações dos missionários e dos colonos com o aborígene, sobre a natureza das noções inculcadas aos catecúmenos e o modo como isto se fazia, sobre as atitudes e reacções do nativo ante a acção dos padres e sobre os resultados de todo esse extraordinário e meritório esforço. Ali encontram-se indicações sobre ocorrências da vida quotidiana nas aldeias dos próprios índios e nas vilas em que estes vieram a ser reunidos sob a direcção dos padres.

A correspondência revela, especialmente, as concepções e idealizações que dos índios fizeram os padres quando entraram em convívio com os mesmos e as modificações que esses juízos experimentaram. Ainda que a crítica possa pôr em dúvida, para um estudo da natureza do que aqui sugerimos, o valor de certos depoimentos exarados nas cartas, por isto que são explicáveis certos exageros em quem descreve os êxitos e mesmo os insucessos de seus próprios esforços, indiscutivelmente resta um saldo muito favorável: o grande valor desse documentário está exactamente em que retrata a vida diária e espelha os julgamentos dos seus autores sobre as ocorrências registadas e sobre as reacções dos catecúmenos ao contacto com a cultura da nascente nação brasileira.

As primeiras impressões dos padres sobre os indígenas podem resumir-se nas que, menos de dez dias após o seu desembarque na Baía, enviava ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal o P.^e Manuel da Nóbrega: — os naturais do Brasil eram «gente que nenhum conhecimento têm de Deus, nem de ídolos», que nada sabia «de glória nem de inferno», acreditando apenas que «depois de morrer vão descansar a um bom lugar»; tinham notícia do dilúvio «posto que não segundo a história verdadeira porque dizem que morreram todos excepto uma velha que escapou numa árvore alta»; também tinham notícia de São Tomé e de um companheiro. Eram «tão brutos» que nem vocábulos tinham para exprimir as noções de Fé, de Rei e de Lei; «sômente ao trovão chamam Tupana, que é como quem diz coisa divina...»

É relevante notar que esses como outros missionários durante o período colonial brasileiro, ao menos durante a fase que nos ocupa, nunca ultrapassaram o nível dessas idealizações, fruto de prenoções fortemente arraigadas em seus espíritos, de preconceitos etnocêntricos europeus e de contactos superficiais dos primeiros tempos da catequese; os juízos formados nesses contactos passaram a constituir o cerne das mencionadas idealizações, sem que a observação subsequente os houvesse modificado substancialmente. É assim que aquelas impressões se repetem noutros documentos sob a mesma formulação ou em formas relativistas como a de que os índios não tinham religião mas sômente superstições como as que existiam em Portugal e que qualquer dos seus que se quisesse fazer seu Deus, lhe davam inteiro crédito.

E assim como não tinham Fé, não tinham também organização política, por isto que lhes faltava uma autoridade central, como as monarquias europeias, com poder sobre as tribos dispersas: segundo o

P.^o AZPILCUETA NAVARRO, um dos defeitos dos índios era «não terem Rei a quem obedeçam, nem moradia certa». Os aborígenes, ademais, pareceram aos padres «de seu natural não muito domésticos», rudes, incultos, inclinados sempre para o mal e a sensualidade.

Em compensação tinham excelentes qualidades morais: eram naturalmente propensos a matar, mas matavam sem crueldade os seus adversários e «se de alguma crueldade usam, ainda que raramente, é com o exemplo dos Portugueses e Franceses», observava o P.^o JOSÉ DE ANCHIETA. Amavam os seus filhos embora não lhes deixassem herança; não tinham juramentos nem ídolos, havendo entre eles uns feiticeiros a que chamavam *Pagés*. Além disto, «Não são demandões, mas benfazejos e caritativos; todos que lhes entram em casa comem com eles sem lhes dizer nada». Também não faziam guerra por cobiça porque desconheciam a propriedade além do que pescavam e caçavam e o fruto que a terra dá, «mas somente por vingança e ódio». Nessas impressões estão em germen as doutrinas sobre a bondade natural do selvagem que viriam a ser desenvolvidas por filósofos europeus que leram as crónicas das descobertas e que se encontraram com indígenas levados da América à Europa no século XVI.

Importa fixar que os Jesuítas consideravam o índio plenamente humano, «próximo nosso», com memória, entendimento e vontade, não sabendo ler e escrever porque isto, dizia NÓBREGA, «não são coisas que dependam da natureza. Dependem do ambiente em que se criam e do modo, isto é «da educação e polícia». Sofriam, contudo, de três grandes defeitos que eram como que as suas bem-aventuranças: comerem carne humana, matarem seus contrários e terem muitas mulheres; eram igualmente «muito contínuos em seus vinhos». Falhas menores era serem «inconstantes no começado» e faltar-lhes «temor e sujeição». NÓBREGA, todavia, considerava-os «gente dócil» e ANCHIETA acreditava que «com não muitos discursos fãcilmente se lhes meterá em cabeça qualquer coisa, ao menos de maus costumes...», como provavam os exemplos dos portugueses. Os colonos, ao contrário, tinham os índios «por selvagens» e não mostravam zelo pela sua salvação.

Considerando os índios como seres decaídos de uma forma de vida mais perfeita, propensos ao mal e rudes, embora vivendo em relativa pureza e atribuindo certos de seus vícios e pecados «aos descaminhos dos cristãos», os Jesuítas tomaram como normas de seu apostolado a segregação dos catecúmenos em suas *tabas*, longe dos colonos, desarraigar-lhes os erros em matéria de moral, induzi-los a aceitar o dogma

e a ética do cristianismo e fazê-los submeterem-se a uma ordem civil já que não conheciam nenhuma.

Efectivamente, a catequese começou no seio das tribos. «Temos determinado ir viver com as Aldeias como estivermos mais assentados e seguros e aprender com eles a língua, e i-los doutrinando pouco a pouco...», informava NÓBREGA em sua primeira carta (Abril 1549). Para tanto desejava fazer uma casa fora da cidade do Salvador, perto de uma daquelas aldeias indígenas, que os padres começaram logo a visitar aos grupos de três e quatro.

Com a aprendizagem da língua regional começam os inácianos a preparação de meninos índios para seus intérpretes e para, já educados, serem mandados à Europa para serem ordenados, e, como sacerdotes, melhor exercerem o seu papel intercultural. Em 1552 um correspondente comunicava que «nesta casa (da Baía) estão meninos da terra feitos à nossa mão, com os quais confessávamos alguma gente da terra que não entende a nossa fala, nem nós a sua», informação, esta, que ilustra um dos modos como os *curumins* exerciam o seu papel de intermediários das duas culturas. Função semelhante viriam a ter meninos portugueses, órfãos, mandados vir de Lisboa com o objectivo de «ganhar os da terra para os doutrinar» e para, de futuro, actuarem como missionários já conhecidos dos catecúmenos e familiarizados com as coisas da terra.

Um dos padres pedia, em 1561, que de Portugal mandassem mais moços para ingressarem na Companhia de Jesus no Brasil, «que, entretanto que o não forem, aprendam a língua e sejam conhecidos dos índios que folgam muito com aqueles que com eles se criam e a estes são afeiçoados e lhes têm crédito». Para a educação dos dois grupos de meninos, os órfãos de Lisboa e os filhos tanto dos colonos quanto dos índios, funcionou durante alguns anos na Baía um colégio; para assegurar e ampliar os resultados desse tipo de contacto cultural, sugeriu NÓBREGA em 1559 se organizassem também Casas de Meninas para casar com os indiozinhos doutrinados. Aliás, desde 1550 diziam os padres que estava aberto novo caminho à conquista espiritual que era casarem-se os cristãos antigos, convertidos antes da chegada dos Jesuítas, com as filhas dos recém-conversos de modo a se constituírem famílias cristãs cujos filhos, portanto, já seriam enculturados na nova fé (8). Em contraposição, não tardaram a ver dificultado o seu trabalho quando *mamaluco*s, com o seu prestígio de meio índios, começaram a induzir os catecúmenos a resistirem e a se furtarem à doutrinação dos padres.

Os meninos da terra, ainda muito tenros, às vezes mal começando

a falar, decoravam sentenças sobre a doutrina cristã e assim preparados iam repetir em casa, aos seus parentes, o que haviam fixado de memória. Guardavam também de cor diálogos em sua língua sobre a doutrina «para ensinarem por si na sua língua e na nossa a seus companheiros a doutrina cristã», tarefa que chegavam a desempenhar, dizia uma carta, tão bem quanto os missionários. Além desse papel de veículos verbais da cultura luso-cristã, aprendiam a leitura, a escrita e a gramática, ajudavam a missa e tocavam as suas flautas nos actos do culto, o que, pelo prestígio que envolvia aos olhos de suas famílias, muito contribuía para os fins da catequese. De simples intermediários cedo passaram os *curumins* a intérpretes e agentes dos mecanismos de controle sócio-cultural dos catequistas, denunciando os adultos que infringiam os *mores* introduzidos, especialmente quando se tratava de recursos aos poderes mágicos dos *pagés*.

A determinação de fazer a catequese nas aldeias do gentio era acompanhada do propósito, que tinha antecedentes nas directivas do papa Gregório I, de re-orientar a cultura nativa em direcção ao cristianismo e aos modos de vida europeus ao invés de destruí-la para implantar sobre o vazio novos costumes e crenças. Numa carta de 1552 NÓBREGA defendia a tese de que lhes era lícito conservar alguns costumes do gentio que não fossem contrários à fé católica nem dedicados a ídolos, como «cantar cantigas de Nosso Senhor em sua língua, pelo seu tom, e tanger (seus) instrumentos de música» que usavam quando matavam seus contrários e se embriagavam com seus vinhos, «e isto para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais, e, permitindo-lhes e aprovando-lhes estes, trabalhar por lhes tirar os outros, e assim pregar-lhes a seu modo em certo tom, andando, passeando e batendo nos peitos, como eles fazem quando querem persuadir alguma coisa e dizê-la com muita eficácia, e assim tosquiarem-se os meninos da terra, que em casa temos, a seu modo, porque a semelhança é causa de amor, e outros costumes semelhantes a estes».

Essas re-interpretações, consideradas embora «ritos gentílicos» pelo Bispo do Brasil, foram largamente empregadas mesmo na segunda fase da catequese, nos aldeamentos ou reduções em que os índios de quatro, cinco e até de quinze diferentes *tabas* e culturas eram reunidos e segregados sob a direcção dos padres. Na descrição de uma celebração litúrgica numa dessas vilas refere BLASQUEZ (1561): «... e porque a festa não parecesse sòmente nossa e dos novos cristãos, muitos dos Gentios, cheios de fervor e ataviados à sua guisa, com pena muito louçã e seus maracãs nas mãos, tangendo, ordenaram sua folia, com que decor-

riam pela procissão, e assim foi celebrada com motetes em canto do órgão e salmos bem acompanhados de vozes e também com os cantares e folia dos que se mais souberam mais fizeram...». Doutras vezes os índios «vinham todos, como têm de costume, com suas divisas de galantaria, uns com suas grinaldas nas cabeças e palmas nas mãos, outros com uns diademas feitos de penas de diversas cores, a seu modo formosas e lustrosas; outros com grandes ramais de contas brancas ao pescoço; finalmente, cada um levava aquilo que aos olhos de todos parecesse mais galante e polido», enquanto que os padres desfilavam com as suas sobrepelizes e junto a estes os discípulos que sabiam melhor cantar, entoando cânticos cristãos. Conta o P.^o FERNÃO CARDIM que numa festa em homenagem ao P.^o Visitador «nem faltou um Anhangá, sc. diabo, que saiu do mato», representado por um índio que já estivera em Lisboa e se fizera irmão leigo jesuíta. «A esta figura, acrescenta o informante, fazem os índios muita festa por causa de sua formosura, gatimanhos e trejeitos que faz: em todas as suas festas metem algum diabo para ser deles bem celebrado».

Vê-se que, apesar de não reconhecerem o carácter religioso de certas crenças e ritos do gentio, os Jesuítas utilizaram a favor de seus esforços a re-interpretação de cantos, danças, vestes cerimoniais, instrumentos rituais, até a personificação de entes sobrenaturais dos índios. Faziam-no, aliás, simplesmente como uma etapa inicial da assimilação que era a meta da catequese, alegrando-se com os casos em que os nativos abandonavam de todo os antigos costumes. As mulheres foram, tão cedo quanto possível e na medida dos escassos recursos materiais das missões, providas de vestidos e os «principais» das tribos eram «muito bem vestidos à portuguesa», por ocasião das festas e das suas investiduras em cargos de autoridade civil nos aldeamentos. Em 1559, por ex., os índios da aldeia de São Paulo, nos arredores da Cidade do Salvador, queriam mudar seus costumes e fazerem casas separadas e de taipa «para sempre viverem nelas», deixando o hábito tradicional de cada 2 ou 3 anos abandonarem suas casas, mudando-se para outras partes. Na verdade, nas novas condições de vida aquele padrão ecológico tornara-se inútil e sem sentido. Mas também os adornos corporais associados à vida religiosa e mágica haviam perdido seu simbolismo; os mesmos índios venderam (sic) também toda a plumagem que tinham para se vestirem. «Eram as suas melhores alfaías, usadas quando matavam seus contrários e os comiam. De tudo se desfizeram e afastaram de si».

Apesar do horror que lhes causaram a poligamia e o sororato,

empenharam-se os padres em conciliar o sistema de parentesco dos *tupi* com o direito eclesiástico de modo a poderem abençoar as uniões *in lege naturae* de tios com sobrinhas e outros parentes próximos, incestuosas entre europeus. Nesse sentido NÓBREGA sugeriu ao fundador da Companhia que apelasse ao papa para que dispensasse os índios de certas prescrições do direito positivo relativas à consanguinidade, porque uma das dificuldades ao casamento cristão de índios eram os impedimentos derivados de parentesco.

No começo também não lhes proibiam de todo os seus «vinhos», isto é, o *cauim* que tomavam nas festas e cerimónias, «senão o excesso que neles há...», dizia ANCHIETA. Mas também aquele uso havia que ser extinto. Cerca de 1559 um índio que fora feito alcaide Urupemaiba, na Aldeia do Espírito Santo, já bastante aculturado, saiu com um martelo quebrando os vasos com *cauim* porque os padres não queriam que os índios bebessem de noite para se evitarem «os pecados e dissoluções que então se fazem».

A atribuição de autoridade civil, com seus símbolos e alguns dos seus poderes, a indivíduos, especialmente anciãos, que na sociedade tribal tinham idêntico papel, foi outro dos mecanismos pelos quais elementos da sociedade nativa e da respectiva cultura eram integrados nos novos modos de vida. Os meirinhos e alcaides das vilas vieram a ser antigos chefes de habitações ou de aldeais (9). Os baptismos desses «principais e demais policia» eram celebrados com grande solenidade de modo a se mostrar que na sociedade civilizada o seu *status* permanecia inalterado e reconhecido; também a eles, quando doutrinados e conversos, se incumbia a pregação de manhã cedo pelas casas ao modo tradicional das tribos.

Uma outra série de medidas, tomadas pelos missionários, destinava-se a suprimir instituições e costumes incompatíveis com a civilização portuguesa e a fé cristã. Os *pagés* foram desde início proibidos de exercerem as suas funções, punidos severamente pela quebra dessa proibição, não raro proscritos das povoações nativas, depois, das vilas; substituíram-nos, de algum modo, os padres e irmãos da Companhia, verdadeiros *poçangas*, isto é, «medicinas» para os índios, e canalizaram-se algumas das funções xamanísticas para formas cristãs de apelo ao sobrenatural em situações de doença e doutras crises. A desmoralização e os castigos físicos eram as técnicas para cercar a acção e o recurso aos *pagés*. Conta um dos correspondentes, em carta de 1562, que uma «feiticeira» doía-se de não ter crédito entre os índios cristãos,

por isto queimou a igreja de uma aldeia e os índios indignados a teriam enforcado se o padre não lhes fosse à mão; foi, todavia, punida com prisão.

Impacientes com os incidentes com os colonos desejosos de cativar índios para o trabalho e sobretudo com os precários resultados da catequese, três anos depois de iniciada esta obtinham os padres do Governador-geral Mem de Sá que ordenasse a reunião e separação dos nativos em aldeamentos ou vilas sob a jurisdição dos missionários. Sob esse regimen de redução, que logo se pôs em execução com a reunião de três, quatro e mais aldeias indigenas em cada uma das vilas criadas nos arredores da Cidade do Salvador (Baía), dizia NÓBREGA no seu *Diálogo sobre a conversão do gentio* (Baía, 1556-57) que «a lei que lhes hão de dar é: 1) defender-lhes o comer carne humana, e guerrear sem licença do Governador; 2) fazer-lhes ter uma só mulher; 3) vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos; 4) tirar-lhes os feiticeiros; 5) mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; 6) fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte, se não for para entre os cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem e com estes Padres da Companhia para os doutrinar». Nenhum desses objectivos era novo, mas sob o sistema das vilas as medidas tendentes a alcançá-los podiam ser applicadas com o maior rigor, já que, na opinião dos missionários, o gentio não podia ser educado senão «por sujeição».

Quebrados os laços com o meio natural, alterado profundamente o sistema económico, modificados os padrões de relações inter-tribais e forçada a residência numa aldeia sob disciplina e horários monótonos e rígidos — tudo isto seria suficiente para desorganizar a estrutura social e a cultura dos aborígenes; o que lhes restava já não tinha significados antigos, tanto mais que instituições, *mores* e valores, sistemas de prestígio e de *status*, regras de parentesco e de casamento haviam sido atingidos por severas restrições e proibições. Exactamente aquelas categorias que constituem o cerne universal das culturas — os sistemas de manutenção, de comunicação e de segurança, que mais resistência oferecem nos processos de mudança cultural (10), vieram a ser reprimidos como delitos graves por meio de penas impostas pela autoridade do Governador, a mais alta e mais temida autoridade civil da sociedade dominante.

Em princípio o contacto com a sociedade de cultura europeia era defeso pelo receio dos maus exemplos dos colonos. Contudo os aldeamentos tinham oportunidades de visitar as fazendas vizinhas e a cidade

próxima; podiam trabalhar por períodos breves, que não excedessem de três meses, naquelas fazendas; as aldeias, por outro lado, em ocasiões de festas eram visitadas por numerosos colonos das vizinhanças, às vezes pelas autoridades civis, membros da «outra cleresia» e até pelo Bispo; essas pessoas confessavam-se, comungavam, participavam das missas e procissões, faziam jogos e partidas de argolinha e corridas de touros, tudo constituindo estímulos aos aldeados para que as imitassem. Além desses contactos transitórios e selectivos, a cultura doadora era apresentada quase unicamente por via intelectual através a pregação e as lições de doutrina e de moral, em formas e modelos ideais e com ênfase em seus elementos simbólicos e ideológicos, especialmente a religião e a moral.

É evidente que a relação desde então estabelecida entre os índios e os representantes da sociedade intrusa não era mais a de duas sociedades com as suas culturas íntegras; os índios eram portadores de materiais culturais já sem o seu suporte institucional; os padres eram agentes de uma sociedade algo distante, cuja cultura apresentavam aos catecúmenos preponderantemente por um de seus aspectos, dando-lhes do resto uma imagem quase apenas verbal.

Das técnicas missionárias de outras ordens religiosas ficaram registros muito menos minuciosos. A julgar pelos respectivos cronistas, pode-se afirmar que os demais religiosos foram fortemente influenciados pela experiência dos Jesuítas. De referência à praxe missionária franciscana sabe-se que não constituiu um método com características muito diversas, mas o fruto da experiência adquirida. Baseado em diversos cronistas da Ordem, um historiador franciscano contemporâneo afirma que os frades actuavam nas aldeias dos indígenas, fazendo dos meninos o veículo principal das noções do dogma e da moral, usando da pregação para incutir os novos costumes e crenças e reprimindo as práticas julgadas incompatíveis com o catolicismo (11). Na repressão à magia, à poligamia e à antropofagia procediam com o rigor que era característico dos métodos educacionais portugueses da época, rigor que chegava a ser descomum entre as tribos antropófagas.

Contudo, «os costumes e usos da tribo que não contradissem aos princípios cristãos ou que permitissem uma adaptação ao catolicismo eram conservados ou assimilados. Objectos supersticiosos eram substituídos por outros cristãos, como crucifixos, enquanto os textos de canções pagãs cediam lugar a outros de carácter cristão, conservando-se, porém, a melodia típica e querida da tribo. Fenómenos etnológicos que

não se incompatibilizavam com a prática da religião, como por ex., a cuvade, eram tolerados». A flagelação penitencial foi aceita pelos índios mas reinterpretada como provas de coragem e de resistência à dor como nos ritos de passagem. A política de separação entre índios e colonos era outra das medidas copiadas dos Jesuítas, mas com muito menor rigor uma vez que os Franciscanos iam catequizar os nativos nas *tabas* destes.

Entre os *cariri* das margens do Rio de São Francisco actuaram missionários capuchinhos franceses na segunda metade do século XVII. Um desses sacerdotes registou as suas experiências em obra publicada em 1706 (12).

Ainda sobre os Capuchinhos influenciou decisivamente o modo de pensar dos Jesuítas com relação à inexistência entre os aborígenes de religião orgânica, de governo estruturado e de ordem social; os índios eram tidos como seres racionais, filhos de Adão, ignorantes por falta de instrução, não se servindo da razão em matéria religiosa. Pela circunstância de missionarem àqueles *cariri* como estranhos em suas aldeias, de se acharem situadas estas em uma região pouco povoada e à distância de muitas dezenas de léguas das cidades da Baía e de Pernambuco e ainda de não contarem com apoio seguro do proprietário das sesmarias da região, os Capuchinhos nunca tiveram sobre seus catecúmenos uma autoridade muito forte, a não ser a que derivava da identificação deles, na mente dos índios, com *pagés* dos brancos.

«O Demónio os entretém nesse erro, conta o cronista Fr. MARTIN DE NANTES, por sucessos que parecem provas incontestáveis de suas observações; porque, caindo doentes às vezes sômente pela imaginação de terem sido enfeitizados por alguém, como vi, quando se matava o feiticeiro acusado, o doente perdia o medo e recobrava a saúde. Eu mesmo fui a causa inocente da morte de um homem de uma outra nação, que imaginou que eu o havia enfeitizado porque o ameacei com palavras por ter feito, sobre uma mulher de nossa aldeia que tinha uma ligeira dor num braço, essa espécie de conjurações que procurávamos tirar. Esse homem foi tomado por um tal medo unicamente ao som de minhas palavras, porque não entendia o português, que não pode sair do lugar; foi preciso carregá-lo; dali a poucos dias morreu ferido por sua própria imaginação. Eis porque os que tinham vindo com ele ameaçaram-me de morte. Estes pobres cegos imaginam que os padres e os religiosos são os feiticeiros dos brancos...» Em mais de uma oportunidade valeram-se os missionários da autoridade que decorria daquela analogia.

Souberam também aproveitar elementos da cultura indígena, dando-

-lhes sentido cristão: assim a flagelação e o consumo ritual de alimentos. Por ocasião das festas litúrgicas organizavam grandes banquetes de cassava, feijão, milho, peixe e caça mas sem as libações de bebidas fermentadas, fazendo os índios, ao modo de sua tradição, trabalharem com antecedência para produzirem grandes quantidades daqueles artigos; nos domingos após a missa, à falta de pão de trigo, benziam farinha de mandioca e a distribuíam entre os índios, que a comiam com muita devoção.

O sistema de governo das aldeias era até certo ponto preservado com a designação anual de um mordomo e quatro oficiais, dos dois sexos, com alguma autoridade sobre seus companheiros; se bem que os critérios para selecção dessas autoridades não fossem mais os tribais de coragem, poder mágico e experiência nas coisas da cultura, mas os de honestidade e devoção em termos da nova cultura, é de supor que o sistema de *status* fosse de algum modo mantido. Mordomos e oficiais eram empossados em cerimónia solene, e recebiam roupas portuguesas e umas varas que simbolizavam os seus poderes.

Embora também neste caso a cultura doadora fosse apresentada por uma só de suas faces, sem oportunidades para contactos com outros aspectos da mesma, algumas das técnicas dos Capuchinhos favoreciam o conhecimento directo da civilização dos brancos. Todos os domingos eram admitidos na aldeia os portugueses da vizinhança para a missa; esses visitantes participavam dos ritos católicos, flagelavam-se junto com os índios, cantavam ao som de suas guitarras e violinos, davam tiros de espingarda em sinal de regozijo. Ainda mais: «para fazê-los melhor compreender o que lhes dizia, refere o cronista, enviava os jovens, sempre que podia, à Cidade da Baía para se informarem por seus olhos sobre o que lhes dizia, pois não podendo formar uma ideia verdadeira nem de casas, nem de palácios, nem de igrejas magníficas, nem de República, nem de riquezas, se nunca tinham visto tudo aquilo, assim não sabiam o que era beleza, magnificência, grandeza nem mesmo a quantidade senão pela vista, não sabendo contar senão pelos dedos de suas mãos e de seus pés; sem poderem formar um número e para indicar uma multidão mostravam os cabelos de sua cabeça. Era, pois, muito difícil, com uma tal ignorância, dar-lhes uma ideia das coisas espirituais e invisíveis, não podendo elevar-se ao conhecimento pela beleza das coisas sensíveis que não conheciam. É por isto que eu os enviava à Baía todas as ocasiões que se apresentavam. Enviei até o capitão. Em seguida, à força de comparações das coisas que viam diante dos olhos, sem reflectir, como o sol, a lua, as estrelas, suas influências, suas

grandezas, que eu lhes tornava sensíveis pela comparação das coisas distantes, que quanto mais afastadas mais pareciam pequenas até desaparecerem, e pela descrição dos que voltavam da cidade cheios de admiração pelo que tinham visto e reparado, vieram pouco a pouco a formar ideias sublimes da grandeza de Deus».

Embora as experiências de tais contactos fossem aproveitadas para fazer compreender noções abstractas de filosofia, ética e teologia, que os padres não conseguiam veicular no idioma e mediante conceitos da cultura indígena, não há dúvida que a sociedade doadora e a sua cultura apareciam à receptora não apenas ao nível verbal mas em muitos dos seus símbolos, comportamentos, sistemas de interacção e principalmente em seus elementos materiais.

Pelo exposto, duas ordens de situações se verificaram na história da conquista espiritual: *a)* a catequese no seio das tribos, *b)* a doutrinação e educação nas vilas e aldeias de tipo de redução. Os princípios norteadores dos dois métodos eram, em termos gerais, os mesmos mas os processos ocorrentes diferiam profundamente em si mesmos e na medida em que índios de culturas diversas eram submetidos ao contacto com os missionários. Nenhum dos dois sistemas acima pode ser analisado isoladamente, sem a consideração das condições gerais da vida no Brasil da época: o que determinava a dinâmica cultural nas aldeias em que actuavam os padres ou nas vilas organizadas e dirigidas por estes, era a combinação de factores como aquelas condições, os tipos de contacto, a natureza das culturas aborígenes, e as circunstâncias de cada caso, além das guerras intertribais, da perseguição dos brancos ao gentio para alargarem a fronteira económica e política, a circulação de índios entre brancos e negros dos engenhos, fazendas e cidades.

DISCUSSÃO

Num esforço por estabelecer coerência na terminologia e na conceituação do processo de mudança cultural resultante de estímulos de uma cultura sobre outra em situação de contacto, os membros do Seminário de Aculturação promovido em 1953 pelo Social Science Research Council propuseram que a aculturação seja definida como «mudança cultural que é iniciada pela conjunção de dois ou mais sistemas culturais autónomos» (13).

A aculturação resulta da selecção de materiais oferecidos por uma

cultura à percepção da outra e dos mecanismos que actuam no interior de cada sociedade em ordem a integrarem adequadamente aqueles materiais. Uma série de mecanismos regulativos funciona simultaneamente nas sociedades em contacto para orientarem a direcção, a intensidade, a amplitude do fluxo inter-cultural e para dispor as mesmas para o recebimento e a incorporação dos elementos aludidos com um mínimo de perturbação; segundo as circunstâncias resultam fusão, assimilação ou pluralismo estável.

Em condições teóricamente ideais de contacto de culturas autónomas uma sequência de regularidades pode ser observada nesta ordem: *a)* transmissão inter-cultural (difusão); *b)* criatividade cultural; *c)* desintegração cultural; *d)* reacções adaptativas. A criatividade cultural, que os participantes do Seminário propõem como um dos sucessos (*events*) que se registam na mencionada sequência, seria antes o mecanismo intra-cultural que faz com que o fenómeno total de difusão por contacto não seja nem passivo nem incolor mas realmente funcional como o perene movimento de mudança que normalmente se verifica no íntimo das culturas, independente de incentivos transculturais.

Quando o contacto se realiza mediante sociedades ou grupos de indivíduos hierarquizados em relações de super e de subordinação económica, política, militar, a dinâmica do contacto pode modificar-se em função dos meios utilizados por uma cultura para inculcar seus materiais à outra. Isto põe o problema teórico da distinção entre aculturação concebida nos termos da definição citada e o processo que ocorre nesse outro tipo de situação.

O processo desencadeado por contacto em regime de relação assimétrica entre grupos de cultura diversa, como o de indígenas em face de nações colonizadoras, pode vir a ser o de simples transferência, jamais inteiramente mecânica e passiva, de elementos de uma para outra cultura em substituição aos materiais supressos na receptora.

Há, evidentemente, um interesse teórico e metodológico em examinar o processo tal como se desenrola em situações do último tipo de modo a verificar se no mesmo a sequência de regularidades se mantém. Isto não implica em um julgamento valorativo, nem mesmo na apreciação da eficácia integrativa e re-enculturativa do método assimilatório em questão, tomado este no sentido de um fluxo cultural unidireccional que incide de maneira a limitar ao mínimo a capacidade selectiva e adaptativa da cultura subordinada. O intuito desta análise é, pois, sugerir a verificação da hipótese de que o processo tem características peculiares.

A catequese nas tribos pode considerar-se típica dos contactos de cultura que ensejam a aculturação nos termos da mencionada definição: as culturas conservam a sua autonomia, isto é, a sua identidade própria e um suporte institucional mutuamente exclusivo, embora uma possa exercer sobre a outra certo grau de autoridade; mas a subordinada, ou receptora, guarda suficiente independência de modo que selecciona os materiais culturais que lhe são apresentados e incorpora-os criadoramente. As correspondências e crónicas aqui citadas testemunham as reacções provocadas pelo contacto. Da parte dos indígenas, quaisquer que fossem as suas culturas, são conhecidos episódios de resistência à introdução de inovações, o desprestígio dos indivíduos que aceitavam certos dos novos materiais, como o baptismo, a dissimulação de costumes proibidos (antropofagia, poligamia, xamanismo), a re-interpretação de práticas como a flagelação, etc. Os missionários, por sua vez, tomaram das culturas indígenas alimentos, como a farinha de mandioca, o beiju, a carne moqueada, o uso do tabaco, a rede de deitar, até técnicas de pregação.

Nos aldeamentos jesuíticos a situação configura-se em vários aspectos muito diversa: *a*) as relações entre as duas sociedades e culturas passam a ser nitidamente assimétricas; *b*) a sociedade tribal deixa de existir íntegra e autónoma; *c*) comportamentos tribais tradicionais são proibidos e punidos, do mesmo modo que, por meio de incentivos e castigos, força-se a adopção de novos comportamentos. As possibilidades de escolha e de recusa dos materiais da nova cultura reduzem-se a muito pouco. Mesmo que essa opinião não fosse representativa da política assimilatória dos missionários, pode-se fazer ideia da mentalidade destes pela sugestão do Ir. PERO CORREIA em carta ao Provincial em Lisboa: «para reduzir os índios à causa civil e religiosa o caminho suave é não dar nada do que os índios precisam senão aos já cristãos; todos dizem que querem ser cristãos mas convém que vejam nisto também alguma utilidade material» (de S. Vicente, em 1553). Ao menos na distribuição de anzóis de pescar, informa SERAFIM LEITE, S. J., essa discriminação era observada.

Dessarte, assim como os esforços assimilatórios dos padres passam a só ter êxitos individuais, diz este mesmo historiador, também a resistência à introdução da nova cultura só alcança expressões isoladas. Casos de rebeldia em grupo, de fuga das reduções, de protestos às autoridades civis poucas vezes se registraram e não tiveram êxito.

Duas ordens de fenómenos parecem caracterizar as reacções colectivas: movimentos revivalistas e a rendição perante a cultura doadora.

Os primeiros consistiam no surgimento de líderes religiosos que procuravam recaptar a adesão dos catecúmenos para a cultura nativa; eram as famosas «santidades». Em 1583 manifestou-se um desses movimentos em forma bastante expressiva na Baía. Pela imediação das vilas apareceram grandes grupos de indígenas com insígnias e emblemas católicos mas com danças, cantos e instrumentos nativos: nesses grupos manifestavam-se transes, faziam-se sacrifícios de crianças e praticavam outros ritos, aparentemente expiatórios; atacavam as fazendas e engenhos e pregavam que os seus ancestrais, mortos há muito tempo, deveriam chegar em um navio para livrar os índios da servidão aos portugueses; estes seriam massacrados e os que escapassem se transmudariam ou em peixe ou em porco ou em animais outros; os índios que não cressem seriam dilacerados pelas aves de rapina e por outros bichos selvagens.

Por outro lado os indígenas, nas vilas, vinham solicitar aos padres os sacramentos e renunciavam aos seus antigos costumes, dizendo que queriam «cumprir toda a lei que lhe puserem» e que houvesse tronco «para castigo dos ruins». Os que praticavam cerimônias da «lei velha» eram delatados, até pelos filhos, e «muito bem castigados», aceitando humildemente esses castigos; os que reincidiam na antropofagia, esses puniam-se «mui severamente». Mesmo índios que viviam em lugares remotos vinham submeter-se e pedir que fossem doutrinados, pelo temor dos castigos aos transgressores das referidas proibições. «Este temor os faz hábeis para poder ouvirem a palavra de Deus; ensinam-se seus filhos; os inocentes que morrem são todos baptizados; seus costumes se vão esquecendo e mudando-se em outros bons, e, procedendo desta maneira ao menos a gente mais nova que agora há e deles proceder ficará uma boa cristandade» (carta de autor não identificado, 1558).

Neste passo não há somente desintegração de certos padrões da cultura receptora por um mecanismo resultante do intercurso com outra cultura, mas realmente uma deculturação, como, segundo BIDNEY, sucede com povos nativos trazidos involuntária e relutantemente ao contacto com a civilização ocidental e cujas instituições e padrões culturais são eliminados sem que sejam substituídos por novas formas funcionais (14).

Segundo a observação de SERVICE o sistema missionário não exerceu uma influência aculturativa propriamente dita porque os Jesuítas não criam que os índios tivessem religião e, em consequência, simplesmente procuraram *adicionar* o catolicismo aos modos de pensar e de viver dos últimos, o mesmo fazendo com outros elementos culturais como instituições de família e música (15). Vimos, porém, que, apesar daquela premissa da parte dos padres da Companhia de Jesus e de

outras ordens e congregações religiosas, ocorreu autêntico processo aculturativo no sector religioso das duas culturas, como noutros, enquanto a catequese se fez nas próprias tribos indígenas.

Nos aldeamentos ou vilas, entretanto, a mudança cultural vem a ser dirigida e compulsória: em tal situação a sequência de eventos comporta, não mais desintegração cultural e reacções adaptativas, mas uma fase de deculturação provocada, seguida de um período de re-enculturação do grupo receptor. Reduzidas as possibilidades de integração selectiva dos novos materiais, a re-enculturação intencional deixa de ser inconsciente processo adaptativo por parte da cultura receptora para ser procurada activamente por força da necessidade de novo equilíbrio com o meio e de uma nova formulação dos sentidos da existência.

RÉSUMÉ

Une analyse des chroniques et des correspondances de divers ordres et congrégations religieuses montre que la catéchèse des indiens brésiliens pendant la seconde moitié du XVI^e siècle et le commencement du siècle suivant s'est réalisée dans deux types de situations.

Quand les missionnaires (Jésuites, Franciscains, Capucins) faisaient la prédication au sein des tribus indigènes, le contact des cultures produisit un processus d'échanges, d'emprunts, de re-interprétations et d'incorporation réciproque de matériels culturels caractéristique de l'aculturation; dans une telle situation, bien que la culture apportée exerce une certaine prédominance sur la réceptrice, celle-ci conservait son autonomie, c'est-à-dire son identité propre et une base institutionnelle indépendante, et elle pouvait sélectionner et intégrer dans un effort créateur les éléments culturels offerts à son système de perception.

Dans le régime de villages, organisés sous la juridiction des Jésuites, les relations entre les deux sociétés, la luso-chrétienne et l'indienne, deviennent nettement asymétriques; la société tribale cesse d'exister intégrale et autonome; des comportements tribaux traditionnels sont interdits et punis, tandis que de nouvelles coutumes et de nouvelles valeurs sont introduites au moyen d'encouragements et de châtiments. Les possibilités de choix et de refus des matériaux de la nouvelle culture se réduisent à peu de chose.

Deux ordres de phénomènes caractérisent alors les réactions collectives de la part de la culture réceptrice: des mouvements revivalistes et la capitulation devant la société européenne. Au lieu de désintégration de la culture subordonnée et de réactions d'adaptation, conduisant à la fusion, l'assimilation ou le pluralisme culturel, a lieu un processus de deculturation provoquée, suivie d'une ré-enculturation du groupe récepteur. À l'inverse de l'aculturation les deux procédés ci-dessus sont conscients dans les deux cultures et la ré-enculturation intéresse activement l'ancienne société tribale par la nécessité d'un nouvel équilibre avec le milieu et d'une nouvelle formulation du sens de l'existence.

SUMMARY

An analysis of the chronicles and correspondence of various religious orders and congregations shows that the catechisation of the Brazilian aborigines during the second half of the XVI and the beginnings of the XVII centuries was carried out under two sets of situations.

While the missionaries (Jesuits, Franciscans, Capuchins) preached within the indigenous tribes the contact of cultures produced a process of interchanges, borrowings, reinterpretations and reciprocal incorporation of cultural materials characteristic of acculturation; in such a situation, although the donor culture exercised a certain dominance over the receiver one, the latter conserved its autonomy, that is, its own identity and non-dependent institutional frame, and could select and creatively integrate the cultural elements presented to its perceptual system.

Under the system of villages organized under the jurisdiction of the Jesuits the relationship between the two societies, the Luso-Christian and the indigenous, come to be clearly asymmetrical; the tribal society ceases to be integral and autonomous; traditional tribal behaviour patterns are prohibited and repressed while new customs and values are introduced by means of rewards and punishments. The possibilities of choice and refusal of elements of the new culture are reduced to very little. Two orders of phenomena characterize thence, the collective reactions by the receiver culture: revivalist movements and surrender before the European culture. Instead of desintegration of the subordinated culture and of adaptive reactions leading to fusion, assimilation or cultural pluralism, there takes place a process of forced deculturation followed by re-enculturation of the receiver group.

In contrast to the acculturation, the two processes here mentioned are conscious in both cultures and the re-enculturation comes to interest actively the ancient tribal society because of the need for a new equilibrium with the environment and of a new formulation of the senses of existence.

ZUSAMMENFASSUNG

Eine Analyse der Chroniken und Briefe verschiedener religiöser Orden und Kongregationen zeigt, dass die Katechese der Indianer in Brasilien in der zweiten Hälfte des 16. und zu Beginn des folgenden Jahrhunderts in zwei Richtungen verlief. Mit der Predigtstätigkeit der Missionare (Jesuiten, Franziskaner, Kapuziner) unter den Indianerstämmen selbst vollzog sich eine kulturelle Fühlungsnahme, die einen Austausch —, Entlehnungs —, Re-interpretations und gegenseitigen Assimilationsprozess charakteristischer Kulturgüter bewirkte, der charakteristischerweise als Akulturation zu bezeichnen ist.

Obwohl bei dieser Sachlage die schenkende Kultur eine gewisse Vorherrschaft über die empfangende ausübte, so bewahrte letztere doch ihre Selbstständigkeit, d. h. ihre natürliche Eigenart und eine unabhängige institutionelle Grundlage, die ihr ermöglichten, aus den gebotenen Kulturelementen zu wählen und ihr Wahrnehmungssystem schöpferisch einzuordnen.

Unter der Verwaltung der von den Jesuiten rechtlich organisierten Dörfer ver-

laufen die portugiesisch-christlichen und indianischen zwischengesellschaftlichen Beziehungen stark asymmetrisch; die Stammesgemeinschaft verliert ihre ursprüngliche und autonome Existenz; traditionsverbundene Lebensweisen sind verboten und strafbar, während neue Bräuche und Werte mittels Belohnung oder Bestrafung eingeführt werden. Die Möglichkeiten der Annahme oder Verweigerung der neuen Kulturgüter beschränken sich auf ein Mindestmass. So sind es zwei artverschiedene Phänomene, welche die Kollektivreaktionen von Seiten der empfangenden Kultur charakterisieren: Erneuerungsbewegungen und Kapitulation vor der europäischen Gesellschaft.

Anstatt Auflösung der untergeordneten Kultur und Adaptationsbemühungen, die zu einer Verschmelzung, Assimilation oder einem Pluralismus von Kulturen hätten führen können, vollzog sich ein Prozess provozierter Entkulturation, dem auf Seiten der empfangenden Gruppe eine Übernahme von Fremdkultur folgte.

Im Gegensatz zur Akulturation, die unbewusst vor sich geht, werden in beiden Kulturen die zwei genannten Prozesse zum Bewusstsein erhoben und das starke Interesse der alten Stammesgemeinschaft an einer neuen Kultur findet seine Begründung in dem Bedürfnis nach einem neuen Ausgleich und einer neuen Sinndeutung des Lebens.

BIBLIOGRAFIA

- 1) GILBERTO FREYRE — *Casa Grande e Senzala*, 1.^a edição, Rio, 1943, págs. 217, 280 ss.
- 2) ALFRED MÉTRAUX — «Le caractère de la conquête jésuitique», *Acta Americana*, vol. 1, n.º 1, 1943; —, «Jesuit Missions in South America» in *Handbook of South American Indians*, ed. J. H. Stewart, Washington, 1946-50, vol. 5, pág. 645.
- 3) ARTUR RAMOS — *Introdução à Antropologia Brasileira*, Rio 1947, vol. II, pág. 485.
- 4) SERAFIM LEITE, S. J., — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, vol. I, passim; — *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, São Paulo, 1956. (Neste trabalho utilizo apenas a correspondência da Baía).
- 5) M. W. JEFFREYS — «Some rules of directed culture change under Roman Catholicism», *American Anthropologist*, vol. 58, n.º 4, 1956, pág. 721.
- 6) F. CAYRÉ, A. A., — *Patrologie et Histoire de la Théologie*, t. 2, L. III e IV, 2^{ème} ed., Rome, 1933, pág. 232.
- 7) SERAFIM LEITE, S. J., *Cartas...* passim.
- 8) Sobre experiências da família em relação com o processo aculturativo, ver E. M. Bruner, «Primary Group Experience and the Processes of Acculturation», *American Anthropologist*, vol. 58, n.º 4, 1956, pág. 621.
- 9) ALFRED MÉTRAUX — «The Tupinamba» in *Handbook of South American Indians*, vol. 3, pág. 113.
- 10) «Acculturation: An Exploratory Formulation» The Social Science Research Council Summer Seminar on Acculturation, 1953, *American Anthropologist*, vol. 56, n.º 6, part 1, 1954, pág. 991.
- 11) FR. VENÂNCIO WILLEKE, O. F. M., — «As Missões da Custódia de S.^{to} Antônio do Brasil, 1585-1619», in *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, Ed. comemorativa do Tricentenário, 1657-1957, vol. I, Recife, 1957, pág. 293 ss.

- 12) *Relation succinte et sincère de la Mission du père Martin de Nantes, prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil (1706)*, ed. facsimilar publicada por Frederico G. Edelweiss, Baía, 1952.
- 13) «Acculturation: An Exploratory...», supra.
- 14) DAVID BIDNEY — *Theoretical Anthropology*, New York, 1953, pág. 360.
- 15) ELMAN SERVICE — «Indian-European Relations in Colonial Latin America», *American Anthropologist*, vol. 57, n.º 3, part 1, 1955, pág. 423.

O índice cefálico em rapazes portugueses dos 7 aos 13 anos

POR

LEOPOLDINA FERREIRA PAULO

Como pretendemos analisar o crescimento da criança portuguesa, vamos por agora encarar as modificações relativas ao diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça, diâmetro transverso-máximo e índice cefálico, em crianças dos 7 aos 13 anos inclusive.

A técnica utilizada na determinação destes dois diâmetros fundamentais, foi a indicada por R. MARTIN, no seu tratado de Antropologia.

As observações foram colhidas por mim e por algumas alunas que frequentaram a cadeira de Antropologia, nos anos de 1950 a 1954, as Ex.^{mas} Senhoras D. MARIA ANTÓNIA MOTA FREITAS, MARIA FERNANDA GUITART PINTO, MARIA PERPÉTUA DA SILVA PÓVOAS, e pelos Senhores HIPÓLITO DE CARVALHO e SÍLVIO RIBEIRO, a quem muito desejo neste momento, louvar e agradecer.

Foram observadas 850 crianças do sexo masculino do distrito do Porto e agrupadas segundo as suas idades, formaram-se 7 grupos, aos quais correspondem às seguintes crianças:

7 anos	130
8 »	200
9 »	80
10 »	100
11 »	110
12 »	160
13 »	70
Total	<u>850</u>

O processo mais rigoroso, seria realizar estas observações através do desenvolvimento do mesmo grupo de crianças, mas não nos tem

tido possível até hoje, acompanhar o crescimento relativo, de cada um dos grupos.

Em primeiro lugar, vamos encarar as medidas absolutas que constituem o índice cefálico, e relacioná-las com os valores médios já apresentados por outros investigadores. Depois passaremos à análise dos valores médios do índice cefálico, em cada um dos grupos de idades, e também estabeleceremos comparações com os resultados de trabalhos efectuados noutros países.

Diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça

As séries obtidas nas diferentes idades, apresentaram uma amplitude de variação aproximadamente idêntica, como se verifica no quadro I.

QUADRO I

Diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça em crianças do sexo masculino

Idades (anos)	Número de casos	Amplitude de variação	Média	Desvio padrão
7	130	188-152	174,86 ± 0,68	7,80 ± 0,48
8	200	189-159	175,64 ± 0,49	6,99 ± 0,35
9	80	198-165	178 10 ± 0,81	7,08 ± 0,56
10	100	197-162	178,34 ± 0,75	7,56 ± 0,53
11	110	196-160	179,42 ± 0,70	7,35 ± 0,51
12	160	194-159	179,66 ± 0,56	7,14 ± 0,40
13	70	198-165	181,40 ± 0,92	7,80 ± 0,66

A menor variação localizou-se nos 8 anos (30), e a mais elevada verificou-se nos 7 e 11 anos (36).

Quanto aos valores médios, estes vão aumentando gradualmente dos 7 aos 13 anos (174,86 a 181,40). Pode-se no entanto verificar que nas crianças dos 9 e 10 anos, assim como nas de 11 e 12 anos, se manteve um certo estacionamento nos valores médios deste diâmetro.

A semelhança dos valores dos desvios padrões, mostra, que a variabilidade nos diferentes grupos de idades, se representa com a mesma intensidade. Em quase todas as séries, a distribuição das frequências, aproxima-se da curva normal, sendo todas do tipo unimodal.

Duma maneira geral, a média cai dentro da classe modal, como se verifica nos grupos dos 8, 10 e 11 anos. Localiza-se na classe imediatamente inferior, nos grupos dos 9, 12 e 13 anos, e na classe imediatamente superior apenas se observou no grupo dos 7 anos.

Confrontem-se agora, os nossos resultados com os publicados por alguns antropologistas no estrangeiro, em crianças dos 7 aos 13 anos.

Elaborou-se para maior facilidade de confronto, um quadro (quadro II), onde se reuniram as médias relativas ao diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça, de crianças de alguns países da Europa, da América do Norte e do Sul.

A análise destes valores, nas crianças dos 7 anos, permite verificar, que as crianças portuguesas têm uma posição mais aproximada dos valores inferiores, como os fornecidos por RÖSE em suecos e alemães, que dos superiores, apresentado por WEST, em americanos brancos de Worcester.

São os rapazes suíços de SCHWERZ e os luso-descendentes do Distrito Federal do Rio de Janeiro, de MARIA J. POURCHET, que ladeiam inferiormente os portugueses. Superiormente, essa aproximação dá-se com os suíços de O. PETER.

Como no grupo dos 7 anos, as crianças de 8 anos, avizinham-se dos valores inferiores, que aqui são registados nos suíços de SCHAUFFHAUSEN e suíços e alemães de RÖSE. São as crianças de HÄGLER que, por excesso, mais se aproximam das crianças portuguesas, e os suíços de STALDER, os luso-descendentes do Distrito Federal de M. POURCHET, por defeito.

As crianças portuguesas de 9 anos, assim como em todos os outros grupos, já se afastam dos valores inferiores. As médias extremas nesta idade, são fornecidas pelos Luso-descendentes de M. POURCHET e pelos suíços de BÜCHI.

Enquanto que nos dois primeiros grupos de idades (7 e 8 anos), os portugueses eram vizinhos dos luso-descendentes brasileiros, neste grupo acentua-se um forte afastamento dos valores médios. São agora as crianças portuguesas de 9 anos, vizinhas dos alemães de Reuteur e dos suíços de Hägler.

Aos 10 anos, os rapazes portugueses mostram um valor médio muito pouco distinto do valor médio dos 9 anos, e com uma posição quase equidistante dos extremos, sendo o menor valor, dado pelos alemães de RÖSE, e o maior registado pelos suíços de Berne de STALDER. Novamente se verifica, que os luso-descendentes do Distrito Federal do Brasil, se avizinham dos portugueses, assim como os cariocas de

QUADRO II

Diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça em rapazes dos 7 aos 13 anos

Idades — anos	7	8	9	10	11	12	13
<i>Hrdlicka</i> (1898)							
New-York	—	176,0	177,0	177,0	180,0	179,0	181,0
<i>Röse</i>							
Suecos e Alemães. .	172,9	174,0	175,4	176,4	177,3	178,6	179,4
<i>Röse</i>							
Dresden	—	—	—	173,6	174,5	175,6	176,9
<i>Hoesch-Ernst</i> (1906)							
Zürich	—	178,0/177,0	177,0/179,0	178,0	179,0	183,0/182,0	180,0
<i>Schwerz</i> (1910)							
Schaffhauser . . .	174,0	174,0	177,0	177,0	177,0	179,0	180,0
<i>O. Ranke</i>							
Holstein	178,0	178,0	180,0	181,0	183,0	182,0	183,0
<i>Reuter</i>							
Hinter-pommern . .	177,0	178,2	178,0	178,0	179,5	180,7	181,2
<i>West</i>							
Americanos brancos de Worcester . . .	179,0	180,0	181,0	182,0	183,0	183,0	184,0
<i>Bosshart</i> (1938)							
Frutigtal	173,5	176,6	177,8	179,8	179,1	180,0	182,7
<i>E. Büchi</i> (1942)							
St. Gallen	177,4	178,1	181,9	179,1	184,0	183,7	183,5
<i>Stalder</i> (1941-43)							
Berne	—	175,0	179,7	183,8	183,4	182,8	184,7
<i>O. Peter</i> (1946)							
Sernftal	175,8	174,2	177,5	179,4	178,3	184,1	183,8
<i>Hägler</i>							
Tavetsch	177,0	175,9	178,6	177,4	183,5	178,8	182,0
<i>Germano Correia</i>							
Luso-descendentes de Nova Goa	—	—	—	177,0	179,0	180,0	180,0
<i>Bastos d'Ávila</i>							
Cariocas	176,0	176,0	177,0	178,0	179,0	182,0	182,0
<i>Maria Júlia Pourchet</i> (1955)							
Luso-descendentes do Distrito Federal . .	174,0	175,0	173,0	178,0	179,0	181,0	183,0
<i>L. Paulo</i> (1958)							
Portugueses do norte .	174,8	175,6	178,1	178,3	179,4	179,2	181,4

BASTOS D'ÁVILA e os alemães de Reuter, encontrando-se os suíços de Frutigal, situados superiormente.

No grupo dos 11 anos, os nossos rapazes localizam-se mais perto dos valores inferiores. A média mais baixa pertence aos alemães de Dresden e a mais alta aos suíços de Hägler, ficando os nossos resultados situados entre os luso-descendentes de M. POURCHET e suíços de Bosshart e os alemães de Reuter.

Os rapazes portugueses de 12 anos mostram uma média do comprimento ântero-posterior da cabeça, muito idêntica à média dos 11 anos. Na idade dos 12 anos, são os alemães de Dresden de RÖSE e os suíços de OTTO PETER que têm posições mais extremas. São os americanos de HRDLICKA, os suíços de SCHAFFHAUSEN e os suíços de BOSSHART, assim como os luso-descendentes de Nova Goa, que mais se aproximam dos portugueses nesta idade.

No grupo dos 13 anos encontram-se os valores extremos nos alemães de RÖSE e nos suíços de STALDER. Aqui, os portugueses situam-se entre os alemães de Reuter, os cariocas de BASTOS D'ÁVILA e os suíços de HÄGLER.

Podemos concluir duma maneira geral, que são as crianças suecas e as alemãs de RÖSE, que, com excepção das dos nove anos, apresentam os menores valores médios do diâmetro ântero-posterior, e que os rapazes portugueses se aproximam mais dos luso-descendentes do Distrito Federal, do que dos de qualquer outro país, muito especialmente aos 7, 8, 10 e 11 anos. Nos 7 e 8 anos registam-se nos americanos brancos de WEST, os maiores diâmetros ântero-posteriores, e nos restantes grupos de idades, são os suíços que apresentam os valores máximos.

Diâmetro transverso máximo da cabeça

Registaram-se no quadro III, os valores por nós obtidos nos diferentes grupos de idades. A análise destes valores, leva-nos a dizer que em todos os grupos se regista uma idêntica amplitude de variação, facto já encontrado no diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça. A mais baixa amplitude (25) encontra-se nos 9 e 13 anos, localizando-se a mais elevada (33), aos 12 anos.

Embora os valores médios se elevem dos 7 aos 13 anos, esta subida, não é tão acentuada como aquela que se verificou no diâmetro ântero-posterior. Este facto, deve talvez estar relacionado com o marcado desenvolvimento da largura craniana, que se verifica nas primeiras

idades, não levando por essa razão, a um aumento tão acentuado, do diâmetro transversal máximo, como aquele que se deve manifestar, no diâmetro ântero-posterior. As diferenças entre as médias dos 7 aos 13 anos, no diâmetro transversal, apenas é de 2,74, ao passo que, o diâmetro ântero-posterior máximo, atingiu o valor de 6,54. Esta desigual subida, das médias relativas aos dois diâmetros, pode avaliar-se facilmente no gráfico I. Estão aqui, representados os dois polígonos de variação, construídos com os valores médios dos diâmetros ântero-posterior e transversal máximos da cabeça, de crianças portuguesas dos 7 aos 13 anos. Não se verifica entre as variações destes dois diâmetros um paralelismo. O polígono relativo ao diâmetro ântero-posterior, evidencia bem, uma tendência a uma contínua e elevada subida dos valores deste diâmetro, ao passo que, o polígono relativo ao diâmetro transversal nos mostra, pelo contrário, uma tendência para um estacionamento de valores.

QUADRO III

Diâmetro transversal máximo da cabeça em crianças do sexo masculino

Idades (anos)	Número de casos	Amplitude de variação	Média	Desvio padrão
7	130	150-121	135,70 ± 0,49	5,62 ± 0,31
8	200	150-121	136,22 ± 0,41	5,79 ± 0,31
9	80	151-126	137,24 ± 0,44	4,92 ± 0,32
10	100	151-126	137,86 ± 0,50	5,02 ± 0,35
11	110	153-125	137,88 ± 0,52	5,52 ± 0,41
12	160	154-121	137,78 ± 0,42	5,80 ± 0,32
13	70	151-126	138,44 ± 0,71	5,12 ± 0,44

A distribuição das frequências nas diferentes séries, embora não apresentem um aspecto tão regular, como no diâmetro ântero-posterior, mostram mesmo assim, uma tendência para a curva normal, predominando a distribuição unimodal.

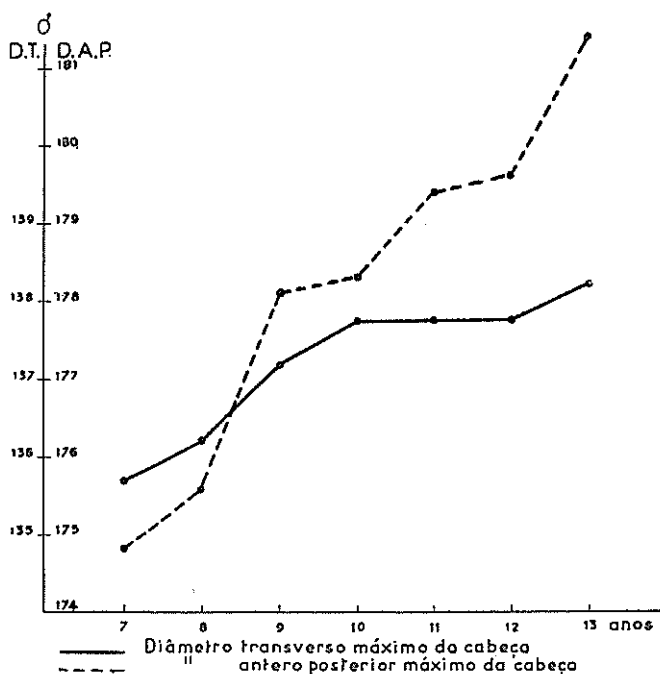
Os valores dos índices de variabilidade, embora menores, são também aqui bastante aproximados.

Analisando o quadro IV, onde foram reunidos alguns resultados apresentados por outros investigadores, logo nos é chamada a atenção, para a posição inferior, que tomam as médias dos diâmetros transversos dos rapazes portugueses. Em todas as idades são as nossas

médias, as mais baixas. Devemos entretanto chamar a atenção, para o facto de que, a maior parte das crianças que entram no nosso confronto, são oriundas da Europa Central e Setentrional, com excepção dos elementos estudados por GERMANO CORREIA, MARIA JÚLIA POURCHET e BASTOS D'ÁVILA. Os dois primeiros, estudaram crianças descendentes de lusitanos, residentes respectivamente em Nova Goa e Distrito Federal do Brasil.

GRÁFICO I

Representação gráfica dos diâmetros transverso e ântero-posterior máximos da cabeça em rapazes dos 7 aos 13 anos



Observa-se que os valores de M. POURCHET, se aproximam dos nossos resultados, assim como os de BASTOS D'ÁVILA, destacando-se estes três grupos, de todos os outros grupos.

Os elementos fornecidos por GERMANO CORREIA, já não se manifestam da mesma forma. Esta falta de concordância dos valores relativos aos luso-descendentes de Nova Goa, talvez se possa atribuir a uma diferença de técnica, na colheita das observações.

Torna-se ainda frisante, a aproximação dos nossos valores dos apresentados por BASTOS D'ÁVILA, em crianças cariocas.

QUADRO IV

Diâmetro transverso máximo da cabeça em rapazes dos 7 aos 13 anos

Idades — anos	7	8	9	10	11	12	13
<i>Hrdlicka</i> (1898)							
New-York	—	143,0	143,0	144,0	144,0	145,0	146,0
<i>Röse</i>							
Suecos e alemães . .	146,7	147,3	147,9	148,6	149,2	149,8	150,6
<i>Röse</i>							
Dresden	—	—	—	151,2	151,4	151,7	153,5
<i>Hoesch-Ernst</i> (1906)							
Zürich	—	148,0/146,0	149,0	148,0/149,0	149,0	149,0	149,0
<i>Schwerz</i> (1910)							
Schaffhauser	146,0	147,0	148,0	149,0	149,0	149,0	149,0
<i>O. Ranke</i>							
Holstein.	149,0	148,0	149,0	149,0	150,0	150,0	150,0
<i>Reuter</i>							
Hinter-pommern . .	147,5	148,9	149,1	149,5	149,1	150,6	150,5
<i>West</i>							
Americanos brancos de Worcester	142,0	143,0	144,0	145,0	144,0	145,0	147,0
<i>Bosshart</i> (1938)							
Frutigtal	143,83	145,09	144,97	144,26	145,86	146,73	146,93
<i>E. Büchi</i> (1942)							
St. Gallen	145,70	145,15	147,00	146,65	147,26	148,04	149,62
<i>Stalder</i> (1941-43)							
Berne	—	143,8	141,3	147,3	144,5	145,8	148,1
<i>O. Peter</i> (1946)							
Sernftal	145,54	143,00	146,93	150,20	145,43	146,12	148,82
<i>Hägler</i>							
Tavetsch	148,7	140,3	143,8	144,7	148,0	147,0	150,50
<i>Germano Correia</i>							
Luso-descendentes de Nova Goa	—	—	—	143,0	144,0	143,0	144,0
<i>Bastos d'Ávila</i>							
Cariocas	138,0	139,0	139,0	139,0	140,0	140,0	141,0
<i>Maria Júlia Pourchet</i> (1955)							
Luso-descendentes do Distrito Federal . .	137,0	139,0	141,0	141,0	141,2	141,0	142,0
<i>L. Paulo</i> (1958)							
Portugueses do norte .	135,70	136,22	137,24	137,86	137,88	137,78	138,44

Só nos da idade dos 7 anos, os nossos resultados estão mais próximos dos de POURCHET; no grupo seguinte encontram-se igualmente distantes dos de POURCHET e BASTOS D'ÁVILA, e dos 9 aos 13 anos a aproximação é mais marcada em relação às crianças cariocas.

Duma maneira geral são as médias das crianças alemãs de RÄNKE aos 7 anos, das alemãs de Reuter aos 8 e 9 anos e nas alemãs de Dresden aos 10, 11, 12 e 13 anos, que apresentam os valores mais elevados do diâmetro transversal máximo da cabeça e que mais se afastam das nossas médias.

Estes baixos valores médios do diâmetro transversal evidenciados nas crianças portuguesas, vamos encontrá-los reflectidos mais tarde, ao tratarmos do índice cefálico.

Índice cefálico

Tem este índice, como se sabe, uma importância fundamental nos estudos antropológicos. Permite obter uma ideia da forma da cabeça quando relacionámos os diâmetros transverso e ântero-posterior máximos entre si.

Na tabela V estão distribuídos os resultados obtidos, nas diferentes idades, agora em estudo. Em todas as 8 séries organizadas para

QUADRO V

Índice cefálico em crianças do sexo masculino

Idades anos	Número de casos	Amplitude de variação	Média	Desvio padrão
7	130	86,2-70,1	78,49 ± 0,32	3,48 ± 0,22
8	200	90,0-69,7	77,63 ± 0,28	4,01 ± 0,21
9	80	85,0-68,1	77,58 ± 0,41	3,69 ± 0,28
10	100	87,0-69,7	77,50 ± 0,34	3,41 ± 0,23
11	110	87,0-68,2	76,82 ± 0,35	3,67 ± 0,25
12	160	86,7-69,2	76,86 ± 0,29	3,71 ± 0,21
13	70	84,4-70,1	76,82 ± 0,37	3,11 ± 0,26

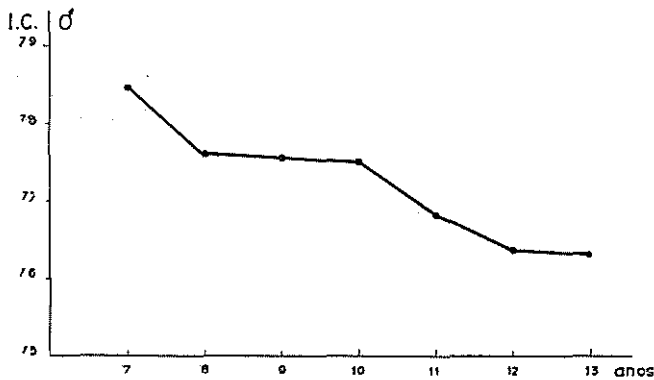
os cálculos das médias e desvios padrões, verificou-se uma amplitude máxima de 20,3, localizada nos 8 anos e a mínima igual a 14,3 aos 13 anos. A distribuição das frequências aproxima-se do tipo da curva normal nos grupos dos 7 e 12 anos e apresenta-se um pouco assimétrica nas outras idades.

Em todos os grupos de idades, as diferenças encontradas entre os valores dos índices de variabilidade, é apenas de algumas décimas. O menor desvio (3,11) localiza-se nos 13 anos e o mais elevado (4,01) nos 8 anos.

Quanto aos valores médios do índice cefálico, estes variam em sentido contrário à idade. Nos 7 anos encontra-se o maior índice cefálico (78,49), verificando-se o valor mínimo (76,32) nos 13 anos. Há, portanto, aqui uma tendência para os baixos valores do índice cefálico, à medida que a idade aumenta. Esta descida de valores, foi já esboçada, no estudo do diâmetro transverso da cabeça.

GRÁFICO II

Representação gráfica do índice cefálico em rapazes dos 7 aos 13 anos



O gráfico II põe-nos em evidência esta descida das médias nos diferentes grupos de idade, que é mais acentuada até aos 12 anos, manifestando em seguida, uma tendência para um estacionamento de valores. Este facto pode levar-nos a dizer, que o índice cefálico nas crianças portuguesas só a partir dos 12 anos inicia o seu carácter definitivo.

Analisados os nossos resultados, procurou-se reunir no quadro IV algumas médias do índice cefálico de crianças do sexo masculino, dos 7 aos 13 anos, calculadas por outros investigadores, no estrangeiro.

Dá-se aqui, o mesmo que se registou na largura máxima da cabeça. As crianças portuguesas, ao longo das idades em estudo, apresentam um índice cefálico inferior aos índices cefálicos das crianças dos países aqui considerados. São os suíços de SCHAPFHAUSER,

que, com excepção dos 7 e 9 anos, mostram o índice mais elevado. Mais uma vez, os nossos resultados se aproximam dos fornecidos por M. POURCHET, relativos aos luso-descendentes do Distrito Federal. É no grupo dos 12 anos, que esta aproximação mais se acentua. A seguir aos valores de POURCHET vêm as crianças luso-descendentes de Nova Goa.

QUADRO VI

Índice cefálico em rapazes dos 7 aos 13 anos

Idades — anos	7	8	9	10	11	12	13
<i>Hoesch-Ernst</i>							
Zürick	—	82,90	83,40	83,50	83,20	83,20	82,80
<i>Schwerz</i>							
Schaffhauser	84,10	84,50	83,50	84,40	83,80	83,20	83,30
<i>Bosshart</i>							
Frutigtal	82,96	82,17	81,56	80,22	81,54	81,59	80,53
<i>O. Peter</i>							
Sernftal	81,96	83,41	82,77	83,71	81,55	79,41	81,26
<i>E. Büchi</i>							
St. Gallen	82,14	81,58	80,83	81,92	80,08	80,60	81,64
<i>Hägler</i>							
Tavetsch	84,30	79,80	80,60	81,60	78,60	82,30	82,70
<i>Germano Correia</i>							
Luso-descendentes de Nova Goa	—	—	—	80,70	80,00	79,40	80,00
<i>M. Júlia Pourchet</i>							
Luso-descendentes do Distrito Federal	—	—	—	79,20	78,50	77,40	78,50
<i>L. Paulo</i>							
Portugueses do norte	78,49	77,63	77,58	77,50	76,82	76,36	76,36

Nos grupos dos 7, 8 e 10 anos, são os suíços de HÄGLER e SCHWERZ que apresentam os índices mais elevados. São os suíços e os portugueses que registam respectivamente os mais altos e mais baixos valores do índice cefálico.

Baseados na classificação de Martin para o índice cefálico no

estudo no vivo, procurou-se avaliar a distribuição percentual, das crianças portuguesas, dentro dos três tipos clássicos deste índice.

Dolicocefalia	x — 75,9
Mesocefalia	76,0 — 80,9
Braquicefalia	81,0 — x

Organizámos para isso um quadro (VII) em que se procuraram calcular as percentagens e seus respectivos erros, relativas às frequências, segundo a classificação de MARTIN.

Os valores registados permitem desde logo, poder dizer que, através do desenvolvimento, dos 7 aos 13 anos no índice cefálico há um predomínio de mesocefalia. Este facto verifica-se em todas as idades, com excepção do grupo dos 12 anos. A maior percentagem de mesocefalia situa-se nos sete anos (53,1 %), para logo começar a descer, apresentando aos 8 anos 43,5 % e aos nove anos 42,5 %. Aos 10 anos novamente se eleva para 49,0 %, nunca mais chegando a atingir este valor.

Se exceptuarmos os grupos dos 10 e 13 anos, vemos que a mesocefalia tende a baixar à medida que, a criança vai atingindo o seu desenvolvimento.

Na braquicefalia há também uma descida nos valores percentuais, e no mesmo sentido em que se dá a descida na mesocefalia, com excepção dos 7 e 11 anos.

Quanto à dolicocefalia, esta vai-se acentuando à medida que vamos subindo na idade. Aos sete anos a percentagem é de 34,6 %; apresenta-se superior à dos 8 anos (31,0 %), mas a partir desta idade, a dolicocefalia vai-se elevando, atingindo um valor de 51,5 %, valor este, superior ao da mesocefalia, na mesma idade.

O gráfico III deixa verificar rapidamente estas variações de dolicocefalia, mesocefalia e braquicefalia, no conjunto das idades, agora em estudo.

Desejando confrontar os nossos resultados com os registados por outros investigadores, tivemos de atender às classificações do índice cefálico adoptadas nos diferentes trabalhos, que vão servir para a comparação.

QUADRO VII

Classificação do índice cefálico nos rapazes dos 7 aos 13 anos de idade segundo Martin

Idades — anos Índice cefálico	7	8	9	10	11	12	13	Total
Dolicocefalos (X — 75,9)	34,6 ± 4,18	31,0 ± 3,24	37,5 ± 3,54	41,0 ± 4,90	41,8 ± 4,67	50,6 ± 3,95	51,5 ± 5,85	40,2 ± 1,68
Mesocéfalos (76,0 — 80,9)	53,1 ± 4,36	43,5 ± 3,52	42,5 ± 5,48	49,0 ± 5,00	45,4 ± 4,74	39,9 ± 3,87	44,2 ± 5,94	44,2 ± 1,71
Braquicéfalos (81,0 — X)	12,3 ± 3,13	25,5 ± 3,06	20,0 ± 4,47	10,0 ± 3,00	12,8 ± 3,41	9,5 ± 2,37	4,3 ± 2,60	15,4 ± 1,23
Número total de casos	130	200	80	100	110	160	70	850

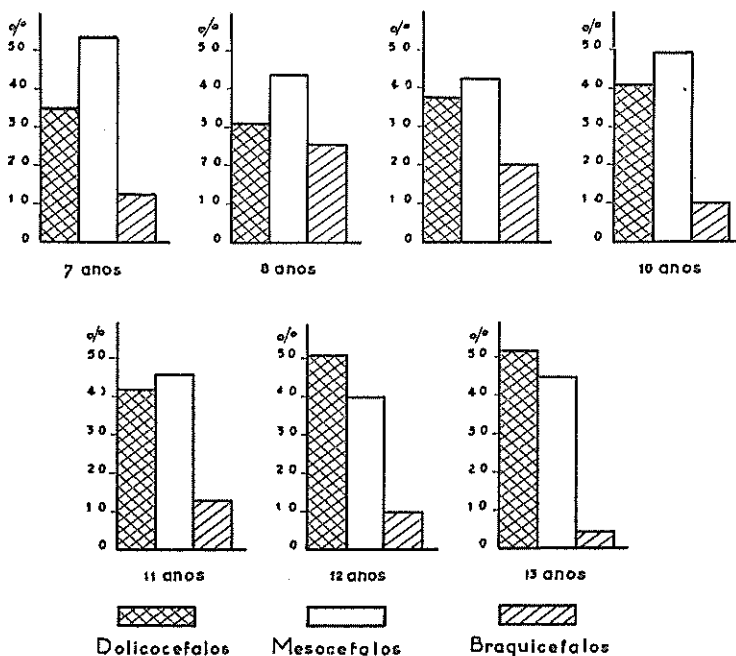
As classificações consideradas foram fundamentalmente as de MARTIN e de TOPINARD, cujos limites são respectivamente:

Dolicocefalia . . .	x — 76,9	x — 75,9
Mesocefalia . . .	77,0 — 81,9	76,0 — 80,9
Braquicefalia . . .	82,0 — x	81,0 — x

Não se torna indiferente a aplicação destas duas escalas, e muito especialmente em Portugal. O valor médio do índice cefálico nos por-

GRÁFICO III

Representação da dolicocefalia, mesocefalia e braquicefalia em rapazes de 7 aos 13 anos



tugueses oscila entre os 75 e 77 inclusive; deste facto, quando se utiliza a escala de TOPINARD, há um predomínio de dolicocefalia e uma baixa de mesocefalia, o que não se manifesta da mesma forma quando se emprega a classificação de MARTIN, como se analisa no quadro VIII. Hoje, há tendência para aplicar a escala de MARTIN. Nem todos os

QUADRO VIII

Classificação do índice cefálico nos rapazes dos 7 aos 13 anos de idade segundo Topinard

Idades — anos Índice cefálico	7	8	9	10	11	12	13	Total
Dolicocefalos (X — 76,9)	51,4 ± 4,38	38,4 ± 3,46	43,7 ± 6,22	55,0 ± 4,98	53,6 ± 4,75	57,5 ± 3,87	64,3 ± 5,71	50,6 ± 1,71
Mesocéfalos (77,0 — 81,9)	38,6 ± 4,29	40,5 ± 3,46	41,3 ± 5,46	37,0 ± 4,90	39,1 ± 4,67	34,3 ± 3,78	32,8 ± 5,71	37,9 ± 1,68
Braquicéfalos (82,0 — X)	10,0 ± 2,68	21,4 ± 2,83	15,0 ± 4,10	8,0 ± 3,00	7,3 ± 2,07	8,2 ± 2,37	2,9 ± 1,80	11,5 ± 1,03
Número total de casos	180	200	80	100	110	160	70	850

trabalhos já realizados puderam ser encarados neste confronto, devido a não ter sido indicada pelo autor, a escala adoptada.

Segundo a classificação de MARTIN, reuniram-se no quadro IX os valores de BASTOS D'ÁVILA e de M. POURCHET, relativos a crianças brasileiras dos 7 aos 13 anos.

Nas crianças de Portugal e nos luso-descendentes de POURCHET, há um predomínio de mesocefalia, sendo esta mais elevada nos descendentes dos portugueses (47,9 %), do que nos portugueses (44,2 %). Quanto à dolicocefalia, esta é mais acentuada nas crianças de Portugal (40,2 %), do que nos luso-descendentes do Brasil (25,5 %). O con-

QUADRO IX

Classificação do índice cefálico seg. Martin	M. Júlia Pourchet (Luso-descendentes do Dist. Federal)	Bastos d'Ávila (Cariocas)	L. Paulo (portugueses)
Dolicocefalos (x ——— 75,9)	25,5	14,5	40,2
Mesocéfalos (76,0 ——— 80,9)	47,9	44,6	44,2
Braquicéfalos (81,0 ——— x)	26,3	40,8	15,4

trário verifica-se quanto à braquicefalia. Os valores percentuais das crianças cariocas do Brasil, afastam-se marcadamente dos das portuguesas e das luso-descendentes. É frisante a elevada braquicefalia das crianças brasileiras de BASTOS D'ÁVILA, e as baixas percentagens de dolicocefalos.

Há entre estes três grupos do quadro IX, um maior paralelismo nos valores percentuais dos luso-descendentes e portugueses, do que entre as crianças cariocas e os portugueses.

Nesta singela comparação de valores, verifica-se a tendência das crianças portuguesas, já para a manifesta dolicocefalia portuguesa, facto já registado pelos antropologistas portugueses nos seus trabalhos.

Para finalizarmos este estudo, procuramos ainda relacionar os nossos dados, com os já apresentados por eminentes antropologistas portugueses, os Profs. MENDES CORRÊA e E. TAMAGNINI, em adultos de Portugal.

Procurou-se classificar as crianças portuguesas segundo a escala seguida por aqueles autores, e organizou-se o quadro X, segundo a classificação de TOPINARD.

As crianças portuguesas mostram agora um predomínio de dolicocefalia (50,6 %); seguindo-se a mesocefalia (37,9 %), e finalmente a braquicefalia (11,5 %). Deu-se aqui, uma subida de dolicocefalos à custa da descida dos mesocéfalos e braquicéfalos. Há um paralelismo

QUADRO X

Classificação do índice cefálico segundo Topinard	Mendes Corrêa	E. Tamagnini	L. Paulo	
Dolicocéfalos {	Dolic. verdadeiros (x ——— 75,0)	% 71,0	% 53,33	% 50,6
	Sub-dolicocéfalos (75,01 ——— 77,77)	20,6		
Mesaticéfalos (77,78 ——— 80,0)	8,4	41,26	37,9	
Braquicéfalos {	Sub-braquicéfalos (80,01 ——— 83,33)	—	5,42	11,5
	Braquic. verdadeiros (83,34 ——— x)	—		

bastante acentuado entre os nossos resultados e os apresentados pelo Prof. E. TAMAGNINI. As crianças braquicéfalas são ainda numerosas em relação aos adultos portugueses de E. TAMAGNINI, facto que possivelmente deve desaparecer na continuação do desenvolvimento.

Esperamos em breve apresentar alguns valores médios de crianças dos 14 aos 18 anos, que nos possam levar a concluir a evolução do índice através do crescimento.

CONCLUSÕES

Neste estudo que acabamos de apresentar, verificou-se um aumento dos valores médios dos diâmetros da cabeça com a idade, sendo mais acentuados no diâmetro ântero-posterior do que no diâmetro trans-

verso. Este aumento dá-se mais marcadamente dos 7 aos 9 anos inclusive, do que dos 10 aos 13 anos, tanto no diâmetro ântero-posterior como no diâmetro transverso.

Quando se compara a criança portuguesa com as dos outros países, vê-se que os nossos rapazes apresentam em todas as idades as médias dos diâmetros ântero-posteriores e transversos máximos da cabeça, mais aproximadas dos valores inferiores do que valores superiores, sendo estes registados pelos americanos e suíços no diâmetro ântero-posterior, e pelos alemães no diâmetro transverso.

Há uma acentuada aproximação em quase todas as idades, entre as médias dos rapazes portugueses e dos luso-descendentes do Brasil e dos de Nova Goa, sendo mais acentuadas no diâmetro ântero-posterior do que no diâmetro transverso.

Como conclusão sobre as variações do índice cefálico durante o crescimento, em rapazes portugueses dos 7 aos 13 anos, verificou-se uma descida dos valores médios do índice cefálico à medida que a idade sobe.

Em relação às crianças estrangeiras, as portuguesas são, entre todas aquelas, as que apresentam, nas diferentes idades, os índices mais baixos, encontrando-se os mais elevados duma maneira geral nos suíços.

Encontra-se ainda no desenvolvimento das crianças portuguesas, uma tendência para a dolicocefalia, facto que mais se acentuou quando comparamos as nossas crianças com as crianças europeias e americanas.

Estes resultados vêm confirmar os valores a que os Profs. A. MENDES CORRÊA e E. TAMAGNINI chegaram nos seus estudos em Portugal, do índice cefálico em adultos. Os portugueses logo a partir dos 10 anos começam a apresentar uma fraca braquicefalia, uma baixa de mesocefalia, para se tornar evidente a dolicocefalia que acaba por dominar.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES DOS SANTOS — *O crescimento da criança portuguesa*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», Ano IV, Coimbra, 1917.
- ATHAYDE, ALFREDO — *Nota sobre o crescimento dos Portugueses*. «Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.», «Vol. VI, Fasc. II, Porto, 1933.
- BAER, MELVYN J. — *Dimensional changes in the human head and face in the third decade of life*. «American Journal of Physical Anthropology», vol. XIV, Philadelphia, 1956.

- BÜCHI, ERNEST C. — *Anthropologische Untersuchungen im Bervik Untertoggenburg*, Zürich, 1952.
- GOMAS, JOAN — *Morfologia Infantil (Crescimento)*, México, 1952.
- MABILLE, PIERRE — *Etude des caracteres generaux permettant de definir la morphologie individuelle*. «Anthropologie differentielle et Sciences des types constitutionnels. Congrès Genève, vol. II, Genève, 1954.
- MAIER, GEORG O. T. — *Anthropologische Untersuchungen im Bezirke Wolfstein des Bayrischen Waldes*. Zürich, 1938.
- MARTIN, R. — *Lehrbuch der Anthropologie*. Yena, 1928.
- MENDES CORRÊA, A. A. — *Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta*. «Anaes da Ac. Pol. do Porto», x. Coimbra, 1915.
- MENDES CORRÊA, A. A. — *Antropologia da Beira Alta*. Sep. de «O Instituto», vol. LXIV, n.º 6, Coimbra, 1917.
- MENDES CORRÊA, A. A. — *La minorité brachycéphale chez les Portugais et l'origine de la brachycéphalie*, 1928.
- MENDES CORRÊA, A. A. — *Raças do Império*, Porto, 1943.
- MORICE, TISSERAND, REBOUL — *Methodes statistiques en Médecine et en Biologie*. Paris, 1947.
- PETER, OTTO — *Anthropologische Untersuchungen im Senftal*. Zürich, 1946.
- POURCHET, M. J. — *Contribuição ao estudo antropológico de escolares descendentes de Portugueses*. «Bol. do Inst. de Pesquisas educacionais», Ano I, n.º 4, Rio de Janeiro, 1955.
- STALDER, MORITZ — *Spezifisches Gewicht und Körperproportionen von Schwimmern*. Zürich, 1947.
- TAMAGNINI, E. — *O índice cefálico e a estatura*. «Contribuição para o estudo da Anthropologia Portuguesa», vol. II, Fasc. 7.º, Coimbra, 1932.
- TOPINARD, P. — *Eléments d'Anthropologie générale*, Paris, 1885.

Contribuição anatómica para o estudo antropológico do occipital

POR

J. PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA

2.º Assistente da Faculdade de Medicina do Porto

É muito numerosa a bibliografia sobre o occipital, derivada das suas particularidades embriológicas, morfológicas, topográficas e antropológicas. Contudo, os anatomistas, ao referirem-se às fossas cerebelosas deste osso, quase se limitam a designá-las dando assim implicitamente a entender que não há nelas acidente que, pela sua exuberância ou frequência, seja digno de menção. SPALTEHOLZ é dos mais próximos ao dizer que nestas fossas há diversas cristas, que designa por *juga cerebellaria*, em relação com os sulcos do córtex do cerebello.

Em 1948, KRMPOTIC-BOHACEK chamou pela primeira vez a atenção para uma crista existente nas fossas cerebelosas do occipital, a qual foi mais detalhadamente estudada por esta autora em 1951 e, por último, em 1943, data em que são apresentados os resultados da observação de 866 occipitais de jugoslavos.

Em 1954, TAIJI EIDA estudou 83 occipitais de japoneses e encontrou em muitos a crista de KRMPOTIC-BOHACEK.

Em Fevereiro de 1958, apresentámos à XVIII Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa uma comunicação sobre esse tema e no mês seguinte demos notícia do facto nas Reuniões Científicas da Faculdade de Medicina do Porto. Concluimos da revisão bibliográfica feita por KRMPOTIC-BOHACEK, TAIJI EIDA e por nós próprios — a qual foi citada nas duas comunicações acima referidas — que esta crista não foi descrita por quaisquer outros investigadores.

A crista que KRMPOTIC-BOHACEK designa por *jugum cerebellare intersemilunare* e que nós, com TAIJI EIDA, denominamos *crista cerebelosa intersemilunar*, surge, a uma observação rápida das fossas cerebelosas do occipital, como uma diagonal dessas fossas, obliquamente dirigida para baixo e para fora. Uma observação mais atenta mostra

que não se trata de uma diagonal pròpriamente dita, já que muitas vezes se não origina no ângulo súpero-interno da fossa e já que nunca termina no ângulo ínfero-externo, mas sempre para cima dele. De qualquer modo, originada no bordo inferior do sulco do seio lateral ou na protuberância occipital interna e terminada no bordo posterior da porção vertical do referido sulco, a crista divide a fossa cerebelosa respectiva em duas depressões secundárias, uma súpero-externa e outra ínfero-interna (Fig. 1).

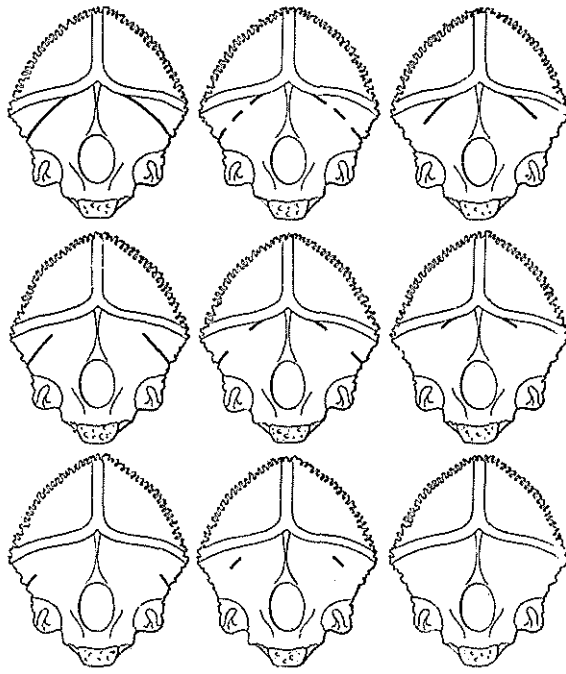


Fig. 2 — Os nove tipos de crista cerebelosa Intersemilunar, segundo KRMPOTIC — BOHACEK (J. Anatomy 87, 358, 1953).

A maior parte das vezes, a crista cerebelosa intersemilunar não se apresenta completa mas sim interrompida, sendo variáveis a extensão e a topografia das interrupções. Daquí uma grande variabilidade morfológica que KRMPOTIC-BOHACEK ordena em 9 tipos (Fig. 2):

- Tipo I: crista completa
 » II: crista com duas interrupções
 » III: só existe a metade súpero-interna
 » IV: só existe a metade ínfero-externa

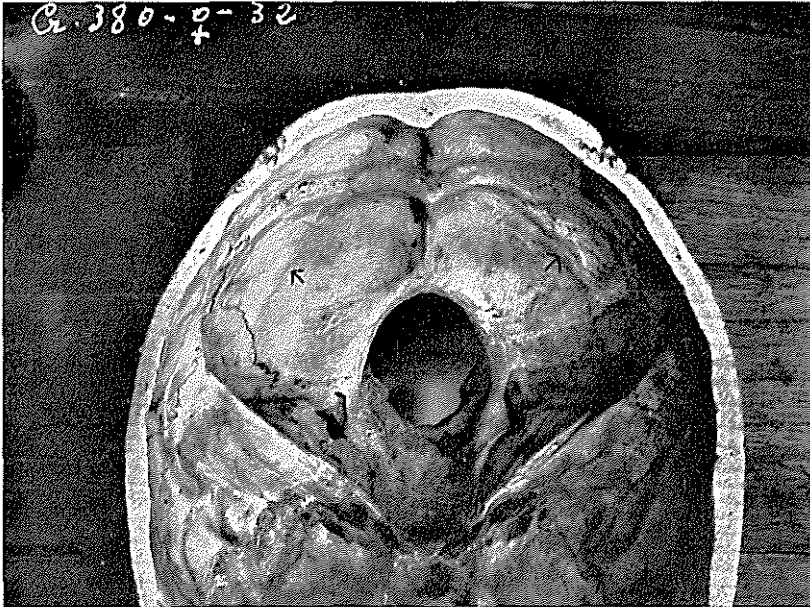


Fig. 1 — A crista cerebelosa intersemilunar que é, neste exemplar, bilateral e completa.

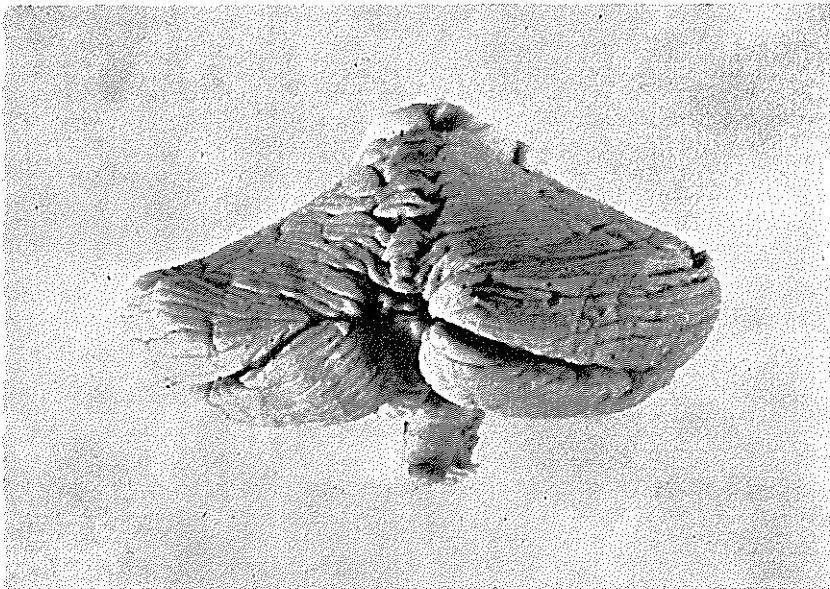
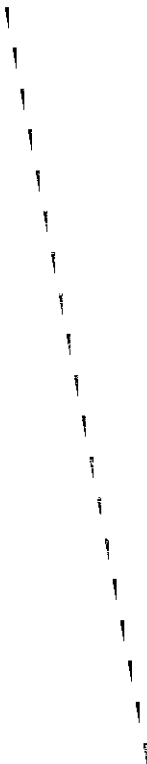


Fig. 3 — O grande sulco circunferencial de VICO D'AZYR.



- Tipo V: só existem as duas extremidades
- » VI: só existe a extremidade súpero-interna
 - » VII: só existe a extremidade infero-externa
 - » VIII: só existe a parte média
 - » IX: ausência de crista

Já na nossa comunicação à Sociedade Anatômica Portuguesa fizemos a crítica desta classificação e que se pode resumir do seguinte modo:

a) é por vezes difícil distinguir entre certos tipos, tal como entre I e II, III e VI, IV e VII, VIII e IX;

b) no mesmo tipo ficam incluídas cristas de extensão muito desigual (tipo II, tipo VIII);

c) cristas de extensão semelhante ficam distribuídas por tipos diferentes (tipos I, II e VIII; tipos II, III, IV, V e VIII; tipos II, V, VI, VII e VIII).

d) exige um lote de occipitais muito numeroso para se fazer um estudo estatístico das observações, visto ser numeroso o número de tipos e, portanto, de classes.

Propusemos uma outra classificação, mais simples, na qual cada tipo é homogêneo quanto à extensão das cristas nele incluídas e, o que é muito importante para os resultados de diferentes observações serem comparáveis, é nula ou insignificante a possibilidade de uma dada crista poder ser classificada indiferentemente em dois ou mais tipos. A nossa classificação é a seguinte:

- Tipo A: crista com extensão igual ou superior a $\frac{2}{3}$
- » B: crista com extensão maior do que $\frac{1}{3}$ e menor do que $\frac{2}{3}$.
 - » C: crista com extensão igual ou inferior a $\frac{1}{3}$.
 - » D: ausência de crista.

Com base nesta classificação, observámos um lote constituído por 100 occipitais de portugueses — 200 fossas cerebelosas — de ambos os sexos e de idade entre 11 e 82 anos e nele estudámos a distribuição dos quatro tipos de cristas cerebelosas intersemilunares. Verificámos (Quadro I) que apenas em $35,5\% \pm 6,76\%$ dos casos as fossas cerebelosas não têm crista enquanto que ela existe em $64,5\% \pm 6,76\%$ com qualquer grau de desenvolvimento. Em quase 50% dos casos ($46,5\% \pm 7,04\%$) as fossas cerebelosas têm crista com extensão superior a $\frac{1}{3}$.

A comparação destes resultados com os de TALJI EIDA e KRMPOTIC-BOHACEK apenas se pode fazer no que respeita à ausência completa

de crista (tipo IX de KRMPOTIC-BOHACEK e tipo D da nossa classificação) visto que não há correspondência constante entre os outros tipos de uma e outra classificação. Em 78 occipitais de japoneses, TAJI EIDA verificou que a crista não existia em $46,8 \% \pm 7,98 \%$, percentagem mais elevada do que a obtida por nós, sendo a diferença entre ambas estatisticamente significativa (desvio reduzido = 2,4; probabilidade inferior a 2 %). Em 866 occipitais de jugoslavos, KRMPOTIC-BOHACEK não encontrou a crista apenas em $19,4 \% \pm 19,4 \%$, isto é, a crista é muito mais frequente na série da investigadora jugoslava do que na nossa (as diferenças são altamente significativas: desvio reduzido 3,4; probabilidade inferior a 0,1 %).

QUADRO I

Comparação das distribuições da crista cerebelosa intersemilunar em occipitais de portugueses (a), japoneses (b), e jugoslavos (c)

Tipos	Pinto Machado (a)	Taji Eida (b)	Krmpotic-Bohacek (c)
A	22 % \pm 5,84 %	53,2 % \pm 7,98 %	80,6 % \pm 1,90 %
B	24,5 » \pm 6,08 »		
C	18 » \pm 5,44 »		
D	35,5 » \pm 6,76 »	46,8 % \pm 7,98 %	1,94 % \pm 1,90 %

a — b: desvio reduzido 2,4 → probabilidade < 2 0/0
a — c: desvio reduzido 3,4 → probabilidade < 0,1 0/0

Parece-nos que as nítidas diferenças encontradas na frequência das cristas cerebelosas intersemilunares em jugoslavos, japoneses e portugueses sugerem que elas possam constituir um elemento de valor em antropologia.

A partir das probabilidades deduzidas dos valores encontrados para cada um dos tipos de cristas (probabilidade de A = $44/200 = 0,220$; probabilidade de B = $49/200 = 0,245$; probabilidade de C = $36/200 = 0,180$; probabilidade de D = $71/200 = 0,355$), calculámos os valores teóricos da distribuição binomial e depois comparámos entre si as duas distribuições por meio do teste do χ^2 de PEARSON, obtendo um valor de «p» altamente significativo ($\chi^2 = 210,027$; $v = 3$; p muito inferior a 1 0/00).

A verificação deste facto levou-nos a estudar o modo como os

diversos tipos se combinavam entre si dois a dois. No quadro II estão registadas as frequências das diferentes combinações.

Fomos verificar, primeiramente, se a distribuição de cada tipo era ou não idêntica à esquerda e à direita. As diferenças encontradas não eram estatisticamente significativas pelo que as 16 combinações do quadro II se podem reduzir a 10 (Quadro III).

Compararam-se, por meio do teste do χ^2 , as frequências observadas em cada uma destas 10 combinações com as respectivas frequências teóricas, obtendo-se um valor de «p» inferior a 1^o/₁₀₀ (Quadro IV).

QUADRO II

Distribuição das combinações dos quatro tipos de cristas cerebelosas intersemilunares

Esquerda Direita	A	B	C	D	Totais
	A	10	7	4	6
B	3	9	6	4	22
C	3	6	4	5	18
D	1	5	4	23	33
Totais . . .	17	27	18	38	100

QUADRO III

As dezasseis combinações do quadro II podem reduzir-se a dez

A A	→	A A
A B	→	A B + B A
A C	→	A C + C A
A D	→	A D + D A
B B	→	B B
B C	→	B C + C B
B D	→	B D + D B
C C	→	C C
C D	→	C D + D C
D D	→	D D

Do estudo dos resultados expressos neste quadro conclui-se que há associação nas combinações de cristas do mesmo tipo, a qual tem valor significativo nas combinações homónimas dos tipos extremos (A A e

D D). Há dissociação nas combinações de cristas de tipos diferentes (excepto na combinação B C em que há associação), a qual tem valor significativo nas combinações A D e B D. Cristas do mesmo tipo tendem, portanto, a combinar-se entre si; as combinações de cristas de tipos diferentes são tanto menos prováveis quanto mais desiguais em extensão forem as cristas consideradas.

São estas as características fundamentais das distribuições dos quatro tipos de cristas cerebelosas intersemilunares do occipital nos portugueses.

QUADRO IV

Associação e dissociação nas combinações dos diversos tipos de cristas cerebelosas intersemilunares

Combinações	F _o	F _t	F _o - F _t	Desvio reduzido
A A	10	4,8400	+	+ 2,3
A B	10	10,7800	-	- 0,4
A C	7	7,9200	-	- 0,4
A D	7	15,6200	-	- 2,3
B B	9	6,0025	+	+ 1,2
B C	12	8,8200	+	+ 1,1
B D	9	17,3950	-	- 2,2
C C	4	3,2400	+	+ 0,1
C D	9	12,7800	-	- 1,1
D D	23	12,6025	+	+ 3,1
Totais.	100	100	± 22,4950	

$$\chi^2 = 26,896$$

$$v = 6$$

$$p < 0,001$$

F_o: frequência observada v: graus de liberdade

F_t: frequência teórica p: probabilidade

Quanto ao significado destas cristas, KRMPOTIC-BOHACEK afirma que elas são a impressão óssea do grande sulco circunferencial de VICQ D'AZYR do cerebello o qual, como é sabido, separa os dois lóbulos semilunares superiores dos dois lóbulos semilunares inferiores. As fossetas secundárias em que cada uma das fossas cerebelosas fica subdividida pela crista vão alojar os lóbulos semilunares homolaterais. Por isso, KRMPOTIC-BOHACEK designa por *impressio lobuli semilunaris superioris* a fosseta súpero-externa e por *impressio lobuli semilunaris infe-*

rioris a fosseta ínfero-interna. Em 1954, TAIJI EIDA, no seu já citado trabalho, discorda desta opinião baseando-se no facto de a crista ser fortemente oblíqua e o sulco cerebeloso ser quase horizontal, e diz que ela é a impressão óssea do sulco tonsilhodigástrico que separa o lóbulo digástrico do lóbulo amigdalino, sulco esse que tem a mesma obliquidade da crista óssea. Posteriormente, em 1955, o mesmo autor rectifica a sua opinião e reconhece, após estudos de cortes horizontais do cerebelo e do occipital e de exames radiológicos, que a afirmação de KRMPOTIC-BOHACEK é exacta. Realmente, como se pode ver na Figura 3, o sulco de VICQ D'AZYR é fortemente oblíquo para baixo e para fora na sua porção posterior, coincidindo a sua obliquidade com a das cristas que acima descrevemos. Parece-nos, pois, que o referido sulco e as cristas se correspondem e que estas não são mais do que a impressão daquele.

Apesar dos nossos estudos e dos de KRMPOTIC-BOHACEK e de TAIJI EIDA, muito há ainda que investigar relacionado com as cristas cerebelosas intersemilunares. Há que pormenorizar a sua morfologia, precisar as suas relações com o cerebelo, estudar as possibilidades da sua visualização radiológica. Contudo, o pouco já realizado parece-nos suficiente para demonstrar o interesse antropológico das referidas formações.

BIBLIOGRAFIA

- EIDA, T. — Über Die Bisher Wenig Berücksichtigte Knochenleiste (Crista Tonsillobiventerica) In Der Fossa Occipitalis Cerebellaris, Yokohama med. Bull., 5, 243, 1954.
- EIDA, T. — Noch Einmal Etwas Über Die Bisher Wenig Berücksichtigte Knochenleiste In Der Fossa Occipitalis Cerebellaris, Yokohama med. Bull., 6, 179, 1955.
- KRMPOTIC-BOHACEK, J. — Jugum cerebellare intersemilunare, J. Anat., 87, 358, 1953.
- PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA, J. — As cristas cerebelosas intersemilunares em occipitais de portugueses (Comunicação apresentada à XVIII Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa, a publicar no Arquivo de Anatomia e Antropologia).
- SPALTEHOLZ, W. — Atlas de Anatomia Humana, versión española de la decimocuarta edición alemana, Ed. Labor S. A., Barcelona-Madrid-Buenos Aires-Rio de Janeiro, 1944.

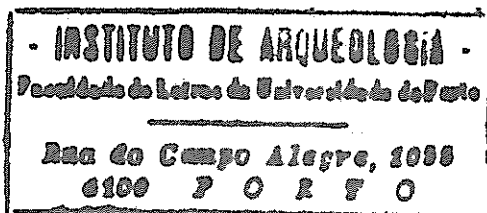
Índice

HERNANI MONTEIRO — Professor A. A. Mendes Corrêa	5
Abbé H. BREUIL — Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal	9
LUÍS DA CÂMARA CASCLIDO — Canção da vida breve	13
K. SALLER — Aspekte der modernen Anthropologie	19
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — Table for the general shape of the negroes' hair ...	25
TH. MONOD — Sur un nouvel alphabet ouest-africain d'origine bété (région de Daloa, Côte d'Ivoire)	35
JUAN COMAS — L'Anthropologie américaine et le diffusionisme de P. Laviosa Zambotti	43
ALBERTO CARLOS GERMANO DA SILVA CORRÊA — Antropo-hybridologie générale — Croisements hétéro-ethniques	53
OTTO SCHLAGINHAUFEN — Zur Kenntnis der Eingeborenen von Bougainville ...	61
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — A presença de Portugal na Amazónia	75
J. VANHOVE — Les impératifs de la politique indigène en Afrique noire	83
JAIME LOPES DIAS — O costume norma jurídica nas parcerias rurais: agrícolas e pecuárias — Evolução histórica: ordenações, código civil	93
A. JORGE DIAS — Ambiente natural e história (Dinamismo Cultural)	103
F. L. CUEVILLAS — Unha urna cerâmica e unha lanza de bronce	117
JULIO CARO BAROJA — Sobre la expansión de la cultura portuguesa	123
D. SEBASTIÃO PESSANHA — A Arte popular e a moderna Etnografia	141
FERMIN BOUZA-BREY — Boleadora céltica de Galicia	147
RAMON OTERO PEDRAYO — Dende o Espotón de Ourense	155
J. MALUQUER DE MOTES — La fecha final de la cerámica excisa en la Meseta española	167
J. M. BLAZQUEZ MARTINEZ — Notas a la contribucion de la Peninsula Ibérica al erario de la Republica Romana	175

MAXIMINO CORREIA — Nota sobre a expressão fisionómica da face na escultura angolana	183
EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — Investigações arqueológicas na região de Sesimbra — Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular	187
A. DE AMORIM GIRÃO — Peuplement préhistorique des monts calcaires du sud du Mondégo	205
P. BOSCH-GIMPERA — Nota sobre el problema indoeuropeo	209
EDUARDO HERNÁNDEZ-PACHECO — Los tartesios y sus míticos reyes	221
FRANCISCO HERNÁNDEZ-PACHECO — La morrena peri-glaciar de Peña Vieja Picos de Europa (Santander)	227
MÁRIO CARDOZO — A mó e a farinha, o forno e o pão (Nota etnográfica)	235
XAQUIN LORENZO FERNANDEZ — Muiños de maré	249
J. DESMOND CLARK — Equatorial influences in the Prehistoric Cultures of Southern Africa	257
ALFREDO ATHAYDE — Estatura e pigmentação no concelho de Matosinhos	267
JOAN AMADES — Cançons funeràries	271
FERNANDO RUSSEL CORTEZ — O «Amuleto osculatório» (?) encontrado nas ruínas de Tróia, Setúbal	293
A. GARCÍA Y BELLIDO — Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones inmediatas	299
EUGEN FISCHER — Deformations posthumes des os humains	305
ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT — Acerca da feição evolutiva da população portuguesa	309
CONSTÂNCIO MASCARENHAS e VASSUDEVA CAMOTIM — Os Curumbins de Goa — Estudo antro-po-social	315
GEORGES MORTELMANS — Prehistoire et protohistoire du Bas-Congo Belge, une esquisse	329
JOSÉ PÉREZ DE BARRADAS — Ritos muiscas de la fecundidad y de la muerte	345
FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA — «Fanta-Ghirò» ou «A Donzela que vai à guerra»	357
ANTONIO CASTILLO DE LUCAS — Apodos o motes españoles (Ensayo de Antropología popular con vocabulario médico)	371
MARIA EMÍLIA DE CASTRO e ALMEIDA — Das mutilações étnicas dos Mucussos e Cuangares	381

AMÍLCAR MATEUS e EMÍLIA DE OLIVEIRA MATEUS — A capacidade craniana de alguns grupos étnicos da Guiné Portuguesa	391
NIEVES DE HOYOS SANCHO — Orfebreria popular espanhola — Las brazaleras de la Alberca	403
Abbé JEAN ROCHE — Les objets de parure trouvés dans les amas coquilliers de Muge	407
LUÍS DE ALBUQUERQUE e CASTRO — Interpretação duma cena de caça do Levante Ibérico — Negaça pré-histórica	413
JORGE DIAS, FERNANDO GALHANO e ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA — A região e a casa Gandaresa	417
ANTÔNIO DE ALMEIDA — Subsídio para o estudo do factor Rh em Macaenses	445
J. CAMARATE FRANÇA e O. DA VEIGA FERREIRA — Algumas considerações sobre os chamados «Ídolos Almerienses» da Península de Lisboa	451
R. DART — Human figurines from Southern Africa	457
MANUEL DIÉGUES JÚNIOR — Portugal no Folclore do Nordeste	475
VICENTE RISCO — Apuntes sobre a «svástica do Minho» e o simbolismo dos nós	485
THALES DE AZEVEDO — Aculturação dirigida: notas sobre a catequese indígena no período colonial brasileiro	491
LEOPOLDINA FERREIRA PAULO — O índice cefálico em rapazes portugueses dos 7 aos 13 anos	513
J. PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA — Contribuição anatómica para o estudo antropológico do occipital	533

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR -
SUBJECT: [Illegible]
[Illegible]
[Illegible]
[Illegible]



Subsidiaram a publicação deste volume jubilar as seguintes entidades:

INSTITUTO DE ALTA CULTURA

JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO PORTO

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA FAC. DE CIÊNCIAS DO PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Às entidades referidas e a todos os colaboradores
apresenta agradecimentos a Comissão Organizadora
da Homenagem ao Prof. Mendes Corrêa

PROF. AMÂNDIO TAVARES

Reitor da Universidade do Porto

PROF. SANTOS JÚNIOR

Professor de Antropologia da Faculdade de
Ciências da Universidade do Porto

PROF. ARNALDO DE JESUS MADUREIRA

Director da Faculdade de Ciências do Porto

PROF. A. JORGE DIAS

Director da Secção de Etnografia do Centro
de Estudos de Etnologia Peninsular

PROF. HERNÂNI MONTEIRO

Director do Instituto de Anatomia da Faculdade
de Medicina do Porto e Vice-Presidente da Socie-
dade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

DR. ALFREDO ATAÍDE

Director da Secção de Antropologia Física do
Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000



